Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Rafael Shoenmann de Moura

A Economia Política da Estratégia Industrial no Leste Asiático: Relações Estado-empresariado, desenvolvimento e emparelhamento tecnológico nos casos de Taiwan, Coreia do Sul e China

Rio de Janeiro
2021

Rafael Shoenmann de Moura

A Economia Política da Estratégia Industrial no Leste Asiático: Relações Estado-empresariado, desenvolvimento e emparelhamento tecnológico nos casos de Taiwan, Coreia do Sul e China

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Renato Raul Boschi

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Fernando de Paula

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

A ficha catalográfica deve ser preparada pela equipe da Biblioteca. Ela deverá ser inserida neste local e esta folha não é contada para fins de paginação.

Na versão impressa, deverá constar no verso da folha de rosto.

Formatar a fonte conforme o modelo escolhido para todo o trabalho (Arial ou Times New Roman)

A ficha desta máscara foi inserida através do recurso de selecionar, copiar e colar especial como documento do Word (objeto). É possível editá-la dando dois cliques em cima da ficha com o botão esquerdo do mouse.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Rafael Shoenmann de Moura

A Economia Política da Estratégia Industrial no Leste Asiático: Relações Estado-empresariado, desenvolvimento e emparelhamento tecnológico nos casos de Taiwan, Coreia do Sul e China

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2021

Banca examinadora:

_____
Prof. Dr. Renato Raul Boschi (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____
Prof. Dr. Luiz Fernando de Paula (Coorientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____
Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos (Presidente da Banca)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____
Prof. Dr. Elias Jabbour
Faculdade de Ciências Econômicas - UERJ

_____
Profª. Dra. Ana Célia Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____
Prof. Dr. Alexandre Palhano Correa
Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRAS

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Novamente à minha amada avó, Francisca Kira, por toda a dedicação, compreensão e sacrifícios; e aos meus falecidos avós José Francisco de Moura Filho e Leonilza Siqueira, seres humanos íntegros e de valores irretocáveis.

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos foram escritos ainda durante o período de isolamento social oriundo do contexto da pandemia do chamado “Corona Vírus” ou Covid-19, que acometeu o mundo e o Brasil ao longo do ano de 2020. Por diversas razões, creio que propiciou, em minha pessoa, reflexões importantes acerca dos valores daqueles ao meu redor; e, em um momento difícil derivado das pressões envolvidas no processo final de escrita desta Tese, para minha melhor ponderação daqueles que fizeram parte dessa jornada.

Em primeiro lugar, à minha avó Francisca Kira por todo amor, apoio incondicional, dedicação, (muita) paciência e sacrifícios nessa vida. Sem ela e sem meu falecido avô José Francisco de Moura Filho, homem simples, bondoso e, acima de tudo rubro-negro, eu nada seria.

À minha sempre apoiadora família, com apreço especial por meu pai José Francisco de Moura, minha mãe Márcia Siqueira Silva, e minhas tias Eleonora Valdez e Maria do Socorro Delgado. Um grande agradecimento também para todos os meus irmãos Guaná Gonzaga; Andressa Martins; José Francisco de Moura Júnior; e Mônica Gonzaga; bem como para meu padrasto Itamar Gonzaga.

À família que escolhi: Adriana Amorim; Gabriel Mayrink; Igor Padilha; João Guilherme Maia Ligeiro; João Paulo “Frodo” Siqueira; José Henrique Feitoza; Laryssa Dias; Matheus Patrício e Renato Olmos. Vocês sempre estiveram ao meu lado nos momentos em que mais necessitei, seja com ouvidos para minhas lamúrias ou brincadeiras e palavras de incentivo. Os laços de amizade que formamos ao longo desses anos é incólume e me serve como combustível infinito na busca por ser uma pessoa melhor e sempre leal àqueles importantes para mim.

Aos meus grandes amigos André Rocha; Carlos Ramos; Cássia Souza; Gabriel Deslandes; Guilherme de Oliveira; Gustavo Duarte; Leonardo Bonelli Wetzell; Leonardo Duarte; Lucas Melo; Mário Kunz; Nicolas Corbelini; Pedro Pires e Thaíza Santos. Obrigado pelas gentilezas, conversas e brincadeiras que tornam minha vida extra-acadêmica mais leve.

Para Ingrid Gomes, a quem agradeço pelo carinho e, principalmente, paciência com minhas incompletudes no curso de convívio ao longo de 2019 e 2020.

Para Camila Vaz, pela infinita generosidade e disponibilidade de sempre me ouvir, trocar ideias e dar conselhos valiosos ao longo desses últimos dois anos. Te quero bem!

Ao meu orientador, prof. Renato Raul Boschi. Grande referência para mim como profissional, intelectual e ser humano; sempre solícito, gentil e observador com todos os meus equívocos e desatenções ao longo do percurso desta Tese. Agradeço profundamente pela paciência (principalmente) e sabedoria partilhada no decorrer dos últimos seis anos de convívio.

Ao prof. Luiz Fernando de Paula por contribuir para meu maior conhecimento teórico e empírico do mundo econômico, bem como aguçar minhas curiosidades acerca do mesmo. Agradeço por todos os comentários críticos, que me fizeram evoluir como pesquisador; e também às oportunidades de escrita conferidas, para além, é claro, da confiança em meu trabalho.

Ao prof. Fabiano Santos, pela hercúlea paciência com minhas múltiplas indagações em suas disciplinas e pelos incansáveis incentivos ao meu trabalho. Espero que nossa parceria possa render muitas pesquisas e publicações frutíferas para a Ciência Política e Economia Política.

Agradeço aos profs. Ana Célia Castro e Elias Jabbour, que gentilmente aceitaram o convite para participarem de minha banca e sempre se colocaram à disposição para auxiliar em todas as eventuais dúvidas.

Um abraço muito forte para Alexandre Palhano Correa, primeira inspiração para meus estudos sobre a República Popular da China (onde fomos juntos em 2015) e para minha própria perspectiva mais crítica acerca de economia política e das variáveis do mundo material. Agradeço profundamente pela honra que é o senhor estar presente em minha defesa de Doutorado, e reitero meu desejo – o qual expressei antes nos agradecimentos de minha dissertação – de que é um amigo que espero levar ainda por muitos anos.

Aos professores Adalberto Cardoso, Carlos Milani, César Guimarães e Maria Regina Soares de Lima, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), por todo o suporte, conhecimento, competência e brilhantismo que possuem. Esses e os demais quadros do Instituto, com tamanha erudição e dedicação, o enobrecem e tornaram minha estadia aqui uma fase de grande evolução acadêmica.

À professora Isabela Nogueira de Morais, também pelo aprendizado que me propiciou em termos de conhecimento sobre o Império do Meio e pelas oportunidades de engrandecimento no seio do LABCHINA no início de meu Doutoramento.

Faço questão também de enaltecer o excelente quadro de funcionários do Iesp, que trabalharam ou trabalham arduamente para gerar o melhor e mais aprazível ambiente possível aos alunos e pesquisadores: Alex; Alessandra (Fonseca); Alessandra (Silva); Alquimedes; Gisele; Leonardo; Louise; Maricleide; Nathália; Serginho e tantos outros.

A todos os meus amigos de turma, nos quais tive oportunidade de encontrar outra verdadeira família e partilhar muitos momentos de troca humana e intelectual: Diego Grossi; Eduardo Barbabela; Leandro Conde; Lidiane Vieira; Marianna Albuquerque; Matheus Morávia; Rodolfo Darrieux e Tássia Camila. Peço perdão aos colegas, mas Marcia Rangel Candido merece um agradecimento especial. Marcinha, você é minha irmã querida! Aquela que, dentro deste instituto (e por diversas ocasiões fora dele também), mais me testemunhou sorrir e desabafar. Você tem um coração enorme e uma amizade que vale mais do que qualquer riqueza tangível deste mundo. Desejo, do fundo do meu coração, que colha todos os frutos plantados pela extraordinária intelectual e pessoa que você é. Obrigado por tudo!

Agradeço também aos amigos do Iesp: Felipe Munhoz Albuquerque; Hellen Oliveira; Maria Carol Loss; Rafael Rezende; Raul Nunes; Talita Tanscheit; Thaíssa Bispo e Victor Piaia.

Gratidão e carinho em especial à afável equipe do NEIC, como Andrea Ribeiro; Bruno Salgado; Carlos Pinho; Carlos Henrique Santana; e Roberta Rodrigues. Todos vocês contribuíram bastante para meu aperfeiçoamento enquanto cientista político.

Aos amigos e colegas do GEEP, por todos os aportes, críticas e refinamentos em termos de debate; para além, é claro, das cervejas no (agora falido) “Escritório”. Agradeço em particular a Fernanda Feil, Hélio Canone e Pedro Lange.

À melhor “chefa” que alguém poderia desejar, Lorena Granja Hernández, por me proporcionar a oportunidade de contribuir para a difusão na Ciência Política na América Latina através da ALACIP.

Também não poderia deixar de agradecer à querida Luna Sassara, que com grande paciência e competência revisou esta Tese. Reitero minha gratidão a esta amiga a qual quero levar para toda a vida.

Por fim, expresso minha gratidão ao Clube de Regatas do Flamengo, ao Iron Maiden e também a Eiichiro Oda por proporcionarem minhas fugas mundanas do cenário político e econômico brasileiro atual.

RESUMO

MOURA, Rafael Shoenmann de. *A Economia Política da Estratégia Industrial no Leste Asiático: Relações Estado-Empresariado, Desenvolvimento e Emparelhamento Tecnológico nos casos de Taiwan, Coreia do Sul e China*. 2021. 391 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho tem, por *objetivo primário*, analisar quais as dinâmicas de interlocução entre os atores políticos, o desenho institucional dos regimes produtivos e "policies", bem como os fatores geopolíticos que permitiram a Taiwan, Coreia do Sul e principalmente China ascenderem economicamente, logrando as respectivas transformações estruturais. Como *objetivo secundário*, esmiuçarei também as semelhanças e diferenças entre os três casos nacionais. Este estudo, por conseguinte, será construído a partir de uma *metodologia qualitativa*, *descritiva* e *comparativa*. De igual forma, se dará mediante um *arcabouço teórico-analítico de cunho desenvolvimentista*, amalgamando as dimensões: de um projeto deliberado ou estratégia tendo a nação por epicentro; uma intervenção consciente do Estado para viabilizar tal empreitada; e a industrialização enquanto conduíte inexorável ao progresso técnico e tecnológico. As literaturas constitutivas desse arcabouço seriam: a dos mercantilistas ou "desenvolvimentistas pré-disciplina"; a da Economia do Desenvolvimento do Pós-Guerra; a do Estruturalismo Cepalino; e, enfim, a do Estado Desenvolvimentista do Leste Asiático (EDLA), emergente nos anos 1980. Já os *recortes temporais* dos distintos casos, grosso modo, compreenderão seus ciclos de alto crescimento e *catching-up*, saindo de paradigmas de predominância agrária para outro, de modernas potências industriais.

Palavras chave: China; Coreia do Sul; Taiwan; Estado Desenvolvimentista; Desenvolvimentismo; Leste Asiático; Economia Política, Instituições; Geopolítica.

ABSTRACT

MOURA, Rafael Shoenmann de. *The Political Economy of Industrial Strategy in East Asia: State-Business Relations, Development and Technological Catching-Up in the cases of Taiwan, South Korea and China*. 2021. 391 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The *main objective* of this paper is to analyze the dynamics of interlocution between political actors, the institutional design of the productive regimes and "policies", as well as the geopolitical factors that allowed Taiwan, South Korea and especially China to rise economically, achieving their respective structural transformations. As our *secondary objective*, I will also examine the similarities and differences between the three national cases. This study, therefore, will be built employing a *qualitative, descriptive and comparative methodology*. Likewise, it will take place through a theoretical-analytical framework of developmentalist nature, amalgamating the dimensions: of a deliberate project or strategy in which the nation is as its epicenter; a conscious State intervention to make such effort feasible; and industrialization as an inexorable conduit to technical and technological progress. The constitutive literature of this framework covers: that of mercantilists or "pre-discipline developmentalists"; that of the Development Economics of the post-war period; ECLAC's Structuralism; and, finally, that of the East Asian Developmental State (EADS), which emerged in the 1980s. The *time frames* of the different cases, roughly speaking, will comprise their cycles of high growth and *catching-up*, departing from paradigms of agrarian predominance to another of modern industrial powers.

Keywords: China; South Korea; Taiwan; Developmental State; Developmentalism; East Asia; Political Economy, Institutions; Geopolitics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hierarquia Organizacional e Estrutura de Poder do Governo Park----------182

Figura 2 – Organograma da estrutura de poder (Partido & Estado) na China----------237

Figura 3 – Linha Temporal com as Estratégias Industrialistas de Taiwan, Coreia do Sul e China----------327

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho de países selecionados do LA em perspectiva comparada -------- 24

Tabela 2 – Evolução sistêmica e institucional da Economia Internacional desde o Pós-Guerra---------- 35

Tabela 3 – Desenho de pesquisa da Tese---------- 45

Tabela 4 – Construtos teóricos tomados de autores da Economia do Desenvolvimento----- 70

Tabela 5 – Planos Plurianuais (PPa) de Desenvolvimento em Taiwan ----------114

Tabela 6 – Participação de bens de alta tecnologia na produção manufatureira (%)-------144

Tabela 7 – Dez produtos mais exportados por Taiwan----------158

Tabela 8 – Dez produtos mais exportados pela Coreia do Sul----------208

Tabela 9 – Presidentes e Primeiros-Ministros da RPC, 1978-1992----------232

Tabela 10 – Tipologia das Estratégias Industrializantes e suas experiências no Leste Asiático----------325

Tabela 11 – Enquadramento dos Casos Nacionais Asiáticos aos predicados das Literaturas Desenvolvimentistas----------344

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Trajetórias do PIB real per capita de países selecionados, a dólares (US$) correntes de 2011---------- 25

Gráfico 2 – Crescimento do PIB per capita no Leste Asiático, a dólares (US$) constantes de 2011 ---------- 32

Gráfico 3 – Composição e peso da ajuda estadunidense para Taiwan, em milhões de dólares (US$) constante de 2018----------103

Gráfico 4 – Principais destinos das exportações de Taiwan (%) ---------- 131

Gráfico 5 – Principais destinos das importações de Taiwan (%) ----------131

Gráfico 6 – Produção de bens industriais de alta tecnologia em Taiwan, em milhões de dólares (US$) a preços de 1979 ---------- 144

Gráfico 7 – Composição (%) da pauta exportadora taiwanesa em 1995----------158

Gráfico 8 – Participação dos setores (%) no Produto Interno Bruto da China----------239

Gráfico 9 – Participação dos setores (%) na Estrutura de Emprego da China----------245

Gráfico 10 – Evolução do comércio exterior na China pré-reformas----------248

Gráfico 11 – Orçamento como parcela (%) do Produto Interno Bruto (PIB)----------268

Gráfico 12 – Crédito Doméstico ao Setor Privado na China (% do PIB)----------270

Gráfico 13 – Comércio exterior como parcela do PIB (%) da China, 1960-2018----------282

Gráfico 14 – Market Share (% do total) da China em diversos setores produtivos----------294

Gráfico 15 – Taxas de Câmbio Nominal (Média) em Taiwan, Coreia do Sul e China (NT$/ ₩ / RMB = 1 US$) durante seus Ciclos de Alto Crescimento----------321

Gráfico 16 – Matriz de Adequação às Literaturas Desenvolvimentistas----------347

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIBW Arcabouço Institucional Internacional de Bretton Woods
BoK *Bank of Korea* (Banco Central da Coreia do Sul)
BCC Banco Central da China (Taiwan)
BP Balanço de Pagamentos
CC Clube Central (do Kuomintang)
CCPPC Conferência Consultiva Política do Povo Chinês
CDB China Development Bank
CE Conselho de Estado (China)
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFG Crise Financeira Global
CGV Cadeias Globais de Valor
CMC Comissão Militar Central (do Partido Comunista Chinês)
CNP Congresso Nacional do Povo
CRA Crise Regional Asiática
CRC Comitê de Reforma Central (do Kuomintang)
DRP *Democratic Republican Party* (Partido Democrático Republicano)
EDLA Estado Desenvolvimentista do Leste Asiático
ELP Exército de Libertação Popular
EPB *Economic Planning Board* (Conselho de Planejamento Econômico)
ERSO *Electronics Research and Service Organization* (Organização de Pesquisa e Serviços Eletrônicos)
ESB *Economic Stabilization Board* (Conselho de Estabilização Econômica)
FBKF Formação Bruta de Capital Fixo
FMI Fundo Monetário Internacional
GSA Grande Salto Adiante (*Great Leap Forward*)
HCI *Heavy and Chemical Industrialization* (Industrialização Química e Pesada)
IED Investimento Externo Direto
IDC *Industrial Development Commission* (Comissão p/o Desenvolvimento Industrial)
IDIC *Industrial Development and Investment Center*
ISI Industrialização por Substituição de Importações
ITRI *Industrial Technology Research Institute* (Instituto de Pesquisa de Tecnologia Industrial)
KDB *Korea Development Bank* (Banco de Desenvolvimento da Coreia do Sul)
KMT Kuomintang (*Guomindang* – Partido Nacionalista)
LDP *Liberal Democratic Party* (Partido Democrático Liberal)
MCICS Ministério do Comércio e Indústria da Coreia do Sul
MDO Mão de Obra
MFCS Ministério das Finanças da Coreia do Sul
MFN *Most Favored Nation* (Status de Nação Mais Favorecida)

MLP *Medium and Long-term Projects* (China)
MoST *Ministry of Science and Technology* (Ministério da Ciência e Tecnologia da China)
NDRC *National Development and Reform Commission* (Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma)
OIT Organização Internacional do Trabalho
OMC Organização Mundial do Comércio
PBoC People's Bank of China (Banco central da China)
PCCh Partido Comunista Chinês
PIB Produto Interno Bruto
PL Partido Liberal (Coreia do Sul)
PPC Paridade de Poder de Compra
PPa Plano Plurianual
PQ Plano Quinquenal
RdC República da China (Taiwan)
RMB *Rénminbi*
RPC República Popular da China
SASAC *State-Owned Assets Supervision and Administration Comission*
SDPC *State Development and Planning Commission* (Comissão Estatal de Planejamento e Desenvolvimento)
SEI *Strategic Emerging Industries* (Indústrias Estratégicas Emergentes – China)
SME *Small and Medium Enterprises* (Empresas pequenas e médias)
SOE *State-Owned Enterprises* (Empresas estatais)
SPC *State Planning Commission* (Comissão de Planejamento Estatal)
TdT Termos de Troca
TVE *Township and Village Enterprises* (Empresas dos Municípios e Vilas)
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VLSIC *Very Large Scale Integrated Circuits* (Circuitos Integrados de Larga Escala)
ZEE Zonas Econômicas Especiais
ZPE Zonas de Processamento de Exportações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO……..…..17

1) A INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁSIA NO PÓS-GUERRA……...….48

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO E O ESTADO COMO PROMOTOR DE MUDANÇA ESTRUTURAL 48
1.1.1 SISTEMAS NACIONAIS DE ECONOMIA POLÍTICA, MERCANTILISMO E OS DESENVOLVIMENTISTAS "PRÉ-DISCIPLINA"..... 50
1.1.2 A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO 57
1.1.3 O ESTRUTURALISMO CEPALINO 71
1.2 O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NO LESTE ASIÁTICO: TRAJETÓRIAS DE MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E A LITERATURA CONSAGRADA SOBRE JAPÃO, COREIA DO SUL E TAIWAN 78
1.3 INCOMPLETUDES DA LITERATURA: BUSCANDO UM MEIO-TERMO ENTRE O NACIONALISMO METODOLÓGICO "EXCESSIVO" E O "DESENVOLVIMENTO A CONVITE" 88

2) O CASO TAIWANÊS: A ECONOMIA POLÍTICA DA SEGUNDA CHANCE DO GUOMINDANG..... 96

2.1 A REPÚBLICA DA CHINA CIRCUNSCRITA A TAIWAN E AS LIÇÕES APRENDIDAS PELA DERROTA: REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, REFORMA AGRÁRIA E O XADREZ DA GUERRA FRIA 97
2.2 A ECONOMIA, A POLÍTICA E A GEOPOLÍTICA DA INSERÇÃO EXPORTADORA DURANTE O GOVERNO CHIANG KAI-SHEK..... 119
2.3 O GOVERNO DE CHIANG CHING-KUO E O SALTO INDUSTRIAL "FINAL" DE TAIWAN: O SEGMENTO DE ELETRÔNICOS E A IMERSÃO NAS CADEIAS GLOBAIS DIANTE DOS DESAFIOS DOMÉSTICOS E EXTERNOS..... 140

3) O CASO SUL-COREANO: A ECONOMIA POLÍTICA DO MILAGRE DO RIO HAN..……...164

3.1 A 1ª REPÚBLICA, A GUERRA DA COREIA E O ERRANTE ENSAIO DE MODERNIZAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO JAPONESA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O GOVERNO SYNGMAN RHEE 166
3.2 A DECOLADA INDUSTRIALISTA E A CONSOLIDAÇÃO DAS CHAEBOLS SOB O REGIME MILITAR DE PARK CHUNG-HEE..... 177
3.3 A RECONFIGURAÇÃO DA ESTRATÉGIA INDUSTRIAL E DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS POLÍTICAS NO PERÍODO PÓS-PARK..... 197

4) O CASO CHINÊS: A ECONOMIA POLÍTICA DO IMPÉRIO DO MEIO…..…….214

4.1 A CHINA VISTA POR AUTORES DEBRUÇADOS SOBRE O PRISMA DESENVOLVIMENTISTA: UMA BREVE RADIOGRAFIA CRÍTICA..... 216
4.2 O LEGADO DA ERA DENG, 1978-1992: EXPERIMENTOS INSTITUCIONAIS E A BUSCA POR UM CAMINHO PRÓPRIO NA COEXISTÊNCIA ENTRE PLANEJAMENTO E MERCADO..... 231
4.3 O GOVERNO DE JIANG ZEMIN, 1993-2003: (RE)CENTRALIZAÇÃO DAS CAPACIDADES ESTATAIS, *INSTITUTIONAL-BUILDING* E A NOVA COALIZÃO NO PODER 261

4.4 O Governo Hu Jintao/Wen Jiabao, 2003-2013: Começando a colher os frutos da inserção global e a consolidação enquanto potência 280
4.5 Breves Considerações sobre a China de Xi Jinping/Li Keqiang (2013-): Analisando setenta anos de RPC, quatro décadas de reformas e os desafios pela frente..... 296

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS: SIMILITUDES E PARTICULARIDADES DE TRÊS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE DESENVOLVIMENTO; E OS LIMITES DA LITERATURA 303

5.1 Politics, Policies e Geopolítica em Taiwan, Coreia do Sul e China: Pontos comuns e pontos destoantes 304
5.2 O que a Literatura utilizada explica?..... 333
5.3 O que a Literatura não explica e os Encaminhamentos Futuros para a Agenda de Pesquisa..... 348

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:..... 355

INTRODUÇÃO

> "O debate sobre a globalização, em sua forma mais primitiva, é a continuação do argumento binário da Guerra Fria. O mercado é bom, o Estado e o planejamento são ruins. As economias planificadas ruíram. Consequentemente, podemos considerar que os mercados resolverão os nossos problemas. Da perspectiva do 'outro cânone', a riqueza de uma nação depende do que ela produz. O laboratório da história mostra que o livre-comércio simétrico, entre nações de equivalente nível de desenvolvimento, beneficia ambas as partes. O livre-comércio assimétrico implica a especialização da nação pobre na pobreza, enquanto a nação rica se especializa em ser rica. Para beneficiar-se do livre comércio, a nação pobre deve, em primeiro lugar, livrar-se de sua especialização internacional em ser pobre. **Por quinhentos anos, isto não aconteceu em lugar nenhum sem forte intervenção no mercado**." (REINERT, 2016: p.173)

> "[...] o único homem que seguramente deve estar errado sobre o sistema de planejamento é aquele que tenta fazer um juízo simples a respeito." (GALBRAITH, 1985: p.233)

Esta Tese de Doutorado é norteada pela tarefa de trazer ao leitor uma análise histórica, institucionalista e macro-estrutural das trajetórias de desenvolvimento dos seguintes casos: da República da China ou **Taiwan** (RdC), da República da Coreia (ou **Coreia do Sul**), e, por fim, da República Popular da **China** (RPC); sendo a ascensão desta última, por razões que serão expostas ao longo dos parágrafos seguintes, o grande fenômeno da virada do Século XX para o Séc. XXI a nível global. Ao mesmo tempo, também será realizado o mapeamento das semelhanças e diferenças entre essas três experiências nacionais; mediante um estudo comparativo justificado pelo fato de que, conforme autores cânones que já se debruçaram sobre tais países, os mesmos possuírem similitudes concretas e pontos comuns o suficiente para endossar uma investigação horizontal considerando-os todos. Esta investigação também será realizada por intermédio de uma articulação entre diferentes abordagens teóricas, porém complementares.

Começando em ordem inversa, pela própria magnitude do país em questão, a primeira grande lembrança efetiva deste autor sobre a China em particular, um dos três principais alvos de esquadrinhamento nesta Tese e o caso nacional analisado no **último Capítulo**, diz respeito ao ano de 2008. Ainda adolescente, como fã de esportes, assisti às Olimpíadas de Beijing e à cobertura dos veículos de comunicação sobre o grandioso evento; que, para além de atrair ainda mais atenções para o país asiático e aspectos políticos e econômicos de sua

modernização, culminou com os chineses superando os Estados Unidos (EUA) no número de medalhas de ouro, algo extremamente simbólico e raro na trajetória desses jogos. Aquele mesmo ano também foi simbólico por outro motivo: foi quando eclodiu a crise financeira global (CFG), tendo por epicentro o estouro da bolha imobiliária *subprime* estadunidense que se espraiou pelos circuitos dos mercados de capitais de quase todo o globo, com grande severidade através dos conduítes do mercado de derivativos, um dos "legados" de décadas de desregulamentações institucionais vindas desde os anos 1980 (GUTTMANN, 2008; STIGLITZ, 2010; TOPOROWSKI, 2010; FERRARI FILHO e PAULA, 2012; PRATES, 2012; SOBREIRA, 2012; TORRES FILHO, 2014).[1]

De fato, enquanto os EUA e a União Europeia amargaram recessões em 2009 e 2010, com taxas de desemprego chegando a bater quase dois dígitos, e uma série de problemáticas econômicas cuja recuperação levaria um ritmo lento, a China passou pelo episódio de forma "incólume". O país registrou taxas de crescimento de 9,65% e 9,4% a.a. em 2008 e 2009, com estabilidade social em meio a um nível de desocupação irrisório de pouco mais de 4% segundo as estimativas oficiais. Isto ainda assim não impediu, absolutamente, as autoridades do Partido Comunista da China (PCCh) de darem uma assertiva resposta à crise, objetivando mitigar quaisquer consequências minimamente disruptivas. Ainda em novembro de 2008, apenas dois meses após a falência do banco Lehman Brothers, o então presidente Hu Jintao e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciaram um gigantesco pacote fiscal de 4 trilhões de *rénminbi* (RMB, ou yuan - 元) ou 586 bilhões de dólares/US$ (CHINA DAILY, 2008; JABBOUR, 2012).[2] Tal pacote, amalgamado a uma política monetária anti-cíclica de aportes de crédito e cortes drásticos nas taxas de juros pelo Banco Central da China (Banco Popular da China, ou PBOC), contemplava um massivo programa de investimentos no setor produtivo nas seguintes áreas (SCHMIDT, 2009; YANG e HUIZENGA, 2010):

---

[1] Os derivativos são instrumentos de investimentos utilizados pelos grandes bancos internacionais e fundos financeiros, lastreados na remuneração de outros ativos (deles "derivando") e dependendo das linhas creditícias de outros bancos, sendo mesclados em carteiras com outros títulos e, exatamente por isto, adquirindo alta interconexão no bojo dos mercados financeiros de forma geral (SOBREIRA, 2012).

[2] Segundo Yang e Huizenga (2010), tal valor era correspondente a aproximadamente 13,3% do PIB nominal chinês em 2008. Em termos de proporções, o esforço constituiu quase 75% do pacote fiscal estadunidense, país nuclear da crise, aprovado em fevereiro de 2009 pelo presidente Barack Obama com o nome de *American Recovery and Reinvestment Act* (Lei Pública 111-5) e que previa aporte de US$ 787 bilhões para auxiliar na recuperação da economia, entre resgate a instituições financeiras e investimentos nas mais diversas áreas (GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE, 2020).

- Desenvolvimento de infraestrutura massiva para o transporte público, particularmente projetos de construção de ferrovias, linhas de metrô e estradas;
- Programa de construção civil na província de Sichuan;
- Programa de construção de habitações públicas em áreas urbanas;
- Desenvolvimento da infraestrutura rural via projetos de sistemas de irrigação, escoamento de água e geração de luz elétrica;
- Projetos ambientais;
- Projetos concernindo tecnologia e inovação;
- Ampliação dos gastos com educação, seguridade social e com o sistema de saúde.[3]

Mas os esforços para minorar os danos econômicos por parte do Estado chinês não se encerraram nas fronteiras domésticas. Assim como em 1997 com a crise regional asiática (CRA), que também se originou nos mercados financeiros e difundiu-se para os países do Sudeste daquela quadra geográfica, a China promoveu esforços no intuito de estabilização da economia internacional e americana, principal mercado consumidor de suas exportações.[4] No primeiro episódio, o país contribuiu tanto com ajuda direta e empréstimos bilaterais, quanto com aportes financeiros através do Fundo Monetário Internacional (FMI) (GLOSNY, 2007).[5] Já com a CFG de 2008, o governo chinês intensificou a compra de títulos do Tesouro dos EUA, que passam de US$ 477,6 bilhões em 2007 para US$ 1,169 trilhão em 2010 (ou de 20,31% para 26,27% do total, superando o Japão como principal detentor), possibilitando ao país asiático assim continuar na posição de credor financiando o déficit em transações correntes estadunidense (HUNG, 2011; US DEPARTMENT OF TREASURY, 2020).[6]

Todas essas ações governamentais narradas, aguçadas em episódios críticos de crises do capitalismo, serviram para corroborar cada vez mais as percepções acerca do caráter definitivo da ascensão da RPC, mostrando inclusive que os prognósticos e elucubrações

---

[3] De fato, em parte graças a tal programa, a formação bruta de capital fixo (FBKF) chinesa – importante métrica para os investimentos – dá um salto em 2008 e atinge a impressionante marca de 45% do PIB no ano seguinte, ficando em tal patamares até 2014 (WORLD BANK, 2020).

[4] Em 2008, segundo o Atlas da Complexidade Econômica elaborado por Ricardo Hausmann e César Hidalgo, os EUA constituíam o principal destino das exportações chinesas com 20,38% do total. De lá até os dias de hoje (tomando o ano de 2017), tal parcela oscilou pouco, estando em 19% (THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY, 2020).

[5] Sobre a CRA de 1997, ver Chang (2006, cap. 5), Pempel (1999) e Kindleberger e Aliber (2011). Para uma análise comparativa de economia política das respostas governamentais dos países do Leste Asiático às crises de 1997-1998 e de 2008, ver Pempel e Tsunekawa (2015, cap. 1), Silva e Moura (2020).

[6] Tais investimentos chineses nos títulos da dívida americana são, como bem diz o professor Carlos Medeiros (2010: p.17), quase que integralmente financiados pelos enormes superávits comerciais que a China deteve e detém com os EUA ao largo dos anos.

acerca de quando a economia chinesa ultrapassaria a estadunidense, ao menos em valores brutos, não eram afinal irrealistas (CASTRO, 2008).[7]

E, de forma ainda mais extraordinária e aguçadora do debate, essa ascensão foi em via oposta às "terapias de choque" ou dos princípios sacralizados pelo Consenso de Washington nos anos 1990, resumidos nas palavras de Giovanni Arrighi como uma "crença dogmática nos benefícios do governo minimalista e do mercado autorregulado, típica do 'credo liberal' do século XIX" (2008: p.58) e largamente advogados aos países em desenvolvimento por instituições como FMI e Banco Mundial. Para as forças políticas corporificando tal agenda, crédulas sobre o "fim da história" do qual falaria Fukuyama (1992), apenas a "primazia" institutional dos mercados seria favorável ao crescimento (o termo "desenvolvimento" quase não é citado ou debatido por esses corpos teóricos), com a liberalização a favor da "estabilidade" dos fundamentos macro abrindo caminho para investimentos de fora e uma nova trajetória virtuosa (STIGLITZ, 2002: p.67).[8]

Só que, enquanto o decálogo do dito consenso enfatizava, no sentido amplo (já descrito no rodapé anterior), a drástica "liberalização" comercial e financeira, a China buscou um caminho próprio de reformas institucionais na construção de sua estratégia nacional, com *fortíssimo controle de capitais* e um *sistema bancário e de crédito majoritariamente público* (STIGLITZ, 2002; NAUGHTON, 2007; JAGUARIBE, 2011; JABBOUR, 2012; VERMEIREN e DIERCKX, 2012; MOURA, 2015).[9] Para além disto, sua inserção comercial na globalização foi eminentemente *mercantilista*, *planificada* e *liderada em boa parte por*

---

[7] De fato, em 2013 a China ultrapassou os EUA em termos de PIB por paridade de poder de compra (PPC), chegando à marca de mais de 25 trilhões de dólares correntes em 2018 (WORLD BANK, 2020).

[8] O Consenso de Washington alude a um conjunto de medidas vistos por autoridades políticas estadunidenses, investidores e credores estrangeiros como desejáveis para colocar os países em desenvolvimento, sob severas dificuldades desde os anos 1980, em rota de crescimento e estabilização. São elas: *1) Disciplina/austeridade fiscal*, em busca do equilíbrio das contas públicas em antagonismo aos típicos estímulos keynesianos; *2) redução dos gastos públicos*, particularmente com eliminação de subsídios; *3) reforma tributária*, com um impostos "enxutos" para evitar aversão dos investidores e, consequentemente, fuga de recursos; 4) *taxas de juros determinadas pelo mercado*, para evitar crédito mal alocado; *5) taxa de câmbio flutuante e "livre"*, também determinada pelas forças de mercado e significando, na prática, os países abrindo mão do controle sobre a conta de capitais em medida significativa; *6) abertura comercial*, com fim das restrições às importações e protecionismos diversos; *7) eliminação da restrição aos investimentos estrangeiros*; *8) privatizações*, visando o equilíbrio orçamentário e eliminação das ineficiências "inerentes" às empresas estatais; *9) desregulamentação institucional*, visando fomentar a competição entre os atores econômicos; e por fim *10) garantia de direitos de propriedade intelectual* (WILLIAMSON, 1990). Todas as aspas neste rodapé são de minha autoria.

[9] Como Stiglitz ressalta (2002: p.126), não foi um mero "acidente" o fato de a China, seguindo estratégia antípoda à receitada (e adotada) por muitos países do Sudeste e Leste da Ásia, ter sido o país menos adversamente afetado pela CRA no biênio 1997/1998.

um conjunto de grandes conglomerados industriais estatais, liderados desde 2003 pela poderosa Comissão de Administração e Supervisão de Ativos Estatais ou SASAC (JAGUARIBE, 2011; JABBOUR, 2012; PAULA e JABBOUR, 2016).

Tal órgão, com status ministerial e coordenador dos grandes blocos de investimento da China, administrando ao final de abril de 2018 ativos avalizados num total de 166,81 trilhões de yuans ou US$ 24 trilhões, é subordinado diretamente tanto ao Conselho de Estado do país quanto ao Comitê Central do PCCh, contando inclusive com um subcomitê interno do partido no seu desenho institucional (SASAC, 2018a; 2018b). Fatores como esse e outros da organização institucional da economia chinesa, que serão escrutinizados nesta Tese, dificultam narrativas sobre uma China dependente e capturada pelos processos de reconfiguração do capital transnacional (MOURA, 2015). E, como bem lembra Jaguaribe, foram alvo de severas críticas por parte de analistas liberais do Ocidente:

> "Apontava-se para o peso excessivo do Estado na economia, os limites do sistema bancário, e a precariedade de um código de leis que regulasse as atividades econômicas e oferecesse garantias à propriedade privada. Isto é, apontava-se para as falhas de um arcabouço organizacional das atividades econômicas tidas como brechas fundamentais para uma *economia de mercado auto-sustentável*". (2011: p.41; grifo próprio)

Tais críticas aos aspectos institucionais supostamente deletérios ao desenvolvimento não encontram lastro nos fatos. Na verdade, os indicadores corroborando a virtuosidade da ascensão chinesa são inúmeros, dos quais destaco alguns notáveis: nas três décadas entre o anúncio das reformas institucionais em 1978 e 2008, quando ocorre a CFG, a China cresceu a uma média de 10,02% a.a. para o Produto Interno Bruto (PIB) e de 8,82% a.a. para o PIB per capita, num país que em 1982 já tinha mais de 1 bilhão de habitantes e em 2018 contava com pouco menos de 1 bilhão e 400 milhões (WORLD BANK, 2020). Em paridade de poder de compra (PPC), o PIB per capita chinês cresceu de US$ 986 correntes em 1990 para US$ 7.635 em 2008 e US$ 15.529 em 2016, com médias de crescimento de 12,06% a.a. num recorte de 1991-2008 e 11,2% noutro de 1991-2016. Não somente isto, as exportações cresceram de US$ 6,81 bi correntes em 1978 para US$ 1,49 trilhões em 2008 e 2,65 trilhões

em 2018.[10] Saíram de 4,5% do PIB em 1978 para 36% em 2006 e arrefecendo para 19,5% em 2018 (Ibid.), em meio a transformações internas que comentarei nesta Tese.

Esses indicadores de crescimento macroeconômico tiveram como carro-chefe, no bojo de relevância do regime produtivo, a *indústria*: o valor agregado do setor secundário em relação ao PIB girou sempre entre 40 a 50%, atingindo US$ 4 trilhões correntes e passando de 47,65% para 93,6% ou quase a totalidade das exportações em 2018, com o conteúdo de alta tecnologia superior a 30% das exportações de manufaturados desde os anos 2000. Destas, se destacam principalmente os segmentos de eletrônicos e maquinários, onde a China logrou respectivamente 27,93% e 20,89% do mercado global em 2017 (THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY, 2020; WORLD BANK, 2020).[11]

Esses dados da esfera produtiva não vieram descolados de melhorias também em indicadores sociais, dos quais assinalo: em 1990, a porcentagem de chineses vivendo com menos de US$ 5,50 por dia – pela PPC de 2011 – era de 67,3%. Em 2016, era de apenas 6,5%. Isto em meio à transição de uma sociedade predominantemente rural para outra moderna e urbana, com a população nas cidades passando de 17,9% em 1978 para quase 60% em 2018 e a força de trabalho empregada na agricultura, que em 1990 ainda era de 59%, sendo agora alocada na indústria e em serviços: 28,26 e 45,71%, respectivamente (WORLD BANK, 2020). No campo, a estimativa oficial de pobreza, que em 1978 atingia 30,7% ou 250 milhões de pessoas aproximadamente, caiu para 1,6% (ou 14,79 milhões) em 2007. A expectativa de vida subiu de 67 para 76 anos entre 1981 e 2017 (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2018). A população analfabeta caiu de 230 milhões de pessoas em 1982 para menos de 40 milhões em 2017; e os detentores de ensino superior/terciário passaram de 0,48 para 2,71% da população entre 1980 e 2010 (UNESCO, 2020; WORLD BANK, 2020). O consumo anual per capita de carne no país, que em 1978 era de 10,32 quilogramas (Kgs), em 2017 chegou a 60,59, cifra acima da média global que em 2014 era 43 Kgs e superior à do Leste Asiático de 50 Kgs em 2015 (FAO *apud* RITCHIE e ROSER, 2019; FAO, 2020).

---

[10] Uma pequena nota comparativa: em 1978, por exemplo, o Brasil exportava 13,4 bilhões de dólares correntes, mais do que o dobro dos chineses. Em 2018 esta diferença estava invertida numa ordem de 9,6 a favor da China (WORLD BANK, 2020).

[11] Válido frisar que, desde os anos 2000, a participação das manufaturas na pauta exportadora de todos os países analisados nesta tese excedeu 90% (Ibid.).

Em suma, *os chineses vivem mais, se alimentam melhor, possuem empregos mais sofisticados, gozam de maior escolaridade e acesso a outros bens e serviços públicos*; numa complexa e histórica engenharia política, econômica e social que, é claro, também não exime o país de suas contradições, iniquidades e problemáticas ao longo de tal curso, algumas das quais pretendo elucidar e trazer para o debate.

Evidentemente, tais transformações ressignificaram a própria presença da China na geopolítica e geoeconomia global, lhe imprimindo a alcunha de "fábrica do mundo" conforme tornou-se a maior produtora de calçados, mobília, maquinários, lubrificantes, câmeras, televisões, computadores, têxteis, plásticos, máquinas de lavar, relógios, celulares e muitos outros bens de consumo duráveis (SHAMBAUGH, 2013).[12] O país converteu-se no maior consumidor energético mundial, maior exportador e maior detentor de reservas em divisas estrangeiras (3,1 trilhão em US$ correntes ou 22,8% do PIB em 2018). Saiu de 1,73% para 15,83% do PIB global entre 1978 e 2018; contribuindo para 40% do crescimento mundial nas décadas de 1990 e 2000 e, em 2015, tendo finalmente seus investimentos externos ultrapassando o investimento externo direto (IED) no próprio território, tornando-se o segundo maior investidor na economia mundial (SHAMBAUGH, 2013; JAGUARIBE, 2018; WORLD BANK, 2020).

A magnitude da emergência da China foi tamanha que Castro (2011: p.105), num brilhante artigo escrito em 2008, a caracterizou como "fato portador de futuro"; ou seja, chave de ignição para transformações de alto relevo – ou, como chamou, tendências pesadas – que reordenariam a economia mundial propiciando um novo quadro de referências inescapável condicionando o comportamento e atuação dos demais países, empresas e atores políticos singulares.[13]

A exitosa trajetória da China, contudo, não é um caso isolado, mas sim está inserida num conjunto de diversas outras experiências de modernização igualmente impressionantes

---

[12] Este aumento de relevância é visto no próprio Brasil e na América do Sul, onde a China se torna o maior parceiro comercial: em 2016 foi responsável por quase 20% de nossas importações e exportações nacionais. Para uma radiografia de tais relações, ver Rodrigues e Moura (2019).

[13] Assim, três seriam as grandes tendências pesadas causadas pela ascensão chinesa, mais notórias principalmente a partir de sua admissão na Organização Mundial do Comércio (OMC) ao final de 2001: *a)* O aumento da demanda por matérias primas, principalmente energéticas; *b)* A mundialização do consumo de massas, produto da baixa de preços de bens manufaturados que, por sua vez, decorreu das escalas de produção chinesas combinadas à sua estrutura salarial particular; e, por fim, *c)* A ampliação da oferta de recursos financeiros em escala mundial, consequência do aumento da liquidez internacional (CASTRO, 2011).

da região geográfica que chamarei nesta Tese de Leste Asiático (LA). No Pós-Guerra, particularmente a partir da década de 1950, o polo dinâmico da economia mundial começou a migrar aos poucos para a Ásia, que foi reduzindo sua diferença na participação do PIB global com uma mescla de uso intensivo de mão de obra (MDO) com incorporação seletiva de tecnologias do Ocidente (ARRIGHI, 2008). Casos como o do Japão (pioneiro), Taiwan, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong e, com sucesso menos protuberante, Malásia, Indonésia e Tailândia, simbolizaram uma ascensão que Amsden – que os denominou carinhosamente de "resto" – qualificou como uma das mudanças mais extraordinárias da segunda metade do Século XX (2009: p.29). O peso sistêmico de tal ascensão fica nítido ao visualizarmos os dados trazidos por Maddison e Amsden conforme a tabela abaixo:

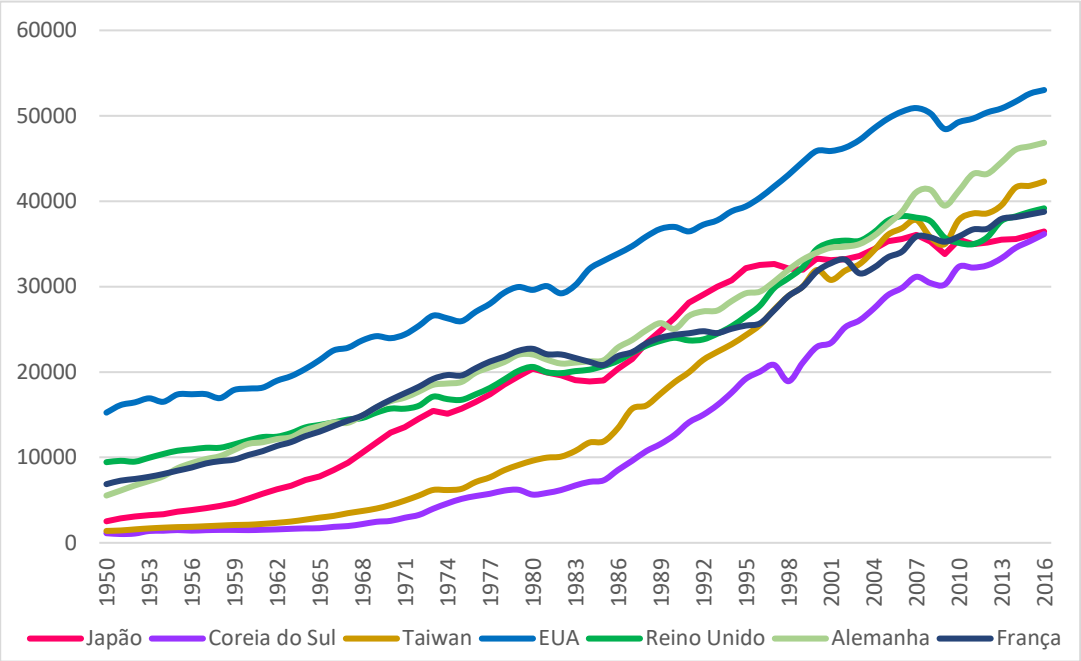
Tabela 1 – Desempenho de países selecionados do LA em perspectiva comparada

	Parcela do PIB Mundial (%)				**Média de crescimento do PIB (% a.a.)**			**Média de cresc. da produção manufatureira (% a.a.)**
	1950	**1973**	**2001**	**2018**	**1950-1973**	**1973-2001**	**2002-2018**	**1960-1995**
Japão	3,00	7,80	7,10	7,44	9,29	2,71	0,83	8,4
Coreia do Sul	0,30	0,60	1,43	1,75	5,84	5,99	3,90	14,6
Taiwan	0,13	0,30	0,87	0,71	6,65	5,31	3,83	10,6
China	4,50	4,60	12,3	13,11	5,02	6,72	9,26	9,9
Mundo	-	-	-	-	*4,90*	*3,05*	*2,91*	-
Países da OCDE	-	*78,88*	*76,17*	*63,45*	-	*2,94*	*1,81*	*3,4*

Fontes: Elaboração própria a partir de Maddison (2001), Amsden (2009), Taiwan Statistical Bureau (2020) e World Bank (2020).

Como vimos, portanto, a região – e em particular Japão, Taiwan, Coreia do Sul e depois a China, suas quatro maiores economias – foram os grandes galvanizadores de tal expansão, que se deu num ritmo superior tanto à média mundial quanto dos países em desenvolvimento e também dos industrializados do Eixo Atlântico-Norte (EUA e Europa). Este crescimento permitiu inclusive que tais casos (excetuando a China), partindo de patamares de pobreza consideráveis, se aproximassem ou atingissem níveis de renda e PIB per capita dos países centrais, como se vê pelo Gráfico 1:

Gráfico 1 – PIB real per capita de países selecionados, a dólares (US$) correntes de 2011



Fontes: Elaboração própria a partir de Maddison (2001); Groningen Growth and Development Centre (2020).

O caso nacional do Japão guarda importância fundamental por ter sido, fora do eixo geográfico do Ocidente, o primeiro Estado industrial moderno na Ásia (NORMAN, 2001) e que, em duas quadras históricas diferentes, ambas delicadas geopoliticamente – tanto durante a Era Meiji quanto no Pós-Guerra – foi capaz de alçar a condição de potência econômica e tecnológica num intervalo de tempo relativamente curto, evidentemente sob condições geopolíticas completamente distintas. Contudo, por questões de escopo, a realidade nipônica não será esmiuçada nesta Tese, embora seja referida em distintos momentos e por diversos autores debruçados sobre os casos aqui analisados tanto pelo seu pioneirismo em termos de modelo de ação estatal, quanto pela contribuição fornecida aos esforços por mim pretendidos de matização teórico-conceitual de economia política.

Outra experiência do Leste Asiático que, embora com menos "sucesso" que a japonesa, ilustra também um exemplo notório de *catching-up* e industrialização retardatária, é Taiwan; vista no **Capítulo 2** do presente estudo. A pequena ilha, alcunhada por navegantes portugueses ainda no Século XVI como Formosa e por muito tempo ocupada por pequenas comunidades de pescadores de etnia Han, tem uma trajetória histórica tortuosa e, desde o

final do século seguinte, intimamente entrelaçada à da China.[14] Em 1683, seria incorporada ao Império do Meio durante a dinastia Qing, assim permanecendo até ser concedida, posteriormente, ao imperialismo japonês pelo Tratado de Shimonoseki em 1895 (SPENCE, 1995; GELBER, 2012; HOLCOMBE, 2017).[15] Com a proximidade da derrota na Guerra do Pacífico, as forças de ocupação japonesas começaram a se retirar a partir de 1943 na esteira da Declaração do Cairo, restabelecendo-a de volta à República da China (RdC), na época já governada por Chiang Kai-shek, e evacuando-a quase por completo em 1945.[16] Entre 1945 e 1949, durante a Guerra Civil entre os nacionalistas do *Guomindang* (KMT – 國民黨) e os comunistas, Taiwan foi gerida com status administrativo de província até que, com a derrota dos primeiros, este se refugiaram junto com Chiang na ilha.[17] Desde então, tanto a RdC quanto a RPC se reivindicaram em suas narrativas como representantes do único governo legítimo de toda a China (GOLD, 1986; SPENCE, 1995; MENGIN, 2015; HOLCOMBE, 2017).[18]

De 1949 até os dias de hoje, portanto, Taipei se tornou a nova capital e sede da RdC, sendo governada pelo menos até a década de 1980 de forma unidirecional e sem quaisquer forças políticas formais opositoras pelo KMT, assegurado no poder pela promulgação da Lei Marcial, como já veremos. Taiwan passaria então a atuar no cenário geopolítico como Estado nacional autônomo, com seu próprio sistema político doméstico e a promulgação de políticas econômicas e institucionais próprias. Por quatro décadas, foi governada pela família Chiang (Kai-shek e depois seu filho, Ching-kuo); que assistiu a uma transformação sem precedentes na realidade da ilha. Todos os mais diversos números e dados empíricos mobilizados conferem argamassa ao argumento de que o KMT, no recorte temporal abarcado pelas três subseções seguintes, operou um verdadeiro milagre na economia política do país (GOLD,

---

[14] Como Spence sintetiza: "Na década de 1620, Taiwan começou a figurar na política global. No passado, os marinheiros naufragados e os missionários eram os únicos europeus a visitar a ilha" (1995: p.70). Em 1626, assistiu ao estabelecimento de uma base comercial e missionária de espanhóis; depois sucedida pela ocupação holandesa que duraria até 1662. A ilha só teve sua história integrada efetivamente à da China no Século XVII, o que numa perspectiva de longa duração é algo recente, como assinala o autor.

[15] Pelo tratado, a China teria de reconhecer a "independência" e "soberania" da província coreana (tornando-a, na prática, protetorado do Japão), para além de ceder quatro portos, a região de Liaodong, as Ilhas Penghu e Taiwan permanentemente ao Imperador Matsuhito (SPENCE, 1995: p.228).

[16] Apesar da retirada na prática, a devolução da ilha para Chiang só foi formalizada pelo governo japonês em 28 de abril de 1952, com a assinatura do Tratado de Taipei (GELBER, 2012).

[17] Sobre a guerra civil entre nacionalistas e comunistas na China, ver Pepper (1991).

[18] Ainda hoje, o governo de Taiwan mantém seu status oficial como República da China (GOVERNMENT PORTAL OF THE REPUBLIC OF CHINA, 2020).

1986; WORLD BANK, 1993). De 1952 até 1988, ano da morte do presidente Ching-kuo, o PIB de Taiwan havia crescido a um ritmo anual de 9,22% (MIZOGUCHI, 2005; REPUBLIC OF CHINA, 2007).[19] Tinha também um PIB per capita de US$ 6.357 correntes, multiplicado por mais de 30 vezes desde 1952 e 34% superior à própria Coreia do Sul (US$ 4.748), país este que também se mantinha incólume em seu alto crescimento, e 76% ao Brasil, com US$ 2.300 no mesmo ano (REPUBLIC OF CHINA, 2020; WORLD BANK, 2020).

Esse milagre nacional, assim como o japonês e os das nações restantes do Leste Asiático de modo geral, também foi puxado pela indústria: nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, a produção manufatureira taiwanesa cresce a taxas anuais de 15% e 12,6%, superiores às dos países em desenvolvimento e atrás apenas da Coreia do Sul (AMSDEN, 2009). O setor secundário subiu de 20% para mais de 40% do PIB entre 1951 e 1973 – se mantendo em tal patamar até o fim dos anos 1980 – e atingindo um pico médio de 41,8% na composição setorial do emprego no período 1981-1990, além de saltar de 15,2% para impressionantes 94% das exportações entre os anos 1950 e 1980. Isto num país cuja economia, pelas próprias proporções demográficas diminutas vis-à-vis o Japão ou a própria Coreia, se viu cada vez mais integrado nas cadeias produtivas globais, com o comércio exterior (exportações mais importações) deslanchando de 22% para mais de 80% do Produto Nacional Bruto (PNB) entre as décadas de 1950 e 1970 (TSAI, 1999; REPUBLIC OF CHINA, 2020).[20] A ilha também passou de uma condição majoritariamente agrária e rural para outra urbana, mais complexa e diversificada, atravessando o que o estruturalismo cepalino – corrente desenvolvimentista que veremos no próximo capítulo – alcunhou de transformação estrutural (GOLD, 1986).[21]

Assim como o Japão algumas décadas antes e Taiwan, já citados, a Coreia do Sul – segundo caso nacional aqui estudado, no bojo do **Capítulo 3** – também angariou a atenção de muitos acadêmicos e analistas a partir principalmente da década de 1980 em diante por sua trajetória vigorosa de crescimento econômico com transformação estrutural, nos termos conceituais e teóricos mencionados e que já serão explorados neste estudo. E, para além disto,

---

[19] Se considerarmos a PPC, ainda em 1993 Taiwan entraria entre as vinte maiores economias do mundo (GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE, 2019; WORLD BANK, 2020)

[20] As exportações taiwanesas cresceram 22% entre 1952-1960, 26,5% entre 1961-1970 e 29% entre 1971-1980 (REPUBLIC OF CHINA, 2020).

[21] Atualmente, conforme estimativas para 2020, 78,9% da população taiwanesa vive nas cidades (CIA, 2020).

por ter se tornado um país na fronteira de vários segmentos produtivos, dentre eles o de eletrônicos, automóveis e engenharia naval como veremos mais adiante na Tese.

O momento mais vigoroso desta performance sul-coreana é comumente atribuído, pelos economistas do desenvolvimento, ao período no qual o país foi governado pelo General Park Chung Hee, fundador da 3ª República da Coreia – e também da 4ª - em maio de 1961 após dar golpe no então Primeiro-Ministro Chang Myon. Foram os anos onde se registrou a maior pujança socioeconômica no âmago do que ficaria compreendido como o "Milagre do Rio Han" (LEE, 2003; CUMINGS, 2005).[22]

De fato, os dados correspondentes ao seu período no poder são impressionantes: entre 1961 e 1979 a Coreia do Sul passou de um PIB de US$ 2,4 bilhões correntes para US$ 66,56 bilhões e de um PIB per capita de US$ 93,83 para US$ 1773,52 também correntes; com taxas de crescimento de 10% ao ano para o primeiro indicador e 7,7% para o segundo (WORLD BANK, 2019).[23] As exportações cresceram num estrondoso ritmo anual de 28% e atingiram a cifra de US$ 14,1 bilhões correntes em 1979; onde 29,36% correspondia a vestimentas, 16,31% a produtos eletrônicos, 11,84% a materiais de construção / equipamentos / maquinários, e 9,92% a têxteis e tecidos, mostrando evolução da inserção externa do país em comparação ao início dos anos 1960 (WORLD BANK, 2019; OEC, 2019).[24] O setor manufatureiro como valor agregado do PIB dobrou de 11% para 22%, com sua participação nas exportações saltando de 18,2% para 88,8% entre 1962 e 1979; e a população nas cidades, por sua vez, foi ampliada de 28,5% para 55%, se tornando majoritária (WORLD BANK, 2019). **Em síntese, a Coreia do Sul saiu de uma condição predominantemente agrária, atrasada e de pauperismo de renda para outra moderna, industrial e urbana com crescente sofisticação tecnológica e produtiva** (BRESSER-PEREIRA *et al*., 2020).

---

[22] O termo "Milagre do Rio Han" ("*Hangangui Gijeok*" - 한강의 기적, aludindo a um dos quatro maiores rios da Coreia do Sul), de forma irônica, foi proferido originalmente por Chang Myon em 1961 com seus prognósticos para os anos "gloriosos e promissores" à frente do país ao final do Governo de Syngman Rhee e da Guerra da Coreia. O termo passou a ser empregado em referência principalmente ao alto crescimento do gov. Park, embora também seja possível encontrá-lo tratando do período até os simbólicos Jogos Olímpicos de 1988 ou até a entrada do país na OCDE em 1996 (LEE, 2011b).

[23] Tal desempenho é impressionante não só tomado em termos absolutos mas também comparativos. No que tange ao PIB per capita, por exemplo, a Coreia do Sul estava em 1979 pouco atrás do Brasil, este com US$ 1908,5 correntes ante US$ 1773 dos sul-coreanos (WORLD BANK, 2019).

[24] Em 1962, os principais setores exportadores da Coreia do Sul eram: Pescados e frutos do mar (18,26%); Minérios (15,96%); Algodão, arroz, soja e outros grãos (11,95%); e finalmente têxteis e tecidos (9,88%) (OEC, 2019).

Todos estes importantes fenômenos vistos nesses países são descritos pela literatura econômica como "***catching-up***" ou **emparelhamento**, definido em linhas gerais como a *diminuição do hiato de renda e produtividade das nações pobres com relação às ricas industrializadas, galgando posições melhores no que tange à fronteira tecnológica* (ABRAMOVITZ, 1986). **Tal dinâmica pressupõe uma sequência que, em termos empíricos, traduz uma curva de aprendizado de bens com conteúdo de conhecimento ou tecnológico menos** (ex: têxteis, calçados) **para mais** (ex: rádios, eletrônicos) **elevados** (REINERT, 2016). Essa sequência pode se dar tanto no âmbito doméstico das economias políticas quanto também pelo deslocamento/transferência de bases produtivas para outros países com estruturas de custos mais competitivas e rentáveis.[25]

Reinert (2016: p.210) qualifica tal curva de aprendizado como a transição de um paradigma produtivo "Malthusiano" para outro "Schumpeteriano", ou seja: de atividades com rendimentos decrescentes, preços flutuantes, trabalho não qualificado, salários flexíveis e criadoras de poucos encadeamentos para outras, impulsionadoras dos padrões de vida, com rendimentos crescentes, competição imperfeita e dinâmica, preços estáveis, salários inflexíveis e criadoras de grandes sinergias com pólos produtivos.

Esse processo histórico de *catching-up*, como veremos para os casos do LA, foi árduo e peculiar por várias razões: árduo pelo fato de a transferência tanto das tecnologias embutidas nos processos produtivos quanto do conhecimento técnico e tácito envolvido em sua operação não ser fácil; fazendo tais países se arvorarem com frequência em meios "ilegítimos" para lográ-lo (CHANG, 2004).[26] E foi peculiar, por sua vez, por não envolver necessariamente inovações próprias mas sim aprendizado puro, o que implica de modo inexorável numa dependência inicial das indústrias modernas dos países centrais (AMSDEN, 2009).[27] Contudo, essa "vantagem do atraso", para usar o termo do autor Alexander

[25] No caso do Leste Asiático, esta dinâmica de transferência de bases produtivas foi muito bem estudada pelos teóricos do paradigma dos "gansos voadores", metáfora originalmente pensada por Kaname Akamatsu (1961) para designar a inovação tecnológica sequencial na região. Este debate foi tratado nos contornos mais contemporâneos, de forma competente, por Palma (2004) e Leão (2010).

[26] As aspas em "ilegítimos" são uma forma do autor ironizar que tais meios foram praxe nos percursos históricos de praticamente todos os países atualmente desenvolvidos (PADs): "Quando estavam em situação de catching-up, os PADs protegiam a indústria nascente, cooptavam mão de obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas" (CHANG, 2004: p.114).

[27] Amsden reitera, contudo, que a criação de vantagens competitivas pelo aprendizado vis-à-vis inovação é menos arriscada, pois o aprendiz, "ao menos", conta com um modelo prévio a seguir. Ainda assim, criação de vantagens via aprendizado é tênue no sentido de que o país ou firma aprendiz enfrenta maior competição do

Gerschenkron que utilizarei no Capítulo 1, precisaria ser bem aproveitada – em sentido estratégico – pelas autoridades políticas nacionais para lograrem o emparelhamento, via desenhos institucionais e de políticas, como de fato foi para o Japão e também para Coreia, Taiwan e China. Nesse sentido, **as capacidades governamentais se tornam então imprescindíveis não só para o *catching-up*, quanto para, em alguns casos, o *leap-frogging*** ("ultrapassagem") em determinados setores e áreas de conhecimento (CASTRO, 2015).

Em síntese, as rápidas modernizações e trajetórias de ascensão econômica e material taiwanesa, sul-coreana e, numa escala sem precedentes, chinesa, replicaram de certa forma determinadas políticas e desenhos institucionais em comum; e, em menos de 30, 40 anos, saíram de estruturas econômicas "tradicionais", pobres e agrárias e atingiram o rol de países com níveis de renda substantivamente mais elevados. Vivenciaram, assim, o que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sobre a qual falarei daqui a alguns parágrafos e cujo precursor constituirá uma das referências por mim arroladas nessa pesquisa, chamaria de "transformação estrutural".

O **objetivo principal** desta Tese, destarte, será analisar *quais as dinâmicas de interlocução entre os atores políticos* ("politics"), *o desenho institucional das políticas* ("policies") *e os fatores geopolíticos que facultaram à Taiwan, Coreia do Sul e China ascenderem economicamente e lograrem suas respectivas transformações estruturais*. Como **objetivo secundário**, almejo analisar *quais foram as semelhanças e diferenças nas trajetórias destes três casos em seus respectivos desenvolvimentos retardatários*. Estes três países constituem, por conseguinte, e dada a relevância já explicada acima, meu **recorte espacial/geográfico**, esmiuçado à luz de uma **metodologia qualitativa, descritiva e comparativa**.[28]

---

inovador, que protege sua posição competitiva com novos produtos ou processos menos custosos. Enquanto isso: "The learner has nothing to protect it but lower wages, and these become increasingly insignificant as a competitive weapon the more skill and capital intensive the sector" (AMSDEN, 1989: p.292).

[28] A exclusão de Hong Kong e Singapura – dois casos também impressionantes de emparelhamento econômico no mesmo período histórico aqui abarcado – se justifica por duas razões oportunas e interligadas citadas por John Weeks (2000: p.628): *a)* pelo seu caráter muito diminuto de Cidades-Estado; e *b)* pelo fato de, nesses países, não se observar a complexa e importante interação entre os setores rural e urbano, algo prezado para a compreensão das transformações estruturais conforme as literaturas de desenvolvimento e economia política presentes nesta Tese.

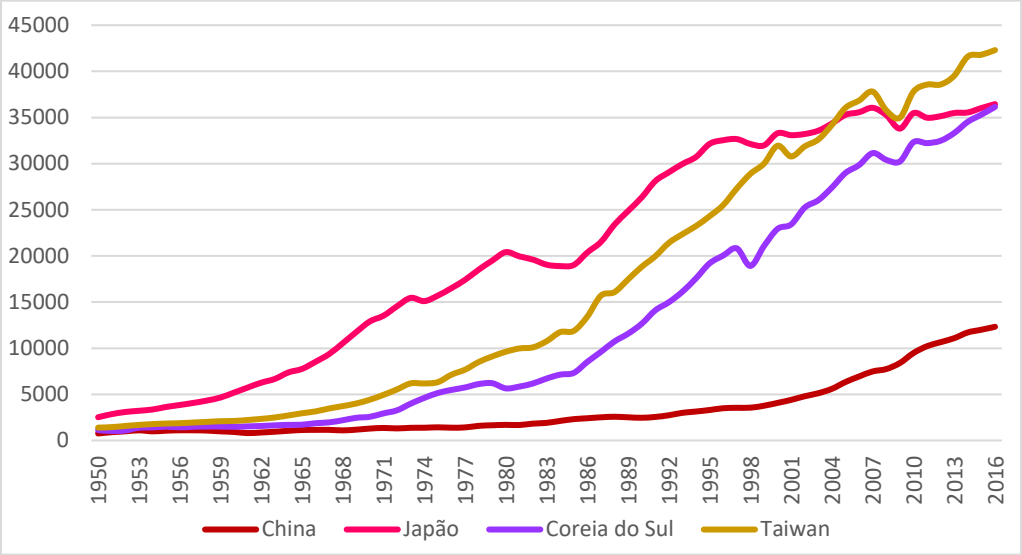
A **hipótese primária** desenvolvida neste estudo, e que aqui antecipo, é que, *não obstante o legado deixado pelas particularidades da economia do período maoísta* (1949-1976), *a China ainda assim teria replicado exitosamente o desenho institucional do EDLA – tal como nos termos definidos por Chalmers Johnson (1982) – em contornos muito parecidos aos do Japão, Taiwan e Coreia, sendo auxiliada em tal sentido por sua escala colossal* (vis-à-vis os demais casos) *e também pela configuração particular de seu sistema político*. A manutenção de importantes arranjos políticos e institucionais internos, do ponto de vista das interfaces Estado-PCCh-Sociedade / Estado-PCCh-Economia, conforme conjecturo, dotaram seu sistema de planificação da atividade produtiva de mecanismos superiores capazes de lograr o emparelhamento mesmo sob a preponderância da globalização financeira, hostil – em termos sistêmicos – ao crescimento assentado sob base industrial em países em desenvolvimento.

Já minha **hipótese secundária** presume, por distintas razões históricas, ideológicas e geopolíticas, que seria possível estabelecer dois *clusters* dentro dos países asiáticos de industrialização retardatária aqui trazidos para reflexão comparativa: um compreendendo a Coreia do Sul, a qual supostamente teve o modelo de ação estatal e desenhos institucionais mais análogos aos do caso pioneiro japonês; e, em outro, China e Taiwan, onde, ao contrário de Japão e Coreia, as empresas públicas e estatais foram os grandes atores econômicos e sustentáculos do desenvolvimento. Com isto, os respectivos empresariados de ambas as nações jamais teriam se constituído enquanto classe social hegemônica; conferindo, nessas realidades nacionais, uma natureza distinta à dinâmica de poder político decisório.

A escolha de tal temática, desses dois objetivos, deste recorte de países e destas hipóteses traz uma série de riscos e desafios, igualmente inspiradores e aterrorizantes para qualquer cientista social. O primeiro deles se dá pelo caráter holístico e de longa duração pretendido para a análise de economia política comparada desses processos históricos de desenvolvimento, podendo parecer a princípio um esforço demasiado ambicioso deste pesquisador; ainda mais num cenário onde o ambiente acadêmico por vezes induz à circunscrição excessiva em mini-temas em detrimento de estudos mais longitudinais debruçados sobre grandes estruturas. O segundo desafio tange à delimitação exata dos recortes de anos abarcados para estas experiências. Essas trajetórias de desenvolvimento guardam *distintas temporalidades no que diz respeito ao processo de decolada do*

crescimento econômico (BOLTHO e WEBER, 2015), com o Japão sendo o pioneiro a partir dos anos 1950, seguido por Taiwan e Coreia do Sul num período relativamente próximo na década seguinte e enfim a China a partir das reformas institucionais na virada dos anos 1970 para 1980, como o Gráfico 2 elucida:

Gráfico 2 - Crescimento do PIB per capita no Leste Asiático, a dólares (US$) constantes de 2011



Fonte: Elaboração própria a partir de Groningen Growth and Development Centre (2020).[29]

Essas múltiplas temporalidades (ou pontos de partida) *do catching-up não são irrisórias enquanto elementos potencialmente complicadores deste estudo, pois apontam para distintos contextos/blocos históricos e sistêmicos com suas particularidades geopolíticas e onde as restrições e oportunidades para os Estados nacionais na periferia global eram bastante distintas*. Explico: entre o imediato Pós-Guerra (1945) e meados dos anos 1970, por exemplo, as economias do bloco capitalista se viram ineridas sob a égide do Arcabouço Institucional Internacional de Bretton Woods (AIIBW); onde, a despeito da crescente integração comercial entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento, havia

[29] Se considerarmos apenas as taxas de crescimento do PIB em termos brutos, e não do PIB per capita, os vetores destas distintas temporalidades são ainda mais pronunciados (WORLD BANK, 2020).

limitações regulatórias severas aos fluxos financeiros, no que John Gerard Ruggie (1982) classificou como "liberalismo inserido".[30]

Nesse primeiro paradigma, referido frequentemente como "anos dourados" por seu progresso material, o imaginário da antiga ordem de *laissez faire* conducente à crise de 1929 e à instabilidade mundial foi substituído pela revolução keynesiana nos países centrais e pela ideologia desenvolvimentista nos países periféricos. Essas ideologias se viam inspiradas nas experiências exitosas de planificação econômica pós-Grande Depressão, tanto em países capitalistas quanto na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ainda pujante naquele momento (GLYN *et al*., 1990; HOBSBAWN, 1995; RODRIK, 2012; CARDOSO, 2018; BRESSER-PEREIRA, 2020).[31] A estabilidade social das primeiras décadas foi produto, portanto, de reformas institucionais sistêmicas limitando os efeitos nocivos dos mercados e circulação desregulada de capitais (HELLEINER, 1994; BOYER,1996). Ou seja, o AIIBW, por sua própria configuração, facultava pesados controles e barreiras comerciais e financeiras aos países, dotando de considerável margem de manobra – a qual aqui me referirei como "*policy space*" – os Estados ou economias nacionais.

Na década de 1970, contudo, fraturas da AIIBW começaram a ficar nítidas, principalmente nos países industrializados onde o desempenho econômico já dava sinais de arrefecimento e seria ainda agravado pelos choques do petróleo de 1973 e 1979. As fraquezas do sistema monetário internacional, traduzidas pelas sucessivas instabilidades geradas pelo aprofundamento do déficit do balanço de pagamentos (BP) estadunidense, culminaria com o fim da conversibilidade do dólar decretada por Richard Nixon em 1971 (MEDEIROS e SERRANO, 2012).[32] Foi o ponto de partida, por conseguinte, para o desmoronamento do ordenamento sistêmico de Bretton Woods; com a gradual instauração, ao longo de toda

---

[30] Essa arquitetura institucional obteve o nome após a Conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944 na localidade de mesmo nome nos EUA, em Nova Hampshire. A conferência, pautada pelas propostas de John Maynard Keynes e Harry Dexter White donde as deste último predominaram, traduzia as preocupações das autoridades políticas nacionais com o desemprego e a formação de um sistema de pagamentos internacional. Alguns de seus pilares foram: o papel hegemônico do dólar como moeda de reserva internacional; o contínuo déficit na conta de capitais estadunidense, visando sua própria projeção e abastecimento de liquidez necessária para fomentar o boom global; a reconstrução do sistema industrial europeu e parte do japonês; e, ao fim, a industrialização periférica, agora intensificadas com influxos de capitais de fora conjugados seus próprios investimentos produtivos e estratégias nacionais (CARVALHO, 2004; RODRIK, 2012; BELLUZZO, 2013).

[31] John Kenneth Galbraith (1985) foi um dos pioneiros a elogiar e advogar as virtudes do sistema de planejamento para os países capitalistas, inspirado em parte nos méritos socioeconômicos do Plano Marshall.

[32] Para um excelente mapeamento dos distintos padrões monetários e suas particularidades, ver Eichengreen (2008); Medeiros e Serrano (2012; e Rodrik (2012).

aquela década, de um novo regime de câmbios flutuantes, oscilações dos fluxos financeiros e maior papel do mercado de capitais na determinação do valor das moedas em nível global (HELLEINER,1994; MEDEIROS e SERRANO, 2012; RODRIK, 2012).[33]

A instabilidade e posterior dissolução do AIIBW foi acompanhada, no plano político e intelectual das comunidades epistêmicas, por uma viragem na maré ideológica contra o keynesianismo e as perspectivas Estado-centradas de desenvolvimento hegemônicas desde o Pós-Guerra. Era a reemergência do pensamento de *laissez faire* ou da ideologia neoliberal, conferindo suposto apelo científico às retóricas de ajuste fiscal, mobilidade de capitais e esvaziamento do intervencionismo das autoridades públicas nas áreas social e industrial principalmente (BOYER, 1996).[34]

Ou seja, o paradigma ideológico neoliberal modelou a arquitetura da nova economia internacional ou, conforme Rodrik (2012), o paradigma da "hiperglobalização": convertendo a liberalização comercial e financeira como fenômeno indissociável do próprio "ocaso' do Estado e da autoridade do poder público (HELLEINER, 1994; EVANS, 1997). Esse segundo e novo bloco histórico da economia mundial após a 2ª Guerra Mundial (GM) assistiu à intensificação do internacionalização de serviços, produção e agora finanças; sendo auxiliado, para além da desregulamentação dos mercados financeiros aludida, pelo avanço da *3ª Revolução Industrial ou Tecnocientífica Informacional*, reduzindo consideravelmente os custos transacionais e permitindo às corporações gerirem globalmente seus sistemas industriais, de distribuição e de capitais (GILPIN, 2004; SCHWAB, 2016).[35] Esta nova

---

[33] Com o desmoronamento de tal sistema, também erodiria o ciclo de estabilidade que tais "trinta anos gloriosos" tinham permitido, dando lugar a uma pandemia de crises bancárias e financeiras que torna forçosamente inevitável o elo entre o arcabouço regulatório keynesiano de Bretton Woods e o ciclo de prosperidade prévia (BRESSER-PEREIRA, 2020).

[34] O neoliberalismo pode ser um termo de difícil matização ou circunscrição. Aqui nesta Tese, trata o neoliberalismo enquanto um projeto político plutocrático amalgamando distintas correntes de filiação econômica neoclássica: o monetarismo de Milton Friedman; a perspectiva libertária de Robert Nozick; a teoria do *rent-seeking* ("busca por rendas") de Anne Krueger; a teoria das escolhas racionais de Robert Lucas; a perspectiva da escolha pública de Gordon Tullock; etc. Embora com evidentes distinções entre si, **todas essas ramificações tinham por denominador comum a premissa dos mercados auto-regulados como entidades alocativas máximas e que resolveriam as mazelas sociais mediante liberalização em todos os aspectos**, não tendo sua eficiência tolhida por barreiras deletérias erguidas pelos governos (HARVEY, 2005). Após o "laboratório experimental" no Chile de Augusto Pinochet, se afirmou e consolidou nos países centrais com Ronald Reagan e Margareth Thatcher nos anos 1980; depois sendo exportado para a periferia.

[35] A Terceira/3ª Revolução Industrial começa aproximadamente entre a virada da década de 1950 (1959) para a de 1960, sendo alcunhada de digital ou tecnocientífica informacional – como optei por chamá-la aqui – em função da introdução de computadores e internet que fizeram tombar os custos de informação e de deslocamento/processamento de dados, dando início a uma série de novas cadeias produtivas. Encontrou sua fase de maturação nos anos 1990 (SCHWAB, 2016).

conjuntura propiciou uma alteração das estratégias corporativas multinacionais, traduzida num câmbio de investimentos externos diretos (IED) até então "horizontais", ou seja, com estabelecimento de subsidiárias recebendo partes e componentes de fornecedores locais, para "verticais" ou "terceirizações globais", um processo de fragmentação racionalizada da cadeia de produção econômica (GILPIN, 2004).[36] A Tabela 2 tenta resumir de forma mais didática essas relevantes mudanças:

Tabela 2 – Evolução sistêmica e institucional da Economia Internacional desde o Pós-Guerra

	1944-Anos 1970 ("Anos Dourados" da AIIBW)	**Anos 1970 ("transição")**	**Anos 1980-??? (Neoliberalismo/Globalização financeira)**
Regime Internacional	*Bretton Woods*: liberalização progressiva do comércio; mas com limite aos fluxos financeiros.	- Choques do petróleo e situação insustentável dos déficits do BP dos EUA; - 3ª Revolução Industrial (tecnocientífica informacional) facilitando movimentações transnacionais de fluxos financeiros; - Viragem ideológica.	Internacionalização em TODAS as esferas econômicas (fragmentação da produção industrial e explosão dos fluxos de K).
Orientação geopolítica das potências dominantes	Ordem bipolar da Guerra Fria (GF) estimulando fomento ao progresso do Terceiro Mundo / periferia.		Gradual consolidação hegemônica e unipolar dos EUA minando o imperativo estratégico do auxílio ao desenvolvimento (retirada das "facilidades" ao Leste Asiático).
Padrão monetário	*Padrão Dólar-Fixo*: Alta regulação sobre K possibilitando controle ou manipulação mais fácil das taxas de câmbio / policy space aos Estados nacionais para perseguirem políticas autônomas.		*Padrão Dólar-Flexível*: Alta mobilidade de K empoderando seus atores; taxas de câmbio voláteis.
Papel do Estado	Promoção do planejamento econômico e desenvolvimento com mudança estrutural.		Estado como mero fiscalizador de contratos ("*Night-watchman*").
Ênfase	Crescimento, industrialização e pleno emprego.		Estabilidade monetária.

[36] Fragmentação esta de caráter intra-industrial entre os locais de produção, montagem e comercialização dos bens das empresas, num processo também chamado de *offshoring* ou *unbundling* (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Ideologia	Desenvolvimentismo (periferia) e keynesianismo (países centrais).		Ortodoxia neoclássica.

Fontes: Elaboração própria a partir de Helleiner (1994); Boyer (1996); Gilpin (2004); Harvey (2005); Rodrik (2012); Medeiros e Serrano (2012); Bresser-Pereira (2009; 2020).

Todos as mudanças descritas nos parágrafos anteriores não constituem mera divagação ou abstração intelectual supérflua do autor desta Tese, mas escancaram quadros de referência sistêmicos e geopolíticos importantes onde se inserem as economias políticas de Taiwan, Coreia do Sul e China. *Os dois primeiros países logram seus emparelhamentos tecnológicos ainda por volta do primeiro paradigma narrado; que, em nível mundial, foi extremamente favorável para o desenvolvimento periférico e leniente com estratégias industrialistas nacionais*.[37] **Já a China percorre seu caminho de *catching-up* em plena globalização financeira, navegando contra a corrente das pressões pelo redesenho do escopo de intervenção de grande parte dos Estados**; que, como dito, sucumbiram em boa medida aos preceitos do Consenso de Washington. Isto confere, ao processo de desenvolvimento econômico chinês, ainda mais particularidade, importância e riqueza analítica. Tal riqueza advém das múltiplas dúvidas que suscita: em que condições o logrou? Em que medida isto se atribuiu ou não à eficácia de suas capacidades estatais? Estas, por sua vez, foram semelhantes ou distintas das dos três casos pregressos? Caso diferentes, por quê? As respostas a estas e outras indagações se encontram nos capítulos deste estudo.

Assim sendo, trabalharei com os seguintes *recortes temporais*: Taiwan, 1949-1988 (analisada no **Capítulo 2**); Coreia do Sul, 1950-1992 (estudada no **Capítulo 3**); e, enfim, a China, 1978-2018 (tratada no **Capítulo 4**). **Todos esses recortes foram selecionados sob o mesmo critério**: *perscrutar o percurso de transição de economias políticas de base preponderante agrária para industriais, complexas e emparelhadas tecnologicamente com*

[37] Quando aludo a tal "leniência", quero destacar que, na nova ordem bipolar do Pós-Guerra, as preocupações quanto à viabilidade do capitalismo enquanto sistema econômico estiveram sempre nas considerações das autoridades políticas dos EUA; que, para "demonstrá-la", toleraram políticas protecionistas dos países em desenvolvimento e financiaram planos de reconstrução econômica com investimentos geopoliticamente orientados na periferia, facilitando assim os "milagres nacionais" que veremos (MEDEIROS e SERRANO, 2012). Este fato não é trivial, embora seja importante assinalar que tal postura não ocorre logo de imediato após o fim da 2ª GM mas sim com a escalada da Guerra Fria, com os EUA fazendo um revisionismo de sua política externa conforme Reinert deixa claro ao comentar o abandono do Plano Morgenthau (de punição econômica à Alemanha), criativamente apelido por ele de "gêmeo perverso de Marshall" (2016: p.211). Agradeço especialmente ao curso online "O milagre da China", ministrado pelos Profs. Drs. Paulo Gala e Elias Jabbour por me chamarem atenção para este último ponto.

o Ocidente desenvolvido no segmento mais catalizador da 3ª Revolução Industrial: o de semicondutores, encadeamento nevrálgico para o setor-mor de eletrônicos (SCHWAB, 2016; DELOITTE, 2019).[38] Os semicondutores constituem circuitos integrados de larga escala (*Very Large Scale Integrated Circuits*, ou VLSIC), produtos de alta tecnologia corroborando a maturidade e complexidade do regime produtivo de um determinado país, responsáveis pelas placas de memória e transmissão de dados (CHI, 1990).[39]

Evidentemente, tais recortes não serão "rígidos" e trarão contextualizações históricas importantes, debruçadas principalmente sobre o *state-building*, a construção dos legados e capacidades institucionais fomentadoras ao desenvolvimento e a formação de coalizões político-societais conferindo suporte aos projetos nacionais estudados. Seria inoportuno e pobre em termos explicativos, por exemplo, tratar da Coreia do Sul sem comentar os antecedentes da industrialização por substituição de importações (ISI) na década de 1950; bem como ignorar o legado institucional remanescente da planificação econômica sob Mao Zedong (1949-1976) para a China pós-reformas, é claro com suas devidas metamorfoses.

O terceiro e último desafio desta Tese, possivelmente sua grande instigação, é a escolha dos arsenais e recursos teóricos utilizados para analisar a economia política desses países. Esta é uma tarefa extremamente ingrata pois as nações asiáticas, principalmente a China, obstaculizam tentativas de simplificações feitas por tipologias ideais acerca das economias de mercado. Como diz Jaguaribe, se torna então "imperativo alargar para além do espaço euro-atlântico a leitura sobre formas e estratégias de desenvolvimento econômico" (2011: p.40). A diversidade de tal país asiático em particular, por exemplo, não é capturada em qualquer modelo pré-existente de economia de mercado liberal ou mesmo variantes de economias de mercado coordenadas. Jabbour, embora partindo de bases diferentes, parece convergir com Jaguaribe neste ponto ao defender que:

> "[...] **as causas do crescimento econômico chinês devem ser buscadas não somente no que existe de padrão no mundo, mas também na análise da complexidade da formação social**

[38] Segundo relatório de mercado recente, **o setor de semicondutores também porta a chave para a digitalização e a sofisticação produtiva requeridas para a 4ª Revolução Industrial ou do chamado 5G, onde a China atualmente disputa protagonismo com os EUA** (DELOITTE, 2019).

[39] Chi (1990: p.276) argumenta que a o alcance e a manutenção do *catching-up* com os países avançados em tal setor é extremamente difícil, em função de: *1º)* Sua tecnologia de desenho e manufatura muda rapidamente, demandando constante adaptação organizacional e institucional da firma ou da nação em questão, para além da ampliação das capacidades; e 2º) O preço desses produtos declinar continuamente pelo baixo ciclo de vida, requerendo o contínuo aprendizado na indústria.

> **chinesa**, expressada em diferentes formas de produção no mesmo território". (2012: p.63; grifo do autor)

Ou seja, o emprego de conceitos, teorias, análises e literaturas, tanto de cunho mais econômico quanto as mais politológicas, não deve visar a imposição conveniente de "modelos" ou "rótulos" rígidos. Estes podem criar, antes de mais nada, armadilhas futuras para seus próprios autores, como é o caso de David Harvey (2005), que tipificou a China de neoliberal colocando-a como variante ao lado das experiências de Reagan, Thatcher e Pinochet; ou para Alvin So, que, também partilhando da visão do Império do Meio aderindo ao neoliberalismo nos anos 1980 e 1990, chegou a afirmar que na China "the State is being downsized, State capacity is being weakened, the State's role in the economy is significantly reduced..." (2011: p.53). Isto sem contar a incapacidade explicativa sobre as razões para resultados tão díspares no país asiático vis-à-vis, por exemplo, a América Latina. Região esta que, sob jugo do mesmo projeto neoliberal imposto principalmente nos anos 1990 como ideologia corretiva das "debilidades estruturais" herdadas da década anterior e da crise da dívida, atolaria a região na desindustrialização, privatizações, arrocho fiscal, alto desemprego, informalidade, desregulamentações comerciais e financeiras, investimentos especulativos em portfólio, etc (BOSCHI e GAITÁN, 2012; CANO, 2012).[40]

Por consequência, *me parece mais profícuo*, ao invés de partir de forma unidirecional de modelos ou conceitos pré-estabelecidos para enquadramento ou não das realidades das nações asiáticas numa dicotomia definitiva "é / não é", *investigar em que medida tais literaturas recenseadas explicam e em que medida não explicam as mudanças sociais no curso dessas economias políticas, bem como as respectivas razões para tal*. Evidentemente, recorrer aos válidos aportes dessas literaturas não implicará num endosso acrítico às mesmas. Muito pelo contrário, também pontuarei limitações destas de modo a poder aprender com as mesmas e preencher o que entendo como "lacunas" analíticas, enriquecendo assim a aplicação da teoria aos objetos empíricos. **Esta será, penso eu, a contribuição que lograrei com esta Tese, no que tange ao debate de economia política comparada**. A escolha das literaturas, autores e conceitos se deu conforme minha percepção dos aportes mais válidos

[40] Esta incapacidade explicativa também se mostra latente até quando analisamos alguns aspectos internos da própria China; onde, desde 1985 até 2017, em quase todos os anos os salários nominais cresceram a um ritmo superior ao do PIB (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2018; WORLD BANK, 2020).

para capturar as transformações produtivas e societais nas três dimensões antes aludidas: ***politics***, ***policies*** e ***geopolitics*** (geopolítica).

Para analisar as dinâmicas relacionais entre atores societais de maior peso designados para cada caso nacional, por mim denominadas como ***politics***, recorro ao institucionalismo histórico, estudando como a organização institucional da comunidade política e das estruturas econômicas privilegiam determinados interesses vis-à-vis outros em termos de poder, capacidade de agência e recursos (HALL e TAYLOR, 2003: p.194-5). A noção de instituição, por tal chave, compreende as regras e convenções editadas pelas organizações formais, dando forma à estrutura da comunidade e da economia; e modelando as estratégias e os resultados políticos (THELEN e STEINMO, 1992; HALL e TAYLOR, 2003). Nesta perspectiva institucionalista, duas noções serão instrumentalizadas: a de dependência de caminho ou *path dependence*; e a de conjuntura crítica. Com a primeira, me atento à perspectiva de Paul Pierson (2004: p.21) quanto a processos sociais geradores de padrões ou trajetórias de desenvolvimento histórico e institucional que se auto-reforçam. Com a segunda, recorro a Gourevitch (1986), Collier e Collier (1991), Acemoglu e Robinson (2012), Santana (2012) e Santos e Moura (2019), para me referir a contingências disruptivas alterando as correlações internas de forças e complementaridades dos caminhos nacionais, sendo correntemente exógenas ou alheias à vontade e competência dos atores internos; forçando estes e as instituições a se rearticularem sob novas bases, arcabouços ou trajetórias. Assim, sigo Rueschemeyer e Evans (1985) ao focar tanto na estrutura interna do Estado quanto em sua relação com as classes sociais presentes nas instituições, enfatizando é claro antinomias e contradições entre as mesmas.

A segunda dimensão analítica deste estudo comparativo compreende as políticas ou ***policies*** postas em prática pelos Estados nacionais com intuito de fomentar o crescimento e o desenvolvimento das forças produtivas, mapeando seus êxitos, limites e explicações para os respectivos. Só que, antes de elucidar ao leitor quais autores e perspectivas mobilizei para estudá-las, cumpre esclarecer algumas noções básicas. A primeira delas: como conceber ou circunscrever exatamente o Estado nacional? Nesta Tese, tomo a perspectiva do ex-ministro Bresser-Pereira (2014; 2017) acerca do Estado enquanto sistema constitucional legal soberano de uma sociedade civil nacional e, concomitantemente, a organização que o garante. E que seria desenvolvimento? Aqui, entende-se *desenvolvimento* nos termos de um processo

endógeno ocorrendo dentro dos Estados nacionais no bojo de um arcabouço globalizado de disputa de poder com outros Estados, regiões e agências multilaterais (BOSCHI e GAITÁN, 2012); e que, imbuído de caráter histórico, também engendra transformações de ordem populacional, de modo de produção, divisão social do trabalho, etc (JABBOUR, 2012).

Capturar a "estatalidade" (*Statecraft*) responsável por essas modernizações, assim como em qualquer trajetória socioeconômica, não é tarefa fácil, pelos próprios obstáculos encontrados na matização exata de do que seria as capacidades estatais e sua influência exata. Mann (1984), por exemplo, mapeando a natureza do Estado, define sua capacidade como poder infraestrutural de penetrar na sociedade civil e nela implementar logisticamente suas decisões políticas. Weaver e Rockman (1993), em seu turno, alargam a noção numa chave mais estilizada para pensarem um conjunto de dez pilares: definir prioridades dentre as demandas da sociedade; canalizar recursos para onde sejam efetivos; fomentarem inovação quando políticas prévias se esgotarem; coordenar e conciliar objetivos conflitivos; impor perdas a grupos poderosos; garantir implementação efetiva de políticas; representar interesses dos menos aos mais difusos; garantir estabilidade para que as políticas completem sua maturação; manter compromissos internacionais em comércio e defesa; e, ao fim, gerenciar divisões políticas.

Essas visões, uma mais sociológica e outra mais político-institucional, só para citar algumas, não obstante seus valiosos aportes, me parecem inadequadas para pensar as transformações qualitativas e estruturais operadas no curso da economia política chinesa e dos demais países do Leste Asiático. Uma das razões disto é a ausência de enfoque numa faceta concreta e mais mensurável da capacidade do Estado. Por isto, *para analisar as políticas de desenvolvimento, optei aqui por me debruçar sobre a estratégia industrial posta em prática nestas nações, dada a relevância da experiência manufatureira para o catching-up das mesmas* (AMSDEN, 2009). A relevância geralmente atribuída ao setor manufatureiro nos debates sobre políticas ou estratégias industriais se dá pelos seguintes fatores (ANDREONI e CHANG, 2016):

- É o setor que constitui, historicamente, a principal fonte de crescimento impulsionado pela produtividade nas economias modernas, levando mais facilmente à mecanização e processamento químico do que outros tipos de atividades;
- É o setor que constitui principal fonte de inovação organizacional;

- É a principal fonte de demanda por atividades de alta produtividade em outras indústrias;
- Tem capacidade de encadeamento tanto com a agricultura quanto com o setor de serviços.
- Particularmente o setor de bens de capital (K) constitui o "centro de aprendizado" do capitalismo moderno em termos tecnológicos[41];
- Por produzir bens físicos e não perecíveis, o setor manufatureiro é mais "comercializável" (*tradeable*) que a agricultura e, especialmente, o setor de serviços.

É importante frisar que o termo política industrial, bem como a definição precisa das ferramentas para materializá-la, é controverso e não consensual na literatura; apontando para diferentes medidas governamentais afetando a indústria e, em particular, o segmento manufatureiro de acordo com cada ponto de vista (RUSSU, 2014; ANDREONI e CHANG, 2016).

Reich (1992), por exemplo, diz que deve incluir um programa financiado pelo Estado onde os setores público e privado coordenam esforços para desenvolver novas tecnologias e indústrias; com cooperação sinérgica e íntima entre governo, bancos, empresas privadas e funcionários para fortalecer a economia nacional. O Banco Mundial (1993), com uma perspectiva mais genérica, a denota como qualquer esforço do governo destinado a mudar a estrutura industrial, a fim de promover o crescimento impulsionado pela produtividade; enquanto Pack e Saggi (2016) acreditam que a política industrial é qualquer medida governamental seletiva para alavancar o regime produtivo em direção a setores com melhores prognósticos de crescimento e lucratividade que, de outra forma, não ocorreriam em um cenário estático (ou seja, sem intervenção). Contudo, a maior parte dos expoentes desse debate concorda em conceber a política industrial como *conjunto de políticas setoriais e seletivas favorecendo e discriminando setores, empresas ou indústrias específicas em relação a outros; fazendo isso contra os supostos "sinais" do mecanismo de mercado* (preços relativos), *a fim de promover aumento da produtividade* (ANDREONI e CHANG, 2016).[42]

---

[41] Devido à sua capacidade de fabricar "insumos" (*inputs*) produtivos como máquinas e produtos químicos, por exemplo, o que acontece nesse setor em particular também se mostra central para o crescimento da produtividade de outros segmentos econômicos.

[42] Segundo Andreoni e Chang, qualquer política industrial seria seletiva de alguma maneira; por isso, em um mundo com recursos escassos, toda escolha de política econômica traz inexoravelmente um direcionamento implícito, embora, de um ponto de vista formal, possa parecer neutra e não discriminatória (2016: p.493).

Todos os países deste recorte da Ásia com os quais trabalharei, como sumarizou Amsden, ascenderam com um modelo econômico "original" e "heterodoxo" (2009: p.38), pautado na *política* ou *estratégia industrial*. Foi com ela que viabilizaram seus processos de "*catching-up*": somente por meio do setor manufatureiro e das empresas industriais, que possuem custos marginais de expansão decrescentes, externalidades de rede, dinâmicas de aglomeração/clusterização, altos retornos de escopo e *economias de escala*, puderam lograr aumento da produtividade.[43] A agricultura, outros segmentos extrativistas ou o setor de serviços não-sofisticados, não apresentariam ou permitiriam tal evolução da sofisticação e da complexidade tecnológica (GALA, 2017). Assim, portanto, justifico que *este estudo focará nas estratégias/políticas industriais dessas nações, seu desenho, motivações e percalços*.

Nesta Tese, prefiro empregar o termo "estratégia industrial" para também aludir a medidas, leis, regulamentações e instituições que, embora não necessariamente tenham pertinência direta ao setor manufatureiro, o afetam indiretamente e guardam funcionalidade para seu crescimento / desenvolvimento de uma maneira ou de outra. Assim, a política macroeconômica (fiscal, monetária e cambial) e até mesmo reformas agrárias (pela geração de divisas para financiar as atividades do setor secundário ou MDO migrante para os centros urbanos) também serão contemplados enquanto elementos subordinados à política industrialista dentro das estratégias nacionais.

Para capturar neste estudo essas *policies* estratégicas, optei por privilegiar as distintas literaturas englobadas sob a égide do chamado *pensamento desenvolvimentista* para matizar as políticas engendradas pelo Estado nacional chinês e dos demais países do LA na promoção do desenvolvimento. A qualificação do que seria exatamente o desenvolvimentismo é penosa. Como diz o Prof. Dr. Pedro Cézar Dutra Fonseca (2014), num extenso estudo onde faz uma radiografia do verbete, o mesmo é polissêmico e designa tanto manifestações teórico-ideológicas quanto análises de práticas históricas de política econômica, os chamados "Estados Desenvolvimentistas" que constituirão por sinal o mais relevante paradigma conceitual no bojo das literaturas aqui empregadas na Tese. De qualquer modo, tanto as

---

[43] *Economia de escala* é um termo da microeconomia referente à maximização do uso dos fatores produtivos, que ocorre quando o maior emprego destes mesmos fatores (ex: capital – K ou trabalho – L) implica em retorno crescente e mais do que proporcional na quantidade de produto; ou quando o custo de produção é menor que o dobro, numa situação onde a produção é duplicada, independente da combinação de insumos (BAIN, 1954; PYNDICK e RUBINFELD, 1994).

teorizações mais abstratas quanto as focadas em experiências nacionais são unidas por um núcleo comum contendo três atributos: 1º) *A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo por objeto a nação e seu futuro*; 2º) *a intervenção consciente e determinada do Estado com propósito de viabilizar tal projeto*; e 3º) *a industrialização*, caminho inexorável para acelerar o crescimento, produtividade e difusão do progresso técnico (FONSECA, 2014).[44]

Com base neste "core", tomarei aportes das seguintes literaturas abaixo para investigar meu objeto: *1ª)* dos **teóricos mercantilistas** (ou desenvolvimentistas "pré-disciplina") Alexander Hamilton e Friedrich List; *2ª)* da **Economia do Desenvolvimento do Pós-Guerra**, em especial Paul Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Arthur Lewis, Albert Hirschman e Alexander Gerschenkron; *3ª)* do **Estruturalismo da Cepal**, particularmente de seu fundador, Raul Prebisch; e, por fim, *4ª)* da literatura do **Estado Desenvolvimentista do Leste Asiático/EDLA**, com destaque para Chalmers Johnson, Alice Amsden e Robert Wade.

Dos dois autores da primeira literatura mencionada, tomo emprestado a concepção das *economias políticas enquanto sistemas nacionais* bem como aportes acerca das *virtudes do protecionismo para defesa da indústria infante ante as vicissitudes do livre comércio*.

A segunda literatura, institucionalizando a economia do desenvolvimento enquanto disciplina e com seus quadros podendo ser referidos tanto como desenvolvimentistas clássicos quanto estruturalistas originais, foi crucial pelo antagonismo que apresentou, no Pós-Guerra, à economia liberal neoclássica (GALA, 2017; CARDOSO, 2018).[45] Dela, tomo as perspectivas para se pensar a mudança das estruturas de países retardatários da condição de atrasados/agrários para industriais/modernos, em especial as noções de: Grande Impulso ou "*Big Push*" (Rosenstein-Rodan); *distribuição desigual de ganhos entre nações* (Singer);

---

[44] Este definição do núcleo comum, por sinal, é muito próxima da operada por Bielschowsky (2004), para quem o desenvolvimentismo, o qual concebe unicamente enquanto ideologia, trata da: *a)* Industrialização integral como via de superação da pobreza e subdesenvolvimento; *b)* consciência de que a industrialização eficiente e racional não poderia ser lograda apenas pelo "espontaneísmo" das forças de mercado; *c)* o *planejamento* como fio condutor da expansão desejada dos setores econômicos, bem como os instrumentos exatos para promover esta mesma expansão; e *d)* imperativo de ordenamento, por parte do Estado/governo, da expansão, captação e orientação dos recursos financeiros, de modo a promover investimentos diretos nos setores onde a iniciativa privada for precária e encontrar dificuldades.

[45] Destaco que há alguns autores no bojo da Economia do Desenvolvimento que não foram aqui incluídos, tanto por razões de escopo desta Tese quanto por considerações particulares minhas de que não agregariam tanto ao estudo pretendido para a realidade chinesa e asiática. Alguns deles são: Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal e Hollis Chenery.

crescimento com oferta ilimitada de MDO (Lewis); *efeitos de encadeamento para frente e para trás* (Hirschman); e *vantagens do atraso* (Gerschenkron).

Do estruturalismo cepalino, por sua vez, tomo de Prebisch (2011) a *dicotomia centro-periferia* e a perspectiva da *deterioração dos termos de troca*, ambas coadunadas. Com a primeira, o proeminente economista argentino mostrou o caráter assimétrico da difusão do progresso técnico e seus ganhos entre as distintas nações, reforçando o *status quo* na divisão internacional do trabalho; e, com a segunda, se contrapôs à teoria das vantagens comparativas ricardianas, que apregoava a especialização primária da região (América Latina, mas também para outras regiões periféricas).[46] Assim, somente com a industrialização poderiam superar tal paradigma, onde desenvolvimento e subdesenvolvimento eram reforçados como duas faces de um mesmo processo.

A quarta e última grande literatura avaliada, é pertinente ao paradigma do EDLA. Esta literatura do Estado Desenvolvimentista emerge nos anos 1980 com o estudo seminal de Johnson sobre a industrialização japonesa (1982). Logo em seguida é acompanhado por obras igualmente seminais de Amsden (1989), Wade (1990) e outros a fim justamente de dar o devido crédito ao intervencionismo governamental na viabilização das estratégias de desenvolvimento na região asiática, destacando as instituições pró-crescimento e os órgãos burocráticos galvanizando tais projetos e racionalizações.[47] A literatura do EDLA tem crucial importância, por vezes pouco creditada, em função de "nadar contra a corrente" num período onde, nas ciências sociais, sobretudo na economia, uma série de novas perspectivas advogando um papel minimalista para o Estado emergiam em função da consolidação do paradigma neoliberal, hegemônico até hoje.

---

[46] Segundo David Ricardo (1982), debruçado sobre os custos de produção (determinados, por sua vez, pela produtividade laboral), o comércio internacional equivaleria a renda das nações uma vez que os países se especializassem onde possuíssem vantagens comparativas em tal sentido. Para uma descrição da teoria das vantagens comparativas, ver Carvalho e Silva (2004; Capítulo 1).

[47] Como Fonseca (2014: p.42) atenta, todos estes autores (não somente do EDLA mas do pensamento desenvolvimentista antes citados nos parágrafos prévios) conceberam o desenvolvimentismo numa chave eminentemente circunscrita ao modo capitalista de produção. Uma possível exceção neste respeito foi Werner Sombart (1863-1941), pertencente à chamada Escola Histórica Germânica – crítica ao liberalismo britânico, e a qual também pertencia List – que tentou estabelecer elo entre o desenvolvimentismo e o socialismo a partir da perspectiva marxista do desenvolvimento das forças produtivas que faria o sistema capitalista colapsar (SOMBART, 1909; 2014; TAMURA, 2001). Gerschenkron (1962: p.218) também alude à proximidade entre marxistas e a "intelligentsia" pró-desenvolvimento influenciada por List na Bulgária, no Capítulo 8 de seu livro. Em meu juízo, esta controvérsia sobre a incompatibilidade ou não entre socialismo e desenvolvimentismo apenas aguça meu interesse e enriquece mais a análise sobre o caso chinês que aqui teço.

Esses autores também são imprescindíveis por, além de descrever os recursos práticos e as políticas governamentais na promoção do desenvolvimento/mudança estrutural, também iluminarem aspectos institucionais da *burocracia enquanto ator societal*; também portando elos com a classe política e empresarial no que tange à determinação das decisões econômicas. *Toda essa literatura é permeada pela relevante dialética entre o Estado – corporificado na faceta do planejamento – e mercado*. Esta dialética é muito enriquecida exatamente por não trazer a compreensão de ambos (planejamento e mercado) enquanto componentes mutuamente excludentes de uma suposta dicotomia, como fazem os liberais / neoclássicos / ortodoxos, mas sim como pilares sinérgicos pró-desenvolvimento, ressoando em certo sentido as ideias de Karl Polanyi (2001). Esta dialética, bem como os predicados institucionais que Johnson estipula para o enquadramento como EDLA, serão as principais contribuições que tomarei para minha Tese de tal literatura.

Por fim, à análise ***geopolítica*** aqui presente, subsidiária e subordinada ao estudo geral comparativo dessas economias políticas, caberá os projetos de ação voltados às relações de poder interestatais, com conotação interdisciplinar e utilitarista (COSTA, 2013). Pretende-se, através dos fatos estilizados da história econômica, ver como os elementos externos e sistêmicos se coadunaram com os domésticos para produzir determinados cursos, fertilizando este estudo a partir do momento em que o desenvolvimento não é concebido como um processo por excelência endógeno. Afinal de contas, tanto a expansão dos mercados quanto também do capital e dos próprios Estados advêm de uma luta constante pela monopolização de posições de poder e acumulação de riqueza dentro do sistema interestatal capitalista (FIORI, 2014). Me encaminhando ao final desta Introdução, teço abaixo uma tabela onde sumarizo o desenho de pesquisa com os tópicos e encadeamentos vistos até aqui:

Tabela 3 – Desenho de pesquisa da Tese

Objetivo Primário	Quais os mecanismos permissórios à ascensão de Taiwan, Coreia do Sul e China no que se refere às dinâmicas políticas (*politics*), às políticas de fomento ao desenvolvimento (*policies*) e aos fatores sistêmicos / *geopolíticos*? Quais as especificidades e particularidades desses países na busca pelo emparelhamento tecnológico?
Objetivo Secundário	*Quais as semelhanças e diferenças entre esses casos nacionais*, no que tange às três dimensões abarcadas?

Casos analisados	China; Coreia do Sul & Taiwan.
Recortes Temporais	Taiwan (*1949-1988*); Coreia do Sul (*1950-1992*); China (*1978-2018*).
Perspectivas teóricas utilizadas	• Institucionalismo histórico; • Literatura mercantilista de sistemas nacionais de economia política; • Estruturalismo pioneiro da Economia do Desenvolvimento; • Estruturalismo cepalino; • Literatura do Estado Desenvolvimentista do LA.
Hipóteses	• A RPC, a despeito de particularidades históricas e organizacionais distintivas do período maoísta (ex: industrialização de bens de capital se dando antes da industrialização leve em função da "economia de guerra"), ainda assim *ascendeu economicamente com um modelo institucional de organização da estratégia industrial bastante próximo ao dos demais EDLA*; **sendo facultado e potencializado, neste sentido, pelos mecanismos superiores de planificação herdados do paradigma pré-reformas**. • Pelas distintas trajetórias históricas, restrições exógenas derivadas da geopolítica, bem como pela ideologia dos principais atores políticos, a Coreia aderiu a desenhos institucionais mais próximos aos do paradigmático caso japonês; enquanto China e Taiwan se assemelham num formato distinto onde as firmas públicas adquirem ainda maior relevância na esfera da produção. Esses distintos desenhos, por seu turno, trariam consequências relevantes do ponto de vista de conformação de padrões históricos distintos e resilientes de interlocução entre Estado e empresariado em tais *clusters*...

Fonte: Elaboração própria.

Visto todo o desenho de pesquisa elucidado, a estruturação da Tese seguirá a seguinte ordem, dividida em quatro grandes capítulos. O **Capítulo 1** irá tratar, respectivamente, das literaturas desenvolvimentistas previamente destacadas: os pioneiros mercantilistas dos sistemas nacionais de economia política, os estruturalistas originais da Economia do

Desenvolvimento, o estruturalismo da Cepal e, por fim mas não menos importante, os autores do Estado Desenvolvimentista no contexto do Leste Asiático (EDLA) que receberão particular enfoque. Analisarei as três primeiras numa única seção e esta última em uma seção em separado. A razão para isto é simples: as três primeiras estabelecem aportes e premissas teóricas um pouco mais gerais para analisar a realidade e estipular proposições de políticas almejando determinados fins; enquanto a última parte do estudo histórico de casos empíricos para derivar suas conclusões, estando essencialmente imersa no debate e cenário geopolítico que aqui analiso, merecendo, logo, maior atenção. Pretendo mostrar suas contribuições, limites e funcionalidades para o contexto da região.

Os **Capítulos 2 e 3**, por sua vez, adentram enfim nos estudos de caso. Tratarei das experiências de industrialização tardia Taiwan e Coreia do Sul; reconstituindo historicamente os caminhos trilhados por suas economias políticas e reexaminando os condicionantes políticos, geopolíticos e estruturais de seus *catching-ups*, centrando sempre na relação entre governo – autoridade pública –, burocracia e empresariado nacional.

O **Capítulo 4**, o último, examina a trajetória chinesa e tenta abstrair tanto os elementos exitosos quanto as contradições que permearam a pedregosa – e mais imprevisível do que se supõe – vereda trilhada pela RPC para lograr o status de potência mundial que hoje assume, em plena globalização financeira. Isto será feito não via foco micro em algum setor, firma ou órgão governamental específico, mas sim numa **perspectiva macro-estrutural**, **holística**, **histórica** para reconstrução das trajetórias de desenvolvimento em sentido amplo. Em vista disso, pretende-se uma coadunação entre a ciência política e a história econômica, orientada pela meta de imprimir nesta Tese um caráter mais multidisciplinar.

As **considerações finais** serão sumarizadas ao término do Capítulo 4. Este epílogo irá refletir se, realmente, como presumem muitas vezes os teóricos do EDLA ou outros pesquisadores de estudos comparados que bebam de tais outras fontes do pensamento desenvolvimentista, se esses três países podem de fato ser considerados dentro de um mesmo bloco por suas similitudes. O autor espera, à guisa de conclusão, que o estudo aqui contido forneça ao leitor uma narrativa aprazível e interessante.

1. A INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁSIA NO PÓS-GUERRA[48]

1.1: Considerações sobre o Desenvolvimentismo e o Estado como promotor de mudança estrutural

Este *primeiro capítulo* da Tese contextualiza o leitor no debate geral sobre o **referencial do pensamento desenvolvimentista**, paradigma este pertinente à natureza de interlocução entre Estado (governo / autoridade pública) e mercado (atores do empresariado) dentro de estruturas produtivas circunscritas às fronteiras nacionais para a promoção do desenvolvimento de caráter industrial em países periféricos. A partir das faculdades teóricas e metodológicas fornecidas pelos distintos autores recortados para a compreensão da economia política, buscarei interpretar as transformações ocorridas no Leste Asiático do Pós-Guerra (Taiwan e Coreia do Sul) e na China após as reformas institucionais de Deng, com intuito de ver suas suficiências e insuficiências no esquadrinhamento de tais fenômenos. Embora separados por distintas épocas, contextos, formações e premissas, acredito – e espero asseverar – que TODOS os expoentes aqui selecionados guardam validade para a análise dos países almejados, visto que, *em todos, a missão-mor conduzindo seus esforços intelectuais foi o desejo de trazer apontamentos para países de inserção tardia na divisão internacional do trabalho galgarem melhores posições na hierarquia do sistema interestatal global*, **tendo no fomento ao desenvolvimento manufatureiro o veículo estratégico para isto**.

Em todas as literaturas de matriz desenvolvimentista destrinchadas neste capítulo, o Estado figura como ator político conduzindo esse veículo estratégico. Afinal, historicamente, *toda estratégia ou política industrializante sempre requereu a intervenção pública para estimular mudança nas estruturas econômicas dos países*; uma vez que o mecanismo de "preços de mercado" não seria por si só suficiente, como veremos, para fomentar a grande indústria e somente o governo deteria posição privilegiada para transferir recursos necessários a tal empreitada, para além de equacionar gargalos infraestruturais (SHAPIRO e TAYLOR, 1990). Assim, temos a primeira referência ao elo inexorável entre Estado e coordenação do processo de transformação estrutural, importante para a compreensão das seções e subseções remanescentes.

---

[48] Parte do presente capítulo, em especial as Seções 1.2 e 1.3, compreende uma discussão apresentada anteriormente durante o X Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), realizado na cidade de Monterrey em Nuevo Leon (México) entre julho e agosto de 2019.

Posto isso, as três subseções seguintes, pertencentes a esta primeira seção do capítulo, trazem perspectivas inseridas no arcabouço analítico desenvolvimentista: a dos autores dos sistemas nacionais de economia política, que, embora não se auto-reconhecendo de forma expressa como tal (principalmente List), eram mercantilistas; os pioneiros da Economia do Desenvolvimento do Pós-Guerra, com contribuição indelével para institucionalizar o campo enquanto ramificação à parte nas ciências econômicas e guardando premissas variadas e um pouco distintas do primeiro grupo, embora com este também possuindo convergências; e, por fim, o estruturalismo cepalino de Prebisch, que, bebendo das fontes do segundo grupo, trouxe uma visão mais familiarizada com a realidade subdesenvolvida da periferia, dado o seu olhar aguçado sobre a condição latino-americana.

O motivo que me conduziu a agrupar estas três vertentes teóricas numa mesma seção, enquanto a literatura do EDLA ficou relegada à segunda seção inteira (e também à terceira, ao menos em parte), é a seguinte: *estas três primeiras*, a partir da análise das problemáticas em voga dos países sobre os quais se arvoraram a investigar, *tomam suas conclusões enquanto apontamentos de uma agenda propositiva futura para o desenvolvimento soberano e a superação do atraso*. *A literatura do EDLA, por sua vez*, para além de ser relativamente recente e ter estudado o mesmo cenário geopolítico dos países aqui pretendidos, *é a mais esmiuçada na Tese e agrupada à parte por*, **de forma ex-post**, *observar as trajetórias de economias políticas asiáticas e delas abstrair os arranjos institucionais mais notórios na viabilização de suas industrializações e crescimento*. **As três primeiras vertentes possuem caráter propositivo, enquanto a quarta detém um caráter descritivo**.

Na outra seção do capítulo, a **1.3**, procedo com a elucidação das incompletudes dos autores seminais do EDLA e da literatura selecionada mais recente que examinou a experiência singular da RPC sob o prisma desenvolvimentista, de forma anunciada ou não. Meu objetivo, com esta empreitada, não é desmerecê-las tampouco descartá-los (tais corpos teóricos), mas antes aprender com suas imprecisões e deles tirar apontamentos de modo a – através do melhor entendimento da China sob tal instrumental analítico – lograr um olhar mais totalizante e menos "fraturado", no sentido de incoerente, para dar conta de trajetórias tão complexas. Portanto, com a subseção abaixo dou início à genealogia histórica pretendida sobre os pensadores desenvolvimentistas selecionados.

1.1.1. Sistemas nacionais de economia política, mercantilismo e os desenvolvimentistas "pré-disciplina"

O leitor, ao iniciar esta subseção, pode estar se perguntando a razão pela qual mobilizo um pensador estadunidense do Século XVIII e outro alemão da virada do Séc. XVIII para o XIX para o estudo o qual me arvoro. Ele pode indagar o que o estadista Alexander Hamilton (1755-1804) e o intelectual Georg Friedrich List (1789-1846) tem a ver, afinal, com as transformações ocorridas em Taiwan e Coreia do Sul a partir das décadas de 1950 ou 1960 e na RPC quase dois séculos depois, nações com trajetórias históricas, culturas, instituições e estruturas produtivas muitíssimo distintas. Minha resposta é um retumbante TUDO. Como espero validar nos próximos parágrafos, a visão aguçada destes dois autores sobre o funcionamento real do sistema internacional, transformada em escritos e postulados visando a transformação da vida social e das realidades onde estavam inseridos, forneceu aportes valiosíssimos à compreensão de economia política que almejo imprimir para estudar a inserção externa e o desenvolvimento na Ásia. Estes aportes seguem relevantes, a despeito das múltiplas transformações, metamorfoses e variedades no bojo da evolução do capitalismo global ao longo do tempo.

Hamilton e List originaram uma escola de pensamento que, ainda que indiretamente, conferiu argamassa teórica aos processos de modernização econômica dos EUA, de nações da Europa Ocidental e, não muito posteriormente, Japão e Rússia. Esta escola, alcunhada de **Sistema Americano** ou **Sistema Nacional de Economia Política**, foi a pioneira em se opor abertamente ao sistema colonial britânico de livre comércio idealizado por Adam Smith e demais liberais, cuja falaciosa retórica desorientava os demais países em benefício aos ingleses (CARRASCO, 2009; PADULA e FIORI, 2019). As ideias subjacentes à noção de Sistemas Nacionais serviriam de inspiração para moldar as principais potências industriais pós-Grã-Bretanha (retardatárias, naquele contexto histórico); sendo ainda revigoradas e reavivadas após a 2ª Guerra Mundial com as políticas dirigistas postas em prática no Japão, Coreia do Sul e outros "Tigres Asiáticos" (CARRASCO, 2009; FIORI, 2014).

Alexander Hamilton, visto aqui primeiro pela ordem cronológica, debruçou-se sobre os temas da produção e distribuição de riqueza, advogando a importância do planejamento econômico e sendo responsável por equacionar a dívida e o orçamento público logo após tornar-se Secretário do Tesouro em 1789 (MORRIS, 1957; McDONALD, 1982).

Familiarizado com velhos economistas europeus, em particular com os mercantilistas e *bulionistas*[49], sendo muito influenciado por Jean-Baptiste Colbert e Malachy Postlethwayt[50], acreditava que as finanças públicas deveriam ser funcionais para garantir a opulência da nação americana (MORRIS, 1957; CARRASCO, 2009). Em suma, era um nacionalista defensor da intervenção discricionária governamental ferrenha no que tange à promoção da atividade produtiva, com ênfase no *protecionismo* e no *industrialismo*; pilares que viabilizou após negociações junto à classe oligárquica que dominava a política estadunidense naquele tempo (McDONALD, 1982; PADULA e FIORI, 2019).[51]

Os mecanismos e as instituições ensejando esse intervencionismo foram elucidados através de importantes relatórios que submeteu ao Congresso americano entre o início de 1790 e fins de 1791. O primeiro deles, redigido em 9 de janeiro de 1790, foi o Relatório sobre o Crédito Público ("Report on Public Credit") onde defendia um sistema creditício como garantia de defesa perante o que denomina "perigos públicos" que poderiam acometer a nação (guerras externas, por ex.). Seria também um meio importante para financiamento da dívida nacional; e, através de juros baixos, incentivo ao comércio, agricultura e indústria (HAMILTON, 1957a). Em outro documento importante, o Relatório sobre um Banco Nacional ("Report on a National Bank"), de 13 de dezembro daquele mesmo ano, advogou uma grande instituição financeira de fomento para: ampliar o capital produtivo do país, auxiliar o governo na obtenção de auxílios pecuniários, e facilitar o pagamento de impostos ampliando assim a receita tributária (HAMILTON, 1957b).[52]

Mas é em 5 de dezembro do ano seguinte (1791) que redige seu estudo mais relevante, o *Relatório sobre as Manufaturas* ("Report on Manufactures"), onde **destaca o setor manufatureiro como o mais oportuno meio para lograr a independência dos EUA e de**

---

[49] O *bulionismo* ou *metalismo* consistia na compreensão de que a riqueza da nação de modo geral derivava do acúmulo de metais (ouro e prata) sob sua posse, adquiridos via práticas mercantilistas e protecionistas de comércio. Sobre o elo entre *bulionismo* e mercantilismo, ver Hugon (1952: Cap.3) e Huberman (1982: Cap.11).
[50] Especialista britânico sobre comércio exterior de meados do Século XVIII.
[51] Seu programa econômico, quando Secretário do Tesouro em Washington, continha sete (7) pontos principais: *1)* Restauração do crédito público; *2)* Um sistema tributário sólido; *3)* Um banco nacional; *4)* Uma moeda sólida; *5)* Promoção do comércio; *6)* Encorajamento das manufaturas; e, por fim, *7)* Uma política liberal de imigração (MORRIS, 1957).
[52] Embora defendesse a existência de um grande banco nacional para alocação de crédito, acreditava que o mesmo deveria ser administrado privadamente, embora prestando é claro contas ao arcabouço legal estipulado pelo governo. Hamilton defendia a propriedade privada por acreditar que evitaria abusos e arroubos autoritários por parte das autoridades do governo com o erário público. Isto não significaria, absolutamente, que o Estado não pudesse deter parte do estoque do banco, consequentemente partilhando dos lucros do mesmo (1957b).

outras nações no que se refere ao abastecimento militar e também de bens essenciais (HAMILTON, 1995; 2009). Em contraposição a setores representantes da agricultura, que evocavam um argumento liberal contra a indústria[53], Hamilton elencou as circunstâncias nas quais os estabelecimentos manufatureiros ampliariam a renda e a produtividade total da sociedade: *a)* pela divisão do trabalho, separando ocupações laborais para que cada uma pudesse ser feita com destreza e dedicação superior à que seria possível em caso de combinação entre elas; *b)* aumento do uso de maquinários, reduzindo o custo de manutenção do trabalhador; *c)* emprego de classes da comunidade que normalmente não se dedicam ao ofício (empregos ocasionais às famílias industriosas, via dupla jornada ou para mulheres e crianças); *d)* fomento à imigração de países estrangeiros, compensando assim a MDO que migrou do campo à indústria; *e)* ênfase na diversidade de talentos; *f)* abertura de novos campos para as empresas atuarem; *g)* assegurar demanda e regular o excedente do produto da terra (HAMILTON, 1995; 2009).[54]

Para Hamilton, os EUA estavam, na prática, "excluídos" do comércio internacional, pois não encontravam reciprocidade nem iguais condições; com uma série de impedimentos nas trocas de bens manufaturados (tanto com a Grã-Bretanha, centro hegemônico do período, quanto com o restante da Europa), fazendo-os se absterem da indústria.[55] O descompasso entre a crescente demanda estadunidense por bens europeus e a procura ocasional por seus produtos majoritariamente agrícolas levava a uma **condição de empobrecimento e dependência de combinações políticas do exterior, só mudando de uma forma**: **via *estímulo e patrocínio governamental*** (HAMILTON, 1995: p.58-9). Este patrocínio, em

[53] O argumento liberal contrário ao desenvolvimento da manufatura, conforme o próprio Hamilton diz, se via assentado na retórica de que qualquer intervenção governamental sobre a economia seria um desvio da "corrente natural" da atividade humana (HAMILTON, 1995: p.32-3).

[54] Na discussão deste sétimo e último ponto, Hamilton (1995) diz que isto é logrado mediante o **mercado interno**, que é preferível e mais seguro ante o externo pelo seu preço ser menos instável e oscilante. Para além disso, a própria expansão das atividades manufatureiras iria ampliar a renda e por consequência a demanda para a produção excedente do solo.

[55] Como Padula e Fiori (2019) depuram de seu pensamento, as trocas baseadas unicamente em produtos primários (*commodities*) constituiriam um comércio puramente "passivo" e arriscado pelo fato da demanda e preço serem determinados de forma exógena, para além de poder transferir lucros para potenciais inimigos do país. Somente a diversificação produtiva gerada pela industrialização reduziria a vulnerabilidade externa, evitando choques inesperados na balança comercial, no balanço de pagamentos e, é claro, sobre toda a economia nacional. Esta reflexão, para além de pôr em relevo a interrelação entre geopolítica e economia política nas reflexões de Hamilton, também mostra como, de certa maneira, ele antecipa argumentos de Hans Singer e Raul Prebisch, dois autores vistos mais à frente ainda neste capítulo.

termos concretos, deveria se traduzir na seguinte gama de medidas (HAMILTON, 2009: p.62-77):

- Tarifas alfandegárias protecionistas sobre artigos estrangeiros rivais dos produtos nacionais que se pretende fomentar;
- Proibição de artigos rivais ou tarifas equivalentes a uma proibição;
- Veto à exportação de matérias-primas necessárias às manufaturas;
- Prêmios ou gratificações recompensando excelência de desempenho para bens produzidos e/ou exportados;
- Isenção tarifária para matérias-primas que constituíssem insumos das manufaturas locais;
- Fomento de novos inventos e descobertas nos Estados Unidos e introdução dos que sejam feitos em outros países, particularmente, os referentes à maquinaria[56];
- Normas prudentes para a inspeção de bens manufaturados;
- Agilização de remessas monetárias de um lugar a outro via desenvolvimento de instituições financeiras/bancárias; e, por fim,
- Agilização do transporte via massivo programa infraestrutural.

Como veremos nos **Capítulos 2**, **3** e **4** desta Tese, **rigorosamente TODAS essas medidas propaladas por Hamilton objetivando o desenvolvimento manufatureiro e inserção internacional dos EUA foram postas em prática pelos países asiáticos aqui esmiuçados durante seus ciclos de alto crescimento e *catching-up***, servindo como ponto adicional para validação da importância do autor.

Friedrich List, fechando esta subseção, é o outro importante intelectual a pensar como nações atrasadas, em particular sua fragmentada e subdesenvolvida Alemanha, superariam tal condição e emparelhariam com a Inglaterra em termos de poder e riqueza. Viveu entre a 1ª e 2ª Revolução Industrial, período onde maquinários e manufaturas adquiriam relevância cada vez maior na geopolítica e organização da vida, forçosos ao desenvolvimento nacional e poderio militar (PADULA e FIORI, 2019).[57] Sua concepção de economia política começou

[56] A premiação por patentes é implicitamente assumida. Contudo, Hamilton não discorre (possivelmente por sua posição pública) acerca da violação de patentes estrangeiras.

[57] De acordo com Hobsbawn (1996: p.418), esse foi um período histórico onde a economia capitalista mudava de formas significativas, e a 2ª Revolução Industrial trazia novas tecnologias, invenções e métodos. Surgiam novas fontes de poder (eletricidade e petróleo, turbinas e motores) novos maquinários baseados em novos metais (ferros, ligas, metais não-ferrosos) e indústrias assentadas em novas ciências como a química orgânica. Tal período também se caracterizou pela crescente competição internacional entre economias industriais nacionais rivais, servindo não por acaso de pano de fundo às preocupações de List.

a germinar com lições tiradas da vida pessoal: ainda professor na Universidade de Tübingen e integrante da Associação de Comércio e Negócios de Frankfurt, viu de perto como os britânicos convenientemente apregoaram as benesses do "livre comércio" (fim de restrições tarifárias) aos agricultores e proprietários da Prússia; e, tão logo lograram o mercado alemão para suas manufaturas, incentivaram seus próprios terratenentes com protecionismo através da *Corn Law* de 1815 e da *Cotton Mills Act* de 1817 (LIST, 2009).[58] Ou seja, almejando tornar-se fábrica do mundo, a Inglaterra firmou acordos de livre comércio com demais países, com consequências danosas aos mesmos na medida em que "forçava" a especialização destes últimos na produção primária (PADULA, 2007).

Mas foi a experiência nos EUA, onde se exilou entre 1825 e 1833, que mais impactou sua visão, influenciado pelas ideias fervilhantes de Hamilton que denominaria de "*Sistema Americano de Economia Política*"[59], engajando-se em tal debate; para além das inspirações que já trazia antes de Antonio Serra e James Stewart (PADULA, 2007; PADULA e FIORI, 2019).[60] Percebendo a competição e o conflito de interesses como características intrínsecas ao sistema internacional, **reconheceu que cabia a cada Estado, assumindo função de indutor e planejador, buscar a autossuficiência em bens estratégicos para sua própria independência política, logrando-a através da industrialização e protecionismo** (LIST, 1986; 2009; PADULA, 2007; PADULA e FIORI, 2019).[61]

---

[58] List (2009: p.102-3) inclusive destaca o oportunismo de importantes expoentes britânicos como George Canning (ministro das Relações Exteriores 1820-1827 e Primeiro-Ministro em 1827) e William Huskisson (representante do comércio atacadista no Parlamento Inglês e presidente do Conselho de Comércio do país) por fazerem manobras políticas e convencerem o mundo dos princípios cosmopolitas de Smith e Say.

[59] O termo "Sistema Americano", dado por List às ideias de Hamilton postas em prática nos EUA, seria bastante popularizado no debate público por Henry Clay, defensor de tal programa no Congresso e posteriormente Secretário de Estado entre 1825 e 1829. Clay, que também achava falaciosa a noção de "livre comércio", enaltecia tal sistema pela transformação das condições econômicas do país e pela prosperidade sem precedentes da indústria e comércio, conforme discurso proferido no Senado em 2 de fevereiro de 1832 (CLAY, 1994).

[60] List, buscando abstrair da história lições dos distintos caminhos conduzindo os países à prosperidade, viu que manufatura, agricultura e comércio não seriam atividades mutuamente excludentes mas sim imbricadas entre si. Foi assim que lograram poder e riqueza nações como Veneza, as Cidades Hanseáticas, Holanda e Inglaterra. Este Estado conjugado ou Estado agrícola-manufatureiro-comercial (1986: p.228) consistia no que denominou de "**Sistema Industrial**"; que, embora não tenha sido organizado numa teoria à época, foi o sistema sobre o qual James Stewart escrever no Século XVIII. Sobre Serra, List o enaltece como o primeiro autor genuíno a escrever sobre Economia Política levando em consideração a questão nacional, ao tratar de Nápoles e da Itália em 1613 (1986: p.223).

[61] Não obstante, isto não implica que List defendia o protecionismo de forma generalizada e rasa. Como diz na Carta 2 (de 12 de julho de 1827) contida em seu "Esboço de Economia Política Americana", acreditava que a eficácia das medidas protecionistas à indústria infante dependia do desenho institucional das mesmas e da singularidade de cada país, variando caso a caso (2009).

Assim sendo, também rompe – de forma teórica e bem mais direta e visceral do que Hamilton – com o pensamento liberal dominante da época, o qual buscou desconstruir as premissas, principalmente de Smith e Jean-Baptiste Say, segundo ele fundadores astutos de uma "doutrina perigosa" (LIST, 2009: p.88). Suas contribuições críticas e propostas para uma economia política alternativa à dominante começaram a ganhar forma mais concreta a partir das Cartas que escreveu ainda em 1827 para Charles Ingersoll[62] ou "Esboço de Economia Política Americana", sendo depois organizada de forma mais estruturada em sua obra clássica "Sistema Nacional de Economia Política" (1839-1841).

Segundo List, a Economia Política pode ser compreendida por três distintas metodologias: a *economia individual*; a *economia nacional* e a *economia da humanidade ou cosmopolita* (1986; 2009).[63] Segundo ele, Smith teve méritos em tratar da primeira e da última, discorrendo sobre como o indivíduo cria, aumenta e consome riqueza numa sociedade junto a outros indivíduos; assim como de que forma a indústria e riqueza da humanidade afetam a do indivíduo.[64] Não obstante, acusa-o de pensar a ciência econômica ignorando completamente o fato de a raça humana ser separada por culturas e nações, como se todos os indivíduos fossem unidos por uma suposta lei geral e mesmo nível de cultura da mente sob suposta paz perpétua (LIST, 2009: p.89-90). **Ignora**, assim, do mesmo modo como Say antes dele e outros liberais, **o real estado de coisas do mundo real, "despolitizando" a economia política no sentido de ignorar a existência de interesses distintos conduzindo governos e sociedades ao conflito e competição** (LIST, 2009: p.93).

List categorizava sua obra como um "livro da vida real" (1986: p.5), diferenciando-a assim dos pressupostos abstratos do liberalismo clássico. A **estrutura argumentativa de toda a sua economia política se encontra centrada na ideia de nacionalidade**, sendo esta o interesse intermediário entre indivíduo e a humanidade inteira; de modo que, somente com sua consideração, a metodologia analítica estaria completa, capturando melhor as dinâmicas tanto de poder político quanto de riqueza, elementos interrelacionados mas com o primeiro

---

[62] Presidente da Sociedade para Promoção das Manufaturas e Artes Mecânicas da Pensilvânia.

[63] Economia cosmopolita esta que, na verdade, teria surgido com François Quesnay e os fisiocratas franceses, primeiros a estipularem o ideal de comércio universal livre, estendendo suas investigações à humanidade inteira sem considerar em momento algum a ideia de nação (LIST, 1986: p.89).

[64] Conforme afirma na Carta 2 [de 12 de Julho de 1827] do Esboço de Economia Política Americana: "O objetivo da economia individual é meramente gerar as necessidades e confortos da vida. Já a economia da humanidade ou, para expressar mais apropriadamente, a economia cosmopolita, tem por objeto assegurar à raça humana a maior quantidade possível de necessidades e confortos da vida" (LIST, 2009: p.92).

tendo poder explicativo ligeiramente superior ao segundo (LIST, 1986; 2009).[65] Sendo sua concepção nacional em seu caráter, acreditava que as análises deviam esquadrinhar cada país à luz de suas próprias particularidades, não fazendo sentido o mesmo receituário para nações com condições distintas, tal como apregoavam Smith e Say.

Por último, defendia o potencial manufatureiro de emancipação nacional, recorrendo a alguns aportes do sistema mercantil para fazê-lo, principalmente no que tange à circulação de metais preciosos e da balança comercial. A problemática, conforme exemplos históricos citados da Rússia e dos próprios EUA, alude ao fato das importações de bens manufaturados de fora com valor superior originarem constantes déficits comerciais e saída de divisas (LIST, 1986). Este fato empírico, corroborando concretamente o caráter assimétrico dos termos de troca, é uma convergência de List com Hamilton; embora tenha outras, como a defesa de um sistema de crédito público que permitisse investimentos de longo prazo, garantindo assim crescimento e aumento das forças produtivas futuras em troca de um pequeno preço para as gerações atuais.

Enfim, após perscrutar o pensamento destes dois pioneiros do desenvolvimentismo, um de forma não intencional por sua posição pública e o outro enquanto verdadeiro teórico, creio ser pertinente destacar que, a despeito do nacionalismo metodológico apontado como caminho fundamental para analisar a prosperidade e riqueza dos países tomados de forma isolada, isto não quer dizer, absolutamente, que ignorem a geopolítica ou os fatores externos em suas considerações. Afinal, tanto Hamilton quanto List pensaram a problemática do desenvolvimento econômico a partir da interface entre os poderes nacionais e internacionais, dentro de um sistema de competição interestatal onde se impunha a constante busca pela acumulação e monopolização de poder e riqueza (PADULA e FIORI, 2019). Sintetizando:

> "[...] a economia nacional, suas mudanças estruturais e a expansão do comércio exterior, devia ser pensada como um caminho para alcançar o objetivo estratégico da independência política internacional dos seus países, diminuindo a sua dependência / vulnerabilidade externa econômica e militar, e superando seu atraso ante a Estados concorrentes (rivais) mais poderosos e avançados militar e economicamente". (PADULA e FIORI, 2019: p.238).

[65] Isto fica implícito pela passagem: "O poder político não somente assegura à nação o aumento de sua prosperidade por meio do comércio exterior e das colônias estrangeiras, mas também lhe garante desfrutar de prosperidade interna, e a sua própria existência, o que é muito mais importante do que a riqueza material" (LIST, 1986: p.130).

Ou seja, suas ideias indicavam claramente que a *competição geopolítica estatal foi sempre a bússola de orientação econômica das grandes nações*; e o **desenvolvimento nada mais seria que o instrumento para a superação da inferioridade relativa de riqueza e, portanto, de poder nacional dos países atrasados** (PADULA e FIORI, 2019). O que pretendo apontar é que uma *visão centrada no Estado-nacional enquanto unidade analítica não necessariamente precisa desconsiderar os fatores sistêmicos em voga*. Ao contrário, a conjugação entre o plano doméstico e externo é impreterível para enriquecer os estudos sobre economia política, como ambos demonstraram. Dito isso, passo à próxima subseção com a segunda ramificação do pensamento desenvolvimentista, responsável por institucionalizar o campo de estudos do desenvolvimento.

1.1.2. A Economia do Desenvolvimento

Esta segunda parte da seção 1.1 se debruça sobre cinco autores recortados da Economia do Desenvolvimento, munida de relevância histórica por institucionalizar toda uma nova subdisciplina no campo das ciências econômicas a partir do final da 2ª Guerra Mundial, onde as trincheiras impeditivas ao desenvolvimento nos países subdesenvolvidos despertava cada vez mais a atenção de analistas (AGARWALA e SINGH, 1969; CYPHER e DIETZ, 2014).[66] Assim, ao longo das décadas de 1940 e de 1950, teriam grande destaque os pesquisadores de tal incipiente corrente, voltados a entender os obstáculos ao progresso do "Terceiro Mundo" ou "periferia" (Ásia, África e América Latina) conforme buscavam se desvencilhar tanto do pensamento estático e a-histórico da análise marginalista dos liberais neoclássicos quanto da ênfase excessiva nos ciclos de curto prazo dos keynesianos (MEIER, 1984; CYPHER e DIETZ, 2014).[67]

---

[66] Muitos autores dessa corrente não foram "apenas" acadêmicos/teóricos como também ocuparam posições proeminentes em governos ou organismos internacionais ao longo desse período, lhes conferindo, em muitas ocasiões, a vivência necessária para entender e lidar com os problemas da periferia global. Dos abordados aqui nesta subseção, Rosenstein-Rodan trabalhou no Banco Mundial, Hans Singer na Organização das Nações Unidas (ONU), Arthur Lewis no Banco de Desenvolvimento do Caribe (para além de ter sido consultor de inúmeros governos) e Albert Hirschman no Federal Reserve Board do governo estadunidense e também a serviço do governo colombiano indicado pelo Banco Mundial (CARDOSO, 2018).

[67] O que não implica, é bom frisar, que tais autores rechaçassem por inteiro os construtos dessas vertentes de pensamento. Muito pelo contrário, como comento nos parágrafos que seguem, diversos dos expoentes da Economia do Desenvolvimento reaproveitam por exemplo perspectivas da economia clássica; sendo ainda profundamente influenciados por Keynes.

O contexto histórico em particular foi profícuo ao aparecimento da subdisciplina: a ascensão de movimentos emancipatórios ou de descolonização, principalmente na África e na Ásia, levaram ao apogeu de fortes demandas nacionalistas no Pós-Guerra.[68] Isto contribuiu para a asserção desses povos através da independência política e nova prioridade conferida ao desenvolvimento econômico nacional, que virara a ordem do dia em tais países para equacionar suas mazelas sociais domésticas (MEIER, 1984; HOBSBAWN, 1990). Estudos sobre as antigas realidades coloniais não mais se adequavam à nova quadra histórica; e, para entender as forças-motrizes do desenvolvimento bem como desenhar políticas para fomentá-las, se tornavam indispensáveis os aportes criativos desses expoentes, ainda mais se considerarmos que a ciência econômica quase não era institucionalizada em tais nações naquele momento.[69]

Reiterando algumas mudanças históricas descritas na **Introdução** desta Tese, as experiências bem sucedidas de gerenciamento keynesiano de demanda agregada durante a Grande Depressão e com o Plano Marshall serviram de inspiração para o novo arcabouço analítico da Economia do Desenvolvimento (CARDOSO, 2018). Somado a isto, a década de 1930 também desnudou assimetrias do comércio internacional conforme os termos de troca (TdT) das *commodities* dos países especializados no setor primário – vasta maioria dos periféricos ou subdesenvolvidos – haviam piorado bastante. Essa confluência de fatores foi propícia à contestação, no plano teórico, da ortodoxia ainda hegemônica e à defesa de um ativismo maior do Estado, do setor público e a gestão econômica nacional discricionária. Reiterando, *o debate do Pós-Guerra sobre o papel do planejamento se tornou marco imprescindível para as estratégias ISI e mobilização de recursos sob interesse do desenvolvimento e objetivos domésticos dos países; com grande maioria dos economistas da disciplina advogando-o enquanto imperativo para a industrialização* (MEIER, 1984; CYPHER e DIETZ, 2014).[70]

---

[68] A revolução que culmina com a fundação da RPC em 1949, bem como a Guerra da Coreia (1950-1953), também são episódios inseridos neste cenário.

[69] Cardoso (2018) salienta que, não obstante, pela formação intelectual em centros anglo-saxões, tais autores continuaram a apresentar em seus pensamentos resquícios da economia política tradicional, para além de uma certa ótica eurocêntrica, espelhando-se nas trajetórias dos países desenvolvidos por muitas vezes de forma quase etapista.

[70] Embora defensores declarados de economias de mercado, estavam conscientes de que transformações de larga escala só adviriam da intervenção nos mesmos. Dessa forma, *os mercados* (assim como a intervenção estatal) *eram percebidos como meios para atingir os objetivos da estratégia de desenvolvimento econômico, e não como fins em si mesmos* (CYPHER e DIETZ, 2014: p.141).

Em contraposição à economia neoclássica, que assumia um funcionamento coerente do mecanismo de preços de mercado, os autores da Economia do Desenvolvimento cunharam a *abordagem estruturalista* (MEIER, 1984; GALA, 2017; CARDOSO, 2018). Através dela, buscaram identificar rigidezes, atrasos, escassez e excedentes, tendo como objeto de análise as **estruturas produtivas** dos países pobres e como afetavam os ajustes econômicos e suas escolhas/possibilidades de progresso futuro. Isto ao mesmo tempo em que reconheciam as falhas e limites desse mesmo mecanismo de preços para mudar a situação corrente nessas nações. Conforme Cardoso (2018), tais autores detinham análise mais rica do processo de desenvolvimento, exatamente por contemplarem pontos antes ignorados, tais como: heterogeneidade dos agentes, efeitos cumulativos, análise sistêmica, ciclos viciosos, dependência de trajetória, etc. [71] Destarte, considerando tais elementos, e também a divergência entre o nível de riqueza das nações, convergiam quanto à necessidade de intervenção deliberada dos Estados; cujo novo papel mais ativista, para eles, estava longe de garantir é claro o sucesso das políticas implementadas (CARDOSO, 2018).

É válido aqui apontar, contudo, que tal subdisciplina não constituía um corpo teórico coeso; detendo controvérsias, dissonâncias e fervorosos debates sobre muitos eixos temáticos, dentre os quais: crescimento equilibrado x desequilibrado; industrialização x agricultura; substituição de importações x promoção de exportações; discricionaridade do planejamento x confiança no mecanismo de preços de mercado; etc (MEIER, 1984: p.22).

Exatamente por isto, é prudente filtrar bem quais os autores mobilizados e conceitos escolhidos para a análise de determinada economia política. Na presente tese, meu critério de seleção diz respeito a quais das principais noções dos referidos julguei mais propícias para estudar a trajetória de desenvolvimento da China e as transformações estruturais da realidade do Leste Asiático. Assim, abarcarei neste estudo: Paul Rosenstein-Rodan e sua **perspectiva do grande impulso** ("Big Push") **bem como os modos de industrialização dele derivados**, Hans Singer e sua visão da **distribuição assimétrica de benefícios dos investimentos e comércio entre diferentes países**, Arthur Lewis e sua **hipótese do crescimento com oferta ilimitada de MDO**, Albert Hirschman e seus **encadeamentos para frente e para trás**, e finalmente Alexander Gerschenkron com a **teoria das "vantagens do atraso"**. A genealogia

[71] A perspectiva de *laissez-faire* supunha caráter automático, natural e equilibrado da retomada e sustentação dos processos de crescimento, desde que adotadas políticas condizentes com liberalização dos fluxos de capitais, bens e serviços, somada a políticas fiscais e monetárias "prudentes" (CARDOSO, 2018: p.18).

destes será apresentada de forma abreviada e cronológica conforme as datas das publicações dos trabalhos clássicos trazendo suas contribuições. Penso que, procedendo de tal forma, a escrita será menos fatigante e porá em relevo os conceitos instrumentalizados e aplicados à luz do país asiático, que é o que de fato importa.

Paul Rosenstein-Rodan abre, portanto, o conjunto de autores detalhados aqui nesta subseção. Seu texto "Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental", escrito em 1943, é a contribuição pioneira desta geração de intelectuais e marco temporal que inaugura a subdisciplina (CARDOSO, 2018). Nele, assentado sobre pesquisas conduzidas ainda durante a guerra sobre países pobres do continente europeu – periféricos portanto ao centro pujante da parte ocidental –, trouxe conclusões acerca do *caráter não-espontâneo do crescimento e desenvolvimento*, edificando os blocos analíticos futuros da Economia do Desenvolvimento (CYPHER e DIETZ, 2014; CARDOSO, 2018).

Pensando as especificidades do atraso e sua superação, estudou quais fatores políticos e econômicos possibilitavam o crescimento (ou potencial oculto) de países subdesenvolvidos sob o ponto de vista estrutural e institucional, promovendo a industrialização e a urbanização que seriam fenômenos concomitantes da modernização (ROSENSTEIN-RODAN, 1984; CYPHER e DIETZ, 2014; CARDOSO, 2018).[72] O hiato entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas não seria superado pelo mecanismo de mercado corporificado no sistema de preços, pois este acentua mecanismos cumulativos resultantes na desigualdade distributiva interna e internacional, sendo imperativo portanto *distorcê-lo* (ROSENSTEIN-RODAN, 1957; 1969; CARDOSO, 2018). Assim, a industrialização, para se dar em larga escala, teria de ser planejada pelas autoridades políticas, diante do engodo do automatismo do *laissez faire*, podendo se dar de duas formas: com treinamento e qualificação de MDO para gerar "economias externas", favorecendo consórcios de empresas com decisões específicas; e via *investimentos em bloco para garantir um sistema industrial de firmas complementares e com menos riscos de insuficiências* (ROSENSTEIN-RODAN, 1969: p.254-5).[73]

---

[72] Com relação às estruturas produtivas agrárias dos países subdesenvolvidos, Rosenstein-Rodan dizia que o progresso da industria não era antagônico ao da agricultura mas sim complementar. Nesta visão encontramos uma consonância com Hamilton e List, que também apontavam que as políticas de incentivo à agricultura e à indústria não eram mutuamente excludentes. A produtividade agrícola viria em auxílio ao desenvolvimento industrial, trazendo as externalidades econômicas e retornos crescentes de escala.

[73] A insuficiência de um arcabouço puramente mercadológico de referência para realizar a industrialização e também tais ganhos potenciais se dá pelo fato de, sob uma ótica de lucros e ganhos, os empresários individuais de um país subdesenvolvido terem poucos incentivos para investirem em bloco o suficiente para o *big push*,

O Estado seria o móbile desta missão, coordenando grandes blocos de investimentos via incremento das capacidades tecnológicas e subvenções pecuniárias, gerenciando os processos de mudança nos mais diversos setores para engendrar transformações em cadeia e sinergias virtuosas – ou "transbordamentos" – do ponto de vista produtivo (ROSENSTEIN-RODAN, 1969). Assentado nessas reflexões, germina a chamada Teoria do Grande Impulso / "Big Push", de acordo com a qual, para um projeto de desenvolvimento ser exitoso, há uma quantidade mínima de recursos a serem deslocados e empregados para a "decolagem"; e, quanto mais abrangentes setorialmente os investimentos em bloco realizados, melhores os prognósticos potenciais para o desenvolvimento (ROSENSTEIN-RODAN, 1957; 1969).[74] A justificativa disto é que os encadeamentos industriais e produtivos iniciais teriam efeitos multiplicadores sobre o todo da economia; o que mostra, segundo Cardoso (2018: p.32), a influência da perspectiva dos multiplicadores da teoria keynesiana sobre seu pensamento.

Tendo então por referência essas reflexões, o autor elucubra duas vias básicas de industrialização, ambas imbuídas de respectivos prós e contras, também guardando possíveis analogias com os paradigmas de economia política que veremos na história da China pós-1949. São elas: *1ª)* o "**modelo russo**"; e *2ª)* a **industrialização via integração na economia mundial**. A **primeira via** teria *caráter autárquico*; *não recorrendo ao capital internacional*, *buscando autossuficiência produtiva* e com uma *base industrial verticalmente integrada*. A principal desvantagem desta, na ótica de Rosenstein-Rodan, é que apresenta *margem de crescimento lento pela necessidade de criar capital apenas com recursos domésticos, impactando o padrão de vida e consumo da população ao passo que geraria também enorme capacidade ociosa para as indústrias pesadas, num desperdício de recursos produtivos*. Já a **segunda**, de predileção do autor, faculta progresso mais rápido sem sacrifício ao consumo

---

dado o risco e as incertezas. Portanto, o setor privado não pode ser o único encarregado por gerar o capital social necessário à alavancagem de investimentos, dada a sua predileção somente por segmentos mais lucrativos de curto prazo, tolhendo/impedindo assim o potencial futuro da força de trabalho nacional (ROSENSTEIN-RODAN, 1969; CYPHER e DIETZ, 2014).

[74] Sumarizando: "A complementação das diferentes indústrias constitui o mais importante argumento a favor da industrialização planejada em larga escala" (ROSENSTEIN-RODAN, 1969: p.255). Contudo, o autor não elabora de forma muito detalhada essa perspectiva, nem neste texto nem em conseguintes, não elucidando o que seria um nível ideal ou "ótimo" de abrangência setorial para a decolada industrialista. **É preciso atentar aqui o importante ponto de que, ao advogar uma intervenção governamental setorialmente abrangente, Rosenstein-Rodan não está defendendo uma política industrial horizontal ou debruçada sobre TODOS os setores da economia, mas tão somente o investimento no máximo de segmentos que possam estar encadeados entre si**.

interno para captação de poupança, já que o país em questão pode contar com capitais de fora; para além de que, *graças à inserção na DIT, potencializa suas vantagens competitivas iniciais com foco em indústrias leves e intensivas em trabalho, absorvendo rapidamente MDO* (ROSENSTEIN-RODAN, 1969: p.252-3).

É válido ter em mente essas duas vias industrializantes, derivadas da perspectiva do Grande Impulso; **visto que ambas serão usadas para esquadrinhar as reformas e transformações socioeconômicas que a China passará com o redesenho das instituições do período maoísta a partir do governo de Deng Xiaoping**, como veremos no Capítulo 3 da Tese. Desse modo, passo agora ao próximo autor da disciplina analisado.

O segundo expoente da Economia do Desenvolvimento aqui abarcado é Hans Singer, alemão radicado intelectualmente na Inglaterra e que, ao lado de Prebisch como veremos na próxima subseção, elabora o que viria a ser conhecido como Tese Singer-Prebisch acerca da tendência de deterioração dos TdT e distribuição desigual de ganhos entre nações (SINGER, 1950; CARDOSO, 2018).[75] Ex-aluno de Keynes em Cambridge e de Joseph Schumpeter em Bonn, utiliza perspectivas de ambos para também criticar os princípios do *laissez faire* e defender a necessidade de intervenção do governo para direcionar as forças produtivas a um melhor nível de equilíbrio e emprego dos fatores (CARDOSO, 2018).

Em seu trabalho "The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries", publicado em 1950 após apresentação preliminar no Congresso da Associação Americana de Economia no ano anterior (o mesmo em que Prebisch lança o Manifesto Latinoamericano), destaca a grande problemática defrontada pelos países subdesenvolvidos como sendo suas **estruturas produtivas dualistas** (SINGER, 1950).[76] Estas distinções estruturais resultavam no declínio relativo dos preços de bens primários com relação aos manufaturados ao longo do tempo, fazendo com que benefícios do comércio e investimentos viessem a ser desigualmente distribuídos entre os grupos de nações. Pela grande dependência dos países subdesenvolvidos com relação ao setor externo, este acabaria determinando suas dinâmicas econômicas domésticas proporcionalmente à baixa complexidade e diversificação

[75] Singer não utiliza a dicotomia de Prebisch de centro-periferia; mas emprega a terminologia de nações "emprestadoras" e "devedoras" (que inclusive confere o título ao seu trabalho proeminente), aludindo aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos (1949).

[76] Por estruturas produtivas dualísticas, Singer aludia à divisão entre um setor altamente produtivo voltado para exportações (que, por ser intensivo em capital, não incluiria os vastos segmentos sociais excluídos) e outro de baixa produtividade voltado ao mercado doméstico e subsistência (SINGER, 1950: p.473-4).

produtiva-exportadora (SINGER, 1950). Isto torna o destino dessas nações extremamente sensível às oscilações do comércio internacional.

Já com relação ao padrão de investimentos, Singer argumenta que o direcionamento destes pelos países emprestadores na direção dos devedores força ainda mais estes últimos à especialização primária, não desencadeando efeitos econômicos positivos. Esta tendência se dá por alguns mecanismos causais: *a)* pelo fato de parte expressiva dos ganhos desses mesmos investimentos retornarem às nações-matrizes como remessas de lucros; e *b)* por tais inversões se darem geralmente em atividades extrativistas ou de baixa complexidade, sem alavancarem emprego e renda.[77] Estes mecanismos, somados aos TdT desfavoráveis em função da assimetria de valor agregado entre gêneros agrícolas/minerais e manufaturados, para além da inelasticidade-renda da demanda pelos primeiros bens nos países ricos, só traz benefícios às *nações investidoras*, que *lucram com o comércio exterior tanto pela ótica da produção quanto pela do consumo* (SINGER, 1950).[78]

Logo, o **desenvolvimento** das nações emprestadoras **só virá**, forçosamente, **com uma alteração estrutural da matriz produtiva que venha ampliar a relevância relativa da manufatura em detrimento da agricultura**, com a primeira sendo primordial não somente por aumentar a produção mas também por seus encadeamentos com outras indústrias e efeitos agregados gerais sobre educação, cultura e capacidade inventiva da sociedade (SINGER, 1950; CARDOSO, 2018). E, para materializar tal transformação estrutural, uma estratégia de desenvolvimento elaborada pelo poder público deve enfatizar projetos com maior potencial de retenção e multiplicação interna de recursos, aproveitando efeitos multiplicadores de complementaridade (SINGER, 1950; CARDOSO, 2018).

Por consequência, Singer, com reflexões semelhantes às do estruturalismo cepalino embora com léxico distinto, ao defender investimentos encadeados e também a dialética agricultura-indústria, guarda paralelos tanto com ideias de Rosenstein-Rodan como com as de Lewis, o próximo autor a ser analisado.

---

[77] Exatamente por isto Singer comenta, guiado pela perspectiva da dualidade antes destacada, que tais investimentos externos jamais chegam a ser verdadeiramente incorporados nas estruturas econômicas internas dos países subdesenvolvidos, exceto num sentido físico e geográfico (SINGER, 1950: p.475).

[78] Em tese, a elevação dos preços internacionais de bens primários num cenário com mercado externo vigoroso proveria um suposto espaço para acumulação de recursos e direcionamento dos mesmos ao desenvolvimento industrial. Contudo, numa lógica de mercado de busca por lucros no curto prazo, os recursos excedentes são reinvestidos pelos empresários no mesmo setor, desejando aumentar a produção para aproveitar o mercado aquecido (CARDOSO, 2018: p.42).

Arthur Lewis, por sua vez, também debruçado sobre dinâmicas de desenvolvimento e subdesenvolvimento, elaborou em 1954 um trabalho que se tornaria exemplar para muitas análises aplicadas de economia política, com um modelo teórico onde pressupunha a hipótese de oferta "ilimitada" de MDO e suas implicações. Partindo de premissas da tradição clássica, a estrutura de seu argumento é a seguinte: nos países pobres/atrasados há, em decorrência da população volumosa vis-à-vis o capital, uma enorme força de trabalho empregada a nível de subsistência e com produtividade marginal baixíssima ou quase análoga a zero (LEWIS, 1969).[79] Esta **oferta ilimitada de MDO**, conforme Lewis percebia, assim como Singer embora com diferenças de enfoque, se inseria no contexto de uma **estrutura produtiva dualista**: de um lado, um setor tradicional, agrícola e de baixa produtividade, e um incipiente setor capitalista moderno, manufatureiro, guiado por novas tecnologias e produtividade do trabalho bem superior. Contudo, **o vínculo entre ambos os setores era baixo; jazendo justamente nesta sinergia potencial a chave da transformação dinâmica das economias atrasadas** (LEWIS, 1969).[80]

O caminho para o desenvolvimento iria requerer uma melhor distribuição funcional da renda e do excedente capitalista, algo somente possível ampliando o setor moderno (industrial / urbano) com relação ao atrasado (rural). Ao longo deste processo, a absorção do enorme contingente populacional não-qualificado do campo permitiria, graças aos ganhos crescentes do capital, um aumento da parcela dos lucros na renda nacional, mas não em detrimento dos salários e sim dos rendimentos da terra. Em função da dualidade estrutural e funcionamento do setor atrasado, os empresários capitalistas produtivos do setor moderno beneficiar-se-iam da ausência do "ônus" de terem de aumentar salários, represados justamente pela enorme força camponesa migrando para as cidades e as indústrias.[81] *O setor "capitalista", assim, se desenvolve tomando trabalho do setor "não capitalista" atrasado e*

---

[79] Como Cardoso (2018) atenta, Lewis constrói sua argumentação em cima de uma estrutura teórico-analítica clássica no sentido que a conjugação dos fatores capital (K)-trabalho (L) e o produto dela resultante é distribuída pelas classes sociais por meio das variáveis **salários**, **renda da terra** e **lucros**.

[80] O desenvolvimento do setor "moderno" (industrial) também não era, na interpretação de Lewis, antagônico ao do setor "tradicional", conforme ampliava a demanda por alimentos e outros insumos para incrementar em seus próprios processos produtivos (CYPHER e DIETZ, 2014).

[81] Válido destacar que tal ideia de Lewis guarda elo com o conceito de Karl Marx de **Exército Industrial de Reserva** (**EIR**), segundo o qual a população trabalhadora excedente seria alavanca de acumulação capitalista na medida em que regularia os movimentos gerais dos salários, ampliando a margem de lucro – ou mais-valia sobre o capital variável – dos empresários (MARX, 1998; Cap. XXIII). Para uma análise comparativa das duas noções, ver Kindleberger (1997; *Second Lecture*).

de subsistência. Os maiores retornos daí resultantes facultariam, portanto, maiores níveis de poupança e seu reinvestimento contínuo na acumulação de capital, ampliando a produção e a renda nacional (LEWIS, 1969; CYPHER e DIETZ, 2014).

Esse processo de transferência laboral, é claro, gradualmente desacelera e finda no chamado "**ponto de viragem Lewisiano**", onde o *excesso de MDO do setor de subsistência já foi devidamente absorvido pelo moderno, com o desenvolvimento começando a se refletir de forma mais robusta no crescimento dos salários urbanos e gerando também pressão maior sobre os salários na agricultura*, por seu turno se vendo compelida a ser mais produtiva adotando modernas tecnologias (LEWIS, 1969; CYPHER e DIETZ, 2014).

O papel dos governos nessas nações para conduzir tal processo seria fulcral, devendo aproveitar o excedente da produção para exportação para engendrar a inflexão impulsionando as economias nacionais para setores produtivos e manufatureiros modernos (LEWIS, 1969).[82] Nesta empreitada, contudo, permanece sendo importante o capital externo para o financiamento nos países pobres, seja visando aumentar a produtividade em setores voltados ao consumo e uso domésticos, seja voltado às importações de bens de capital para criar e expandir a capacidade produtiva interna, com ambos os pilares sendo necessários para programas de desenvolvimento calcados na industrialização. Feita esta curta radiografia das contribuições de Lewis, passo ao próximo expoente da lista no parágrafo abaixo.

Agora, me debruço sobre os aportes de Albert Hirschman, cuja contribuição-mor ao campo se deu pela obra "A Estratégia de Desenvolvimento Econômico" / "The Strategy of Economic Development" (1958). O autor, envolvido pessoalmente na reconstrução da Europa no Pós-Guerra e posteriormente como conselheiro do governo da Colômbia, constitui um exemplo interessante (assim como Prebisch) de como a experiência prática com as problemáticas econômicas as quais teve de lidar em sua vida profissional moldaram seu pensamento e reflexões sobre a natureza do planejamento.[83] Acreditava e defendia que o **arranque de crescimento em determinada nação viria através de uma política industrial menos horizontal e setorialmente mais restrita, induzindo segmentos estratégicos a**

---

[82] Como foi o que de fato aconteceu, tanto na América Latina quanto, como veremos no Capítulo 2, no Leste Asiático (FURTADO, 1970; KOHLI, 2009; BULMER-THOMAS, 2010).

[83] Um dos aprendizados desta experiência, segundo o próprio autor, seria constatar como as recomendações de políticas ortodoxas que centralizavam suas preocupações no combate à inflação (em países subdesenvolvidos, com tantas mazelas sociais) eram, na melhor das hipóteses: ingênuas, socialmente negligentes e contraintuitivas do ponto de vista econômico de longo prazo (HIRSCHMAN, 1984: p.89).

gerarem, propositalmente, excesso de capacidade e gargalos infraestruturais que, em seu turno, irão demandar mais e novos investimentos para solucionar tais dificuldades (HIRSCHMAN, 1958).[84]

Em certo sentido, era um dissidente dentre os economistas do desenvolvimento pregressos, que refletiram sobre processos de industrialização supostamente "equilibrados", acreditando que o próprio desequilíbrio de mercado poderia ser racionalizado e instrumental para incentivar o desenvolvimento por duas grandes razões: *1ª)* Pelo *limite de recursos*, compelindo inexoravelmente ao privilégio em determinadas áreas em detrimento de outras para melhor aproveitamento[85]; e a *2ª) indústrias com excesso de capacidade baratearíam a produção e obteriam assim economias de escala pela diminuição dos custos*; sendo esta a principal alavanca para investimentos (HIRSCHMAN, 1958; 1984). Estes pontos também ilustram como, para o autor, os caminhos originais, "errados" ou não-lineares, permeados por percalços e aprendizados, podem ser surpreendentemente benéficos ao desenvolvimento, opinião também partilhada por Gerschenkron, próximo intelectual analisado (HIRSCHMAN, 1984: p.96; CYPHER e DIETZ, 2014; CARDOSO, 2018).[86]

Segundo Hirschman (1958: p.5), para quem o **processo de transformação tange menos encontrar combinações otimizando recursos e fatores de produção existentes e mais mobilizar para propósitos desenvolvimentistas recursos previamente escondidos, dispersos ou mal utilizados**, há três fatores que se coadunam no desenvolvimento desequilibrado.[87] São eles: **a)** *Complementaridade*, onde o aumento da produção de um bem ou serviço gera demanda para outro; **b)** *investimento induzido*, onde inversões na indústria incentivam investimentos em outras, multiplicando e desencadeando efeitos positivos[88]; e **c)**

---

[84] A defesa das manufaturas se justificava pela sua superioridade (esmagadora com relação à agricultura) para gerar encadeamentos produtivos, conceito que veremos em alguns parágrafos (CARDOSO, 2018).

[85] Ponto este que foi reificado pelos autores vistos na Intro da Tese. Em outro trabalho, Chang inclusive sumariza que "[...] in a world of limited resources and limited administrative capabilities, there is always going to be some degree of 'selectivity' involved in the conduct of industrial policy" (2006: p.36).

[86] Hirschman destaca que é comum, no curso do desenvolvimento desequilibrado, surgirem inúmeros problemas como, por exemplo: inflação, desajustes no BP e outros. Estes, por sua vez, não refletem necessariamente uma política econômica – fiscal, monetária e cambial – irresponsável, mas sim a não-linearidade do processo (HIRSCHMAN, 1958, Cap. 9; 1984: p.103; CYPHER e DIETZ, 2014).

[87] Este argumento hirschmaniano foi trabalhado por Amsden em sua análise sobre a Coreia do Sul (1989) e será de particular valor para entendermos a primeira década de reformas institucionais chinesa e o alto crescimento inicial do país nos anos 1980.

[88] Novamente, vemos como a consideração hirschmaniana do efeito da complementaridade dos investimentos se assemelha ao mecanismo do multiplicador keynesiano de emprego e renda, influência comum sobre quase todos os autores da Economia do Desenvolvimento analisados nesta subseção (CARDOSO, 2018).

economias externas, sendo a apropriação por novos projetos de externalidades geradas por empreendimentos anteriores (HIRSCHMAN, 1958; Caps.1, 2 e 3).

É em vista destes três fatores aludidos que prossigo à compreensão de seu conceito mais importante na discussão do desenvolvimento desequilibrado, o de **encadeamentos para frente e para trás**.[89] Os primeiros se referem às situações quando uma indústria vende ou distribui seus produtos para outros setores da economia mais próximos ao consumidor final, também buscando inseri-los como insumos em outras cadeias produtivas. Já os segundos aludem para quando determinada indústria se expande, requerendo fornecimento de insumos (*inputs*) de outras para continuar produzindo, como por exemplo os segmentos de minério de ferro e carvão que são encadeamentos para trás de um moinho de aço (HIRSCHMAN, 1958). Logo, **para maior utilidade da estratégia nacional de desenvolvimento, é imprescindível que os investimentos sejam feitos preferencialmente nos projetos com maior potencial de tais encadeamentos**.[90]

Uma última observação pertinente sobre a obra de Hirschman é que a mesma atenta como o *desenvolvimento desequilibrado tenderá a se concentrar ou clusterizar em centros regionais geográficos específicos, com pólos dinâmicos de crescimento que trarão a desigualdade intra-regional dentro do território como condição simultânea e inevitável* do processo em si (HIRSCHMAN, 1958: p.186-7; CARDOSO, 2018: p.79).[91]

O quinto e último autor delineado nesta subseção é o historiador econômico russo Alexander Gerschenkron; que, embora não tenha sua inclusão no plantel desenvolvimentista do Pós-Guerra como algo consensual ou comumente referido, guardou com estes autores muitos diálogos, também com concordâncias e discordâncias.[92] Pelo fato da ênfase de sua obra-mestra, "Economic Backwardness in Historical Perspective" (1962), versar sobre as

---

[89] Há um diálogo fortíssimo entre tal noção de encadeamentos, principalmente a dos encadeamentos para trás, e o processo de industrialização por substituição de importações em sua fase "secundária" (CHI, 1990) em todas as três economias políticas investigadas nesta Tese, como demonstrarei nos Capítulos 2, 3 e 4.

[90] O conhecimento sobre o potencial de encadeamentos dos projetos se daria pela aplicação de matrizes insumo-produto, mostrando a influência das perspectivas do economista russo Wassily Leontief sobre Hirschman, ao menos no que diz respeito aos efeitos multiplicadores sobre a indústria (CYPHER e DIETZ, 2014).

[91] Aqui é notória a analogia com o pensamento de outro economista do desenvolvimento, Simon Kuznets (1901-1985), o qual, por razões de escopo, não foi incluído na gama analítica que selecionei para o estudo.

[92] Um exemplo de concordância é com o recém analisado Hirschman e seus conceitos de encadeamentos para frente e para trás, com saliência ainda maior no contexto do atraso econômico onde os mercados internos são irrisórios e os circuitos de "investimentos retroalimentados pelos próprios investimentos" podem vir a ser fundamentais para a sustentação surto industrialista inicial. Para além dele, também incorporou aportes de Hamilton e List quanto à proteção das manufaturas nascentes (GERSCHENKRON, 1962).

particularidades dos países atrasados e as condições lhes propiciando adentrar em trajetórias ascendentes de desenvolvimento, reduzindo o hiato para as demais potências, *sua seara intelectual é comum aos demais; sendo, exatamente por isso, proveitosa a sua inclusão no bloco de discussão da subdisciplina*.

Ao longo de seu livro, onde tece estudo comparativo rico e detalhado da variabilidade e elasticidade dos processos de industrialização ocorridos na periferia da Europa no Século XIX, elabora uma abordagem que lhe permite, pelos distintos graus de atraso observados por determinados critérios, mapear tendências particulares na natureza do desenvolvimento subsequente (GERSCHENKRON, 1962).[93] Assim, formula proposições conforme as quais, **quanto mais atrasado o país em questão**: **1ª)** *mais provável sua industrialização se dar de forma descontínua com grande surto repentino da produção manufatureira*; **2ª)** *mais pronunciada a industrialização com base em grandes plantas de empresas*; **3ª)** *mais forte o destaque para bens de produção vis-à-vis bens de consumo*; **4ª)** *mais pesada a pressão sobre os níveis de consumo populacionais*; **5ª)** *maior a importância de fatores institucionais voltados a ampliar a oferta de capital em indústrias nascentes e provê-las com gestão mais centralizada*; e, por fim, **6ª)** *menos provável que a agricultura ofereça vantagens à indústria infante com base na produtividade do trabalho agrícola*.[94]

Com base numa tipologia esquemática categorizando os países europeus em "avançados", "moderadamente atrasados" e "muito atrasados"[95]; percebe que, quanto maior o hiato ante os países ricos já constituídos, maior peso adquire a necessidade de ação política do Estado para viabilizar a oferta de capital e financiar o processo de desenvolvimento

---

[93] Ao justificar sua abordagem, no final de seu livro, diz: "[...] the differences in the levels of economic advance among the individual European countries or groups of countries in the last century were sufficienty large to make it possible to array those countries, or group of countries, along a scale of increasing degrees of backwardness and thus to render the latter an operationally usable concept" (GERSCHENKRON, 1962: p.354).

[94] Todos estas proposições de Gerschenkron trazem perspectivas para o debate sobre o paradigma de economia política planificada que predominou na RPC entre 1949 e 1978, ciclo histórico onde a China faz sua revolução nacional e, partindo de níveis extremos de atraso e pauperismo, promoveu uma industrialização espelhada na soviética e nos segmentos intensivos em K. Aliás, o próprio Gerschenkron tece uma análise das possibilidades e limites da industrialização soviética no Capítulo 6 (pp.150-1) de sua obra, fornecendo *insights* comparativos neste sentido.

[95] Importante frisar que o próprio autor fala que tal esquemática, visando unicamente mapear similaridades interespaciais no desenvolvimento industrial, não guarda qualquer relação com o etapismo presente em diversos autores da Economia do Desenvolvimento (ex: Walt W. Rostow), como se houvesse um caminho definido ao progresso ou "leis inescapáveis" do desenvolvimento econômico (1962: p.355; PAULA e JABBOUR, 2016).

industrial (GERSCHENKRON, 1962).[96] **Essa oferta de capital se materializa na forma institucional de grandes bancos de investimento sob égide governamental e seu ferrenho controle burocrático**, conforme se vê pela história da industrialização na Europa (GERSCHENKRON, 1962; KEMP, 1985).[97] Conceber sistemas financeiros estatais capazes de substituir, no início dessas trajetórias de desenvolvimento, núcleos empresariais consolidados e sistemas financeiros privados, era ainda mais importante ante a necessidade de industrialização de bens de capital e segmentos mais complexos necessitando mobilização de muitos recursos ou formação sólida de poupança. **O "Estado-financiador", portanto, era a única saída enquanto empreendedor-substituto** (PAULA e JABBOUR, 2016).[98]

Assim, através da introdução de crédito de longo prazo e instituições como poderosos órgãos dentro de organizações corporativas, os grandes bancos (sejam governamentais ou privados) adquiriram formidável ascensão sobre as empresas industriais, não só pelo controle financeiro mas também via decisões gerenciais diretas. E, sendo centralizados, perceberam rapidamente as oportunidades oriundas da cartelização, se imbricando junto a empresas manufatureiras e se tornando um instrumento marcante e específico dos países atrasados (GERSCHENKRON, 1962: p.14-6).[99]

A conclusão mais importante derivada por Gerschenkron (1962: p.44) a partir dessa reconstituição alude ao fato das trajetórias dos países retardatários não seguirem repetições exatas do caminho inicial britânico mas desvios relativamente "ordenados", desconstruindo a ideia de pré-condições imutáveis levando ao desenvolvimento de forma equânime sob

---

[96] **A razão disto é a ausência de acumulação prévia de capital como a que possibilitou a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, onde o progresso antecedente e a disponibilidade de muitas fontes de riqueza convergiram favoravelmente na maior disposição dos indivíduos/empresários/burgueses em investirem em objetivos industrialistas** (GERSCHENKRON, 1962: p.45).

[97] Não é irrisório denotar, neste sentido, que o Século XIX na Europa, onde pulularam as experiências de desenvolvimento retardatárias, foi também um de proliferação de bancos comerciais e instituições financeiras de grande porte, voltadas para financiar portfólios industriais e inspiradas, segundo o autor, pelo *Crédit Mobilier* da França (GERSCHENKRON, 1962).

[98] Como Amsden destaca, também dentro dessa perspectiva do autor sobre a necessidade do Estado financiador das indústrias locais, diz que os bancos de desenvolvimento foram ainda mais importantes no contexto do Pós-Guerra do que no recorte histórico utilizado por Gerschenkron (2009: p.227-9).

[99] Todo este período foi acuradamente descrito por Hobsbawn (1998) como a **fase do "capitalismo monopolista", onde avançaram formas cartelizadas de organização dos mercados e da atividade econômica**, tanto com relação às grandes empresas comerciais e industriais como com relação ao setor bancário, levando a uma **tendência quase geral a oligopólios** e um pequeno número de gigantescas instituições financeiras absorvendo as menores (HOBSBAWN, 1998). Tal período histórico de concentração dos bancos e sua oligopolização e "apropriação" de muitas das atividades industriais, embora com um enfoque analítico completamente distinto, também é muito bem destacado no Capítulo 2 da obra de Lenin (2008).

qualquer circunstância (PAULA e JABBOUR, 2016). E o ponto mais curioso, influenciando o pensamento de autores do EDLA como Amsden (1989; 2009), é que, em tal empreitada "desviante", os países atrasados contam com uma vantagem que estava ausente para os pioneiros avançados/ricos: a própria existência destes últimos. Ou seja, **os retardatários possuem um modelo de ação; e, mais importante, uma fonte de tecnologias, capital e trabalho qualificado para atingirem a fronteira e o aprendizado rumo ao progresso técnico**. *A existência desses capitais e tecnologias de fora eliminam, assim, a problemática da acumulação original, reduzindo a relevância da riqueza previamente criada*.

Uma última observação pertinente do autor russo é a de que tais vantagens do atraso não são, por si mesmas, requisitos suficientes ao desenvolvimento se não aproveitadas por coalizões políticas e projetos nacionais com instituições favoráveis nos momentos históricos "precisos", como exemplifica pelos fracassos relativos dos casos da Itália e da Bulgária. Em suma, **as vantagens do atraso podem rapidamente virar desvantagens, de modo que as variáveis políticas importam**. Com isto, desmistifica possíveis interpretações de que o desenvolvimento "cairia do céu" para países subdesenvolvidos, com a metáfora de que o "ônibus que conduz uma nação ao longo de seu grande arranque de industrialização às vezes vem em horários estranhos e pode ser perdido. E o próximo pode não ser tão grande, conveniente ou rápido como o predecessor" (GERSCHENKRON, 1962: p.363; tradução própria), afetando decisivamente o caráter da trajetória seguinte.

Concluída a elucidação destes autores, é interessante denotar como todos, a despeito das distintas inovações teóricas no bojo da subdisciplina, tinham por ponto comum a industrialização; buscada por diferentes instrumentos e caminhos particulares, como o caminho inescapável de transformação das estruturas produtivas e econômicas dos países atrasados. Na Tabela 4 abaixo, recapitulo as motivações que me fizeram trazê-los à tona para o presente estudo comparativo e também suas concepções que ressurgirão ao longo da Tese:

Tabela 4 – Construtos teóricos tomados de autores da Economia do Desenvolvimento

	Principais aportes aproveitados
Paul Rosenstein-Rodan (1943)	• Desenvolvimento é produto da distorção do sistema de preços de mercado e investimentos complementares em bloco na indústria para gerar um "Grande Empurrão", via políticas de qualificação laboral, incremento de tecnologias e subsídios. • Duas vias de industrialização daí derivam: *Modelo russo* (autárquico; autossuficiente; verticalmente integrado e baseado

	na restrição ao consumo da população); e *integração via DIT* (permite aproveitamento de capitais, tecnologias e mercados estrangeiros).
Hans Singer (1949)	• Desenvolvimento como alteração das estruturas produtivas dualistas via industrialização, evitando efeitos perniciosos dos investimentos estrangeiros (induzindo especialização primária) e comércio exterior (TdT declinantes).
Arthur Lewis (1954)	• Transformação econômica consistindo na interlocução entre o setor "moderno" (industrial) e "atrasado" (rural) aproveitando oferta ilimitada de MDO para ampliar o lucro como parcela da renda nacional e assim induzir mais investimentos na indústria.
Albert Hirschman (1958)	• Desenvolvimento econômico irá advir de uma política industrial com ênfase num pequeno número de setores capazes de gerar o maior número de encadeamentos (para frente e para trás) possível, retroalimentando mais investimentos; • Desenvolvimento tem caráter geograficamente concentrado.
Alexander Gerschenkron (1962)	• Quanto maior o atraso do país em questão, maior importância assume o papel do Estado, atuando principalmente como financiador e "empresário substituto" através de grandes bancos públicos de fomento para investimentos industrialistas; • Quanto maior o atraso do país em questão, mais provável que sua industrialização se dê de forma descontínua, assentada em grandes empresas focadas em bens de produção (ênfase em bens de capital) em detrimento de bens de consumo. Nesta via, o desenvolvimento contará menos com auxílio da produtividade da agricultura. • Maior vantagem do atraso é existência de países desenvolvidos como fontes de capitais, tecnologias e aprendizado.

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, devoto a última subseção da Seção 1.1 às considerações sobre o pensamento estruturalista da CEPAL, galvanizados pelo vanguardista Raul Prebisch e suas contribuições para também pensar formas de superar a condição periférica de países subdesenvolvidos. Após as reflexões, adentro enfim na análise da realidade própria do Leste Asiático tal como vista pela literatura institucionalista canonizada do Estado Desenvolvimentista.

1.1.3. O Estruturalismo Cepalino

Ao longo desta seção, onde delineei pensadores que dedicaram suas trajetórias acadêmicas e profissionais para teorizar alternativas de mudanças e cursos de ação no quadro de referência dos regimes produtivos dos países atrasados, sejam eles da Europa Oriental,

América do Norte ou América Latina, encerro trazendo o importante pensador argentino Raul Prebisch (1901-1986). Prebisch foi um autor canonizado por seu ensaio "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas", depois popularizado como o "Manifesto Latinoamericano".[100] Considerado por muitos o "pai do desenvolvimento na periferia", detém uma história intimamente associada e confundida com os rumos seguidos pela própria CEPAL, criada em 1948 como um braço constitutivo das Nações Unidas e inaugurando a *escola estruturalista de pensamento latino-americano* (KAY, 1989; MANTEGA, 1990; BIELSCHOWSKY, 2004; NERY, 2011; CYPHER e DIETZ, 2014; GALA, 2017; CARDOSO, 2018). Nos parágrafos seguintes, comento a relevância da comissão e seu estruturalismo para a reflexão crítica não só latinoamericana como periférica; para depois destacar o quinhão intelectual do autor tomado em fases seguintes da Tese.

Prebisch e cepalinos argumentavam que os países menos desenvolvidos da periferia eram institucional, social e estruturalmente distintos das nações industriais no centro, o que tornava, de início, a teoria econômica ortodoxa (e também alguns pressupostos da própria Economia do Desenvolvimento) inaplicável e destituída de validade universal (PREBISCH, 2011: p.96; MANTEGA, 1990). Tampouco acreditavam na teoria ricardiana das vantagens comparativas e alegados benefícios do livre comércio entre nações, advinda da especialização produtiva (PREBISCH, 2011: p.103; KAY, 1989; CYPHER e DIETZ, 2014).[101] Os esforços de teorização da CEPAL, partindo inicialmente da corroboração empírica das insuficiências dessas perspectivas, vão dando forma, portanto, a um conjunto de ideias relativamente coerente configurando – naquele momento – uma revolucionária visão da nova realidade global onde seus quadros teóricos estavam inseridos (RODRÍGUEZ, 1981; KAY, 1989; MANTEGA, 1990; BIELSCHOWSKY, 2004; CYPHER e DIETZ, 2014; CARDOSO, 2018).

---

[100] O ensaio foi escrito originalmente em 1949 (mesmo ano em que Singer apresenta também seu artigo com reflexões parecidas) como parte do documento "Estudio económico de la América Latina 1948", da CEPAL. Este último pode ser consultado na íntegra em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1002.

[101] Por volta da década de 1940, período em que Prebisch e também Singer (embora com menos sistematicidade e abrangência) mais se debruçam analiticamente, um dos maiores propagadores da teoria do livre comércio e especialização das nações nas atividades de "vocação natural" era Paul Samuelson (1915-2009), que aplicava os pressupostos clássicos ao comércio exterior dando contorno mais elaborado à lei das vantagens comparativas e refinando as ideias de autores pregressos como Bertil Ohlin (SAMUELSON, 1948; MANTEGA, 1990). Para uma sintética elucidação das ideias de Samuelson, novamente, ver Carvalho e Silva (2004; Cap 2 - Seção 2.4).

O pilar teórico da comissão e que mais se fez presente em seus trabalhos oficiais, era o da **dicotomia centro-periferia**, sob a qual jazia subjacente a **dialética desenvolvimento / subdesenvolvimento**, como será visto adiante (BIELSCHOWSKY, 2004). Tal concepção é, ao mesmo tempo, o ponto de partida do pensamento cepalino mas também de chegada, uma vez que veio a ser articulada a partir de uma série de ideias decantadas desde pouco antes de 1949 (MANTEGA, 1990; CARDOSO, 2018). Tais ideias, por sua vez, foram provenientes da experiência prática direta que Prebisch teve como assessor dos Ministérios da Fazenda e da Agricultura e também como diretor do Banco Central em seu país durante as décadas de 1920 e 1930, onde a Crise de 1929 e os efeitos da Grande Depressão foram tão agudos a ponto da Argentina abandonar o Padrão Ouro e adotar controles cambiais por parte do Estado (PREBISCH, 2011: p.119).[102]

Um dos maiores desafios defrontados pelos países pobres era a deterioração dos TdT que jogava as nações periféricas num quadro crônico de endividamento e dependência com relação ao centro manufatureiro (naquele momento, ainda liderado pela Grã-Bretanha).[103] Mas, com a substituição da hegemonia desta pela dos EUA, chamou a atenção de Prebisch e dos teóricos cepalinos o caráter mais protegido da própria economia estadunidense e a persistente diminuição do seu coeficiente de importações de bens de fora *com* aumento da renda nacional, trazendo consequências positivas em termos de uma menor transmissão das oscilações da economia interestatal capitalista (PREBISCH, 2011: p.110). Tal exemplo contribuiu muito para sua percepção quanto à importância da industrialização substitutiva como um meio de blindar os países de desajustes no BP (RODRÍGUEZ, 1981).

Quanto à dicotomia centro-periferia, esta foi empregada por Prebisch e pela CEPAL como *categorização das economias políticas nacionais aludindo aos distintos desafios enfrentados por cada uma na DIT e suas respectivas capacidades para defender os preços de seus produtos e exportações*, principalmente nas fases recessivas mundiais; mostrando como a periferia não contava com as mesmas armas de intervenção e regulamentação dos

---

[102] Tais controles, inclusive, seriam instrumentos importantíssimos para a ISI na região, principalmente para a administração da pauta de importações (PREBISCH, 2011; RODRÍGUEZ, 1981; CYPHER e DIETZ, 2014; CARDOSO, 2018).

[103] Para Prebisch (2011), a deterioração dos TdT, por definição, implicava que o poder de compra de bens industriais contida numa unidade de bem primário exportado se reduz com o transcorrer do tempo, tendo por efeito as rendas médias entre centro e periferia se diferenciando ainda mais e implicando enriquecimento do primeiro grupo em detrimento do segundo.

centros cíclicos (PREBISCH, 2011; RODRÍGUEZ, 1981; CYPHER e DIETZ, 2014). Mas *tal dicotomia é mais rica teoricamente e vai além disto, tendo duas possíveis definições, uma estática e outra dinâmica*: a primeira (*estática*) define o centro enquanto grupo pioneiro nas tecnologias capitalistas modernas de produção e uma periferia cuja produção permanece atrasada tanto do ponto de vista tecnológico quanto organizativo-institucional, com o progresso técnico restrito apenas ao setor básico fornecedor de matérias primas às nações industriais. Já pela *definição dinâmica*, entende como ambas as partes são produto da forma assimétrica de difusão dos ganhos da economia mundial, num **sistema de desenvolvimento desigual** onde um **centro complexo homogêneo** contrasta com uma **periferia especializada e heterogênea** (PREBISCH, 2011; RODRÍGUEZ, 1981: p.37).[104]

Essa dinâmica de desenvolvimento assimétrico opera por dois vetores primordiais: **1º)** pela **distribuição desigual dos frutos do progresso técnico**, cuja incorporação é mais acelerada nos centros industriais do que nas nações primário-exportadoras. Assim, é presumível que a renda aumente mais nos países centrais (por serem mais industrializados) vis-à-vis os periféricos (menos industrializados), já que, como consensualmente comprovado pelas literaturas não-ortodoxas a partir dos dados empíricos, a produtividade é maior no setor secundário/manufatureiro do que no primário. E **2º)** a já destacada **deterioração dos TdT**, que ocorre pela diferença na elasticidade-renda da demanda por importações no centro e na periferia (PREBISCH, 2011; RODRÍGUEZ, 1981; KAY, 1989; CARDOSO, 2018).

Sobre os termos de intercâmbio, se faz válido um parágrafo para elucidar melhor sua dinâmica, pois suas oscilações ocorrem pela coadunação de elementos complexos: mesmo diante de aumentos grandes da renda nos países ricos, há pouco impacto no consumo de bens primários, pois são básicos e com grau de saciedade bem estabelecido. Ou seja, sua demanda é inelástica.[105] Já nos países periféricos, nos momentos de expansão, o aumento da renda amplia a demanda por bens manufaturados de fora (cuja produção doméstica não existe), gerando frequentes déficits comerciais e de BP (PREBISCH, 2011; CARDOSO, 2018).

---

[104] Essa heterogeneidade estrutural da periferia, contendo aportes análogos ao dualismo de Singer, destaca a divisão interna dentro dos próprios setores econômicos entre um estrato moderno e outro tradicional polarizados, podendo ser mitigada com políticas redistributivas de renda para fomentar um mercado interno de massas (KAY, 1989). O conceito seria depois refinado por Tavares (1972; Cap 1 – Seção I) e Pinto (1973).
[105] Em suma, se aumentasse renda no centro, esta não seria direcionada para comprar mais alimentos.

Além disto, há outros fatores estruturais e produtivos em jogo: nos países periféricos, durante fases expansivas, aumentariam os lucros mas não tanto os salários, reflexo em parte da superabundância (ou oferta ilimitada de MDO) dotando de menor poder de barganha os trabalhadores – e ampliando a distribuição disfuncional da renda. Nas fases recessivas, entretanto, os salários cairiam bastante exatamente por esta causa elencada. O inverso opera nos países ricos, onde a maior organização sindical evita perdas salariais substantivas e consegue aumentos em ciclos de bonança (PREBISCH, 2011: p.108). Ou seja, *os distintos mundos laborais compreendem uma variável política intrínseca à performance dos TdT*. Já produtivamente falando, a organização industrial oligopolista dos países ricos permite aos empresários manufatureiros destes ocuparem o rol de "price makers" (fazedores de preços), enquanto à periferia fica relegada o papel de "price takers" (tomadores de preço), com pouco poder decisório ante o cenário internacional. É por esta dinâmica que os TdT vão se revelando injustos e o mecanismo de "preços de mercado" acirra desigualdades interestatais existentes, com todos os contributos dos últimos três parágrafos formando a **Hipótese Prebisch-Singer** (RODRÍGUEZ, 1981; MANTEGA, 1990; BIELSCHOWSKY, 2004; CYPHER e DIETZ, 2014; CARDOSO, 2018).

Tentar equacionar tal problema não seria tarefa fácil, e suprimir o fluxo do comércio internacional, por mais desarmonioso que este seja, tampouco resolveria, pois continua sendo indispensável à renda das economias periféricas. Os países do centro possuem tecnologias homogêneas e estruturas produtivas "completas", fabricando uma gama variada de bens elaborados. Já os países subdesenvolvidos, focados em bens primários como gêneros agrícolas e minerais, continuam dependentes do comércio exatamente pelo fato de, somente através dele, poderem obter bens que (ainda) não são capazes de produzir internamente. No que tange à ISI, alguns desses bens adquirem importância estratégica ainda maior; o que mostra como, em nenhuma ocasião, Prebisch – e depois outros autores da CEPAL que lhe sucederam – advogaram o "fechamento" das economias como solução (PREBISCH, 2011; CARDOSO, 2018).[106]

[106] "Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, por meio de intensa formação de capitais. A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber obter, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico" (PREBISCH, 2011: p.97).

O desenvolvimento, na perspectiva de Prebisch e também cepalina, encontrando algum eco tanto em teorias do crescimento de neoclássicos quanto keynesianos, compreende uma elevação do padrão de vida das massas da sociedade através de um processo de acumulação estreitamente ligado ao progresso tecnológico onde se obteria gradualmente maior densidade de capital (por trabalhador empregado na indústria, transportes e mesmo a produção primária) e aumento da produtividade do trabalho (PREBISCH, 2011: p.99). A "inovação" cepalina, não tão inovadora assim se considerarmos os aportes de List sobre os sistemas nacionais de economia política, foi não pensar países isoladamente mas sim dentro de uma dinâmica de integração interestatal permanente junto à DIT (RODRÍGUEZ, 1981).

Para lograr uma mudança de tal paradigma, não haveria, portanto, outro caminho senão a industrialização, vindo pari passu com a urbanização, diversificação e maior complexidade da matriz produtiva e da própria estrutura societal. Esta não ocorreria pelo livre jogo das forças de mercado, mas por políticas deliberadas de planificação objetivando aumentar substancialmente a produtividade e renda nacional, alocando recursos não em segmentos agro-exportadores mas sim em manufatureiros domésticos capazes de reterem o progresso técnico (PREBISCH, 2011; RODRÍGUEZ, 1981; MANTEGA, 1990; BIELSCHOWSKY, 2004). Isto a despeito de Prebisch também reconhecer a *importância do setor primário enquanto fonte de divisas para a importação de máquinas e equipamentos indispensáveis à modernização da estrutura produtiva* (PREBISCH, 2011; CARDOSO, 2018). **Ao Estado, novamente, cabe o rol de agente racionalizador**, com incumbência de intervir diretamente para prover a infraestrutura necessária à expansão das atividades industriais e canalização de recursos para atividades prioritárias, promovendo a acumulação de capital sob bases produtivas nacionais (MANTEGA, 1990).

Reiterando novamente este tópico, agora noutra subseção, também destaco que, assim como autores da Economia do Desenvolvimento, Prebisch não antagonizava investimentos estrangeiros como fonte de poupança externa, reconhecendo a essencialidade dos mesmos dado o fato de muitas nações periféricas não deterem recursos suficientes para progredirem no curso – longevo e pedregoso – da industrialização (2011: p.126).[107] E se mostrariam especialmente relevantes para o fornecimento de insumos ou bens de capitais imprescindíveis para adensar de tecnologias o parque manufatureiro interno e em especial no setor da

[107] Evidentemente, seu olhar nessa ponderação era latino-americanista.

indústria de transformação. Contudo, deveriam ter caráter apenas transitório e aplicados conforme o planejamento estratégico tutelado pelas forças políticas nacionais (MANTEGA, 1990; CARDOSO, 2018). Esta visão se acopla à sua teoria do desenvolvimento no contexto das nações periféricas, onde inovações tecnológicas não percorrem o mesmo trajeto das nações centrais e devem ser apropriadas via aprendizado para tolher os laços de dependência e aumentar a autossuficiência dos países em bens de consumo e de capitais, caso contrário vão agravar suas debilidades socioeconômicas e do tecido social acentuando a especialização primária, como também afirmou Singer (CARDOSO, 2018: p.122).

Também avulto que Prebisch não concebia a industrialização por via unidirecional e simples, mas como um percurso prófugo e com potenciais contradições, exacerbadas pelas condições específicas de cada país da periferia. A primeira dessas contradições diz respeito, em linha com a pauta teórica explorada por Lewis, à configuração de superabundância de MDO marcante dessas industrializações, peculiares à sua especialização e heterogeneidade estrutural. Por serem obrigados muitas vezes ao uso de técnicas intensivas em capital, insuficientes para absorverem a força de trabalho dada a dotação relativa de fatores nos países pobres, a demanda por trabalhadores não acompanharia a oferta na mesma medida, de modo que o desemprego subsistiria estruturalmente exceto se mitigado por políticas sociais e instituições visando tal objetivo (RODRÍGUEZ, 1981; CYPHER e DIETZ, 2014).[108]

Outras contradições seriam: a inadequação de tecnologias e a *estrutura concentrada de terras marcante na agricultura periférica, dominada pelo grande latifúndio contribuindo ainda mais para o desemprego, a baixa oferta de gêneros agrícolas para o mercado interno e os baixíssimos salários de subsistência*; elementos de precarização da vida social que fizeram Prebisch (ainda que timidamente) e os teóricos cepalinos defenderem um programa amplo de *reforma agrária* (PREBISCH, 2011: p.430-431; RODRÍGUEZ, 1981; KAY, 1989; MANTEGA, 1990). Este ponto ganha especial relevância neste estudo comparativo que conduzo pelo fato dos três países asiáticos abarcados, alguns com iguais e outros com distintas razões e fatores políticos e sociais compelindo para tal, terem empreendido reformas

[108] Ou seja, Lewis e Prebisch, debruçados sobre a questão do excesso de MDO constituído no enorme contingente populacional vindo do campo e das atividades de subsistência, tiraram dela diferentes reflexões, com o primeiro vendo em tal força laboral condição favorável à industrialização por permitir aumento dos lucros acima dos salários; enquanto o seguindo via uma oportunidade de mercado consumidor interno podendo dinamizar a economia nacional.

amplas de suas estruturas agrárias com funcionalidades específicas para seus modelos de desenvolvimento e industrialização. Mas este é um ponto para os **Capítulos 2**, **3** e **4**.

Por fim, ao longo dessas três subseções componentes da Seção 1.1, percorremos a gênese do pensamento desenvolvimentista e seus construtos e preocupações para uma agenda de transformação estrutural da realidade da pobreza e subdesenvolvimento, marcas de uma dinâmica econômica global e divisão internacional do trabalho que é, por excelência, desigual nos seus resultados e tendências. Todos esses autores, com algumas influências teóricas em comum, atentaram para diversos pontos e pautas propositivas da mudança econômica e social, mas convergiram na defesa da industrialização coordenada pelo Estado como única forma de lográ-la. Será ciente desses pontos que, na *próxima seção*, passo à radiografia da literatura institucionalista debruçada sobre o tipo ideal do EDLA no que tange aos casos mais proeminentes do Leste Asiático (Japão, Coreia do Sul e Taiwan, apresentados na ordem cronológica dos textos clássicos), tidos por mais exitosos exatamente por terem realizado o alcance de renda e tecnológico com relação aos países centrais industrializados.

1.2: O Estado Desenvolvimentista no Leste Asiático: Trajetórias de modernização periféricas na segunda metade do Século XX e a literatura consagrada sobre Japão, Coreia do Sul e Taiwan

Aqui, me encaminho enfim ao mapeamento das experiências práticas e históricas mais canônicas de industrialização retardatária no Pós-Guerra, focando num recorte espacial circunscrevendo a região do *Leste Asiático* e tendo o eixo analítico centrado em Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Estes três casos se notabilizaram como de nações que alcançaram sucesso em seus processos de mudança estrutural e que ampliaram seus tecidos produtivos com segmentos manufatureiros importantes e competitivos.[109]

Como já resumido na Introdução e na Seção 1.1, o termo "desenvolvimentismo" é bastante plural e pode vir a se referir tanto a contribuições teóricas e analíticas de Hamilton e List, da Economia do Desenvolvimento e do estruturalismo da CEPAL quanto a práticas

[109] Durante as décadas de 1960 e 1970, por exemplo, os produtos internos brutos (PIB) de Japão (que já acelerava desde a década anterior), Coreia e Taiwan cresceram, respectivamente, as cifras de 7%, 10,43% e 10%. Junto com essas elevadas taxas de crescimento econômico, se dava forte volume de investimentos e formação bruta de capital fixo. O êxito dessas trajetórias de *catching-up* se evidencia pelo fato de, já em fins da década de 1980, a participação de bens manufaturados em suas pautas exportadoras exceder 90% e também seus níveis de PIB per capita serem largamente superiores à média mundial para todos os três casos (REPUBLIC OF CHINA, 2016; WORLD BANK, 2019).

históricas concretas de política econômica, como é o caso de fato da tipologia dos "Estados Desenvolvimentistas do Leste Asiático" (EDLA) nas ciências sociais; sistematizada por uma notável literatura institucionalista proeminente a partir dos anos 1980 e que examino nos parágrafos a seguir (FONSECA, 2014).

É necessário destacar aqui que a *alusão pioneira ao Estado Desenvolvimentista não veio exatamente desta literatura*, mas sim de dois "dependentistas": Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no livro "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" (1970: p.108), apontam para os casos do México e do Chile como ilustrativos acerca do Estado enquanto principal força motriz da industrialização, reunindo em seu projeto político setores urbanos médios e populares de modo a criar um mecanismo rápido de acumulação de capital.

Contudo, vamos nos desvencilhar de tal obra e focar mais na literatura aplicada ao contexto histórico da Ásia propriamente, tal como despontou na década subsequente e tratou de forma mais coesa dos pressupostos e elementos institucionais componentes de tais experiências, que afinal são as que interessam nesta Tese comparativa. A seção, portanto, foca no já aludido EDLA.

Em 1982, diante do inconteste e estrondoso sucesso alcançado pelo Japão em sua reconstrução após a Segunda Guerra Mundial e sua ascensão nas cadeias produtivas globais, Chalmers Johnson publicou a obra clássica "MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975"; tentando identificar os principais ingredientes políticos e desenhos organizacionais responsáveis por tal trajetória virtuosa. *Assim deu origem, portanto, ao primeiro relato analítico aplicando efetivamente a noção de Estado Desenvolvimentista ao contexto do Leste Asiático* (FIORI, 2014).

No trabalho, descreve o papel do Estado enquanto principal engrenagem política facultando o desenvolvimento de países de industrialização tardia, através de: uma intervenção pública discricionária consciente e consistente, priorizando a produtividade; listagem de setores prioritários e execução de estímulos e subsídios a eles vinculados; centralização do crédito em instituições financeiras públicas para fornecer incentivos fiscais; etc (JOHNSON, 1982). Para efetivar todas essas medidas descritas, **quatro grandes condições institucionais se fariam necessárias:** *1º)* **Uma tecnoburocracia competente responsável pela formulação, implementação e supervisão de uma política**

industrialista racional e enfática sobre setores designados como estratégicos; *2º)* **Um sistema político doméstico onde os Poderes Legislativo e Judiciário tenham pouca capacidade de introduzirem pontos de veto à agenda do Executivo**; *3º)* **Uma política estatal intervencionista em conformidade com uma economia de mercado, via diretrizes indicativas e "orientação administrativa"**; e, finalmente, *4º*) **Uma pequena agência-piloto de planejamento vanguardista para estabelecer metas visando a aceleração industrial e detentora do controle direto ou indireto dos fundos governamentais de modo a alocá-los conforme necessidades de implementação a nível micro** (JOHNSON, 1982: p.314-320; 1999: p.38-39).

Tal agência, no caso do Japão, foi o MITI ("Ministry of International Trade and Industry" ou Ministério do Comércio Internacional e Indústria); principal braço de planejamento do governo e responsável por reunir as elites empresariais em torno do projeto de desenvolvimento nacional estabelecido originalmente por Shigeru Yoshida e pelo Partido Democrático Liberal (LDP) a partir dos anos 1950, fomentando uma estrutura de gigantes conglomerados industriais denominados *keiretsus* (JOHNSON, 1982; 1999; BAGCHI, 1987; WADE e WHITE, 1988) sobre os quais falaremos de forma mais detalhada no Capítulo 2 desta Tese.

Esses conglomerados industriais representavam um novo – cartelizado e altamente protegido – formato institucional para as empresas do país após a reconfiguração das antigas *zaibatsus*; sendo guiados administrativamente com a ajuda do governo (via MITI) a partir da Lei de Controle de Indústrias Importantes ("Important Industries Control Law" ou "Principal Industries Control Law") de 1931 (JOHNSON, 1982). Em associação íntima portanto com as *keiretsus*, o MITI traçou planos e desenhos industriais para vários setores da economia, identificando tecnologias estratégicas ocidentais imprescindíveis e ajudando firmas nacionais a obterem-nas ao menor custo possível; principalmente através do arcabouço institucional e regulatório pertinente às *joint ventures* para aproveitar a expertise trazida pelo investimento externo direto (BAGCHI, 1987).[110]

Assim, o *Japão se reindustrializou no Pós-Guerra a partir de uma agenda programática centrada na violação explícita das vantagens comparativas* e deliberadamente

[110] Este teria sido o caso, por exemplo, de empresas como a Sony e a Matsuhita.

privilegiando/focando em determinados segmentos manufatureiros de modo a antecipar mudanças nas oportunidades do mercado global e nos preços relativos (BAGCHI, 1987).

O MITI, assim como o Conselho de Planejamento Econômico da Coreia do Sul ("Economic Planning Board"; ou EPB) que será discutido abaixo e também no **Capítulo 3**, ilustra o caráter estratégico proativo que uma burocracia *relativamente* insulada e tecnocrática no sentido weberiano – conforme os autores de tal literatura – poderia adquirir (EVANS, 1995). Nas próprias palavras de Chalmers Johnson:

> "[...] deve ser apontado que a operação efetiva do estado desenvolvimentista requer que a burocracia direcionando o desenvolvimento econômico seja protegida de todos exceto os mais poderosos grupos de interesse de modo que possa determinar e lograr prioridades industriais de longo alcance. Um sistema onde toda a gama de grupos de pressão existentes em uma sociedade aberta e moderna detém acesso efetivo ao governo certamente não logrará o desenvolvimento econômico, ao menos sob os auspícios oficiais, independentemente de quais outros valores possa compreender. O sucesso da burocracia econômica em preservar sua influência preexistente mais ou menos intacta foi, portanto, pré-requisito para o sucesso das políticas industriais dos anos 1950" (1982: p.44, tradução própria).

Alice Amsden, por sua vez, lançou em 1989 o também clássico livro "Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization", a fim de mapear a trajetória de modernização e *catching-up* de outro país asiático, sob o regime militar do General Park Chung-Hee (1963-1979).[111] No livro, ela mostra como o Estado sul-coreano adquiriu um caráter eminentemente "empreendedor", introduzindo novos produtos e processos em seu próprio contexto produtivo, aprendendo com práticas e *know-how* ocidentais. (AMSDEN, 1989: p.79).

Pondo sob escrutínio a lógica política e econômica da dinâmica de crescimento do país, ela mostra que embora pequenas empresas com menores exigências de capital tenham permanecido sob a esfera privada para realizar suas atividades, não é possível falar das grandes empresas – os conglomerados coreanos *Chaebols* – sem mencionar as capacidades de planejamento e coordenação nas mãos do Estado (AMSDEN, 1989). Todas as principais tarefas produtivas nas décadas de 1960 e 1970, como a percepção de novas oportunidades

[111] Durante seu governo, para além da diversificação industrial que será discutida mais adiante, o PIB per capita da Coreia do Sul saltou de US$ 146,23 para US$ 1.773,52; tendo crescido a uma taxa de quase 10% ao ano (WORLD BANK, 2019).

econômicas, avaliação e socialização de riscos, comando sobre recursos financeiros, recrutamento e treinamento de pessoal, e o próprio vínculo entre fornecedores e compradores, derivaram diretamente da intervenção governamental.

A política industrial foi materializada quase que inteiramente por iniciativa do Estado: se na década de 1950 a Coréia estava institucionalmente desorganizada e sob controle de potências estrangeiras devido à guerra, a promoção de novas atividades industriais nas décadas de 1960 e 1970 veio da orientação e diretrizes da esfera pública nacional (AMSDEN, 1989: p.80). O governo alavancou projetos de substituição de importações em setores tais como cimento, fertilizantes, refino de petróleo, fibras sintéticas e têxteis, passando depois para indústrias pesadas com ênfase nos setores petroquímico e naval.

Tudo isso foi possível graças ao papel visionário desempenhado pelo já mencionado Economic Planning Board, órgão burocrático tomador de decisões (em certo sentido análogo ao MITI japonês) e formulador unilateral dos planos quinquenais que estabeleciam as metas de alocação de recursos e prazos para a materialização de projetos em consonância com a classe empresarial infante (AMSDEN, 1989: p.81).

Em 1990, finalmente, Robert Wade reexamina as experiências do Japão e da Coreia do Sul adicionando ainda uma análise sobre a ilha de Taiwan, onde o governo de Chiang Kai-shek – ou Jiang Jieshi (蒋介石) – e do Guomindang/Kuomintang (KMT) foi capaz de desenvolver as forças produtivas nacionais, canalizando investimentos públicos para setores-chave e fomentando a exportação de manufaturas. Isso, concomitantemente, enquanto operava um pesado protecionismo desses setores vis-à-vis a concorrência externa e contribuía para os mesmos se apropriarem de novas tecnologias por meio de aprendizado e parcerias com firmas estrangeiras; promovendo a acumulação com fortes subsídios e forte corporativismo (WADE, 1990).

Com uma perspectiva de economia política radicalmente antípoda à visão neoclássica e suas teorias de “livre mercado”, segundo as quais o governo deveria se limitar apenas a funções como a manutenção da estabilidade monetária, contratos legais, provisão de bens públicos, eliminação de distorções de preços e de “falhas de mercado”, o autor estabelece a teoria do mercado governado (“Governed Market Theory” - GM) como explicação para o

sucesso do Leste Asiático e complemento à literatura do Estado Desenvolvimentista.[112] Segundo a mesma, corroborada pela literatura citada (incluindo Johnson e o destaque para o Japão enquanto pioneiro), se vê como o paradigma relacional entre governo e empresas na região foi definido pelo papel de liderança do Estado; com isso criando deliberadamente vantagens competitivas internacionais para favorecer indústrias nascentes e orientar o desenvolvimento de certas áreas ligadas à fronteira tecnológica e de crescimento da economia global (WADE, 1990: p.25).

O principal obstáculo à interpretação neoclássica da compreensão das economias políticas da região é sua preocupação excessiva em antagonizar a ocorrência versus a não ocorrência do desenvolvimento de mercados privados e liberalização; sem um foco detalhado do caráter, grau e qualidade de tais rotas liberalizantes (WADE e WHITE, 1988). Japão, Coreia do Sul e Taiwan podem ser economias de mercado no sentido de que suas atividades produtivas são executadas por empresas privadas orientadas para a lucratividade, mas o Estado sempre racionalizou e interveio diretamente na determinação de quais setores e atividades seriam mais rentáveis a cada momento (WADE e WHITE, 1988: p.5-6).[113]

A perspectiva de Wade (1990: p.26-27) acerca do mercado governado (GM), reunindo contribuições analíticas tanto da perspectiva do EDLA (que para ele era mais uma interpretação histórica do que propriamente uma teoria comparativa) quanto da Economia do Desenvolvimento, detinha três níveis explicativos para o sucesso da região:

1) Investimentos produtivos em segmentos estratégicos capazes de agregarem tecnologia ao parque industrial e fomentar empresas internacionalmente competitivas;

---

[112] De acordo com a teoria do "livre mercado" ("*Free Market Theory*" - FM), os países em questão do Leste Asiático foram mais bem-sucedidos do que outros novos países industrializantes ("*Newly Iindustrializing Countries*" ou NICs) devido a uma suposta falta de intervenção do Estado, especialmente em relação ao comércio exterior; com o governo se concentrando apenas em proporcionar um ambiente favorável para os empresários investirem seu capital (BALASSA, 1982). Já conforme a teoria do "livre mercado simulado" ("*Simulated Market Theory*" - SM), por vez, há de fato um reconhecimento da intervenção governamental; mas esta só visava corrigir distorções de preços ou outras causadas por políticas diversas (por ex.: controles de importações, retração financeira) ou viabilizar estratégias exportadoras (WADE, 1990: p.22-23).

[113] "Esta abordagem procedeu do reconhecimento de que algumas indústrias e alguns produtos, são mais importantes para o crescimento futuro da economia do que outras, e foi tentado, nas palavras japonesas, 'concentrar....capital escasso em indústrias estratégicas'" (WADE e WHITE, 1988: p.6-7, tradução própria).

2) Um conjunto robusto de políticas governamentais incorporando incentivos, controles e mecanismos de difusão do risco dentre os atores da sociedade; e finalmente,

3) A viabilidade de políticas governamentais devido a um arranjo institucional específico entre o Estado e o setor privado onde a primeiro era hegemônico, podendo compreender desde um corporativismo autoritário (como no caso da Coreia do Sul e de Taiwan) quanto autoritarismo "leve" (como no caso do Japão).

Assim, as evidências e os fatos mobilizados em seu livro mostram que a liberalização definitivamente não explica de forma fidedigna a história desses países; muito menos que tais Estados podem ser reduzidos analiticamente à mera manutenção de "fundamentos macroeconômicos". Como Wade conclui:

> "De fato, o mecanismo econômico central do estado desenvolvimentista capitalista é o uso do poder estatal para alavancar o excedente investível da economia; assegurando que uma alta porção seja investida na capacidade produtiva dentro do território nacional; guiando os investimentos para indústrias que sejam importantes para a capacidade da economia de sustentar maiores salários no futuro; e expondo os projetos de investimento a pressões competitivas internacionais seja direta ou indiretamente. O ciclo intenso de investimentos resultante dentro do território nacional conduzirá a rápidos incrementos na demanda por trabalho, e portanto aumento das rendas laborais e ampla distribuição dos benefícios materiais do crescimento (mesmo na ausência de organização trabalhista coletiva)" (WADE, 1990: p.342).[114]

Uma vez que as transformações e modernizações testemunhadas pelo Leste Asiático encontram poucos precedentes na história da humanidade, destacando-se como a maior redução do hiato de produtividade frente aos países industriais avançados na segunda metade do século XX, qualquer análise deve necessariamente estar centrada nas políticas industriais

[114] "Indeed, the central economic mechanism of the capitalist developmental state is the use of state power to raise the economy's investible surplus; insure that a high portion is invested in productive capacity within the national territory; guide investment into industries that are important for the economy's ability to sustain higher wages in the future; and expose the investment projects to international competitive pressure whether directly or indirectly. The resulting intense cycle of investment within the national territory leads to rapid rises in labor demand, and hence to increases in labor incomes and wide distribution of the material benefits of growth (even in the absence of collective labor organization)" (WADE, 1990: p.342, tradução própria).

dessas nações, já que o setor manufatureiro é a principal alavanca de produtividade e crescimento econômico (MADDISON, 2001; PERKINS, 2013).

Partindo do contexto das relações entre atores políticos e sociais, tanto do setor público (corporificado no Estado) quanto do setor privado (presentes no mercado), a literatura pertinente ao EDLA parece cumprir bem essa missão; apesar de algumas incompletudes que serão vistas na Seção 1.3.

No que tange à política industrial, é possível destacar uma série de políticas comuns entre todos esses casos, algumas em linha com as propostas e ideias dos autores desenvolvimentistas vistos nas subseções 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3: *proteção tarifária e não tarifária pesada*; *restrições legais a novos entrantes em nichos de mercado onde empresas domésticas estavam se desenvolvendo obtendo economias de escala*; *crédito subsidiado*; *política de compras governamentais*; *engenharia reversa*, obtendo conhecimento em produtos estrangeiros por meio de cópia; *pirataria*; entre outros (CHANG, 2006).

Quanto mais a indústria necessitasse de suporte para alcançar o upgrade tecnológico, maior a ênfase governamental no volume de investimentos para ela e na criação de um ambiente propício à pesquisa e desenvolvimento (P&D); além da própria interferência nas estruturas organizacionais dos mercados internos – várias vezes mediante fusões e aquisições, inclusive – para promover a competitividade externa. É também imperativo denotar a *feroz regulação das taxas de câmbio*, manipuladas – num cenário de contas de capitais ainda fechadas – para dar competitividade às exportações; sendo somente possível devido aos controles do governo sobre fluxos financeiros, implicando também em restrições nas importações principalmente ligadas ao consumo de luxo (CHANG, 2006: p.74-75).[115]

Em suma, a intervenção do Estado na indústria operou pró-ativamente através de *quatro grandes eixos*: planejamento e intervenção discricionária no setor privado, liderados

[115] No Japão, esse importante controle cambial foi possível graças à Lei de Controle de Câmbio e Comércio Exterior ("*Foreign Exchange and Foreign Trade Control Law*") de 1949 e também à Lei de Capital Estrangeiro ("*Foreign Capital Law*") de 1950; dando ao Estado a capacidade de concentrar todas as divisas estrangeiras obtidas das exportações e direcioná-las para onde desejassem de acordo com as prioridades estabelecidas (JOHNSON, 1982: p.217). Na Coréia do Sul, o arcabouço financeiro legal estabelecido na década de 1960 estipulava restrições às saídas de capitais e remessas de lucros para fora, o que poderia levar até mesmo a uma eventual pena de morte (AMSDEN, 1989: p.17). Por último, mas não menos importante, Taiwan também não foi exceção à regra e promulgou controles cambiais desde o início da década de 1950, proibindo inclusive seus cidadãos de possuírem recursos estrangeiros sob sua posse. Juntamente com o fato de que praticamente todas as instituições de crédito no país eram compostas por bancos públicos, isso permitiu a canalização de recursos de acordo com os objetivos nacionais e não a especulação ou investimentos improdutivos (WADE, 1990: p.138).

por órgãos burocráticos determinando as diretrizes para o desenvolvimento; foco no investimento impulsionado pela poupança em vez do consumo; financiamento seletivo galvanizado pelo crédito público; e uma política de "campeões nacionais" determinando quais empresas seriam alçadas à condição de competidoras nos mercados estrangeiros (CHANG, 2006).

Tais países atraíram tanta atenção no debate público que até mesmo o Banco Mundial, instituição de orientação liberal e em meio à predominância das ideias ortodoxas ligadas ao Consenso de Washington nos anos 90, reconheceu que seu sucesso não pode ser atribuído exclusivamente a "bons fundamentos". Num abrangente relatório cobrindo Japão, Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong, Malásia, Indonésia e Tailândia, com os primeiros cinco países categorizados no *cluster* "Nordeste Asiático" e os três últimos no *cluster* "Sudeste Asiático", o estudo distingue o primeiro conjunto precisamente pelo grau de ativismo governamental em sua interação com o mercado e na determinação de políticas para a indústria (WORLD BANK, 1993). Em detalhes:

> "[...] as políticas fundamentais não contam toda a história. Na maioria dessas economias, de uma forma ou de outra, o governo interveio – sistematicamente e através de múltiplos canais – para fomentar o desenvolvimento, e em alguns casos o desenvolvimento de indústrias específicas. As intervenções políticas tomaram muitas formas: alvos e crédito subsidiado para indústrias selecionadas, mantendo níveis de depósitos baixos e mantendo tetos sobre taxas de empréstimos para ampliar os lucros e reter rendimentos, protegendo substitutos de importações domésticas, subsídios a indústrias em declínio, estabelecimento de suporte financeiro via bancos governamentais, realizando investimentos públicos em pesquisa aplicada, estabelecendo metas de exportações específicos para indústrias e firmas, desenvolvendo instituições de mercado e exportações, e compartilhando amplamente informações entre os setores público e privado. Algumas indústrias foram promovidas, enquanto outras não." (WORLD BANK, 1993: p.5-6)[116]

[116] "[…] the fundamental policies do not tell the entire story. In most of these economies, in one form or another, the government intervened – systematically and through multiple channels – to foster development, and in some cases the development of specific industries. Policy interventions took many forms: targeting and subsidizing credit to selected industries, keeping deposit rates low and maintaining ceilings on borrowing rates to increase profits and retained earnings, protecting domestic import substitutes, subsidizing declining industries, establishing and financially supporting government banks, making public investments in applied research, establishing firm- and industry-specific export targets, developing export marketing institutions, and sharing information widely between public and private sectors. Some industries were promoted, while others were not" (WORLD BANK, 1993: p.5-6, tradução própria).

Finalizando, nesta seção examinei sinteticamente a literatura canônica acerca do EDLA referente às transformações na Ásia desde o pós-guerra até aproximadamente a década de 1980. Tais Estados Desenvolvimentistas constituem raros exemplos de países periféricos que lograram ascender na DIT com relação às potências do Eixo Atlântico-Norte (EUA e Europa Ocidental). Isso não teria sido possível sem a coordenação indicativa pública de mudanças de larga escala, provisão de uma visão empreendedora dando um "menu de escolhas" para os atores corporativos, construção institucional e gestão de conflitos entre atores sociais, principalmente no que tange à alocação de recursos para segmentos de maior produtividade (CHANG, 1999).

A *terceira*, seguinte e última seção deste capítulo, em turno, continuará transpassando em parte tal literatura. Entretanto, focará nas insuficiências do paradigma específico do EDLA e onde o mesmo deixa a desejar, trazendo para e por isso outros autores com perspectivas destoantes. O objetivo não será descontruir a literatura do ED mas sim trazer à tona elementos e prismas analíticos adicionais para se entender fidedignamente as razões do sucesso de tais trajetórias de economias políticas e saltos industrializantes para além das facetas endógenas. Somente assim poderemos ver como a dinâmica do desenvolvimento é demasiado complexa para ficar circunscrita apenas a políticas "acertadas" ou um mero padrão genérico de intervenção do Estado; jogando luz ainda as possibilidades ou não de réplica de tais políticas industrialistas.

Não obstante os seus méritos e inquestionáveis registros acerca do ativismo discricionário dos Estados no que tange à condução de transformações estruturais amplas nas sociedades de seus países, seus autores comumente esbarraram em alguns vícios analíticos e incompletudes explicativas. Conforme identifico, são eles: em primeiro lugar, uma *perspectiva de economia política sociologicamente fraca*, ignorando ou jogando pouca luz sobre o papel de outros agentes societais para além dos tecnocratas da burocracia ou atores do grande empresariado; em segundo, uma *lacuna no detalhamento ou "process tracing" concernindo a deliberação e implementação de políticas econômicas*; e, finalmente, um *extremo nacionalismo metodológico ignorando* (ou pondo baixa ênfase sobre) *fatores geopolíticos e exógenos* condicionando tais trajetórias de desenvolvimento.

1.3: Incompletudes da Literatura: Buscando um meio-termo entre o nacionalismo metodológico "excessivo" e o desenvolvimento "a convite"

Até o presente ponto deste capítulo, reconstruí uma genealogia teórica da concepção desenvolvimentista e também outra analítico-descritiva dos autores inseridos na leitura das experiências asiáticas principais concernentes ao paradigma industrializante do século XX, exemplos concretos de países que conseguiram concluir de forma exitosa tais programas, sofisticando suas capacidades tecnológicas e estruturas produtivas. Nesta terceira seção, por sua vez, irei destacar o que considero incompletudes e insuficiências da literatura canônica acerca do EDLA; sem desconsiderar, evidentemente, suas devidas contribuições teóricas a partir de uma perspectiva de economia política em seu contexto intelectual particular.

Em minha interpretação, e também em linha com diferentes escritos mobilizados nesta parte do trabalho, a literatura sobre o EDLA padece de três grandes problemáticas ou insuficiências teóricas: a "*desconsideração pela sociedade*"; a *ênfase excessiva nos resultados* das políticas econômicas e industriais e não em seus processos deliberativos e de implementação; e, finalmente, o *nacionalismo metodológico*. Destacar tais insuficiências é importante não por uma suposta tentativa de desmerecer tal literatura, cujas contribuições permanecem altamente válidas, mas sim por, dentre outras coisas, elucidar que o processo de desenvolvimento de forma geral é mais complexo do que se supõe; e que, não obstante enraizado em sociedades nacionais, guarda interlocução com a economia mundial constituindo assim um fenômeno global (GEREFFI, 1990).

A *primeira problemática* alude ao fato de tal literatura, ao instrumentalizar excessivamente o tipo ideal weberiano para explicar o ativismo do Estado em casos nacionais de economias políticas, acabar incorrendo em tremendo reducionismo.[117] Dessa forma, *o Estado Desenvolvimentista do Leste Asiático é recorrentemente retratado para o leitor de forma quase caricatural como um ator político unitário munido de vontade própria, com uma estrutura monolítica e autônoma dominada por burocratas visionários e inequivocamente coerentes* (MOON e PRASAD, 1994; MAH, 2004; YEUNG, 2016; NOGUEIRA e HAO, 2018).

[117] O *tipo ideal* pode ser compreendido como uma abstração estilizada da realidade para analisar enfaticamente uma dimensão particular de um determinado fenômeno social (WEBER, 1949).

Todas as trajetórias de desenvolvimento dos países trabalhados nesta Tese, sem dúvida guardando suas próprias contradições, idiossincrasias e tensões internas, são então transmutadas em supostos processos racionalmente articulados por "entidades" epistemológicas altamente idealizadas, descoladas de outros atores sociais não incluídos no aparelho de Estado (NOGUEIRA e HAO, 2018: p.4-5).

As burocracias públicas dos países examinados por tal literatura, a despeito de alguns traços culturais comuns e congruência com objetivos domésticos, não podem ser tidas como "ilhas insuladas", mas sim devem ser compreendidas enquanto complexidades organizacionais munidas de interesses e preferências por vezes conflituosas (MOON e PRASAD, 1994).[118] Mesmo no caso japonês que deu origem a tal paradigma, o isolamento dos quadros burocráticos na formulação da estratégia de desenvolvimento nunca foi pleno, muito menos a inexistência de influência da classe política e empresarial. Como o próprio Johnson (1982: p.193) documenta, o Primeiro-Ministro do MITI Inagaki Heitaro, por exemplo, era um industrialista representante da antiga *Zaibatsu* Furukawa; e 14 dos 15 vice-ministros de tal órgão entre 1949 e 1976, ao se aposentarem, foram empregados pelos grandes conglomerados empresariais das *Keiretsus*, após terem auxiliado os mesmos com políticas ou arranjos institucionais favoráveis.[119]

Uma exceção honrosa a tal tratamento analítico foi o livro "Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation", lançado por Peter Evans em 1995. Nele, ao contrastar o Estado Desenvolvimentista com o "*Estado predatório*", rompe com a ideia de insulamento da burocracia e denota o alto imbricamento desta através de um complexo arranjo de laços com setores da sociedade via canais institucionalizados para contínua negociação e renegociação de metas e medidas.[120] Tem-se origem assim, destarte, a noção de "autonomia

---

[118] Como Moon e Prasad (1994: p.365-6) destacam, **em casos como os de Taiwan e Coreia do Sul, onde o nexo Executivo-burocratas detinha estrutura institucional mais vertical, a concentração em demasia de poder pessoal e administrativo nas mãos do presidente tornava o corpo burocrático muito dependente das ordens do mesmo e, portanto, questionável a tese do insulamento**. **Já no Japão, onde esse mesmo nexo era mais horizontal e o Poder Executivo mais difuso, o MITI de fato gozava de maior autonomia e poder na implementação e formulação de políticas e diretrizes**. Essas gradações políticas de poder serão mais bem esmiuçadas nos **Capítulos 2** e **3**.

[119] Essa ligação é denominada por diversos autores como *Amakudari* ou "Descida do Céu" - 天下り (COLIGNON e USUI, 2003).

[120] Por *Estado predatório*, Evans alude a uma configuração particular onde os laços pessoais seriam a única forma de coesão e a maximização do interesse individual se sobrepõe à consecução de metas coletivas. Tal Estado seria demasiadamente extrativo às custas da sociedade, minando o próprio processo de acumulação de capital (1995: p.12). O caso exemplificado pelo autor como um destes seria o do Zaire.

inserida": uma conectividade corporativa imprimindo coerência e base estrutural para o envolvimento exitoso do Estado na transformação industrial, com uma densa rede amalgamando uma estrutura governamental interna robusta e as contrapartes do setor privado (EVANS, 1995: p.12).

A despeito de tudo isso, o próprio sucesso da literatura pertinente ao EDLA tornou-o (o Estado Desenvolvimentista) uma característica quase "eterna" de tais economias políticas, assumindo uma perspectiva extremamente estática ignorando o caráter em constante mutação dos vínculos entre governo, empresários e demais segmentos da sociedade. Estes devem estar situados em seu próprio contexto histórico e geopolítico (como será visto ainda nesta seção) para evitar cair em armadilhas tais como de "dependência de trajetória epistemológica" (YEUNG, 2016: p.25-26).

Tal paradigma do EDLA inegavelmente emergiu como poderosa narrativa de economia política, com estudos importantes acerca do ativismo estatal num contexto de guinada ideológica conservadora que começava a contestar fortemente as teorias pró-desenvolvimento emergentes no Pós-Guerra (EVANS, 1993).[121] Ele guarda seus devidos méritos, tais como: trazer uma visão inovadora elucidando o nexo causal entre instituições políticas e desempenho econômico; uma contraposição à literatura neoclássica que defendia que às autoridades governamentais competia apenas a correção de "falhas de mercado"; evidências refutando o fatalismo da Teoria da Dependência mostrando que a integração na divisão internacional do trabalho não necessariamente estaria fadada a levar a uma estrutura reforçando o subdesenvolvimento; e enfim uma maior interdisciplinaridade (MOON e PRASAD, 1994).

Exames cuidadosos, contudo, revelam lacunas graves em termos de exploração da dinâmica interna do Estado nacional, incapacidade de análise da interlocução entre governo e sociedade (com raras exceções tais como a de Evans), e uma construção pobre das relações

[121] Segundo Chang (1999), a "maré" voltou-se contra o Estado Desenvolvimentista: de 1970 a 1990, em quase todos os campos das ciências sociais mas particularmente na economia, se viu o advento do que poderia ser chamado de ideias neoliberais, inspiradas por forte individualismo metodológico e com uma agenda centrada na liberalização, desregulamentação dos mercados e contração da esfera pública e proteção social. Todas tinham por eixo ordenador a premissa da **hipótese dos mercados eficientes** ("Efficient Market Hypothesis"), onde os indivíduos enquanto agentes interessados maximizariam os interesses dos mercados e sua eficiência agregada (BLYTH, 2017). As distintas correntes que conformavam tais ideias neoliberais já foram devidamente destacadas na **Nota de Rodapé No. 34** da Introdução desta Tese.

causais envolvendo configuração institucional, implementação política e desempenho econômico (MOON e PRASAD, 1994).

Tais críticas são sem dúvida sólidas, já que não há como negar o vício dessa literatura institucionalista em negligenciar os meandros do conflito de interesses entre atores políticos e sociais na definição dos rumos da política econômica. No entanto, essa crítica deve ser mitigada por ao menos *duas ressalvas práticas*, pois o problema deriva, ao menos em parte, de algumas outras implicações: a primeira é que alguns dos países analisados por esses autores eram, na época de seus milagres industrializantes, regimes autoritários fortemente repressores de dissidentes; e a segunda se refere às dificuldades logísticas de pesquisa impostas a autores estrangeiros nesses períodos históricos/recortes temporais.

Com relação à *segunda problemática*, Luís Mah (2004: p.42) faz uma interessante analogia dos processos de tomada de decisão geralmente atribuídos aos Estados Desenvolvimentistas (em seu caso de estudo específico, o exemplo do caso sul-coreano) como verdadeiras "caixas pretas", onde as *dinâmicas políticas pertinentes ao processo de policymaking decisório pelas autoridades governamentais permanecem um grande vazio analítico*.

Detalhando melhor, tanto a formulação quanto a execução de políticas públicas de qualquer natureza operam através de múltiplos canais e diversos atores sociais, que as formatam e/ou direcionam ao longo do processo. Além disso, variações relevantes são engendradas e mediadas por instituições governamentais (em vários níveis), pelo contexto e pela ideologia da coalizão inserida no bloco de poder. Assim, tais políticas não são determinadas apenas por uma dita racionalidade econômica supostamente "despolitizada" tal como a literatura tradicional do Estado de Desenvolvimento, às vezes, parece implicar (MAH, 2004).

É pouco provável que qualquer regime autoritário rígido ou corporativista sempre assegure políticas econômicas eficientes e livres de toda e qualquer pressão social para atingir objetivos nacionais. Mesmo que a medida seja produto de processos decisórios e analíticos de tecnocratas altamente "racionais", a gama de alternativas para viabilizá-la estará sempre circunscrita por considerações políticas (MOON e PRASAD, 1994). [122] Qualquer

[122] Pus aspas em "racionais" pois, mesmo na dinâmica suposta de um Estado predatório, a burocracia por trás das medidas conformando o arranjo econômico existente também estaria munida de uma racionalidade, só que orientada unicamente pelo rent-seeking pessoal em detrimento dos demais atores sociais.

racionalidade "técnica", destarte, estará permeada, portanto, por dinâmicas mais amplas de poder.

A *terceira e última problemática* aqui descrita refere-se ao chamado "*nacionalismo metodológico excessivo*", definido em termos de um quadro normativo que busca explicar padrões e configurações observados a nível nacional com base tão apenas em fatores eminentemente domésticos (GORE, 1996: p.78).[123] O autor ressalta que este constituiu o paradigma analítico dominante em grande parte das ciências sociais até meados da década de 1980, precedendo os programas de ajuste estrutural que posteriormente afetariam a periferia – particularmente e com especial severidade a América Latina – na mesma época (GORE, 1996: p. 80-81).

O nacionalismo metodológico, por conseguinte, foi hegemônico nos estudos sobre o desenvolvimento desde os anos 1950 (GORE, 1996). Muitas das teorizações sobre estratégias de transformação econômica em tal década e na de 1960 se basearam, ao menos em alguma medida, como brevemente frisado na primeira seção deste capítulo, em sequências abstraídas de mudanças econômicas ocorridas no passado em países já industrializados e que se esperaria que ocorressem novamente em países menos desenvolvidos, caso as intervenções políticas "apropriadas" fossem feitas (SHAPIRO e TAYLOR, 1990).

Dentro de tal paradigma, a soberania e autonomia do Estado-nação tido como ator unitário em face das potências e forças estrangeiras são tidas como certas; e comumente o objeto focal analisado é o próprio desempenho ("outcomes") do país.

Esta problemática (do nacionalismo metodológico exacerbado) foi em particular saliente nas leituras anteriormente elucidadas sobre o Leste Asiático, especialmente quando comparadas com as trajetórias de industrialização menos sucedidas da América Latina. Num ambiente de acirrada competição global pela expansão do poder, neste caso exemplificado pela Guerra Fria, é inconteste como diferentes regiões ganharam diferentes prioridades e abordagens (CUNHA e APPEL, 2014). Casos como o do Japão, de Taiwan e da Coreia do Sul são ilustrativos não apenas de como os países do Leste Asiático se acomodaram

[123] Evidentemente, o nacionalismo metodológico só faz sentido lógico se as economias e sociedades nacionais se encontrarem completamente isoladas de influências exógenas. Na prática, entretanto, tal configuração é impossível numa economia internacional capitalista cada vez mais integrada e globalizada (GORE, 1996).

"estrategicamente" ao ciclo de expansão materialista capitalista dos EUA, mas também se tornaram seus protetorados militares eficazes.[124]

Medeiros e Serrano (2012: p.120) corroboram essa visão, argumentando que o **conjunto de oportunidades de crescimento dos países é fortemente influenciado, entre outras coisas, pela orientação geopolítica das potências dominantes**. Portanto, a nova ordem histórica bipolar de disputas do pós-guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética trouxe importantes avanços; sendo um dos mais significativos deles a incidência dos Estados Unidos – dentro de um novo sistema monetário e estrutura institucional (Bretton Woods - AIIBW) os quais regulavam – em déficits sistemáticos no balanço de pagamentos para financiar a reconstrução econômica e investimentos estratégicos geopoliticamente orientados na periferia global, como mencionado brevemente na **Introdução**. A Alemanha Ocidental, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan foram os principais beneficiários dessa nova tendência sistêmica (MEDEIROS e SERRANO, 2012: p.133).

Os vetores pelos quais os EUA facultaram uma janela de oportunidades externa favorável ao desenvolvimento econômico desses países podem ser elencados em três (3) principais:

a) Programas de auxílio, tais como o Plano Marshall e, no caso da Ásia, o Plano Colombo e muitos outros canais de doação favorecendo acesso ao capital estrangeiro e a reconstrução econômica (SUH e KIM, 2014)[125];

b) Leniência com políticas protecionistas e *joint ventures* apropriando tecnologias do estado da arte industrial das multinacionais americanas para firmas domésticas desses países, facilitando assim o *catching-up* (REISCHAUER, 2004; CUNHA e APPEL, 2014; BECKLEY *et al*., 2018); e, por fim,

c) Concessão de status de "aliado preferencial" para esses países, facilitando o acesso dos mesmos ao colossal mercado consumidor estadunidense e assim dando margem para o escoamento de suas exportações e inserção externa,

---

[124] Na instigante interpretação de Cunha e Appel (2014: p.93), nenhuma destas nações teve escolha exceto buscar o guarda-chuva militar estadunidense e apostar na industrialização acelerada com robusto financiamento externo; coordenando seus interesses nacionais com o projeto hegemônico dos EUA.

[125] Suh e Kim (2014: p.53) estimam que, na década de 1950, a ajuda estrangeira tenha correspondido a aproximadamente 50% da renda total da Coreia do Sul, por exemplo. Veremos o papel político de tal ajuda bastante em breve.

principalmente bens manufaturados de baixo valor unitário tais como produtos têxteis (CUNHA e APPEL, 2014).

É imperativo frisar que tal nova postura guarda relação orgânica com o delineamento geopolítico da Guerra Fria na região. Após a Revolução Chinesa e a fundação da RPC em 1949, seguida da Guerra da Coreia entre 1950 e 1953, o avanço da influência soviética e comunista fez com que os EUA atuassem para promover o desenvolvimento dos países aliados e assim gerar uma promessa crível em torno da prosperidade e modernização. Como essas influências se traduziram politicamente nas estratégias domésticas desses países (Taiwan e Coreia do Sul), é tópico para os **Capítulos 2** e **3**.

Por conseguinte, condições internas e sistêmicas favoráveis permitiram processos acelerados de industrialização liderados por Estados baseados em estruturas de conglomerados nacionais; contando também com a *tolerância relativa das grandes potências em relação a políticas protecionistas tarifárias e não-tarifárias* (AMSDEN, 2009). Assim, o período entre o pós-guerra e meados da década de 1970 – quando a economia internacional, a partir do centro, adentra numa trajetória de fragmentação produtiva, financeirização e desregulamentação – correspondente à expansão do comércio multilateral, foi uma verdadeira era dos "milagres" nacionais de desenvolvimento econômico (MEDEIROS e SERRANO, 2012).

O mapeamento da evolução geopolítica do sistema internacional é extremamente meritório e, sem dúvida, traz muitos enriquecimentos analíticos para a investigação de trajetórias de crescimento industrial e econômico nos países asiáticos e latino-americanos, ampliando a interpretação original do EDLA. **No entanto, assim como certo distanciamento de um "excessivo" nacionalismo metodológico é necessário, também é o calibre apropriado do grau de determinismo abstraído a partir de fatores externos**.

Por exemplo, em seu livro "O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo", publicado originalmente em 1994, Giovanni Arrighi desenvolve a ideia de "desenvolvimento a convite" primeiramente cunhada por Immanuel Wallerstein (WALLERSTEIN *apud* ARRIGHI, 1996: p.355). Na concepção original de Wallerstein, o desenvolvimento (ou "promoção") a convite seria uma das três estratégias possíveis de inserção para países periféricos na economia-mundo, respondendo por uma alternativa somente viabilizada em consonância íntima com as grandes potências capitalistas e sendo

possível apenas em ciclos de expansão da economia mundial como de fato foi o Pós-Guerra (WALLERSTEIN, 1979).[126]

Esse termo, apresentado como vetor explicativo para a modernização da Europa Ocidental e Leste da Ásia (principalmente Japão) – o "mundo livre" supostamente baseado na imagem norte-americana – aponta exatamente a promoção estadunidense das exportações dessas regiões para seu próprio mercado interno; para além dos generosos planos de ajuda e pesados investimentos dos EUA, tornando as corporações em busca desses mercados compelidas a fornecerem suas tecnologias para empresas locais (ARRIGHI, 1996).

Tal perspectiva, de forma similar à literatura institucionalista do EDLA, também se vê fadada a incorrer num elo demasiado determinista entre circunstâncias externas favoráveis e um "caminho livre" equivocadamente assumido para o progresso, sem considerações aprofundadas de contradições políticas internas, muito menos países de políticas econômicas.

Com base em tudo visto até aqui, **esta seção procurou propor um caminho alternativo aos vieses nacionalista e estatista involuntariamente reproduzidos pela literatura sobre o EDLA, bem como refutar veementemente perspectivas ou narrativas abordando os desdobramentos na periferia ou semi-periferia global como meros apêndices de movimentos das grandes superpotências. Isso só será possível com o entendimento de que os países do Leste Asiático em questão não foram apenas "bastiões" regionais dos EUA mas sim exemplos de líderes e forças políticas nacionais que meritoriamente lograram coordenar – sob as restrições e possibilidades históricas e geopolíticas com as quais se defrontaram – interesses domésticos no escopo de projetos autônomos de desenvolvimento** (CUNHA e APPEL, 2014; YEUNG, 2016).

Assim sendo, prossigo a seguir ao **Capítulo 2**, onde dou início à historicização do processo de desenvolvimento do primeiro dos países aqui arrolados: Taiwan. Visto este país e as experiências sul-coreana e chinesa nos dois capítulos remanescentes, procederei enfim à abstração de respostas e eixos comparativos à luz da literatura aqui mobilizada.

---

[126] As outras duas estratégias possíveis de inserção seriam: o "aproveitamento de chances", onde, em função da contração na economia mundial, queda dos preços das commodities e problemáticas de balanço de pagamentos, a solução seria aproveitar o esgarçamento externo para implementar políticas substitutivas de importações (caso latino-americano na década de 1930); e a "autossuficiência", onde o câmbio estrutural se daria no bojo de estratégias nacionais nos marcos de economias fechadas e onde o desenvolvimento seria agonizantemente vagaroso como no caso de países africanos após a descolonização (WALLERSTEIN, 1979: p.79-80). Ambas as estratégias envolveriam, é mister frisar, agressiva ação estatal diante do enfraquecimento relativo e contingente dos países centrais.

2. O CASO TAIWANÊS: A ECONOMIA POLÍTICA DA SEGUNDA CHANCE DO GUOMINDANG

Em conformidade com os marcos teóricos elucidados no capítulo anterior, é inconteste que a ilha de Taiwan apresentou um rápido ciclo de desenvolvimento com transformação estrutural e sofisticação do tecido produtivo, se tornando – como já veremos – um polo industrial complexo e globalmente integrado com melhoria socioeconômica substantiva (GOLD, 1986).[127] **E é esta conformidade que me faz não hesitar em dedicar este Capítulo 2 à análise do caso taiwanês no bojo deste estudo comparativo, à luz do paradigma desenvolvimentista tal como Amsden (1985), Wade (1992) e outros antes o fizeram.**

Visto este parágrafo introdutório, as três seções abaixo procedem com uma reconstituição histórica, de cunho politológico institucionalista e sob o arcabouço analítico desenvolvimentista de economia política, de Taiwan desde 1949 até a virada dos anos 1980 para 1990. A **Seção 2.1** inicia com uma contextualização da chegada de Chiang Kai-shek à ilha e as reorganizações engendradas de imediato pelo KMT após ser escanteado para tal território, bem como os *drivers* dessas mudanças ao longo dos anos 1950. Situarei o leitor, portanto, em meio às principais instituições do país, com destaque às pertinentes ao processo econômico decisório, bem como as condições estruturais e os atores políticos e sociais envolvidos na conjugação desse mesmo processo.

A **Seção 2.2** cobre a trajetória do governo de Kai-shek e os contornos de sua estratégia industrial até o ano de sua morte, em 1975; com uma remontagem de suas principais nuances, condicionantes, percalços e contradições (endógenas e exógenas).

Por fim, a **Seção 2.3** se debruça sobre o governo de Chiang Ching-kuo (1978-1988), pois *é neste em que a economia taiwanesa completa, em meio a crescentes pressões étnico-societais por abertura e participação no regime político, o arco de seu catching-up, com inserção no segmento de eletrônicos, semicondutores e outros bens manufaturados de maior densidade tecnológica; lançando marcos importantes de uma nova estratégia industrial que, como veremos, adquire formato institucional diverso*. **Descrições e reflexões sobre as**

[127] Em 1988, a renda nacional bruta per capita taiwanesa, em dólares correntes, era de 5.962, quase o dobro da média mundial, de 3.111 (REPUBLIC OF CHINA, 2020; WORLD BANK, 2020). Outros indicadores sociais dignos de nota são a taxa de alfabetização, que atingiu mais de 90% nos anos 1980 e um patamar relativamente baixo de distribuição de renda, com um coeficiente de GINI de .303 em 1980 ante .558 em 1953 (GOLD, 1986).

nuances da geopolítica também permeiam todas as seções em maior ou menor medida, pois se mostraram críticas – ou, pelo menos, consideravelmente influentes – durante distintos períodos e manifestando-se de diferentes formas (seja com imposição de facilidades ou de obstáculos) na sua trajetória de desenvolvimento.

2.1. A República da China circunscrita a Taiwan e as lições aprendidas pela derrota: Reorganização institucional, reforma agrária e o xadrez da Guerra Fria

A partir desta e pelas próximas duas Seções, dou início à reconstituição histórica e analítica da evolução da estratégia industrial em Taiwan ou, formalmente, RdC; sendo esta a forma constitucional (re)assumida pelo governo do Partido Nacionalista (KMT), que fugiu para a ilha após a derrota no continente em 1949. Aqui, em particular, com enfoque sobre a década de 1950, contextualizo as condições e os percalços encontrados por Chiang Kai-shek e pelas lideranças do KMT no estabelecimento de uma economia nacional sólida que permitisse manter, ao menos no horizonte de suas retóricas e anseios, a possibilidade de eventual reconquista da China continental. Assim, discorro sobre as reorganizações políticas e institucionais mais importantes promovidas pelos nacionalistas, bem como as nuances da delicada geopolítica da Guerra Fria em tal década e a nova sociedade que se formaria a partir da junção dos taiwaneses nativos com os chineses recém-chegados. Como Wade, em seu livro clássico, descreve:

> Entre um e dois milhões de soldados e civis chegaram a uma ilha de seis milhões de pessoas. [...] Sem enfrentar oposição interna e sem base social em Taiwan, o governo nacionalista continental tinha um espaço invulgarmente amplo para manobras. E tinha uma posição geralmente dominante na economia, pois herdou todos os ativos produtivos e mecanismos de controle que os japoneses haviam construído ao longo de cinquenta anos (1992: p.75, tradução própria).

Assim, o governo do KMT, liderado por uma burocracia altamente militarizada, iniciaria em poucos anos um ambicioso programa industrializante que, como indicadores já citados nesta Tese demonstraram, foi bem-sucedido e elevou o status da ilha em termos de sofisticação produtiva, renda e inserção nas CGV. Contudo, essas transformações não foram automáticas, mas sim produto de um longo processo de mudanças e reformulações, tanto

dentro do próprio Partido Nacionalista quanto na conjugação de outras instituições e reestruturações sociais, operadas principalmente nos anos 1950, recorte temporal enfatizado por esta subseção. **Os próximos parágrafos buscam fazer jus a estes câmbios, destacando os mais relevantes e centrando, como prometido, na triangulação das dimensões da *politics, policies* e *geopolitics*. Pelas já citadas restrições de escopo desta Tese, farei uma historicização sintética do desenvolvimento taiwanês até fins dos anos 1980, recorrendo a fatos estilizados indispensáveis para manter a coerência argumentativa da narrativa à luz das literaturas arroladas**.

Um dos primeiros passos de Chiang Kai-shek logo após firmar-se em Taiwan, e antes mesmo do estabelecimento de novas instituições e medidas para fortalecimento econômico e militar da ilha, foi a **reforma política de reestruturação intra-partidária do KMT**, que renovou e reforçou as origens leninistas que pautaram sua força na década de 1920 (DICKSON, 1993; MYERS e LIN, 2007).[128] Ao menos duas razões explicam o retorno a tal formato institucional: a *primeira* foi que o mesmo, originalmente elaborado por Sun Yat Sen em 1924 inspirado pelo próprio Partido Comunista da URSS, havia mostrado capacidade organizacional inicial superior e uma dependência não tão grande dos militares.[129] A *segunda* razão era o próprio sucesso que o PCCh adquiria na China. Assim, numa avaliação dos erros conducentes à derrota na guerra civil contra os comunistas, os líderes do partido reforçaram os princípios do *centralismo democrático*; da *autoridade hierárquica*; *tornaram assertiva a ingerência partidária sobre a burocracia governamental e sobre o aparato militar;* ***para além de reificarem os "Três Princípios" de Sun Yat-Sen como ideologia única e oficial dos nacionalistas*** (GOLD, 1986; DICKSON, 1993; MYERS e LIN, 2007; MENGIN, 2015).[130]

Na China continental após a imediata fundação da RPC, as políticas iniciais do PCCh como, por exemplo, a reforma agrária, conferiam aos comunistas um apoio popular que

---

[128] **Friso aqui que, por origens leninistas, aludo aos princípios internos de organização do partido e não às demais dimensões da ideologia do líder revolucionário**. Sobre a concepção leninista de partido, ver Lenin (2006: Cap. III) e Bobbio *et al*. (1983: p.1009).

[129] Os soviéticos e o próprio Comintern haviam ajudado Sun Yat-sen tanto com a formação do KMT quanto com seu governo em Guangzhou. Embora não fosse declaradamente comunista, Sun abraçava elementos do socialismo em suas concepções, mesclados às suas aspirações nacionalistas e republicanas de emancipação popular. Tanto que, em 1905, em Bruxelas, havia filiado o Guomindang como um partido socialista na Segunda Internacional (SPENCE, 1995; GELBER, 2012).

[130] Quanto a isto, Dickson (1993: p.61) assinala inclusive que Chiang Kai-shek reproduziu o discurso do próprio Sun (proferido no Congresso original do KMT, em 1924) no primeiro encontro da **Comissão de Reorganização Central** do partido – sobre a qual já falo – em 1950, na capital Taipei. **Já sobre os Três Princípios e o pensamento de Sun, os comento mais à frente ainda nesta Seção na Nota de Rodapé No. 152.**

faltara ao KMT em seus anos finais no continente, onde já contava com a antipatia de classes sociais como a dos intelectuais e os estudantes (PEPPER, 1991; DICKSON, 1993; SPENCE, 1995; MYERS e LIN, 2007). Durante a Guerra Civil, onde o KMT teve de enfrentar uma combinação da superioridade política, econômica e militar do PCCh, deflagrou-se então sua inferioridade organizacional vis-à-vis estes últimos, escancarando a falta de uma base social clara do partido e mobilização débil de cidadãos e soldados nominalmente sob seu comando.

Destarte, tão logo o aparato central das forças nacionais e seus principais líderes se refugiaram em Taiwan, Chiang Kai-shek iniciou tal processo de reformulação intra-partidária o qual já avaliava, pelo menos, desde 1947 (EASTMAN, 1981; DICKSON, 1993; WANG, 1999; MYERS e LIN, 2007). O fez através da criação da **Comissão de Reorganização Central** ou **Comitê de Reforma Central (CRC)** do partido, *órgão composto por 16 membros subordinados diretamente a ele; e que vigoraria entre agosto de 1950 até o 7º Congresso Nacional do partido em outubro de 1952, tornando-se o núcleo duro momentâneo do planejamento político e atuação não só dos nacionalistas, mas do próprio Estado taiwanês* (GOLD, 1986; DICKSON, 1993; WANG, 1999; MYERS e LIN, 2007; MENGIN, 2015).[131] Alguns dos principais pontos expressados por Chiang como justificativa discorriam sobre como o KMT havia ignorado completamente as condições socioeconômicas concretas no meio rural e também a situação laboral nos meios urbanos da China (DICKSON, 1993). Eram questões que precisavam ser revistas urgentemente para a nova política na ilha, onde o KMT ainda não tinha penetração na sociedade tampouco experiência governamental longeva. Portanto, como sumariza Dickson:

> A derrota dos comunistas e a retirada para Taiwan mudaram abruptamente o ambiente enfrentado pelo KMT. Os privilégios do poder, e até mesmo a sobrevivência do Partido, estavam agora em questão. Foi nessas circunstâncias que a reorganização ocorreu. Posteriormente, a organização do Partido permaneceria essencialmente inalterada até o início dos anos 1970, quando os órgãos partidários centrais foram reformados e a Taiwanização começou (1993: p.60, tradução própria).

[131] Tal comissão substituía temporariamente o *Comitê Permanente Central* e o *Comitê Executivo Central*, agências mais poderosas da estrutura institucional/organizacional do KMT quando este ainda estava na China continental (GOLD, 1986; WANG, 1999; MYERS e LIN, 2007).

O homem forte de Chiang na condução desse processo foi Chen Cheng (陳誠), importante líder militar durante a Guerra Civil e representante do "Grupo de Whampoa", ala interna do partido nacionalista unilateralmente leal a Chiang.[132] Chen, já ocupando o cargo de governador da província de Taiwan desde 1949 (governo este concomitante ao da RdC), assume então o posto de chefe do recém-criado CRC. Destarte, promoveria uma série de medidas internas na agremiação, sofrendo oposição de outras facções às iniciativas de políticas, leis e indicações de seu grupo e ex-membros do Corpo Militar da ilha, que passavam então a controlar tanto o Partido quanto o governo. Foi assim que, ainda nos anos 1960, a nova representação consolidada do KMT já disciplinara os principais grupos internos potencialmente constitutivos de pólos de competição faccional (outra problemática assinalada por Chiang como resultante na perda da China continental) e enfraquecido o poder institucional de órgãos representativos (EASTMAN, 1981; DICKSON, 1993; MYERS e LIN, 2007).

Os principais corolários de tais reformas de reorganização foram: uma hierarquia partidária mais centralizada; uma penetração maior do governo junto à sociedade; a concentração do poder decisório em comitês partidários sob ordens de Chiang; e, o mais importante de todos: a eliminação de parte considerável do faccionalismo interno do KMT (DICKSON, 1993; MYERS e LIN, 2007). *As inúmeras células partidárias formadas paralelamente/internamente nos órgãos governamentais, por vez, davam aos nacionalistas controle virtual pleno sobre o aparato do Estado, enquanto células nas mais diversas instituições econômicas, sociais e educacionais da ilha permitiram o controle e mobilização da população, para além das próprias forças de segurança e militares*. **Em suma, o KMT, de forma bastante parecida com o PCCh na China, desenvolveu vasta rede de células e comitês para supervisionar os trabalhos do governo e órgãos legislativos em todos os níveis, sendo esta (rede) o elo mais nevrálgico entre o partido e a burocracia pública; e "borrando" a própria distinção exata entre o Guomintang e o Estado Taiwanês**.[133] **Essa rede resultou da reorganização intra-partidária de Chen antes aludida**; e, em meados de

[132] O grupo detinha tal nome por ser composto por quadros do Exército formados na *Academia Militar de Whampoa*, criada na ilha de mesmo nome (hoje alcunhada como Pazhou) na região de Cantão e comandada por Chiang, que estruturou sua organização militar conforme o aprendizado que recebera do Exército Vermelho em Moscou, onde foi treinado em 1923 (SPENCE, 1995).

[133] "No nível 'nacional', a distinção entre Partido e Estado, incluindo seus próprios orçamentos, foi turva até o surgimento de um movimento de oposição na década de 1970" (GOLD, 1986: p.61: tradução própria).

1952 contava com 295 células reunindo 2.711 membros (DICKSON, 1993; MYERS e LIN, 2007).

Já Chen Cheng tornou-se, pelo grande controle administrativo que passaria portanto a exercer sobre o Partido, o governo e os militares, uma das três maiores figuras – ao lado do próprio Chiang Kai-shek e Chiang Ching-Kuo – do panorama político taiwanês até sua morte em 1965, unificando definitivamente o KMT em torno do nome de Chiang (pai) e cerceando de forma considerável os poucos grupos remanescentes que poderiam oferecer eventuais fricções (DICKSON, 1993; MYERS e LIN, 2007).[134] **Era, em síntese, um partido com uma linha de atuação e margem de manobra agora com naturezas bem distintas vis-à-vis a época em que governava a China continental; e com um enraizamento político e social mais profundo em meio à sociedade da pequena ilha.** Isto a despeito do fato de sua estrutura organizacional formal (com similaridades com relação ao PCCh, sobre as quais discorro no **Capítulo 4** e nas **Conclusões** desta Tese), ter se mantido a mesma desde o governo na China continental (MENGIN, 2015).

Uma outra observação pertinente diz respeito ao fato da mudança no contexto externo ter sido fator fiador – ainda que de forma indireta – na condução de tal reforma intra-partidária. Originalmente, entre 1949 até meados do ano seguinte, o oficialato militar do KMT ainda construía fortificações na costa oeste receando uma eventual invasão dos comunistas – através do Exército de Libertação Popular (ELP) – vindos da China, e inclusive Chiang fez recorrentes apelos ao governo estadunidense em Washington, apelos estes sem resposta.[135] Não obstante, com a eclosão da Guerra da Coreia em 25 de junho de 1950, o então presidente Harry Truman reviu sua política com relação à Ásia e enviou, apenas dois dias depois, a Sétima Frota dos EUA ao Estreito de Taiwan de modo a dar salvaguardas de segurança nacional à ilha; e, em 1954, ambas as partes formalizaram o *Tratado de Defesa Mútua EUA-Taiwan*. Era a estabilidade que Chiang Kai-shek desejava e necessitava para

[134] O único grupo interno do KMT que representava algum contraponto considerável à ala de Chiang era o conservador Clube Central (CC), liderado pelos irmãos Chen Guofu e Chen Lifu, representantes dos interesses latifundiários dentro do partido quando ainda na China. Com a gradual perda de influência ante a demoção dos membros do CC das principais instituições e órgãos representativos, o primeiro se afastou das atividades políticas para tratar da saúde e o segundo migrou para os EUA (DICKSON, 1993; MYERS e LIN, 2007).

[135] Mengin (2015: p.28) atribui tal postura estadunidense dúbia e vacilante no apoio a Taiwan à própria falta de consenso político interno no Congresso estadunidense. Cita, para corroborar seu ponto, o fato de os Secretários de Estado George Marshall e Dean Acheson, apoiados pelos Democratas, serem veementemente contrários ao contínuo suporte econômico via ajuda para a ilha; enquanto os Republicanos eram favoráveis. As preferências se alinharam no sentido dos últimos após os eventos geopolíticos narrados ainda no parágrafo acima.

materializar sua agenda de reformas do Kuomintang (GOLD, 1986; WADE, 1992; WANG, 1999; MYERS e LIN, 2007; MENGIN, 2015).

Ainda em termos de contexto externo, a assistência geopolítica e geoeconômica dos EUA na forma de ajuda – seja com capital e recursos ou fornecimento de bens de consumo e produção – foi um dos principais elementos garantidores da manutenção do KMT no poder da ilha, ao menos inicialmente (CHANG, 1965; GATES, 1979; WADE, 1992; MENGIN, 2015). A ajuda e assistência técnica americana foi extremamente relevante ao longo das décadas de 1950 e 1960, por: gerar confiança nos investidores estrangeiros de que o regime sobreviveria politicamente, investimentos (formação de capital e transferência tecnológica) e por ajudar a melhorar gradualmente os resultados do saldo em conta corrente (CHANG, 1965; JACOBY, 1966; AMSDEN, 1985; WADE, 1992; PERKINS, 2013).[136] Cabe também destacar aqui que a assistência militar dos EUA também contribuiu, ainda que indiretamente, ao desenvolvimento econômico: como exemplo, a presença das tropas do país na ilha – lá situadas em decorrência do conflito no Vietnã – fomentou o setor têxtil, através da encomenda de uniformes para as forças armadas norte-americanas, e o de eletrônicos, via demanda por radares e sistemas de aviação (WADE, 1992).

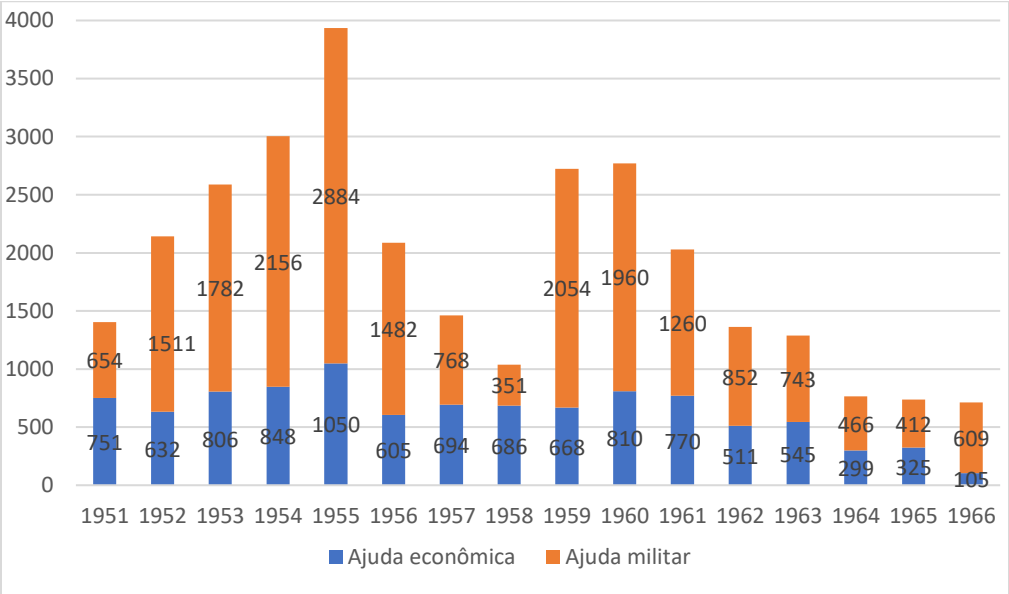
A ajuda norte-americana se dividia nas categorias "suporte à defesa", consistindo em auxílio material (financeiro) e logístico ao governo e KMT para organização dos próprios estabelecimentos militares; "empréstimos ao desenvolvimento", voltados a financiar novos projetos e inversões, desde que chancelados pelo governo dos EUA; e, por fim, "garantias para o desenvolvimento", provendo assistência técnica para superação de gargalos ou obstáculos ao crescimento econômico (CHANG, 1965; CHENG, 1990; WANG, 1999).[137] A primeira era classificada oficialmente como **ajuda militar**, enquanto que as duas últimas em **ajuda econômica**; e a evolução de seus montantes e composição se encontra no Gráfico 3 abaixo:

---

[136] Na década de 1950, segundo estimativas de Chang (1965: p.152), o investimento estadunidense foi responsável por aproximadamente 43% das inversões brutas de Taiwan e 90% do fluxo de capital externo ao país. Este foi um fator importante por aliviar Chiang e os nacionalistas dos receios com escassez de divisas e bens indispensáveis à manutenção econômica.

[137] Ainda assim, a despeito das robustas contribuições estadunidenses para a defesa taiwanesa, o KMT ainda assim direcionava um parcela colossal dos gastos públicos para o setor militar (TSAI, 1999; WU, 2004). Em 1961, por exemplo, os dispêndios com defesa representavam 9,5% do PNB e 47% do orçamento governamental (TSAI, 1999).

Gráfico 3 - Composição e peso da ajuda estadunidense para Taiwan, em milhões de dólares (US$) constantes de 2018[138]



Fonte: Elaboração própria a partir de USAID, 2020.

Ao menos nas décadas iniciais de industrialização taiwanesa (1950 e 1960), o fundo americano de ajuda foi imprescindível para a estruturação da economia do país (CHANG, 1965; WANG, 1999; WU, 2004). No início dos anos 1960, seu peso era corroborado pela participação setorial: 44,3% dos investimentos totais em infraestrutura (28% só em transporte e comunicação), e 24% na manufatura; e, entre 1951 e 1965, foi responsável por 40% da formação de capital (CHANG, 1965; JACOBY, 1966; WANG, 1999). *Sua magnitude era tamanha que*, como diz Wu (2004: p.95), *até a década de 1960, as agências de planejamento econômico (sobre as quais falo mais abaixo) contavam quase que integralmente com os aportes de ajuda americana para o financiamento dos planos de desenvolvimento, e tinham incluso membros estadunidenses em sua composição*.[139] Os empréstimos dos EUA para Taiwan, por vez, eram concedidos sob condições extremamente favoráveis, com taxas de juros fixas de 1% e cujo pagamento só começaria 11 anos depois, com um prazo de carência de 40 anos (CHANG, 1965). Isto para além da concessão, por parte do governo americano,

[138] Para averiguação dos valores correntes, ver Jacoby (1966). **O fim da ajuda econômica americana via USAID foi anunciado, oficialmente, em 1965; e o da ajuda militar em 1978, ano do reestabelecimento formal das relações com a RPC** (RIGGER, 2011; USAID, 2020).

[139] **Esse fato denota uma ingerência americana bem mais direta (no processo decisório, e não apenas com aporte de recursos), pelo menos no início, na formulação dos planos econômicos de Taiwan vis-à-vis a Coreia do Sul, caso sobre o qual discorro no Capítulo 3**.

do status de *Nação Mais Favorecida* ("*Most-Favored-Nation*" ou MFN) para Taiwan, permitindo à ilha vender seus produtos ao gigantesco mercado consumidor estadunidense sem quaisquer discriminações tarifárias e, assim, lograr margem para sua inserção exportadora (MENGIN, 2015).[140] O peso adquirido pelos EUA no comércio exterior taiwanês será mais discutido na Seção 2.2.

Com relação à estruturação do *sistema político* com a chegada do KMT, seus líderes "trouxeram" consigo da China continental as mesmas estruturas e instituições centrais ("*Zhongyang*" - 中央) de governo e da esfera nacional do Partido, sobrepondo-as acima das correlatas da até então província (PIERCE, 1990; RINZA, 1991; MENGIN, 2015). Assim, as ramificações administrativas vigentes foram mantidas:

- O *Yuan Executivo* ou "Gabinete", com ministérios e comitês escolhidos pelo Primeiro-Ministro, sendo este por vez nomeado pelo presidente;
- A *Assembleia Nacional*, que realizava emendas na Constituição e elegia o Presidente da República e seu Vice por mandatos de 6 anos;
- O *Yuan Legislativo*, responsável por legislar, aprovar o orçamento e interpelar oficiais;
- O *Yuan Judicial*, suprema instância do Poder Judiciário e cujos componentes eram diretamente indicados pelo presidente;
- O *Yuan de Exame*, a cargo dos processos seletivos para o serviço público civil e também pelas licenças profissionais, também com seus membros escolhidos de forma direta por Chiang; e, por fim,
- O *Yuan de Controle*, agência-mor de vigilância e com seus membros sendo eleitos pelos conselhos municipais e provinciais.[141]

---

[140] Este status também seria conferido à Coreia do Sul e posteriormente à China pelos EUA, abrindo margem externa ao crescimento de tais países da mesma forma tal como ocorrido com Taiwan. Uma nação que não possuísse, com relação aos Estados Unidos, o status de MFN, se veria sujeita a altas tarifas punitivas em função do protecionista *Smoot-Hawley Act* deste último (GREEN, 1994).

[141] Tal estrutura, cujo desenho foi originalmente concebido pelo próprio Sun Yat Sen quando no governo da RdC na China, buscava amalgamar a noção ocidental clássica de três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) com duas instituições adicionais inspiradas na teoria política chinesa tradicional: os poderes de Exame (*Kaoshi* – 考试) e Controle ou *Jiancha* (RINZA, 1991). Mesmo com o fim da Lei Marcial (que comentarei) em 1987 e a abertura em termos de competição eleitoral-partidária, até hoje a estrutura organizacional do governo taiwanês preserva tais cinco instâncias. Para checar a configuração atual do sistema político do país, ver: https://www.taiwan.gov.tw/content_4.php.

É importantíssimo destacar aqui que, em tal sistema político, assim como no chinês que veremos ao largo do Capítulo 4, a Assembleia Nacional representava o supremo órgão governamental, para o qual o presidente (que ela indicava e que também era vestido de considerável poder, como por exemplo indicar o Primeiro-Ministro) deveria prestar contas e poderia ser demovido do cargo caso seus representantes julgassem necessário. Tal Assembleia se via inserida na *esfera legislativa tricameral de Taiwan* ao lado do Yuan correspondente e do Yuan de controle, com as três dividindo funções análogas às de um Parlamento (PIERCE, 1990; RINZA, 1991).

Após a vinda para Taiwan, os representantes da RdC eleitos ainda em 1947 para a referida Assembleia Nacional tiveram seus mandatos prorrogados por tempo indeterminado enquanto o continente não fosse recuperado (GOLD, 1986).[142] Esta medida de Chiang Kai-shek, ratificada legalmente pelo Yuan Judicial (ironicamente, o mesmo de quando os nacionalistas governavam o continente) em 29 de janeiro de 1954, visava legitimar a República da China na ilha e também projetar nela o próprio poder do KMT com uma estrutura de governo nacional paralela às taiwanesas anteriormente existentes (MENGIN, 2015). *Eleições eram permitidas, portanto, apenas a nível subnacional* (municipal e dos condados, retomadas normalmente a partir de janeiro de 1951), *insulando os antigos governantes nacionalistas das pressões locais* (WANG, 1999; MYERS e LIN, 2007).[143]

A despeito da nova estrutura do Estado apresentar um formato onde o poder do KMT, agora com consenso interno, era incólume, ainda assim Chen Cheng promulgou, sob a justificativa de defesa da segurança nacional e luta contra o comunismo e antes de Chiang Kai-Shek finalmente assumir a RdC em 1º de março de 1950, a *Lei Marcial*, suprimindo toda contestação política organizada (WANG, 1999; MENGIN, 2015). O *enforcement* da lei e aparato de segurança nacional tiveram como personagem-chave o filho do presidente, Chiang Ching-kuo, e como instituição mais importante o **Departamento de Assuntos Políticos** por ele presidido, justapondo tanto o Ministério da Defesa quanto o comando militar nacional para assegurar a lealdade das tropas (GOLD, 1986). Paralelamente, também criou, em outubro de 1952 após reforma interna do Partido, o **Corpo Juvenil Chinês de Salvação**

---

[142] Como veremos na próxima Seção, um problema que Chiang e os nacionalistas se defrontariam, pelo fato de ser inconcebível a reconquista da China, seria a própria longevidade dos representantes políticos "nacionais" da RdC, muitos dos quais já haviam falecido ao final da década de 1960.

[143] Administrativamente, Taiwan se dividia naquela época em 16 condados e 5 municipalidades (WANG, 1999).

Nacional Anticomunista, organização quase-governamental que dava treinamento militar para jovens quadros e servia para o monitoramento e denúncia de atividades supostamente comunistas e/ou subversivas contra o governo.[144] **Essas duas instituições citadas representaram, junto com o chamado Comando de Guarnição nacional (Taiwan Garrison Command), os braços do governo ou do "Estado policial" taiwanês, cuja repressão foi alcunhada por ativistas opositores como "terror branco" ou *Báisè Kongbù* - 白色恐怖** (WANG, 1999; MENGIN, 2015: p.32).[145]

Através, de um lado, da Lei Marcial proibindo a formação de organizações partidárias alternativas aos nacionalistas, e, de outro, do controle interno do KMT sobre o sistema de nomeação e indicação de candidatos, o partido rapidamente dominou também as eleições locais. A despeito de qualquer taiwanês poder participar com candidaturas avulsas, o manto da legenda nacionalista implicava o acesso a maiores fundos logísticos e recursos financeiros para realizar campanhas e mobilizar suporte, gerando um desequilíbrio na competitividade eleitoral que, na prática, serviu para encorajar o ingresso das elites locais no partido (WANG, 1999; MYERS e LIN, 2007; RIGGER, 2011; MENGIN, 2015).[146]

Com retrata Mengin (2015: p.17) e já destacado antes, pelo menos nos primeiros dez anos da RdC agora sediada na pequena ilha de Taiwan, tal redesenho organizacional e institucional ordenado por Chiang tinha por meta-mor desenvolver uma economia de guerra que mantivesse, ao menos no horizonte, o eventual projeto de retomada da China continental.

Foi com este ímpeto que o novo Estado taiwanês monopolizou todos os recursos produtivos territoriais, particularmente nas áreas de mineração, petróleo, açúcar, eletricidade, fertilizantes, papel, cimento, naval e de maquinários (MINNS, 2006; RIGGER, 2011; MENGIN, 2015). Foram criadas grandes e diversas indústrias estatais – principalmente em setores intensivos em capitais – comandadas por uma elite econômica de jovens letrados do partido, dos quais muitos haviam acumulado estudos no exterior ainda

---

[144] De novo, os quadros dessa organização eram doutrinados de modo ferrenho conforme os 3 princípios da ideologia de Sun, adaptada retoricamente aos interesses de Chiang Kai-shek e do regime do KMT (WANG, 1999).

[145] Formalmente, o período do "terror branco" era designado como aquele compreendendo o tempo em vigor da Lei Marcial, entre 19 de maio de 1949 e 15 de julho de 1987 (HUANG, 2005). Na interpretação de Rigger (2011) e de Mengin (2015), contudo, os episódios de recrudescimento autoritário, repressão e arbitrariedades podem ser remontados pelo menos desde fevereiro de 1947, dois anos antes.

[146] Com a escalada da questão étnica na dinâmica política da ilha, os oposicionistas ao regime do KMT fizeram das candidaturas avulsas um instrumento retórico de sua contestação, através do movimento dos **Dangwai** (os "*de fora do partido*"). Isto será explorado nas duas Seções seguintes.

durante a Guerra Civil e que foram autorizados por Chiang a cooperarem com oficiais estadunidenses na elaboração de planos para o desenvolvimento nacional ou para suas próprias firmas públicas (WANG, 1999; MINNS, 2006).[147] Dois exemplos notórios nesse sentido são os "supertecnocratas" Chung-jung Yin, ministro dos assuntos econômicos (1954-1955) e ex-secretário do ESB e do CUSA, órgãos comentados em breve; e Li Kwoh-ting, ex-presidente da **Taiwan Shipbuilding Corporation** (renomeada em 1973 como **China State Shipbuilding Corporation** ou **CSBC**) desde 1951 e que em 1959 ingressaria no CUSA antes de ser ministro dos assuntos econômicos e depois das finanças nas décadas de 1960 e 1970 (WANG, 1999; YU, 2007; RIGGER, 2011; PERKINS, 2013). *Este último, rotulado como o "arquiteto do milagre taiwanês"* (YU, 2007)*, voltaria a ser uma figura importantíssimo ao final da década de 1970 quando o país adentrou no setor de eletrônicos e semicondutores, sobre o qual falo na Seção 2.3*.

Contudo, em função da pressão americana, legitimada pela já destacada ajuda econômica e proteção militar que fornecia, e que Chiang não poderia se dar ao luxo de perder, o KMT não chegou a abolir a propriedade privada dos meios de produção em nome de objetivos nacionais. Ainda assim, **através do monopólio público que também detinha do sistema financeiro/bancário, "excluiria" por um bom tempo o setor privado – basicamente, as pequenas e médias empresas (*Small and medium enterprises* - SMEs), entidades majoritárias na estrutura industrial e econômica política taiwanesa – dos principais benefícios e alavancagem creditícia por parte do governo, desprivilegiando-as no mercado doméstico de forma significativa vis-à-vis as estatais** (CALDWELL, 1976; RUBINSTEIN, 1999; MINNS, 2006; MENGIN, 2015).[148] Havia, como veremos, outra razão política para isto, para além unicamente de mobilizar esforços para a reconquista da China. **E representa, também, uma distinção de como o Estado mobilizou o setor financeiro para lidar com o setor privado vis-à-vis o caso sul-coreano, que veremos no capítulo seguinte**. **Em Taiwan, ao contrário do Japão e da Coreia do Sul, não houve formação**

---

[147] Algumas dessas grandes indústrias estatais eram: **Chinese Petroleum Corporation** (**CPC**), **Taiwan Tobacco and Liquor Corporation**, **Tai Yuen Textile Corp**., **Taiwan Power Company**, **Taiwan Cement**; **Taiwan Pulp and Paper**; **Taiwan Industry and Mining**; **Taiwan Agricultural and Forestry Company**, **Taiwan Sugar Corporation**, **Far-Eastern Textile**, etc.

[148] Como Mengin define, o setor privado taiwanês que foi se formando ao longo de décadas de industrialização a partir dos anos 1950 foi um "produto contingente de uma ideologia abertamente anti-capitalista" (2015: p.17, tradução própria).

de conglomerados ou fomento às firmas privadas, com as empresas públicas sendo as grandes beneficiárias do financiamento governamental. Isto, é claro, imprimiu um padrão distintivo na evolução da estrutura industrial do país.

O sistema financeiro taiwanês funcionava da seguinte forma: praticamente todos os ativos se concentravam sob poucos bancos comerciais de propriedade majoritariamente estatal, dos quais se destacava o *Banco de Taiwan*, estabelecido ainda em 1897 pelas forças de ocupação japonesas para ser a instituição regulatória – um embrião de Banco Central – do país; pelo menos até o estabelecimento do *Banco Central da China* (BCC) em 1961 (CALDWELL, 1976).[149] **O Banco de Taiwan desempenhou, até os anos 1960, a maioria das funções institucionais regulatórias centrais do sistema monetário**, determinando a taxa de juros, a de redesconto, **e tendo ainda papel crucial pelo manuseio e alocação dos recursos de ajuda estadunidense**.[150] Mesmo após a criação do BCC em 1961, permaneceu instituição relevante na forma de mais alavancado banco comercial taiwanês (CALDWELL, 1976). Com o decorrer do tempo, surgiriam algumas cooperativas creditícias nas áreas urbanas de Taiwan, geralmente de pequeno porte e organização familiar, guardando relação com a própria estrutura industrial privada nacional.

No entanto, antes da adoção do programa industrializante substitutivo de importações, o governo promoveu duas medidas importantes para a reorganização econômica nacional e criação das condições necessárias à produção manufatureira: a *primeira* foi a **reforma monetária para debelar a hiperinflação**; e a *segunda*, semelhante ao ocorrido na Coréia do Sul (e que também contribuiria para o objetivo da primeira medida), se daria nas áreas rurais, com uma importante **reforma agrária** iniciada em 1949 e concluída em 1953 (AMSDEN, 1985; WADE, 1992; TSAI, 1999; DICKSON, 1993; PERKINS, 2013; MENGIN, 2015).

A **reforma monetária** foi executada através da criação da moeda que a ilha usa até os dias de hoje, o *Novo Dólar Taiwanês* (NT$). O NT$ foi criado de forma indexada ao dólar estadunidense para criar um lastro de confiança nos agentes econômicos e inicialmente num patamar relativamente apreciado com relação a este (1 US$ = 10 NT$), de modo a maximizar

---

[149] Dos 13 bancos comerciais de Taiwan ao fim dos anos 1960, por exemplo, apenas 3 eram privados, e os três eram menos alavancados financeiramente que os demais (CALDWELL, 1976).

[150] **Todas estas instituições da ilha obedeciam ao arcabouço regulatório previamente estabelecido pelo *Banking Act* da RdC de 1931, importado da China continental ainda que com emendas ao longo do tempo**. O Ato, estruturando o sistema monetário taiwanês, bem como seu histórico de reformulações, pode ser consultado em: https://law.moj.gov.tw/ENG/LawClass/LawHistory.aspx?pcode=G0380001.

o valor das divisas estrangeiras que a ilha tinha – e que entrava por meio de ajuda americana – para poder adquirir manufaturas e bens de consumo e de capital básicos para viabilizar o início do programa industrializante substitutivo de importações (TAYLOR, 2009; RIGGER, 2011; WU, 2016; FEDERAL RESERVE BANK OF SAINT LOUIS, 2020; REPUBLIC OF CHINA, 2020).[151] A reforma foi bem sucedida e responsável por – graças também à reforma agrária, como digo a partir do parágrafo abaixo – fazer a inflação cair de 3000% para apenas 8,8% entre 1949 e 1952 (WANG, 1999; HOLCOMBE, 2017).

Já a **reforma agrária** em Taiwan foi inspirada, retoricamente, pela **filosofia de Sun Yat Sen** – que, como disse mais acima, passava a ser reificada dentro do partido, no bojo da reestruturação ideológica e organizacional interna que aludi – e, na prática, pelo sucesso da reforma comunista, visando o "fim" da concentração da propriedade e criação de uma classe predominante de pequenos camponeses.[152] Contou com participação, novamente, de Chen Cheng, através da importante Comissão Conjunta para a Reconstrução Rural (GOLD, 1986; MOORE, 1988; WANG, 1999; TAYLOR, 2009; RIGGER, 2011).[153]

Adicionalmente, havia razões políticas subjacentes por trás da reforma: *o KMT não tinha laços com a nobreza de Taiwan como havia com a da China; e, portanto, poderia expropriar seus recursos econômicos e interesses sem arriscar sua própria base de poder* (MOORE, 1988). Finalmente, *a eliminação da nobreza latifundiária também arrefeceria eventual suporte ao comunismo e criaria um vácuo político imediatamente preenchido pela facções locais, rapidamente cooptadas pelo Estado-Partido* (GOLD, 1986; DICKSON,

---

[151] O NT$ também detinha conversibilidade prevista com relação ao ouro, algo facilitado em parte pelo traslado de praticamente todas as reservas da China para a ilha por parte de Chiang Kai-shek (TAYLOR, 2009).

[152] Os **Três Princípios do Povo** (ou ***Sān Mín Zhǔ Yì*** - **三民主义**) compreendem um conjunto de conferências (16 ao todo) proferidas por Sun Yat Sen em 1924, expressando os três pilares de sua visão de justiça social na busca por uma China moderna que suplantasse a antiga ordem da Dinastia Qing. Esses pilares seriam: **nacionalismo** (**Mínzú – 民族**), **democracia** (**Mínquán – 民權**) e o **bem estar das pessoas** (**Mínsheng – 民生**). O *primeiro* princípio seria uma doutrina de Estado com teor fortemente racial e cultural, com uma retórica enfatizando o histórico civilizacional da China que a diferenciaria do Ocidente, onde uma única "raça" teria derivado múltiplos Estados modernos. *Sua visão do nacionalismo teria também um caráter fortemente anti-imperialista contra as grandes potências*. Seu *segundo* princípio, por vez, enfatiza não um sistema de sufrágio formal e representativo, mas sim um estado de coisas onde a soberania e autodeterminação dos povos de uma nação esteja assegurada contra monarquias e autocracias. Por fim, em seu *terceiro* princípio destaca o imperativo de bem estar coletivo pela garantia da subsistência da população, subsistência esta que consistiria na real problemática nacional a ser enfrentada, e não a luta de classes tal como acreditava Karl Marx (SPENCE, 1995; DY, 2017). Para um detalhamento maior desses princípios e discussão de cada uma das conferências de Sun Yat-Sen, ver Dy (2017).

[153] A Comissão também contava em seus quadros, para além de representantes do KMT, com técnicos e analistas estadunidenses no auxílio à formulação da proposta de reforma agrária.

1993; MYERS e LIN, 2007). Essa questão foi especialmente aguda, já que o sistema anterior de aluguel de terras implementado pelo imperialismo japonês deixou um legado de desigualdade socioeconômica no interior de uma nação onde, em 1945, 50% da população eram agricultores e, destes, 70% eram arrendatários (YUEH, 2009). Portanto, o programa teve *três etapas principais* (AMSDEN, 1985; GOLD, 1986; WADE, 1992; DICKSON, 1993; WANG, 1999; MYERS e LIN, 2007; YUEH, 2009; RIGGER, 2011):

a) Os aluguéis agrícolas restringiram-se a um máximo de 37,5% da colheita total em abril de 1949.[154]

b) Em 1951, terras anteriormente ocupadas pelos japoneses e também apreendidas por alguns proprietários (elite anterior com a qual o KMT não tinha vínculos ou obrigações políticas) foram distribuídas de maneira uniforme por meio de vendas ou *leasing* do governo e com preferência para a solicitação de camponeses sem terra nos últimos 10 anos;

c) O *Land-to-the-tiller Act* (Janeiro de 1953), que redimensionou o tamanho máximo permitido para as propriedades rurais e obrigou os proprietários a vender compulsoriamente o novo excedente estabelecido ao Estado, que por sua vez os repassou aos camponeses. Alguns dos proprietários "penalizados" se beneficiaram, numa proporção de 70% e 30% respectivamente, de títulos de propriedade ou ações / títulos de empresas públicas em troca da venda compulsória de suas terras, com alguns até investindo o capital dessas ações em atividades fabris e se tornando industriais (AMSDEN, 1985; ADELMAN, 1999).[155] **Esse movimento de compensação, além de mitigar instabilidades políticas e sociais com relação à população taiwanesa, logrando com esta uma legitimidade inicial robusta, também representou uma tentativa (não tão bem sucedida) de possível conversão dos ex-latifundiários em burgueses, de forma parecida com o que também ocorreria na Coreia do Sul, como será visto na Seção 3.1**.

Os maiores resultados dessas ações governamentais foram: a expansão da produção total, enquanto, contraditoriamente, o setor primário seria "espremido" para fornecer o

---

[154] Antes, a proporção da colheita que os inquilinos deveriam prestar como homenagem aos proprietários era de cerca de 50% a 70% (YUEH, 2009).

[155] As quatro empresas públicas as quais poderiam obter ações eram os seguintes monopólios governamentais (alguns já citados): **Taiwan Cement**; **Taiwan Pulp and Paper**; **Taiwan Industry and Mining**; e **Taiwan Agricultural and Forestry Company** (GOLD, 1986; WANG, 1999).

excedente necessário ao financiamento inicial da industrialização (AMSDEN, 1985; WADE, 1992; TSAI, 1999). Em relação aos primeiros resultados, a expansão da produção foi uma consequência direta da nova estrutura produtiva e societária agrícola, caracterizada por um grande número de pequenas propriedades: em 1949 a proporção de terras cultivadas pelo proprietário e operadas pelos inquilinos era de 59% a 41%.[156] Em 1961 havia se invertido para 90% e 10% (CHANG, 1965).[157] Em 1960, pouco menos de uma década após o fim da reforma agrária, o Coeficiente de Gini de distribuição de terra em Taiwan era de 0,45, menos igualitário que o da Coreia do Sul (0,35) e do Japão (0,41), porém muito superior a países em desenvolvimento de fora da Ásia tais como Argentina (0,86), Brasil (0,83) e México, com 0,62 (AMSDEN, 2009). **Essa diferença nos graus de concentração fundiária, como destacarei rapidamente na reflexão comparativa na Conclusão desta Tese, guardou também consequências (positivas para o Leste Asiático e negativas para América Latina) para as respectivas trajetórias industrializantes.**

Enquanto isso, a principal ferramenta que garantiu a transferência de recursos do setor primário para o secundário foi o **monopólio de fertilizantes do governo** (através da empresa estatal **Taiwan Fertilizer Co**.), permitindo o câmbio destes por arroz em termos de troca desfavorável aos agricultores para alimentar cidades e centros urbanos, reduzindo os custos de subsistência dos habitantes destes últimos (AMSDEN, 1985; MOORE, 1988; WADE, 1992; WANG, 1999).[158] *Wade salienta que tais termos de troca também serviram como instrumento indireto para restringir os salários, esfriando a pressão dos trabalhadores nas cidades, e fornecendo um diferencial competitivo importante à indústria doméstica que,*

---

[156] Conforme as estimativas de Myers e Lin (2007), mais de 150 mil famílias taiwanesas foram beneficiadas com aquisição de terras sob tal reforma.

[157] No entanto, é pertinente notar que o Estado ainda mantinha o controle - através de empresas públicas - de várias plantações que exportavam produtos agrícolas, como foi o caso da **Taiwan Sugar Corporation** (TSC - 台灣 糖業 股份有限公司), fundada em 1946. A dimensão econômica de tal firma pode ser constatada pelo fato de, ainda em 1965 (anos depois de Taiwan já ter iniciado sua ISI), *açúcares brutos de beterraba e de cana* e *açúcar refinado* ainda constituírem, respectivamente, o terceiro e quarto item de maior volume de exportação da ilha, representando 8,38% e 6,16% de sua pauta. Ainda em 1975, o açúcar refinado estaria entre os 10 itens mais comercializados externamente, ainda que sua importância tenha decrescido para apenas 1,89% (GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE, 2020).

[158] **Formato institucional este – de transferência de recursos de um setor a outro – que se assemelha, como veremos, ao ocorrido na RPC durante o período maoísta, ainda que na China não houvesse uma economia de mercado.**

posteriormente, se moveria internacionalmente com mais competitividade (1992: p.76-77). Portanto:

> Em resumo, a agricultura em Taiwan deu ao capital industrial uma força de trabalho, um excedente e divisas estrangeiras. Mesmo durante os anos imediatos de caos econômico do pós-guerra e uma taxa recorde mundial de crescimento populacional, a agricultura conseguiu produzir um suprimento de comida suficiente para atender às exigências mínimas de consumo doméstico e um resíduo para exportação (AMSDEN, 1985: p.87, tradução própria).

Com base nessa configuração institucional de extração do excedente, o KMT enfim conseguiria a acumulação de capital inicial para o processo de ISI, em sintonia com a perspectiva advogada por Raul Prebisch e diagnosticada por lideranças do partido como solução para superar tal restrição externa; precedendo sua inserção externa com base nas exportações de bens de consumo leves intensivos em trabalho (CALDWELL, 1976; AMSDEN, 1985; RUBINSTEIN, 1999; TSAI, 1999; WANG, 1999; PERKINS, 2013).[159] Mengin (2015: p.35) denota que a estratégia industrial seguida por Chiang Kai-shek não representou uma grande ruptura de paradigma, resguardadas as diferenças entre ambos os países, com relação às políticas e instituições dos Nacionalistas na China continental. Em ambos os casos havia forte dirigismo estatal hostil em certa medida ao maior relevo político do setor privado; o que particularmente resultou, na ilha, numa economia dual opondo as pequenas e médias empresas "desassistidas" das grandes estatais privilegiadas, como destrincharemos na próxima e na última seção deste Capítulo.

A princípio, a *política tarifária* foi crucial às indústrias infantes, combinadas ao protecionismo não tarifário, que tomava forma de políticas de conteúdo local, subsídios às exportações e restrições quantitativas à importação no setor manufatureiro; preservando, assim, o mercado nacional em grande parte para os produtores domésticos (MINNS, 2006; HOLCOMBE, 2017).[160] Isto combinado ao controle de divisas e licenças indispensáveis para

---

[159] Como diz Wang: "Naquela época, a maioria das necessidades diárias, matérias-primas e equipamentos industriais vinham do exterior, enquanto apenas alguns itens, como arroz e açúcar, foram exportados. Este desequilíbrio comercial levou a um enorme déficit comercial, causando grave escassez de reservas de divisas estrangeiras." (1999: p.328; tradução própria). **Foi em larga medida objetivando acabar com tal problemática de dependência, portanto, que tal curso industrializante foi tomado**.

[160] As tarifas nominais de Taiwan ao final dos anos 1950 e continuando pela década seguinte, por exemplo, atingiriam as cifras de 25% e 45% para fios e tecidos de algodão, respectivamente (AMSDEN, 2009: Tabela

salvar as pequenas empresas da extinção; além de, pela perspectiva macroeconômica, aliviar o estado crítico do balanço de pagamentos (AMDEN, 1985).[161] Em relação à *taxa de câmbio*, sua administração em um sistema de múltiplas bandas permitiu, de início, uma combinação de diferentes preços para bens importados de modo a dinamizar a compra de maquinários e produtos estratégicos. *Isto antes do governo Chiang enfim adotar a medida mercantilista de desvalorização com relação ao dólar americano na virada para os anos 1960, para facultar – via competitividade – sua inserção exportadora* (WADE, 1992; WANG, 1999).

Na década de 1950, o caminho industrializante enfatizava mais a estabilização econômica nacional do que propriamente uma estratégia clara e planificada de salto tecnológico e desenvolvimento produtivo, com muito uso de monopólios governamentais – para controlar totalmente as divisas de fora provenientes do excedente – e pouco direcionamento de auxílio a empresas privadas em segmentos fulcrais. **Como Tsai** (1999: p.75) **bem descreve, foi uma década de negligência total ao mecanismo de mercado enquanto alocador de preços; o que, como o autor corrobora, é plenamente condizente com o argumento da indústria infante**. **Por consequência, ao final da década o processo primário de ISI estava basicamente concluído, com bens de consumo respondendo por apenas 7% do total das importações e 5% do consumo interno**.[162] O êxito na realização de tal processo substitutivo primário de importações, depois somado à estratégia mercantilista de inserção exportadora, começaria, já na década seguinte, a dar resultados pela acumulação de divisas, fazendo com que, já em 1963, a ilha revertesse sua balança comercial cronicamente deficitária (CHANG, 1965; TSAI, 1999). **Este dado endossa uma reversão da tendência anterior de deterioração dos termos de troca, graças à transformação e complexificação – via desenvolvimento manufatureiro – do tecido produtivo da economia política de Taiwan, em consonância com os aportes do estruturalismo cepalino e a hipótese Prebisch-Singer.**

5.4). Já segundo as estimativas de Wang (1999: p.328), a tarifa nominal média no país correspondia à cifra de 44,7%, podendo chegar até 160% em setores onde a indústria taiwanesa era infante, representando na prática uma barreira de entrada para inviabilizar competidores externos.

[161] **Devido ao imperativo de aquisição de tecnologias, a importação de máquinas foi inicialmente "gratuita", exceto pelo que estava disponível localmente** (AMSDEN, 1985).

[162] A dita fase "primária" da ISI corresponde aquele momento do paradigma industrializante tangendo a formação de segmentos manufatureiros mais rudimentares, voltados à produção de bens de consumo duráveis e não-duráveis. Já a fase secundária seria aquela onde o processo anterior se "esgota" e dá lugar à substituição de importações nas indústrias de bens de K e intermediárias ou de materiais (CHI, 1990).

Em suma, **a organização da estrutura industrial foi desde o início moldada direta e gradualmente pela "mão visível" do Estado, via os mencionados cartéis patrocinados pelo governo – com incentivo a fusões, aquisições e precificação – e, concomitantemente, racionalização indicativa incorporada em planos plurianuais (PPa) de desenvolvimento** (AMSDEN, 1985; WADE, 1992; MINNS, 2006).[163] **O desenvolvimento estrutural e setorial da economia política taiwanesa evoluiria de acordo com as prioridades elencadas pelo KMT nas diretrizes de PPas, materializando a estratégia industrial de Taiwan ao longo das décadas seguintes**, na ordem descrita na tabela abaixo:

Tabela 5 – Planos Plurianuais (PPa) de Desenvolvimento em Taiwan[164]

PPas de Desenvolvimento (período)	Segmentos focados / Tendências
1953-1956 (1º)	Têxtil; eletricidade; fertilizantes; processamento de alimentos[165]
1957-1960 (2º)	Têxtil; expansão de setores extrativistas e de bens intermediários; cimento; papel.
1961-1964 (3º)	Setor têxtil continua importante, mas os segmentos químicos passam a ganhar proeminência: fertilizantes, carbonato de sódio, plásticos e fármacos.
1965-1968 (4º)	Mudança inicial de ênfase para a maior produção de bens de capital e bens de consumo duráveis: máquinas elétricas e não elétricas, intermediários petroquímicos, rádios e máquinas de serrar, equipamentos de transporte, bicicletas e navios.

[163] É verdade que o grau permitido de concentração econômica diferia de acordo com cada setor, embora a cartelização tenha coberto grande parte dos principais setores de exportação: têxtil; cogumelos enlatados e aspargos; apagador; aço; produtos de borracha e cimento (AMSDEN, 1985: p.90).

[164] **O encurtamento do plano quinquenal de 1975 se deve à morte de Chiang Kai Shek.**

[165] No bojo do **1º PPa**, que compreendia uma inversão total de NT$ 6,800 milhões, foi enfatizada a indústria de bens de consumo não-duráveis (embora atividades como mineração, transportes e comunicações também adquirissem aportes), que recebeu 70% dos investimentos e capitais previstos ante 30% para o setor agrícola (CHANG, 1965).

1969-1972 (5º)	Consolidação da tendência anterior e intensificação da produção de bens derivados da cadeia produtiva do petróleo.
1973-1975 (6º)	Renovando a ênfase sobre as exportações, assinalou suporte estatal no fomento aos setores petroquímico, de maquinários elétricos, máquinas de precisão, terminais e peças periféricas de computadores; para além do segmento de eletrônicos, propício para parecerias entre firmas privadas locais e externas.
1976-1981 (7º)	Foco consolidado definitivamente no setor pesado, reiterando as prioridades do plano anterior e movendo progressivamente a economia nacional à produção de bens em setores mais intensivos em capitais e habilidades, tais como maquinários, aço, petroquímico, bens de consumo duráveis, eletrônicos, equipamentos de precisão e transporte.
1980-1989 (8º)	Previa uma estrutura industrial menos intensiva em energia, porém ainda competitiva externamente. Plano enfática sobre a produção de bens de maior qualidade e densidade tecnológica para além de demandantes de MDO mais sofisticada. Foco nas indústrias de: eletrônicos, eletrodomésticos, telecomunicações, maquinários de alta precisão, maquinários de defesa, equipamentos de transporte e veículos motorizados.

Fontes: Elaboração própria a partir de CHANG, 1965; DAVIES, 1981; AMSDEN, 1985; WADE, 1992 e WANG, 1999.

Os planos de desenvolvimento industrial foram elaborados, em linhas gerais, por diferentes órgãos burocráticos ao longo do tempo, numa flagrante descontinuidade institucional (WADE, 1992; ADELMAN, 1999; WU, 2004). Os **dois primeiros PPas**, bem

como a reforma monetária já citada, foram elaborados pelo **Economic Stabilization Board** (**ESB**), órgão chefiado inicialmente pelo governador K. C. Wu e pelo ministro das finanças C. K. Yen; e criado em 9 de março de 1951 para regularizar e formalizar os encontros entre representantes taiwaneses e os oficiais estadunidenses responsáveis pelos aportes de ajuda.[166] Com todos os seus integrantes sendo apontados diretamente pelo Yuan Executivo, o objetivo do ESB era coordenar, via tais planos, os interesses do governo nacional, dos governos locais e agências norte-americanas para estabilizar o país (TAIWAN TODAY, 1953).[167] Acerca desta ingerência estadunidense sobre os rumos do poder econômico decisório nos anos iniciais da ilha no Pós-Guerra, uma ótima síntese é fornecida por Gold:

> Em muitos aspectos, o modus operandi que surgiu na década de 1950 lembrava a ocupação americana no Japão, que estava chegando com êxito ao fim. Certamente, os Nacionalistas não eram o inimigo derrotado da América, mas mesmo assim eram uma força derrotada num ambiente hostil em desordem e sem confiança. Como no Japão, os americanos enviaram uma bateria de conselheiros civis e militares para ajudar na necessária reconstrução da estrutura dizimada em novas linhas. Como no Japão, os locais governavam, mas os estadunidenses constituíam um governo "paralelo" forte o suficiente para influenciar ampla gama de decisões políticas e econômicas feitas pelos Chineses (1986: p.58, tradução própria).

O **1º PPa** (1953-1956), chamado formalmente de **Plano de Reabilitação Econômica** (ou "***Plan for Economic Rehabilitation***") e detendo caráter confidencial, previa a maior parte do orçamento a ser alocada nos setores agrícola, de fertilizantes e têxtil (MINNS, 2006). Contudo, apresentava ainda um caráter muito rudimentar, sendo em parte uma coletânea de projetos já em andamento e sem prever metas para a economia, embora fosse enfática quanto ao imperativo da ISI e das exportações para lograr o fim da escassez de divisas. O **2º PPa** (1958-1961), por vez, era mais sofisticado e inaugurava de fato o padrão de planos de desenvolvimento comuns nas nações do Leste Asiático, estipulando metas de crescimento da

---

[166] Posteriormente, o Primeiro-Ministro tomaria o lugar do governador na chefia do Conselho (GOLD, 1986).

[167] Cumpre notar também que: "O Economic Stabilization Board não era o único órgão de planejamento e assessoramento que tratava de questões financeiras, econômicas e monetárias. Concomitantemente, existiam outros comitês, como a Comissão de Planejamento do Yuan Executivo, o Conselho de Produção de Taiwan, o Comitê Conjunto de Ajuda dos EUA, o Comitê de Financiamento da Produção, etc. No entanto, em vista de sua composição e serviços prestados, o ESB foi, sem dúvida, o órgão mais importante na formulação de recomendações sobre as políticas econômicas e financeiras do Governo." (TAIWAN TIMES, 1953: tradução própria).

renda nacional e desempenhos setoriais (que também eram elencados para subsídios e outras formas de assistência governamental); para além de especificar as políticas fiscal e monetária a serem seguidas – de forma sinérgica – com intuito de ampliar o ambiente para investimentos (WADE, 1992; MINNS, 2006).

O referido ESB acabaria abolido dando lugar ao **Conselho para a Ajuda Americana** ("**Council on United States Aid**" ou **CUSA**), funcionando de 1958 até 1963 e composto por membros do governo taiwanês (chefiado pelo Primeiro-Ministro do país) e estadunidense – tendo em vista o peso dos EUA na ajuda ao país, já descrito graficamente mais acima –, passando a ser então o principal órgão planejador das metas gerais e atividades do país e responsável por elaborar o 3º PPa (WADE, 1992; WANG, 1999; WU, 2004).[168] O *planejamento mais detalhado*, por sua vez, com programas setoriais detalhando o montante exato de incentivos e subsídios, bem como itens específicos e empresas domésticas auxiliadas, ficava a cargo da **Comissão de Desenvolvimento Industrial** (**Industrial Development Comission** ou **IDC**), encampada institucionalmente sob o CUSA mas composta apenas de taiwaneses (WADE, 1992).[169] Nos anos 1960, junto com a diminuição dos aportes de recursos dos EUA, o CUSA acabaria perdendo espaço para outra instância burocrática decisória no campo econômico, comentada na Seção seguinte.

As diretrizes de tal planejamento, seja com os PPas e seu caráter mais "genérico" ou com os programas setoriais específicos formulados pela IDC, ecoavam para o empresariado nacional (majoritariamente constituído nas empresas públicas e/ou com laços junto ao KMT) através da *Associação Nacional da Indústria e Comércio da China*, instituição criada em 1951 para, em tese, representar seus interesses. Contudo, ao contrário da famosa correlata Federação Empresarial do Japão ("*Japan Business Federation*" ou *Keidanren*), onde os atores corporativos traziam suas demandas e pautas para a burocracia, esta associação taiwanesa era um canal onde as decisões governamentais eram meramente retransmitidas ou comunicadas aos empreendedores (GOLD, 1986; MENGIN, 2015). **Este fato narrado corrobora a discrepância na correlação de forças em Taiwan entre o governo nacional e a recém-formada burguesia doméstica, largamente favorável ao primeiro numa escala muito superior vis-à-vis a economia política japonesa**.

---

[168] A despeito da participação majoritária de taiwaneses, os postos ocupados pelos americanos no CUSA não eram poucos: em 1955, por exemplo, eram 138 de um total aproximado de 350 (WADE, 1992: p.199).
[169] Os ministérios acatavam e colocavam em prática as diretrizes passadas pela IDC.

O êxito do programa industrializante taiwanês, ainda na fase preliminar dos anos 1950, já contava com o aproveitamento dos laços externos de distintas formas, seja com a busca de mercados consumidores de fora para seus produtos (em função da relativamente diminuta população doméstica) *ou, mais importante, garantia de transferência tecnológica para investimentos estrangeiros*. Nesse sentido, por iniciativa do Yuan Executivo e do Ministério dos Assuntos Econômicos, foram elaboradas, aprovadas e implementadas, respectivamente, a **New Investment Law** em julho de 1954 e o **Statute for Investment by Overseas Chinese** ("*Estatuto para Investimentos por Chineses no Estrangeiro*") em 19 de novembro de 1955.[170] É na esteira da Lei aludida, por exemplo, que é estabelecida uma das primeiras *joint ventures* nacionais entre a **China Manmade Fiber Corporation** – empresa doméstica especializada em fibras sintéticas, algodão e plástico, que depois seriam bens de destaque na pauta exportadora nacional – e a empresa estadunidense Wanco (que licenciou sua tecnologia e forneceu maquinários antes inexistentes em Taiwan), com intermédio de um banco estatal (TAIWAN TODAY, 2011).[171]

As principais mudanças promovidas por esse novo arcabouço institucional inicial, sob jurisdição do Ministério dos Assuntos Econômicos, foram: isenções fiscais, isenção de impostos de três a cinco anos para empresas que realizassem inversões *greenfield*, redução de impostos sobre remessas de empresas estrangeiras para um mínimo de 18% e 20 anos de garantia contra expropriações caso detivessem ao menos 45% do empreendimento (CHANG, 1965; STOLTENBERG e McCLURE, 1987; PIERCE, 1990).[172] **A margem de retorno compensava o formato de *joint venture* com compartilhamento de técnicas produtivas**. Embora estas (*joint ventures*) não tivessem predileção expressa na legislação pertinente aos investimentos estrangeiros, as aplicações para inversões em tal modalidade foram as que mais

[170] Tal estatuto, ao lado do Estatuto de Encorajamento dos Investimentos que foi lançado nos anos 1960 (e que veremos na próxima seção),constitui um dos pilares do arcabouço institucional voltado às inversões estrangeiras na economia política taiwanesa (STOLTENBERG e McCLURE, 1987; PIERCE, 1990). A história legislativa do estatuto, bem como suas reformulações ao longo do tempo, pode ser consultada em: https://law.moj.gov.tw/ENG/LawClass/LawHistory.aspx?pcode=J0040001.

[171] A história da cia taiwanesa pode ser conferida em: http://www.cmfc.com.tw/en/about_history.aspx.

[172] Investimentos alcunhados de *greenfield* são inversões externas diretas (IED) que se dão com a construção de novas firmas subsidiárias e/ou plantas produtivas a partir do zero, em contraposição aos investimentos ditos *brownfield* que consistem quando empresas ou governos compram ou alugam parte de instalações previamente existentes para desenvolvimento de novas atividades (HAYES, 2019).

receberam aprovações governamentais, que por vez objetivavam dotar de aprendizado técnico as firmas locais (PIERCE, 1990).[173]

O objetivo desta Seção foi contextualizar o leitor em meio ao cenário de instabilidade geopolítica e subsequente reorganização institucional da RdC, engendrada por Chiang Kai-shek em sua primeira década no comando de Taiwan com o redesenho do sistema de governo e da economia política da ilha, à luz das novas circunstâncias defrontadas. Esse redesenho foi logrado via medidas políticas (intra-partidária e réplica da estrutura de governo vigente na China continental) e econômicas (reforma monetária, agrária e início da industrialização substitutiva de importações básicas) para garantir a sobrevivência do regime capitaneado pelo Kuomintang e, ao menos conforme retórica oficial dos governantes nacionalistas, prover alguma esperança de reconquista do território "perdido" para os comunistas. A partir da virada dos anos 1950 para os 1960 e pelas duas décadas subsequentes, contudo, tal anseio de Chiang foi encontrando cada vez menos lastro na realidade, ainda mais na década de 1970 com o movimento de reaproximação dos EUA e outros países ocidentais da RPC, fazendo com que a retórica fosse ajustada para outra de fortalecimento da economia nacional a fim de mostrar a viabilidade da RdC ou da "China livre". Isto é corroborado pela nova estratégia industrial do KMT passando, agora sim, a focar no *catching-up* e adensamento tecnológico e produtivo taiwanês. A próxima Seção, portanto, delineia essa nova estratégia cobrindo desde o fim da década de 1950 até a morte de Kai-shek em 1975, qualificando a discussão com fatos endógenos e exógenos de maior importância englobados dentro do recorte temporal pretendido.

2.2.: A economia, a política e a geopolítica da inserção exportadora durante o Governo Chiang Kai-shek

Na *Seção 2.1* pregressa, elucidei o contexto histórico inicial do estabelecimento da RdC em Taiwan e as reformas primordiais engendradas para o ordenamento do regime produtivo nacional, bem como as principais instituições de Estado (e também extra-estatais, como o próprio Partido) responsáveis pela dialética entre governo, planejamento e os atores políticos, econômicos e sociais, domésticos ou externos.

---

[173] Ainda conforme Pierce (1990), ao longo do governo de Chiang pai e Chiang filho por volta de três quartos (3/4) dos investimentos estrangeiros aprovados em Taiwan se deram em tal formato de *joint ventures*.

Esta *Seção 2.2*, por vez, complementa a anterior fornecendo ao leitor o arcabouço geral da estratégia de desenvolvimento industrial seguida pelo governo do Guomindang durante o tempo de governo (e restante de vida) de Chiang Kai-shek na ilha. Para isto, *o foco nesta parte será sobre as décadas de 1960 e 1970*, cobrindo a maior parte de seu período no comando de Taiwan e também o apogeu do que Gold (1986: p.16-7) alcunhou de "Estado autônomo"; que, segundo ele, teve rol análogo ao das classes dominantes na América Latina, embora eliminando as iniquidades sociais associadas à configuração de dependência (setor rural empobrecido e altas desigualdades) e logrando maior soberania tecnológica concomitante à afirmação do capital industrial doméstico. Realizadas as imprescindíveis reformas elucidadas na seção anterior, o KMT pavimentava seu caminho para conduzir uma verdadeira "revolução pelo alto"; engendrando uma modernização socioeconômica através de uma *configuração institucional corporativista piramidal* onde não gozava de quaisquer contestações domésticas à sua hegemonia e tutelava um setor privado politicamente desorganizado (GOLD, 1986; WADE, 1992; MENGIN, 2015).[174]

Uma característica marcante do governo do KMT, que, como veremos, diferenciaria a experiência de Taiwan dos casos sul-coreano (e também do japonês), e a "aproximaria" da experiência chinesa em certa medida, foi o alto grau de "estatismo" na atividade econômica em termos de *propriedade da produção* (MINNS, 2006). Nos anos 50, mais da metade da produção industrial era oriunda das empresas estatais ou "*State-Owned Enterprises*" - *SOEs* (57% em 1952); embora essa participação tenha diminuído pelas décadas subsequentes para em torno de 18% em 1980 (AMSDEN, 1985; MINNS, 2006). Isto, contudo, não se deu em função de um suposto declínio de tais empresas, mas antes pelo florescimento e sucesso das empresas privadas com o crescente dinamismo da economia e pela estrutura industrial específica do país que destrincho logo mais ainda nesta Seção. **Ademais, tais SOEs permaneceram fulcrais na geração de encadeamentos produtivos hirschmanianos com os demais setores econômicos: seja através da subcontratação de pequenas empresas privadas terceirizadas ou via fornecimento de insumos/*inputs* (via CPC ou Chinese Steel**

[174] O termo "corporativismo" é aqui empregado, assim como nas alusões aos casos sul-coreano e chinês, conforme o sentido clássico de Philippe Schmitter (1974), em referência a um sistema de representação de interesses compatível com os mais diversos regimes políticos e sistemas partidários onde os atores se organizam numa gama de entidades funcionalmente diferenciadas e ordenadas hierarquicamente de forma não-competitiva e singular, reconhecidas ou chanceladas (quando não criadas) pelo próprio Estado nacional com monopólio representativo dentro de suas respectivas categorias.

Corporation, por exemplo) para firmas do incipiente setor pesado. Forjavam, assim, elos sinérgicos entre os segmentos *upstream* e *downstream* nacionais; contribuindo ainda para arrefecer as importações neste último facilitando, de tal forma, a ISI secundária (AMSDEN, 1985; CHI, 1990; WADE, 1992; WU, 2004; RIGGER, 2011; PERKINS, 2013).[175]

Num sentido comparativo preliminar, a ilusão estatística do suposto declínio da importância (em função da diminuição do peso das SOEs vista nos dados empíricos) do Estado na economia de Taiwan guarda algum grau de paralelo – assim como diferenças, que pontuarei – com o ocorrido na China após três décadas de reformas e abertura, como demonstro no Capítulo 4 e também nas Considerações Finais.

O Guomindang permaneceu o tempo todo, não obstante, no comando dos escalões superiores das empresas de grande porte, sendo o Estado dominante em segmentos tais como: maquinários pesados, aço, construção naval, petróleo, bens sintéticos, fertilizantes, engenharia e também o de semicondutores (GOLD, 1986; WADE, 1992; MINNS, 2006).[176] Em adição:

> "[...] o setor estatal estendeu-se a toda uma gama de empresas que eram privadas pela lei, mas rigidamente controladas pelo Estado, enquanto escapavam às regras e controles da contabilidade pública: empresas do KMT, empresas total ou parcialmente pertencentes a entidades subsidiadas pelo Estado, subsidiárias de empresas públicas ou mesmo controladas por subsidiárias de empresas estatais." (MENGIN, 2015: p.48, tradução própria)

Destarte, o setor público permaneceu a espinha dorsal da FBKF, com grandes projetos voltados aos setores de infraestrutura, aço integrado, construção naval e petroquímica, carros-chefes da sofisticação e aprofundamento produtivo em Taiwan principalmente na década de 1970. Isto num momento onde a força de trabalho empregada no setor primário continuava a declinar enquanto a alocada nos setores industrial e de

---

[175] Segmentos *upstream* são aqueles compreendo atividades galvanizando materiais requeridos à confecção de um determinado produto, sendo geralmente processos produtivos responsáveis pela extração de matérias primas. Já os *downstream*, por vez, representam o processamento dos *inputs* ou materiais do setor upstream em bens finais mais próximos à demanda, seja ela governo, empresas ou consumidores individuais (QUAIN, 2019).
[176] Em tais setores, o Estado se fazia presente via inúmeras SOEs já citadas tais como a CPC, Taiwan Fertilizer Co., Tajwan/China State Shipbuilding Corporation, mas também através de outras empresas mais recentes, como é o caso da já mencionada **Chinese Steel Corporation** que foi inaugurada em 1971.

serviços aumentava, endossando assim a transformação estrutural completa da economia (AMSDEN, 1985; WADE, 1992; HUNG e TAO, 2019).[177]

E, mais uma vez inspirado pelas contribuições da ideologia nacionalista de Sun Yat Sen, com suas perspectivas críticas contra o capitalismo financeiro monopolista, como por exemplo através da defesa de um "capitalismo limitado" ("*Jiezhi ziben*") e do "desenvolvimento do capital do Estado restringindo o capital privado" ("*Fazhan guojia ziben, jiezhi siren ziben*") concentrou e controlou o setor bancário e de crédito sob domínio predominantemente público (AMDEN, 1985: p.92; RUBINSTEIN, 1999; MENGIN, 2015: p.38).[178] Tal última perspectiva, inclusive, foi corporificada na própria Constituição da RdC em seu *Artigo No.145* (WADE, 1992).[179]

Para além de governar/administrar diretamente o país e seus ativos produtivos, o próprio KMT enquanto legenda – e diversos de seus quadros, conforme já comentado em parte na Seção anterior – também adquiriu dezenas de empresas e se tornou financeiramente autossuficiente. Capaz de se autofinanciar e extremamente forte em termos organizacionais, independia de recursos econômicos privados para seu maquinário político-partidário vencer os pleitos locais ou se manter hegemônico (CHENG, 1990). É desta forma que se corrobora, portanto, o dito "Estado autônomo" destacado por Gold mais acima.

Visto esses elementos e tendências gerais denotadas, retorno à proposta analítica e ao recorte temporal proposto nesta Seção. **Entre o final dos anos 1950 e início dos 1960, após intensos debates internos entre suas lideranças, o governo de Chiang Kai-shek reorientou a economia política de Taiwan do foco sobre a reorganização do regime produtivo e sobre o processo substitutivo primário de importações para uma nova ênfase exportadora pautada em bens de consumo leves** (CALDWELL, 1976; GOLD, 1986; WADE, 1992; ADELMAN, 1999; RUBINSTEIN, 1999; TSAI, 1999; WANG, 1999;

---

[177] Em termos de valor agregado do PIB, a indústria taiwanesa ultrapassou a agricultura em 1959 (27,1% contra 26,35%); enquanto a participação do setor manufatureiro no emprego superaria a do setor agrícola um pouco depois, em 1973, com 33,7% do primeiro segmento ante 30,49% deste último (HUNG e TAO, 2019).

[178] Bancos estrangeiros, por exemplo, foram autorizados a operar na ilha somente a partir de 1969, com a vinda – aos poucos – de três instituições financeiras estadunidenses, uma do Japão, uma da Tailândia e uma das Filipinas (MENGIN, 2015: p.46).

[179] Conforme o artigo na íntegra: "Com respeito à riqueza privada e às empresas privadas, o Estado deve restringi-las por lei se forem consideradas prejudiciais ao desenvolvimento equilibrado da riqueza nacional e da subsistência das pessoas. As empresas cooperativas devem receber incentivo e assistência do Estado. As empresas produtivas e o comércio exterior dos cidadãos privados devem receber incentivo, orientação e proteção do Estado." (tradução própria). A Constituição de Taiwan, bem como as suas diversas versões revisadas, podem ser conferidas no seguinte link: https://english.president.gov.tw/Page/94.

RIGGER, 2011; MENGIN, 2015). Após uma amálgama de intervenções governamentais, pesado protecionismo tarifário, controle quantitativo de importações, controle de capitais e múltiplas taxas de câmbio, objetivando acúmulo de divisas para autossuficiência para além do encorajamento da produção doméstica de bens importados tais como têxteis, cimento e fertilizantes, agora outras engenharias institucionais e marcos legais eram imperativos para atingir os novos objetivos do KMT (ADELMAN, 1999; TSAI, 1999).

Assim como a reforma monetária (criando o NT$) e a agrária foram marcos importantes da política econômica que lançou as bases da ISI nos anos 1950, na virada da década Chiang lançou três reformas cruciais (TSAI, 1999): em *primeiro* lugar, a **reforma cambial**; em *segundo*, o **Programa de Reforma Econômica e Fiscal de 19 pontos**; e, por fim, o **Estatuto de Encorajamento ao Investimento** (**Statute of Encouragement of Investment** ou **SEI**) em 10 de setembro de 1960.

Com a *primeira*, adotada ao fim de 1957, o governo foi gradualmente abolindo as múltiplas taxas de câmbio até enfim sua unificação em 1963, sob um patamar desvalorizado (US$ 1 = 40 NT$) que perduraria relativamente incólume até o Acordo de Plaza em meados dos anos 1980. **Essa política de desvalorização do câmbio, possível graças ao controle rígido de capitais chancelado pelo sistema financeiro público/estatal, foi imprescindível para conferir competitividade externa aos produtos taiwaneses e dar um impulso inicial ao seu drive exportador; sendo uma reedição – em outro país – da estratégia cambial mercantilista do Japão e também apropriada na Coreia do Sul e China, como veremos** (RUBINSTEIN, 1999; TSAI, 1999; WANG, 1999; CHANG, 2006; PERKINS, 2013).

Tal reforma cambial foi executada em meio à transferência de funções burocráticas decisórias do Banco de Taiwan para uma nova instituição: o já citado BCC, formado em 1961, detendo um desenho organizacional análogo a um Banco Central moderno embora também tivesse prerrogativas altamente discricionárias na determinação das regras de alocação de crédito que deveriam ser seguidas pelos bancos comerciais (CALDWELL, 1976; WANG, 1999). Com relação a isto, duas observações são pertinentes: *1ª)* o BCC não era insulado, mas íntima e formalmente subordinado ao Ministério das Finanças, que concentrava a determinação das diretrizes gerais de toda a política macroeconômica; isto é,

fiscal, monetária e cambial.[180] E *2ª)* o BCC continuou a desempenhar, assim como o Banco de Taiwan antes dele, pelo *controle da política de juros – com taxas favoráveis às firmas exportadoras – e do volume de crédito operado pelas instituições bancárias comerciais* bem como pela determinação dos critérios de sua alocação preferencial, o papel de banco de fomento do país *de facto*, embora a ilha nunca tivesse tido um Banco de Desenvolvimento **de jure** (CALDWELL, 1976; PERKINS, 2013). **Trata-se de um ponto interessante diferenciando o caso taiwanês da Coreia do Sul e da China; e voltarei a ele nas considerações finais do presente estudo.**

Por essas continuidades, a despeito da nova instituição criada, *a estrutura de capital em Taiwan permaneceria incólume ao longo de quase todo o governo de Chiang Kai-shek*: no ano de 1975, 88,3% do total dos ativos financeiros ainda eram detidos pelos bancos comerciais públicos (e destes, 12,5% pertenciam ao Banco de Taiwan) e pelo Banco Central da China, com o restante nas mãos das – também já comentadas – pequenas e fragmentadas cooperativas de crédito, seguradoras e do sistema de poupança postal (CALDWELL, 1976: Tabela 2). Se amalgamando a tais dados, em 1979 os bancos privados ainda controlavam "somente" 4% dos depósitos bancários totais (MINNS, 2006).

Os monopólios e empresas estatais continuavam a ser as grandes beneficiárias de tal alocação de crédito, recebendo, nos anos 1950 e 1960, quase sete vezes o montante conferido ao crescentemente pujante setor privado, de orientação eminentemente exportadora, e que só contava com as cooperativas de crédito e com o desorganizado mercado monetário: ainda no ano de referência de 1975, 39% dos requerimentos financeiros das empresas públicas advinham de empréstimos líquidos do sistema financeiro formal (CALDWELL, 1976: p.736; MINNS, 2006). O contrário se observava nas empresas privadas ou SMEs, onde 82% dos requerimentos financeiros líquidos eram obtidos via empréstimos individuais em tal mercado paralelo, geralmente via tais cooperativas aludidas (MENGIN, 2015).

Destacada a reforma cambial, bem como as mudanças engendradas junto com ela no setor financeiro do país, a segunda grande medida promovida pelo governo Chiang no seio

[180] Embora Caldwell (1976: p.732) comente que, por muito tempo, ministros das finanças do governo do KMT assumiram posições no gabinete ou na própria chefia do BCC, contribuindo para um acúmulo de expertise nesta última instituição. São os casos, por exemplo, de: Chen Cheng, Yen Chia-kan (ministro das finanças entre 1950 e 1954 e depois entre 1958 e 1963; membro do conselho do BACEN entre 1960 e 1969) e Yu Kwo-hwa (ministro das finanças entre 1967 e 1969 e depois governador do banco central entre 1969 e 1984).

da nova estratégia foi o **Programa de Dezenove (19) Pontos para Reforma Econômica e Financeira**, lançado oficialmente em 8 de janeiro de 1960 (RIGGER, 2011; PERKINS, 2013; MENGIN, 2015). Tal programa foi elaborado num contexto político onde as deliberações da CUSA já apontavam para a moderação gradual da ajuda econômica americana (vista no Gráfico 3) com os próprios quadros estadunidenses ameaçando retirada de recursos caso os dirigentes taiwaneses não promovessem ao menos uma abertura seletiva da economia nacional, embora também tenham oferecido um pacote "generoso" de auxílio entre US$ 20 a 30 milhões para implementação de tal menu de medidas (JACOBY *apud* GOLD, 1986: p.77). Assim, o governo lançou um conjunto de medidas prevendo: liberalização seletiva de controles sobre comércio e indústria; promoção das exportações; criação de condições institucionais ainda mais favoráveis que permitissem ampliação de investimentos locais e estrangeiros; tarifas reduzidas para insumos importados; abatimentos tributários para produtos exportados; etc (GOLD, 1986; ADELMAN, 1999). **Tais reformas encontrariam edições análogas, embora (é claro) com outros contornos, contextos político-sociais e arcabouços institucionais, nas experiências de desenvolvimento de Coreia do Sul e China**.

A gradual diminuição da ajuda estadunidense, ampliando os receios dos governantes do KMT acerca da sobrevivência econômica nacional, acabou fazendo seus quadros no poder burocrático decisório apostarem pesado em tal estratégia. O já citado K. Y. Yin, por exemplo, convenceu Chen Cheng e o próprio presidente Chiang que tais reformas, obedecendo às vantagens comparativas detidas por Taiwan naquele momento, seriam exitosas em lograr divisas (de modo a continuar financiando o processo de desenvolvimento) uma vez sob o desenho institucional apropriado, i.e. do programa de 19 pontos. Ainda neste sentido, o também já mencionado e futuro ministro dos assuntos econômicos (1965-1969) Li Kwoh-Ting evocou a importância do *princípio de autoconfiança* ("*Self-reliance*" ou "*Tzu-li keng-sheng*" - 自力更生), denotando o imperativo da ilha se tornar independente de recursos estrangeiros e reafirmar sua soberania no campo produtivo.[181] Como sintetiza Gold:

[181] **Como veremos no Capítulo 4, a China durante o período maoísta também evocou de forma recorrente o princípio da auto-confiança enquanto retórica de mobilização política e social, mas no sentido de advogar a primazia do formato econômico socialista aos moldes soviéticos** (GOLD, 1986; RISKIN, 1987; MENGIN, 2015).

> Em outras palavras, o KMT percebia a condição de beneficiário de ajuda como dependência em um sentido pejorativo, enquanto via o estabelecimento de uma economia aberta, o que significava assumir a responsabilidade de encontrar o seu próprio caminho no mundo, de forma positiva (1986: p.77, tradução própria).

Por *terceiro* e último, o SEI buscava intensificar a atração de investimentos de investidores locais e internacionais para a construção industrial em Taiwan.[182] O fazia através de: isenções fiscais de 5 anos para empresas cumpridoras do estatuto; teto máximo de 18% de imposto sobre negócios; isenção de imposto comercial sobre maquinários; isenção de impostos sobre todas as matérias primas importadas por firmas manufatureiras exportadoras domésticas; e, por fim, a compra de terrenos por parte do governo para distribuição para empreendimentos públicos ou privados (STOLTENBERG e McCLURE, 1987; WANG, 1999).[183] *Tal estatuto também previa uma contrapartida primordial: as firmas interessadas de outros países só poderiam atuar na ilha ou vender para seu mercado interno se licenciassem suas tecnologias ou firmassem joint ventures com uma empresa taiwanesa que detivesse, mandatoriamente, ao menos 50% do empreendimento. Ademais, parcela considerável dos componentes utilizados na confecção dos produtos manufatureiros deveria advir de empresas locais* (GOLD, 1986; PIERCE, 1990; RUBINSTEIN, 1999).[184] Por fim, também facultava, aos investidores estrangeiros que não desejassem injetar muitos recursos no empreendimento conjunto, "capitalizarem" suas tecnologias ou *know-how*; embora só pudessem constituir entre 15-20% no máximo do montante total da inversão da *joint venture* de tal maneira (STOLTENBERG e McCLURE, 1987; PIERCE, 1990).[185]

Além de garantir uma reserva de mercado a produtores nacionais, esse arranjo institucional intensificou a transferência tecnológica do Japão e dos EUA para Taiwan;

---

[182] O estatuto, bem como emendas subsequentes, se encontra online no site oficial do governo: https://taiwantoday.tw/news.php?unit=4&post=7007.

[183] Válido frisar que o SEI, com uma duração inicial prevista de dez (10) anos, passaria por revisões, incorporações e medidas institucionais e regulatórias suplementares dezenas de vezes até a década de 1980, com constante mudança nos critérios definidores de empresas produtivas estratégias selecionadas para encorajamento especial (GOLD, 1986; PIERCE, 1990).

[184] O SEI, bem como o Estatuto para investimentos de 1954, detinha critérios vagos de seleção de empresas e nichos produtivos de predileção (para receber aprovações) justamente para conferir certa margem de flexibilidade ao atendimento das prioridades elencadas pelos PPas e pelo Yuan Executivo (PIERCE, 1990).

[185] Tal licenciamento e transferência tecnológica, contudo, não foi impeditivo para que Taiwan continuasse a registrar inúmeros casos de violação de patentes e propriedade intelectual; com o governo só se preocupando em reforçar uma legislação a respeito do tópico ao final dos anos 1980 (PIERCE, 1990: p.22).

que, embora participasse apenas da fase de montagem no início, rapidamente internalizou as demais etapas – mais intensivas em capital e tecnologias – do processo produtivo.[186] Dessa forma:

> Taiwan tornou-se assim um repositório de setores industriais não mais viáveis para os Estados Unidos ou para o Japão. Entrou, na emergente divisão internacional de trabalho, na extremidade inferior do ciclo de vida do produto. (GOLD, 1986: p.81, tradução própria)

Para complementar de forma subsidiária o SEI, por fim, o governo ainda criaria, em 1960, na esteira da preparação para a nova estratégia industrializante *export-led*, o **Industrial Development and Investment Center** (IDIC, ou "Centro para Investimentos e Desenvolvimento Industrial") como instituição-elo entre investidores estrangeiros e agências governamentais (CHANG, 1965; GOLD, 1986; STOLTENBERG e McCLURE, 1987).

O SEI revelaria sua relevância estratégica para o *catching-up* taiwanês ao longo das décadas, e não pode ser desconsiderado (STOLTENBERG e McCLURE, 1987; PIERCE, 1990)**. Rubinstein** (1999: p.370)**, por exemplo, assinala que o estatuto ajudou bastante a estruturar os alicerces do que seria, futuramente, o nicho de eletrônicos no país; facilitando a vinda, ainda nos anos 1960, do setor de transistores (precursores dos semicondutores modernos) para fabricação de rádios e televisores**.[187] **Tal ponto é corroborado pela vinda, graças em boa medida ao SEI, da General Instrument ao país inaugurando a primeira fábrica de montagem de semicondutores e circuitos integrados em solo nacional em 1964; e cujo sucesso faria com que mais 17 empresas (dentre elas Texas Instruments, RCA e Philips) do setor também viessem no ano seguinte** (GOLD, 1986; AMSDEN e CHU, 2003). Isto tudo, é claro, num cenário ainda incipiente de

---

[186] A maior parte das firmas investidoras estadunidenses na ilha era de grandes corporações transnacionais, que estabeleciam subsidiárias inteiras para cortar custos em sua produção destinada ao próprio mercado americano, com partes adquiridas localmente desde que cumprissem especificações requeridas. Embora grandes empresas japonesas também tenham se estabelecido em solo taiwanês, os investidores nipônicos compreendiam principalmente pequenas e médias cias que firmavam *joint ventures* ou acordos de licenciamento em troca do aproveitamento do mercado doméstico da ilha (GOLD, 1986).

[187] *Assim como destaquei com o estatuto para investimentos estrangeiros de 1955 na subseção anterior, neste novo, mesmo com as condições adicionais impostas pelo governo taiwanês, ainda assim as empresas estrangeiras encontraram rentabilidade nos investimentos na ilha em função da ainda persistente vantagem de custos laborais/salariais e reserva de mercado/demanda* (RUBINSTEIN, 1999). No que tange à indústria de televisores em particular, o SEI abriria margem para a vinda de empresas como a Sylvania-Philco (1966), Admiral (1967), Motorola (1969) e a Zenith em 1970 (AMSDEN e CHU, 2003; MENGIN, 2015).

fragmentação das cadeias produtivas destacada na Introdução desta Tese. Fragmentação esta que imprimiu na ilha, naquele momento, importância nevrálgica na disputa em voga por mercados e escalas produtivas entre EUA e Japão; e, com tal relevância, forneceu-lhe uma janela de oportunidades única para absorver tecnologias uma vez aproveitando sua condição de receptáculo de investimentos, num quadro sumarizado na seguinte citação:

> Produtos têxteis, plásticos e eletrônicos japoneses de baixos preços inundaram os mercados estadunidenses, fazendo com que os fabricantes americanos corressem ao exterior em busca de locais de produção com custos tão baixos que lhes permitissem competir com os japoneses no mercado americano. O novo ambiente de investimentos de Taiwan apresentava sua vantagem comparativa em mão de obra muito barata, abundante, disciplinada e instruída. **[...]** Grandes corporações japonesas começaram a investir em Taiwan para reduzir os custos trabalhistas e recuperar as participações de mercado dos EUA perdidas para os fabricantes americanos offshore. Taiwan, portanto, tornou-se vital para as estruturas de produção global de empresas de duas economias centrais distintas (GOLD, 1986: p.79, tradução própria).

Essas três reformas vinham coroar, através da criação dos ingredientes necessários à inserção exportadora, a primeira geração de capitalistas industriais do Pós-Guerra que emergiam na ilha ao final da década de 1950.[188] Embora o KMT e seus quadros dominassem, como antes frisado, a maior parte dos segmentos manufatureiros, a pressão estadunidense e de burocratas como K. Yin contribuiu também para medidas de incentivos em prol do setor privado, principalmente nos segmentos de têxteis de algodão ou moagem de farinha, por exemplo. Após gozarem, por quase uma década inteira, de um mercado interno onde a demanda ultrapassava largamente a oferta disponível e onde – via arcabouço institucional desenhado sob medida garantindo estruturas oligopolizadas – os riscos eram baixíssimos aos empreendimentos, agora as principais corporações de Taiwan começavam enfim a olhar para os mercados externos (GOLD, 1986).

Um exemplo interessante do *catching-up* e do êxito gradual de tal burguesia industrial privada nascente citada é o de Ting-sheng Lin e sua firma Tatung, que se tornaria uma gigante no segmento de eletrônicos de consumo e a maior empresa não-estatal taiwanesa na década de 1970. Nos anos imediatos após a chegada do KMT, aproveitou-se dos empréstimos

[188] Como diz Gold: "Coube ao Estado fomentar o surgimento de uma burguesia, a mesma situação que os oligarcas do Japão Meiji enfrentaram" (1986: p.70: tradução própria).

estadunidenses e *joint ventures* junto à japonesa Toshiba e à estadunidense Westinghouse para se dedicar à produção de bens de consumo duráveis, como ventiladores elétricos, motores, panelas e medidores watt-hora.[189] Entre os anos 1960 e 1970, na esteira dos incentivos e prioridades setoriais do 4º e do 5º PPa comentados mais adiante, a Tatung se aventurou em outros ramos como aço e maquinários – fabricando cabos, fios e os primeiros televisores coloridos nacionais. Já na década de 1970, por fim, aproveitando o redesenho de prioridades de PPas vindouros e também o amplo pacote infraestrutural lançado pelo governo comentado mais abaixo, adentrava nos ramos de construção (fazendo instalações para a estatal Chinese Steel), energia (a qual fornecia aos aeroportos nacionais) e eletrônicos (GOLD, 1986; CARR, 1991). Destaco também, por fim, que seu fundador Lin viria a se tornar tanto vereador da Assembleia Municipal da capital Taipei quanto membro do Comitê Permanente Central do KMT (GOLD, 1986). **A narrativa deste parágrafo é importante por elucidar algumas coisas: *1º)* o fato de o sistema financeiro taiwanês privilegiar majoritariamente SOEs vis-à-vis o setor privado não foi impeditivo, absolutamente, ao sucesso deste último; *2º)* que o Estado, através do cardápio de incentivos e medidas institucionais, era o condutor do mesmo para os distintos setores econômicos ao longo do tempo; e *3º)* uma das muitas conexões políticas ilustrativas da cooptação dos empresários locais pelo partido no início do regime da RdC na ilha** (MENGIN, 2015).

O **3º PPa** (1961-1964), incorporando prognósticos e perspectivas otimistas derivadas do Programa de 19 Pontos e do SEI, foi portanto o primeiro plano de desenvolvimento taiwanês elaborado e executado com o objetivo expresso de inserção externa exitosa nos mercados globais, principalmente via o setor têxtil que já era o mais pujante e onde suas vantagens comparativas iniciais estavam (CHANG, 1965; GOLD, 1986; RUBINSTEIN, 1999; TSAI, 1999; WANG, 1999).[190] Seu destaque estava na criação de novos segmentos manufatureiros e conversão de indústrias existentes para exportações. As enfatizadas eram: *plásticos*, *vidro*, *cimento*, e também indústrias pesadas como *aço*, *máquinas*, *construção naval*, *automóveis*, além de *gás natural e petróleo* (CHANG, 1965). Não obstante, também

---

[189] *Incluso, a parceria entre a Tatung e Toshiba, firmada em 1953, constituiu o primeiro acordo de licenciamento tecnológico de Taiwan, com suporte integral do CUSA* (WOLFE, 2013).

[190] Em 1960, o setor têxtil era responsável por 11,92% da produção manufatureira taiwanesa total, perdendo apenas para o setor de alimentos que, com 32,31%, era basicamente destinado ao consumo de subsistência (MIZOGUCHI, 2014).

denotava a necessidade de acelerar o crescimento da indústria pesada, apontada pelo próprio governo como chave para a industrialização exitosa conforme produzisse bens de capital, conferindo suporte a um padrão de crescimento mais estável no longo prazo (MINISTRY OF ECONOMICS AFFAIRS *apud* WADE, 1992: p.87). **Aqui é interessante apontar como, mesmo antes de turbulências geopolíticas, choques externos e contendas domésticas que Taiwan se defrontaria na década seguinte (1970), o governo de Chiang Kai-shek sempre teve em vista uma abordagem dinâmica – e não estática – das vantagens comparativas nacionais na direção da maior densidade de capital e tecnologias, se antecipando aos preços e flutuações de mercado e da economia global**.

O início da década de 1960 também marca o período onde o segmento manufatureiro viria a liderar enfim a mudança estrutural nacional, deslocando o rural enquanto *driver* do crescimento econômico com a setor secundário/industrial ultrapassando o primário em 1962 (27,18% contra 25,95%); embora os bens agrícolas ainda compusessem 58% das exportações em 1961 (CHANG, 1965; REPUBLIC OF CHINA, 2020).[191] Esta crescente industrialização gerou uma *clusterização* de atividades manufatureiras nos centros urbanos que foi bem aproveitada pelo governo. Exemplo disso é que, em 1965, Chiang promulga a primeira *zona de processamento de exportações* (ZPE) do país em Kaohsiung, no extremo meridional da ilha pela proximidade geográfica com Hong Kong, e onde as firmas operariam isentas de tributação e com simplificação de obrigações burocráticas, desde que – com raras exceções e somente com autorização governamental – exportassem todos os bens lá produzidos (PIERCE, 1990; RUBINSTEIN, 1999; WANG, 1999; RIGGER, 2011; PERKINS, 2013).[192]

O *timing* da adoção das três grandes reformas comentadas e da nova estratégia industrial voltada à inserção externa coincidiu com um (momentâneo) cenário favorável no comércio internacional e com o esfriamento relativo das tensões da Guerra Fria, facilitando o escoamento de suas exportações para os mercados americano e japonês principalmente (DAVIES, 1981; GOLD, 1986). As exportações taiwanesas cresceram a uma impressionante

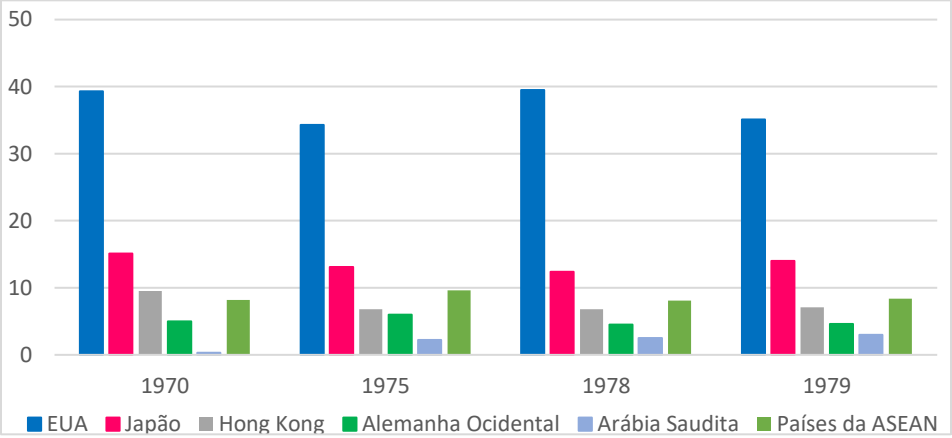
---

[191] Chang faz a importante observação que a ilha gozava da segunda maior taxa de crescimento do PIB no início dos anos 1960, atrás apenas do Japão (1965: p.154). Em 1964, por exemplo, o país cresceu estrondosos 15,15% (REPUBLIC OF CHINA, 2007).

[192] O projeto da ZPE foi concluído em dezembro de 1966. Da mesma forma que os planos de desenvolvimento, o arcabouço institucional da zona especial facilitava – via incentivos fiscais/tributários e logísticos – a concentração de investimentos estrangeiros diretos (IED) em poucos setores selecionados, principalmente eletrônicos, vestimentas e plásticos (GOLD, 1986).

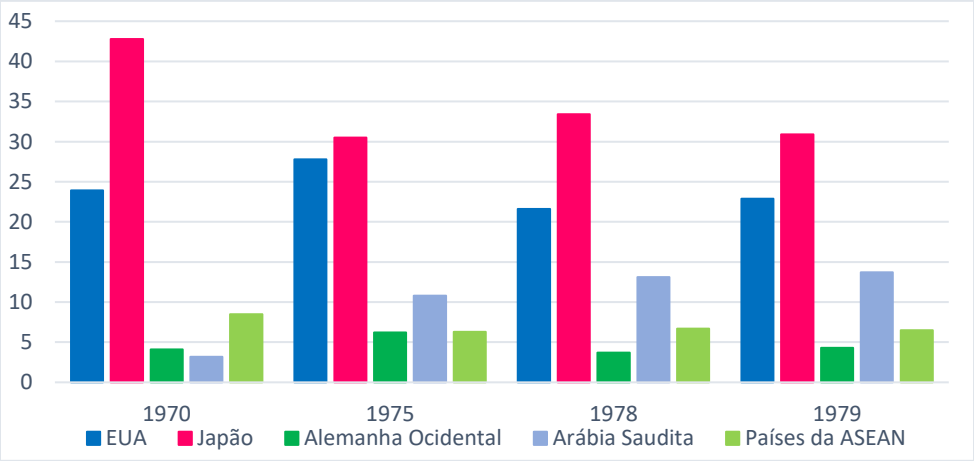
média anual de 26,5% a.a. na década de 1960 e de 29,3% na de 1970 (TSAI 1999; REPUBLIC OF CHINA, 2020). E, de forma concomitante, Taiwan também se tornou uma fonte atrativa para investimentos de fora, com destaque para os EUA, Japão e chineses expatriados, sediados principalmente em Hong Kong (CHANG, 1965; GOLD, 1986). A importância desses dois países e da (então) colônia britânica, além das inversões comentadas alguns parágrafos acima, também se replicaria no comércio exterior de Taiwan, sendo mercados consumidores essenciais à manutenção das exportações de manufaturados e também fontes de importação de bens de consumo, capital e tecnologias (GOLD, 1986). Os gráficos abaixo demonstram isto:

Gráfico 4 - Principais destinos das exportações de Taiwan (%)



Fonte: INDUSTRY OF FREE CHINA *apud* DAVIES, 1981.

Gráfico 5 - Principais destinos das importações de Taiwan (%)



Fonte: INDUSTRY OF FREE CHINA *apud* DAVIES, 1981.

Em 1963, antevendo o declínio relativo e eventual fim da ajuda americana, Chiang e os líderes políticos do KMT reorganizaram o CUSA no **Council for International Economic Cooperation and Development** (**CIECD**), que duraria até 1973.[193] O CIECD, assim como o CUSA embora agora com status oficial de superministério, elaboraria os PPas de desenvolvimento e também diretrizes para viabilizá-los junto ao **Ministério dos Assuntos Econômicos**, responsável pelas políticas institucionais e setoriais, e ao **Ministério das Finanças**, a cargo da política macroeconômica. Ambos, contudo, subordinados ao CIECD (WADE, 1992; WU, 2004).[194] *O conselho, assim, representou a definitiva nacionalização e momentânea centralização do poder econômico decisório por tal interregno; e, embora fosse recheado de tecnocratas e quadros com formação superior, sua composição se dava unicamente por indicações políticas sob prerrogativa do Yuan Executivo, no caso o Primeiro-Ministro* (GOLD, 1986). A importância adquirida pelo CIECD é atestada pelo próprio prestígio dos nomes indicados para comandá-lo: seu primeiro presidente foi Chen Cheng, que em tal posto permaneceu até sua morte. Depois, entre 1965 e 1967, foi chefiado por Yen Chia-kan, ex-ministro dos assuntos econômicos e das finanças nos anos 1950, Primeiro-Ministro e depois vice-presidente da RdC. Por fim, entre 1967 até sua extinção, sua presidência passou a ser ocupada por Chiang Ching-Kuo (GOLD, 1986; WADE, 1992).

O CIECD foi o órgão a elaborar o **4º PPa** (1965-1968), que inverteu definitivamente a proporção de apoio – institucional e orçamentário – conferido do setor leve (que despontava exitosamente em termos de sucesso exportador) para as indústrias pesadas, enfaticamente a intermediária petroquímica e a siderúrgica integrada em larga escala, objetivando o salto do "mero" processamento de manufaturados para a confecção final dos mesmos. *O diagnóstico por trás de tal câmbio era de que o desenvolvimento industrial de longo prazo deveria estar centrado em bens de exportação com maior elasticidade de renda e baixos custos de transporte, só podendo ser obtidos via especialização e complementaridade*. Mas não somente setores químicos e pesados foram selecionados. O plano também foi meticuloso o bastante para designar produtos específicos de modo a fecundar, no país, os setores de

[193] A participação de quadros estadunidenses no CIECD era bem inferior e basicamente restrita à qualidade de "*advisors*"/conselheiros (WADE, 1992).

[194] A despeito de tal subordinação hierárquica formal, Minns (2006: p.224) destaca que a relação do CIECD com os ministérios era mais cooperativa e de coordenação do que propriamente de ingerência e comando unilateral cima-baixo, como será o caso do EPB na Coreia do Sul visto no próximo capítulo.

maquinários elétricos e eletrônicos, através de fábricas e linhas de montagem de rádios transistores, componentes eletrônicos e relógios (WADE, 1992).

Porém, antes de me debruçar sobre tal imersão incipiente de Taiwan na manufatura pesada, destaco que, *no novo padrão de industrialização capitaneado pelas exportações e segmentos leves, a abundante oferta de MDO e consequente força de trabalho barata constituíram os mais importantes diferenciais para a competividade externa do país, pelo menos dos anos 1960 até meados da década de 1970* (DAVIES, 1981).[195] **Este fenômeno de aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas (embora numa perspectiva dinâmica, e não estática, como já destaquei) também seria observado na Coreia do Sul e na China, e será novamente analisado – ainda que não de forma mais aprofundada por questões de escopo – na seção comparativa da Conclusão deste estudo**. **Cabe destacar novamente, entretanto, que o grosso de tais exportações se dava pelas mãos de empresas taiwanesas de pequena escala** (PERKINS, 2013; MENGIN, 2015).

O governo continuou alocando fundos e investimentos em atividades preferenciais, graças ao controle monopolista sobre bancos e finanças, participação direta em metade de todas as inversões domésticas e controle da produção industrial. **Aqui também se nota, fazendo coro ao termo empregado por Johnson em alusão ao caso japonês, uma forte orientação administrativa no que tange ao processo econômico decisório, apoiada por avaliações do mercado internacional bem como pelo controle social e político rígido domesticamente, ajudando o governo na implementação de suas medidas de desenvolvimento** (DAVIES, 1981; WADE, 1992).

Já quando passamos à análise da década de 1970, seus exitosos números mascaram um período onde tanto Chiang Kai-shek quanto Chiang Ching-kuo começaram a se defrontar com vários problemas domésticos e também preocupações com os obstáculos impostos de fora pelo cenário geopolítico mais hostil para Taiwan. O primeiro "problema" surgiu antes mesmo do começo de tal década, em dezembro de 1969, quando Chiang Kai-shek se viu obrigado a convocar eleições a nível nacional pela primeira vez, em vista que muitos representantes parlamentares e delegados nos distintos poderes haviam falecido. Destarte, após duas décadas na ilha, foram realizadas eleições suplementares para ocupar os cada vez

[195] As exportações taiwanesas cresceram a uma média anual de colossais 23,5% nos anos 1960, ilustrando bem a magnitude do sucesso e crescente integração externa da ilha nos mercados globais neste primeiro momento (PERKINS, 2013).

mais vagos postos na Assembleia Nacional, no Yuan Legislativo e no Yuan de Controle (GOLD, 1986; WANG, 1999). *Após o mesmo (pleito de 1969) e até a abertura do regime político no final da década de 1980, o governo taiwanês voltaria a realizar eleições suplementares para a Assembleia Nacional a cada seis anos e para o Yuan Legislativo a cada três* (RINZA, 1991; RIGGER, 2011).[196] **Tais eleições foram relevantes por contribuírem, enfim, à maior incorporação de taiwaneses nativos à esfera política decisória do país mitigando parte da contestação (embora não toda) destes ao regime; embora, ainda assim, tenham sido insuficientes para ameaçar – ao menos em tal momento – a hegemonia dos quadros do KMT advindos do continente ou do próprio Chiang, que, após ser reconduzido à presidência, indicou o próprio filho Ching-Kuo como Primeiro-Ministro em 1972**.[197] Ao mesmo tempo, tais eleições também simbolizaram, ao menos implicitamente, a aceitação de que a RdC jamais retornaria à China (GOLD, 1986; RIGGER, 2011).

A década também consolidaria – de igual forma e cronologia parecida com a do caso sul-coreano, como veremos – o câmbio definitivo na estrutura produtiva com mais políticas debruçadas sobre o fomento às indústrias pesadas como aço, naval e petroquímicos. Ao contrário da Coreia do Sul, não obstante, o governo de Chiang não poderia contar com grandes firmas ou conglomerados consolidados, o que ampliaria as dificuldades e desafios encontrados em termos de obtenção de economias de escala (PERKINS, 2013). Ironicamente, tal adversidade foi consequência direta das próprias escolhas do KMT; cerceando ou submetendo o empresariado nacional a uma configuração de dependência política (compelindo-os a apoiarem o regime e se imbricarem no Partido Nacionalista) e econômica (pelo controle governamental do setor financeiro e indústrias *upstream*) em escala bem superior vis-à-vis Japão e Coreia (CHENG, 1990).[198]

---

[196] **As eleições suplementares para a Assembleia Nacional foram realizadas em 1972** (53 assentos)**, 1980** (76 assentos) **e 1986** (84 assentos)**; enquanto as para o Yuan Legislativo se deram em 1972** (51 assentos)**, 1975** (52 assentos)**, 1980** (98 assentos)**, 1983** (98 assentos)**, 1986** (100 assentos) **e enfim em 1989** (130 assentos). A participação do povo taiwanês no processo de sufrágio foi crescente ao longo das décadas: se, em 1969, apenas 13% da população (ou 54,7% dos eleitores registrados) votaram, em 1986 tal cifra se elevou para 39,8% ou 65,4% dos eleitores aptos (RINZA, 1991).

[197] Antes disto, Chiang Ching-kuo era Vice-Primeiro-Ministro, também indicado pelo próprio pai quando das eleições suplementares de 1969.

[198] Como Mengin (2015: p.58, tradução própria) bem sintetiza: "Embora estivessem associadas ao KMT, as empresas viam seu desenvolvimento ser prejudicado tão logo passassem a se transformar em grandes grupos, uma vez que a legislação impedia qualquer integração industrial ao impor limites consideráveis às atividades

Prosseguindo, **se, ainda nos anos 1960, os PPas já refletiam o desejo de Chiang e dos policymakers taiwaneses de sofisticarem a estrutura produtiva nacional e adensarem de capital e tecnologia a indústria doméstica de modo a não dependerem unicamente das vantagens comparativas em bens intensivos em trabalho, as instabilidades geopolíticas da década de 1970 desde seu início tornaram tal câmbio inevitável e lhe imprimiram contornos dramáticos**. A *primeira* dessas instabilidades foi o anúncio da Doutrina Guam pelo presidente Richard Nixon ainda em julho de 1969, significando a gradual diminuição do envolvimento militar dos EUA em tal quadra da Ásia, reduzindo suas tropas e relegando a países como Taiwan e Coreia do Sul a responsabilidade pelos próprios esforços de defesa nacional (PERKINS, 2013). Somado a isto, a *segunda* instabilidade foi o grande revés sofrido pela política externa taiwanesa com a perda de seu reconhecimento e assento – enquanto representante da China – no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) em 25 de outubro de 1971, fazendo a ilha não só ceder seu posto à RPC como ser excluída de todas as agências e instituições multilaterais a ela ligadas (MINNS, 2006; PERKINS, 2013; MENGIN, 2015).[199] A *terceira* e última instabilidade geopolítica, por fim, foi o 1º choque do petróleo de 1973 e o aumento de preços/custos por ele provocado, para além do desordenamento sistêmico subsequente como por exemplo a intensificação do protecionismo no comércio global (GOLD, 1986).

Portanto, diante das graves situações que a (agora isolada) RdC se defrontava, a resposta do governo do KMT foi a ênfase sobre a infraestrutura bem como a renovação da aposta no papel discricionário – e também empreendedor – do Estado na condução do processo de desenvolvimento econômico (GOLD, 1986; ADELMAN, 1999; TSAI, 1999).[200] Ainda em 1973, nesse sentido, o governo inaugura o **Industrial Technology Research Institute** ("***Instituto de Pesquisa de Tecnologia Industrial***" ou, como citado a partir daqui,

---

de reinvestimento. Em comparação com suas contrapartes japonesas e sul-coreanas, os grupos taiwaneses permaneceram muito menores em tamanho e menos integrados verticalmente".

[199] A resolução que culminou na expulsão de Taiwan/Taipei e admissão da RPC/Beijing no Conselho de Segurança foi de autoria da delegação da Albânia. Desde então, com particular ênfase após a sinalização de Nixon e do então Secretário de Estado Henry Kissinger de que os EUA normalizariam gradualmente as relações com a China com o Comunicado de Shanghai em 1972, os demais países iriam gradualmente retirando suas missões diplomáticas de Taipei e deixando de reconhecer a soberania da RdC. Entre 1971 e 1979, por exemplo, 39 Estados nacionais assim o fazem, sendo a Grê-Bretanha e o Japão os dois primeiros (MENGIN, 2015).

[200] Na visão de Tsai (1999: p.77), esse aprofundamento do dirigismo do Estado taiwanês se atribuiria às próprias concepções ideológicas de Chiang Ching-kuo, treinado na URSS e defensor da sistema de planejamento soviético; e onde, desde 1969, imprimia sua inclinação interventora quando na liderança do CIECD.

ITRI), instituição pioneira na formação de incubadoras e projetos para o país adentrar no segmento de eletrônicos e internalizar tecnologias e processos produtivos próximos à fronteira industrial; sendo um ator relevante principalmente na década seguinte (TSAI, 1999; FULLER, 2002; WU, 2004; RIGGER, 2011; MENGIN, 2015).[201] Em seguida, por iniciativa do então Primeiro-Ministro Ching-kuo, lança os igualmente cruciais **Ten Major Development Projects** ("***Dez grandes projetos de desenvolvimento***" ou ***Shí dà jianshe*** – **十大建設**) com US$ 8 bilhões a serem executados entre 1975 e 1979, anos que sucederiam o governo de Chiang Kai-shek, falecido em 5 de abril do referido ano de início, e cuja maior parte do capital empenhado estaria incluso no **7ª PPa**, de 1976 a 1981 (DAVIES, 1981; GOLD, 1986; ADELMAN, 1999; RUBINSTEIN, 1999; TSAI, 1999; PERKINS, 2013; MENGIN, 2015).[202]

Ao mesmo tempo, os projetos constituíram, proporcionalmente, o maior esforço de investimentos visando a integração logística e infraestrutural de Taiwan, correspondendo a 17,71% do PIB nominal do país em 1979, embora se encontrassem diluídos nos exercícios fiscais dos anos anteriores.[203] **Outro elemento importante dessa iniciativa foi o começo de esforços de investimentos em fontes alternativas de energia – nuclear, no caso – para ampliar a eficiência taiwanesa no sentido de menos dependência de petróleo, esforços estes que teriam continuidade pela década seguinte**.

Ironicamente, a despeito da intensificação da assertividade governamental em tal conturbada década, Chiang promoveria, de forma deliberada e num sentido contraintuitivo,

---

[201] **O papel do ITRI na trajetória taiwanesa de inserção no paradigma tecnológico da 3ª Revolução Industrial será visto com mais detalhe na próxima Seção**.

[202] **Tais Dez Projetos, antes mesmo do lançamento oficial pelo governo, haviam sido anunciados por Ching-kuo na 4ª Seção Plenária do 10º Congresso do KMT, corroborando o ponto antes aludido de que em Taiwan o Partido – assim como o PCCh na China – antecipava as grandes transformações engendradas pelo Estado** (MENGIN, 2015). **Os projetos consistiam nas seguintes iniciativas**: *1ª) A construção do Aeroporto Internacional Chiang Kai-shek em Taoyuan*; *2ª) a construção de uma planta nuclear em Jinshan*; *3ª) a ampliação de capacidade do Porto de Su'ao na cidade de nome análogo*; *4ª) a construção do Porto de Taishung, o segundo maior do país*; *5ª) a construção da Rodovia Sun Yat-sen, ligando Taiwan do extremo norte ao extremo sul entre a capital Taipei e Kaohsiung*; *6ª) eletrificação de diversas ferrovias nacionais*; *7ª) um pacote de investimentos para expansão das capacidades produtivas da China Steel Corporation (CSC)*; *8ª) mais investimentos para o setor naval via China Shipbuilding Corporatiom (CSBC), fortalecida com a fusão junto à Taiwan Shipbuilding Corporation (TSBC), empresa esta fundada em 1948 a partir da apropriação de instalações e docas antes estabelecidas pela Mitsubishi durante o período de ocupação japonesa* ; *9ª) inversões nas indústrias petroquímicas*; e, por fim, *10º) a construção da Ferrovia Elo Norte ligando parte da costa leste taiwanesa* (DAVIES, 1981: Anexo 1; CARR, 1991; OECD, 2009; CHINA SHIPBUILDING CORPORATION, 2020).

[203] Em 1979, o PIB nominal taiwanês equivalia a US$ 33,87 bilhões (REPUBLIC OF CHINA, 2020)

uma fragmentação relativa das capacidades estatais. Ainda em 1973, após o choque do petróleo, o CIECD seria desmontado e suas atribuições distribuídas entre distintos ministérios e o recém criado **Conselho de Planejamento Econômico** ("**Economic Planning Council**"), pouco institucionalizado, sem status ministerial e com caráter mais informal (GOLD, 1986; WADE, 1992). A principal instância governamental fortalecida por tal desmonte foi o Ministério dos Assuntos Econômicos, que acumulou funções e prerrogativas de planejamento setorial através do **Industrial Development Bureau** ou **IDB**, substituto de maior peso da antiga IDC e criado encampado sob tal pasta (WADE, 1992). Wu (2004: p.95) atribui esse desmonte ou "*downgrade*" momentâneo a uma decisão pessoal de Ching-kuo tanto em razão de diferenças nas preferências com relação aos quadros burocratas do CIECD quanto com receios de o órgão acumular demasiado poder decisório, redistribuindo-o assim para os ministérios de modo que pudesse manejar pessoalmente, ainda mais num cenário onde seu pai se encontrava com idade avançada.

A nova orientação industrializante a partir dos anos 1970 focava definitivamente na consolidação do *shift* para a indústria pesada intensiva em capital e em investimentos massivos em infraestrutura e outros setores mais refinados, como químicos e petroquímicos, por exemplo (CALDWELL, 1976).[204] A crescente "escassez" de MDO na virada da década, com perda de competitividade externa pela via das baixas remunerações laborais, contribuía para o consenso dos burocratas econômicos em torno de tal objetivo. Esta escassez se atribuía tanto à maior remuneração dos camponeses quanto à saturação da absorção da força de trabalho do campo pelos centros urbanos e pela indústria (GOLD, 1986; MOORE, 1988; WADE, 1992; HUNG e TAO, 2019). **Era, nitidamente, o ponto de viragem Lewisiano taiwanês**.[205]

---

[204] Concomitantemente a tal *shift*, a própria agricultura taiwanesa se diversificava crescentemente e também se tornava mais intensiva em capital (pela introdução de maquinários modernos e a cadeia de fertilizantes e demais adubos químicos), integrando-se cada vez mais à economia não-agrícola (MOORE, 1988).

[205] Hung e Tao (2019), num competente estudo onde operacionalizam estatisticamente os dados da economia taiwanesa à luz de uma revisão da literatura acerca do ponto de viragem de Lewis, acreditam que a ilha tenha atingido tal ponto de inflexão entre 1970 e 1973 aproximadamente; e que o período mais intenso de absorção do excedente laboral da agricultura pela indústria tenha se exaurido por volta de 1974 ou 1975. *Os dados corroboram tal assertiva: entre 1970 e 1975, a média de crescimento dos salários reais no setor manufatureiro é de 4,85%; enquanto que, entre 1976 e 1981, chega a 8,39%, quase o dobro. De igual forma, o crescimento dos salários reais na agricultura segue tal ritmo e cresce num ritmo bastante superior na década de 1970 vis-à-vis a de 1960* (HUNG e TAO, 2019: Tabela 4).

Em suma, tanto nesta nova fase da estratégia industrial quanto na anterior, o Estado permaneceu tendo papel demiurgo pela alta presença de empresas públicas; que, ainda que de forma inadvertida, compeliram a iniciativa privada a direcionar seus investimentos para outras e novas áreas via altíssimas barreiras de entrada ou por sua influência em indústrias *downstream* via políticas de preços, principalmente em petroquímicos e siderurgia (WU, 2004). Também é digno de nota que, com a sofisticação da estrutura produtiva e a maior inserção em mercados, Taiwan conseguiu aos poucos uma situação mais sólida do BP e reduzir a dependência do capital externo para financiar seu processo de desenvolvimento: os empréstimos líquidos e transferências do exterior caíram de 42,4% no interregno 1951-1954 para 8,2% em 1965-1969. Nos anos 1980, o saldo já era positivo, com Taiwan se tornando uma economia exportadora líquida de capitais (CALDWELL, 1976; STALLINGS, 1990).

Outro aspecto da transformação socioeconômica taiwanesa, cuja descrição é aqui imperativa e que será enfim trabalhada na próxima seção, diz respeito à estrutura de classes sociais na ilha após a formação da nova sociedade industrial sob Chiang Kai-shek. Conforme Gates (1979), ao final da década de 1970 a estratificação social em Taiwan era fortemente marcada por diversos critérios de distinção, dentre os quais se destaca com maior relevância a *etnicidade*. *Esta se dava pela percepção popular comum de identificação dos chineses advindos do continente com os quadros do KMT e do governo de forma geral, em contraposição a uma posição – a princípio – inferiorizada dos taiwaneses nativos, a despeito de toda a retórica de unidade nacional propalada por Chiang*. A *burguesia* ou classe empresarial doméstica era composta tanto pelos proprietários do capital industrial privado, em sua maioria de origem taiwanesa nativa, quanto por parcela considerável do alto e médio oficialato do governo incrustrado nas empresas públicas que eram monopólios do governo, com origem na China continental geralmente. Como Gates sintetiza:

> "Esses dois grupos, embora conceitualmente distinguíveis, se sobrepõem em grande medida. Muitos oficiais de alto escalão são abastados empresários privadamente bem como controladores de empresas estatais, enquanto os maiores capitalistas privados normalmente mantêm boas conexões com altos funcionários do governo enquanto necessidade para o sucesso contínuo de seus negócios." (1979: p.390; tradução própria).

Mas é a *pequena burguesia*, consistindo em aproximadamente 15% da população, que constitui uma das mais críticas categorias analíticas à compreensão da estrutura social e econômica de Taiwan (GATES, 1979; MOORE, 1988). *Ela representa um caso curioso por incluir boa parte dos proprietários agrícolas (camponeses), visto que a reforma agrária – tratada na Seção prévia – eliminou os grandes latifundiários enquanto classe política. Estes pequenos proprietários, portanto, também adentrariam em atividades manufatureiras (com a agricultura se tornando fonte secundária de renda familiar), fazendo com que a estrutura de emprego dos setores primário e secundário fosse bem mais mesclada no caso taiwanês; e tornando os contornos exatos do êxodo rural um pouco mais nebulosos no país* (MOORE, 1988). **Isto contribuiria para a estrutura industrial extremamente descentralizada no setor privado e também comparativamente à Coreia do Sul, por exemplo** (CHENG, 1990). O pequeno empresariado taiwanês também era composto por comerciantes e artesãos, em estabelecimentos comumente alojados nas próprias residências dos proprietários e dependentes em grande medida da força de trabalho de cunho familiar (RUBINSTEIN, 1999). Esta pequena burguesia também comporia, em boa medida, a classe média taiwanesa; que, por sua vez, também compreendia inúmeros quadros burocráticos do governo central "representativo de toda a China", bem como dos provinciais e locais, para além dos operários do setor industrial moderno e do exército (GATES, 1979; RUBINSTEIN, 1999).[206]

Os custos de reprodução da força de trabalho na indústria, por muito tempo elevados durante a década de 1960 e início da de 1970 onde o país ainda detinha baixas condições salariais, eram distribuídos em largas famílias mutuamente solidárias em termos econômicos. Esta tendência gerou o que Gates (1979: p.402-3) alcunhou de "hipertrofia do familismo", com uma classe operária marcada por uma estrutura de modo de produção eminentemente tradicional e familiar.

A despeito de tal estrutura aos poucos cristalizada e brevemente descrita nos parágrafos acima, ainda assim o desenvolvimento socioeconômico taiwanês foi suficiente para gerar uma classe média mais ativista, condensando maiores pressões societais sobre o regime político do KMT para se reestruturar (RUBINSTEIN, 1999). **Essas pressões, contudo, não foram intensas como no caso da Coreia do Sul que examinaremos em**

[206] Outro fato interessante do operariado industrial taiwanês destacado por Gates é sua estrutura etária: segundo o autor, 56% da força de trabalho manufatureira tinha entre 15 e 24 anos em 1973. (1979: p.395).

breve no Capítulo 3, e se davam em torno – como já aludido – da questão étnica. Avaliando as condições da economia política taiwanesa na quadra histórica da morte de Chiang Kai-shek, o país colhia os frutos de uma exitosa inserção exportadora que havia permitido o desenvolvimento de um gigantesco e descentralizado setor privado de SMEs que, pouco tempo depois nos anos 1980, já era responsável por 85% da produção industrial e 70% das exportações de bens manufaturados (MENGIN, 2015).[207] Agora, passo à última Seção (2.3) deste Capítulo 2, onde debato a evolução da economia taiwanesa após a morte de Chiang pai diante de um cenário geopolítico bastante conturbado e também crescentes protestos pela abertura e flexibilização do regime político; com suas consequências em meio às tentativas de Chiang filho (Ching-Kuo) de reorientar a estratégia industrial nacional com novas prioridades e instituições de modo a colocar a ilha na rota do estado da arte da tecnologia global naquele momento.

2.3. O Governo de Chiang Ching-kuo e o salto industrial "final" de Taiwan: o segmento de eletrônicos e imersão nas cadeias globais diante dos desafios domésticos e externos

Chiang Ching-kuo assume oficialmente a presidência de Taiwan em maio de 1978 após ser indicado pela Assembleia Nacional, posto para o qual seria reeleito em 1984. Antes disso, como vimos na Seção 2.1, já era uma figura política detentora de consideráveis recursos institucionais, tendo acumulado poder ao longo das décadas; sendo um sucessor "natural" do pai não apenas pelo nome, mas pela importância adquirida junto ao alto escalão governamental e partidário, aos veteranos nacionalistas e também pela própria falta de contestação (WU, 2004; MINNS, 2006). Sua nomeação pelo pai como Primeiro-Ministro, cargo que ocupou entre 1972 e 1978, foi também uma fórmula encontrada por Chiang Kai-shek de mitigar eventuais pólos políticos alternativos de poder numa década tão conturbada. Todos os postos que acumulou, somados também ao cargo máximo de presidente do KMT que alcançou em abril de 1975 e que ocuparia até sua morte, portanto, lhe permitiram desenvolver uma relação longeva de acompanhamento tanto com quadros antigos do partido quanto com muitos membros jovens nacionalistas; assim como Kai-shek havia feito antes na Academia Militar de Whampoa (DICKSON, 1993; RIGGER, 2011).

---

[207] Perkins (2013: p.87) estima que, em 1981, Taiwan contava com mais de 90 mil firmas manufatureiras de pequena escala.

Ching-kuo assume em meio a uma importante recentralização institucional do poder decisório, com a criação do **Conselho para o Planejamento e Desenvolvimento Econômico** (**Council for Economic Planning and Development** ou **CEPD**) em 1978 mas cujo projeto de criação advinha desde o ano anterior (WADE, 1992; WU, 2004).[208] O CEPD, presidido entre o ano de sua criação até 1984 pelo então presidente do Banco Central Yu Kwo-hwa (acumulando ambas as funções, e que depois se tornou Primeiro-Ministro), tinha um enquadramento formal como órgão conselheiro do Yuan Executivo e também passava a deter responsabilidade pelos planos plurianuais. Para além disto, detinha prerrogativa de aprovação ou reprovação dos projetos públicos de larga escala. Levando em conta os grandes pacotes de inversões governamentais lançados nos anos 1970 e 1980, somado ao peso das empresas estatais na economia taiwanesa, a importância assumida pelo novo conselho não era nada trivial (WADE, 1992). Ao mesmo tempo, contudo, parte do planejamento setorial com relação ao setor privado continuava sob a égide do IDB, ocasionando alguns atritos inter-burocráticos com o CEPD em casos onde ambos advogavam políticas contraditórias entre si (WU, 2004: p.96); e parte sob o Ministério de Ciência e Tecnologia, o que se mostrou decisivo tal como veremos ainda neste capítulo.

De qualquer forma, o novo conselho (CEPD) assinalaria, para além da recentralização relativa aludida, o fim de uma odisseia tortuosa – e, como mencionei na Seção 2.1, permeada de descontinuidades – de criação e desmonte de organismos de planejamento econômico prévios. Na interpretação de Wu (2004: p.99), todas essas mudanças podem ser imputadas às inúmeras ingerências diretas das figuras pessoais de Chiang Kai-shek e Ching-kuo, bem como (no início) Chen Cheng; que por vezes se mostraram atores acima do próprio KMT. Assim, mesmo quadros importantes pertencentes a estes órgãos do aparato governamental como Yin Zhongrong (Ministro dos Assuntos Econômicos entre 1954-5; e que não era do Partido Nacionalista) dependiam fulcralmente do suporte dessas lideranças para avançarem pontos e agendas respectivas. **Isto, de um lado, complexifica a narrativa do EDLA que salienta tais burocracias como instituições monolíticas e coerentes; e, de outro, mostra a inevitável penetração das mesmas pela política** (WU, 2004; MYERS e LIN, 2007).

---

[208] Sua institucionalização definitiva, contudo, só foi concretizada em 1985 (WU, 2004). **Em 2014, o CEPD foi dissolvido definitivamente**.

O governo de Ching-kuo teve de lidar, de imediato, com novos desafios econômicos que se colocavam, de ordem estrutural endógena e exógena. *Em meados da década de 1970, os maiores custos salariais e energéticos em função do 1º choque de petróleo começavam a mitigar parte das vantagens internacionais comparativas prévias do país; ao passo que Taiwan também se deparava com o recrudescimento de barreiras protecionistas das nações desenvolvidas, principalmente com relação a bens intensivos em trabalho provenientes do Sudeste da Ásia* (DAVIES, 1981; RIGGER, 2011; MENGIN, 2015). **Dessa forma, o diagnóstico do KMT e do governo foi de que era inadiável aprofundar a diversificação da matriz industrial e energética, desenvolvendo setores mais densos tecnologicamente**.

É na esteira de tal objetivo que havia sido elaborado, com Ching-kuo ainda Primeiro-Ministro, o **Taiwan's Six Year Development Plan** ("***Plano de Desenvolvimento de Seis Anos de Taiwan***") ou **7º PPa** (1976-1981), com duração maior e metas mais longas e ambiciosas de mudança estrutural. O governo ampliou a participação pública na economia com o fomento ao setor manufatureiro via um novo e ambicioso programa infraestrutural no valor de US$ 6 bilhões, no bojo dos **Twelve New Major Development Projects** (ou "***Doze grandes novos projetos de desenvolvimento***", 1979-1985), **sendo estes uma continuação (ou finalização de parte) dos dez projetos mencionados na Seção passada e também elo de ligação entre o PPa anterior e o seguinte**.[209]

O Estado taiwanês também ergueu novas empresas públicas (China Petrochemical Development Corporation e Chung-tai Chemicals) para produzirem, junto às já existentes CPC e a China Steel Corporation criada em 1971, uma variedade de bens intensivos em capital em larga escala. Embora alguns fossem bens finais, como nos setores naval, metalúrgico e fertilizantes, a maior parte era de intermediários tais como aço, petroquímicos e de refino de petróleo (WADE, 1992; ADELMAN, 1999; PERKINS, 2013). Tais indústrias

---

[209] **Esses Doze Projetos eram os seguintes**: *1º) A revitalização e expansão do distrito de Nangang, ao sudeste da capital Taipei*; *2º) a revitalização e expansão do distrito de Linkou, também na capital só que à oeste*; *3º) a construção da planta nuclear de Keelung*; *4º) a construção da Nova Cidade do Porto de Taichung*; *5º) a expansão da capacidade portuária da própria Taichung*; *6º) a construção da Rodovia Transversal, imbricando a costa leste e oeste da ilha, equacionando um importante gargalo logístico*; *7º) a construção da Nova Cidade do Lago de Chengcing*; *8º) a construção de rodovia expressa ligando Kaohsiung a Pingtung ao sul de Taiwan*; *9º) a construção de um moinho de aço integrado na cidade de Tapingting ao norte de Kaohsiung, objetivando absorver o fluxo de imigrantes e trabalhadores para as zonas industriais desta última e também da zona petroquímica de Linyuan*; *10º) a construção da Ferrovia Sul ligando Taitung a Pingtung*; *11º) a construção da Rodovia Pingtung-Oluampi*; e, por fim, *12º) a construção da planta nuclear de Maanshan ao sul do país* (DAVIES, 1981: Anexo 1; TSAI, 1999; TAIWAN TODAY, 2020).

se encontravam não só orientadas às exportações e fortalecimento do setor de defesa diante do cambiante cenário geopolítico falado na Seção anterior, e que esmiúço um pouco mais aqui; como também entrelaçadas aos mercados locais induzindo ainda mais encadeamentos com algumas empresas do setor privado, dentre as quais a já aludida Tatung e também a Formosa Plastics (DAVIES, 1981; MINNS e TIERNEY, 2003; RIGGER, 2011).[210]

Em meio a tal década e também durante a execução de tais projetos, o governo fez reformulações moderadas em seu sistema financeiro. Em 4 de julho de 1975, sendo elaborado desde pouco antes do falecimento de Chiang Kai-shek, o *New Banking Act* (ou 5ª emenda ao *Banking Act*) da RdC flexibilizou os critérios de empréstimos aos bancos (estendendo os prazos de vencimento destes de um média de 6 meses para 1 ano) e suas taxas de juros, tornando o crédito mais acessível à estrutura de custo das instituições financeiras (CALDWELL, 1976). **A despeito disto, não houve qualquer liberalização financeira significativa e tanto o mercado de capitais quanto de títulos permaneceram pouco desenvolvidos; e o incipiente mercado acionário era extremamente concentrado, com predominância das estatais controladas pelo KMT**.

Tal estratégia industrializante continuou a dar frutos pelo restante dos anos 1970: as indústrias intensivas em capital (K) cresceram a taxas anuais de quase 30%; aumentaram sua participação na produção manufatureira de 42% para 50% entre 1976 e 1979, e suas exportações alcançaram 37% do total em 1979. Após o 2º choque do petróleo, contudo, o governo foi obrigado a revisar suas metas e elaborar um novo plano de desenvolvimento, que viria a ser o **8º PPa** e mais longevo de todos, cobrindo desde abril de 1980 até 1989. **O 8º plano seguia uma orientação estratégica de focar em indústrias conforme a lógica "duas grandes; duas altas e duas baixas"**: *dois segmentos com grandes efeitos de encadeamento e potencial de mercado*; *dois com alto nível de valor agregado e conteúdo tecnológico*; e, por fim, *dois com baixa intensidade energética e índice poluente* (TSAI, 1999: p.74).

Assim como o anterior, esse novo plano, que englobaria até um ano após a morte de Chiang Ching-kuo e se daria em meio às pressões crescentes pela flexibilização do

[210] Tal formato de entrelaçamento entre as SOEs e as firmas privadas era o único possível numa configuração onde o Estado continuava com um arcabouço institucional reservando os segmentos *upstream* unicamente às empresas públicas, através de mecanismos como: restrições a novos entrantes, pesados subsídios, licitações governamentais comprando seus produtos (ex: navios) e empréstimos com juros zero ou negativos (PERKINS, 2013).

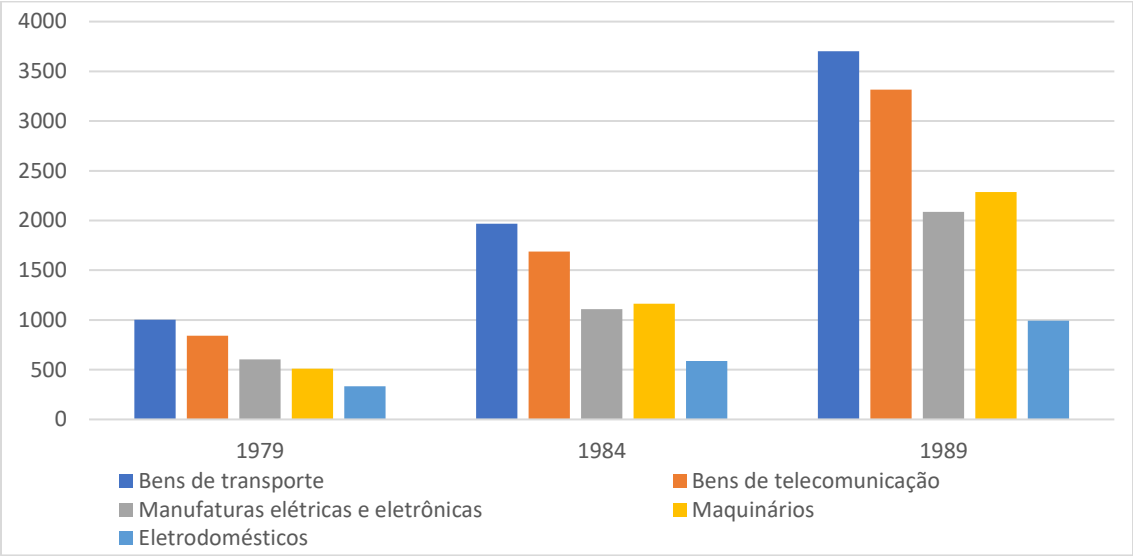
regime político taiwanês, também teria como pilares principais a constituição de uma estrutura industrial menos intensiva em energia petrolífera e manutenção da competitividade exportadora pelo prisma da sofisticação tecnológica e produtiva, deixando de lado manufaturas intensivas em trabalho (DAVIES, 1981; RUBINSTEIN, 1999; TSAI, 1999; PERKINS, 2013; MENGIN, 2015).[211] Com relação ao primeiro objetivo, o plano apresentou resultados robustos: em 1990, poucos anos após seu término, a energia nuclear já correspondia a 17,93% da matriz taiwanesa, contra 54,15% do petróleo (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2020).[212] Já pela ótica da complexificação dos bens exportados e do regime produtivo de modo geral, os dados abaixo falam por si:

Tabela 6 - Participação de bens de alta tecnologia na produção manufatureira (%)

1979	1984	1989
23,83%	28,53%	33,91%

Fonte: DAVIES, 1981.

Gráfico 6 - Produção de bens industriais de alta tecnologia em Taiwan, em milhões de dólares (US$) a preços de 1979



Fonte: DAVIES, 1981.

[211] *A planta nuclear de Maanshan, pertencendo aos 12 Novos Projetos, bem como a de Jinshan, citada no Seção anterior no bojo dos Dez Grandes Projetos de Desenvolvimento, visavam exatamente o cumprimento desse objetivo de reduzir a dependência petrolífera da ilha*.

[212] Nos anos subsequentes, de fato o petróleo perderia participação na matriz energética do país, mas não por causa da fonte nuclear e sim pela carbonífera (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2020).

Prosseguindo, para além do 8º PPa elencando o segmento eletrônico como "jóia da Coroa" (FULLER, 2002: p.13), o governo estabeleceria ainda, em dezembro de 1980, por iniciativa do Ministro da Ciência e Tecnologia Shu Shien-Siu, num modelo buscando replicar a lógica do Vale do Silício, o **Parque Científico-Industrial de Hsinchu**; funcionando conforme o arcabouço legal do "*Estatuto para o Estabelecimento e Administração de Parques Científico-Industriais*", firmado ainda em julho do ano anterior (RUBINSTEIN, 1999). O mesmo visava criar um *cluster* industrial na costa oeste da ilha, amalgamando universidades, centros de pesquisa e empresas manufatureiras do país para facilitar a logística e alavancar economias de escala justamente nesses setores de alta densidade tecnológica, oferecendo às empresas estrangeiras ainda mais benefícios e incentivos do que os previstos pelo SEI (PIERCE, 1990; TSAI, 1999; PERKINS, 2013).[213] A iniciativa do parque se mostraria bastante exitosa: se desenvolvendo ao longo da década de 1980 reunindo algumas das maiores firmas de computadores e seus componentes periféricos respectivos, manufatura de circuitos integrados, biotecnologia e outros bens, ao final de 1987 – um ano antes da morte de Ching-kuo – contava com mais de 70 empresas que, somente naquele ano, exportaram bens de alta tecnologia perfazendo impressionantes US$ 850 milhões (PIERCE, 1990). Na década seguinte, Hsinchu já era um dos maiores pólos produtivos da Ásia com mais de 113 firmas de alta tecnologia (RUBINSTEIN, 1999).

É preciso aqui destacar que a trajetória de modernização taiwanesa não esteve também isenta de problemáticas; e, no bojo dos esforços governamentais de ampliar a intensidade de capital na indústria e criar setores mais competitivos internalizando tecnologias, tanto Chiang Chai-shek quanto Ching-kuo também obtiveram fracassos. Dois exemplos são os segmentos *naval* e *automotivo*: no primeiro, a despeito da China Shipbuilding praticamente monopolizar o mercado interno, jamais foi capaz de competir com empresas correlatas da Coreia do Sul e do Japão; que, em 1986, detinham 14,2% e 36% do mercado global conforme pedidos por tonelagem (a firma taiwanesa detinha apenas 0,7% do *market share*, por sua vez). Já no setor automotivo, o Estado tentou articular uma *joint*

[213] Dentre as muitas facilidades prometidas, estava a isenção total de impostos para importação de matérias primas (de novo, que não fossem localmente produzidas) para as linhas de produção e até mesmo isenção de pagamento de aluguéis de propriedade e terra no Parque por até 5 anos em caso de firmas detentoras de tecnologias extremamente avançadas. **Válido frisar ainda que o Parque Hsinchu, bem como as ZPEs, detinham autonomia própria em suas jurisdições para concessão de benefícios para além dos estatutos nacionais** (PIERCE, 1990).

venture com a Toyota no início dos anos 1980. Mas, com o fracasso devido à recusa da empresa japonesa ante pesados requerimentos de conteúdo local, transferência tecnológica e baixo retorno vislumbrado, o governo acabou desistindo e optando por uma lógica – distinta dos demais segmentos industriais nacionais – de vínculo subordinado às corporações transnacionais, com pequenas montadoras locais da Nissan, Mitsubishi, da própria Toyota e da Ford (WADE, 1992: p.102-3).[214]

Dois pontos são, portanto, imprescindíveis de se destacar: o *primeiro* é que, em decorrência de uma estrutura industrial mais fragmentada e com menor integração horizontal da maioria das firmas (o oposto do que se deu no Japão e que ocorria Coreia, como veremos no Capítulo 3), Taiwan não foi capaz de obter economias de escala suficientes ou grandes conglomerados para se tornar competitiva em todos os setores manufatureiros (WADE, 1992). Isto é verdade para automóveis, navios e, de certa forma, também para eletrônicos; embora neste último setor o governo tenha metamorfoseado sua estratégia industrial e encontrado outra forma de inserção externa via especialização e integração vertical, como já destaco.[215] **O *segundo* é que a política industrial de seleção de campeões nacionais, por si só, não garante absolutamente o êxito do *catching-up* e também está sujeita a revezes**.

Antes de dar continuidade à reconstituição do *upgrade* tecnológico de Taiwan pela década de 1980, denoto que a mesma (década) também consolidou um período de bastante efervescência política conforme pressões e questionamentos contra anos de governo irrestrito do KMT começavam a se acumular. Destarte, este e os próximos parágrafos pontuam ingredientes políticos, econômicos e sociais conducentes a tal efervescência aludida, mapeando mudanças vistas sob o período de governo de Ching-kuo, onde a pressão por liberalização resultaria enfim no término da Lei Marcial e abertura do sistema político do país a outras forças e agremiações partidárias. Assim como na Coreia, parte das pressões políticas derivou das próprias transformações societais engendradas pela nova estrutura

---

[214] O setor automotivo constitui, para além do setor de eletrônicos que veremos mais abaixo, um dos únicos fomentados pelo Estado tendo as empresas privadas em seu eixo nuclear, embora tenha ameaçado utilizar a empresa pública China Steel em caso do não cumprimento de desempenho por parte destas. Wade (1992) também salienta, para além do fracasso apontado na tentativa de *joint ventures*, o fato das políticas e estímulos para o segmento terem sido bastante tardias, incoerentes e descontínuas.

[215] Mesmo no setor de eletrônicos, na virada dos anos 1970 para 1980, a maioria das empresas taiwanesas também era de "pequeno" porte, empregando menos de 100 trabalhadores (AMSDEN e CHU, 2003).

industrial-urbana; onde, em 1980, dois terços da força de trabalho (64,4%) consistiam em MDO assalariada e também a maior força social (MINNS e TIERNEY, 2003; MINNS, 2006). *Ao mesmo tempo, Taiwan também deteve suas particularidades e distinções com relação ao caso sul-coreano pela fragmentação dualista de sua indústria em unidades de pequena escala e uma correspondente divisão étnica* (MINNS e TIERNEY, 2003; WU, 2004; RIGGER, 2011).[216]

Como aprendemos com a narrativa construída até aqui, Taiwan logrou uma trajetória exitosa de industrialização pelas décadas que sucederam o estabelecimento da RdC na ilha. Objetivando evitar a formação de forças políticas antagônicas, disruptivas ou de contestação, o KMT não hesitou – via as instituições repressoras de seu aparato de segurança descritas na Seção 2.1 – em usar tanto a Lei Marcial quanto a Lei Especial No. 47 (oficialmente: "*Medidas para lidar com disputas trabalhistas durante o período de mobilização nacional e repressão à rebelião*") para suprimir qualquer manifestação não chancelada pelo governo (MINNS e TIERNEY, 2003). Além da repressão, o governo Chiang também instrumentalizou a estrutura corporativista de representação de interesses do Estado para diluir e esvaziar as pressões laborais.[217] Nesse sentido, fez uso da Federação do Trabalho da China ("*China Labour Federation*" ou CLF) como única entidade legítima representativa dos interesses dos trabalhadores, a qual mandatoriamente todos os sindicatos deveriam ser afiliados e que desde o início fora cooptada pelos quadros do KMT, que a controlavam.[218] Isso fez com que, mesmo tendo uma das forças de trabalho mais sindicalizadas da Ásia (superior a 30% na virada da década de 1970 para 1980), a ilha ainda assim tivesse índices relativamente baixos de conflito capital-trabalho (KONG, 2006; MINNS, 2006).[219]

---

[216] *Ao mesmo tempo, cabe destacar que tal clivagem industrial, ao passo que bastante pronunciada no que tange à divisão étnica, não era absoluta na esfera econômica; visto que, como já mencionei na Seção 2.2 anterior, muitas das SMEs se viam intrinsecamente ligadas às grandes indústrias estatais upstream via encadeamentos hirschmanianos para trás* (WU, 2004).

[217] A lei foi oficialmente introduzida em 1935, ainda quando a RdC estava estabelecida na China, como instrumento para o KMT disputar, com sindicatos e uma central própria, a classe trabalhadora com o PCCh (MINNS, 2006).

[218] Somente no final da década de 1980 que os sindicatos autônomos começaram a ganhar terreno no cenário político da ilha, em meio à revogação tanto da Lei Marcial quanto da legislação repressora em termos de organização sindical. Conforme Minns (2006: p.214), em 1988, ano da morte de Chiang Ching-kuo, Taiwan contava com aproximadamente uma centena de sindicatos independentes dos quais o maior (Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Petróleo) registrava em torno de 23.000 membros.

[219] Para um apanhado histórico das relações laborais em Taiwan e a interlocução entre sindicatos, empregadores e governo, bem como do gradual desmonte da ordem corporativista que lhe regia após o governo de Chiang Ching-kuo, ver Kong (2006), Ho (2006) e Wang (2010).

Mas não somente a tutela (via cooptação) e a repressão do Estado ditaram os rumos das baixas animosidades industriais taiwanesas. **A estrutura produtiva também foi uma importante variável explicativa**: em função da proliferação das pequenas firmas privadas ou já aludidas SMEs, que em 1980 empregavam em torno de 80% da força de trabalho, a classe trabalhadora de Taiwan se distribuía em unidades extremamente atomizadas, fragmentadas e de caráter familiar.[220] Tal dispersão – em termos espaciais e de propriedade – do setor manufatureiro contribuiu para uma desigualdade menos pronunciada no país vis-à-vis a Coreia do Sul, por exemplo, sendo outro elemento adicional na mitigação do alto grau de conflito, para além da própria descentralização tolher estruturalmente a organização política laboral (WU, 2004; MINNS, 2006; MENGIN, 2015).[221] Outro fator contribuinte é que, também em decorrência de tal dispersão, muitos trabalhadores dividiam suas atividades produtivas entre agricultura (com o crescimento do emprego rural se dando quase no mesmo ritmo que o urbano nos anos 1960 e 1970) e manufatura, gerando uma "fluidez de classe" que atrasou a formação de uma consciência operária (CHENG, 1990; MINNS e TIERNEY, 2003).[222] E, para além de todos esses elementos:

> "Outra razão para a limitação da polarização de classe em Taiwan foi o sucesso – por um longo período – da tentativa do KMT de dividir o população de acordo com linhas étnicas. A divisão tendia a manter os taiwaneses e trabalhadores do continente separados e fazendo com que cada grupo se identificasse com os capitalistas de seu próprio lado da divisão." (MINNS 2006: p.214; tradução própria).

Mas, se o padrão particular taiwanês de industrialização gerou uma classe operária que "tardou" a se organizar como força política de oposição ao KMT (e, quando o fez, com menor intensidade que outros casos nacionais), desde os anos 1960 diversas vozes críticas,

---

[220] Em 1980, aprox. 90% das empresas nacionais empregavam menos de 30 trabalhadores (MINNS, 2006).

[221] Contudo, apesar de Taiwan de fato apresentar indicadores de desigualdade de renda inferiores vis-à-vis o caso sul-coreana, a diferença é bem menor do que presumida por Minns: em 1980, segundo estimativas da World Inequality Database, a parcela da renda concentradas nas mãos dos 10% mais ricos na Coreia do Sul era de 29,2%, contra 23,4% em Taiwan (WID, 2020).

[222] As classes sociais em Taiwan eram identificadas e também interconectadas, ou mesmo fundidas em alguns casos. Em função da difusa indústria rural, uma larga percentagem de camponeses também eram trabalhadores part-time empregados nas fábricas de montagem pela ilha. O fluxo de L para a indústria se dava mais pelo fator de criação de empregos do que por privação rural, algo um pouco distinto da realidade sul-coreana. A MDO fabril em Taiwan portanto consistia numa classe transitória situada entre o campesinato e o pequeno empresariado, vindo das vilas mas sempre prontos para desistirem ou voltarem (CHENG, 1990).

principalmente em círculos estudantis e intelectuais, já pululavam contestando o regime.[223] O sistema político-eleitoral até permitia – como vimos – a participação e as candidaturas de figuras independentes, que concorreram a cargos diversos nas décadas de 1950 e 1960, mas estas apresentavam baixíssimo índice de votos ante a incapacidade de competição com os quadros nacionalistas, mais bem financiados, dotados de mais recursos organizacionais e geralmente veículos de comunicação "oficiais" ao lado.

A despeito disto, em 1970 a incipiente oposição independente começaria a convergir. O crescente sentimento de identidade nacional eminentemente taiwanesa, alimentado pela contínua exclusão dos nativos da representação política e das benesses ou concessões (ex: financiamento) do Estado, somou-se aos descontentamentos da década com as adversidades econômicas e o novo cenário pós-"desreconhecimento" no plano internacional. Isto levou a um paulatino acúmulo de forças e suporte societal aos oposicionistas políticos ao KMT, autodenominados "de fora do Partido" ou Dangwai – 黨外 (MINNS e TIERNEY, 2003; MINNS, 2006; MENGIN, 2015).[224] Como elucida a passagem abaixo:

> "Uma vez que a legitimidade do KMT se baseava em grande parte na noção de que era o governo real da China, o fato de a maior parte do mundo não mais acreditar que fosse assim prejudicou seu prestígio doméstico. Nas eleições locais de 1977, o KMT perdeu base para candidatos Dangwai. No mesmo ano, este grupo vago de oposicionistas obteve 34% dos votos nas eleições para a Assembleia Provincial de Taiwan" (MINNS 2006: p.218; tradução própria).

O crescimento de uma oposição, até então inexistente ou desorganizada, engendrou mudanças importantes tanto no cenário político nacional quanto dentro do próprio Partido Nacionalista, que passava a incluir mais taiwaneses nativos em seus altos postos como meio de mostrar maior representatividade destes na agremiação, ao passo que também lidava com a saída de alguns de seus quadros para concorrerem como independentes. O final da década de 1970 apresentou, portanto, a intensificação da organização do campo político

[223] Em 1964, por exemplo, o professor de direito da Universidade Nacional de Taiwan, Peng Ming-mim, foi preso junto com dois estudantes por terem escrito documento criticando a política externa e retórica oficial de Chiang Kai-shek, alegando que Taiwan deveria cunhar sua identidade própria e não continuar se vendo como apêndice da China continental (MINNS, 2006).

[224] Esses oposicionistas fundariam, como já veremos adiante, o que viria a ser o maior partido político alternativo ao KMT em Taiwan até os dias de hoje.

oposicionista; registrando os primeiros protestos de massa em décadas: em 1977, um protesto contra a fraude na contagem de votos reuniu mais de dez mil apoiadores no distrito de Zhongli na cidade de Taoyuan, com dois manifestantes mortos e uma estação policial incendiada (TIEN e SHIAU, 1992). Dois anos depois, no dia 10 de dezembro de 1979, se deflagraria o episódio conhecido como "incidente de Kaohsiung", no polo industrial de nome análogo no sul do país. Protestando contra as violações de direitos humanos, diversos manifestantes se reuniram em frente ao jornal "Formosa" (*Měilì dǎo* – 美麗島), primeiro periódico nacional antagônico aos Nacionalistas e que operava como sede de fato dos Dangwai. Não tardou para as forças policiais colidirem com os protestantes, num violento episódio culminando em 183 feridos, 14 líderes da oposição e 100 apoiadores do jornal detidos (MINNS, 2006; RIGGER, 2011; MENGIN, 2015).

Embora a repressão tenha posto fim a tal protesto em específico, seria apenas o início de uma longa onda de mobilizações que perdurariam pela década seguinte, impondo cada vez mais obstáculos e considerações de governança a Ching-kuo (GOLD, 1986; TIEN e SHIAU, 1992).[225] A resposta do presidente foi flexibilizar o regime num vagaroso processo de reforma do Estado e do partido, intensificando ainda mais o processo já em voga de "taiwanização" da legenda e inclusive indicando o economista nativo Lee Teng-hui como seu vice-presidente; que, após a morte de Ching-kuo em 1988, veio a ser o primeiro presidente de Taiwan nascido na ilha e diretamente eleito (GOLD, 1986; RIGGER, 2011).[226] Outra amostra de flexibilização foi a aprovação, em agosto de 1984 diante da intensificação das disputas K-L na indústria, da Lei de Normas Trabalhistas ("*Labour Standards Law*"); inaugurando um novo arcabouço na legislação laboral taiwanesa que seria – ainda que com inúmeras reformulações nas décadas seguintes – a primeira concessão substantiva aos trabalhadores da ilha desde a vinda do KMT (MINNS e TIERNEY, 2003).[227] Não obstante,

---

[225] Para além das reverberações domésticas do episódio de Kaohsiung, o incidente também arranhou a imagem externa de Taiwan logo após o "rompimento" definitivo de laços diplomáticos com os EUA em 1978, com a ênfase sobre direitos humanos do presidente Jimmy Carter criando um ambiente amigável aos manifestantes Dangwai nos Estados Unidos, para além de uma condenação pública do incidente em 1982 pelo Senador Democrata Edward Kennedy (RIGGER, 2011). Os oposicionistas, por vez, perceberam a rusga nas relações como oportunidade para pressionarem ainda mais por participação (GOLD, 1986: p.116-7).

[226] Segundo Rigger (2011), a representação de taiwaneses nativos no Comitê Permanente do KMT mais que dobrou entre 1973 e 1979.

[227] Ao mesmo tempo em que fornecia diversos benefícios e uma regulação mais ordenada para mediar as demandas salariais e de jornadas de trabalho principalmente no setor manufatureiro, a legislação excluiu em boa medida o setor de serviços e foi insuficiente para os atores organizados representativos do trabalho em Taiwan, gerando a continuidade da intensificação dos protestos e greves na segunda metade dos anos 1980

os esforços de Ching-kuo em mitigar os protestos não impediram o crescente fortalecimento da oposição, que em 28 de setembro de 1986 fundou – desafiando diretamente a Lei Marcial ainda em vigor – o *Partido Democrático Progressista* ("*Democratic Progressive Party*" – DPP ou *Mínzhǔ jìnbù dǎng*), basicamente como a representação político-eleitoral formal definitiva dos Dangwai e com 70.000 membros logo de início (MINNS, 2006).

Diante de todos esses acontecimentos, o presidente Chiang (já com idade avançada e debilitado) decide não apenas não cassar o registro do DPP como abrir de vez o regime: após anunciar, em 1986 diante do Comitê Central do KMT, que iria levantar todas as restrições remanescentes ao governo constitucional pleno, suspende finalmente a Lei Marcial em 1987 e liberta os presos políticos (incluso os envolvidos no incidente em Kaohsiung); dando margem à ascensão de novas forças emergentes na sociedade do país.[228] Taiwan agora caminhava, definitiva e oficialmente, para um sistema multipartidário democrático, apenas seis meses antes de Ching-kuo falecer, em 18 de janeiro de 1988 (TIEN e SHIAU, 1992; RIGGER, 2011).

Tendo descrito tal importante sequência de acontecimentos políticos, retomo enfim o restante da narrativa acerca da ulterior fase taiwanesa de modernização e as medidas e consequências do já referido 8º PPa, bem como problemáticas e mudanças que passava a economia do país. **Ao mesmo tempo que passava por todos esses importantes marcos políticos, na esfera econômica a década de 1980 também foi aquela onde Taiwan se firmaria definitivamente no segmento de eletrônicos**, o qual já produzia bens de consumo tais como televisões, rádios e gravadoras, exportados principalmente para os mercados estadunidense e japonês (DAVIES, 1981; AMSDEN e CHU, 2003). Os investimentos externos, outra vez dos EUA mas principalmente do Japão, continuaram relevantes por introduzirem componentes, tecnologias e processos produtivos novos, ainda que pequenos em termos de FBKF doméstica (em torno de 3% ao longo da década de 1970).[229]

(MINNS e TIERNEY, 2003). Segundo os dados de Kong (2006: p.114), por exemplo, entre 1980 e 1984 Taiwan registrou um total de 4.498 disputas laborais envolvendo 443.000 trabalhadores. Já entre 1985 e 1989, tal cifra subiu para 7.794 e 1.291.000, respectivamente. Quanto à legislação, a mesma pode ser consultada em: http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=en&p_isn=37871&p_country=CHN&p_count=1097&p_classification=01.02&p_classcount=8.

[228] Os presos políticos foram soltos: Lin Yi-hsiung em 1984, Annette Lu em 1985, Chen Chu em 1986, e finalmente o restante em 1987 (RIGGER, 2011).

[229] Davies comenta que, no ano de 1980, contando com US$ 465 milhões de investimentos estrangeiros aprovados oficialmente pelo governo, Taiwan era o segundo maior destino de inversões na Ásia exceto pelo Japão, mas acima da Coreia do Sul (1981: p.7).

Nesse sentido, cumpre recapitular um ponto crítico. **Este diz respeito ao surgimento, em 1977, da indústria de grandes circuitos semi-integrados (VLSIC), passo fundamental dado pelo governo Ching-kuo para que a ilha, enfim, pudesse dar o "salto final" na fronteira tecnológica e pavimentar seu *catching-up* através da consolidação do que seria o maior sustentáculo da 3ª Revolução Industrial e da indústria da computação, como frisei na Introdução**. Sendo altamente intensivo em capitais, o setor de VLSIC é um desdobramento direto da indústria de circuitos integrados emergente ainda em 1959, produzindo inicialmente placas de memória RAM – "*Random Access Memories*" (CHI, 1990).[230] Sucedendo o Japão, tanto Taiwan quanto Coreia do Sul e depois China (como veremos nos **Capítulos 3 e 4**) obtiveram sucesso em se tornarem produtores de tal bem dinâmico, pilar da tecnologia moderna (CHI, 1990; PERKINS, 2013). **Não obstante, cada um dos países esmiuçados neste estudo apostou numa abordagem distinta entre Estado-empresa de modo a melhor se adequar às suas políticas e organização industrial específica, buscando ampliar a eficiência de seus sistemas industriais** (CHI, 1990: p.276-7). Por isto, nos próximos parágrafos destrincho como esse salto se deu no caso de Taiwan, com as análises respectivas acerca de Coreia do Sul e China ficando a cargo dos capítulos historicizando as trajetórias respectivas.

A indústria de eletrônicos evoluiu a partir de uma estratégia de desenvolvimento seguindo padrão um pouco distinto, e que foi moldada e influenciada, desde sua concepção, pelas forças globais.[231] O papel do governo em Taiwan continuou imprescindível, mas metamorfoseou a natureza de sua intervenção política e institucional, sendo mais incerta (do ponto de vista do resultado) e menos direta em termos pecuniários (CHI, 1990; TSAI, 1999; WU, 2004). Até hoje, constitui o pináculo da pujança tecnológica e modernização taiwanesa: para ilustrar exemplos, o país é o maior fornecedor de componentes do Iphone da Apple; tem o maior número de empresas líderes em tecnologias do segmento de semicondutores atrás apenas dos EUA; atingiu o estado da arte de fornalhas manufatureiras de circuitos integrados com 70% do mercado correspondente; e em 2019 inaugurou a primeira fábrica de

[230] Em pouco tempo, tais placas de memória RAM seriam substituídas pelas mais avançadas placas **DRAM** ou **Dynamic Random Access Memories** (CHI, 1990).

[231] Isto se ilustra pelo fato de tal setor ser, desde o início, praticamente quase todo orientado para exportações. Em 1972, por exemplo, as exportações perfaziam 80% do valor da produção; com tanto os mercados consumidores quanto os fornecedores se concentrando, uma vez mais, nos EUA e Japão (GOLD, 1986: p.86).

semicondutores de 5 nanômetros do mundo (BUSINESS SWEDEN, 2020). **As sementes que germinaram esse *catching-up*, contudo, foram plantadas em menor medida pelo governo Kai-shek e em maior medida pelo governo Ching-kuo**. Elas remontam aos primeiros acordos técnicos assinados entre empresas japonesas ou estadunidenses fabricantes de televisões ou transistores de rádios e montadoras de Taiwan ainda em 1962, tendo contribuição importante do CIECD através de seu Grupo de Trabalho para o Planejamento e Desenvolvimento da Indústria de Eletrônicos. O objetivo era estabelecer um enclave como instrumento de criação de todo um novo setor fabricante de partes e componentes; para depois convertê-lo em polo montador de bens finais capazes de competir internacionalmente (GOLD, 1986).

O setor de VLSIC também surgiu pela iniciativa do Estado, através da importantíssima Organização de Pesquisa e Serviços Eletrônicos ("***Electronics Research and Service Organization***" ou **ERSO**), ramificação setorial do já citado ITRI. **O ITRI-ERSO foi, indiscutivelmente, o grande protagonista da estratégia industrial nos anos 1980**. Antes disso, em 1977, havia firmado acordo de transferência e licenciamento tecnológico junto à empresa estadunidense RCA, que traria uma instalação fabril ao país após três anos de negociações com o governo por intermédio do Ministério dos Assuntos Econômicos e do próprio ITRI (CHI, 1990; FULLER, 2002; RIGGER, 2011; MENGIN, 2015).[232]

Depois do seu estabelecimento e início da cooperação para produção de novas tecnologias, a cia **United Microelectronics Company** (**UMC**), formalmente privada, foi fundada em 1980 para comercializar inovações e *spin-offs* derivados da parceria; tornando-se, assim, a primeira firma taiwanesa produtora de semicondutores e uma das líderes na produção de circuitos integrados até os dias de hoje (WADE, 1992; RIGGER, 2011; MENGIN, 2015). Quando de sua criação, a despeito da participação privada sobrepujar a pública, o Estado era ainda assim o acionista majoritário, tendo contribuído com 49% do capital inicial (ou US$ 14 milhões) através do Banco das Comunicações ou *Jiaotong Yínháng*

[232] Para além do custeio das instalações industriais e diversos benefícios fiscais/institucionais oferecidos à RCA, o governo taiwanês também gastou cifra superior a US$ 3 milhões com consulta e treinamento de engenheiros nacionais para operar conjuntamente à empresa no ERSO (CHI, 1990).

– 交通银行 (FULLER, 2002; MENGIN, 2015).[233] Dois anos depois, iniciaria enfim suas operações após uma nova injeção governamental de capital de US$ 20 milhões, onde 40% era pertencente e controlado pela ERSO em troca de fornecimento de *know-how* tecnológico.

A UMC trabalhou intimamente junto à ERSO e era comandada por seus quadros técnicos; e, em pouco tempo, ofereceria uma variedade de circuitos e componentes aos mais diversos aplicativos de consumo tais como relógios eletrônicos, calculadoras, equipamentos musicais, televisões digitais e microprocessadores, sendo o prelúdio de todo um segmento que floresceria nacionalmente naquela década (CHI, 1990; FULLER, 2002; PERKINS, 2013; MENGIN, 2015). *Em 1983, o ERSO lançaria um plano setorial inteiro debruçado sobre as indústrias ligadas aos VLSIC com orçamento de US$ 72,5 milhões, e que ajudaria diretamente a UMC a estabelecer sua primeira subsidiária no estrangeiro* (FULLER, 2002). Era a Unicorn Microeletronics Corporation no Vale do Silício nos EUA, onde lograria acesso mais fácil a novas tecnologias via acordos firmados com as empresas locais Mosel, Vitelic – lá criada por chineses expatriados naquele mesmo ano – e Quasel para fabricar placas de memória estáticas de 64 Kbytes CMOS DRAM, entre outras (CHI, 1990; FULLER, 2002; MENGIN, 2015).

As empresas parceiras da UMC e da ERSO também estabeleceram *joint ventures* locais em Taiwan no ano seguinte, se tornando ativas na confecção de novos desenhos industriais de circuitos. **Assim, aos poucos, a ilha ia rapidamente galgando novas posições rumo à fronteira tecnológica**: por volta de 1985, a UMC já era uma empresa sólida e com projeto de expansão orçado em US$ 150 milhões, largamente autofinanciado; sendo a mais lucrativa empresa de capital aberto em Taiwan naquele momento. Ao mesmo tempo, enquanto, de um lado, a Quasel foi se especializando em circuitos integrados específicos de alta performance, em abril de 1985 a Mosel, de outro, foi a terceira firma global a anunciar a revolucionária inovação da placa CMOS DRAM de 256 Kbytes de memória; atrás apenas da estadunidense Intel e da japonesa Hitachi. No ano seguinte, em 1986, também anunciou a produção de um chip de 1 Megabyte de memória (tecnicamente: DRA 1M) atrás apenas da Toshiba e Texas Instruments (CHI, 1990).

---

[233] Algumas firmas privadas taiwanesas como Sampo, Teco, Yao Hua e Walsin Lihwa também participaram, graças aos incentivos e concessões fornecidos pelo governo, do empreendimento que culminou na UMC, embora estas tenham contribuído apenas com pequena quantia de capital (FULLER, 2002).

Em 1987, por meio de seus esforços em prol do aprendizado de tais tecnologias, o governo também criaria no Parque Hsinchu a que viria a ser sua maior campeã nacional e gigante do setor, manufaturando circuitos integrados em larga escala e com investimento total de US$ 207 milhões: a **TSMC** ou **Taiwan Semiconductor Manufacturing Company**, *joint venture* entre o Estado (48,3%), Philips (27,5%), diversas empresas locais incluindo a Formosa Plastics (5%), entre outros (CHI, 1990; FULLER, 2002; MENGIN, 2015).[234] A empresa, constituindo a maior fornalha taiwanesa de semicondutores e fundada pelo ex-presidente do ITRI Morris Chang, iniciou sua inserção global e aperfeiçoamento tecnológico via contratos para fornecimento junto à Apple, Broadcom, MediaTek, Nvidia, Qualcomm, Intel e Texas Instruments, onde Chang inclusive trabalhou durante parte de sua vida (CARR, 1991; RIGGER, 2011; PERKINS, 2013). Sua fundação foi "costurada" pelo menos desde 1985 graças ao convencimento da Philips pelo governo, e juntos construíram um centro de design de circuitos integrados, uma planta de semicondutores com capacidade de fundição mensal de 40.000 placas de 6 polegadas, e uma fábrica de tubos de televisão gerando 3500 empregos diretos.[235] A TSMC, de início, recebia ordens de produção e desenhos de suas empresas-clientes sob condição de que jamais entraria diretamente no mercado de circuitos integrados.[236]

O sucesso tanto da UMC quanto, principalmente da TSMC, pavimentaram o caminho para novas empresas privadas que adentrariam no setor ainda na década de 1980 e despontariam na seguinte (1990), embora ainda contando, é claro, com incentivos do governo via ERSO (tecnologia e fornecimento de corpo técnico qualificado) e da própria logística do Parque Hsinchu (MENGIN, 2015). A TSMC também consolidou o chamado "modelo de fornalha": uma relação industrial particular onde a empresa fabrica, porém não desenha, seus próprios chips. *Tal modelo constituiu, naquele momento, uma inovação organizacional com relação ao paradigma predominante no setor de eletrônicos, onde vigorava o modelo de manufatureiras de dispositivos integrados* ("*Integrated Device Manufacturer*" – IDM), *que*

---

[234] Dentro de alguns poucos (três) anos após sua fundação, a TSMC foi se tornando mais privada conforme a Philips ampliou sua participação e passou a ser acionista majoritária (CHI, 1990). **Contudo, em meu juízo, este fato não necessariamente entra em conflito com os pressupostos básicos do EDLA ou do desenvolvimentismo, especialmente de Gerschenkron, pois os mesmos enfatizam mais o papel do governo nos investimentos iniciais para diluição ou socialização dos riscos**.

[235] Até tal planta aludida estar completa em 1990, a TSMC alugou a planta de VLSIC da ERSO (CHI, 1990).

[236] O nome da empresa nem mesmo figurava nos produtos (CHI, 1990).

desempenhavam concomitantemente as funções de desenho, fabricação e empacotamento (FULLER, 2002). De certo modo, foi uma engenharia institucional que permitiu às empresas taiwanesas utilizarem a fragmentação das cadeias produtivas a seu favor.

O modelo de fornalha floresceu em Taiwan com o imbricamento entre fornecedores estratégicos de serviços de fundição (as firmas domésticas) e empresas estrangeiras. Por um lado, permitia ainda o upgrade tecnológico na ramificação de semicondutores, e resolveu o dilema de lograr o *catching-up* numa lógica de empresas de menor escala focadas apenas numa área (fabricação). Por outro, contudo, também gerou uma interdependência bem maior junto ao mercado global conforme as empresas do país se tornaram "cativas" de suas empresas-clientes, ainda que firmas como UMC e TSMC lograssem o progresso pelo próprio aprendizado que obtinham no atendimento às mesmas (FULLER, 2002).[237]

Já no setor de computadores, Taiwan também logrou *catching-up* se vinculando junto às empresas estrangeiras. Através em parte da própria pujança adquirida na fabricação de circuitos integrados, o país se tornou atrativo às grandes corporações estadunidenses pela funcionalidade que fornecia através das oportunidades de teste e montagem de computadores utilizando tal infraestrutura de semicondutores. Se, em 1984, a parcela de computadores estrangeiros manufaturados em Taiwan perfazia 57%, em 1990 esse número já havia caído para 30% e para 15% em 1995; com as empresas nacionais aos poucos passando da função de manufatureiras de equipamentos originais para designs originais (FULLER, 2002). O ERSO, novamente, foi um ator importante nos anos iniciais de tal trajetória setorial ao estabelecer projetos de *joint venture* e engenharia reversa em 1981 em auxílio à ACER (que, até 1987, se chamava Multitech) e à Mitac. Como resultado, em 1984 a parceria resultou na fabricação pela ACER do primeiro computador pessoal de 16 bits e, em 1988, o primeiro sistema de 32 bits. Nesse sentido, o país se beneficiou de toda a expertise prévia e tecnologia acumulada com a confecção nos setores de televisores e calculadoras. O primeiro segmento permitiu rápida diversificação industrial para linhas manufatureiras de monitores e terminais na década de 1980; e onde as firmas nacionais também lograram aos poucos internalizar as lógicas produtivas aumentando sua participação vis-à-vis as estrangeiras de 4% para 63% da

[237] Segundo o autor, esta interdependência se manifesta de forma ainda mais aguda na produção de DRAMs (FULLER, 2002: p.12).

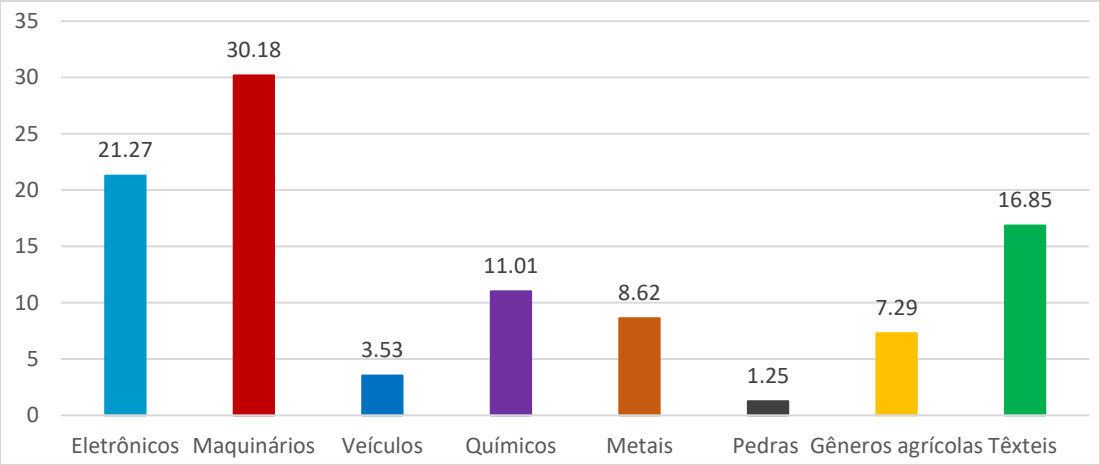
produção total e de 3% para 60% das exportações entre 1980 e 1983.[238] Já empresas como Quanta, Compac e Inventec, que em pouco deslanchariam na fabricação de notebooks na década de 1990 para as clientes estrangeiras IBM e Dell, foram todas fundadas por ex-integrantes de empresas manufatureiras de calculadoras (AMSDEN e CHU, 2003).

Contudo, assim como com os já citados naval e automotivo nos anos 1970, no segmento de eletrônicos Taiwan continuou a se defrontar com dificuldades de manufaturar em grande escala ou escala superior a concorrentes como a Coreia do Sul. Ao passo que o país evoluiu na internalização de tecnologias para fabricar desenhos originais de chips e semicondutores ao longo da década de 1980, mesmo a UMC, a TSMC e as parcerias elucidadas anteriormente não conseguiram – por questões logísticas e de rentabilidade, tendo em vista a própria estrutura industrial nacional onde predominavam as SMEs – estabelecer fábricas de grande porte (CHI, 1990; FULLER, 2002).

Diante dessa dificuldade, tais empresas, cada vez mais desenraizadas das diretrizes governamentais e mais envoltas às suas próprias estratégias corporativas nevralgicamente interligadas às cadeias de valor globais, optaram por uma *via dupla* de licenciamento de tecnologias e inovações concomitante à especialização nos modelos de "fornalha" de semicondutores (CHI, 1990; YEUNG, 2016). Isso pode ser visto com o licenciamento das tecnologias da Mosel do CMOS SRAM 16K para a Fuji, da CMOS SRAM 64K para a Hyundai e da 256K para a Sharp, com as duas primeiras tendo sido incubadas na planta conjunta com a UMC. A Vitelic, por sua vez, também licenciaria tecnologias à Sony, NMBS, Hyundai e Philips (CHI, 1990: p.278). **Novamente, outro atestado do *catching-up* taiwanês**. ***Catching-up* este que, como não poderia deixar de ser, é corroborado pela evolução da matriz exportadora nacional, mostrando o avanço os termos produtivos do vínculo do país com a economia global**. Isto se vê no Gráfico 7 e na Tabela 7 abaixo:

[238] Televisores são compostos de monitores e sintonizadores, enquanto terminais são a combinação de monitores, teclados e quadros lógicos (AMSDEN e CHU, 2003).

Gráfico 7 – Composição (%) da pauta exportadora taiwanesa em 1995



Fonte: THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY, 2020.[239]

Tabela 7 – Dez produtos mais exportados por Taiwan[240]

	1965	1975	1985	1995
1º	Banana (10,59%)	Calçados (5,75%)	Calçados (7,40%)	Computadores (8,42%)
2º	Arroz, moído ou semimoído (8,76%)	Açúcares de beterraba e cana, em bruto (4,36%)	Brinquedos infantis, jogos domésticos, etc (2,93%)	Partes e acessórios para máquinas de escritório (6,68%)
3º	Açúcares de beterraba e cana, em bruto (8,38%)	Partes de aparatos mecânicos (2,17%)	Móveis / mobília (2,89%)	Circuitos eletrônicos integrados (6,63%)
4º	Açúcar refinado (6,16%)	Outros produtos comestíveis (1,98%)	Artigos de viagem, bolsas, etc, de couro, plástico, têxtil, outros (2,45%)	Tecidos de materiais têxteis sintéticos (1,83%)
5º	Frutas preparadas ou conservadas (4,30%)	Açúcar refinado (1,89%)	Partes de aparatos mecânicos (2,26%)	Polímeros de estireno (1,72%)

[239] Nos tempos atuais (2018), os bens eletrônicos representam em torno de 47% do valor das exportações taiwanesas. A evolução da cifra desde os anos 1990 pode ser consultada no seguinte link: https://atlas.cid.harvard.edu/explore/stack?country=249&year=2018&startYear=1995&productClass=HS&product=undefined&target=Product&partner=undefined.

[240] Nomes das categorias dos produtos obedecem a metodologia de classificação do COMTRADE (base estatística das Nações Unidas para o comércio internacional), utilizada pelo Atlas da Complexidade Econômica.

6º	Outros produtos comestíveis (3,27%)	Tecidos de algodão, não branqueados, não mercerizados (1,76%)	Artigos desportivos (2,10%)	Carne de Porco (1,53%)
7º	Legumes, preparados ou preservados (2,66%)	Legumes, preparados ou preservados (1,70%)	Casacos de malha, não elásticos nem emborrachados; camisolas, pulôveres, slip-overs, cardigans, etc (1,78%)	Fios de filamentos sintéticos (1,52%)
8º	Painéis à base de madeira (2,61%)	Outros artefatos confeccionados com material têxtil (1,19%)	Artigos miscelâneos de plástico (1,75%)	Outros tecidos de malha (1,47%)
9º	Compensado (2,61%)	Painéis à base de madeira (1,14%)	Máquinas completas de processamento de dados digitais (1,54%)	Artigos desportivos (1,46%)
10º	Outros vegetais frescos ou refrigerados (2,55%)	Compensado (1,14%)	Circuitos eletrônicos integrados (1,40%)	Transformadores elétricos (1,35%)

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas da Complexidade Econômica (THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY, 2020).

Em suma, a nova ênfase governamental dos anos 80 sobre setores mais intensivos em tecnologia coincidiu com o declínio definitivo dos setores intensivos em trabalho em Taiwan, ofuscados tanto pelo aumento dos custos (fim das vantagens comparativas anteriores) quanto pela incapacidade de competição junto à China, que abria sua economia com nova ênfase em tais segmentos. Nesse sentido, principalmente a partir de meados daquela década, o governo buscou complementaridades com a "outrora algoz" nação deslocando tais indústrias para lá em busca de barateamento (RIGGER, 2011). A abertura chinesa gerou oportunidades crescentes para Taiwan com um novo, promissor e gigantesco mercado consumidor para seus produtos: somente de 1979 para 1980, o volume do comércio bilateral entre ambas as partes – executado via Hong Kong – saltou de US$ 77 milhões para US$ 270 milhões. O governo chinês, interessado nos bens de consumo taiwaneses (açúcar, tecidos sintéticos, máquinas, relógios digitais, calculadoras, televisores, etc.) para sua população e também como fontes de tecnologias para seu próprio processo industrializante substitutivo, zerou todas as tarifas sobre importações advindas da ilha, enquanto fornecia a esta vantajosos insumos e matérias primas como petróleo a preços baixíssimos (DAVIES, 1981). Ao longo da década seguinte

(1990), ainda dentro desse esforço de barateamento de custos aproveitando a dinâmica salarial, Taiwan também deslocaria até mesmo parte de sua produção de hardwares para território chinês, principalmente bens como teclados, *mouses*, componentes periféricos, monitores, etc (FULLER, 2002).

A partir da segunda metade da década de 1980, além de toda a ebulição narrada envolvendo a redemocratização e a distensão do regime político, a ilha de Taiwan seria acometida por **duas problemáticas geopolíticas e geoeconômicas**: o *Acordo de Plaza* em 1985 e, logo em seguida, a retirada pelos EUA do status de "nação mais favorecida" da ilha (RUBINSTEIN, 1999). O acordo, o qual examinarei no **Capítulo 4** e que consistiu numa ofensiva estadunidense contra o *yen* para impedir o aumento do déficit comercial americano com a Ásia mas principalmente com o Japão, foi responsável por gerar um efeito em cadeia de apreciação das taxas de câmbio na região, ao qual a ilha não ficou incólume.[241] Após tais episódios, Taiwan ficaria numa posição delicada, onde a apreciação da moeda e as maiores dificuldades no acesso ao mercado estadunidense – que em 1985 representava 48% de suas exportações – impuseram obstáculos à sua competitividade internacional e obrigaram o governo a diversificar seus parceiros comerciais, passando a focar mais no próprio Sudeste Asiático e na Europa (RUBINSTEIN, 1999). **É neste contexto que a maior aproximação e complementaridade com a China, aludidas no parágrafo anterior, se inserem**.

Além disso, a ilha adentraria numa moderada trajetória de liberalização financeira: em 1987, o controle de divisas seria relaxado, junto com uma maior movimentação permitida de capitais e uma desregulamentação parcial da taxa de câmbio (RUBINSTEIN, 1999; TSAI, 1999).[242]

Me encaminhando ao final da reflexão sobre Taiwan, atento para **dois pontos fundamentais:** o ***primeiro*** diz respeito ao fato de que a incipiente política industrial voltada aos setores de eletrônicos, semicondutores e circuitos integrados em Taiwan foi concebida e conduzida por gama mais ampla de atores econômicos do que meramente pelos burocratas dos órgãos estatais como o CEPD, IDB ou mesmo o Ministério das Finanças. Tanto o

---

[241] *Entre 1985 e 1988, a cotação do Novo Dólar Taiwanês (NT$) caiu de 40 dólares estadunidenses para pouco mais de US$ 25* (FEDERAL RESERVE BANK OF SAINT LOUIS, 2020).

[242] Rubinstein (1999: p.375) relata que uma das razões para tal flexibilização dos controles de capitais e divisas era em parte facilitar o escoamento e aproveitamento de investimentos na China continental. Ao mesmo tempo, destaca que o governo manteve fortes dispositivos regulatórios tais como um teto sobre a quantia máxima a ser remetida para fora de modo a garantir oscilações financeiras e especulativas no país.

Ministério da Ciência e Tecnologia quando os atores corporativos e suas estratégias empresariais de vinculação às firmas estrangeiras lograriam uma relevância política muito superior nos rumos de tal novo paradigma do *catching-up* taiwanês.

O ***segundo*** é que a **estratégia industrialista**, agora enfática sobre setores tecnologicamente densos, **perderia um pouco de seu desenho de fomento direto multisetorial e adquiria um caráter mais horizontal e funcional**, de modo a se adequar à organização institucional específica do sistema nacional de inovação nacional recém emergente (WADE, 1992). Dessa forma, embora as perspectivas desenvolvimentistas e particularmente do EDLA tenham sido até aqui elucidativas sobre a industrialização retardatária taiwanesa no que tange à 1ª e à 2ª Revolução Industrial, a criação e evolução do setor de eletrônicos – não desconsiderando o fomento direto do governo – parece ter operado numa lógica menos linear onde as estratégias empresariais passaram a ser mais determinantes conforme as novas firmas se vincularam às empresas estrangeiras, clientes ou não (YEUNG, 2016). Com isso, muda-se a interface entre as instituições do governo, da sociedade e empresariais em busca da inovação tecnológica.

Embora seja preliminar apontar isto, talvez as literaturas desenvolvimentistas tenham ficado anacrônicas ou insuficientes para capturar a totalidade do fenômeno de *catching-up* na 3ª Revolução Industrial; sendo necessário agregar aportes de outros corpos teóricos para tal, dentre eles o do Sistema Nacional de Inovação e particularmente a visão da "tripla hélice" de Etzkowitz (2008) compreendendo a articulação entre firmas industriais, instituições governamentais e universidades ou centros incubadores de pesquisas. Contudo, tal tarefa não será realizada nesta Tese por duas razões: a primeira é que não foi o objetivo proposto; e a segunda é que ainda se faz necessário esmiuçar os casos de Coreia e China, nos **Capítulos 3** e **4**, para vermos se a complexificação e caráter mais difuso da estratégia industrial também são fenômenos que se repetem nessas duas trajetórias nacionais.

Visto tudo até aqui, julgo ter cumprido razoavelmente a proposta para esta Seção que foi mapear as nuances e percalços da economia política da estratégia industrial sob Ching-kuo, trazendo – na medida do possível – os principais fatores políticos, práticos e geopolíticos para o bojo da reflexão. Mudanças na correlação de forças políticas (ex: maior afluência das associações industriais) e nova percepção da sociedade civil levaram a um peso maior do setor privado na consideração das decisões econômicas. Para além disto, o crescimento

contínuo dos salários, a revalorização da taxa de câmbio e o transbordamento dos investimentos da ilha para fora compeliram a tal mudança no paradigma da política industrial. Para exemplificar, tendo sido Taiwan uma das maiores nações exportadoras de têxteis e calçados do mundo, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990 já tinha ambas as indústrias tendo transferido a maior parte de suas atividades manufatureiras para o exterior; embora tenha mantido domesticamente os componentes de alto valor agregado desses mesmos nichos, como design industrial e marketing (PERKINS, 2013: p.89).

À guisa de conclusão do Capítulo, antes de passar ao próximo caso analisado (sul-coreano), alguns fatos e particularidades de Taiwan vis-à-vis o Japão são dignos de nota. Como vimos, a estrutura industrial da ilha, bem como a força de seu setor manufatureiro, foi pautada por pequenas e médias empresas, em contraposição ao Japão e seus grandes conglomerados (*Keiretsus*) e também à Coreia do Sul (com suas *chaebols*) e China, como já veremos. **É um traço único do país que o difere marcantemente dos demais casos nacionais esmiuçados nesta Tese**. Mas a este ponto retornarei somente na Conclusão do presente estudo. De qualquer forma, por causa disto, Wu (2004) diz que a estrutura e a natureza do processo de desenvolvimento socioeconômico com complexificação estrutural taiwanês foram consequências *não previstas* da estratégia industrial do KMT. **Isto, em minha interpretação, é verdade pelo menos até meados dos anos 1970, quando o redesenho do planejamento – em virtude da releitura do cenário geopolítico e econômico pelas autoridades governamentais – enfim passa a privilegiar indústrias intensivas em capital e tecnologias, trazendo o setor privado para um entrelaçamento maior com o governo**.

Outra diferença de Taiwan com relação à Japão, Coreia do Sul e também China em boa medida tange ao caráter bem mais fragmentado e com constantes câmbios de atribuições e prerrogativas institucionais da burocracia econômica (WU, 2004). Foi também uma experiência onde, a despeito dos inegáveis casos de sucesso em segmentos como o têxtil e o eletrônico, alguns exemplos de fracasso das tentativas de intervenção estatal em determinadas indústrias se fizeram mais nítidos, como é o caso do setor automobilístico, incapaz de competir com o japonês e sul-coreano. A morte de Chiang Ching-kuo, não obstante a preservação de uma gama considerável de capacidades estatais no período subsequente, representou o fim de um paradigma muito particular de interlocução entre

Estado e atores da sociedade pautado pela hegemonia inconteste do KMT. Da mesma forma como com as massas de taiwaneses nativos, a democratização do regime abriu espaço para um envolvimento maior do empresariado e outros atores representativos do K na política doméstica (MINNS, 2006). Agora, em seguida, procedemos para ver o que a odisseia histórica da Coreia do Sul tem a nos dizer sobre o desenvolvimento periférico-retardatário.

3. O CASO SUL-COREANO: A ECONOMIA POLÍTICA DO MILAGRE DO RIO HAN

Neste **terceiro capítulo**, adentro enfim no terceiro caso nacional alvo dos estudos clássicos da literatura de economia política comparada do EDLA e o segundo esmiuçado nesta Tese: a **Coreia do Sul**. Sua estratégia de desenvolvimento – permeada por tensões e contradições políticas e geopolíticas internas e externas – contribuiu para o desenho institucional que consolidaria os famosos conglomerados nacionais conhecidos como *chaebols*, núcleo nevrálgico do capitalismo sul-coreano (CHO, 2003). Estes atores políticos e econômicos, de peso gigantesco no país até os dias de hoje – seja estruturalmente por sua influência nas inúmeras cadeias produtivas seja pelos canais de penetração junto ao poder decisório – tiveram seus fundadores e líderes como figuras fundamentais na história nacional desde os anos 1950, merecendo também especial atenção nas páginas que seguem no que tange ao seu entrelaçamento com o Estado, sua burocracia econômica e demais autoridades. Justamente pela importância de tais atores e seu contexto de surgimento, somado ao fato de ter sido em tal década que a Coreia de fato iniciou – ainda que com sérias disfuncionalidades – sua ISI, pego aqui tal período como marco de início de nosso recorte temporal.

Quanto ao marco final de tal recorte, destaco que, no momento do assassinato de Park em 1979, o país ainda se encontrava com um segmento de semicondutores e eletrônicos bastante incipiente e com uma inserção nas cadeias globais de valor com longo caminho a percorrer até atingir o emparelhamento tecnológico com os países da fronteira. *Destarte, as políticas industriais e institucionais seguidas pelos presidentes militares que lhe sucederam* (os também Generais Chun Doo-hwan e Roh Tae Woo) – de natureza distinta das de Park – *foram igualmente fundamentais e não poderiam por isto ser excluídas. Elas correspondem à última etapa do catching-up e, por estarem inseridas noutra lógica interna em termos de atores e correlação de forças políticas, para além da justificativa de recorte temporal dada na Introdução e nestes parágrafos da Tese, conferem particular riqueza a este período analítico*. Assim, a reconstituição da trajetória de desenvolvimento sul-coreana aqui tecida vai se estender para alguns anos além do fim do governo Park, destoando um pouco de alguns estudos sobre o milagre retardatário do país circunscritos eminentemente a tal período (CHO, 2003; LEE, 2003; HORIKANE, 2005; KIM, 2011; KIM e PARK, 2011; MOON e JUN, 2011; RHYU e LEW, 2011).

Portanto, as próximas sessões se estruturam da seguinte forma: a **Seção 3.1** destaca o período correspondente ao interregno entre a proclamação da 1ª República da Coreia – fundada em 15 de agosto de 1948 – e a brevíssima 2ª República que acaba com o golpe de Park em 1961. É um marco histórico interessante para elucidação de antecedentes por duas razões: é onde se insere o episódio da Guerra da Coreia (1950-1953), a qual acabou contribuindo – através das compras e contratações de modo a abastecer a logística das tropas estadunidenses na península – para renascer uma débil burguesia nacional (como é o caso particular da Hyundai) e também por elucidar o momento prévio da decolada econômica do país, destacando a *ausência de uma estratégia coerente e planificada de desenvolvimento*.[243] Este recorte será esquadrinhado atentando para os atores sociais e políticos que nele mais se destacaram.

A **Seção 3.2**, consideravelmente mais densa vis-à-vis as outras, trata do governo Park em sua totalidade; se iniciando com o golpe militar e prosseguindo pelo Regime Yushin que vigora de 1972 até seu ocaso. É o período onde a Coreia do Sul "amadurece" em definitivo seu projeto de ISI e também seus grupos empresariais nacionais, com uma inserção exportadora focando primeiro de bens intensivos em trabalho (L) e depois em capital (K). A "engenharia política" de Park será esmiuçada triangulando fatores externos, as políticas postas em prática para o setor industrial, e o comportamento dos atores e instituições constitutivas de sua coalizão de suporte, indo desde órgãos como o EPB e os militares até a dialética com os representantes das *chaebols*, coalizão esta sinérgica porém não blindada de algumas tensões.

A **Seção 3.3**, fechando a análise do país, destaca as convulsões políticas que sucederam após a morte de Park, e as continuidades e descontinuidades da política industrial e no desenho institucional contribuintes para a ininterrupta trajetória de desenvolvimento sul-coreana, na contramão de muitos países periféricos atolados na crise da dívida ou em recessões após o 2º choque do petróleo de 1979.

---

[243] *A despeito do banco de fomento nacional* (**Korea Development Bank - KDB**) *ter sido fundado em 1954 por Syngman Rhee, após aprovação da Lei No. 302 em 30 de dezembro do ano anterior, seu papel político na indução do desenvolvimento não foi relevante até o governo Park*; e, mesmo neste, na segunda metade da década de 1970 perderia parte de seu protagonismo com a criação do **Eximbank of Korea** em 1976 para financiar o crédito à inserção externa nos segmentos naval e de maquinários (LEE *et al*., 1984; GRAHAM, 2003).

3.1. A 1ª República, a Guerra da Coreia e o errante ensaio de modernização pós-ocupação japonesa: considerações sobre o governo Syngman Rhee

O período histórico que vai desde a libertação da Coreia do Sul das amarras do Imperialismo japonês com o fim da 2ª Guerra Mundial (ou Guerra do Pacífico) até o golpe dado pelos militares em 1961 é marcado por muitas e profundas instabilidades. Dentre elas, a própria Guerra da Coreia (1950-1953), duas repúblicas – ainda que uma delas tenha durado apenas um ano – e um presidente assentado numa precária correlação de forças com questionamentos crescentes à sua legitimidade. É nele também onde, em alguma medida, o crescimento econômico é retomado: conforme estimativas de Maddison (2001), entre 1951 e 1960 o país cresce a taxas de 5,79% para o PIB e 5,28% para o PIB per capita; embora boa parte desse desempenho se atribua ao aumento da produtividade agrícola em função da reorganização da estrutura de propriedade no campo, vista nos próximos parágrafos.[244] Assim, *a Coreia do Sul permaneceu sem consolidar uma base manufatureira sólida*.[245]

É também um período onde algumas transformações relevantes são engendradas, como as **reformas agrárias** que eliminaram a estrutura semi-feudal de distribuição de terras; e onde os empresários que seriam atores-chave da modernização econômica e industrial começam a ter algum protagonismo político (CHO, 2003; PERKINS, 2013). *A influência estadunidense sobre os rumos do processo decisório e seus condicionantes impostos às escolhas de Rhee foram colossais durante toda a década; e continuariam a ter relevância no início do governo Park, sendo mitigadas somente ao longo dos anos* (GRAHAM, 2003; HOLCOMBE, 2017). A título de exemplo, o aporte de recursos dos Estados Unidos perfazia US$875 milhões em 1950 e é quadruplicado ao longo do governo Rhee, constituindo quase o mesmo montante do PIB em 1960, que era de US$3,957 bilhões (USAID, 2020; WORLD BANK, 2020).[246]

---

[244] Os dados de Maddison usam por referência o dólar a preços de 1990.

[245] Em 1960, ano que finda o governo Rhee, a população urbana sul-coreana era de apenas 27,71% (ante quase 60% vinte anos depois); e o setor manufatureiro representava apenas 11,23% do PIB (WORLD BANK, 2020).

[246] Ainda em 1950, 95% desse montante era de ajuda econômica (US$836,317 milhões) e o restante era ajuda militar proveniente do Departamento de Defesa. Uma década depois, após a Guerra da Coreia e as resilientes instabilidades na região, a verba militar passa a sobrepujar a econômica: US$2,08 bilhões ante US$ 1,433 bi. (USAID, 2020). Válido frisar que, ao longo dos primeiros anos do governo Park, tal ajuda cai consideravelmente, para US$2,6 bi em 1970.

Sendo assim, *esta Seção fornece ao leitor uma breve contextualização prévia da economia política sul-coreana e sua evolução entre o fim da Guerra do Pacífico e o governo Park*. Por questões de escopo, não será possível tratar aqui de todas as múltiplas dimensões dos episódios que o país passou nesse interregno. Por isso mesmo, *tentarei me apegar aos fatos estilizados mais determinantes e, numa perspectiva de reconstituição de trajetória, elucidar os atores sociais mais relevantes e também as condições institucionais* (particularmente, o *state-building* forjado ao longo da década de 1950), *estruturais, políticas e geopolíticas de atraso que se apresentavam ao país antes de sua decolada*.

Logo após a libertação dos japoneses, a península se tornou um dos pontos focais imediatos da bipolaridade entre EUA e URSS, com cada lado tentando influenciar na formação de um novo governo, mas sem obtenção de consenso entre a maioria da população coreana (GRAHAM, 2003). Assim, o impasse foi 'solucionado" com a partição formal em 1948 – tendo por referência geográfica o Paralelo 38 – e a criação da **1ª República da Coreia** no lado sul. As eleições iniciais de maio daquele mesmo ano, que dariam origem à primeira composição da Assembleia Nacional (ou o Parlamento sul-coreano), foram boicotadas por parte considerável da sociedade, ocasionando uma vitória esmagadora da legenda **Aliança Nacional** que, em seguida, referendaria a ascensão do nacionalista conservador Syngman Rhee – que já era o chefe do governo provisório – por 180 votos contra 13 do opositor Kim Gu (ou 92,7% dos votos) em 20 de julho (CROISSANT, 2001).[247]

Um dos imperativos iniciais no período pós-ocupação era aplacar as crescentes instabilidades sociais no campo, derivadas de uma estrutura de distribuição agrária altamente desigual herdada da ocupação japonesa (HOLCOMBE, 2017). A Coreia do Sul detinha uma população majoritariamente agrária onde mais de 70% das famílias era de agricultores inquilinos – parciais ou totais – enquanto menos de 5% era de grandes latifundiários, concentrando por sua vez mais de 2/3 dos arrozais do país; extraindo renda da terra alugada pelos camponeses seja pelo confisco direto da produção seja por extração monetária. *Era*, em suma, *um grande mecanismo de exacerbação da pobreza* (SHIN, 1976).[248]

---

[247] A **Aliança Nacional para a Rápida Realização da Independência Coreana** (ou simplesmente **NARRKI**) depois seria esvaziada com o estabelecimento, em 17 de dezembro de 1951, por Rhee, do **Partido Liberal** (*Jayudang* - 자유당; e que, assim como o LDP japonês, não era propriamente liberal nem no sentido político nem no econômico) que governaria o país até 1960 e o qual menciono adiante.

[248] O sistema de posse da terra nesse período contribuiu apenas aos colonialistas japoneses que entregavam fielmente produtos agrícolas da Coréia ao Japão para apoiar a industrialização deste último. *As altas taxas*

Destaco que, antes da consolidação de Rhee como presidente da 1ª República, algumas tentativas frustradas de reforma agrária se deram, respectivamente, nos anos de 1945, 1947 e mesmo em 1948. A *primeira* foi perpetrada isoladamente pelas forças de ocupação militar estadunidenses em 8 de setembro de 1945, constituindo uma proposta tímida de "apenas" um teto para a taxa de arrendamento da terra (33% da produção bruta anual que era extraída dos inquilinos), insuficiente para mitigar as revoltas e as insatisfações.

A *segunda*, na forma da "*South Korea Land Reform Law*", foi elaborada em conjunto pela Assembleia Legislativa provisória (Sul)Coreana e o Exército Americano em 13 de setembro de 1947, permitindo ao governo provisório comprar de forma mandatória terras arrendadas para distribuição – mediante venda, com prazo de pagamento de até 15 anos – entre a classe camponesa, além de estabelecer limites sobre o tamanho máximo de propriedade em 2 *chungbo* ou aproximadamente 5 acres. O teto de pagamento anual dos arrendatários também foi reduzido para 20% (SHIN, 1976; KIM, 2016).[249] Em 22 de março de 1948, as terras que estavam sendo adquiridas e sob propriedade do governo – mais exatamente, da New Korea Company (NKC), criada em 1946 – começaram a ser gradualmente distribuídas após a aprovação da Portaria No.173 do governo provisório.[250]

Finalmente, em 10 de março de 1950, quase um ano transcorrido desde sua primeira Constituição republicana nacional, o governo promulgou a *Land Reform Act* (Lei No. 108), consistindo numa legislação mais ampla e profunda de reforma agrária designando dois tipos principais de terras a serem distribuídas: as compradas pelo governo (no geral expropriadas dos latifundiários) e as investidas pelo governo, sem propriedade ou do próprio setor público (SHIN, 1976).

---

correspondentes a tal arrendamento funcionavam como o mais eficiente aparato para coletar o excedente alimentar (principalmente arroz, mas também outros grãos) *pelos proprietários, suprimindo o consumo de alimentos dos agricultores coreanos a um nível baixíssimo de subsistência* (SHIN, 1976).

[249] Cumings (2005) destaca que a *intensificação de esforços em prol da reforma agrária, tanto por parte do governo provisório sul-coreano quanto pelas próprias forças de ocupação estadunidenses, esteve diretamente ligada ao sucesso inicial das reformas análogas na Coreia do Norte com sua experiência de coletivização do campo em março de 1946*. Esta perspectiva também é corroborada, ainda que parcialmente, por Amsden (1989) e Kim (2016). **Ou seja, considerações de caráter geopolítico aumentaram a leniência das autoridades com relação aos ganhos conferidos à classe campesina e cerceamento do poder dos donos de terras.**

[250] A NKC foi formada por iniciativa do próprio governo americano para administrar as terras antes ocupadas pelos japoneses. Nas estimativas de Shin (1976: p.18), 13,1% do total de terras agricultáveis da península chegaram a estar sob sua posse, incluindo os deltas e arrozais mais férteis; e ela foi responsável pela distribuição de 29,6% do total de terras arrendadas na Coreia do Sul e 35,1% dos arrozais no início da década de 1950.

Esta última reforma, embora com maior caráter distributivista, guardava uma intencionalidade implícita de converter ex-latifundiários em empreendedores capitalistas infantes: o governo comprava as terras excedentes com títulos chamados *Chika Chungkwon*, emitidos antecipadamente para compensação da propriedade num valor equivalente a 150% da sua produção média anual nos últimos cinco anos. Quando um terratenente desejasse usar tal título para obter o capital necessário ao investimento industrial ou solicitasse um empréstimo junto às instituições financeiras (ainda públicas naquele momento), estas eram obrigadas – conforme o Ato da Reforma autorizado pelo Ministério das Finanças – a conceder obrigatoriamente e com juros baixos. E, quando um destes detentores de títulos desejasse adquirir instalações governamentais à disposição, como fábricas, minas, navios pesqueiros, entre outras, o governo tinha obrigação de dar-lhes preferência (SHIN, 1976).

A reforma foi um sucesso do ponto de vista de eliminação da classe latifundiária parasitária – constituindo parte da aristocracia dominante alcunhada como *Yangban* – **e da estrutura semifeudal anterior; fazendo tombarem os preços do aluguel da terra e criando novos incentivos para a ampliação da produtividade agrícola pela via dos camponeses** (CUMINGS, 2005; HOLCOMBE, 2017). **Foi**, portanto, de certo modo, **um arranjo institucional extremamente favorável à modernização da agricultura e democratização do acesso à terra na Coreia, para além de ter debelado a hiperinflação ao ampliar a produção e oferta de alimentos** (AMSDEN, 1989). **Contudo**, por outro lado, **não teve o êxito pretendido em converter os ex-proprietários de terras em burgueses industrialistas, em parte pela insuficiência das políticas compensatórias dos títulos de propriedade e em parte pela própria Guerra da Coreia** (prejudicando o orçamento e as capacidades fiscais do Estado sul-coreano), **jogando-os numa situação insustentável e fazendo muitos venderem tais papéis diante do quadro econômico adverso**.[251] Como Holcombe complementa:

> "A Guerra da Coreia, portanto, finalmente completou a eliminação da ordem econômica e social tradicional na Coreia. A sociedade coreana foi transformada de uma hierarquia altamente polarizada para uma comunidade relativamente igualitária – um traço que a

[251] O pagamento pela compensação do confisco de terras aos latifundiários foi bastante vagaroso e disfuncional: em 1954, apenas 28% do valor de compensação havia sido pago aos detentores de títulos. Esse valor só foi pago na totalidade – sem correção monetária – em meados dos anos 1960 (SHIN, 1976: p.25).

> Coreia do Sul do pós-guerra também teve em comum com o Japão e com Taiwan após o conflito" (2017: p.339, tradução própria).

Por sua vez, o empresariado sobrevivente neste período havia adquirido um grande aprendizado, não somente pela experiência prévia do período de colonização japonesa, mas também ao se aproveitar das vantagens da ajuda exterior estadunidense, dos empréstimos públicos privilegiados e das fortes conexões políticas com o incumbente **Partido Liberal** ou **PL** (SHIN, 1976; CUMINGS, 1987; CHENG, 1990). Nos parágrafos que seguem, discorro de forma mais ordenada sobre isto, começando pelo papel da Guerra nas transformações políticas e econômicas vivenciadas pela Coreia do Sul nos anos 1950.

A Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953 foi, numa série de sentidos para além do geopolítico de segurança nacional, fundamental para determinar os rumos que o país seguiria pelo restante da década.[252] Um destes sentidos, de caráter político, diz respeito à leniência americana com a manobra fraudulenta de Rhee para garantir a emenda da reeleição e subsequentemente a própria em 1952 (SAVADA e SHAW, 1992).[253] Outro, de cunho econômico, tange ao Acordo EUA-Coreia do Sul de 1954 (formalmente, chamado de "Tratado de Defesa Mútua"): diante das tensões, incertezas e instabilidades na península mesmo após o armistício, o governo sul-coreano, numa posição acuada e desprovido de infraestruturas nacionais consolidadas, cedeu às pressões e condicionalidades estadunidenses pelo fomento à iniciativa privada e revisão de posturas consideradas "demasiado intervencionistas".[254] É nesse sentido que se dá toda uma série de concessões por parte do governo Rhee, que se compromete a dissolver empresas e bancos estatais, privatizando o sistema financeiro em 1957 e tornando o Banco Central da Coreia do Sul (BoK) autônomo

[252] Como destaquei, não esgotarei aqui todos os episódios do período e suas facetas, por restrições de escopo. Almejo meramente mostrar como estes mesmos se inserem na construção de capacidades institucionais do Estado do país. Para análises da Guerra da Coreia especificamente, ver Hastings (1987) e Cumings (2010).

[253] Em novembro de 1951, Rhee tentou articular a primeira tentativa de emenda constitucional na Assembleia Nacional, sendo derrotado. Já em abril de 1952, em resposta a uma tentativa das forças políticas opositoras em adotarem um regime parlamentarista de governo, Rhee decreta a Lei Marcial acusando "subversão da ordem" e convocando votação extraordinária para a emenda, que, numa clima de tensão e coerção pelas forças policiais e militares, é aprovada. Em agosto daquele ano, ele seria reeleito com 74,6% dos votos contra o ativista independente Cho Bong-am (SAVADA e SHAW, 1992; CROISSANT, 2001). Os EUA, focando todas as suas energias na logística da guerra e suporte às forças militares sul-coreanas, optou por não interferir nesse episódio.

[254] A privatização do sistema bancário em 1957, que já comento, se insere nesse quadro de concessões aos EUA.

do Ministério das Finanças ainda em tal ano.[255] Os EUA usaram sua já citada margem de manobra colossal derivada dos fundos de ajuda para guiar tais movimentos.[256]

Em vista dessa reestruturação econômica, Cheng diz que a **influência americana foi o fator catalisador da criação da classe capitalista ou da burguesia nacional sul-coreana** (1990: p. 147): o desmonte das empresas estatais deu "origem" à primeira safra de capitalistas na Coréia do Sul do pós-guerra, um padrão de desenvolvimento encontrado no início do Japão da Era Meiji. A maior parte dos compradores das firmas públicas eram mercadores mais consolidados ou ex-gerentes previamente no comando de tais fábricas. A transferência de muitas dessas empresas se deu num patamar desvalorizado e baseada em vínculos políticos, resultando numa associação íntima entre Estado (o governo, hegemonizado pelo PL) e empresariado. Não só isto, mas a liquidação maciça das empresas e repartições estatais naquele momento existentes também moldou a estrutura do setor de negócios, no sentido de que, assim também como no Japão Meiji, as firmas líderes beneficiárias jamais perderam o protagonismo adquirido (CHENG, 1990). Para além disso, boa parte dessas *chaebols*, ganhariam contornos mais "reconhecíveis" ao final da década de 1950, cresceram na esteira de recipientes favorecidos da ajuda americana e pelos contratos firmados para obras junto tanto ao Exército estadunidense (decorrentes da Guerra) quanto com as Nações Unidas (CHO, 2003; CUMINGS, 2005; PERKINS, 2013).[257]

Pelo restante do governo Rhee até 1960, o principal veículo de condução política passava a ser o já mencionado PL. O partido, criado em plena guerra por ele e por Li Bum-seok, Primeiro-Ministro durante o governo provisório (1948-1950) e naquele momento embaixador da Coreia na China, sendo a incorporação – em agremiação político-partidária – de diversas organizações sociais de caráter conservador: a Liga da Juventude Nacionalista Chosun, a Federação Camponesa, o Conselho das Esposas da Coreia do Sul, o Conselho de

---

[255] Importante lembrar que o regime Rhee tinha, a princípio, inclinações vacilantemente dirigistas no pensamento econômico, o que se evidencia pela Constituição de 1948 que enfatizava forte planejamento estatal, o controle sobre a indústria pesada e também sobre o comércio exterior. *Essas inclinações praticamente caíram por terra com o pacote de concessões pós-Guerra da Coreia* (CHENG, 1990).

[256] Cheng frisa, não obstante, que tais concessões, bem como as relações bilaterais Coreia do Sul-EUA de forma geral, não foram pacíficas mas sim bastante conflituosas no que tange à pauta econômica (1990: p.147).

[257] Perkins (2013) salienta especificamente o caso da Hyundai neste quesito, que cresceu bastante no setor de construção civil e engenharia tocando projetos para a ONU, para além de ter reconstruído a capital devastada Seoul e provido infraestrutura básica aos centros urbanos. Cumings (2005) conta que, antes da Guerra, o fundador do conglomerado, Chung Ju-yung, detinha tão somente uma única loja de reparos no país, antes de assinar contratos com o governo americano para manufatura de veículos e estruturas de alojamentos.

Cidadãos da Coreia do Sul e a Federação Coreana do Trabalho (MOON e RHYU, 1999).[258] *Nesse período onde o PL foi o agente político dominante, o Estado foi instrumentalizado para acomodação clientelista de setores recém-organizados na nova sociedade sul-coreana; sem, contudo, a adoção de uma estratégia de desenvolvimento nacional coerente* (CUMINGS, 1987; AMSDEN, 1989; MOON e RHYU, 1999; PERKINS, 2013), como veremos no decorrer dos próximos parágrafos.

Segundo Moon e Rhyu (1999), consolidou-se na 1ª República, principalmente após à Guerra da Coreia, um arranjo institucional informal onde o PL – comandado por Lee Ki-poong, homem de confiança de Rhee – sobrepujava o próprio domínio do poder Executivo; e os recém criados órgãos e estruturas de Estado estavam longe de ser locupletados por métodos racionalizados de recrutamento burocrático.[259] Um exemplo citado pelos autores é que, frequentemente, as decisões tomadas no bojo do Comitê de Assuntos Políticos do partido sobrepujavam as do gabinete presidencial, tendo equivalente importância às reuniões da Casa Azul sob o regime Park, que elucido na seção seguinte (1999: p.192). Uma vez que, diante das instabilidades vivenciadas pelo país, ocorreram muitas interrupções na implementação do exame do alto serviço civil nacional, que constituía a via padrão de recrutamento burocrático desde o período colonial, o ingresso em instituições públicas mediante patronagem constituiu-se na prática corrente; e os poucos recrutados por sua expertise ou experiência na administração japonesa se viam obrigados a procurarem quadros do PL para proteção política (AMSDEN, 1989; MOON e RHYU, 1999).

Ou seja, **o Estado sul-coreano na década de 1950 não contava com autonomia nem insulamento que tornaram paradigmático o EDLA**. O policymaking econômico era fundamentalmente controlado e penetrado pelo Partido Liberal; e os múltiplos episódios de predação ilustram os limites da autonomia estatal sob o período Rhee.[260] *Elementos como uma ideologia desenvolvimentista, predomínio do poder executivo, unidade burocrática e*

---

[258] Na Coreia do Sul, com um breve hiato durante a 2ª República, o Primeiro-Ministro é nomeado diretamente pelo Presidente (este sendo de fato o Chefe de Estado) após ratificação da Assembleia Nacional (CUMINGS, 2005).

[259] Os próprios autores parafraseiam a frase clássica de Chalmers Johnson para apontarem que, "enquanto Rhee reinava, o Partido Liberal comandava" (MOON e RHYU, 1999: p.188, tradução própria).

[260] Um desses episódios é o do escândalo envolvendo o Korea Reconstruction Bank (instituição financeira pública do país, que lidava bastante com crédito de origem americana para provisão de infraestrutura) em 1958, que concedeu massivos empréstimos para 12 empresas sul-coreanas que, em troca, financiaram diretamente tanto a campanha eleitoral do PL naquele ano quanto doaram para a própria Tesouraria da legenda (McNAMARA, 1992).

algum grau de insulamento estavam largamente ausentes durante a década de 1950 (MOON e RHYU, 1999).

A despeito da roupagem formal republicana e processos de competição eleitoral-partidária, o PL não tinha dificuldades de manter sua hegemonia, devido a alguns fatores. O *primeiro* era que o partido contava com apoio societal extensivo dos pequenos camponeses beneficiários das reformas agrárias já citadas, tendo convertido mais de 1,5 milhão de camponeses antes despossuídos em pequenos proprietários de terra. Com isso, a oposição ao regime ganhou forma nos centros urbanos entre estudantes e profissionais liberais, entre outros atores.[261] Este mapa de suporte político corresponde ao fenômeno alcunhado como *Yochon Yado* ("vilas para o governo, cidades para a oposição"), clivagem onde áreas rurais apoiavam o partido dominante e as urbanas os opositores, emergente durante a 1ª Repúblicas mas perdurando durante o regime militar de Park e também sob os governos de Chun e Roh (MOON e RHYU, 1999; CROISSANT, 2001).[262] O *segundo* fator diz respeito ao PL ter exitosamente cooptado a classe empresarial – de forma mais agressiva na segunda metade da década de 1950 – incipiente no país para a coalizão dominante via concessão de muitas propriedades antes pertencentes aos japoneses bem como pela privatização de bancos comerciais.[263]

Esses fatores dotaram o PL de uma impressionante capacidade organizacional, com enraizamento sistemático de suas bases em meio à nova sociedade sul-coreana, com o partido contando com vantagens financeiras tremendas em função de seu monopólio de fontes fiscais e de renda. O partido se beneficiava das contribuições e doações dos favorecidos pelas concessões de propriedades japonesas e privatizações bancárias; um imbricamento aos

---

[261] Por exemplo, na 4ª Eleição Geral de 1958, o PL venceu com 66% dos votos nas áreas rurais (esmagadoramente majoritárias naquele momento), enquanto a legenda opositora teve apenas 21% de suporte (MOON e RHYU, 1999). A própria capital Seoul, maior centro urbano do país, era precisamente onde Rhee e os liberais tinham menor votação, obtendo 26,3% em 1954 e 21,4% em 1958, respectivamente. Essas cifras eram quase metade do apoio obtido pelo partido nas regiões rurais do interior e significativamente inferior ao que os partidos opositores arregimentavam (CROISSANT, 2001).

[262] O fenômeno de tal clivagem política na dinâmica de competição eleitoral sul-coreana, usualmente, foi tratado comumente pela literatura numa acepção pejorativa no sentido de atribuir o sucesso no meio rural exclusivamente no sentido de mobilização da máquina clientelista governamental cooptando um eleitorado amorfo. Para diversos autores sobre o tópico, ver Cho (1998) e Hellmann (2011).

[263] A título de exemplo, Moon e Rhyu citam que metade dos candidatos da legenda na eleição de 1958 vinham de círculos empresariais (1999: p.197). O partido também organizou e cooptou grupos anticomunistas e de direita, principalmente refugiados da Coreia do Norte, e veteranos da Guerra da Coreia que se mobilizaram efetivamente como base de suporte da legenda.

beneficiários de outras políticas, tais como a taxa de câmbio valorizada, a alocação preferencial de cotas de importação, empréstimos bancários, licenças de importação, etc.; e, por fim, uma predação intimamente associada aos ciclos eleitorais (AMSDEN, 1989; SAVADA e SHAW, 1992; MOON e RHYU, 1999). Por tudo isso, os partidos opositores, dentre os quais se destacava o Partido Democrático (*Minju-Dang* - 민주당), de orientação política liberal, não conseguiam rivalizar com o PL em termos de votos ou de financiamento, com uma máquina de governança autoritária cerceando a competição eleitoral efetiva (MOON e RHYU, 1999; CROISSANT, 2001).

O corpo militar e principalmente a polícia constituíam os braços repressores do partido. O elo dos primeiros com partido era informal e indireto, se dando por meio dos principais membros da agremiação e do alto oficialato. O partido também fazia uso sutil do Comando de Segurança Especial (CSE ou *Teukmudae*) para passar diretrizes aos militares.[264] Com a polícia era diferente: o PL lhe exercia completo controle. Embora formalmente o Ministério dos Assuntos Domésticos fosse a agência a cargo de ditar as atividades da corporação, a polícia tinha contatos diretos com os gabinetes e escritórios partidários. Como dizem Moon e Rhyu: "O Partido Liberal, e não o Estado, que literalmente dominou o maquinário da polícia" (1999: p.187, tradução própria).[265]

Em suma, apesar dos conflitos e tensões internas, os interesses burocrático-agrários e de vários líderes militares formaram uma aliança anticomunista sob Rhee. Para consolidar o poder político e dar forma a tal aliança, fundou o PL reunindo organizações sociais que os outros nacionalistas haviam cultivado anteriormente e recrutando a elite burocrática (CHENG, 1990: p.148). A ideologia hegemônica anti-comunista e os subsequentes arranjos institucionais desde a ocupação dos EUA lhe auxiliaram no aparelhamento dos setores repressivos aludidos no parágrafo acima e também delimitaram o escopo fundamental de sua margem de manobra política com relação a grupos sociais opositores como trabalhistas e intelectuais. As organizações sociais remanescentes, em sua larga maioria, eram controladas pelo Estado; o que não foi impeditivo para que a contestação política através dos processos

---

[264] No início dos anos 1950, os militares estavam sob controle direto do presidente Rhee, que contava fortemente com o CSE e particularmente com a confiança do comandante Kim Chang Ryong. Com o assassinato deste em 1956, Rhee começou a perder aos poucos apoio no Exército (MOON e RHYU, 1999).

[265] Não por acaso, os autores também reportam que a polícia era a recebedora prioritária dos fundos do partido dominante, seguida por várias unidades administrativas do Ministério dos Assuntos Domésticos (MOON e RHYU, 1999).

eleitorais (mesmo estes sendo apenas “semi-competitivos”) permanecesse vigente, com rivalidade interpartidária feroz (CHENG, 1990; MOON e RHYU, 1999; CROISSANT, 2001).

As incertezas geopolíticas e a “renúncia” relativa de parte das capacidades estatais ao setor privado em função da postura mais assertiva e beligerante dos EUA pós-Guerra da Coreia, por sua vez, foram fatores mobilizados por Rhee para realizar a segunda emenda na Constituição sul-coreana, removendo os limites à reeleição de seu mandato em novembro de 1954 (SAVADA e SHAW, 1992). Em 15 de maio de 1956, diante de uma opinião pública negativa acerca da tentativa de ofensiva norte-coreana no sul, Rhee consegue a reeleição com 70% dos votos (CROISSANT, 2001). A Coreia do Sul, contudo, permaneceria um país largamente miserável e com estruturas econômicas precárias pelo restante da década, com as massivas injeções de recursos de ajuda americana facultando a manutenção de um aparato militar mínimo de defesa e garantindo níveis de subsistência para a população (GRAHAM, 2003). Um dos objetivos primordiais da ajuda, que era viabilizar e consolidar uma base industrial leve, por exemplo, não foi atingido (CUMINGS, 1987; GRAHAM, 2003). Graham (2003) atribui isso largamente à apropriação privada excessiva de recursos estadunidenses (em boa parte pelos fundadores das empresas que depois seriam conhecidas como as *chaebols*) e à falta de direcionamento conferido pelo governo ao empresariado nacional.

Com isto, somado à segunda reeleição de Rhee em 15 de março de 1960 após reformar novamente a Constituição e ter seu opositor direto Cho Pyong-ok (do Partido Democrático) falecendo exatamente um mês antes do pleito, uma série de manifestações eclodiram no país, sendo violentamente reprimidas. O mais icônico desses protestos foi a chamada Revolução de Abril, onde, no dia 19, a polícia de Seoul disparou e assassinou mais de 140 estudantes desarmados que protestavam em frente ao prédio do gabinete presidencial. Esse episódio foi fator de ignição para revoltas em todo o país e decretaram sua insustentabilidade no cargo (SAVADA e SHAW, 1992; GRAHAM, 2003; HOLCOMBE, 2017). Subsequentemente, ante a deterioração irreversível de sua imagem pessoal e com instabilidades sociais se avolumando, tanto o governo americano quanto o Exército abandonam Rhee que, uma semana depois, renúncia e foge para se refugiar nos EUA (CUMINGS, 2005). Chung Huh lidera o governo interino até a eleição de Chang Myon e Yun Posun (respectivamente Primeiro-Ministro e presidente) em 13 de agosto. Chang, inaugurando a brevíssima **2ª**

República da Coreia, até tenta engendrar reformas liberalizantes, mas, diante da difícil situação econômica, continua a lidar com fortes protestos até o golpe militar de 16 de maio de 1961.[266]

Conforme a crise política do regime coreano foi se aprofundando, uma reversão drástica na correlação de forças vis-à-vis o setor privado ocorreu. Como o modus operandi das empresas com relação ao governo do Partido Liberal detinha um caráter predatório mais nítido, tornando a drenagem de rendas do Estado parte das práticas econômicas cotidianas, a maioria dos proprietários das futuras chaebols da época se viam vulneráveis às acusações da junta militar. E aqueles em particular que administravam negócios nas lucrativas indústrias (refino de açúcar, moinhos de farinha e fábricas têxteis) tornaram-se alvo de investigação porque sua prosperidade devia muito à distribuição preferencial dos recursos de ajuda, licenças de importação, contratos de produção junto aos EUA e empréstimos bancários preferenciais, que foram dando forma a segmentos de mercado já incipientemente oligopolistas (KIM e PARK, 2011).

Foi contra essa estrutura, ao menos em retórica, que Park se voltou no início do golpe; embora, com estabilidade e "legitimidade" garantidas pelo apoio dos militares somada à não-interferência dos Estados Unidos sobre sua inclinação estatista, reaproveitou algumas de tais práticas inserindo-as numa lógica distinta ligada à sua própria estratégia de desenvolvimento, numa correlação de forças onde o Estado reafirmava sua autoridade superior e *enforcement* sobre tais atores. Mas, sobre o período Park, analisarei apenas na **Seção 3.2**.

Em síntese, **o governo Rhee teve como grande marca uma elite política desprovida de estratégias coerentes; e o Estado sul-coreano tampouco contou com a institucionalização de aparatos burocráticos coesos no que se refere ao processo decisório**. A política econômica não era definida por um planejamento seguindo uma estratégia delimitada, mas passava por oscilações conforme as vontades dos altos quadros do Partido Liberal para manter os diferentes atores políticos fiéis à coalizão. *Não obstante, duas*

---

[266] Chang Myon tenta um breve ensaio parlamentarista, conferindo maior liberdade de imprensa, sindical e de atividades políticas. Contudo, protestos continuaram conforme o quadro econômico se deteriorou em meio ao desemprego e à desvalorização cambial; e, somando isto à maior assertividade de movimentos estudantis e sociais flertando com o lado norte-coreano após Kim Il-Sung manifestar intenção de reaproximação entre ambas as partes da península, os militares já detinham todos os ingredientes e pretextos para sua intervenção (CUMINGS, 2005).

de suas políticas conduziram indiretamente à germinação do ensaio pioneiro de política de ISI: *a)* a taxa de câmbio momentaneamente sobrevalorizada após a Guerra (1950-1953), maximizando o valor dos dólares retidos pelo apoio às forças militares estadunidenses no território; e *b)* a proibição do comércio com o Japão devido ao ressentimento popular da ocupação, para onde ia a maior parte do arroz produzido em solo coreano (PERKINS, 2013).[267] A consolidação definitiva de tal industrialização substitutiva, bem como a inauguração da inserção exportadora nacional, ambas sob o governo Park, são destrinchadas abaixo.

3.2. A decolada industrialista e a consolidação das *Chaebols* sob o regime militar de Park Chung-Hee

É consensual na literatura, tanto politológica quanto econômica, que o milagre sul-coreano do Pós-Guerra teve início após o golpe militar que instaurou a **3ª República da Coreia**, conduzido por Park Chung Hee – e também pela importante figura do tenente-coronel Kim Jong-Pil – em maio de 1961 (GRAHAM, 2003). A despeito da complexidade da sociedade do país e de seus atores, a formação pessoal de Park ajuda a iluminar e contextualizar em parte certos aspectos das escolhas de política econômica e estratégicas feitas por ele ao longo de seu período de quase 18 anos no poder; e é sobre tal formação que faço algumas considerações no parágrafo abaixo.

A influência educacional do período colonial, recebida tanto da Academia de Oficiais Xinjing na Manchúria quanto na Academia Militar Japonesa em Zama, marcou Park profundamente. *Nutria uma grande admiração pelo legado da Restauração Meiji no Japão e pelo ethos de mobilização cima-baixo desse país quanto, em menor grau, pela Prússia bismarckiana e pela combinação de estatismo, corporativismo e mercantilismo* (CUMINGS, 2005).[268] A Era Meiji, em particular, lhe inspirava pelos êxitos de modernização econômica pautada num forte militarismo (sob o já mencionado slogan *Fukoku Kyohei* ou "Nação rica,

---

[267] Vale destacar que a Coreia do Sul, no imediato Pós-Guerra (1953-1960), virtualmente não detinha exportações: as importações eram pagas com as próprias divisas obtidas pelo suporte às tropas estadunidenses e a ajuda americana da USAID. Portanto, fazia sentido tal política de valorização cambial como meio de viabilizar mais importações, que iam desde bens básicos até tecnologias primárias para o setor industrial leve. E, com as restrições de importações e o uso das divisas externas que começavam a entrar, algumas indústrias começaram a registrar algum crescimento, graças também ao protecionismo tarifário que depois seria institucionalizado como um dos muitos pilares da estratégia de desenvolvimento de Park (PERKINS, 2013).

[268] Para uma biografia completa da trajetória pessoal de Park e suas influências, ver Eckert (2016).

exército forte” - 富国強兵) e pela dissolução de velhas bases de poder abrindo oportunidades para o encampamento das indústrias sob a égide do Estado nacional, que reafirmava sua autoridade (MOON e RHYU, 1999; CUMINGS, 2005; MOON e JUN, 2011).[269] Assim, tendo antes servido sob tutela das forças de ocupação do Exército Japonês, de onde derivou inspirações enfáticas quanto a um forte *nacionalismo* e *dirigismo*, Park ainda no início de seu governo criou as instituições e engendrou as medidas que seriam responsáveis pela sua resiliência no cargo e também pela alta eficácia da planificação da atividade econômica.

Somente em 1961, Park criou a Agência Central de Inteligência Coreana (KCIA – *Korean Central Intelligence Agency*, formada apenas 24 dias após o golpe pela Lei No. 619), o **Conselho de Planejamento Econômico** (EPB – *Economic Planning Board*, estabelecido em julho), desvalorizou o câmbio (*Won* - ₩) dando competitividade às exportações e, através do Ato Temporário sobre as Organizações Financeiras (Temporary Act on Financial Organizations), estatizou os bancos antes privatizados para as chaebols por Rhee de modo a centralizar e nacionalizar o crédito (CHO, 2003; KIM e PARK, 2011).

O primeiro órgão, comandado por Kim Jong-Pil (o líder “prático” do golpe militar), foi uma das instituições-chave de comando do país; sendo o braço de segurança e repressão governamental, assim como o EPB seria o econômico (GRAHAM, 2003; KIM, 2011b). A funcionalidade da KCIA, com base na retórica vaga de “ameaça à segurança nacional”, era reprimir quaisquer dissidências ao novo regime bem como neutralizar oposições políticas e conter invasores e ameaças da Coreia do Norte, para além de coletar informações sobre movimentos sociais, círculos intelectuais, etc. Chancelou pelo recrudescimento autoritário, assim, a estabilidade necessária para Park e seus burocratas colocarem em prática seus planos de curto, médio e longo prazo (GRAHAM, 2003; KIM, 2011b).[270]

---

[269] Há também outros exemplos concretos que endossam tal inspiração: o programa de industrialização pesada que lançaria em 1973 foi fortemente inspirado no Plano Econômico de Longo Prazo promulgado pelo governo japonês em 1957; assim como a Lei de Promoção da Indústria de Maquinários (*Machinery Industry Promotion Act*) de 1967 e a Lei de Promoção da Indústria de Eletrônicos (*Electronics Industry Promotion Act*) de 1969 detinham profundas similaridades, respectivamente, com as Medidas Temporárias para Promover a Indústria de Maquinários (*Temporary Measures to Promote the Machinery Industry*) de 1956 e a Medida Temporária para Promover a Indústria de Eletrônicos (*Temporary Measure to Promote the Electronics Industry*) de 1957 do Japão (MOON e JUN, 2011: p.120-121).

[270] Park, que tinha a prerrogativa presidencial única de indicação do diretor da agência, também a insulou através da Emenda 11 da Lei acima referida para desobriga-la de prestar contas à Assembleia Nacional (esfera legislativa) em nome da manutenção de segredos nacionais de Estado (KIM, 2011b). **Foi a correlata sul-coreana do Departamento de Assuntos Políticos taiwanês, sob o comando de Chiang Ching-kuo, como vimos na Seção 2.1**.

Já o segundo órgão, por sua vez, foi o pináculo da estratégia desenvolvimentista sul-coreana, com importância análoga à do MITI e aproximando o caso nacional ao japonês tal como teorizado por um dos predicados institucionais de Johnson (AMSDEN, 1989; GRAHAM, 2003; KIM, 2011c). Nesse sentido, a EPB detinha de fato coerência corporativa, possibilitando ao aparato burocrático decisório "transcender" aos interesses das forças societais na formulação de objetivos (KIM, 2011c). É válido frisar que tal coerência foi produto da postura de Park, que exerceu ele próprio o elo com as demandas e recomendações dos representantes das *chaebols* e da indústria sul-coreana no geral no anseio de preservar as estruturas do governo e transformar o país num "segundo Japão" (GRAHAM, 2003; KIM, 2011c: p.201; KIM e PARK, 2011; PERKINS, 2013).[271]

Assim, a interlocução política entre Estado e empresariado permitiu a mobilização total das forças do regime para o fomento a tais conglomerados de modo a ambos partilharem a socialização de riscos; porém, ainda assim, com preservação da margem de autonomia do EPB para formular – nos seus próprios termos – o desenho dos planos de desenvolvimento e os marcos institucionais que lhe materializariam (KIM, 2011c). Este ponto é importante por denotar uma **coexistência aparentemente contraditória entre o insulamento burocrático** (que de fato existia, por elementos que veremos a seguir) **e os íntimos laços informais entre o presidente e os representantes do capital privado doméstico; mostrando que a presumida autonomia do Estado é uma noção que detém suas fraturas e que deve ser colocada em perspectiva**. Aliás, Park insulou os tecnocratas da burocracia econômica – tanto do EPB quanto do Ministério das Finanças – não somente da influência dos executivos das chaebols como também de facções de sua própria agremiação, o **Partido Democrático Republicano** (**DRP**, ou *Minju Gonghwadang* - 민주공화당), de modo que ambos os órgãos pudessem trabalhar com o mínimo de pressões conflitivas sobre a elaboração da política industrial e prestassem contas somente à figura pessoal do presidente (KIM, 2011c).[272]

---

[271] É neste sentido que, ainda conforme Kim (2011c), o Estado Desenvolvimentista sul-coreano também acabou se vendo institucionalmente enraizado na sociedade; embora com uma autonomia inserida mais assimétrica, personalista e política, tendo na figura pessoal de Park o negociador direto com o empresariado e o sujeito que delimitaria, dentro dos marcos que julgasse razoáveis, o curso da ação burocrática.

[272] Isto não implica, absolutamente, que a influência política do partido fosse pequena. O DRP, sendo constituído por elites fortemente conservadoras, nacionalistas e defensoras de um *corporativismo de Estado*, buscou conferir uma roupagem e legitimidade "democrática" e "republicana" a Park desde 1963, tendo particular peso durante o Regime Yushin e sendo o partido formal do governo na Assembleia Nacional (LEE, 2011b). Após 1980 se transmutaria no Partido Nacional da Coreia (KNR, ou *Hanguk Gukmin Dang* - 한국국민당) em 1981, sendo também dissolvido em 1988.

O que tornava o EPB – estabelecido pela fusão do antigo Ministério da Reconstrução com o Escritório Orçamentário do Ministério das Finanças da Coreia do Sul ou MFCS (esvaziando significativamente este último, portanto) – uma superestrutura de determinação econômica em particular era a mescla de seu controle do orçamento com o das divisas e recursos estrangeiros (KIM, 1992). **A fusão dessas atribuições sob uma só agência criou uma configuração sem precedentes para o Estado sul-coreano, alterando o próprio equilíbrio de poder intra-estatal**. Enquanto, de um lado, o controle orçamentário facultava a formulação de agenda de forma irrestrita (em relação a outros atores e instituições domésticas), por outro, a canalização das divisas de fora disponíveis – com a ajuda americana em particular tendo peso importantíssimo naquele momento do imediato Pós-Guerra – conferiam margem decisiva sobre a oferta de crédito (STALLINGS, 1990; KIM, 1992).

Tal fusão dava à EPB escopo de intervenção sob virtualmente todos os campos da economia sul-coreana (macro e micro), com uma fronteira tênue entre a política industrial e monetária que dava ao Estado múltiplos instrumentos de negociação com os atores políticos, visto que agora o órgão: sumarizava política públicas; designava planos macroeconômicos; regulava e supervisionava monopólios; e autorizava cartéis para racionalizar a atividade produtiva (KIM, 1992). Todas essas atribuições ficavam a cargo de uma burocracia cujos quadros eram recrutados mediante o rigoroso exame civil nacional *Haengsi*, que geralmente selecionava as gerações mais novas das elites letradas sul-coreanas, o que acabou contribuindo para um corpo gerencial socialmente coeso (KIM, 1992; YOU, 2015).[273]

O EPB foi escalado, portanto, no topo da hierarquia econômica, descrita por Kim (2011c: p.206) de *forma piramidal*: no plano secundário, o MFCS era responsável pelo protecionismo tarifário e autorização de subsídios bancários; o Ministério do Comércio e Indústria (MCICS) provia aos investidores monopólios ou oligopólios durante os estágios de indústria infante; o Bank of Korea (Banco Central) era responsável pela política monetária, mas obedecendo os objetivos maiores do governo; e os bancos de fomento (alguns criados depois) financiavam grandes projetos e administravam portfólios industriais. Outras pastas

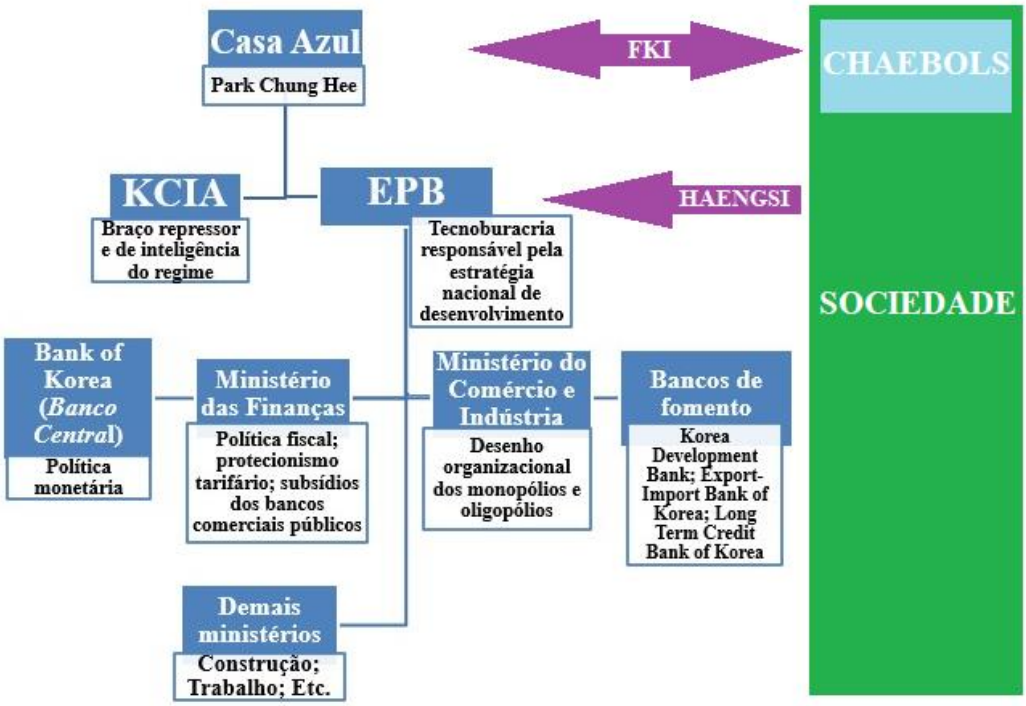
[273] O Sistema *Haengsi* (formalmente, Exame do Alto Serviço Civil) integra o processo de seleção burocrática da Coreia moderna ao menos desde 1948, evoluindo ao longo do tempo junto com o *state-building* (YOU, 2015). Kim (1992: p.202), num estudo exclusivo sobre o EPB para o recorte 1964-1982, estima que, dos selecionados por tal processo, pouco menos de 90% havia se formado na Seoul National University, com os recrutados sendo geralmente provenientes dos cursos de Economia ou Negócios.

também detinham suas funções: o Ministério da Construção, por exemplo, buscava eliminar gargalos logísticos para baixar custos produtivos das atividades econômicas designadas pelos PQs. Por fim, o Ministério do Trabalho, através da estrutura corporativa vigente tutelada pelos militares, tolhia a atividade e pressão sindical de modo a garantir que os salários crescessem abaixo da produtividade, sem corroer a margem de lucro e comprometer a acumulação de capital do empresariado. **Todos estes Ministérios eram subordinados à grande estratégia delineada pelo EPB, sendo funcionais aos imperativos da política industrial** (KIM, 2011c).

Há diferenças importantes no que tange à hierarquia política das instituições econômicas decisórias com relação ao governo Rhee, cujo quadro esquemático respectivo apresentei na subseção anterior. O EPB jazia no topo como super-ministério coordenador geral tendo no MFCS e no MCICS seus braços diretos; compondo, nas palavras de Kim, "um mini-Estado no bojo do grande Estado patrimonial de Park" (2011c: p.207; tradução própria). Por não ter, *ex-ante*, missões setoriais específicas e focar eminentemente no crescimento industrial e diretrizes gerais passadas pelo presidente, o EPB encontrava facilidade para atuar como árbitro dos dois ministérios citados (o primeiro com preferências políticas fiscalmente contracionistas e o segundo com expansionistas), pendendo na maioria das vezes para o MCICS, que já detinha contato mais frequente com os representantes das chaebols. O MFCS também foi "esvaziado" em termos de controle sobre instrumentos de política fiscal, uma vez que o Escritório Orçamentário do EPB autorizava diretamente massivos projetos de investimento e o Escritório de Cooperação Internacional controlava montante muito maior de recursos, alocando os empréstimos estrangeiros e distribuindo a ajuda internacional.[274] Abaixo, segue pequeno organograma hierárquico dos principais órgãos do processo decisório em sua interlocução com os atores econômicos e sociais:

[274] **Kim** (2011c), numa interpretação interessante, **atribui a leniência estadunidense para com o uso não-ortodoxo dos recursos da USAID** (e particularmente com Chang Ki-yong, que fazia a ponte entre os mesmos aportes e o EPB) **à política externa do então presidente dos EUA Lyndon Johnson; que, em 1965, obteve adesão de Park para sua política de segurança regional com o envio de tropas para o Vietnã**.

Figura 1 – Hierarquia Organizacional e Estrutura de Poder do Gov. Park



Fonte: Elaboração própria com base em Kim (2011c).[275]

As *chaebols*, em seu turno, **foram a ponta de lança da inserção externa e a outra face da estratégia nacional de desenvolvimento sul-coreana** (AMSDEN, 1989; PERKINS, 2013). Entretanto, suas relações com Park não começaram idílicas. Quando o governo militar chegou ao poder, havia uma intenção inicial de penalizar os executivos das chaebols pelo enriquecimento ilícito durante o governo Rhee.[276] Houve, contudo, demoção dessa ideia após a consideração de que poderiam ser atores constitutivos da estratégia de desenvolvimento e o reconhecimento de que era irrealista, naquela configuração, fomentar a industrialização em setores chave apenas com base nas (precárias) empresas públicas existentes.[277] Essa

[275]A **Casa Azul** ("*Blue House*") no organograma, comumente citada na literatura sobre história política e econômica da Coreia do Sul, para além de ser a residência onde Park despachava e tinha reuniões para tratar assuntos de Estado, era um gabinete com subsecretarias reunindo membros tanto das Forças Armadas quanto da burocracia civil que repassavam informes de desempenho ao presidente e articulavam demandas do governo junto ao EPB e ministérios. Era também definida por Kim (2011b) por seu caráter altamente tecnocrático. Já a **FKI** será mencionada no parágrafo abaixo.

[276] O **Conselho Supremo para a Reconstrução Nacional** (**SCNR**), junta militar que comandou desde o golpe até a 3ª República da Coreia do Sul, fundada em dezembro de 1963 e que conferiu uma roupagem constitucional ao governo Park, chegou a abrir inquéritos formais contra tais empresários, engavetados após adesão destes ao regime (KIM e PARK, 2011; LEE, 2011b).

[277]*As poucas empresas estatais que a Coreia do Sul detinha naquele momento ainda não tinham capital, tecnologias ou expertise gerencial para conformarem rapidamente um setor manufatureiro moderno, sendo*

reconsideração se deu por dois fatores (CHO, 2003): *1º) as pressões estadunidenses para que não houvesse retaliação tão forte contra especuladores e empresários corruptos, com medo de que isso alimentasse pensamentos socialistas ou subversivos*; e *2º)* Pela influência e conselhos de dois líderes militares próximos ao presidente, Park Hee-bom e Yu Won-sik.

Assim, após manter sob prisão domiciliar extralegal 21 altos líderes empresariais – entre eles o fundador da Samsung, Lee Byung-chull (então o homem mais rico do país), e da Sunkyong Textiles (futura chaebol SK), Hong Chae-son, o governo "negociou" os termos de adesão destes à nova coalizão desenvolvimentista que se formaria, num vínculo tão forte que, ao longo do tempo, tornaria a própria viabilidade do Estado da Coreia do Sul e suas bases socioeconômicas dependentes do êxito ou do fracasso de tais empresas. **Isto, ao longo das décadas seguintes, faria o equilíbrio de poder político pender gradualmente a favor das *chaebols*** (GRAHAM, 2003; KIM e PARK, 2011).[278] O órgão-mor interlocutor de tais atores corporativos com o governo – mais exatamente a figura presidencial – foi a *Federação das Indústrias Coreanas* (**Federation of Korean Industries** – **FKI**), num arranjo corporativista induzido por Park para monopolizar a representação de interesses, a lealdade política de tais empresários e cercear atores econômicos potencialmente rivais à coalizão dominante.[279] Isto, é claro, quando não tratavam individualmente com o presidente.

Além dos militares, o *maior instrumento garantidor da complacência das chaebols ao recém instaurado regime era a "repressão financeira"; isto é, o controle eminentemente público do crédito* e alocação do grande montante de recursos externos (CHO, 2003; YOO, 2003; CHANG, 2006).[280] Com a nacionalização das instituições financeiras ainda em 1961, e o governo então comandando todas as fontes possíveis de capital com todos os bancos comerciais submetidos ao MFCS e ao BoK (e os de fomento ao EPB), Park usou tal sistema

---

nichos de antigos quadros do Partido Liberal acomodados politicamente. E as demais empresas pequenas e médias, predominantes (em quantidade) desde os tempos de Rhee, não poderiam lograr economias de escala tampouco os grandes projetos de infraestrutura desejados por Park (KIM e PARK, 2011: p.271-2).

[278] Mesmo com a adesão desses empresários ao regime, Park ainda assim obrigou-os a doar parte de seus patrimônios na forma de ações de suas firmas que seriam administrados pelo KDB, além de confiscar um campo de golfe particular de Lee e convertê-lo num campus da Universidade Nacional de Seoul (GRAHAM, 2003).

[279] "Estabelecida como uma organização de cúpula de grandes conglomerados industriais, **a FKI não apenas serviu como canal para expressar e defender os interesses coletivos das grandes empresas, mas também permitiu ao Estado controlar, moldar e influenciar esses interesses**" (KIM e PARK, 2011: p.275; tradução e grifo próprios).

[280] Nas décadas de 1960 e 1970, em função da imaturidade dos mercados financeiros e ausência de IPOs (*Initial Public Offerings*, onde a empresa abrem parte de seu capital para vender ações), as *chaebols* quase não tinham escolha exceto contarem com empréstimos bancários (CHO, 2003).

como fiador do **esquema "cenoura e porrete"** (*carrot and stick*): incentivava as grandes empresas com concessão de empréstimos e créditos especiais, convergindo suas táticas corporativas aos objetivos traçados pelos planos plurianuais da estratégia nacional de desenvolvimento (AMSDEN, 1989; CHO, 2003; GRAHAM, 2003; KIM e PARK, 2011).[281] Mas, ao mesmo tempo, também ameaçava-as com revogação dos mesmos ou outras medidas enérgicas, como a tomada em 1967 quando, após eclosão de um escândalo de tráfico ilegal de sacarina por parte da Samsung, danificando a imagem de Park perante a opinião pública, forçou-a a doar a subsidiária Hankuk Fertilizer Company ao Estado (THE KOREA HERALD, 2017).[282] **Este é apenas um caso, nesta reconstituição da trajetória de modernização sul-coreana, que mostra como a narrativa do capitalismo de compadrio** (ou "*cronysm*") **é simplória e incapaz de dar conta de toda a dimensão das relações Estado-empresariado neste caso nacional**. **O governo se manteve capaz de impor perdas a tais grupos altamente poderosos, e assim o fez quando julgou necessário.**

Ainda sobre tal sistema de repressão financeira, este representou o barateamento do capital através do represamento "artificial" das taxas de juros – tornando-as negativas para as chaebols – e *intervenção para fomentar o capital produtivo em detrimento do rentista*.[283] Foi a principal alavanca bombeando capital para a política industrial, mobilizando e alocando recursos, domésticos e externos, nas empresas selecionadas para inserção exportadora em setores chave (LEE, 2003; YOO, 2003; PERKINS, 2013). **Essa canalização financeira corrobora o rol de empreendedor-substituto estatal atentado por Gerschenkron na industrialização tardia e no contexto de atraso**; para além de ter sido muito importante *nos anos 1970*, onde, como veremos em breve, *o governo promulgou o salto produtivo da*

---

[281] A nacionalização do setor se deu mediante o *Temporary Act on Financial Organizations*, de 1961. **Esta é uma diferença interessante entre o Japão da Era Meiji** (exemplo histórico o qual Park admirava e chegou a enaltecer publicamente) **e a Coreia do Sul**. **Enquanto, no primeiro caso, as *zaibatsus* pré-2ª Guerra Mundial controlavam tanto firmas industriais quanto instituições financeiras em seus grupos familiares, na Coreia do Sul eram entidades unicamente voltadas às atividades manufatureiras**.

[282] Inclusive, o terceiro filho do fundador Lee Byung-chull, Lee Kun-hee, foi preso na operação (sendo depois solto). Após o episódio, o CEO se afastou do grupo e relegou o comando ao seu primogênito, Lee Maeng-hee.

[283] O próprio presidente, em relatório emitido ainda em 1961 no ano do golpe militar, atentou expressamente para a importância de cercear "grupos privilegiados", o "sistema bancário corrupto" e especuladores que acumulavam riqueza pessoal às custas da produção e da tecnologia (PARK *apud* YOO, 2003: p.143).

indústria leve para a pesada e de capitais com o programa de Industrialização Química e Pesada (conforme a literatura, **HCI – Heavy and Chemical Industrialization**).[284]

Elucidadas até aqui as principais arquiteturas institucionais que imprimiriam sua marca no regime de Park, passo agora à reconstituição de sua estratégia de planejamento para a economia política sul-coreana e as metas de cada momento. A partir dos anos 1960, inseriu à oscilante ISI vigente nova orientação: a **inserção exportadora assentada na indústria de bens de consumo leves e intensiva em trabalho** (AMSDEN, 1989; CHENG, 1990; LEE, 2003; PERKINS, 2013).[285] Essa orientação ganhou corpo com o **1º PQ**, lançado pelo EPB em 13 de janeiro de 1962 (indo até 1966) e enfatizando tanto o aumento das exportações – *fertilizantes*, *fibras sintéticas*, *têxteis*, *calçados*, *cimento* e *moinhos de aço* – quanto a redução do coeficiente de importações para lograr uma balança comercial favorável, com predileção pelo capital doméstico preponderante ao estrangeiro (CHENG, 1990).[286] Os resultados vieram acima do esperado, principalmente nas exportações de manufaturados, dando confiança ao governo para dobrar a aposta.[287]

Considerações estratégicas explicam a escolha de tal orientação industrialista "para fora" enfática nesses segmentos: a *primeira* diz respeito ao *tamanho diminuto de seu mercado interno e escassa dotação de recursos*, tornando estruturalmente inviável – ao contrário de países latino-americanos como Brasil e México, por exemplo – uma via de desenvolvimento mais voltada para o consumo doméstico (GEREFFI, 1990; PERKINS, 2013). A *segunda* se relaciona com a *capacidade desses setores de geração de empregos, num cenário de êxodo rural para os centros urbanos* – **ou a "oferta ilimitada de MDO lewisiana"** – *ainda vigente*,

---

[284] Na verdade, conforme já veremos nos próximos parágrafos, desde o 2º PQ (1967-1971) já havia uma maior ênfase em constituir tais indústrias (pesadas). Contudo, o ímpeto programático definindo-as como prioritárias só se deu com a HCI (HORIKANE, 2005).

[285] Inclusive, para mostrar como levava a sério a inserção externa das firmas domésticas, Park criou em 1963, após as exportações nacionais superarem US$ 100 milhões pela primeira vez, o Dia Nacional da Exportação; onde agraciava, em cerimônia pública, a empresa que mais atendesse requisitos estabelecidos pelo PQ, com uma medalha de mais alta honraria do governo. Evidentemente, mais do que uma medalha simbólica, o que motivava as chaebols a se arvorarem em tal competição era a "boa imagem" aos olhos do presidente para lograrem posições mais favoráveis quando pedindo benesses ao Estado (GRAHAM, 2003; LEE, 2011b).

[286] Tal plano, é importante frisar, foi uma reciclagem do prévio Plano Quinquenal de Reabilitação Econômica do País, elaborado em julho de 1961 pelo MCICS (mais exatamente pelas figuras de Yu Won-sik e Park Hui-bon), que estipulou uma média de crescimento anual de 7,2% do PIB e uma base produtiva que permitisse estabilidade do BP concomitantemente ao ingresso de divisas estrangeiras (LEE, 2003).

[287] As metas estipuladas pelo 1º PQ (1962-1966) eram, respectivamente (em médias de crescimento anual): 7,1% para o Produto Nacional Bruto (PNB); 15% para o setor manufatureiro; 4,2% para o PNB per capita; 14,8% para os investimentos fixos e de 28% para as exportações. Os resultados obtidos para esses indicadores foram, respectivamente: 7,8%; 15%; 5%; 25,7% e 38,5% (EPB *apud* KIM, 1991).

sendo, portanto, instrumentais ao governo que desejava uma rápida estabilização para legitimar socialmente o novo regime (AMSDEN, 1989).[288] Em *terceiro lugar*, as próprias *vantagens comparativas sul-coreanas em princípios da década de 1960*, com uma base inicial de salários extremamente baixa em função das condições de atraso econômico.[289] E, em *quarto e último lugar*, a ênfase exportadora também tinha por objetivo, **num sentido mercantilista**, *lograr superávits comerciais para acumular divisas estrangeiras* permitindo, ao mesmo tempo: *a)* reduzir a dependência com relação à ajuda americana e do capital externo, eventualmente; e *b)* continuar financiando a industrialização, importando bens de capital e tecnologias necessárias ao próximo salto tecnológico (CHANG, 2006).[290]

Os segmentos produtivos que mais se beneficiaram com o primeiro plano e suas políticas complementares de desenvolvimento foram os de têxteis (de tecelagem de algodão principalmente) e vestuário, sendo estas inclusive as primeiras fábricas modernas da Coreia pré-Park (AMSDEN, 1989). Em 1961, por exemplo, o setor têxtil, intensivo na absorção de MDO, perfazia 25% das exportações sul-coreanas num valor de US$ 5,7 milhões. Já em 1965, as exportações totais já ultrapassavam US$ 106 milhões, com o mesmo (segmento) passando a compor notórios 41% (GRAHAM, 2003).[291]

Inicialmente, nesta empreitada, a Coreia do Sul continuou a contar com ajuda americana e capital de fora para preencher o hiato entre investimentos nacionais e poupança doméstica, com Park demonstrando **predileção pelos empréstimos estrangeiros vis-à-vis IED**; *que, quando facultado, se deu sempre por* **joint ventures** *ao invés de subsidiárias das multinacionais operando autonomamente* (CHENG, 1990; STALLINGS, 1990; KIM e

---

[288] Cabe aqui assinalar que tal excedente laboral, por razões já consideradas (reforma agrária produzindo uma estrutura um pouco mais equitativa de distribuição de terras), não teve nem de longe a mesma magnitude vis-à-vis a realidade latino-americana, permitindo assim que os ganhos de produtividade fossem transmutados aos salários em maior medida. Amsden (1989, Cap. 8) estima, nesse sentido, que os rendimentos reais médios dos trabalhadores do setor manufatureiro do país tenham crescido a uma média de 11,53% a.a. entre 1967 e 1979, muito embora os frutos de tais ganhos tenham sido distribuídos de forma desigual entre firmas com diferentes tamanhos, densidades de capital e também por gênero. Ainda assim, *esse rápido crescimento dos salários no país imprimiu em seu processo de industrialização periférica – assim como os dos já vistos Japão e Taiwan – um caráter particular* (AMSDEN, 1989: p.189).

[289] "Assim, a partir de uma baixa base salarial na Coréia, era mais fácil para os empregadores permanecerem competitivos internacionalmente e, ainda assim, aumentar os salários, apenas para melhorar a resistência física e a motivação mental de seus trabalhadores" (AMSDEN, 1989: p.202; tradução própria).

[290] Divisas essas administradas pelo Comitê Deliberativo de Indução ao Capital Estrangeiro, interno ao EPB, supervisionando tais recursos e os remanejando conforme os setores priorizados pelos PQs (GRAHAM, 2003).

[291] As chaebols já eram proeminentes nessas estatísticas, como é o caso da Cheil Wool Textile Company do grupo Samsung pertencente a Lee (fundada em 1954). Neste período inicial, inclusive, a Cheil seria a indústria líder no respectivo grupo emergente (GRAHAM, 2003).

PARK, 2011; PERKINS, 2013).[292] **Isto representou, de certo modo, uma configuração distinta do padrão dependente marcante do capitalismo latino-americano com a "tríplice aliança" entre Estado, empresas estatais e multinacionais** (EVANS, 1979; CHENG, 1990). E, além disso, *esses empréstimos estrangeiros, seguindo o padrão geral do Leste Asiático, eram provenientes em sua maioria de fundos públicos na forma de empréstimos bilaterais e multilaterais, com juros menores e prazos de carência maiores que facilitaram o pagamento da dívida, numa realidade também muito distinta da que eclodiria na América Latina* (STALLINGS, 1990).[293] *Somando este fato ao êxito da inserção exportadora da indústria coreana, temos como resultado a diminuição constante e gradual da importância do capital estrangeiro como parte dos investimentos brutos domésticos*, com a Coreia do Sul se tornando ainda nos anos 1980 (como Japão e Taiwan já eram antes dela) uma exportadora líquida de capitais e investimentos.

Mas, antes disto, muitos desafios jaziam diante de Park. Ainda em meados dos anos 1960, diante do sucesso das exportações e início do fortalecimento das chaebols, o EPB anunciou em 1967 o **2º PQ**, onde o governo já dava indícios de que pretendia mover-se das vantagens comparativas na indústria leve à pesada, intensiva em capital (GRAHAM, 2003). A despeito da liderança – até ali inconteste – dos nichos de fiação e tecelagem de algodão, *o segmento têxtil nunca foi um agente promotor do aprofundamento da industrialização sul-coreana, agregando poucas tecnologias e com escassos encadeamentos hirschmanianos ou organizacionais para outros setores*; sendo a diversificação produtiva a única alavanca possível para criação de vantagens comparativas dinâmicas (AMSDEN, 1989: Cap. 10). Assim, nesse novo plano, que previa colaboração ainda mais íntima entre governo e

---

[292] **Isto não quer dizer, absolutamente, que o governo fosse hostil aos investimentos estrangeiros. Muito pelo contrário**, buscou atraí-los através da promulgação do *Foreign Capital Inducement Act* (**Ato de Indução ao Capital Estrangeiro, Lei No. 1802**) de 1966, elaborado pelo MFCS e aprovado pela Assembleia Nacional. Ele eximia os investidores estrangeiros – apenas nos segmentos onde pudessem agregar trazendo tecnologias inexistentes domesticamente – de impostos sobre renda, corporativos, propriedades e aquisições (LEE, 2003; KIM e PARK, 2011). A lei, bem como alterações subsequentes nela ao longo das décadas de 1970 e 1980, estão disponíveis em: https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/ktilc14&div=9&id=&page=.

[293] Quando aos empréstimos estrangeiros de origem privada, como as firmas sul-coreanas ainda não eram conhecidas no mercado internacional, tiveram de obter empréstimos no estrangeiro por meio de garantias de pagamentos. Em vista de auxiliá-las nessa empreitada, o governo novamente agiu institucionalizando um verdadeiro **sistema de socialização dos riscos**, operado pelo BoK e pelo KDB após aprovação prévia pelo EPB e ratificação da Assembléia Nacional, onde o governo se comprometia com o ressarcimento dos mesmos na sua quase totalidade em caso de inadimplência: 40% diretamente e 50% via bancos públicos (CHO, 2003; KIM e PARK, 2011).

conglomerados, os setores de *energia*, *aço*, *maquinários* e *produtos químicos* começavam a ser vistos como mais desejáveis, sem negligenciar incentivos e fomento aos já pujantes.[294]

É mister salientar que, **a despeito das indicações e orientações dos planos, a política industrial não se esgotava neles**; e, assim, em seguida ao seu lançamento, o governo promulgou todo um novo arcabouço institucional (elaborado separadamente pelo EPB e chancelado pela Assembleia Nacional, dominada majoritariamente pelo partido incumbente, o DRP) que prepararia terreno para a HCI e o 3º plano (CHO, 2003). Este arcabouço se traduzia no Industrial Machinery Promotion Act (1967), no Shipbuilding Promotion Act (1967), no Electrical Industry Promotion Act (1969), no Steel Industry Promotion Act (1970) e no Petrochemical Industry Promotion Act (1970).[295] Mas, antes mesmo disso, em 1964 Park auxiliou os EUA na Guerra do Vietnã com tropas e logística, em troca de divisas adicionais para ajudar na mobilização de capital para tal guinada.[296] E, em dezembro de 1965, antevendo tais mudanças industriais desejadas, movimentou-se estrategicamente ao se reaproximar e restabelecer laços diplomáticos com o Japão, que passava por um cenário de pujança desde a década a anterior e já era uma potência regional (KIM e PARK, 2011). As consequências são sumarizadas na passagem abaixo:

> "Como resultado, as empresas coreanas ganharam não apenas mercados para suas exportações que, de outro modo, não estariam disponíveis, como também um canal pelo qual as tecnologias japonesas poderiam ser transferidas aos fornecedores coreanos. Portanto, as firmas coreanas se tornaram fornecedoras das empresas japonesas em um conjunto de setores onde as firmas da Coreia do Sul ainda eram novos entrantes, como o manufatureiro de componentes elétricos e eletrônicos e outros manufatureiros leves que eram tecnologicamente mais intensivos" (GRAHAM, 2003: p.24, tradução própria)

---

[294] Amsden (1989: p.81) destaca que uma das principais metodologias de planificação utilizadas pelo EPB neste segundo plano em especial, para além de estudos sobre os nichos industriais almejados, foi a matriz de insumo-produto inspirada em Leontief, mencionada algures no Capítulo 1 desta Tese.

[295] **Todas essas medidas garantiam que as empresas adentrando nesses setores aludidos acima tivessem tratamento preferencial, via acesso a crédito tanto doméstico quanto estrangeiro, isenções tributárias e provisão pública de infraestrutura** (GRAHAM, 2003).

[296] *Esse suporte, inclusive, auxiliaria em muito as chaebols Hyundai e Hanjin a lograrem expertise inicial nas áreas de infraestrutura e de construção civil, acumulando capital e fortuna graças aos contratos governamentais para obras tecidos com os EUA no Vietnã do Sul*, ocupado à época pela potência estrangeira (KIM e PARK, 2011).

Ou seja, *a política externa do governo Park também se viu imbricada na estratégia de catching-up, tirando dividendos de cada contexto* (KIM e PARK, 2011). Mas, se no 2º PQ e nas medidas institucionais subsequentes, já se via um ensaio de mudança do paradigma de desenvolvimento, **esta importante transição para setores mais sofisticados – consolidada pela HCI – não pode ser entendida sem considerar a dimensão geopolítica, que acelerou a urgência de tal câmbio na estrutura industrial, sendo este último uma resposta política racional a ela** (HORIKANE, 2005). **Essa reorientação produtiva tornou-se inevitável diante de uma série de acontecimentos geopolíticos entre a virada dos anos 1960 e 1970**, se dividindo em dois principais interrelacionados: o *primeiro* foi o aumento das tensões e episódios de violência com a Coreia do Norte.[297] O *segundo* foi a mudança na política externa dos EUA com relação à Ásia, materializada na – já citada – Doutrina Nixon/Guam em julho de 1969, prevendo retirada gradual de tropas estadunidenses e fazendo com que países da região tivessem de se responsabilizar pela própria segurança e estratégias nacionais de defesa (HORIKANE, 2005; LEE, 2003; PERKINS, 2013).[298]

Dessa forma, Park e os quadros burocráticos do EPB amalgamaram as considerações de defesa e segurança nacional com a estratégia de complexificação produtiva, e, em 1970, lançaram como balão de ensaio o Programa Abrangente para as Indústrias Pesadas, focado em viabilizar quatro grandes projetos concernindo construção de plantas siderúrgicas, de fundição de aço, de maquinários integrados e largos estaleiros. O programa foi acompanhado, dois anos depois, pelo **3º PQ** (1972-1976), diminuindo os incentivos aos setores leves e consolidando definitivamente o objetivo governamental de agora focar em: *produção siderúrgica e metalúrgica*, *navios*, *produtos petroquímicos*, *equipamentos de transporte* e, ainda de forma tímida, o promissor segmento de *eletrônicos* (CHI, 1990; LEE, 2003; GRAHAM, 2003; CUMINGS, 2005).[299] E, pelos anos seguintes, da mesma forma como

---

[297] A partir do final dos anos 1960 e principalmente na década de 1970, Park sofreria uma série de tentativas de assassinato (uma destas, em 1974, ceifaria a vida de sua esposa, Yuk Young-soo) de grupos guerrilheiros urbanos infiltrados na Coreia do Sul ou simpatizantes da Coreia do Norte; para além desta, em janeiro de 1968, ter sequestrado o navio estadunidense USS Pueblo no limiar entre águas internacionais e norte-coreanas (HORIKANE, 2005). Não obstante tudo isso, vale frisar que, em 1962, a Coreia do Norte, sob o governo de Kim Il-Sung, havia estabelecido o Centro de Pesquisa Científica de Yongbyon; o qual, em 1965, realizou seus primeiros experimentos de fissão nuclear (BOLTON, 2012).

[298] Além desses dois fatores geopolíticos, haviam outras considerações: na virada dos anos 1960 para os 1970, os EUA começavam a recrudescer o protecionismo contra países em desenvolvimentismo (particularmente no setor têxtil, motor das exportações); e o excedente de MDO começava a arrefecer, com aumento contínuo dos salários reais e diminuição nas vantagens comparativas nesse quesito (KIM e PARK, 2011: p.284).

[299] Este último, contudo, só seria elencado como prioridade a partir do 4º PQ (AMSDEN, 1989).

ocorreu com o 2º PQ com seu arcabouço institucional complementar, Park também promoveu atos suplementares e outras medidas em auxílio ao terceiro plano.[300] **Tal salto ao segmento pesado**, como visto nesta Tese, **também guarda relevância fulcral à modernização tardia por, enfim, introduzir o desenho organizacional da firma manufatureira moderna, por natureza oligopolista** (AMSDEN, 1989).[301]

Mas, antes de tratar desta guinada no paradigma de industrialização, se dando em meio aos fatores externos que mencionei, friso aqui também as crescentes turbulências políticas domésticas coetâneas a tal contexto. Na campanha eleitoral de 1967, já consolidado no poder, Park venceu o candidato opositor Yun Posun (do Novo Partido Democrático da Coreia ou *Sinmimdang* - 신민당; principal antagonista ao DRP e que já havia perdido também as eleições presidenciais de 1963) por 51,4% contra 40,9% dos votos. Tal diferença, contudo, arrefeceria para 7,6% na eleição seguinte de 1971, entre ele e Kim Dae-jung, do mesmo partido.[302] O controle da Assembleia Nacional também já não era mais tão inconteste para o DRP, que caiu no número de assentos de 73,7% em 1967 para 55,4% em 1971. Isto tudo em um sistema político-partidário unicameral com oposição refreada e estrito controle dos militares, com a própria KCIA e SCNR tendo elaborado em outubro de 1963 a Constituição da 3ª República (CUMINGS, 2005). Ou seja, se a coalizão política pró-Park era hegemônica, começavam a surgir questionamentos quanto à sua legitimidade (KIM, 2011b).

Cheng (1990) fornece pistas para entender este desgaste em meio ao bom desempenho econômico. Segundo ele, numa nova estrutura social onde a mobilidade era unidirecional (de camponeses para proletários), o próprio sucesso industrializante germinou novas forças e atores nacionais que passaram a testar crescentemente a capacidade política do grupo desenvolvimentista dominante. A incipiente classe proletária urbano-industrial, somada às classes médias que se formavam, numa sociedade que se complexificava *pari passu* com a

---

[300] Destes, cumpre destacar o Steel Industry Promotion Act, o Electronics Promotion Act, o Petrochemical Promotion Act e o Nonferrous Metals Reining Act, todos promovidos entre 1974 e 1980 (LEE, 2003).

[301] Amsden prossegue: "De igual importância, a transição da indústria leve para a pesada envolve transitar da concorrência com mão-de-obra barata para a concorrência com base em instalações e habilidades modernas, considerando os custos de mão-de-obra possibilitando a entrada. [...] Para os industrializantes tardios, portanto, a transição da indústria leve para a pesada envolve uma mudança da competição contra empresas de outros países com baixos salários para competição contra empresas de países com altos salários que têm acesso a muito mais experiência e conhecimento técnico" (1989: p.19; tradução própria).

[302] Kim Dae-jung, inclusive, se tornaria presidente da Coreia do Sul no futuro (1998-2003).

economia sul-coreana, incorporavam novas questões e demandas à agenda política, como disparidade de renda e participação (CHENG, 1990: p.164).[303]

A resposta de Park, tanto ao cenário de segurança externo mais instável quanto aos problemas políticos internos que se somavam, foi o chamado Regime Yushin (유신), "fechando" definitivamente o sistema político e dando forma então à 4ª República da Coreia, centralizando o poder de forma ainda mais autocrática na figura presidencial e revigorando a aliança Estado-chaebols – via HCI – para levantar o país das dificuldades às vésperas do primeiro choque do petróleo (CHENG, 1990; KIM, 2011b; 2011c).[304] **Com este regime, somado à nova política para as chaebols, o governo** fez uma inflexão desenvolvimentista onde intensificou a mobilização financeira e investimentos em tais grupos; e, ao mesmo tempo, **incentivou a diversificação das suas atividades, produzindo contraditoriamente uma estrutura concentrada de propriedade** chancelada pelo autoritarismo que tornaria indissociável o poderio crescente de tais conglomerados das contradições e assimetrias da economia política sul-coreana (AMSDEN, 1989; GRAHAM, 2003; LEE, 2003; KIM e PARK, 2011).[305] Essa concentração foi igualmente auxiliada pelo fato de que, como os mercados eram oligopolizados, as pequenas e médias empresas do país mal conseguiam se firmar; e, insolventes ou em situações financeiras frágeis, foram

---

[303] Cheng aqui evoca o argumento clássico da Teoria da Modernização, com analogia entre a complexificação da sociedade derivada do progresso socioeconômico e o surgimento de forças políticas pró-democratização. **Esta análise, no caso sul-coreano, é acurada; ao passo que não o seria em Taiwan**. A origem do argumento está em Lipset (1959). Para um balanço crítico de tal perspectiva, ver Przeworski e Limongi (1997).

[304] O **Regime Yushin** (ou "**Rejuvenescimento Nacional**"), assentado na constituição de igual nome, foi proclamado em 21 de novembro de 1972 pouco mais de um mês depois da promulgação da *Lei Marcial na Coreia do Sul* (17 de outubro), dissolvendo momentaneamente a Assembleia Nacional (esfera legislativa), revogando a constituição anterior e suspendendo as atividades políticas. O regime dotou a figura presidencial de poderes administrativos extraordinários – como mandato vitalício – e praticamente insulou de vez o poder político formal de potenciais pontos de veto eleitorais, do Legislativo e do Judiciário (CHENG, 1990; HORIKANE, 2005). **Este último ponto reforçou o segundo predicado institucional de Johnson quanto ao EDLA, que de fato foi corroborado pela inflexão econômica que Park daria nos anos 1970.**

[305] Talvez o melhor exemplo possível do autoritarismo promovido por Park durante esse novo ciclo tenha sido o sequestro, executado por forças de inteligência da KCIA, de Kim Dae-jung em 1973 quanto este saía de um hotel em Tokyo, sendo levado à Coreia onde foi posto em prisão domiciliar até 1979 e depois condenado a vinte anos de prisão em 1980 por supostamente ter defendido protestos "subversivos", como a Rebelião de Kwangju (CUMINGS, 2005). O incidente, além de abrir uma rusga diplomática com o Japão, também representou um momentâneo esfriamento das relações externas com os EUA durante o gov. Carter; o qual, após muita pressão via o Embaixador Philip Habib, conseguiu evitar que Kim fosse morto pelo regime e, em 1982, sua extradição para solo americano (GRAHAM, 2003).

compradas pelas chaebols, retroalimentando a concentração de seu poderio econômico e influência política (CHENG, 1990; CHO, 2003; GRAHAM, 2003).[306]

Logo como um das medidas iniciais pós-proclamação do Yushin, Park promulgou em janeiro de 1973 a já aludida HCI, cuja meta-mor era, ao final da década, lograr exportações totalizando US$ 10 bilhões e uma renda per capita de US$ 1000,00 (CHENG, 1990; HORIKANE, 2005).[307] Um aspecto pertinente da HCI é que seu conteúdo não foi elaborado pelo EPB, mas sim por um pequeno comitê interno da Casa Azul, compreendendo burocratas, empresários, consultores externos (ao governo) além, é claro, do próprio presidente.[308] Nos anos seguintes, inclusive, o EPB teve de elaborar o próximo PQ visando potencializar os projetos já em andamento da HCI, usando para isso suas prerrogativas orçamentárias (HORIKANE, 2005). **Este "esvaziamento" temporário é interessante por adensar e problematizar a sentença de que tal conselho (EPB) foi o único órgão responsável pela formulação da estratégia nacional de desenvolvimento industrial no governo Park, a despeito de seu predomínio e importância terem sido constantes durante quase todo o período**.

Antes de entrar a fundo no programa, cumpre detalhar um pouco as consequências políticas e econômicas no bojo da referida estratégia de diversificação promovida pelo governo. Principalmente a partir da década de 1970 em diante, as chaebols se estabeleceram em múltiplos setores com negócios e atividades bastante diversificadas, num sistema – legitimado pelo Estado – de participação cruzada de capital e de garantias de empréstimos.[309] Essa nova formação, escancarando a estrutura dos conglomerados, constituía uma *estratégia empresarial defensiva* para contornar as dificuldades da industrialização tardia e competição

---

[306] Cho (2003: p.121) estima que, somente entre 1976 e 1979, mais de 100 empresas insolventes (que não conseguiam se refinanciar, visto que o crédito era direcionado pelo governo apenas às maiores firmas) foram anualmente absorvidas pelas Chaebols, com a cifra atingindo 208 no último ano referido.

[307] Em 1980, o êxito do programa se constatava pelo fato de ambas as metas terem sido atingidas com folga, com as exportações sul-coreanas perfazendo US$ 18,49 bilhões correntes e uma Renda Nacional Bruta per Capita de US$ 1.860,00 correntes, respectivamente (WORLD BANK, 2020).

[308] Sobre tal comitê, merece atenção particular um de seus quadros, O Won-chol (Secretário de Assuntos Econômicos da Casa Azul), principal formulador da HCI. Tendo estudado com especial afinco a experiência de desenvolvimento da indústria pesada do Japão, a qual lhe inspirou, Won-chol desenhou o plano especificando os segmentos diversos a serem fomentados, a escala desejada das plantas produtivas iniciais e até mesmo suas localizações geográficas (PERKINS, 2013; THE KOREA TIMES, 2015).

[309] Válido destacar que, a despeito da estratégia de Park focar na diversificação voltada ao fortalecimento das empresas em sua ligação com a política industrial, estas também penetraram no setor de serviços, como por exemplo instituições financeiras não-bancárias, hotelaria e lojas departamentais (KIM e PARK, 2011).

no mercado internacional: suas subsidiárias podiam auxiliar umas às outras mediante transferência de recursos e subsídios, autorizada por um poder decisório interno altamente centralizado no grupo familiar que buscava, sempre, a sobrevivência da chaebol como um todo (AMSDEN, 1989; KIM e PARK, 2011).[310]

Todas as *chaebols*, a despeito de variações intersetoriais e também entre firmas dentro da própria organização, guardavam três grandes pontos em comum: *a)* todas as empresas do grupo eram controladas por uma única cia, na maioria dos casos regida diretamente pela família fundadora do conglomerado; *b)* todas as firmas dentro do grupo detinham tamanho considerável, e trabalhavam seguindo à risca as orientações dessa gestão no topo; e *c)* nesse envolvimento em múltiplos setores, os gerentes e administradores eram constantemente transferidos de uma empresa à outra, garantindo a fidelidade e unidade da estratégia corporativa bem como "fertilização conjunta de experiências" (KIM e PARK, 2011: p.281).

Regressando à HCI, elaborada antes do choque do petróleo do mesmo ano de seu lançamento, compreendia um programa de investimentos setoriais massivos totalizando US$ 9,6 bilhões a serem executados entre 1973 e 1981, dos quais o capital estrangeiro e doméstico perfaziam, respectivamente, 60% e 40% (HORIKANE, 2005). Um fato curioso do programa é que, a despeito de ser elaborado para fomentar o desenvolvimento econômico de caráter privado das chaebols, nele o Estado interviu para além do mero investimento e auxílio pecuniário/institucional. O ápice da intervenção em prol da indústria química e pesada diz respeito ao protagonismo assumido pela **Pohang Iron and Steel Company**, conhecida popularmente como **POSCO** e administrada em 30% pelo governo diretamente, 40% pelo KDB e 30% por bancos comerciais públicos. A empresa foi oficialmente criada em abril de 1968, mas somente viabilizada de fato após intensas negociações de Park no bojo da Conferência Ministerial Coreia-Japão em julho do ano seguinte, onde logrou cooperação

[310] Evidentemente, quando da promulgação de tal programa, as chaebols já contavam com empresas em múltiplos segmentos. Antes da HCI (e também durante boa parte dela), a mais consolidada era a **Hyundai**: estabelecida em 1947 como Hyundai Engineering and Construction Company, ficou sem subsidiárias até 1955, quando inaugurou a Hyundai Marine and Fire Insurance. Embora tenha "feito seu nome" desde antes, auxiliada por contratos e operações junto ao exército estadunidense engajado na Guerra da Coreia (com barracas, instalações, pavimentação de estradas e fabricação de veículos de combate), foi apenas na década de 1960 que se firmou como conglomerado, com a Hyundai Securities (1962), a Inchon Iron and Steel (1964), a Hyundai Oil Refinery (1964), Hanil Hyundai Cement (1969) e as mais poderosas de todas durante o gov. Park, a Hyundai Motors (1967) e a Hyundai Heavy Industries (1972), esta última criada para aproveitamento das rendas vindouras da industrialização pesada na década de 1970 (CARR, 1991; KIM e PARK, 2011).

técnica mediante joint venture com a Nippon Kokkan Steel (que também havia iniciado suas atividades como estatal) e auxílio financeiro japonês (POSCO, 2020).[311]

Pensar a POSCO "apenas" como empresa pública subdimensiona o que representou enquanto mão visível do governo na busca pelo catching-up, sendo a verdadeira "joia da Coroa" da industrialização pesada nacional, por quatro razões: 1ª) *Pelo controle virtualmente monopolista do principal insumo do novo paradigma manufatureiro, fortaleceu ainda mais o papel concomitantemente apoiador e disciplinador do Estado ante as chaebols*, as fidelizando com provisão de aço de alta qualidade a baixos preços, barateando a principal commodity requerida aos novos nichos produtivos abertos.[312] 2ª) *Representou também a distorção de toda uma estrutura de mercado e seus preços relativos pela criação de novas vantagens competitivas através do aprendizado*, com tantos subsídios públicos do governo que a POSCO, ainda no final da década, tinha escala e estrutura de custos equivalente à do Japão (naquele momento com a maior produtividade da Ásia no setor) e, nos anos 80, competia em igualdade com Taiwan e Brasil no mercado internacional.[313] 3ª) *A empresa seria crítica por, de um lado, continuar logrando divisas para o país*, já que exportava entre 30% a 40% de seus carregamentos, principalmente para EUA e Japão, *enquanto que, de outro, continuava aprofundando a ISI nacional*. E, por fim mas não menos importante, 4ª) *a expansão da POSCO gerou sinergia com outras indústrias*: exigia tanto bens de consumo para suas operações diárias (refratários, peças de reposição e abrasivos) quanto bens de capital; logrando assim os requerimentos governamentais de conteúdo local para ampliação de sua capacidade e auxiliando ainda os fornecedores domésticos (AMSDEN, 1989; GRAHAM, 2003; RHYU e LEW, 2011).[314] **Este último ponto ilustra o enorme potencial**

---

[311] O comando da empresa inclusive foi designado a um militar, General Park Tae-joon: amigo pessoal do presidente, educado na prestigiosa Universidade de Waseda no Japão e que já havia atuando antes na Korea Tungsten Corporation (AMSDEN, 1989; GRAHAM, 2003).

[312] Ainda no final dos anos 1960, com o ensaio de industrialização pesada, existiam apenas três pequenas fornalhas de aço na Coreia do Sul, de 60 metros cúbicos cada e incapazes de tocarem os projetos desejados por Park. Portanto, um montante grande de investimentos se fazia necessário, e assim o governo fez instaurando a planta inicial de um grande moinho de aço integrado para a POSCO de 1660 m³ (AMSDEN, 1989).

[313] Olhando ex-post, este rápido emparelhamento produtivo da POSCO com as principais concorrentes no setor, somado à sofisticação produtiva que a economia sul-coreana adquiriria nos anos seguintes (viabilizada pela estatal), pode ser pensado em muitos sentidos. Um deles é o de uma vitória política pessoal de Park, que persistiu na empreitada mesmo após conselhos e negativas de instituições como USAID e Banco Mundial em proverem fundos à iniciativa, alegando que a produção de aço jamais poderia ser eficiente no país em função da ausência de vantagens comparativas, capitais, tecnologias ou mercado (RHYU e LEW, : p.332).

[314] Em 1984, 75% dos bens consumidos internamente pela empresa em sua cadeia produtiva vinham desses fornecedores, contra 44% em 1977 (AMSDEN, 1989).

da empresa de ignição de múltiplos encadeamentos hirschmanianos, retroalimentando o desenvolvimento principalmente nos setores naval e automobilístico, onde a Coreia do Sul lograria tecnologias que lhe permitiram, até hoje, ser proeminente.[315]

Dando largada assim, enfim, à HCI, ao longo dos anos 1970 a Coreia continuaria atravessando sua trajetória de modernização a despeito do cenário de estagflação que afetava a economia mundial, consolidando o poder das chaebols donde quatro (4) se destacaram em particular: Hyundai; Samsung; Lucky Goldstar (LG) e Daewoo. A primeira constituiu o caso mais exitoso ao fim do governo Park, com suas subsidiárias nos setores naval, automobilístico e construção civil se aproveitando tanto de joint ventures (com as americanas George Fuller, Allis-Chalmers e Ford, as escocesas A&P Appledore e Scotlithgow, e a japonesa Kawasaki) para lograrem economias de escala, novas tecnologias, aprendizado organizacional e se internacionalizarem (AMSDEN, 1989; GRAHAM, 2003).[316] A Samsung, não obstante tendo desempenhando atividades nesses segmentos todos, despontaria apenas no período pós-Park com a Samsung Electronics Company, que, assim como a POSCO, também seria grande referência de incremento tecnológico no paradigma de industrialização conseguinte e contribuiria para o "último salto" do país em seu *catching-up*. A LG, por sua vez, fundada em 1959 como linha de montagem de rádios e transistores, seria exitosa a partir do final da década de 1960 fabricando bens mais sofisticados como televisores, telefones e eletrodomésticos, logrando expertise com o já citado Electrical Industry Promotion Act de 1969 e suas facilidades de subsídios e conteúdo local mandatório (GRAHAM, 2003).[317] Por último, a Daewoo, embora estabelecida nos mesmos segmentos

---

[315] Em 2018, a Coreia do Sul detinha 24,6% do market share global no setor naval, pouco atrás da China (27%) e da União Europeia com 30% (SEA EUROPE, 2019). Já no que tange à fatia de mercado no segmento automotivo, em 2019 a Hyundai Motors, com 5,05%, estava quase "empatada" em terceiro lugar junto com a Ford, Honda e Nissan (5,59%, 5,46% e 5,15%, respectivamente), embora ainda bem atrás das líderes Volkswagen (7,59%) e Toyota com 10,24% (STATISTA, 2020a).

[316] Nesse sentido, a Hyundai contou também com um cenário externo favorável à internacionalização, se aproveitando do boom de construção civil no Oriente Médio, fruto da riqueza advinda do encarecimento do petróleo, para firmar projetos e contratos. Esse mesmo boom petrolífero também tornou mais rentável a produção de cargueiros navais para escoamento do produto e as refinarias petroquímicas (AMSDEN, 1989; PERKINS, 2013). Já no que tange ao setor automotivo, ainda em 1976 a Hyundai Motors lançou o primeiro carro nacional sul-coreano (*Pony*), que obteria 100% de conteúdo doméstico em 1994 (GRAHAM, 2003).

[317] *Parte de sua produção (da LG) era subcontratada de firmas japonesas nas fases iniciais de produção e inserção exportadora; e muitos produtos da firma eram exportados ou vendidos ainda sem os nomes das marcas coreanas. Com o tempo, contudo, foi internalizando e aprendendo as demais etapas do processo produtivo, com auxílio dos inúmeros auxílios governamentais citados ao longo de toda a seção*. **A LG inclusive guarda alguns paralelos interessantes com o caso de Taiwan, onde, num arcabouço institucional**

das chaebols anteriores, não conseguiu proeminência isolada em nenhuma indústria de ponta dos PQs.

A década de 1970, como um todo, foi um período mais turbulento onde, a despeito do surgimento de protestos sociais de novos atores políticos (que perdurariam nos anos 1980) e também de contradições do legado da aliança governo-chaebols, a economia política do país conseguiu com sucesso contornar dificuldades e tensões externas/geopolíticas para aprofundar sua industrialização e adentrar novos nichos modernos com a internacionalização de suas empresas criando novas vantagens competitivas, isto sem endividamento externo.[318] Como Bruce Cumings bem sintetiza:

> "A Casa Azul se tornou uma estufa de neomercantilistas, dos quais o maior era o próprio presidente Park. Da mesmo forma como a máfia de Manchukuo industrializou o Japão em plena depressão mundial, a equipe da Casa Azul industrializou a Coreia em meio ao miasma da estagflação e choques do petróleo dos anos 1970" (2005: p.337, tradução própria)

Mais do que isso, Park também pavimentou o caminho para a última etapa almejada da sofisticação produtiva da Coreia rumo à fronteira tecnológica: a inserção no ramo de eletrônicos e seu setor nuclear de semicondutores, onde EUA e Japão disputavam naquele momento protagonismo em termos de inovação (GREGORY, 1986; CUMINGS, 2005). Foi assim que o **4º PQ** (1977-1981), além de reiterar investimentos e dotações de auxílio governamental para consolidar os setores já desenvolvidos pela HCI (*metais não-ferrosos*, *navios*, *maquinários*, *aço*), reequilibrou a prioridade para o novo segmento de *eletrônicos* (AMSDEN, 1989; SAVADA e SHAW, 1991; YEUNG, 2016). Para auxiliar nisto, no final do ano anterior (1976) havia sido criado o importante **Instituto de Pesquisa em Telecomunicações e Eletrônicos - ETRI** (*Electronics and Telecommunications Research Institute*), **órgão de certa forma análogo ao ITRI taiwanês** e que seria fundamental nos anos subsequentes, como já veremos. Mas Park não chegou a viver para testemunhar esses avanços: foi assassinado no dia 26 de outubro de 1979, ironicamente, na própria sede da

---

protecionista e conducente à apropriação tecnológica, a montagem de transistores e rádios também constituiu um pontapé inicial ao salto para os segmentos de semicondutores e eletrônicos.

[318] **Assim como Japão e Taiwan, com suas estratégias de inserção buscando obtenção de divisas estrangeiras para arrefecerem parte da dependência externa, e bem diferente dos países latino-americanos, como destaquei anteriormente** (ver STALLINGS, 1990).

KCIA pelo chefe do serviço de inteligência à época Kim Jea Kyu, após uma suposta discussão acalorada entre este e o guarda-costas pessoal de Park Cha Chi-Chul, resultando num tiroteio que ceifou a vida de 6 pessoas além do presidente (BBC, 1979; GRAHAM, 2003). Encontrava inesperado epílogo assim o presidente que, assumindo o poder via golpe e governando via exacerbação autoritária e exclusão de parcelas da sociedade do processo de participação política, conseguiu manter uma balança de poder entre Estado e a burguesia nacional (atores que foram ganhando crescente peso) favorável ao primeiro, colocando o pequeno país na rota da modernização econômica e multiplicação de sua riqueza e renda.

Na próxima Seção, fechando este caso nacional, começo traçando um panorama geral do legado de Park e os acontecimentos sociais e políticos imediatos após a conjuntura crítica de sua morte; para, em seguida, tratar da que considero a última fase do catching-up da economia política da Coreia do Sul dentro dos marcos da 3ª Revolução Industrial, sob nova constelação de forças durante os governos Chun e Roh.

3.3. A reconfiguração da estratégia industrial e da correlação de forças políticas no período pós-Park

No esforço de historicização da trajetória de desenvolvimento da Coreia do Sul até agora, reconstituí os contornos gerais do período mais pujante de sua decolada industrialista, bem como os desafios de ordem endógena e exógena enfrentados pelo país não só no imediato pós-Guerra do Pacífico como também nas décadas de 1960 e 1970. Se diversas análises, por diferentes razões, optaram pela circunscrição enfática quanto a tal recorte temporal (regime Park), nesta Seção avanço por dois governos subsequentes para, de forma mais coerente com os objetivos da discussão desta Tese conforme levantei na Introdução, fechar fielmente o arco de seu *catching-up* retardatário para enfim passar ao Capítulo final sobre a China e depois à discussão comparativa entre os três casos. **Afinal de contas, é nos anos 1980 que a Coreia do Sul – concomitantemente a Taiwan – adentra de fato nas linhas industriais de alta tecnologia** (CHI, 1990). Mas, *antes de destrinchar a inserção nesse novo paradigma, cumpre recapitular o cenário político e econômico nacional ao início da década salientada*.

O ano de 1979 consistiu numa verdadeira “tempestade perfeita” na Coreia, com uma amálgama de eventos adversos: ainda no início do ano, o segundo e mais severo choque do petróleo causando aumento da inflação; a deterioração drástica da balança comercial e do

balanço de pagamentos; cortes salariais intensificando protestos; um clima atipicamente ruim prejudicando a safra agrícola; e, enfim, a morte do presidente Park Chung Hee (AMSDEN, 1989; GRAHAM, 2003; CUMINGS, 2005).[319] O presidente deixou um legado inconteste de modernização econômica e sofisticação de um parque industrial proeminente em várias áreas capitaneadas pelas *chaebols*, que foram atores imprescindíveis de sua coalizão vertical. Estes conglomerados haviam adquirido proporções gigantescas ao final de seu governo: em 1979, os 30 maiores grupos familiares sul-coreanos controlavam 429 empresas subsidiárias, ante 126 no início da década; e no início dos anos 1980 os 10 maiores grupos nacionais perfaziam mais de 10% do PIB, ante 5% em 1973, atuando em múltiplos setores (GRAHAM, 2003).

No momento do assassinato de Park, o então Primeiro-Ministro Choi Kyu-hah se torna responsável provisório pela Constituição Yushin, nomeando o General Chun Doo-hwan como investigador da morte do presidente e elegendo-se em 9 de dezembro de 1979 com base na promessa de rediscutir as bases constituintes. Contudo, a morte de Park e a adoção de um discurso mais apaziguador pelo novo mandatário foram insuficientes para estabilizar a situação política do país: 3 dias depois, o general Chun liderou o que parte da literatura considera um golpe interno dentro do próprio Exército, com uma pequena sublevação militar nas ruas de Seoul que culminou com a deposição do Ministro da Defesa Jeong Seung-hwa por supostamente ter conexões com o assassinato de Park (SAVADA e SHAW, 1992; GRAHAM, 2003; CUMINGS, 2005; MINNS, 2006; HOLCOMBE, 2017).

Deflagrado o episódio, Chun tornou-se líder militar nacional supremo e começou a acumular poderes institucionais, sendo nomeado chefe da KCIA em abril de 1980 e intensificando a Lei Marcial para debelar as contínuas revoltas estudantis e contestações populares.[320] Finalmente, em setembro do mesmo ano, assumiu o cargo de presidente após Choi renunciar, sendo ratificado como candidato único por um colégio eleitoral de emergência – também tutelado pelo aparato militar – e fundando, em março de 1981, a **5ª República da Coreia**. Sob a liderança de um único partido legítimo, o Partido da Justiça

[319] De 1978 a 1980, a inflação anual sul-coreana, medida pelo índice de preços ao consumidor, subiria de 14,5% para 28,7%. A balança comercial registraria o pior número da série histórica até então, com um déficit de US$ 5,283 bilhões; e o balanço de pagamentos em 1980 também registraria seu ponto mais baixo até a crise asiática de 1997: US$ 6,845 bilhões negativos (BANK OF KOREA, 1981; WORLD BANK, 2020).

[320] Uma dos mais notórias destas foi a ocorrida em maio de 1980, quando estudantes e outros cidadãos comuns protestando contra a Lei Marcial enfrentaram as forças policiais e "tomaram" Kwangju. Chun enviou o Exército e reprimiu violentamente o ato, reconquistando a cidade ao custo de 191 mortos estimados oficiais (HOLCOMBE, 2017) e aproximadamente 2000 não-oficiais (CUMINGS, 2005; MINNS, 2006).

Democrática (*Minju Jeonguidang* - 민주정의당), inaugurado ao final de 1980 pelo próprio Chun e que ficaria no poder até 1988, a ideia – defendida na retórica – era estabelecer um regime político unipartidário de exceção para organizar a transição da Constituição Yushin de Park para outra prevendo uma democracia multipartidária; o que não significou, contudo, nem o desmonte tampouco o desuso do aparato repressor pelo novo presidente muito menos a flexibilização do regime político (GRAHAM, 2003; CUMINGS, 2005).[321]

No plano econômico, Chun se defrontou com diversas problemáticas e contradições da HCI que não podiam ser negligenciadas, sendo rapidamente alçadas como prioridades. A primeira delas era a já destacada inflação, fruto do crescimento excessivo da oferta monetária – causada em parte pelos vastos empréstimos às chaebols ao longo da década anterior.[322] Também havia o impacto do 2º choque do petróleo a ser mitigado; e com tais intuitos que Chun promoveu diversas reformas; resultando, contudo, também por diversas razões, em tentativas incoerentes e/ou abortadas de reestruturações institucionais e estruturais (GRAHAM, 2003).

Seu conselheiro econômico era Kim Jae-ik, ex-quadro do BoK e também ex-diretor geral do EPB, posição esta que assumiu em 1976 ainda no governo Park e onde já havia identificado desequilíbrios nas políticas de industrialização química e pesada, sendo posteriormente secretário de assuntos econômicos na Casa Azul.[323] Kim, de orientação mais ortodoxa e neoclássica, foi alçado à posição de Chefe do Comitê de Assuntos Científicos e Econômicos do Conselho de Emergência Nacional, órgão criado por Chun em 1980 para pensar soluções imediatas e também uma agenda de reformas para lidar com as inúmeras instabilidades que acometiam o país (CARROLL, 2017). Após a consolidação deste na

---

[321] Muito pelo contrário, inúmeros são os exemplos ilustrativos da exacerbação da violência e cerceamento estatal. Os principais deles são: a dissolução e proibição das demais legendas partidárias até 1985, o fechamento dos sindicatos mais ativos (ex: trabalhadores do setor de vestuário), fechamento das universidades, a criação de milícias (alcunhadas de *Paekkol*) para sufocamento de greves operárias e a condenação momentânea de Kim Dae Jung ainda em 1980 à prisão perpétua por incentivo à subversão; tudo isso graças ao enquadramento da Lei de Segurança Nacional (CROISSANT, 2001; CUMINGS, 2005; MINNS, 2006).

[322] Somente entre 1976 e 1978, a oferta monetária agregada (M') duplicou, de 1,2 trilhão para 2,4 trilhões de Won (BANK OF KOREA, 1981). De 1960 até 1980, por exemplo, o crédito doméstico ao setor privado cresce de 5,74% para 40,37% do PIB (WORLD BANK, 2020).

[323] Kim teve fortíssima influência de Nam Duck-Woo, Vice-Primeiro-Ministro durante o governo Park entre 1974 e 1978 e Primeiro-Ministro sob Chun Dwo-han entre 1980 e 1982. Nam, por sua vez, foi um dos que trouxeram ensinamentos de economia moderna para a Coreia do Sul ainda nos anos 1950 e 1960, contribuindo para institucionalizar a disciplina no país. Convidou Kim das fileiras do BoK para ingressar no EPB (KRAUSE e KIHWAN, 1991).

presidência e seu novo posto de conselheiro, Kim passou a ditar as diretrizes para o planejamento econômico nacional quase de forma pessoal, sobrepujando momentaneamente o EPB e sendo o interlocutor único e direto de Chun junto à alta burocracia para formulação do processo decisório (KRAUSE e KIHWAN, 1991). **Este ponto outra vez adensa, ao menos em parte, o argumento recorrente da literatura clássica do EDLA que põe demasiada ênfase nos órgãos-pilotos** (MITI no Japão, CEPD em Taiwan, EPB na Coreia) **acerca da formulação quase unilateral das estratégias de desenvolvimento nacional. Por outro lado, não representa sua total negação**, vide que o próprio Kim era um burocrata egresso do EPB e mantinha uma rede de vínculos íntimos com seus quadros técnicos.

A nova agenda proposta por Kim tinha também um grande objetivo político subjacente: a tentativa por parte do Estado – agora capitaneado por Chun - **de retomar a hegemonia antes inconteste na correlação política de forças vis-à-vis as chaebols** (GRAHAM, 2003: MINNS, 2006; CARROLL, 2017). Isto se deve ao gigantismo que esses conglomerados assumiram no regime produtivo e também pela já mencionada necessidade de medidas corretivas aos problemas gerados pela HCI.[324] Com relação a estes, esforços (tardios) para sua resolução foram intensificados pela nova equipe burocrática cujos altos escalões foram indicados diretamente por Kim. **Os novos quadros selecionados detinham formação distinta e orientação liberalizante, destoando dos princípios desenvolvimentistas listianos marcantes do governo Park, colocando pela primeira vez a estabilidade monetária como prioridade em detrimento do crescimento** (CARROLL, 2017). Tal tentativa de "aplacar" parte da magnitude assumida pelas chaebols serviu ainda para Chun mobilizar, de forma irônica em meio ao seu autoritarismo antes assinalado, uma retórica de busca por "justiça social e econômica", objetivando reduzir descontentamentos com as iniquidades da sociedade coreana (GRAHAM, 2003). Assim, ainda em fins de 1980, uma série de medidas dessa agenda começam a ser tomadas, das quais destaco três pivotais.

A *primeira* é a *Lei de Regulamentação de Monopólio e de Comércio Justo* ("*Monopoly Regulation and Fair Trade Act*"), também conhecida como Ato Anti-Truste da

[324] Um desses problemas, por exemplo, era o fato de tais conglomerados terem adentrado em diversos setores designados pela HCI não por consideração necessariamente de ganhos, mas sim pela enxurrada de subsídios do sistema público de crédito estatal. Com isto, a saturação de investimentos em muitos segmentos acabava por contribuir para uma redução do retorno médio do capital das grandes empresas, como pode ser visto pelo caso de inserção mal sucedida da Daewoo no setor naval, onde operou com prejuízos (GRAHAM, 2003: p.36).

Coreia e que objetivava impedir a concentração econômica excessiva em diferentes setores produtivos. Era implementada e supervisionada por uma nova agência regulatória estabelecida em 1981 (Lei No. 3320), inicialmente dentro do EPB: a **Korea Fair Trade Commission (KFTC)**, voltada para fomentar a competição e impedir fusões e aquisições.[325] Posteriormente, em 1986, tal lei receberia emenda para enrijecer ainda mais o cerco à concentração de atividades, num movimento claramente direcionado às chaebols, centrando nos 30 maiores grupos empresariais.[326] Isto se atribuía ao diagnóstico de Kim e sua equipe conselheira de que parte da inflação do final da década de 1970, para além do choque de custos do petróleo, também se atribuía a aumentos "arbitrários" de preços por parte de firmas hegemônicas em seus mercados, no caso as subsidiárias das chaebols (GRAHAM, 2003).

A *segunda* compreende *uma série de transformações engendradas na própria estrutura de propriedade econômica das chaebols*: agora, não poderia haver mais propriedade cruzada de ativos entre suas subsidiárias, nem de um mesmo grupo nem entre grupos distintos. De igual modo, nenhuma empresa poderia aumentar sua participação em outra empresa doméstica (não pertencente ao próprio grupo) em mais de 25%; e tampouco uma firma poderia assumir a dívida de outra da mesma chaebols que totalizasse mais de 20% de seu patrimônio.[327]

A *terceira* e última, e a mais importante, compreende o **programa de privatização do sistema bancário**, que havia sido nacionalizado por Park entre 1961 e 1962, e que trouxe a reboque uma série de medidas de **desregulamentação financeira, das taxas de juros e o fim da bonança de crédito para tais grandes empresas** (MINNS, 2006; OKABE, 2015). O intuito era eliminar o dualismo causado pela repressão financeira na Coreia do Sul: empresas favorecidas conseguiam subsídios e empréstimos sob condições favoráveis e preferenciais enquanto as demais firmas e os cidadãos da sociedade sul-coreana no geral

---

[325] Depois, em 1994, seria separada do EPB e, em 1996, receberia status ministerial (KFTC, 2020). Na prática, contudo, aponta-se que a KFTC inicialmente tinha uma capacidade regulatória bastante fraca, intervindo efetivamente em apenas 2 dos 2.624 casos de fusões que analisou entre 1981 e 1995 (OCDE, 2020). Sobre o funcionamento interno da comissão e seu modus operandi, ver Lee (2015).

[326] A lei continha disposições e leis antimonopólio, visando combater cartéis ou organizações de mercado análogas (por exemplo, atos colaborativos entre vendedores para fixar preços, restringindo produtos ou remessas ou alocando territórios entre eles), fusões e abusos de uma dada firma em posição dominante no mercado (GRAHAM, 2003: p.57).

[327] Essas medidas foram projetadas não apenas para impedir que os maiores grupos entrassem em novos negócios por aquisição (como a Samsung em particular fez no setor de construção naval), mas também para impedi-los de, em princípio, entrarem em quaisquer novas atividades (GRAHAM, 2003).

tinham de recorrer ao mercado informal de crédito, com taxas de juros mais caras (GRAHAM, 2003).[328] Em síntese, **para além do flerte com uma agenda ideológica distinta da que vigorou no governo anterior, o objetivo de Chun e Kim de circunscrever o poder político e econômico astronômico adquirido pelas chaebols fez com que estes promovessem reformas acenando à fragmentação das próprias capacidades estatais nacionais. A manutenção de algum grau discricionário sobre os bancos privados, contudo, também mostra certa cautela e gradualismo por parte de Chun**.

Não obstante, uma série de eventos históricos abruptos, de cunho doméstico e externo, acabaram por produzir uma conjuntura crítica que pôs um fim (ou ao menos mitigou consideravelmente) *neste ímpeto programático inicial*: cronologicamente, o *primeiro* foi a fraude financeira descoberta em 1982 envolvendo Chang Yong-ja e Lee Chol-hi, casal de amigos pessoais do presidente. O *segundo e mais importante*, em fins de 1983, foi o atentado por mina terrestre ocorrido em Rangum (Myanmar) perpetrado pelos norte-coreanos, que matou 17 membros da comitiva de Chun (que era o alvo original), entre eles Kim Jae-ik e o vice-Primeiro-Ministro So Sok-jun, também ortodoxo reformista aliado de Kim. O *terceiro* evento, por fim, foi o fato de a recusa das instituições financeiras e do governo em auxiliarem a chaebol devedora Kukje (que havia outrora apoiado o opositor Kim Young-sam para a Assembleia Nacional) ser vista pela sociedade como retaliação política e manobra para beneficiar outros grupos ligados ao presidente (WOO-CUMINGS, 1999). **Estes eventos culminaram num prejuízo grave à** (já baixa) **popularidade de Chun, colocando-o numa posição relativamente defensiva; e que, agora desprovido de parte de sua equipe econômica que fora assassinada, se viu obrigado a rever sua postura perante as chaebols, moderando consideravelmente a agenda de desmonte das capacidades estatais** (GRAHAM, 2003). **E são, também, atestado concomitante de como uma trajetória de desenvolvimento pode oscilar e ser reformulada ou reorientada conforme episódios cruciais inesperados da política interna ou da geopolítica**.

---

[328] Graham lembra, contudo, que: "De fato, o governo continuou, mesmo após a privatização, a controlar a nomeação dos principais executivos e diretores dos bancos. Mas o governo também tomou medidas para garantir que os bancos não estivessem sob controle de chaebols: nenhum acionista tinha permissão para possuir mais de 8% do patrimônio de um banco e foram tomadas medidas para dispersar amplamente a propriedade do acionária do mesmo" (2003: p.59, tradução própria).

De todo modo, os próprios conglomerados encontraram engenharias institucionais alternativas para se financiarem sem precisar do voluptuoso crédito dos bancos públicos da era Park e também sem a supervisão regulatória das autoridades do governo. As maiores chaebols começaram a levantar fundos mediante aquisição ou criação de instituições financeiras não-bancárias (novas subsidiárias), como companhias de seguro de vida; e, ao canalizarem poupanças privadas para seus próprios investimentos, agiam como verdadeiros bancos a despeito de seu status legal distinto (GRAHAM, 2003; OKABE, 2015).[329] **Tais manobras mostram como**, a despeito da retórica e suposto intuito de desconcentração do poderio econômico expressado por Chun e Kim, **a desregulamentação financeira e privatização bancária promovidas pelo governo acabaram, na verdade, tendo desfecho diametralmente oposto, abrindo vias alternativas à financeirização e reforçando ainda mais a alavancagem e poderio dos oligopólios das *chaebols*, agora independentes do crédito do Estado demiurgo gerschenkroniano**.[330] O caráter familiar de tais estruturas também foi reforçado.[331] Era, em suma, a pavimentação da trajetória neoliberal de desmonte que a Coreia adentraria e que culminaria, mais tarde, no ponto crítico da crise de 1997 (WOO-CUMINGS, 1999; CHANG, 2006; OKABE, 2015; SILVA e MOURA, 2020).[332]

---

[329] A Samsung, a Hyundai e a Daewoo, não por acaso três das 5 maiores chaebols naquele momento, foram as mais bem sucedidas no aproveitamento dessas brechas institucionais/regulatórias e na conversão de subsidiárias em "quase-bancos". Como Graham complementa: "Assim, as chaebols conseguiram usar o que acumulavam de empresas financeiras não bancárias cativas para contornar, ou pelo menos minimizar o impacto, das restrições impostas a empréstimos bancários com o objetivo de impedir que esses grupos dominassem ainda mais a economia coreana. Por esse motivo, e também porque os bancos privatizados continuaram a exibir preferência clara em emprestarem às chaebols apesar das medidas de 1984, o crescimento delas foi pouco cerceado durante o período Chun e na presidência subsequente de Roh Tae-woo" (2003: p.64, tradução própria).

[330] Os indicadores elucidativos nesse sentido são fartos: de 1980 até 1990, o participação dos bancos comerciais nos empréstimos da economia sul-coreana diminuiu de 63,3 para 59%; a dos bancos de fomento (como o Korea Development Bank e o Korea Eximbank), de 14,8% para 8,3%. Já o peso das instituições financeiras não bancárias sobe de 21,9% para 32,7% no mesmo intervalo aludido (OCDE, 1998). **Pegando o KDB em particular**, qualificado por Amsden (2009) como o agente estatal-mor do fomento ao desenvolvimento, sua participação nas inversões manufatureiras cai de 44,7% para 15,3%; **denotando, para além da existência de fontes alternativas de crédito não atreladas ao poder público, retração do Estado Desenvolvimentista no que tange aos seus contornos institucionais clássicos**. Com relação ao grau de concentração econômica, este quase não foi alterado ao largo de tal década: em 1990, as 30 maiores chaebols ainda representavam 35% do setor manufatureiro e empregavam 16% da força laboral na indústria (WOO-CUMINGS, 1999).

[331] Em 1990, as cinco maiores *chaebols* concentravam 36,5% das cias de seguro de vida e 26,3% das demais seguradoras, utilizadas como instrumento aludido de obtenção de crédito (GRAHAM, 2003: Table 3.1).

[332] Essa trajetória se intensifica com as pressões externas do FMI e do governo americano pela liberalização comercial e financeira (no bojo do Consenso de Washington) na Coreia; pressão esta prontamente abraçada pelo presidente Kim Young-sam em troca do aceite do país na OCDE, que ocorreria em 1996 (OKABE, 2015).

Visto todo o delineamento até aqui, o Estado sul-coreano se via agora desprovido de um dos principais pilares que lhe possibilitaram a planificação econômica e direcionamento, via sistema de "carrot and stick", do comportamento corporativo na direção das metas estabelecidas pelos PQs (MINNS, 2006). Somando isto ao fracasso na tentativa de circunscrição do poderio das chaebols, Chun se viu numa posição politicamente frágil e reformulou o padrão de intervenção governamental para atendimento dos objetivos previstos pelo **5º PQ** (1982-1986), elaborado quando Kim Jae-ik ainda era vivo e que enfatizava **indústrias intensivas em tecnologias**, como *maquinários de alta precisão*, *eletrônicos mais sofisticados* e *tecnologias informacionais* (SAVADA e SHAW, 1992). **Era o grande salto pretendido, enfim, da industrialização química e pesada à fronteira da 3ª Revolução Industrial e "última" etapa do *catching-up* sul-coreano vis-à-vis os países desenvolvidos**.

Esse novo padrão de intervenção, tendo em vista um sistema de crédito não mais controlado pelo Estado e a própria natureza específica da indústria de eletrônicos, *foi corporificado em uma estratégia industrial de ordem distinta, se dando com instituições e políticas bem diversas das do governo Park* (YEUNG, 2016). É no bojo desta nova estratégia que o governo promove as seguintes medidas, algumas menos diretas, porém igualmente funcionais (AMSDEN, 1989; MATHEWS e CHO, 2000; GRAHAM, 2003; MAH, 2007):

a) Criação, em 1980, do *Conselho Consultivo de Ciência e Tecnologia* como secretaria da Casa Azul;

b) Aprovação, em 1983, de leis restringindo importações de computadores e eletrônicos sem componentes domésticos; e também de componentes periféricos (de eletrônicos) para os mesmos que já fossem produzidos internamente, assim como Park fez com outras indústrias;

c) Provisão de maiores incentivos tarifários para tornar mais atrativas *joint ventures* nos segmentos de robótica e eletrônicos;

d) Aprovação, em 1985, da *Industrial Development Law*, garantindo um dote orçamentário para pesquisa e desenvolvimento (P&D); e, por fim,

e) Criação, em 1982, do crucial **Instituto de Pesquisa em Eletrônicos e em Telecomunicações** (**Electronics and Telecommunications Research Institute – ETRI**), empreendimento governamental de US$ 60 milhões voltado para desenvolver

o país em semicondutores e computadores, vinculado ao **Ministério da Ciência e Tecnologia**.

A meta deste último (ETRI) era converter as empresas sul-coreanas em fornecedoras globalmente competitivas de produtos incorporando tecnologias avançadas; auxiliando-as nessa empreitada com provisão de capacidades técnicas, construção de instalações e equipamentos necessários através de incubadoras.[333] A maior iniciativa de política industrial do período, e que se deu no bojo do instituto, foi o **Projeto VLSIC** ("**Very Large Scale Integrated Circuits**"), desenvolvendo a partir de 1983 novas capacidades nacionais para fabricação de semicondutores avançados, cuja importância nevrálgica já expliquei na Introdução. Dando prosseguimento à iniciativa, em 1986 o governo sul-coreano deu outro passo e criou um grande consórcio reunindo o ETRI, as 3 maiores produtoras de DRAMs da Coreia do Sul (Samsung, Hyundai e LG) e seis universidades sul-coreanas.[334] Com a sinergia criada pelo instituto e as perspectivas do projeto, a Samsung Semiconductor & Telecommunications Corporation, a Lucky Goldstar Semiconductor Corporation (LG), a Hyundai Electronics e mais sete outras subsidiárias desses três conglomerados passaram a concentrar suas ações no setor, onde haviam entrado ainda nos anos 1970 movidas pela onda de subsídios do gov. Park. Investiram aproximadamente U$ 1 bilhão no biênio 1983-1984 e em 1987 já haviam dobrado a cifra, com objetivo de aprimorar tecnologias capazes de fabricar DRAMs de 4M ou mais (CHI, 1990; MATHEWS e CHO, 2000; YEUNG, 2016).[335]

---

[333] A subsidiária Samsung Semiconductor and Telecommunications Company, criada em 1974, e começando a fabricar chips de memória DRAM de 64K ainda em 1983, foi uma das primeiras a tecer parcerias com o Instituto (GRAHAM, 2003; YEUNG, 2016). Como Graham narra: "Sua entrada no mercado de 64K DRAM exigiu um salto substancial na tecnologia subjacente. A princípio, a Samsung procurou licenciar a tecnologia necessária de empresas estrangeiras, mas não encontrou parceiros dispostos. Criou então uma força-tarefa em 1982, que finalmente identificou pequenas empresas americanas (principalmente com dificuldades) que possuíam a tecnologia necessária. Assim começou a obter essa tecnologia, comprando ou licenciando-a dessas empresas ou comprando-as imediatamente. Foi criada uma subsidiária na Califórnia que contratou com sucesso os talentos de várias empresas americanas" (2003: p.68, tradução própria).

[334] Novamente, tal arranjo institucional corrobora o arquétipo de Etzkowitz (2008) acerca do tripé universidade, firma privada e governo (na forma de Instituto de Pesquisa financiado publicamente) para fomento à inovação tecnológica industrial.

[335] Entre 1983 e 1989, intensificando um pacote de inversões que havia começado ainda com os incentivos do 4º PQ nos anos 1970, Samsung, LG e Hyundai investiram juntas US$ 4 bilhões em semicondutores. Deste montante, apenas a quantia de US$ 350 milhões foi proveniente de créditos públicos a juros baixos (no bojo da Plano Básico de Longo Prazo para a Indústria de Semicondutores 1982-1986), o que mostra como, **ao longo da década de 1980, as empresas no setor foram se tornando cada vez menos dependentes dos recursos do Estado** (YEUNG, 2016).

O projeto ETRI-VLSIC não pretendia somente lançar as empresas coreanas em um novo mercado, mas sim atualizá-las tecnologicamente em relação às suas rivais internacionais. Dentro dessa estratégia industrial, assim como em Taiwan, as firmas nacionais não seriam exatamente fabricantes de designs originais, mas sim produtoras de componentes e bens intermediários indispensáveis para outros usuários corporativos nessas cadeias produtivas, pelo menos a princípio (GRAHAM, 2003). Entre 1983 e 1989, intensificando um pacote de inversões que havia começado ainda com os incentivos do 4º PQ nos anos 1970, Samsung, LG e Hyundai investiram juntas US$ 4 bilhões em semicondutores. Deste montante, apenas a quantia de US$ 350 milhões foi proveniente de créditos públicos a juros baixos (no bojo da Plano Básico de Longo Prazo para a Indústria de Semicondutores 1982-1986), endossando como, **ao longo da década de 1980, as empresas no setor foram se tornando menos dependentes dos recursos do Estado** (YEUNG, 2016).

Novamente, a assistência governamental foi seletiva, devido à escala do empreendimento; e as principais beneficiárias deste programa foram três das maiores chaebols: Hyundai, Samsung e LG. **Com relação à HCI, uma das grandes diferenças – e também inovação – da política industrial corporificada no projeto ETRI-VLSIC é que boa parte da iniciativa se deu pelas mãos dos atores privados, que foram ganhando cada vez mais protagonismo – em comparação ao governo e às diretrizes do EPB – conforme progrediam suas inserções nas cadeias produtivas** (GRAHAM, 2003; YEUNG, 2016).

A política de facilitação de *joint ventures* especificamente no segmento foi, outra vez, imprescindível; permitindo alianças estratégicas entre as empresas sul-coreanas e grandes firmas internacionais do setor (japonesas e americanas), como Micron, Intel, Texas Instruments, IBM, AT&T, Toshiba, Sharp, Fujitsu, etc. O interesse dos conglomerados era o acesso a fontes de tecnologias, enquanto o de tais firmas estrangeiras não era apenas acesso ao mercado sul-coreano, mas também insumos e componentes vitais. De todo modo, foi através de tais parcerias que a Hyundai obteve sua tecnologia de manufatura CMOS DRAM 256K da General Instruments e da Vitelic. Outras fontes de tecnologia incluíram MOSEL, INMOS, ICT e Sharp. A Samsung, mais exitosa empresa coreana no setor de eletrônicos,

buscou tecnologias com a Micron Technology, Mostek e Exel.[336] A LG, por fim, obteve suas licenças graças à Fairchild, à AMD e AT&T (CHI, 1990).

O acoplamento estratégico entre estas empresas se deu através da **especialização vertical** e **integração sistêmica** das chaebols em densas redes, características organizacionais comuns nessas indústrias, auxiliadas por políticas do Estado mais funcionais no suporte à inovação do que propriamente pecuniárias. Essa especialização no setor de semicondutores, em particular, pode se dar de duas formas: junto aos *clientes-fim* (geralmente com fundidoras industriais fabricando componentes em separado para firmas-líderes acoplarem em suas marcas e processos produtivos), como é o caso citado na **Seção 2.3** da TSMC em Taiwan, ou junto a *usuários-fim* (inserindo suas manufaturas no design final para o consumidor), como ocorreu com a Samsung e com as empresas sul-coreanas no geral (YEUNG, 2016).

No caso específico da Coreia do Sul, o caminho institucional prévio promovido por Park da industrialização via "Big Push" em nichos intensivos em capital acabou sendo importante também no setor de eletrônicos, introduzindo vantagens de "second mover" e permitindo queda dos custos de produção e obtenção de economias de escala nesse formato institucional (AMSDEN, 1989). **Contudo, esse desenvolvimento inicial por via de subsídios públicos e investimentos do Estado forneceu apenas o pontapé inicial temporário das chaebols na dinâmica competitiva das redes produtivas globais. Para continuar sustentando esse dinamismo competitivo num mercado com ciclos de produto altamente curtos, as empresas emergentes da Coreia do Sul** (e também de Taiwan e China) **se concentraram no desenvolvimento de novas vantagens competitivas pela incorporação de inovações organizacionais para emparelharem tecnologicamente mediante processos produtivos melhores e mais eficientes** (KANG, 2010; YEUNG, 2016).

Foi assim que firmas manufatureiras de dispositivos integrados ("*Integrated Device Manufacturers*" - IDM) como Samsung e Hynix lograram dominar o mercado internacional de chips de memória, com 44,1% e 29,3% do market share no setor respectivamente, engendrando diferentes ciclos industriais pela via dos contínuos investimentos em P&D e

[336] Em 1983, a Samsung estabeleceu uma subsidiária (Tristar) no Vale do Silício justamente para facilitar a cooperação com as firmas estadunidenses no que tange ao compartilhamento de tecnologias e projetos.

sinergias intra-chaebol graças à integração vertical com usuários-fim (KANG, 2010; YEUNG, 2016; STATISTA, 2020b).[337] Tornaram-se, dessa forma, players globais na indústria de semicondutores ainda nos anos 1990, posição hegemônica que guardam até os dias de hoje, atrás apenas da Intel (STATISTA, 2020c).[338] **Esses casos, que contrastam por exemplo com o modus operandi de inserção das firmas taiwanesas na mesma indústria, também são interessantes por mostrarem o papel crítico de diferentes mecanismos de acoplamento e estratégias corporativas nas trajetórias divergentes de crescimento das empresas do Leste Asiático, para além do peso das economias de escala induzidas pelo governo** (YEUNG, 2016: p.199-200).

Por uma série de dados e exemplos concretos tais como os do parágrafo acima, é possível afirmar que o catching-up sul-coreano foi extremamente exitoso e rápido. Ainda na década de 1990, o país adentrava ao rol das vinte maiores economias do mundo, tendo multiplicado seu PIB per capita por 86 vezes entre 1961 e 1992, último ano do último governo militar, de Roh Tae-woo (WORLD BANK, 2020). Se firmava também como um polo industrial sofisticado, com empresas campeãs nacionais proeminentes em segmentos como automóveis (Hyundai), engenharia naval (Hyundai novamente; e onde a Coreia foi líder até ser recentemente ultrapassada pela China em 2018) e no fulcral setor de eletrônicos (Samsung e Hynix); onde, em 1995, contava com 5,64% do mercado global, atrás apenas do Japão (17,34%), dos EUA (14,58%) e da Alemanha com 8,3% (THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY, 2020). Consolidava, pois, uma longa trajetória evolutiva de desenvolvimento socioeconômico com transformação estrutural em vigor desde Park; e que se evidencia empiricamente, dentre muitos indicadores, pela tabela abaixo com seu comércio exterior:

Tabela 8 - Dez produtos mais exportados pela Coreia do Sul

1965	1975	1985	1995

[337] *Essa sinergia intra-chaebol diz respeito ao aproveitamento, por parte das subsidiárias fabricantes de tecnologias específicas como chips ou outros semicondutores, para inseri-las nos inúmeros componentes eletrônicos produzidos por outras empresas do próprio conglomerado* (YEUNG, 2016).

[338] A velocidade de tal ascensão foi impressionante: em 1987, a Samsung era a sétima maior empresa no segmento de chips de memória DRAM e única sul-coreana da lista, com uma receita de US$ 186 milhões e 7,1% do market share, e atrás de cinco empresas japonesas (Toshiba, NEC, Mitsubishi, Hitachi e Fujitsu) e da estadunidense Texas Instruments. Contudo, após a crise econômica que o Japão vivenciaria na virada dos anos 1980 p/1990, as chaebols "aproveitaram" a oportunidade e aprofundaram sua inserção, com a Samsung se tornando líder ainda em 1992 e, ao lado da LG e Hyundai, concentrando 35% de tal mercado em 1995 (KANG, 2010). Ademais, o número de patentes DRAM da Samsung registradas entre 1990 e 1994 era bem próximo à da NEC, Toshiba e Hitachi, maiores competidoras nipônicas (YEUNG, 2016).

1º	Chapas, de ferro ou aço, trabalhadas (5,31%)	Calçados (4,09%)	Navios, barcos e outras embarcações (11,13%)	Microcircuitos eletrônicos (13,46%)
2º	Minérios e concentrados de outros metais comuns não ferrosos (4,91%)	Vestuário, acessórios de couro (2,59%)	Calçados (5,48%)	Veículos a motor de passageiros (excluindo ônibus) (5,54%)
3º	Painéis à base de madeira (4,70%)	Navios, barcos e outras embarcações (2,27%)	Produtos refinados derivados de petróleo (2,91%)	Navios, barcos e outras embarcações (4,20%)
4º	Compensado (4,70%)	Crustáceos e moluscos frescos, refrigerados, congelados, salgados, etc (2,18%)	Tecidos de materiais têxteis sintéticos contínuos (2,87%)	Tecidos de materiais têxteis sintéticas contínuos (3,96%)
5º	Tecidos de algodão, não branqueados, não mercerizados (4,45%)	Açúcar refinado (1,97%)	Microcircuitos eletrônicos (2,25%)	Produtos refinados derivados de petróleo (2,82%)
6º	Seda crua (3,77%)	Painéis à base de madeira (1,94%)	Casacos de malha, não elásticos nem emborrachados; camisolas, pulôveres, slip-overs, cardigans, etc (1,99%)	Outras maquinários e equipamentos elétricos (2,75%)
7º	Crustáceos e moluscos frescos, refrigerados, congelados, salgados, etc (3,69%)	Compensado (1,94%)	Vestuário e acessórios de couro (1,91%)	Unidades periféricas, incluindo de controle e adaptação (2,70%)
8º	Calçados (2,30%)	Produtos refinados derivados de petróleo (1,93%)	Brinquedos infantis, jogos domésticos, etc (1,88%)	Partes de aparatos mecânicos (2,03%)
9º	Aglomerados de minério de ferro (2,10%)	Seda (1,58%)	Roupas íntimas de tecido têxtil, não tricotadas ou tricotadas; vestuário masculino (1,79%)	Ouro concentrado e outros minérios (1,83%)
10º	Minério de ferro e concentrados, não aglomerados (2,10%)	Cimento (1,37%)	Estruturas e partes de ferro e aço; placas, varetas e similares (1,70%)	Outras gravações e reprodutores de som, não especificados anteriormente;

				gravadores de vídeo (1,43%)

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas da Complexidade Econômica (THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY, 2020).

Do ponto de vista tecnológico, suas principais empresas nacionais de semicondutores estavam imbricadas estrategicamente às empresas líderes mundiais, mas já munidas de capacidades produtivas nos processos intermediários e com economias de escala para sustentarem suas próprias posições de mercado num mundo globalizado em rápida evolução (YEUNG, 2016: p.137). Por volta de 1994, num emparelhamento que levou apenas uma década, por exemplo, quase todas as tecnologias necessárias ao design de circuitos integrados nas fundidoras domésticas já tinham sido, em larga medida, desenvolvidas. **Ou seja, o programa (VLSIC) foi um sucesso**: ao final de 1992, quando concorrentes internacionais introduziram DRAMs de 64M de memória, as empresas coreanas conseguiram equipará-las com chips da mesma capacidade; e, ainda em meados da década, a Samsung promoveu a primeira transferência tecnológica no sentido Coreia-Japão, ao prover SDRAMs (DRAMs síncronos) de 16M à firma nipônica Oki (GRAHAM, 2003; YEUNG, 2016).

Mas a dimensão mais impressionante desse emparelhamento tecnológico é que a trajetória de ascensão econômica sul-coreana não foi interrompida a despeito da década de 1980 ter sido um caldeirão de protestos e movimentos políticos massivos da sociedade em prol da democratização e abertura do regime político.

O governo de Chun foi marcado por inúmeros protestos, os quais, embora respondidos de forma contundente pelo aparato policial-militar do país, continuaram se intensificando.[339] As revoltas trabalhistas em particular encontraram pico em 1987, um ano antes das Olimpíadas de Seoul, tendo como arenas para suas greves justamente os parques fabris das chaebols, ganhando também crescente adesão de outros segmentos de classe média da sociedade civil e particularmente dos estudantes, atores que já haviam demonstrado sua relevância política nos governos Rhee e Park (GOHAR, 1988; MINNS, 2006).[340]

[339] Outros casos que podem ser citados são: em abril de 1980, a repressão – "legitimada" pela prerrogativa da Lei Marcial – contra 3500 operários mineiros na cidade de Sabuk; outra contra uma manifestação de 650 sindicalistas mulheres na Cia Industrial de Wounpoong em 1982; e por fim uma contra 2000 trabalhadores e simpatizantes na Daewoo Vestuário em junho de 1985 em Kuro, distrito da capital (MINNS, 2006: p.156-7).

[340] Lembrando que as novas lideranças trabalhistas, nesses episódios narrados, não reconheciam a legitimidade da FKTU (Federation of Korean Trade Unions), criada em 1960 por Park como única entidade sindical reconhecida pelo arranjo corporativo do Estado e intimamente controlada pelos militares (MINNS, 2006).

O ponto de ignição para essa intensificação foi a declaração de Chun, dada em 13 de abril daquele ano, de que não aceitaria revisões constitucionais e indicaria diretamente o próximo presidente, rompendo o próprio compromisso – com a abertura do regime – que firmara ao fundar a 5ª República. A partir de tal ponto até o fim de 1987, a Coreia do Sul seria palco de massivos protestos que fariam o governo recuar e, em 29 de junho, anunciar a realização de eleições diretas, soltura de presos políticos e outras concessões para distensão do regime, abrindo caminho para uma nova Constituição (aprovada em 27 de outubro) e à **6ª República da Coreia** (GOHAR, 1988; MINNS, 2006). A despeito da abertura, o general Roh Tae-Woo, candidato do governo e do Partido da Justiça Democrática (embora este viesse a ser dissolvido em 1990 em meados de seu mandato), venceu o pleito de turno único em dezembro de 1987 por 35,9% dos votos válidos contra os opositores Kim Young-Sam com 27,5% e Kim Dae-jung com 26,5%, que haviam tido os direitos políticos restabelecidos em 1985 (GOHAR, 1988; CROISSANT, 2001). Roh seria o último presidente militar sul-coreano; e último a elaborar e seguir PQs, em linha com as prioridades e políticas da nova estratégia industrial de Chun, completando o "último ciclo" do catching-up, descrito nesta subseção.[341]

Após o final de seu governo, o qual deixaria em princípios de 1993, a Coreia entraria definitivamente numa trajetória de reformas neoliberais, desmonte das principais instituições de planificação econômica e novas prioridades como estabilidade acima do crescimento.[342] *Numa chave talvez simplista, é possível afirmar que, tomando a década de 1980 num todo como referência, a linha de atuação do Estado nacional em termos de intervenção direta sobre a sociedade e economia, foi de recuo* (MINNS, 2006). **O que não implica, conforme o que também descrevi, um abandono da mesma (intervenção), como se evidencia pela nova estratégia industrial adotada**. Talvez a melhor sinopse de todas essas mudanças na Coreia tenha sido dada pelo próprio novo presidente:

> "Os velhos sistemas e ordens políticas, econômicas e sociais começaram a desmoronar e tivemos que lidar com a formidável

[341] Planos quinquenais (6º PQ: 1987-1991; e 7º PQ: 1992-1996) estes cujas prioridades eram: microeletrônicos, manufaturas de alta tecnologia, setor aeroespacial, bioengenharia, etc (SAVADA e SHAW, 1992.

[342] **Os dois exemplos mais notórios dessa nova trajetória foram o desmonte do EPB em 1994 e a intensificação da desregulamentação financeira com o *Financial Sector Reform Plan* (1993-1997)**, que extinguiu as restrições remanescentes sobre movimentações e conta de capitais, para além de permitir maior participação estrangeira no país, tudo sob o governo do Kim Young-Sam (CHANG, 2006: Capítulo 6; MINNS, 2006; OKABE, 2015; SILVA e MOURA, 2020).

> tarefa de construir novos sistemas e ordens para substituí-los" (ROH *apud* MINNS, 2006: p.178, tradução própria).

À guisa de conclusão, o Estado sul-coreano ao longo das décadas de 1980 e 1990 parece, a princípio, corroborar a conotação de Yeung (2016) de "pós-desenvolvimentista" (pós-EDLA, na verdade), com um padrão de interlocução junto aos atores privados de mercado distinto dos contornos institucionais prévios que facultaram a escalada tecnológica desde a desocupação japonesa nas indústrias leve e pesada.[343] A desregulamentação e a liberalização financeira, involuntariamente, acabaram dando às *chaebols* uma janela de oportunidades para ampliarem seu domínio no mercado doméstico. E, concomitantemente a tal fragmentação das capacidades estatais, a própria natureza interativa entre governo e grandes firmas adquiriu outra acepção e foi se transformando conforme estas últimas se inseriam nas cadeias de valor globais, passando a demandar do Estado a criação e desenho de novas instituições para fomento de produtos de alta tecnologia.

Também é importante atentar ao fato de que, *ao menos no momento histórico recortado nesta Seção, a concentração industrial no setor de eletrônicos era relativamente menor vis-à-vis outros segmentos; fornecendo uma gama de possibilidades para entrantes tardios se especializarem e acoplarem às CGV*. **As possibilidades de acoplamento entre diferentes empresas no segmento de eletrônicos são, pela própria natureza de sua cadeia produtiva de valor, muito superiores às da indústria naval, por exemplo. Isto forneceu**, **inclusive, uma janela de oportunidades maior ao catching-up por parte de países retardatários** (YEUNG, 2016).

A seguir, no **Capítulo 4**, fechando a sequência de casos comparados nesta Tese, me dirijo finalmente à trajetória da China com intuito de construir uma radiografia da nação a qual, pela própria magnitude e legado de planificação central socialista, me parece ser o mais complexo dos três casos aqui estudados. À luz das variantes do referencial teórico-metodológico desenvolvimentista explicitado no Capítulo 1, portanto, destrincharei os

---

[343] Yeung, na verdade, não desconsidera a importância do ELDA na Coreia do Sul no que tange ao setor de eletrônicos (vide papel do 4º PQ). Matizando melhor seu argumento: "Nesse contexto histórico, o Estado Desenvolvimentista foi imprescindível na indução inicial de chaebols como a Samsung para se diversificar para eletrônicos. Em 1º de dezembro de 1983, chocou a Coréia do Sul, se não o mundo, com uma boa versão operacional de uma DRAM de 64K baseada em tecnologia de design licenciada pela produtora americana Micron e tecnologia de processos da Sharp do Japão. Mas o apoio estatal não era mais crucial para seu crescimento maciço desde meados da década de 1980" (2016: p.147-8).

ingredientes de sucesso do Império do Meio; e, com os insights e respostas obtidas, enfim procederei às considerações finais triangulando as dimensões da política, das políticas e da geopolítica desses países.

4. O CASO CHINÊS: A ECONOMIA POLÍTICA DO IMPÉRIO DO MEIO

> "Evidente que, ao longo dos últimos 40 anos, a capacidade de resposta do PCCh aos desafios postos pela realidade, interna e externa, é muito impressionante. Novos marcos institucionais foram surgindo ao longo do tempo de forma que o enfrentamento a essa gama de contradições possibilitasse novas fronteiras ao próprio processo de desenvolvimento. As 'soluções de continuidade' entre um ciclo e outro de crescimento são uma característica fundamental do processo chinês." (JABBOUR e PAULA, 2019: p.134)

Chego enfim ao **quarto Capítulo** desta Tese de Doutorado, voltado à análise do último caso nacional escolhido que é a República Popular da China (RPC). Como o leitor verá, a estruturação seguida aqui difere um pouco das partes prévias com os estudos de caso de Taiwan e Coreia do Sul. Como destaquei ao longo da **Introdução** deste estudo, a ascensão chinesa configurou, indubitavelmente, no grande fenômeno do início do Século XXI, traduzindo sua consolidação enquanto epicentro manufatureiro global e suas pretensões hegemônicas de alcançar, tecnologicamente e economicamente, os EUA (CASTRO, 2008; JABBOUR, 2012). Isto com um projeto tendo na vanguarda um partido comunista colossal "confundido" com a própria RPC e com a estrutura do Estado nacional (e também com as estruturas governativas e burocráticas subnacionais); ultrapassando, em 2018, a marca de 90 milhões de membros filiados (STATISTA, 2021). Esse projeto ou estratégia, intitulada pelos líderes do país, principalmente desde as reformas de Deng, como busca pela construção do "***Socialismo com Características Chinesas***" (**Zhōngguó Tèsè Shèhuì Zhǔyì** – 中国特色社会主义) ou, como foi dito por Jiang Zemin, de uma "***Economia Socialista de Mercado***" (**Shèhuì Zhǔyì Shìchǎng Jīngjì** – 社会主义市场经), será escrutinado aqui da mesma forma como feito com os países anteriores.[344] Ou seja, via uma *historicização de sua trajetória de desenvolvimento*.

[344] O termo "Economia Socialista de Mercado" foi defendido e matizado por Jiang Zemin por ocasião do *14º Congresso do PCCh*, em 12 de outubro de 1992, antes mesmo deste ascender à presidência da RPC, quando apresentou o informe: "*Acelerar a Reforma, a Abertura e a Modernização e Conquista Maiores Vitórias Para a Causa do Socialismo do Tipo Chinês*" (JIANG, 2002). Na visão de Jabbour (2012: p.79), um dos méritos de se usar tal mote para pensar o processo chinês (ou seja, entender o dito "socialismo de mercado") é poder romper ou superar a restrição intelectual de se pensar a construção econômica do socialismo unicamente com base no "modelo soviético"; admitindo, dessa forma, uma variedade e complexidade institucional maior possível dentro das economias políticas pertinentes a distintas formações sociais.

A **Seção 4.1**, em virtude da imensa gama de autores se arvorando, recentemente, em trazer o instrumental analítico do desenvolvimentismo (e do EDLA em específico) de volta ao debate para mapear elementos institucionais da economia política do Império do Meio, objetiva exatamente fazer uma revisão crítica das contribuições de tal literatura. Assim, num eixo de exame indo dos expoentes que mais se aproximaram das noções pivotais do conceito ⁄ tipo ideal aos que mais se distanciaram, debato os méritos e as incompletudes dos mesmos bem como as razões para tais pontos elencados. De certa forma, será uma réplica menor – mas valendo só para o a China neste caso, contudo – do desenho metodológico da Tese; que, via interlocução da literatura com três trajetórias nacionais, objetiva ver a meticulosidade desses aportes para o entendimento de tais realidades.

Após contextualizar o leitor no debate já existente sobre a RPC à luz da literatura desenvolvimentista, a **Seção 4.2** avalia o *primeiro* grande ciclo de reformas institucionais promulgadas no país, sob a égide de influência de Deng Xiaoping; o qual, mesmo não sendo, como Mao, presidente da China, era figura-chave no entendimento das principais lutas e decisões políticas subjacentes às medidas econômicas adotadas. **Esta seção será importante também, como já veremos, por mostrar que a narrativa das reformas como um todo coeso e homogêneo convergindo de forma unidirecional às mesmas metas e diretrizes desde o princípio é fantasiosa e problemática, tendo uma série de nuances, continuidades e descontinuidades, por inúmeros motivos**.

Uma possível dúvida do leitor alude à indagação do motivo de começar este capítulo com tal revisão literária e com a ênfase a partir do governo Deng. Me justifico e esclareço aqui que não parto da visão de que a ascensão chinesa teve largada no "ponto zero" da inflexão paradigmática das reformas. **Muito pelo contrário, o legado da Era Mao é importantíssimo por duas razões, uma *política* e outra *econômica***: em ***primeiro*** lugar, foi em tal quadra histórica que se viu instaurado o sistema político em vigor até hoje na China e as suas principais instituições governativas, ainda que tenham passado por várias mudanças com subsequentes Constituições (BLECHER, 2010). A ***segunda*** é que também foi em tal interregno no qual foram criadas as instituições planificadoras centrais da economia e da estratégia de desenvolvimento governamental corporificada nos PQs; permitindo um exercício reflexivo sobre a continuidade (ou perda) de capacidade de coordenação do curso produtivo pelo Estado. Contudo, por restrições de escopo e tamanho desta Tese, os

antecedentes da Era Mao serão pontuados de forma muito estilizada e apenas para denotar continuidades em interlocução com a Era Deng que lhe sucedeu.

Ademais, me mantenho fiel ao desenho metodológico elucidado na Tabela 3 da **Introdução** da tese, com o recorte temporal aplicado à China se vendo compreendido entre 1978 e 2018. Procedo assim exatamente por, ao capturar sua economia política na nova configuração agora admitindo o advento de mercados, favorecer mais o meu estudo à luz das literaturas desenvolvimentistas arroladas e particularmente a do EDLA.

As **Seções 4.3**, **4.4** e **4.5** se debruçarão sobre os governos respectivos de Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping; apontando, outra vez via esquemática de fatos estilizados de maior relevo, as principais reformas, programas institucionais e políticas promovidas envolvendo as capacidades estatais e particularmente a estratégia industrial chinesa, de fato o grande objeto de pesquisa deste **Capítulo**. Desta forma, busco também apontar os diferentes obstáculos e desafios, domésticos e exógenos, impostos à cada geração de líderes chineses no bojo tanto das próprias contradições inerentes ao percurso particular de *catching-up* do país (algo comum em qualquer trajetória de desenvolvimento) quanto do paradigma capitalista sistêmico atual, neoliberal e financeirizado. Feito tal esforço de *historicização*, procederei enfim à **Conclusão** da Tese.

4.1: A China vista por Autores debruçados sobre o Prisma Desenvolvimentista: Uma breve radiografia crítica

Em função do – já mencionado nesta tese – crescimento econômico exuberante da China nas últimas décadas e consolidação do país enquanto epicentro manufatureiro do mundo, com um processo hercúleo de acumulação de capital, aumento da renda, bem estar e também gradual sofisticação tecnológica de seu regime produtivo, diversos autores – incluindo eu próprio – despertaram seu interesse sobre a nação asiática e se debruçaram, recentemente, sobre o País do Meio via distintas óticas da literatura desenvolvimentista. Em certo sentido, esta parte do **Capítulo 4** também antecipa diversos tópicos e fatos marcantes da trajetória de emparelhamento chinesa nas últimas décadas, os quais serão revisitados e mais bem destrinchados pelas seções subsequentes, cada uma enfática acerca de um distinto governo e os desafios políticos, práticos e geopolíticos que tinham pela frente.

Uns, por restrições de escopo ou por "ânsia" de rotular o caso chinês como EDLA e enquadrá-lo no conjunto de transformações atentadas pela literatura pertinente, *flexibilizaram*

em demasia o tipo ideal, esvaziando parte de seu significado ao equivalê-lo de forma rasa a qualquer assertividade estatal robusta. Enquanto isso, outros foram mais exitosos tecendo análises comparativas mais fiéis aos pontos principais da tipologia, embora não tanto ao receituário clássico de políticas dos expoentes cânones (como os mercantilistas e estruturalistas, por exemplo). Com base nisto, esta **Seção 4.1** delineia diversas contribuições filtradas à luz de tal discussão para destacar suas insuficiências e méritos em termos de contribuição ao debate. Este delineamento se realizará num eixo implícito indo dos autores os quais considero mais terem se distanciado da compreensão original até os que, mais fidedignamente, compararam os predicados políticos e institucionais da China com os apontados pelos corpos teóricos das *Subseções 1.1.1*, *1.1.2* e *1.1.3* bem como por Johnson em sua explicação do verbete (ao final da página 79 e início da página 80 desta Tese).

Começo então a radiografia com Li (2017). Em seus esforços de analisar a eventual aplicabilidade do conceito do EDLA à China a partir dos casos clássicos de Japão, Coreia do Sul e Taiwan, enriquece o debate ao salientar a *dimensão política*; por esta ser – como frisado na seção anterior desse capítulo – recorrentemente deixada de lado ou inserida de forma supérflua.[345] Não obstante, em tal empreitada, acabou se desvinculando muito dos desenhos institucionais focados pela literatura e faz analogia rasa entre o "desenvolvimentismo" dos governos nacionais e a capacidade da estrutura estatal como variável chave para formulação, implementação e *enforcement* de políticas pró-crescimento econômico (LI, 2017).

As capacidades estatais, para a autora, são analiticamente úteis por captarem uma dinâmica evolutiva tanto das relações entre governo e elites políticas quanto das facções societais conforme o processo de desenvolvimento tem curso. *Para Li, a investigação de tais relações amplia o debate por averiguar, não se a China é ou não um Estado Desenvolvimentista, mas sim quando o seria efetivamente* (2017: p.198-9). Assim, portanto, centrada no *policymaking* estratégico da China pós-reformas institucionais, considera o Estado "mais desenvolvimentista" quando implementa medidas necessárias à transformação econômica nacional mesmo quando estas impõem perdas materiais e políticas a segmentos privilegiados da sociedade com interesses vestidos e ancorados na antiga estrutura social e produtiva. De forma antípoda, um Estado não o seria (desenvolvimentista) quando hesita em

[345] A autora compreende essa "negligência" à luz do fato de diversos de tais casos serem regimes autoritários onde os partidos/forças políticas incumbentes governavam sem muitos pontos de veto ou atores opositores consideráveis; uma ressalva inclusive feita neste capítulo por minha pessoa (**Seção 1.3.**: p.91).

aplicá-las para não prejudicar interesses ossificados nos arranjos estruturais existentes mesmo quando o desenvolvimento é comprometido em decorrência disto.[346]

No caso chinês, Li (2017) crê que o país alternou "ciclos de desenvolvimentismo" crescentes e decrescentes conforme distintos contextos políticos e suas particularidades: entre o fim dos anos 1970 até final dos anos 1980, a implementação da descoletivização no meio rural e descentralização do poder econômico decisório indicaram aumento de tal capacidade do Estado chinês; a partir do momento em que implicaram esvaziamento relativo dos poderes dos grupos políticos defensores da planificação central e crescimento dos preços dos gêneros alimentícios para cidadãos urbanos, representando o fim de um longo privilégio que possuíam vis-à-vis o meio rural durante a era maoísta.[347]

Entre o final da década de 1980 até meados da década de 1990, por sua vez, a capacidade desenvolvimentista do governo chinês teria sido supostamente declinante em função dos imbróglios e indefinições após o episódio de Tiananmen e litígios políticos internos dentro do PCCh resultando num recuo parcial do processo reformista de abertura para atendimento de interesses de grupos "conservadores" dentro do partido.[348] Com o governo de Jiang Zemin (1993-2003) a partir de meados daquela década, contudo, teria ocorrido novamente uma retomada do fortalecimento da capacidade desenvolvimentista do Estado chinês com a recentralização fiscal e novas instituições (principalmente bancárias) concentrando crédito e margem de alocação financeira nas mãos do governo central.

Desconsiderando, por ora, pontos discutíveis do último parágrafo destacados pela autora (ex: supostas "perdas" de grupos poderosos durante o governo Deng; ou mesmo quais

---

[346] No contexto asiático, quando elites econômicas prévias se encontravam enfraquecidas, como exemplificado pelas classes latifundiárias em Taiwan, Japão e Coreia, foi mais fácil para o Estado ser desenvolvimentista uma vez elencando o *catching-up* como prioridade; dando assim início à trajetória de crescimento. Contudo, é mister frisar que, conforme o processo de desenvolvimento estava em curso e consolidou uma nova elite/burguesia industrial cada vez mais pujante e poderosa, o Estado viu diluído parte do controle que antes detinha de forma inconteste sobre a agenda decisória (LI, 2017: p.199). **Como já vimos antes nos Capítulos 2 e 3, ao menos nos casos nacionais analisados de Taiwan e Coreia do Sul, não se tratou unicamente de tal processo mencionado pela autora, mas também, em diversas ocasiões, da incorporação de antigas elites agrárias à própria lógica industrialista ou revitalização da burguesia manufatureira débil e nascente através de novas políticas e instituições.**

[347] Embora Li não especifique em momento algum que grupos políticos eram esses nem os argumentos que detinham, muito menos suas "perdas" acumuladas, já que o crescimento nos anos 1980 beneficiaram relativamente quase todos os setores da sociedade e acomodaram tensões conflitivas.

[348] Outra vez, a autora não destaca, possivelmente pelas restrições de escopo de escrita no capítulo, que atores políticos compunham tal grupo, a quais nichos vestidos em instituições pertenciam nem que setores da sociedade os apoiavam. **Pretendo sanar essa lacuna revisitando tal discussão na Seção 4.3**.

grupos exatamente teriam sofrido perdas durante o governo Jiang), os quais discuto nas **Seções 4.2** e **4.3**, a concepção desenvolvimentista de Li enquanto margem para eventual imposição de prejuízos a grupos poderosos guarda pouca ou nenhuma relação com o debate sobre o EDLA ou mesmo de economia política. Embora encontre nexo político com caminhos históricos percorridos pelos países do Leste Asiático e rupturas sociais antecedentes às suas decoladas de crescimento, mais se assemelha a uma das principais condições estipuladas pelos já citados institucionalistas Weaver e Rockman em sua definição clássica de capacidades estatais (1993), não indo além disso.[349] Tampouco explora e explica, por vez, as contradições emergentes do suposto desenvolvimentismo do Estado chinês na década de 1980 em meio a uma descentralização (relativa) do poder político e fiscal, que será colocada sob perspectiva na seção seguinte.

Já Ming (2018), no livro "The Dual Developmental State", escrito originalmente em 2000, tenta estabelecer diálogo com a literatura do EDLA, embora enfatizando menos os formatos institucionais e órgãos pró-crescimento e mais as *policies* práticas adotadas. Seu argumento nuclear é o seguinte: a trajetória do Império do Meio foi pautada pela singularidade de um *Estado Desenvolvimentista dual* ou *duplo*: na China, o consenso político e a arquitetura que viabilizaram o desenvolvimento e modernização econômica são definidos e sustentados também por instituições legislativas locais. Ou seja, existe uma estrutura dual que vai da esfera central/nacional aos níveis locais (principalmente as *províncias*), onde os Congressos Provinciais do Povo se tornaram parte indispensável da máquina pública ao erigirem imensa quantidade de leis e arcabouços regulatórios onde os distintos mercados operam. É uma estrutura onde, basicamente, o poder central do Estado chinês se vê aninhado no contexto de uma sinergia interdependente com as classes políticas subnacionais (MING, 2018: p.3).

Duas razões particulares, segundo o autor, explicam essa formação sócio-política única: *1ª)* o fato de a China ter um território e população muito maiores que os vizinhos na Ásia, o que torna bem mais árduo para o aparato estatal reforçar suas políticas e manter um curso coeso e longevo de modernização; e *2ª)* sua transição política e econômica se dar sob a liderança do PCCh no contexto de um arranjo ideológico bem diferente, de modo que os

[349] A autora parece não explorar, por exemplo, o fato de que um governo ou coalizão em determinado país pode promover o crescimento e bons resultados econômicos, com setores políticos ganhadores e perdedores, e nem por isso ser necessariamente desenvolvimentista.

legados do igualitarismo, do centralismo burocrático e da economia planificada impunham um caminho "pedregoso" e inédito às autoridades chinesas do ponto de vista da engenharia institucional. Ainda assim, os chineses foram exitosos, acomodando o modelo de ação do EDLA via dois arranjos: a descentralização e o empoderamento legislativo, responsáveis pela redução dos custos transacionais de criação de mercados (MING, 2018). Desse modo, a institucionalização das legislaturas somada à descentralização política e fiscal seguiram uma estratégia de rede ("*network*"), com o sistema político se caracterizando por uma matriz de elos de poder e um padrão interacional marcado por consulta e reciprocidade.

Ao proceder com tal enfoque analítico, Ming abrange o tipo ideal do Estado Desenvolvimentista para acomodar desvios do caso chinês por ele considerados relevantes. Indubitavelmente, a razão alegada para isto (2018: p.2) é válida, sendo a vontade de complexificar e problematizar a premissa implícita da literatura do EDLA de que a manutenção do sucesso da capacidade estatal, em parte, se baseia na supressão de autonomias locais e papel insignificante das legislaturas (JOHNSON, 1982). Também o faz para mapear de forma mais precisa as complexas interações entre indivíduos, grupos familiares, empresas e políticos no seio do processo decisório e formulação de políticas na China, tentando clarificar a dinâmica da "autonomia inserida" (conforme toma aporte de Evans), para entendimento dos laços Estado-sociedade e entre elites políticas e industriais.[350]

Entretanto, o autor cria mais dilemas do que resolve ao resolver fundir, em sua análise da literatura desenvolvimentista, a dos *modos de governança*, tecendo tal elo através do conceito de *redes*. Utiliza, nesta empreitada metodológica, conceitos da literatura de custos de transação comparativos, envolvendo trocas de ativos econômicos que implicam arranjos contratuais bem como seu monitoramento e *enforcement*. Assim, emprega uma *teoria econômica da firma*, que lhe faz compreender a China como um modelo híbrido entre um modo de governança hierárquico (verticalmente integrado, rígido e que "tolhe as fronteiras da racionalidade") e outro de mercado, supostamente superior em questão de autonomia adaptativa mas suscetível a "distorções burocráticas" ou "falhas" (MING, 2018).

Ao abraçar tal literatura, com caráter neoinstitucionalista de rasgo liberal, reproduz suas visões idealizadas tanto do Estado (em acepção pejorativa) quanto do setor privado, que

[350] Por essa via, Ming acaba se distanciando de Johnson, Wade, Amsden e se aproximando mais de Manuel Castells, considerado por ele como "um dos mais importantes pensadores dentro paradigma do Estado Desenvolvimentista" (2018: p.4; tradução própria).

acabam sobrepujando o rico debate sobre a dialética entre planejamento e mercado tecido pela literatura de economia política de EDLA. E seu livro se baseia num estudo de caso da cidade de Shenzhen, o qual é generalizado de forma problemática para todas as entidades subnacionais chinesas como se fosse uma realidade nacional da RPC; além de outras questões como o não-debate sobre a recentralização fiscal e institucional nos anos 1990.[351]

Boltho e Weber (2015), por vez, traçam um – competente – estudo comparativo mapeando similitudes e diferenças da trajetória chinesa com relação ao Japão, Coreia e Taiwan. Contudo, apesar de dialogarem em boa parte com a literatura do EDLA, também se desvencilham da mesma ao operarem com o termo mais genérico de "modelo de desenvolvimento do Leste Asiático" de modo a incluírem outros contornos. Para elas, quatro seriam os traços principais de tais experiências (dos três casos mencionados):

- Ênfase na aceleração do crescimento, dos investimentos, do setor manufatureiro e competitividade externa, logrados via políticas intervencionistas nos planos comercial, industrial e financeiro;
- Crença nas virtudes de uma economia competitiva e fomento a empresas capazes de competirem com rivais no plano global;
- Um conjunto de políticas macroeconômicas "apropriadas", focando no equilíbrio/ excedente orçamentário e prevenção da inflação; e
- Pré-condições de natureza política e socioeconômica, tais como: populações homogêneas; altos níveis de formação de "capital humano"; padrões relativamente igualitários de distribuição de renda; burocracias competentes e governos autoritários, ainda que em diversas gradações.

Seguindo tal investigação, a principal semelhança encontrada tangeria à condução de uma política econômica ortodoxa responsável por orçamento robusto, altas taxas de crescimento, investimento, poupança para além de prudência fiscal e monetária. Obviamente há diferenças entre Japão, Coreia e Taiwan, embora entre estas economias políticas e a China as mesmas se acentuem bastante. Com relação ao tamanho e estrutura organizacional dos

[351] Shenzhen é uma cidade na província de Guangdong ao sul próxima à costa chinesa, constituindo uma de suas quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e fazendo fronteira ao sul com a Região Administrativa Especial de Hong Kong.

países, *a própria dimensão chinesa colossal forneceu oportunidade para firmas com atividades intensivas em capital aproveitarem melhor economias de escala e fazerem upgrade de suas capacidades* (BOLTHO e WEBER, 2015).[352]

Outra distinção com relação à estrutura organizacional diz respeito à particularidade da China por ter partido de um legado de regime produtivo com economia planificada, preservando inúmeras instituições políticas da antiga estrutura socialista de comando central. Concomitantemente, em termos de política industrial, que, como frisado ao longo desta Tese, foi carro-chefe desenvolvimentista, enquanto os demais países da Ásia intervieram em nível setorial para forjarem suas próprias vantagens comparativas, as autoras argumentam que a China teria evitado políticas muito detalhadas, permitindo florescimento de um setor empresarial privado em boa medida desregulado (BOLTHO e WEBER, 2015).[353] E, além disso, *enquanto Japão e Coreia, em determinado momento, transitaram conscientemente suas ênfases de estrutura do setor leve para o pesado, a China trilhou caminho inverso em função do legado histórico do passado maoísta*.

Por fim, não desconsiderando os aportes de Boltho e Weber, estes trazem uma caracterização e comparação dos caminhos de desenvolvimento de tais países centrando mais nas políticas (*policies*), nas condições iniciais pré-decolada e nos resultados (*outcomes*) tomados pelos "fundamentos macroeconômicos" ex-post, o que não é um problema em si. Inclusive, joga luz maior sobre as trajetórias das nações asiáticas. Não obstante, passam ao largo do debate sobre as configurações institucionais do processo decisório ou do padrão de interlocução entre atores políticos (Estado, burocracia e empresariado). Assim, ironicamente, se aproximam da discussão de pontos nevrálgicos e caros à literatura desenvolvimentista listiana e estruturalista, ainda que com ela não dialoguem diretamente, ao passo que se distanciam em demasia dos traços institucionais salientados pelo paradigma do EDLA, cujos expoentes citam.

Lee (2014), embora averiguando a plausibilidade de aplicação do conceito à China, também o faz mediante linhas muito gerais e sem precisá-lo de forma minuciosa (i.e., a acepção do EDLA), focando tanto na dinâmica política – concebida pelas contestações entre

---

[352] Algo similar teria ocorrido também em alguns setores industriais japoneses, mas não chegou a ser tendência tão significativa nem na Coreia nem em Taiwan, que dependiam mais da demanda internacional em função do tamanho diminuto de seus mercados consumidores domésticos.

[353] Esta visão será problematizada ao longo das demais seções deste **Capítulo 4**.

elites, esferas governamentais central e locais, Estado e classes sociais – quanto nas diferentes estratégias governamentais a cada conjuntura crítica. Lee define Estado Desenvolvimentista como a mescla entre aparato estatal efetivo (embora sem precisar em nenhum momento como tal "efetividade" se manifesta exatamente), um "compromisso unilateral com o crescimento" e também pela margem de formulação e implementação de políticas; incorporando também a noção antes aludida de autonomia inserida de Evans enquanto chave explicativa viabilizando social e politicamente a eficiência do aparato governamental (LEE, 2014).

Embora sua descrição particular do EDLA se adeque no sentido de alguns órgãos de tecnocratas insulados, poucos pontos de veto formais ao *policymaking*, compromisso com o crescimento econômico e uma miríade de instrumentos políticos para materializá-lo, há alguns pontos problemáticos como o fato dos burocratas chineses se defrontarem com uma estrutura estatal e de incentivos mais descentralizada, complexa e fragmentada do que os correlatos no restante do Leste Asiático (LEE, 2014: p.105).[354] E, em termos de políticas postas em prática, há ambiguidades derivadas de elementos aproximando a China de um padrão mais interventor ao mesmo tempo em que toma medidas liberalizantes. Ou seja, ao passo que promoveu a descoletivização rural, privatização de estatais (principalmente nos anos 1990), mercantilização de determinados serviços sociais, etc., o governo chinês também renovou seu controle sobre indústrias estratégicas (petróleo, metalurgia, telecomunicações, defesa), ampliou investimentos em altas tecnologias e no interior do país, para além de fomentar o consumo doméstico e manter o sistema financeiro e bancário com forte ingerência pública (LEE, 2014).[355]

Dessa forma, para a autora, a trajetória chinesa não pode ser definida nem como triunfo de um EDLA pautado pela autonomia de oficiais perspicazes nem como um neoliberalismo impondo fundamentos de livre mercado. Ao mesmo tempo, acredita que ambas as percepções jogam alguma luz sobre a economia política chinesa e mostram como

---

[354] Ou seja, a autora põe em cheque a capacidade dos burocratas do governo central imporem suas preferências ou deterem autonomia ante atores corporativos, locais e até mesmo partidários. Isto apenas corroboraria como autoritarismo estatal e crescimento robusto, por si só, não endossariam a hipótese de um EDLA na China, na visão de LEE (2014).

[355] **Este ponto salientado pela autora, na verdade, nada teria de contraditório ou ambíguo; visto que o EDLA ou políticas englobadas pelo prisma desenvolvimentista, em momento algum, aludem a um estatismo supérfluo ou lógica de encampação, por parte do governo, das firmas e empresas domésticas, mas na verdade atenta para outros aspectos de medidas econômicas ou desenho institucional do poder decisório**.

ela é extremamente multifacetada e imbricada a múltiplas dinâmicas, domésticas e internacionais (LEE, 2014).

Knight (2014) é outro a dialogar com a literatura cânone do EDLA, embora sua análise da contribuição governamental para o crescimento econômico também não reflita tanto sobre os predicados enfatizados por Johnson (ou por Amsden e Wade) e sim com outros dois vetores, intimamente imbricados: os *arranjos institucionais gerais* e a *estrutura de incentivos aos atores*. Ele próprio destaca que, diante das transmutações que diversos autores subsequentes no próprio bojo de tal literatura engendraram na noção do EDLA, tornando-a menos coesa, a aceitação de uma definição mais ampla, não vinculada necessariamente a políticas específicas, mas sim a objetivos mais gerais e instituições primordiais, seria algo frutífero (KNIGHT, 2014: p.1335).[356]

Também argumenta que, conforme as lideranças políticas chinesas a partir de Deng elencaram o crescimento econômico e o *catching-up* como metas prioritárias da agenda nacional, imprimiram na autoridade pública um eminente caráter desenvolvimentista buscando materializar seus objetivos via três grandes arranjos institucionais: o *sistema de indicações e apontamentos estatal (Nomenklatura)*; a *ampliação das capacidades fiscais das localidades mediante maior retenção de receitas por estas unidades subnacionais*; e, por fim, a *ampliação de seus poderes de patronagem e cooptação tanto das corporações públicas quanto privadas*.[357] O conjunto de instituições políticas facultando tais estruturas de incentivos refletiu o que interpreta como "autoritarismo regionalmente descentralizado", onde o controle e determinação de objetivos e metas se dava pelo governo central e pelo PCCh, mas a efetivação e execução ficava a cargo das províncias, cidades e condados.[358]

---

[356] Knight, na contramão de boa parte dos autores institucionalistas debruçados sobre os elementos endógenos de tais economias políticas do Leste Asiático, dá algum destaque às condições sistêmicas que legitimaram tais modos de governança no Pós-Guerra. *Segundo ele, os Estados Desenvolvimentistas tanto no Japão como na Coreia e em Taiwan foram respostas a uma série de crises e ameaças externas que constituíram força-motriz dessas transformações produtivas. Assim, os riscos que se defrontavam tais Estados nacionais produziram em suas elites e principais atores societais a compreensão coesa de que a sobrevivência política passava imperativamente pela modernização econômica* (2014: p.1337). **Este é outro ponto relevante também corroborado nos Capítulos 2 e 3**.

[357] Com relação a tais poderes de patronagem, estes se veem refletidos principalmente pela instrumentalização dos bancos públicos – que centralizam o controle e canalização do crédito e recursos nacionais – para criação de relações políticas clientelistas com segmentos importantes do setor estatal e privado. Evidentemente, *rent-seeking* e corrupção também são consequências geradas em tal processo (KNIGHT, 2014: p.1341).

[358] Para ele, o sistema estatal de apontamentos, promoções e demissões a cada nível governamental – visto, ainda que brevemente, nas próximas seções, ao lançarmos luz sobre a burocracia do Estado chinês – foi a mais importante alavanca através da qual as lideranças políticas do país controlavam, coordenavam e motivavam o

Ao deter-se nas políticas e instrumentos do Estado para alavancar as atividades produtivas, faz a importante ressalva de que, *não obstante a participação estatal como porcentagem (%) dos investimentos e da produção ter sido declinante ao longo do tempo no processo de reformas – em parte pela própria complexificação da economia e florescimento de um setor privado antes inexistente – esta continuou fulcral e funcional ao processo de acumulação*. Isto se deu, conforme Knight, pela **manutenção da propriedade do Estado dos "altos escalões" da economia em setores estratégicos** imprescindíveis para guiar os investimentos e equacionar desafios e gargalos infraestruturais (2014: p.1342).

So (2017), em seu turno, tenta auferir exatamente a contribuição tanto do papel do Estado na coordenação da atividade produtiva e no paradigma de industrialização (conforme interpretação que faz da literatura do EDLA e de outros casos retardatários) quanto do legado maoísta formatando as particularidades do desenvolvimento chinês. Igualmente aos antes citados, contudo, também horizontaliza sua compreensão do tipo ideal e o define em cinco eixos analíticos principais:

a) Um *compromisso normativo com resultados*, onde as elites burocráticas priorizam o crescimento acima de outras problemáticas (desigualdade, bem-estar social, democracia, direitos humanos, etc.);
b) A *natureza da burocracia do Estado*, com um corpo muito próximo à noção weberiana de alta expertise e competência técnica via recrutamento meritocrático e identidade comum entre as elites;
c) Uma *política industrial seletiva enquanto principal mecanismo de intervenção*;
d) As *relações entre Estado-empresariado*, sinérgica somente em condições onde elites políticas resguardassem a autonomia burocrática para estabelecimento de diretrizes sem captura por interesses particulares e cooperação público-privada para alcançar tais metas; e, por fim,
e) As *origens históricas* remontando principalmente às consequências geopolíticas da Guerra do Pacífico e posteriormente a Guerra Fria.[359]

---

oficialato ao longo da carreira hierárquica do "Estado-Partido", determinando trajetórias e carreiras. A avaliação era feita com base no desempenho quanto ao cumprimento de metas estipulados pelas autoridades do Estado, onde o critério mais relevante era o crescimento na jurisdição respectiva (KNIGHT, 2014).

[359] Também enriquecendo a análise com a problematização dos fatores geopolíticos, coisa que tal literatura via de regra não faz, *So corrobora Knight e diz que os receios reais da guerra e instabilidades políticas levaram*

Segundo a radiografia do autor, a China de fato apresenta inúmeras similaridades com relação à (sua) interpretação do EDLA em muitos aspectos destes cinco eixos. Contudo, muitas outras diferenças significativas complexificam tal debate: em *primeiro* lugar, a *China iniciou as reformas institucionais de abertura e transição para um modelo pós-socialista quando boa parte das tensões da Guerra Fria* (*ao menos com relação a ela*) *havia arrefecido em alguma medida, diante de outra conjuntura geopolítica e sistêmica*. Em *segundo* lugar, *com relação à estratégia de desenvolvimento, enquanto os ED do Leste Asiático a princípio promoveram industrialização intensiva em trabalho* (L) *para depois transitarem à pesada e de bens de capital* (K), *na China ocorreu o processo inverso em função do legado do maoísmo* (que, por considerações de segurança nacional havia enfatizado este último padrão industrialista) *e também pela fragmentação da produção mundial em cadeias globais de valor*. Com isto, **se impunham novos desafios à sua inserção exportadora, bem distintos dos apresentados aos EDLA clássicos**.

E, *quanto à burocracia chinesa, embora esta apresente coerência em determinados órgãos decisórios, não dá indícios de que se aproxime da idealização weberiana e se mostra permeada por múltiplas alianças cruzadas e linhas rivais de autoridade, com pouca clareza às vezes na atribuição de responsabilidades institucionais e de políticas gerando, por sua vez, um ambiente de incerteza estrutural e ambiguidade na implementação da política industrial*. Dessa forma, *o policymaking do Estado chinês seria mais incremental, errático e menos linear do que se suporia*. Por fim, há ainda a dinâmica de poder das unidades locais de governo que diluem em parte a coerência da política econômica e diferem a China das estruturas de Estado centralizadas vistas nos ED japonês, coreano e taiwanês (SO, 2017).

Zhang (2018) e Bolesta (2012) são, possivelmente, os autores mais fidedignos no estabelecimento de nexos analítico-comparativos entre a literatura desenvolvimentista e o caso nacional da RPC, o primeiro debruçado mais sobre o paradigma do EDLA e o segundo tanto sobre este último quanto pelos aportes mercantilistas de Hamilton e List.[360]

Coreia e Taiwan em particular ao recrudescimento de seus esforços desenvolvimentistas e mobilização dos agentes em torno do crescimento como meta-mor para diluir eventual desagregação nacional. A Guerra Fria, com seus esforços de contenção do comunismo, também contribuiram para engendrar a autonomia relativa de tais Estados, com a circunscrição do poder político dos latifundiários, movimentos populares e laborais dando aos burocratas escopo para ação e controle dos recursos societais (2017: p,179-180). **Todos esses fatores também já foram explorados e validados nos dois Capítulos (2 e 3) recém vistos**.

[360] Bolesta não chega a empregar diretamente contribuições das literaturas estruturalistas da Economia do Desenvolvimento e da CEPAL, mas toma o argumento das vantagens do atraso de Gerschenkron ao abordar os

O primeiro (ZHANG, 2018) mapeia, diretamente, em qual medida a interpretação do EDLA ilumina os aspectos da trajetória chinesa de desenvolvimento. Ao passo que seu denso artigo confirma o enquadramento do caso da China nas narrativas canonizadas sobre o paradigma, também argumenta que o país traz novas características ausentes nos casos clássicos que demandam uma ampliação da definição corrente do tipo ideal, jogando novos *insights* exploratórios para países com arcabouço histórico-social parecido (de transformação "pós-socialista" como o Vietnã).[361] *Sem abdicar dos quatro pilares institucionais originais de Chalmers Johnson*, Zhang desmembra sua análise da China em três (3) facetas: uma *estrutural* (focando nas capacidades estatais, traduzidas pelo grau de autonomia inserida, por uma burocracia meritocrática efetiva e por forte legitimidade governamental); uma de *visão* (acerca do desenvolvimento e as ferramentas para operacionalização concreta de tal perspectiva) e uma última tangendo os *resultados* (no caso, o crescimento econômico de caráter industrial adensando tecnologicamente o parque manufatureiro do país).[362]

Concluída sua investigação, portanto, Zhang (2018) descobre na RPC elementos únicos como: um Estado profundamente mais imbricado na sociedade; uma dualidade compreendendo uma concentração de poder político cima-baixo concomitante a uma relativa descentralização econômica baixo-cima (alusão à margem de autonomia das províncias); uma visão acerca do desenvolvimento que, principalmente a partir dos anos 2000, foi se "horizontalizando" e incorporando novas agendas como sustentabilidade a desigualdades, entre outros; e por fim uma rede de agências-piloto (ao invés de uma única) centrada no PCCh, particularmente o Comitê Permanente do Politburo, e conectadas por duas grandes estruturas: o sistema de *nomenklatura* e o sistema administrativo governamental.[363]

---

mecanismos causais e explicativos da assertividade governamental por parte dos Estados Desenvolvimentistas no contexto periférico e sua importância para o aprendizado e inovação tecnológica (2012: p.170).

[361] Por "pós-socialista", o autor não se refere à negação da ideologia socialista ou de uma "restauração capitalista" simplória, mas tão somente à mudança do antigo paradigma de industrialização marcante da URSS e das demais experiências do comunismo real.

[362] Zhang também emprega outras características institucionais mencionadas por autores da literatura como Amsden (1989), Wade (1990), Evans (1995), etc.

[363] Pela atenção conferida ao sistema administrativo governamental, Zhang (2018: p.10-1) destaca um fortalecimento crescente na China que começa com a reforma do sistema de serviço civil ainda na década de 1970 e que prossegue com modificações ao longo dos anos 1990 e 2000; para além do chamado **Sistema de Responsabilidade e Metas** ("***Target Responsibility System***" – **TRS**), através do qual quadros e líderes políticos e partidários subnacionais devem se submeter a alvos estipulados pelas autoridades centrais, com o desempenho e cumprimento dos mesmos é uma variável altamente explicativa para ascensão ou descenso hierárquicos.

O ponto que mais chamou minha atenção no trabalho de Zhang tange este último ponto, onde argumenta que a China não conta com um MITI ou EPB centralizando a agenda econômica, mas sim uma rede ampla de organismos complementares encarregados com distintas atribuições. No topo, supervisionando a tudo e a todos, estaria o Comitê Permanente do Politburo do PCCh, assessorado pelo Grupelho-Líder de Assuntos Financeiros e Econômicos ("*Financial and Economic Affairs Leading Small Group*" - FEALSG) e que passa os objetivos políticos das autoridades governamentais ao Conselho de Estado que, em turno, os "distribui" para serem cumpridos pelos ministérios, governos locais, pelo Banco Central da China e pela Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional ("***National Development and Reform Comission***" – **NDRC**). [364] Essa rede, contudo, estaria supostamente inserida numa lógica dual de "concentração política com descentralização da implementação econômica" (a qual ele não especifica para os marcos temporais mais recentes), sendo o marco possível numa economia crescentemente globalizada onde a política decisória não mais poderia ser "monocromática" como nos EDLA clássicos (ZHANG, 2018: p.21).[365]

É aqui justamente onde o autor mostra seu calcanhar de Aquiles, pois *confunde as atribuições formais pertinentes às esferas de política econômica* (ex: política fiscal a cargo do Ministério das Finanças; política monetária a cargo do Banco Central; etc) *com a missão institucional da agência-piloto vanguardista da estratégia de desenvolvimento atentada por Johnson*: **a estipulação de metas e setores prioritários da aceleração industrial e controle direto ou indireto dos fundos governamentais, alocados conforme as necessidades de cumprimento de tais objetivos**. Portanto, em meu juízo, Zhang mostra uma desatenção com relação ao ponto do autor (Chalmers Johnson); tampouco dá o devido enfoque à NDRC ou à SASAC, por exemplo, detentora de ativos financeiros dos conglomerados estatais nos setores mais nevrálgicos da economia alavancando grandes blocos de inversões com inúmeros encadeamentos (no sentido hirschmaniano), como veremos.

---

[364] Este, por vezes rotulado como "mini-Conselho de Estado" do país, é mais responsável pela sugestão de políticas e formulação de estratégias mais amplas do que propriamente pela implementação (ZHANG, 2018).
[365] Segundo o autor (2018: p.22), esta rede contaria com a vantagem de permitir uma inserção maior em meio à estrutura social e aos seus atores, embora detenha a desvantagem das rivalidades inter-burocráticas (as quais não exemplifica).

Bolesta (2012), concluindo esta **Seção 4.1**, argumenta que, em vários sentidos práticos, a China seguiu a orientação e o modelo institucional do EDLA. Contudo, a adoção desse mesmo "modelo" se deu nas condições históricas e políticas de um *Estado transicional pós-socialista*; somente podendo ser entendida de forma totalizante quando analisada comparativamente à luz das adversidades defrontadas pelos países do antigo bloco soviético *e* nações que também aplicaram ou estejam aplicando o receituário desenvolvimentista de economia política em suas estratégias de reformas institucionais, como seria o caso (segundo ele) do Laos e do Vietnã.[366]

O autor faz a relevante ressalva que partir de um legado de economia política planificada não torna as condições iniciais da China, na véspera das reformas institucionais, análogas aos dos demais países do bloco comunista. Muito pelo contrário: argumenta que, pelo fato de a industrialização chinesa sob Mao ter sido menos extensiva vis-à-vis a soviética, com maior incidência da pobreza no meio rural e uma elite manufatureira nas empresas estatais (*State-Owned Enterprises* – SOEs) menos encastelada, as reformas transicionais no país encontraram maior flexibilidade e menor oposição política. Para além disto, o ambiente regional impunha mais dificuldades que facilidades aos países ex-comunistas do Leste Europeu; enquanto, que no Leste Asiático, a China podia contar com um ambiente econômico expansivo de integração e acesso fácil a investimentos e capital, principalmente das diásporas chinesas no Sudeste da Ásia distribuídas por Taiwan, Singapura, Hong Kong, Macau, Indonésia, Tailândia, Malásia, etc. (BOLESTA, 2012: p.218-9).[367]

Prosseguindo, a adoção de tal orientação estatal contou com auxílio de uma estrutura política fortemente centralizada. Tal manutenção de capacidades estatais centralizadas foi possível graças a alguns fatores, dentre deles a supressão parcial de dissidências laborais via cooptação ou conciliação e a criação de vínculos orgânicos de patronagem com o empresariado nacional, facilitado pelo insulamento dos altos escalões do Estado chinês e do Politburo do PCCh. Isto para além de mecanismos diversos de controle, como o crédito bancário à iniciativa privada num sistema de financiamento majoritariamente público. Dessa

---

[366] O emprego do termo "pós-socialista" por Bolesta tem sentido equivalente ao de Zhang (2017).

[367] Para um interessante apanhado histórico sobre os chineses expatriados e seu papel econômico na trajetória de abertura e reformas da China, ver Seagrave (1995). **Os mesmos, enquanto atores políticos, teriam bastante relevância na viabilização do êxito das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), sob as quais discorro na Seção 4.2 a seguir**.

forma, *a China logrou o seu próprio formato de autonomia inserida* (BOLESTA, 2012: p.225).

Em termos de *policies* concretas implementadas, *a China adotou uma estratégia industrial mercantilista neo-Listiana desviante das outras experiências pós-comunistas que abraçaram o Consenso de Washington e a ortodoxia, emulando a fórmula clássica de medidas marcantes dos casos dos EDLA*. Contudo, *essa política industrialista foi menos coesa e linear do que comumente retratado em análises mais sintéticas e estilizadas do desenvolvimento chinês, sendo não-ordinária e tendo uma série de descontinuidades; de modo que, apenas gradualmente, conformou os predicados e instituições características do tipo ideal, elaborados após um consenso político numa trajetória particular que se deu de forma evolucionária* (BOLESTA, 2012).

Como o leitor pode já ter percebido, a perspectiva do autor é a que mais se assemelha ao desenho de pesquisa, às variáveis e a uma das hipóteses que busco operacionalizar, sendo grande inspiração nesta Tese e fornecendo *insights* reaproveitados em sua continuação. Ainda assim, creio que Bolesta poderia ter enriquecido sua obra como uma interlocução com autores estruturalistas (como da Economia do Desenvolvimento, por exemplo) para capturar melhor fenômenos emergentes nos regimes produtivos nacionais diante da transição de economias políticas de base agrária-tradicional para industrializadas em cursos de *catching-up*. **É visando preencher tal lacuna que insiro, no bojo deste debate, tais literaturas**.

Ao fim, o intuito desta **Seção 4.1** não foi exatamente apontar problemáticas nas descrições e análises de todos esses autores mobilizados sobre os desenhos institucionais ou políticas da economia chinesa, mesmo porque estas estão sendo trabalhadas em caráter mais específico apenas agora neste último capítulo da Tese. O objetivo aqui foi desnudar que, embora tenham interlocução com a literatura debruçada sobre industrialização retardatária ou sobre os casos clássicos de Japão, Taiwan e Coreia do Sul (EDLA), muitos acabaram eventualmente flexibilizando-a em excesso (a literatura desenvolvimentista) e equivalendo-a, por vezes, à mera defesa de preceitos distintos das interpretações pioneiras ou reduzindo-lhes a intervenções governamentais *sui generis*, como protecionismos, etc.

Assim, com base nas "insuficiências" (entre aspas, pois tais leituras também guardam vários méritos) dessas interpretações, reitero a importância e contribuição almejada por esta Tese em fazer o estudo comparativo de forma eminentemente fiel às quatro características

institucionais elencadas por Chalmers Johnson, bem como pelos aportes analíticos dos desenvolvimentistas clássicos (mercantilistas, estruturalistas, etc.). Dessa forma, retomamos agora a historicização da trajetória chinesa, reconstituindo os fatos estilizados mais notórios que pautaram os rumos da economia política do Império do Meio. Esgotando então as possibilidades de meu arsenal teórico para a RPC, passarei ao debate comparativo nas **Considerações Finais** para confirmar se, de fato, esses três países guardam similaridades o bastante para serem tratados como bloco coeso sob um olhar esmiuçando fatores políticos, de políticas e geopolíticos.

4.2.: O Legado da Era Deng, 1978-1992: Experimentalismo institucional e a busca por um caminho próprio na coexistência entre planejamento e mercado

Nesta **Seção 4.3**, faço um exercício de reconstituição histórica da trajetória da economia política chinesa ao longo do recorte compreendido entre 1978 até 1992, um ano antes da chegada à presidência de Jiang Zemin e que, particularmente, teve importância política o suficiente para eu delimitar como ponto de chegada do recorte temporal aqui, como já explicarei.

Conforme pontuado na introdução deste capítulo, me refiro a este período inicial, ou **1ª fase das reformas econômicas chinesas**, como "Era Deng". A terminologia, assim como a de "Era Mao", me parece acurada pelo fato de, embora Deng Xiaoping (1904-1997) não ter sido Presidente nem Primeiro-Ministro da RPC neste recorte aludido, ter sido o quadro político primordial por trás dos principais acontecimentos do país, com alta influência e interlocução com os demais atores relevantes, sejam eles do PCCh, do Estado chinês ou do Exército de Libertação do Povo – ELP. Não por acaso, portanto, era tido como "líder supremo" ("***paramount leader***" ou "***Zuìgāo Lǐngdǎorén***" – **最高**领导人); sendo, na prática, o Chefe de Estado de fato (não "*de jure*") da China, ainda que tivesse perdido momentaneamente parte de sua influência no interregno entre Tiananmen até o "Grande Compromisso" de 1992, sobre o qual falo mais adiante (MARTÍ, 2007).

Deng derivava seu poder político, portanto, não de posições na estrutura formal e institucional do Estado, mas do acúmulo de poderes junto ao PCCh, onde foi presidente da Comissão Militar Central ou CMC (1981-1989) e no Comitê Permanente do Politburo do Partido (MARTÍ, 2007). Estes postos eram importantes por duas razões: por um lado, por

mostrarem a conexão de Deng com os militares, algo do qual tirará proveito futuramente. E, em segundo lugar, pelo fato de que, **na China, as estruturas tanto do PCCh quanto do Estado se sobrepõem constantemente, com altíssima imersão ou penetração societal de ambas; e com o Partido sendo o grande centro nevrálgico e decisório do país, formulando e antecipando as decisões políticas mais paradigmáticas antes mesmo de sua oficialização pelo governo** (BLECHER, 2010; SAICH, 2015). Abaixo, na Tabela 9, com fins meramente elucidativos, indico os líderes formais do Estado nacional da RPC sob o recorte temporal desta seção:

Tabela 9 – Presidentes e Primeiros-Ministros da RPC, 1978-1992

Presidentes da RPC	Primeiros-Ministros da RPC
Soong Ching-ling (1976 – 1978)	Hua Guofeng (1976-1980)
Ye Jianying (1978-1983)	Zhao Ziyang (1980-1987)
Li Xiannian (1983-1988)	
Yang Shangkun (1988-1993)	Li Peng (1988-1998)

Fonte: SPENCE, 1995.

Antes de prosseguir com o processo de historicização proposto, reitero ao leitor que, pelo próprio formato requerido para este capítulo, sumarizando os pontos principais de uma trajetória de 40 anos de *catching-up*, me vi obrigado a ser extremamente sintético e, por vezes, deixei de lado alguns fatos históricos. Portanto, a reconstituição aqui executada é seletiva, conforme os pontos considerados mais fulcrais na linha explicativa do desenvolvimento chinês e particularmente sua estratégia industrializante; mas ainda assim considerando elementos *políticos*, de *políticas* e *geopolíticos* na esteira do desenho metodológico proposto.

A reconstituição desta seção se inicia no ano de 1978, onde, na 3ª reunião plenária do 11º Congresso do PCCh, as autoridades políticas chinesas anunciariam formalmente o que veio a ser conhecido como suas reformas institucionais e de abertura visando a coexistência entre planejamento, mercado e a própria reintegração do país no sistema econômico interestatal (SPENCE, 1995; BLECHER, 2010).

Este ano é tido como o marco inaugural, por parcela esmagadora da literatura ocidental debruçada sobre a China, de uma grande descontinuidade com o paradigma pregresso de economia política, supostamente atrasado e incapaz de fomentar as iniciativas

individuais num curso virtuoso de crescimento.[368] É o caso de autores como Christopher McNally (2014) ou mesmo do inegavelmente qualificado Barry Naughton (2007). Para outros, como o ortodoxo Nicholas Lardy (2014), por vez, que deflagrou tal clivagem pelo próprio título de sua obra ("Markets over Mao"), a integração ao comércio global teria aberto terreno para uma rota quase evolucionária da China para uma economia capitalista liberal moderna.

Antecipo que, por mais que tome 1978 como ano de referência para iniciar esta seção, **não partilho da visão que as reformas institucionais tenham sido um todo coeso e homogêneo, muito menos uma ruptura com o passado, em função de um conjunto de fatores políticos e geopolíticos prévios, ainda daquela década, que aqui debato brevemente conforme avanço em meu delineamento**. Em via contrária, *sua trajetória (de reformas), de forma bastante aguda nos anos 1980 em particular, apresentou inúmeras nuances, prioridades estratégicas e disputas internas, tanto no seio do PCCh quanto do Estado, por distintos projetos políticos de país* (BLECHER, 2010).

Ao mesmo tempo, o Estado chinês também porta continuidades consideráveis entre tais recortes temporais pré e pós-1978; dentre os quais destaco as mais importantes pela ótica político-institucional: não obstante arranjos buscando a coexistência entre uma economia planificada e outra de mercado, **a RPC manteve tanto os seus órgãos responsáveis pelo planejamento quanto o sistema político prévio da Era Mao** (BLECHER, 2010; JABBOUR, 2012; ZHANG, 2012; SAICH, 2015). Esses últimos órgãos consistiam nas instituições responsáveis pelos **planos quinquenais** (**PQs**) enquanto diretrizes gerais do sentido estratégico que governo e PCCh ensejavam imprimir no regime produtivo (BLECHER, 2010; JABBOUR, 2012). Tais órgãos planificadores, ambos estabelecidos pela 1ª Constituição da RPC de 1954, e que só passariam por reorganizações institucionais significativas nos anos 1990, eram (cf. DONNITHORNE, 1964):

- **Comissão de Planejamento Estatal** ("***State Planning Commission***" / **SPC**), com intuito de elaboração dos PQs e metas produtivas / alocativas de longo prazo; e a

[368] Ironicamente, tal China dita "atrasada", entre 1952 e 1978, apresentou taxas de crescimento anuais médias para o PIB e para o PIB per capita, respectivamente, de 4,4% e 2,3% (NOGUEIRA, 2019: p.35); superiores em dobro – sem desconsiderar as suas contradições e problemas – às correlatas do Brasil redemocratizado, de 2,21% e 0,91% (cf. WORLD BANK, 2020).

- **Comissão Econômica Estatal** ("***State Economic Commission***" / **SEC**), que ajustava a logística de implementação dos PQs de forma segmentada e crível para os anos individuais e para setores produtivos específicos. **Nesse sentido, os PQs eram mais indicativos e "gerais" do que suas contrapartes em Taiwan e na Coreia, cabendo à SEC destrinchá-los em políticas setoriais e ministeriais mais elaboradas**.

Ambos os órgãos eram e continuam sendo diretamente subordinados ao **Conselho de Estado** (**CE**); permanecendo altamente relevantes na China pós-reformas. Com estas, tais instituições tiveram algumas prerrogativas ligeiramente alteradas: a SPC continuava responsável pelo planejamento plurianual, mas agora também estabelecia medidas de macrocontrole e intervenção governamental em suporte de indústrias pilares para promover novos segmentos elencados como estratégicos. A SEC, por vez, adquiriu também um caráter semi-corporativista ao estabelecer grandes grupos empresariais e associações regulatórias para que o governo pudesse acompanhá-los e tutelá-los. A primeira foi organizada ainda em 1979 e a maior de todas, a **China Federation of Industrial Economics** (**Federação Chinesa de Economia Industrial**), dotada de caráter nacional, seria estabelecida em 1988 (HEILMANN e SHIH, 2013).[369]

Inclusive, um marco válido de ser aqui denotado é que, ainda no **7º PQ** (1986-1990), a SPC estabeleceria oficialmente, pela primeira vez, a política industrial enquanto instrumento "oficial" constitutivo das reformas; após o governo já ter criado programas preliminares específicos em tal sentido para o setor automobilístico e o de semicondutores respectivamente em 1986 e 1987 (HEILMANN e SHIH, 2013; LO e WU, 2014).

O segundo elemento de continuidade do Estado chinês foi, como dito, seu **sistema político**; cujo funcionamento tento elucidar nos próximos parágrafos de forma bem breve e em linhas gerais para fornecer um entendimento mais acurado da lógica de poder decisório no país, bem como referir a determinadas instâncias de poder e instituições que mencionarei neste capítulo daqui em diante.

Sendo assim, o sistema político chinês, que poderia ser descrito como "unitário, porém fragmentado", mostrou grande resiliência e capacidade adaptativa desde a Era Mao.

---

[369] Heilmann e Shih (2013: p.8) destacam que tal novo papel do SEC foi, em parte, fruto de um de seus diretores, Yuan Baohua, que se inspirou na experiência japonesa com a associação industrial ***Keidanren***.

Conseguiu, nesse sentido, perdurar com seu desenho geral mesmo em momentos como o da Revolução Cultural (1966-1976) ou meados da década de 1970, quando instabilidades políticas e a briga pelo poder na esteira das mortes que se anunciavam de Mao e Zhou Enlai (ambos em1976) levaram à 2ª e 3ª Constituições da RPC, de 1975 e 1978, respectivamente. Estas haviam esvaziado parcialmente a legitimidade e poder de decisão das instituições do Estado, colocando explicitamente o PCCh acima das próprias (BLECHER, 2010).

Contudo, com a 4ª Constituição da RPC, erigida em 1982 e em vigor até os dias de hoje, seria engendrado o arcabouço legal definitivo que pavimentaria as reformas. Embora tal Constituição não represente uma ruptura de paradigma em termos de criação de novas instituições governativas ou desmantelamento de outras, racionalizou-as conferindo maior regulação legal ao processo de escolha dos representantes políticos no país no bojo da estrutura do Estado (LIEBERTHAL, 2004; BLECHER, 2010). Seu grande mérito foi a separação formal das funções dos corpos administrativos e das posições de liderança; "fortalecendo" relativamente o governo vis-à-vis o Partido através da proeminência conferida ao CNP e ao cumprimento da Lei, para além de colocar o Exército (ELP) sob estrito controle civil (JIANG, 2003; BLECHER, 2010).

O sistema político e representativo chinês, formalmente, assim como o de Taiwan inspirado em Sun Yat-Sen, difere muito dos correlatos do Ocidente (JIANG, 2003). Isto, principalmente, por não prever uma separação tripartite entre poderes. Sua instituição nuclear é o **Congresso Nacional do Povo** (**CNP**), com atribuição direta de nomeação da: *Presidência da RPC*; do *Primeiro-Ministro* (após indicação presidencial); da *Comissão Militar Central* (**CMC**), da *Suprema Corte Popular* e, mais importante, do próprio *Conselho de Estado* avalizando nomeações e indicações do Primeiro-Ministro (JIANG, 2003; SAICH, 2015).

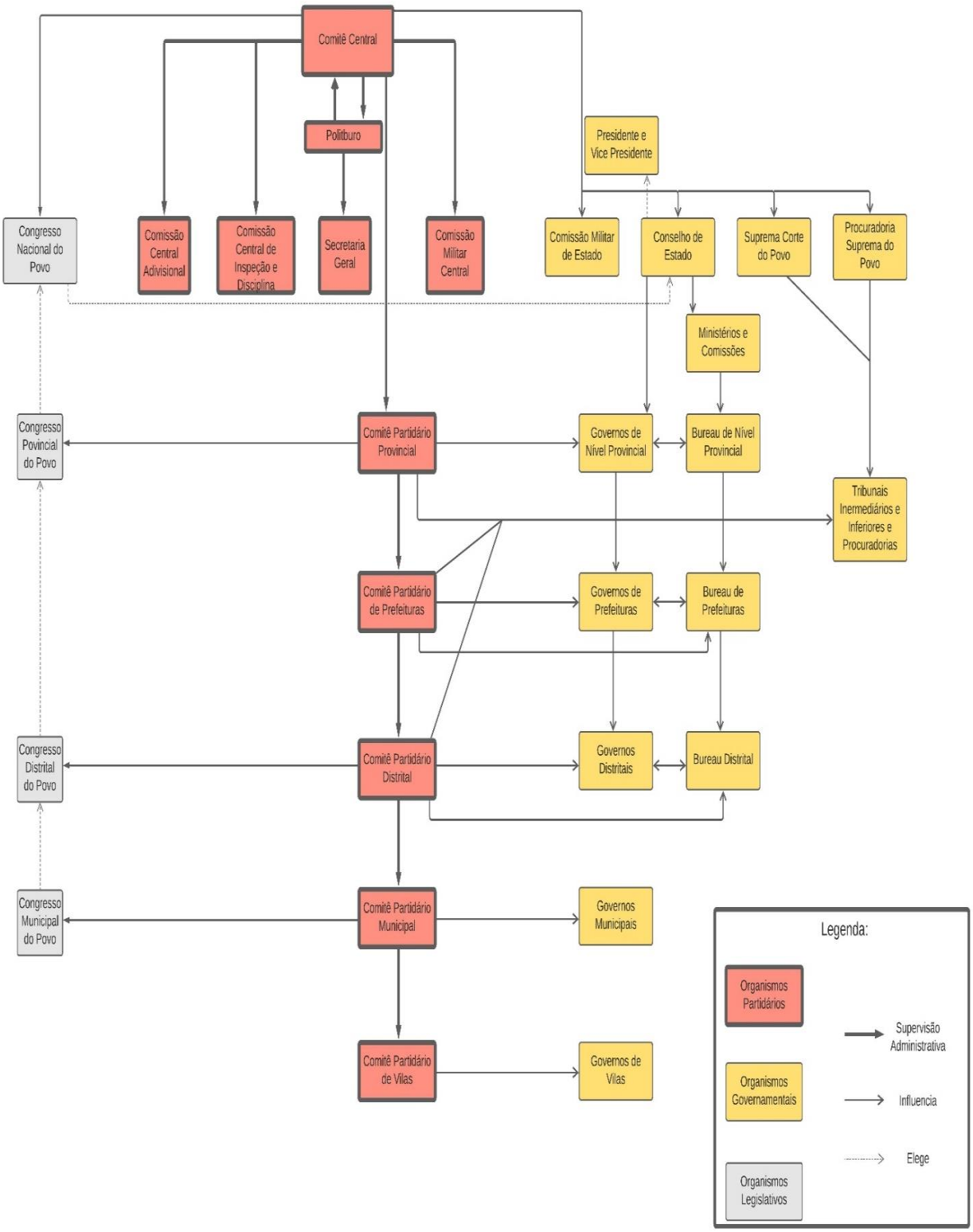
Blecher (2010) interpreta a esfera legislativa chinesa (leia-se, CNP) como "fraca" por ser influenciada, em todas as suas diversas instâncias, pelas decisões antes gestadas e tomadas no bojo das altas esferas do PCCh. Considero a ótica do autor questionável pela seguinte razão: se utilizarmos o "contraste" Estado-partido para outros países vizinhos do Leste Asiático, como Japão ou Taiwan, por exemplo, poderíamos estipular igualmente que os Poderes em ambos seriam também "fracos"; por estarem diretamente submetidos aos ditames do Partido Democrático Liberal (no caso japonês) ou do KMT (no caso taiwanês). Isto nada nos diz em termos explicativos concretos.

O CNP tem seu quadro de representantes eleito indiretamente pelos **Congressos Provinciais do Povo** (*principais instâncias legislativas subnacionais*), que por vez tem seus membros também escolhidos indiretamente pelos **Congressos Distritais, das Cidades ou dos Condados**, instâncias inferiores da estrutura política chinesa e estas sim com *eleição direta* (BLECHER, 2010; SAICH, 2015).

O CE, por vez, chefiado pelo Primeiro-Ministro, vice, inúmeros conselheiros e secretariado geral, é a mais alta instância administrativa da China; e a ele são responsivos tanto os ministérios do país quanto o "***People's Bank of China***" (ou **PBOC**), os órgãos de planificação previamente citados e todas as ramificações dos governos locais (SAICH, 2015). Contudo, é equivocado preconizar o CE como uma espécie de Poder Executivo, pois a mais recente das Constituições da RPC, erigida em 1982, assim não o matiza e, de forma mais importante, lhe impede de questionar decisões tomadas pelo CNP, ao qual é *subordinado*. Destarte, Jiang (2003: p.128, tradução própria) crê ser mais fidedigno, na esteira da definição conforme a Constituição chinesa, defini-lo como "corpo executivo do mais alto órgão do poder estatal".

Cabe ao CE de forma direta, é claro, conforme indicado pelo Artigo 89 da Constituição de 1982, a formulação e implementação – via SPC, SEC e Ministérios – dos planos nacionais de desenvolvimento, do arcabouço regulatório e a definição da alocação orçamentária de recursos. Contudo, tanto os PQs quanto o orçamento devem ser responsivos, em alguma medida, às áreas prioritárias e anseios incrustados nas diretrizes gerais definidas pelo CNP. E, como antes mencionado, a despeito de o Conselho escolher seus quadros ministeriais e administrativos, absolutamente todos devem ser referendados pelo Congresso Nacional e por este podem ser demovidos (JIANG, 2003). Na figura abaixo, apresento um organograma sistematizando o desenho geral do sistema político chinês, bem como o entrelaçamento do PCCh junto ao mesmo:

Figura 2 - Organograma da estrutura de poder (Partido & Estado) na China



Fonte: Elaboração da Doutoranda em Sociologia Hellen Oliveira (PPG / IESP-UERJ) com base em Blecher (2010).

Regressando à genealogia das reformas, estas foram executadas com base numa reificação do slogan das "**Quatro Modernizações**" ou "**Sìgè xiàndàihuà**" – 四个现代化 (*Agricultura; Indústria; Defesa; Ciência & Tecnologia*), cunhado e defendido pelo Primeiro-Ministro Zhou Enlai pelo menos desde 1974 e incorporado por Hua Guofeng e Deng como retórica constitutiva das transformações que engendrariam para passar justamente uma ideia de continuidade, e não ruptura (SPENCE, 1995; BLECHER, 2010; JABBOUR e DANTAS, 2017).[370] Quando de seu anúncio, no 11º Congresso do Partido Comunista, em 1978, a China ainda era um país com indicadores brutos de renda extremamente baixos, tanto em termos absolutos quanto comparativos, e com a esmagadora maioria de sua população vivendo ainda no meio rural: 82,08%.[371] Este indicador era, em muitos sentidos, reflexo da estratégia particular de industrialização seguida sob a Era Mao, adotada logo após a realização de uma ampla reforma agrária e abolição da propriedade privada da terra quebrando o poder dos latifundiários enquanto classe política (SPENCE, 1995).[372]

Tal industrialização, sintetizada pelo jargão "*Big Push*", centrou-se na indústria pesada intensiva na produção de bens de capital, inspirada na planificação soviética (replicando inclusive sua lógica dos planos quinquenais – PQs) e com **encadeamentos hirschmanianos** para trás em sua matriz insumo-produto entre setores *upstream* (carvão, petróleo, minérios) e *downstream*, como aço, maquinários e siderurgia de forma geral (CORRÊA, 2012).[373]

Diante da restrição externa do embargo comercial com o Ocidente capitalista desde os anos 1950, como retaliação dos EUA por sua intervenção na península coreana, a China

---

[370] Hua Guofeng (1921-2008) foi um importante líder político do PCCh que, na esteira da morte de Mao e Zhou Enlai, assumiu a presidência do Partido e da CMC em 1976, ocupando tais postos até 1981 (SPENCE, 1995). Para uma brevíssima genealogia histórica do verbete das Quatro Modernizações, ver Mishra (1988).

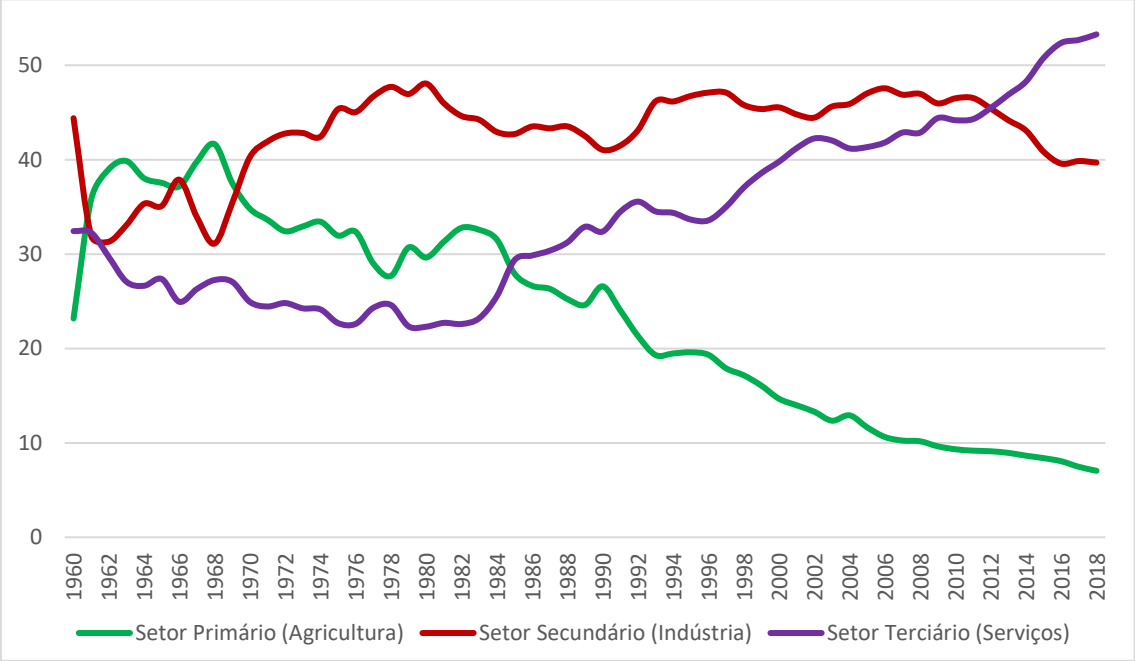
[371] Os dados foram retirados do anuário estatístico do país (China Statistical Yearbook) e podem ser conferidos em: http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB1999e/d01e.htm.

[372] **Nesse sentido, essa eliminação da classe latifundiária enquanto ator político se assemelhou aos casos de Taiwan e da Coreia do Sul. A diferença é que, na RPC, a reforma agrária teve conotação abertamente socialista e redistributiva, assentada nos princípios ideológicos do *igualitarismo* e *auto-confiança*** (RISKIN, 1987)**, para além unicamente de razões produtivistas como no caso das outras duas nações citadas**.

[373] **Tal "*Big Push*" ou "*Grande Empurrão*", contudo, difere do termo aludido por Rosenstein-Rodan em alguns sentidos: não se deu num bloco horizontal e amplo de inversões, mas sim em nichos particulares e extremamente verticalizados em suas estruturas industriais estatais. Assim, os *spillovers* e multiplicadores para o restante da economia se mostraram muitíssimo limitados. Em compensação, a economia política chinesa sob Mao parece se enquadrar com fidedignidade no "modelo russo" conjecturado pelo teórico do desenvolvimento. Sobre tal enquadramento parcial, discorro nas Conclusões desta tese**.

seguiu adiante com tal projeto manufatureiro que alçou a indústria como principal motor do crescimento, superando a agricultura ao final da década de 1960 (NOGUEIRA, 2019; WORLD BANK, 2020), como se vê no gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Participação dos setores (%) no Produto Interno Bruto da China[374]



Fonte: WORLD BANK, 2020.

Tal estratégia industrialista, descentralizada em *clusters* pelo interior do país em função dos receios geopolíticos da Guerra Fria, era, contudo, *disfuncional* (no sentido de transmutação em renda, emprego e complexificação societal e do regime produtivo) e alimentada por uma lógica perniciosa de transferência de excedente do campo através de TdT desiguais arbitrados pelo Estado, de forma desfavorável aos camponeses vis-à-vis os centros urbanos (NOGUEIRA, 2019). **Foi uma industrialização *sem* urbanização**.

Diante da estagnação longeva da renda nas áreas rurais, estas receberam total prioridade no **1º ciclo de inovações institucionais** deflagrado pelas reformas, até mesmo pelo fato de o campesinato ter sido ator político galvanizador da revolução socialista de 1949, sendo estrategicamente constitutivo da base de apoio ao PCCh (JABBOUR, 2012; CORRÊA,

[374] As oscilações agudas na produção industrial no início e em meados da década de 1960 se atribuem aos episódios políticos disruptivos do Grande Salto Adiante (GSA) e da Revolução Cultural iniciada em 1966 (NAUGHTON, 2007). Ambos os episódios históricos são bem radiografados por Spence (1995).

2012). Destarte, é com o ímpeto e intencionalidade de mudar tal quadro que, no 3º Pleno do Congresso do PCCh, são **oficializadas** tanto a **política** de **experimentação gradual e pragmática de compatibilização entre planejamento e mercado** quanto a **de abertura**. **Coloco forte ênfase na palavra "oficializadas" para ilustrar que ambas não surgiram do nada em 1978, mas sim representaram a nacionalização e elevação, a pilares máximos do projeto de Estado chinês dali em diante, de tendências e transformações já em voga. Nesse sentido, como já destaco, as reformas chinesas antecederam sua própria oficialização**.

A *primeira* reforma institucional de compatibilização entre planejamento central e mercado ocorreu com a adoção dos chamados **contratos de responsabilidade** ente Estado e camponeses, ressignificando as relações entre ambos que era vigente desde Mao. É considerada, comumente, pelo tamanho dos impactos engendrados, como a **segunda grande reforma agrária chinesa** (NOGUEIRA, 2019). Através de tais contratos, os camponeses, antes compelidos à entrega toda a sua produção ao governo com TdT definidos por este último, agora davam somente uma parcela da mesma, ao passo que estavam facultados a reterem o excedente e comercializá-lo sob valores de mercado. Essa parcela, fixada por contratos plurianuais e ainda a preços baixos, principalmente para alimentos e cereais, guardava relação com o imperativo de segurança alimentar e com receios do governo de possíveis impactos inflacionários (OI, 1999; NAUGHTON, 2007; BLECHER, 2010; JABBOUR e DANTAS, 2017).

A coexistência entre plano e mercado na determinação dos preços, existente por meio desses contratos e em breve se espraiando para todo o regime produtivo, se imbrica diretamente também à nova lógica econômica ditando a tônica na China ao longo da década de 1980, a do "***Sistema de Pista Dupla***" ou "***Dual Track System***" (NAUGHTON, 2007: p.91-2).[375] Atento, aqui, que tal sistema corresponde à *dois mecanismos distintos de coordenação*, e não dois tipos de propriedade (CÔRREA, 2012).[376] De todo modo, ilustrou uma estratégia inovadora e gradualista de adaptação entre ambos os mecanismos na determinação das variáveis econômicas. Diferiu, ainda, tanto em termos de execução quanto de resultados, das liberalizações abruptas orientadas pelas "terapias de choque" do antigo

[375] Tal sistema teria durado até aproximadamente 1992-1993 (NAUGHTON, 2007).
[376] O primeiro (plano) determinado pelo governo central e o segundo pelas forças de oferta, demanda e dos atores econômicos dos distintos mercados incipientes.

bloco comunista europeu, com agudas instabilidades inflacionárias e destruição do tecido produtivo (NOLAN e ASH, 1995; JABBOUR e PAULA, 2020).

Discorrendo ainda sobre os contratos de responsabilidade, é mister denotar que os mesmos existiam no interior de algumas províncias da China rural desde a segunda metade da década de 1970. O que as reformas anunciadas pelo PCCh em 1978 fizeram, de fato, foi realçá-los como linha de política recomendável para o sucesso das reformas e construção socialista, corrobora por sua institucionalização e legalização definitiva, a nível nacional, pela Comissão Estatal de Agricultura em 1980 (BLECHER, 2010: p.67). **Inclusive, é imperativo denotar aqui que Deng Xiaoping, individualmente, conforme Naughton** (1993: p.18) **relata num artigo biográfico sobre o líder chinês, não defendia inicialmente tais reformas rurais, sendo cético com relação às mesmas e defendendo a continuidade da coletivização da agricultura até 1980**. Contudo, a correlação de forças políticas dentro do PCCh favorável a tais reformas começava a se formar, de modo que, num documento promulgado em setembro de 1979, o Comitê Central do partido afirmou que:

> "Ao mesmo tempo que fortalecemos a educação socialista entre nosso campesinato, devemos mostrar uma preocupação genuína com seu bem-estar material no trabalho econômico e fornecer uma garantia completa de seus direitos democráticos no trabalho político. Sem bem-estar material e certos direitos políticos, é impossível para qualquer classe ter incentivos inatos". (COMITÊ CENTRAL *apud* HUANG, 2008: p.99; tradução própria)

Tal postura favorável de parte das lideranças da cúpula partidária do PCCh baseou-se na própria observação concreta e prática do sucesso da adoção dos contratos de responsabilidade no interior do país. O próprio Zhao Ziyang, que em 1980 ascenderia como Primeiro-Ministro da RPC, inclusive com apoio de Deng, se cacifou politicamente graças à popularidade e prestígio logrados por introduzir os sistemas de responsabilidade rural na província de Sichuan, uma das mais populosas do país, entre 1975 e 1978 (NAUGHTON, 1993).

Isto não implica, é claro, que Deng tenha sido irrelevante ou ator passivo durante este período inicial de mudanças institucionais. Ao contrário, foi atuante na interlocução política entre a ala mais reformista, tendo Zhao, Li Xiannian (vice-presidente do PCCh entre 1977 e

1982, antes de se tornar presidente) e outros, e a ala mais "conservadora" ou marxista ortodoxa, liderada por Chen Yun (NAUGHTON, 1993; MARTÍ, 2007).

De todo modo, em 1985, vendo o sucesso advindo de tal primeira transformação institucional e cujas consequências já assinalo nos parágrafos abaixo, Deng faria um revisionismo com relação à tal política; e, numa entrevista ao jornal New York Times, diria que "Se você quer trazer a iniciativa dos camponeses para o jogo, você deve dar a eles o poder de ganhar dinheiro" (DENG *apud* HUANG, 2008: p.98; tradução própria). **Considero este aporte interessante por mostrar como, ao contrário do que por vezes é sugerido, as reformas econômicas chinesas não foram fruto de novas predileções ideológicas de um visionário Deng Xiaoping**. **Também ilustra como as mesmas foram instigadas por mudanças já vigentes no Império do Meio, não sendo, assim, rupturas com a China pré-1978**.

Voltando aos contratos de responsabilidade, os mesmos deram a largada para transformações pivotais no interior chinês, reconfigurando a divisão social do trabalho no campo. Através da abertura de uma via de enriquecimento a uma classe antes privada disto, ressignificou a estrutura de incentivos, com TdT menos desfavoráveis vis-à-vis o meio urbano. Como resultado, se deu uma fortíssima *expansão da produtividade agrícola* nos anos iniciais de reformas (OI, 199; NAUGHTON, 2007; BLECHER, 2010; NOGUEIRA, 2011; CORRÊA, 2012; JABBOUR, 2012).

Tal maior produtividade retroalimentou o desenvolvimento econômico ao ampliar a acumulação de capital e fazer surgir, pelo incremento da renda e do poder de consumo, um incipiente (porém colossal, pela escala chinesa) mercado doméstico. Tal incremento é corroborado pelos dados do Banco Mundial, que registram que o consumo das famílias com relação ao PIB subiu de 47,81% para 53,49% entre 1978 e 1983 (WORLD BANK, 2020). Esse mercado interno recém formado, em seu turno, fomentou a emergência de várias empresas de pequeno e médio porte voltadas à manufatura de bens de consumo, chamadas de "***Township and Village Enterprises***" – **TVEs**, uma das mais paradigmáticas particularidades do socialismo da RPC; e um elemento diferencial da RPC com relação aos vizinhos desenvolvimentistas asiáticos (MASIERO, 2006; JABBOUR, 2012). Embora denotem localização geográfica de empresas em áreas "rurais", a ênfase deve estar sob suas estruturas de propriedade, sendo nominalmente de propriedade coletiva de governos de vilas

e aldeias, com algumas inclusive evoluindo das comunas da era maoísta (LEE, 2014).[377] Em linha análoga, na definição de Masiero (2006: p.425; grifos do autor) as TVEs:

> "[...] são oficialmente consideradas uma classe de empresas de propriedade dos governos das *towns* (aglomerações populacionais menores que uma cidade, mas maiores que uma vila) e comitês de *villages* (vilas) incluindo ainda aquelas possuídas por indivíduos e trabalhadores que residem nestas localidades."

Tal formato empresarial particular, corporificando o dito empreendedorismo dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1999), a "via dos produtores" ou "via americana" (JABBOUR, 2012: p.70) ou os sustentáculos da "década empreendedora" (HUANG, 2008: p.50), nada mais foi que a migração de tais atores sociais – camponeses, agora detendo capital e poupança – para o engajamento em atividades industriais, movidos pela crescente demanda (GABRIELE, 2010). A expansão acelerada da renda ressignificava o próprio padrão de consumo existente na China e ampliava a necessidade por bens de consumo (principalmente duráveis) como micro-ondas, máquinas de lavar, televisores e geladeiras. Foram estes bens, exatamente, o alvo das atividades de várias TVEs emergentes (MEDEIROS, 1999; NOGUEIRA, 2011; CORRÊA, 2012; JABBOUR e DANTAS, 2017).[378]

As TVEs, que, para os padrões e escalas da China, eram empresas de pequeno e médio porte quando comparadas às SOEs, foram os atores econômicos que pautaram as principais transformações no regime produtivo ao longo daquela década. E contribuíram, ainda, para a industrialização e urbanização rural; tendo como uma das principais consequências a redução drástica da extrema pobreza e da assimetria intrarregional pelo menor diferencial entre costa e interior, pelo menos até 1985, com a China passando por dificuldades econômicas na segunda metade da década (MEDEIROS, 1999; MASIERO, 2006; NOGUEIRA, 2011; CORRÊA, 2012; JABBOUR, 2012).[379]

---

[377] Este tipo particular de propriedade de tais empresas, inclusive, fez autores como Lee (2014: p.107; tradução própria) chamar tal crescimento inicial das reformas chinesas como "acumulação descentralizada sem despossessão da terra".

[378] Inclusive, a Haier, grupo empresarial originado de uma TVE fundada em 1984, hoje se afirma como maior marca global de bens eletrodomésticos, tendo 10,5% do *market share* total em vendas no setor em 2018 (STATISTA, 2020d).

[379] O fato de as TVEs terem sido o motor do crescimento com particular intensidade nos anos 1980 não quer dizer que sua importância tenha desaparecido pelas décadas subsequentes. Muito pelo contrário, em 2002, por

Sumarizando, em termos relativos, a primeira meia década de reformas foi marcada por mudanças que tiveram no consumo interno (e não nas exportações) o maior *driver* do crescimento, com uma industrialização agora intensiva em trabalho (L) em contraposição à da Era Mao centrada em bens de capital (K). Bem em breve, não obstante, estas TVEs também se imbricariam à inserção exportadora chinesa, aproveitando também as colossais vantagens comparativas nacionais (LO e WU, 2014).[380] **Com relação a este último aspecto em particular, a inserção externa baseada em princípio em bens de consumo leves intensivos em trabalho aproxima a experiência chinesa dos casos taiwanês e sul-coreano**. Para além disso, as TVEs também seriam o conduíte inicial da transferência tecnológica do estrangeiro e *catching-up* nacional, por mecanismos e dispositivos institucionais que já elucido.

Antes de discorrer sobre a política de abertura e a lógica do cabedal institucional e regulatório erigido pelo Estado para aproveitá-la, em linha com as diretrizes estratégicas dos PQs e do PCCh, destaco **três grandes tendências imprescindíveis** trazidas por tal industrialização do interior rural via TVEs no início dos anos 1980.

Em *primeiro* lugar, permitiu à China agora finalmente *completar* a sua mudança estrutural, com o crescimento do emprego industrial e no setor de serviços finalmente crescendo em detrimento do trabalho no campo, após décadas de estagnação (ver Gráfico 9). Embora Nogueira (2019) tenha apontado a mesma como se dando sob o maoísmo, pela hegemonia assumida pela indústria na contribuição ao PIB, considero pouco crível corroborar tal fenômeno para a China de então pelo fato de a sociedade chinesa, como um todo, ter permanecido no meio agrário e voltada à subsistência, sem proliferação de um meio urbano e moderno robusto.

Portanto, em conformidade com Naughton (2007) **e com os aportes cepalinos acerca da transformação estrutural, creio que tal fenômeno só tenha se realizado plenamente na China pós-reformas, e com uma nuance gradual como comento no parágrafo em seguida**. Evidentemente, isto não implica em desconsideração do período maoísta; o qual, como Paula e Jabbour (2016: p.22) pontuam, havia desatado com a

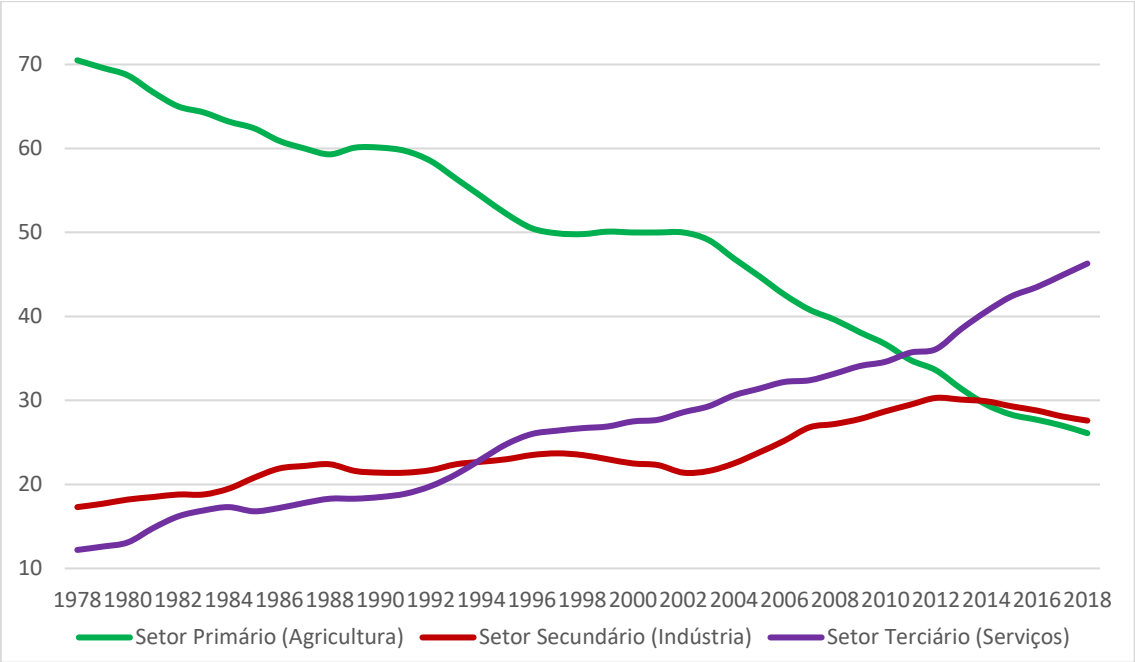
---

exemplo, tais empresas eram responsáveis por mais de 132 milhões de empregos, ante 82,85 milhões das estatais e coletivas urbanas e 68,53 milhões de outras empresas e autônomos urbanos (MASIERO, 2006: p.432).

[380] Jabbour e Dantas (2017) contam que, no ano de 1989, a título de exemplo, os têxteis e calçados corresponderam a 47,7% das exportações das TVEs, corroborando tal proclividade inicial em bens leves.

Revolução de 1949 o "nó político" para superação da condição de "desenvolvimento desigual" e lançado as bases para o *catching-up*. Isto através de uma unidade política com: maior margem de manobra para escolhas estratégicas próprias vis-à-vis os vizinhos do Leste Asiático; indústrias de base sólidas; unidades de pequeno e médio porte espraiadas pelo território nacional, sendo sementes para as TVEs; e, por fim, a preexistência das (já aludidas) instituições estatais capazes de racionalizar o planejamento econômico (PAULA e JABBOUR, 2016).

Gráfico 9 – Participação dos setores (%) na Estrutura de Emprego da China



Fonte: Elaboração própria a partir de NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2019.

A *segunda* tendência fundamental, também dedutível do gráfico acima, é o ritmo vagaroso e gradual de tal aumento da ocupação na indústria e serviços vis-à-vis a agricultura.[381] Tal tendência pode ser atribuída, em parte, ao sistema de registro domiciliar conhecido como **Hukou – 户口**, considerado como pilar institucional da oferta estrutural de MDO a baixo custo na China (LEE, 2014). Reforçado pelo governo central e pelos seus níveis subnacionais, tal sistema se assenta no arranjo de *propriedade coletiva de terra nas vilas e localidades* onde os chineses se originam, com todos os residentes possuindo direito a uma

[381] Com efeito, a soma dos setores secundário e terciário (indústria e serviços) só ultrapassa o setor primário nos anos 2000.

parcela que lhes garante, assim, a subsistência no interior.[382] Por outro lado, são privados do acesso a serviços públicos essenciais – como saúde e educação – fora de seus locais de registro, fazendo com o que o custo da reprodução do trabalho, normalmente partilhado pelos empregadores e governos urbanos, fosse externalizado às áreas rurais (YOUNG, 2013; LEE, 2014).

Tal sistema, tido, por uns, como draconiano, e transformando trabalhadores migrantes chineses em "cidadãos de segunda classe" (LEE, 2014: p.108)**, foi uma engenharia institucional que antecedeu as reformas; e que foi utilizado, dentre outros motivos, para suavizar o ritmo do êxodo rural-urbano, que poderia adquirir proporções massivas na China em vista dos diferenciais de produtividade e renda entre campo e cidade. Portanto, foi uma lógica utilizada pelo Estado chinês para *racionalizar* e *ordenar* o processo de industrialização e urbanização** (YOUNG, 2013), **como também comento nas Considerações Finais da tese**. **Nesse sentido, por diferentes razões, o ritmo de migração rural-urbana foi mais mitigado na RPC da mesma forma como em Taiwan; vis-à-vis a Coreia do Sul**.

A ***terceira*** e última tendência estimulada por tal padrão industrializante, também movida por receios do governo central chinês acerca de eventuais instabilidades macroeconômicas que pudessem surgir de tal equação entre planejamento e mercado, foi a **descentralização fiscal, tributária e administrativa** (SHIRK, 1993; LO e WU, 2014). Nos anos 1980, as entidades governamentais das cidades, condados, municipalidades e províncias foram englobadas numa reforma promulgando um novo sistema "baixo-cima" de compartilhamento de receitas com a instância nacional (OI, 1999; SO, 2009; BLECHER, 2010).

Conforme tal novo sistema, lançado sob o slogan "*comendo em cozinhas separadas*" ("***Zàidāndúde chúfáng lǐ chīfàn***" – 在单独的厨房里吃饭), os governos regionais ou de níveis inferiores estabeleciam contratos fiscais com instâncias superiores estipulando uma quantia total de receitas tributárias a serem remetidas pelos anos conseguintes, geralmente em

[382] Complemento com a seguinte passagem de Jabbour (2012: p.49): "O panorama econômico e social da China de hoje caracteriza-se pela presença simultânea das formas mais diversas de propriedade: propriedade do Estado; propriedade pública (neste caso o proprietário não é o Estado central, mas, por exemplo, um município); sociedade por ações no âmbito das quais a propriedade do Estado ou a propriedade pública detém a maioria absoluta, ou então uma maioria relativa, ou ainda uma percentagem significativa do pacote de ações; propriedade cooperativa; propriedade privada".

intervalos quinquenais. O excedente, por vez, permaneceria retido pelas localidades (QIAN, 2002). **Como o leitor poder perceber, tal esquemática fiscal / tributária da estrutura federativa chinesa a mesma lógica dos contratos assumidos entre camponeses e Estado**.

A intenção do governo nacional chinês, ao promover tal reforma, estabelecida aos poucos, província a província, entre 1979 e 1984, era, de um lado, garantir antecipadamente uma base estável de recursos e, de outro, prover aos governos subnacionais estímulos ao empreendedorismo para experimentos institucionais e incremento das receitas para si próprios (OKSENBERG e TONG, 1991; QIAN, 2002; MOURA, 2016). Por consequência, tal descentralização de fato empoderou as entidades subnacionais com maior protagonismo político na esfera econômica decisória, ao menos na 1ª fase das reformas institucionais; detendo capacidade regulatória e desempenhando papel de liderança na coordenação da competição e promovendo indústrias selecionadas, por meio do corporativismo estatal local (OI, 1999; QIAN, 2002; NAUGHTON, 2007; LEE, 2014).

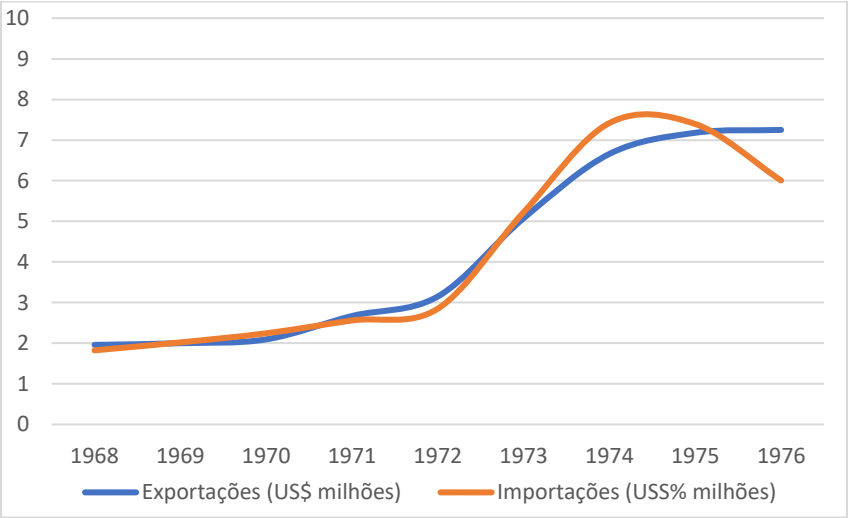
Conforme destaco na seção seguinte, entretanto, tal arranjo não se revelou profícuo para o governo central: o montante arrecadado, estabelecido com bastante antecedência pelos contratos, era crescentemente insuficiente ou marginal vis-à-vis a produção econômica total; e passou a haver também o receio de um "esvaziamento" político e decisório da esfera nacional vis-à-vis as locais. Tal descentralização fiscal, não obstante importante contribuição para o empoderamento econômico das províncias nos anos iniciais das reformas, acabaria sendo revertido em 1994 ante novas prioridades do Estado chinês.

Em vista desses pontos, me volto agora ao debate sobre a segunda faceta das reformas institucionais, que consiste na **política de abertura**. Como antes dei a entender, **tal reintegração da RPC aos circuitos do comércio internacional** não foi proveniente da súbita preferência dos líderes chineses pelas exportações, nem começou em 1978, mas sim **resultou de uma inflexão importante na *geopolítica* da Guerra Fria, fornecendo a conjuntura crítica e janela de oportunidades para inserção chinesa**. Tal ponto não deveria ser surpresa; pois, "quando se trata de desenvolvimento em países periféricos, temos a variável estratégica das relações com o imperialismo" (JABBOUR, 2012: p.146).

No início da década de 1970, numa situação tênue de isolacionismo da RPC decorridos alguns anos após a ruptura sino-soviética, somada à inclinação do governo Nixon de afastar o Império do Meio em definitivo da URSS, China (sob Mao Zedong e Zhou Enlai)

e EUA costuraram uma reaproximação mutuamente benéfica, geopolítica e economicamente (PINTO, 2011; CORRÊA, 2012; JABBOUR, 2012). Os chineses se beneficiariam com o reconhecimento internacional e a reconquista dos assentos nas instituições multilaterais – incluso no Conselho de Segurança da ONU – já em 1971; e, a partir do Comunicado Conjunto de Shanghai assinado no ano seguinte, reestabeleceriam relações diplomáticas e comerciais com os EUA (que seriam normalizadas em definitivo em 1979) e com inúmeros países pelo restante de tal década (ZHANG, 2012). **Esta nova orientação entre as duas potências abriria, antes mesmo das reformas anunciadas em 1978, a via para o crescimento do comércio exterior chinês**, como o Gráfico 10 endossa:

Gráfico 10 – Evolução do comércio exterior na China pré-reformas



Fonte: BERGÈRE, 1979.

O objetivo das autoridades políticas chinesas a partir de então, evidentemente, foi buscar fomentar o crescimento com o aproveitamento de suas vantagens comparativas e auxiliar na redução do *gap* econômico e tecnológico com o Ocidente, ainda mais numa quadra temporal onde os vizinhos do Leste Asiático já passavam do patamar de países de renda média para média-alta. Evidentemente, os líderes da RPC não estavam oblíquos a tais avanços, e acreditavam que deles poderiam extrair lições.

Em tal sentido, Thompson (2019) considera paradigmática a visita de Deng a Singapura em 1978. Nela, o líder chinês teria ficado fascinado pelo governo "cima-baixo" de Lee Kuan-Yew, com um sistema político também hegemonizado pelo Partido da Ação Popular ("*People's Action Party*" – PAP, com estrutura organizacional, assim como o PCCh,

de raízes leninistas), e sua experiência desenvolvimentista exitosa galvanizada pelas exportações, que modernizavam tecnologicamente o pequeno país e lhe conferiam altas taxas de crescimento.[383]

Em outubro do mesmo ano, e em fevereiro do ano seguinte (1979), Deng também faria visitas ao Japão, que naquele momento despontava como segunda maior economia ultrapassando a própria URSS, se aproximando rapidamente dos EUA mesmo em setores avançados como eletrônicos e sendo inspiração econômica, nos moldes institucionais bem detalhados por Johnson (1982).[384] Foram estabelecidas, desde então, diversas iniciativas para o aprendizado dos méritos da experiência japonesa através de instâncias de debates e consultoria, donde se destacam, principalmente: o *Fórum de Trocas Sino-Japonesas sobre Economia* (organizada em parceria pelo MITI e pelo SPC) e *Conferência Conjunta de Economistas Chineses e Japoneses*, coorganizada pelo *think tank* Academia Chinesa de Ciências Sociais a partir de 1980 (HEILMANN e SHIH, 2013). **O Japão, inequivocamente, serviria pelo menos como um dos modelos de ação estatal para a RPC, e isto em breve se refletiria no arcabouço institucional erigido potencializar a inserção externa e o *catching-up***.

O *primeiro* dispositivo para potencializar a inserção, pelo ponto de vista específico – porém mais relevante de todos – de aquisição tecnológica, foi a ***Lei das Joint Ventures***, aprovada durante a 2ª Sessão do 5º CNP objetivando criar clima atrativo ao investimento estrangeiro direto (IED), e estabelecida em seu formato inicial em 1 de julho 1979, depois complementada em 1983 e 1986 (RICH, 1981; STOLTENBERG e McCLURE, 1987).[385]

Criada sob inspiração das leis análogas do Japão, Taiwan, Romênia e Iugoslávia, era supervisionada pelo então Ministério do Comércio e das Relações Econômicas Exteriores, responsivo ao CE; e que oferecia generosos incentivos e isenções tributárias para atrair as

---

[383] Lee Kuan-Yew foi o Primeiro-Ministro de Singapura entre 1959 e 1990.

[384] A visita inicial de Deng aludida (1978) se deu por conta da assinatura do *Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês* entre ambas as partes, normalizando suas relações após o *Comunicado Conjunto Sino-Japonês de 1972*. A década de 1980, na esteira de tal normalização, seria como conhecida como "anos dourados" das relações sino-nipônicas (ZHANG, 2012: p.264-5).

[385] Formalmente, por tal lei da RPC, uma *joint venture* é definida como uma "formação contratual por um investidor estrangeiro e uma parte interna chinesa de uma única entidade econômica em que as partes contratantes compartilham os lucros e riscos dessa entidade (ou "empreendimento conjunto") na proporção de seu investimento relativo no capital da inversão." (STOLTENBERG e McCLURE, 1987: p.24; tradução própria).

empresas de fora (RICH, 1981).[386] A lei determinava que, independentemente da proporção de capital empregada por cada parte no empreendimento, a firma chinesa participante teria sempre prerrogativa de indicar o presidente do conselho diretor, e as *joint ventures* deveriam sempre atuar de acordo com as diretrizes dos planos de desenvolvimento gerais da China, conforme as provisões estabelecidas em 1986 na Lei. Além disso, era flexível e permitia que a contribuição proporcional à iniciativa se desse tanto na forma de capital quanto em instalações físicas ou propriedade intelectual/*know-how* (RICH, 1981; STOLTENBERG e McCLURE, 1987).[387]

Ou seja, as firmas estrangeiras e multinacionais nem precisariam necessariamente ingressar com montantes massivos de capital, pois poderiam integralizar sua participação com patentes ou processos produtivos. **A lei foi um marco no processo de transferência tecnológica para a RPC** (STOLTENBERG e McCLURE, 1987).[388] Dentre as várias firmas transnacionais que ingressaram e passaram a operar na China sob o regime de *joint venture*, sendo conduítes do *catching-up* seja para TVEs seja para as SOEs, destaco: Liebherr; Volkswagen; Citröen; Chrysler; Peugeot; Thomson Electronics; NEC; Canon; Sony; Panasonic; Toshiba; entre outras (TAKAMINE, 2006; LO e WU, 2014; ÖRVÉN, 2014).

A Haier, a Lenovo e a Gallanz, três TVEs que futuramente, na segunda metade do presente século, se tornariam empresas colossais produtoras de bens eletrodomésticos e eletroeletrônicos, começaram seu processo de aquisição tecnológica exatamente neste momento histórico. A primeira através de parceria com a alemã Liebherr; a segunda (Lenovo) com a japonesa NEC, ambas em meados da década de 1980; e por fim a Galanz em 1992

---

[386] Rich (1981: p.191) também detalha que, para auxiliar o Ministério em tais hercúleas tarefas de supervisão, o Estado chinês criou novos aparatos burocráticos, como a "**China International Trust and Investment Corporation**" (**CITIC**), empresa que coordenava os contatos iniciais (como intermediária) entre empresas domésticas e estrangeiras; a "**Foreign Investment Commission**" (**FIC**), criada pelo Artigo No. 3 da referida lei e que examinava a fundo antes de aprovar tais acordos.

[387] Contudo, segundo o Artigo No. 15 do Estatuto para Investimentos por Estrangeiros, complementar à Lei, se a participação estrangeira fosse inferior a 45% do empreendimento, o empreendimento estaria sujeito a eventuais expropriações pelo governo com base em questões de segurança nacional. Como resultado, grande parte das *joint ventures* na China assistiram à iniciativa privada de fora integralizando ao menos metade (50%) do capital (STOLTENBERG e McCLURE, 1987).

[388] Segundo Stoltenberg e McClure (1987: p.23), entre 1979 e 1984 somente os EUA estabeleceram 60 joint ventures em paridade participativa em território chinês, num montante equivalente a US$ 100 bilhões aproximadamente. Em meados de 1985, tal número já era de 90 joint ventures, majoritariamente no segmento manufatureiro.

com a também japonesa Toshiba.[389] Essas firmas começaram desempenhado simples funções de contratantes de MDO para as empresas estrangeiras ou como supridoras de componentes e partes, depois ascendendo em etapas mais complexas e portadoras de maior valor agregado nas cadeias produtivas (LO e WU, 2014; ÖRVÉN, 2014).

O *segundo* dispositivo formulado, introduzido ainda na virada da década de 1970 para a de 1980, foi o conjunto experimental – ao menos a princípio – de *Zonas Econômicas Especiais* (*ZEEs*) na região costeira, em Shantou, Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e na província de Hainan; facultando a maior integração internacional pela instalação de corporações transnacionais junto às firmas domésticas (CORRÊA, 2012; JABBOUR e DANTAS, 2017). As ZEEs contavam com forte autonomia local para determinação de tributos, logística e políticas de favorecimento ao IED, sendo pontas de lança enquanto plataformas de exportações da RPC (BREZNITZ e MURPHREE, 2011; CORRÊA, 2012). É imperativo atentar, nesta questão, ao caráter estratégico de algumas de suas localizações geográficas: Shenzhen foi estabelecida adjacente à então colônia britânica de Hong Kong para aproveitar *spillover* de seus investimentos e canalizar inversões de chineses expatriados para dentro do território; Zhuhai, firmada no delta do Rio da Pérola imbricada à Macau; e Xiamen próxima a Taiwan e ao Japão (NAUGHTON, 2007; JABBOUR, 2012).

O *terceiro* dispositivo formulado, engrenagem pivotal das reformas econômicas e do próprio fomento ao desenvolvimento, foi a criação de um *novo e moderno sistema financeiro* em 1984; mantendo, a despeito do *redesign* institucional, a propriedade majoritariamente pública e centralidade estatal nas decisões de alocação do crédito (BRESLIN, 2014).

Esta reformulação começou com a conversão, pelo CE, do PBOC em Banco Central nacional; e com a criação do chamado **Industrial and Commercial Bank of China** (**ICBC**) de forma subordinada ao Ministério da Fazenda. Com este último, estavam consolidados definitivamente os "*Big Four*" da RPC: os quatro maiores bancos comerciais públicos com uma divisão social do emprego dos recursos públicos ou da poupança nacional: o ICBC era responsável por financiar as SOEs unicamente (principalmente as centrais, mas também subnacionais); o **Construction Bank of China** (**CBC**) por projetos de investimento públicos e privados; o **Agricultural Bank of China** (**ABC**) por inversões na agricultura ou indústria

[389] As informações sobre as corporações estrangeiras vinculadas em *joint ventures* foram retiradas dos sites oficiais de tais três firmas.

rural; e, por último, o **Bank of China** (**BOC**) responsável por gerir as divisas estrangeiras derivadas das exportações e maximizá-las conforme desígnios estratégicos do governo (BRESLIN, 2014; JABBOUR e PAULA, 2020). Isto já estava claro, oficialmente, pelo menos desde o **6º PQ** (1981-1985), que estipula de forma expressa que:

> "Durante o período do plano quinquenal, devemos fazer um uso bom e eficaz dos fundos estrangeiros de acordo com as necessidades da construção nacional, com nossa capacidade de instalar conjuntos completos de equipamentos e com nossa capacidade de reembolsar e de manejá-los com esforço para promover o desenvolvimento da nossa produção e construção. Devemos usar recursos externos principalmente para desenvolver energia e transporte, e para modernizar nossos equipamentos, de forma que recursos externos sejam usados de forma a financiar a introdução de tecnologia estrangeira e para a transformação técnica." (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA *apud* STOLTENBERG e McCLURE, 1987: p.21; tradução e grifo próprios)

O *quarto* dispositivo empregado na inserção externa pelas autoridades chinesas, intimamente imbricada ao elemento citado acima, foi a *planificação do comércio exterior através da manipulação do câmbio*, somente possível graças ao controle do fluxo de capitais e ao sistema financeiro estatal (JABBOUR, 2012; VERMEIREN e DIERCKX, 2012). **É uma réplica, inequívoca, das orientações neomercantilistas também seguidas por Taiwan e Coreia do Sul, e Japão antes destas duas**. Assim, o Yuan é vagarosamente administrado e desvalorizado ao longo da década até 1993 / 1994 (cf. WORLD BANK, 2020; ou as conclusões desta tese), sendo mantido desde então fixo sob um patamar considerado ótimo para conferir competitividade às exportações nacionais.

O *quinto* e último instrumento criado pelas autoridades chinesas para para complementar e viabilizar o processo de inserção com emparelhamento tecnológico foi, em 13 de março de 1985, o estabelecimento inicial do que viria a ser o seu **Sistema Nacional de Inovação** (MOTOHASHI, 2006; CHINA DAILY, 2011; CASTRO, 2016; JAGUARIBE, 2016). Promulgado pelo Comitê Central do PCCh de forma antecipada ao próprio governo – o que sinaliza na direção, novamente, do partido enquanto principal lócus decisório nacional – por meio do documento "***Decisions on science and technology system reform***" ("***Decisões sobre a reforma no sistema de ciência e tecnologia***"), tal medida redesenho o arcabouço institucional do país no que tange à pesquisa científica e inovação (MOTOHASHI, 2006).

O documento representou uma descontinuidade com o paradigma anterior da Era Mao, baseado no sistema de ciência e tecnologia soviético, e que tinha como um de seus eixos constitutivos a separação completa entre as atividades de institutos públicos de pesquisa, universidades e empresas / indústrias estatais (MOTOHASHI, 2006). A ênfase agora estava justamente na criação de um sistema de inovação amplo, horizontalmente mais abrangente e consensual, e com encadeamentos entre tais três esferas.

Movido por tal intuito de interligação, é erguido um novo sistema dotado das seguintes partes constitutivas: *1)* a criação de plataformas de ciência e tecnologia, reunindo parques industriais, incubadoras e centros de promoção, visando gerar spin-offs comercializáveis; *2)* aparatos regionais de inovação voltados às particularidades locais e regionais (e, claro, gozando de distintas dotações orçamentárias conforme a magnitude dos projetos logísticos); *3)* um Sistema Nacional de Defesa, também englobando incubadoras e centros voltados ao compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias para uso tanto civil (comercial) quanto militar; *4)* mobilização de *think tanks*, sejam ele as universidades públicas ou institutos como a já aludida Academia Chinesa de Ciências; e, por fim, *5)* a criação de consórcios tecnológicos de inovação financiados pelo governo em auxílio às empresas (CASTRO, 2016). Tal reforma seria, em suma, marco fundacional do novo paradigma chinês voltado ao *catching-up*, tentando aproveitar ao máximo os crescentes IEDs (trazendo consigo *inputs*, novos processos produtivos e *know how*) absorvidos pela costa exportadora chinesa. Esse sistema também:

> "[...] passa a funcionar com uma coerência própria entre objetivos, interesses, metas, regras e constante revisão de instrumentos de política, de modo a constituir um padrão de política, um *modus operandi* particular na relação entre Estado e mercado." (JAGUARIBE, 2016: p.362; grifo da autora)

Ao largo de tudo o que foi visto até agora, mesmo com esta primeira "fase" das reformas trazendo mudanças estruturais e rumos incertos para o futuro da economia política chinesa, já se via mobilizado um cabedal de mecanismos, políticas e instrumentos estatais, diretos e indiretos, fomentando os setores produtivos público e privado em um veio desenvolvimentista. Blindagem da competição internacional; quotas de importação em troca de transferência tecnológica; protecionismos tarifários e não-tarifários; políticas de compras

públicas; incentivos à pesquisa e desenvolvimento (P&D); crédito barato e politicamente orientado dos bancos públicos, *joint ventures* com transnacionais proeminentes, entre várias outras (NOLAN, 2013; LO e WU, 2014; CASTRO, 2016; JAGUARIBE, 2016).

Esse cabedal aludido permitiu, não de forma automática, é claro, a gradual inserção externa chinesa, ampliando a participação do comércio exterior e do IED no país e maximizando o potencial mercantilista do país.[390] A RPC e os líderes chineses foram ainda auxiliados, nesse sentido, por dois outros acontecimentos: *1º)* A concessão, pelos EUA em 1979, do **status de *Nação Mais Favorecida*** (**MFN**), abrindo ainda mais uma larga via para suas exportações no gigantesco mercado estadunidense (WANG, 1993; CORRÊA, 2012).[391] E, *2º)* o **Acordo de Plaza** em 1985, consistindo numa manobra norte-americana de retomada da força do dólar concomitante a uma ofensiva contra a crescentemente competitiva indústria japonesa, forçando à valorização do yen, prejudicando o dinamismo das exportações nipônicas e pondo um fim ao ciclo de alto crescimento daquele país, inaugurando um longo período de estagnação que passaria a ser conhecido como ***Endaka*** – **円高** (KATZ, 1997; MEDEIROS, 1999; PINTO, 2011).

Este acordo é particularmente interessante por denotar como, por mais que o Japão tivesse logrado, nas três décadas que lhe antecederam, um crescimento capaz de tornar a pequena ilha a segunda maior economia do mundo, jamais se viu desatrelado do projeto de poder dos EUA; com uma estratégia de desenvolvimento soberana economicamente, mas não geopoliticamente, ao contrário do caso chinês.

O Acordo de Plaza, que levou diretamente à valorização do yen e, indiretamente, à valorização das moedas dos demais vizinhos do Leste Asiático (como a Coreia), que se viam agora em meio a processos de desregulamentação financeira (acentuando tal tendência pela maior mobilidade de capitais), gerou uma descentralização de fluxos e atividades produtivas do Japão para outros países do entorno regional. Esse movimento foi habilmente explorado pelas lideranças políticas chinesas, que, com suas mediações estratégicas, aproveitaram tal

---

[390] É importante lembrar também que a penetração chinesa no mercado estadunidense não foi tão automática, mas sim bastante progressiva: em 2000, antes do ingresso na OMC, a China era ainda a quarta maior importadora dos Estados Unidos (6,86%), atrás do México (11,98%), Japão (12,80%) e Canadá com 20,48% (GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE, 2020).

[391] Antes de tal acordo, as relações comerciais bilaterais entre China e EUA eram regidas pelo *Acordo Comercial Estadunidense de 1974*, sujeito a revisões anuais conforme a *Emenda Jackson-Vanik*. O MFN difere deste arcabouço anterior no sentido que baixa consideravelmente as tarifas aplicadas às importações dos EUA vindas da China (WANG, 1993).

reconfiguração geográfica do capital para atraírem ainda mais investimentos estrangeiros nas condições já pontuadas internalizando tecnologias e métodos avançados de produção (MEDEIROS, 1999; JABBOUR e DANTAS, 2017).

O complexo processo de reformas institucionais delineado até aqui, e estamos ainda na primeira década de abertura chinesa, não se deu ou foi decidido de forma unilateral nem se viu desprovido de rusgas e lutas políticas, passando consequentemente nuances e transmutações conforme as correlações de forças à frente do PCCh e do governo chinês. Em via antípoda, a dialética mercado-planejamento permeou o tempo todo o debate político interno no Partido Comunista e no Estado na década de 1980, sendo um verdadeiro "cabo de guerra" acerca do curso exato que as reformas deveriam tomar e o grau de circunscrição exata da liberalização em voga. Nesse sentido, tal dialética produziu uma clivagem entre dois grandes grupos internos disputando os rumos do poder no país.

O *primeiro* grupo representava uma ala "pró-liberalização" protagonizada pelo Primeiro-Ministro Zhao Ziyang e pela relevante figura de Hu Yaobang, Secretário Geral do PCCh entre 1982 e 1987. Conforme os anos iniciais de reformas, na primeira metade daquela década, foram se revelando um sucesso, tais líderes cresceram em confiança na via que consideravam a mais benéfica para a China naquele momento: aprofundar e intensificar ainda mais a "livre iniciativa" privada enquanto mecanismo de coordenação. Essa postura é enfim verbalizada no 6º CNP em junho de 1983, defendeu o menor controle político sobre as empresas e rol maior dos preços de mercado na regulação e determinação da economia. Um ano depois (1984), de igual forma, tal ala liberal utilizou a imprensa oficial estatal China's Daily para questionarem abertamente o marxismo e expressarem maior tolerância com expressões políticas e culturais diversas (BLECHER, 2010).

O *segundo* grupo, em turno, representava uma ala supostamente "conservadora" ou mais adepta de um marxista ortodoxo, donde se destacavam Chen Yun, Li Peng, Deng Liqun, o alto comando do ELP, diversos anciões do PCCh, entre outros. Este grupo, para além do tensionamento e da disputa política interna, guardava temores pertinentes a potenciais efeitos disruptivos advindos da mercantilização e liberalização da economia política chinesa. Se mantinham especialmente atentos ao esfacelamento que se aproximava da União Soviética (URSS) e ao Movimento Solidariedade na Polônia. Com base em tais receios, então,

promoveram fortes campanhas contra a “poluição espiritual” e o “aburguesamento” provenientes da “ocidentalização” e da sociedade de mercado (BLECHER, 2010).

É importante destacar que tais rugas entre ambos os grupos agora saía das discussões internas do PCCh e atingia cada vez mais o debate público, por meio de campanhas políticas das duas partes e vocalização de suas ideias através dos meios de comunicação estatais. Isto num cenário onde surgiam maiores dificuldades econômicas na segunda metade da década, principalmente a inflação; que, após anos em patamares baixos, atingia agora as cifras 18,81% em 1988 e 18,24% em 1989. Em 1989 e 1990, o crescimento chinês também atingiria, ainda que momentaneamente, os mais baixos índices desde a promulgação das reformas, de 4,2% e 3,9% respectivamente (ZHANG, 2012; SAICH, 2015; WORLD BANK, 2020). Concomitantemente, também surgiam, na esteira da complexificação e diversificação societal gerada ao longo desse ciclo inicial de mudanças no país, principalmente nas universidades, pólos críticos contestando o governo e o sistema político, com protestos estudantis violentos eclodindo ainda no final de 1986, e tendo continuidade nos anos conseguintes (BLECHER, 2010; SAICH, 2015).

Tais protestos estudantis, somados às resistências do reformista Hu Yaobang em suprimi-los, levaram a uma articulação da oposição conservadora no bojo do PCCh para destituí-lo, bem como emplacar o marxista ortodoxo Li Peng como Primeiro-Ministro sucedendo Zhao, que conseguiu reter, ao menos, a Secretaria Geral do Partido (BLECHER, 2010). Motivados pela “janela de oportunidades” em função do quadro econômico mais adverso, tal ala já havia levado à aprovação, no 6º Pleno do 12º congresso do partido em setembro de 1986, de resolução compelindo ao maior compromisso ideológico e cultural com o marxismo e com a autoridade máxima da agremiação partidária. Zhao Ziyang “contra-atacou”; e, no 3º Pleno do 13º Congresso do partido realizado no ano seguinte (outubro de 1987), advogou pela drástica redução do escopo tanto da propriedade pública quanto do dogmatismo do planejamento central, com maior participação do mercado e a quebra da premissa de que a única fonte de renda deveria ser a distribuição conforme o trabalho (SAICH, 2015: p.51).

Mas o que viria a ser sua “pá de cal” dentro do PCCh, contudo, seria a manutenção da retórica em favor de uma reforma política concomitantemente à econômica: nesse sentido, defendeu publicamente a necessidade de uma descentralização burocrática mais radical e

maior diálogo e abertura de canais de participação junto à sociedade civil para além das fronteiras partidárias (BLECHER, 2010; SAICH, 2015). Os protestos estudantis e gerais continuavam a crescer e refletir grande descontentamento popular. Zhao, cada vez mais acuado internamente no partido, denunciou no Comitê Central, em setembro de 1988, o suposto "neoautoritarismo" que rondava o país e a "extorsão dos altos burocratas", selando de vez sua cisão com os não-reformistas e inviabilizando eventuais tentativas de concertação política (BLECHER, 2010: p.76).

Os protestos continuaram a engrossar junto com as problemáticas econômicas aludidas; e, após o falecimento de Hu Yaobang em 15 de abril, tido como inspiração reformista e progressista por diversos círculos de manifestantes, acabaram culminando no evento da Praça Tiananmen em 1989, a maior manifestação de massas registrada na China pós-reformas até hoje.[392] O acontecimento, que colocou a China nos holofotes internacionais em meio à chegada de Mikhail Gorbatchev ao poder na URSS e esfacelamento do bloco comunista, foi lidado por Zhao com uma postura vacilante, tendo inicialmente (em 5 de maio) confraternizado com os estudantes acampados em Tiananmen e considerado as demandas das manifestações "razoáveis", instando uma urgente resposta "democrática e legal" (PEOPLE'S DAILY *apud* BLECHER, 2010: p.77; SAICH, 2015). Através de tal aceno supostamente receptivo, os protestos chegaram a um ponto crítico e as autoridades chinesas (por decisão de Li Peng, orientado por Deng) se viram obrigadas a declarar Lei Marcial em 20 de maio e suprimi-la subsequentemente. Zhao, por vez, seria expurgado do Partido logo em seguida.

O episódio de Tiananmen teve dois desdobramentos importantes para a China, que poderiam ter talvez alterado o curso de suas reformas, um de caráter *político doméstico* e outro de caráter *geopolítico*. O *primeiro* se refere ao ganho de terreno momentâneo da ala conservadora dentro do PCCh após tal acontecimento. O curso futuro acerca da reestruturação econômica nacional ainda não havia sido decidido, com as

[392] Outro episódio que instigou bastante os protestos estudantis, retratado por Blecher (2010: p.74-6), foi o impedimento, pela polícia de Beijing, do encontro entre o professor Fang Lizhi (Universidade de Peking) e o presidente estadunidense George H. W. Bush quando da visita deste último à China em fevereiro de 1988. Fang era entusiasta das manifestações e acreditava no triunfo da "completa Ocidentalização" da RPC, ridicularizando publicamente os membros do Politburo, alcunhando o socialismo chinês como um "fracasso" e incentivando protestos pró-ruptura do sistema político. Fang, acusado pelo governo chinês de conspiração, se refugiou na Embaixada dos EUA até 1990, quando se exilou definitivamente neste país.

problemáticas econômicas trazendo de volta ao debate, seja nas lideranças políticas seja nos círculos teóricos-intelectuais, as dúvidas acerca da desejabilidade das reformas de mercado (ZHANG, 2012).

De um lado, a ala marxista ortodoxa liderada por Chen Yun, hegemônica e que tinha o Primeiro-Ministro Li Peng como adepto, advogava o retorno ao modelo de planificação e o uso de políticas de congelamento de preços e austeridade para equacionar as dificuldades econômicas e instabilidades relegadas pela década pregressa. De outro, uma ala que permanecia a favor das reformas de abertura, composta principalmente das lideranças políticas regionais da costa, que crescia bastante na esteira da globalização incipiente, mas que não necessariamente era adepta de uma reforma política profunda, tal como Zhao e Hu Yaobang haviam preconizado (BLECHER, 2010; SAICH, 2015).

Esta conjuntura crítica foi habilmente equacionada por Deng, que, por iniciativa em boa medida individual, fez política e deu largada a um conjunto hercúleo de esforços para retomar as rédeas do partido, onde havia perdido influência após Tiananmen; em função de ter sido patrono da indicação de Zhao e Hu aos altos escalões do PCCh, ainda que não tivesse compactuado com estes quanto à liberalização política. Dessa forma, através de uma série de articulações junto a líderes regionais pró-abertura, alto oficialato do ELP, anciões do partido, marxistas-leninistas, tecnocratas, entre outros, logrou o que ficaria conhecido como o **Grande Compromisso**. Este, formalmente lançado por meio do Documento Central No. 2 emitido pelo Politburo em março daquele ano, representaria um pacto pelas reformas de mercado e integração no mundo exterior *desde que* estas estivessem amalgamadas ao interesse estratégico de soberania econômica e tecnológica chinesa perante o sistema mundial, tendo no PCCh o baluarte inquestionável de sua condução (MARTÍ, 2007; PINTO, 2011; JABBOUR, 2012; ZHANG, 2012).[393]

Na obtenção de tal grande consenso interno do partido, foi fundamental a chamada "Turnê" ao sul do país, entre janeiro até o final de fevereiro de 1992, onde obteve apoio para sua nova orientação e afirmou, tranquilizando lideranças políticas receosas da retomada da inclinação pelas reformas, que uma economia de mercado e uma planificada não eram

[393] Para uma radiografia completa das articulações políticas e intrapartidárias do Grande Compromisso, as quais não pude aqui inserir por restrições de escopo, ver Martí (2007: Capítulo 6).

necessariamente antípodas e excludentes (BLECHER, 2010; ZHANG, 2012).[394] O planejamento e a regulamentação, assim, poderiam colocar o mercado a serviço do projeto socialista do PCCh através do controle direto das variáveis econômicas (ZHANG, 2012).

O dito Compromisso ficaria consolidado em definitivo com o 14º Congresso do partido, que começaria ainda naquele mesmo ano e terminaria com o indicado de Deng (Jiang Zemin) apontado como presidente; graças ao controle e apoio político obtido junto à maior parte dos delegados provinciais, interessados na continuidade das reformas institucionais em contraposição a um conjunto minoritário de delegados indicados pelo governo central ainda fiéis à ala conservadora de Chen. Deng agora saía da vida política, tendo antes pavimentado o grande pacto ou consenso político nacional em prol da via desenvolvimentista de modernização, que teve seu ímpeto ressignificado e ampliado nos anos 1990, como destaco na próxima seção (MARTÍ, 2007).

Antes de proceder enfim para o encerramento desta longa seção, cujo tamanho se atribuiu à plêiade de acontecimentos políticos historicamente indispensáveis à minha narrativa, destaco o *segundo* desdobramento de Tiananmen, de natureza *exógena*. Se, como já aludido, a geopolítica pós-reaproximação entre RPC e EUA mostrou-se favorável à reintegração chinesa no sistema internacional e abriu via enorme para seu crescimento graças ao status de MFN, favorecendo o escoamento de suas exportações para o mercado consumidor estadunidense e importação de tecnologias com vinda de fábricas e empresas transnacionais, a imagem do país após 1989 chegou momentaneamente a colocar tal cenário em risco (WANG, 1993; SUTTER, 2012).

Como relata Wang (1993: p.441), as relações sino-americanas após Tiananmen, tomando os anos finais do governo Bush pai, ficaram num grande “limbo”. Tal situação não era afinal surpreendente: finda a Guerra Fria com o colapso do comunismo na Rússia e no Leste Europeu, e o triunfo da globalização financeira sob a retórica e formato preconizados pelo Consenso de Washington e pelo “fim da história”, a China deixava de ser aliada estratégica no isolamento soviético e era, evidentemente, “rebaixada” aos olhos da diplomacia estadunidense, agora desejosa de sua contenção (MEDEIROS, 1999; PINTO, 2011; SUTTER, 2012).

---

[394] Deng visitaria Shanghai, onde consolidaria aliança política importante com o Jiang Zemin e Zhu Rongji, futuros Presidente e Primeiro-Ministro do país respectivamente, as ZEEs de Shenzhen e Zhuhai, e também Guangzhou (MARTÍ, 2007).

Diante disto, não foi surpreendente que o episódio na Praça da Paz Celestial fosse politizado por legisladores estadunidenses, particularmente os Democratas, em defesa de uma revogação do status de MFN em função das "violações de direitos humanos", o que significaria um revés gravíssimo para os desígnios da ala reformista chinesa. Como conta Wang, o governo Bush se viu, contudo, diante de um dilema caso se arvorasse em tal empreitada: sanções econômicas significativas contra a RPC não afetariam somente Beijing, mas também, consideravelmente, Hong Kong (interligada financeiramente à China continental) e Taiwan, dois aliados estratégicos dos EUA e que tinham inúmeras corporações nas ZEEs chinesas (1993: p.459-460).[395] Por fim, a própria classe empresarial estadunidense, também com negócios no Império do Meio, fez *lobby* ativo junto ao governo para manutenção do estado de coisas, o que afinal aconteceu graças ao apoio dos Republicanos no Senado, principalmente (WANG, 1993). Isto não tira o mérito, é claro, da própria política externa chinesa; que, ciente do dano que Tiananmen havia causado em sua imagem internacional, se arvorou numa política externa mais ativa na década de 1990, sendo mais altiva e participativa nos organismos multilaterais e fazendo concessões quando preciso (SUTTER, 2012).[396]

Numa tentativa de apanhado geral, a Era Deng pode ser de fato categorizada como a *primeira* fase das reformas. Não numa perspectiva teleológica ou preconizando etapismos, mas pela busca experimentalista e ainda incerta, naquele momento, de um caminho institucional próprio (ou "com características chinesas") para o *catching-up*, o que envolveu grandes disputas internas até a concertação política de 1992. Estas reformas sofreram múltiplas transformações e descontinuidades em diversos aspectos nos anos subsequentes, justificando, portanto, tal clivagem (de fases); muito embora, é claro, tenham iniciado a ascensão econômica da RPC e sua inserção internacional, com dispositivos regulatórios e instituições que permanecem até hoje em seu arsenal empregado na perseguição à autonomia tecnológica.

---

[395] De fato, inúmeros representantes tanto do empresariado quanto da classe política de Hong Kong e Taiwan se manifestaram a favor da manutenção do status para a RPC (WANG, 1993).

[396] Algumas dessas concessões, por exemplo, foram: quando, em junho de 1991, em resposta às crescentes reclamações de empresários estadunidenses quanto à pirataria e violação de patentes, o governo chinês – também objetivando cortejar o governo dos EUA para não revogar o status de MFN – promulgou a Lei Chinesa de Copyrights; e, logo em seguida (1992), quando submeteu-se aos padrões internacionais da Convenção de Genebra de propriedade intelectual (WANG, 1993).

A *segunda* fase, por vez, ganhará, conforme descrevo na seção seguinte, contornos mais claros e definitivos principalmente a partir do segundo mandato do governo Jiang Zemin; agora com a prioridade de uma recentralização considerável das capacidades estatais e retomada das rédeas da hegemonia política do PCCh. É em tal governo que se dá a transição da industrialização intensiva em trabalho (L) para outra qualitativamente distinta, mais intensiva em tecnologias, revelando também um aprofundamento e maior proporção na relação capital (K) – produto (Y) na economia chinesa (LO e WU, 2014). Nesta fase, de igual forma, o Estado chinês, através de novas instituições financeiras espelhadas nas experiências retardatárias vizinhas (japonesa e sul-coreana), uma nova coalizão industrialista nos órgãos de planejamento e uma reorganização corporativa de grande magnitude, lançaria os ingredientes que catapultariam sua ascensão pela década seguinte (de 2000), como o restante deste delineamento histórico demonstrará.

4.3.: O Governo de Jiang Zemin, 1993-2003: (Re)Centralização das capacidades estatais, *institutional-building* e a nova coalizão no poder

> "Para acelerar o desenvolvimento econômico do nosso país, devemos liberar ainda mais nossa mente e acelerar a reforma e a abertura, sem ficar presos mentalmente nas polêmicas abstratas sobre se isso ou aquilo é classificado como socialista ou capitalista. Para ganhar superioridade sobre o capitalismo, o socialismo deve assimilar e tomar de forma audaz como referência o que há de mais avançado em matéria de métodos de gestão e administração dos demais países do mundo, incluídos os países capitalistas desenvolvidos, que refletem as leis gerais da moderna produção socializada e da economia de mercado. Devem e podem ser utilizados pelo socialismo fundos, recursos, tecnologia e talentos do exterior, assim como o setor privado da economia, que desempenha um proveitoso papel *complementar*. Isso, com o poder estatal nas mãos do povo e a presença de uma poderosa economia de propriedade pública, não prejudicará o socialismo, mas redundará em benefício ao seu desenvolvimento." – Discurso de Jiang Zemin no 14º Congresso nacional do PCCh, 12 de outubro de 1992 (JIANG, 2002: p.43; grifo próprio).

Aqui, de forma conseguinte ao delineamento apresentado na **Seção 4.2** sobre a Era Deng e as principais contradições e embates políticos presentes do início das reformas institucionais até o Grande Compromisso, trato do governo de Jiang Zemin. Tendo início em 27 de março de 1993, **nele foram imprimidas ao menos *cinco* grandes medidas altamente relevantes à trajetória de desenvolvimento chinesa** (NAUGHTON, 2007; BLECHER,

2010; JABBOUR, 2012; NOLAN, 2013; JABBOUR e PAULA, 2020). São elas, em ordem cronológica:

1) Recentralização das capacidades fiscais na esfera nacional;

2) Criação de três (3) *policy banks* que viriam a ser atores fulcrais no fomento à nova estratégia industrialista;

3) Uma paradigmática reorganização das atividades e papéis do Estado e do setor privado, reorganização consistindo no *segundo grande ciclo de inovação institucional pós-reformas*, com uma autêntica *política industrial de campeões nacionais* conferindo novo e importante rol aos recém criados conglomerados públicos; e, por fim,

4) O Grande Plano de Desenvolvimento para o Oeste, lançado em 1999.

5) A criação, em 10 de março 2003 (cinco dias após Jiang deixar oficialmente o posto) após formulação no ano anterior, da **SASAC**, agência gestora dos ativos das empresas estatais nacionais e coordenadora de suas atividades.

Antes de discorrer sobre as nuances institucionais de seu governo, traço uma brevíssima sinopse do perfil de Jiang e dos contornos de sua ascensão. Esta descrição é importante pois, após a longa querela acerca da circunscrição exata entre mercado e planejamento que pautou a luta política dentro do país nos anos 1980, seu governo marcou a chegada ao poder de uma nova coalizão comprometida unilateralmente tanto com as reformas de abertura e integração na economia internacional quanto com o PCCh e o Estado enquanto "atores" de vanguarda incontestáveis em tal processo. A linha política de Jiang Zemin, nomeado Secretário Geral do PCCh em pleno ano de 1989 onde ocorreria Tiananmen e, no plano externo, a queda do Muro de Berlim, seria o de uma abordagem cautelosa visando reconstituir a legitimidade e as capacidades do governo central através de uma reorganização e recentralização da linha de ação do Estado (YANG, 2004: p.121). Isto se vê refletido nessas suas cinco medidas pivotais citadas.

Proveniente de Shanghai, cidade onde foi prefeito entre 1985 e 1987 antes de mover-se para Beijing em 1989, Jiang rapidamente buscou constituir e emplacar sua coalizão de poder (chamada de "*Grupo de Shanghai*") nos altos comandos do governo e PCCh, tendo

ganhado em tal empreitada o apoio da ala "linha dura" do partido após atuar de forma resoluta no sufocamento das demonstrações de Tiananmen (SPENCE, 1995; CHENG, 2004). Acumulando a presidência da CMC e a Secretaria Geral do partido desde 1989, Jiang também acabou representando uma solução conciliatória para Deng por deter apoio tanto de parte dos segmentos conservadores, em função de seu compromisso com a liderança unilateral do PCCh, como da ala modernizante, por sua inclinação favorável à continuidade das reformas econômicas (MARTÍ, 2007).

A despeito da chegada à presidência em 1993, os poderes e a legitimidade de Jiang só seriam consolidados em definitivo no 4º Pleno da 14º Comitê Central do PCCh, ocorrido entre os dias 25 a 28 de setembro de 1994, onde foi enfatizada a reafirmação do princípio do "**centralismo democrático**". Tal tônica do debate partidário interno guardava relação com três grandes preocupações dos líderes políticos chineses naquele momento: a autoridade do Partido junto à sociedade; a autoridade do centro vis-à-vis as localidades e a autoridade de Jiang Zemin perante os altos escalões do PCCh e do Estado. Portanto, havia o imperativo de consolidar oficialmente, com certa urgência, a transição da segunda à terceira geração de governantes nacionais, ante o estado de saúde delicado e avançado de Deng Xiaoping; e de reforçar a submissão dos níveis hierárquicos inferiores aos superiores no bojo do partido e, consequentemente, no próprio governo. Além disso, o evento também fortaleceu os nomes de importantes quadros ligados ao grupo interno de Jiang e versados na experiência administrativa das reformas de abertura, como: Huang Ju (prefeito de Shanghai), alçado ao Politburo; Wu Bangguo (secretário do PCCh de Shanghai), em breve Vice-Primeiro Ministro de 1995 a 1998, e Jiang Chunyun (secretário partidário da província costeira de Shandong), promovido à secretaria nacional do Partido (FEWSMITH, 2001).

Em síntese, os rearranjos internos no bojo de tal encontro foram importantes por engendrarem, definitivamente, a correlação interna de forças partidárias assegurando a Jiang e seu grupo a estabilidade política e o poder decisório necessário para imprimirem continuidade à trajetória centralizadora objetivada. Essa correlação seria ainda auxiliada, como já destaco, pela chegada de Zhu Rongyi ao posto de Primeiro Ministro em março de 1998, e de uma equipe de *policymakers* familiarizada com as estratégias industriais dos vizinhos do Leste Asiático (Japão e Coreia do Sul).

O governo Jiang também utilizaria diversos mecanismos para mitigar parte do favoritismo e abuso de poder por determinados grupos de interesse locais, com esforços contínuos de coordenação das múltiplas demandas políticas dentre as várias regiões e novas forças socioeconômicas emergentes num país em rápida mudança (CHENG, 2004). Um desses mecanismos foi criado pelo Comitê Central do PCCh em 9 de fevereiro de 1995, com o "*Regulamento provisório sobre a seleção e nomeação de quadros dirigentes do partido e do governo*" (BO, 2004). Tal documento institucionalizava e fortalecia ainda mais o **Sistema Nomenklatura** (cujo *enforcement*, por tal razão, cabia ao Departamento Organizacional), com instauração de filtros mais rígidos e seletivos (através de processos de recomendação, triagem e deliberação) para decidir quais membros das elites políticas seriam promovidos a quais postos, seja no Partido ou na burocracia.[397] Como resultado:

> "A institucionalização da gestão de elites introduziu uma série de mecanismos concebidos para refrear decisões pessoais arbitrárias ao mesmo tempo em que reforçou o domínio institucional do partido. O mais interessante é que um sistema de transferências foi institucionalizado. Nas eras Mao e Deng, os líderes centrais costumavam usar as transferências para enfraquecer os oponentes políticos, impor políticas centrais ou resolver conflitos. O novo sistema de transferências ainda pode ser usado para esses fins, mas também institucionaliza uma gama mais ampla de rotações relativamente frequentes das elites. Essas rotações fornecem uma vantagem enorme para os líderes centrais sobre as autoridades locais". (BO, 2004: p.99; tradução própria)

Ainda tratando da dimensão política, outro marco que me parece fundamental ocorrido no governo Jiang, com contornos mais nítidos principalmente em seu segundo mandato (1998-2003)**, é a consolidação gradual de uma nova e homogênea geração de qualificados quadros nas altas instâncias dos órgãos planificadores, com perfil ideológico relativamente análogo (**HEILMANN e SHIH, 2013**)**. Dentre estes, destacam-se Liu He, Yang Weimin, Zhu Zhixin, You Quan, Liu Tienan e Ma Jiantang; com os cinco

[397] O **Sistema de Nomenklatura**, em linhas gerais, consiste num mecanismo do PCCh, vigente até os dias de hoje e inspirado no modelo do Partido Comunista da União Soviética, de indicação para as posições e instâncias burocráticas de poder mais altas. Através de tal instrumento interno, que, ao longo das reformas, foi sendo *mais* institucionalizado, as lideranças comunistas mantêm alta supervisão e controle sobre as mudanças ao longo das linhas hierárquicas não somente do partido, mas do governo, sistema judiciário, universidades, e até mesmo empresas. No bojo interno do PCCh, o organismo responsável por seu gerenciamento é o Departamento de Organização em interlocução com o Comitê Central (BURNS, 1987; LIEBERTHAL, 2004; NAUGHTON, 2007). Para uma análise de tal sistema, ver Burns (1987).

primeiros tendo ocupado postos na SPC ao longo dos anos 1990 (atuando diretamente, portanto, na confecção dos PQs) e este último na SETC, da qual já falo.[398]

Muitos de tais quadros, denominados "*matchmakers*" (***Qianxianren*** - 牵线人) por se envolverem diretamente na elaboração dos planos e suas políticas, trabalhando para os principais tomadores de decisão e gozando de apoio dos líderes do Politburo, tinham tido formação conjunta na prestigiada Universidade de Renmin.[399] Seu Departamento de Economia notabilizava-se, desde os anos 1980 através do Professor Yang Zhi, por ter difundido na China o debate sobre política industrial sob uma perspectiva teórica não-neoclássica, prescritiva e espelhada na experiência japonesa.[400] Assim, ao longo dos anos, foi dando forma a uma pequena elite de *policymakers* econômicos e tecnocratas partilhando de uma visão mais ou menos coesa acerca do fomento ao setor manufatureiro; e também do conceito nuclear de "**indução administrativa**" (***Xíngzhèng Yòudao*** - 行政诱导), correlata do Império do Meio para a "orientação administrativa" salientada por Johnson para o caso do Japão (1982). Tal visão de estratégia industrial, preconizando um *mix* bem planejado de incentivos econômicos e sua condução via instituições estratégicas, era perfeitamente compatível com os interesses do governo chinês; que preservava uma função nuclear no processo modernizante para si enquanto dinamizava a competitividade das firmas domésticas sem quaisquer impedimentos ao curso das reformas (HEILMANN e SHIH, 2013).

Esta nova geração nos órgãos de planificação, responsáveis por imprimirem outro rumo à estratégia industrialista a partir dos anos 1990 como veremos ao longo desta seção, ganhariam protagonismo definitivo no governo de Hu Jintao. Após se aproximarem bastante de Zhu Rongyi (Primeiro Ministro no segundo mandato de Jiang) e de Wen Jiabao, então Vice-Primeiro Ministro (1998-2003), ainda durante o processo de confecção do **9º PQ**, na segunda metade da década já exerciam influência fundamental e, nos anos 2000, seriam alçados ao pináculo das instituições decisórias, no CE ou nas empoderadas NDRC e SASAC (HEILMANN e SHIH, 2013).

---

[398] Liu He atuou na SPC entre 1988-1998; Yang Weimin, de 1988 até 2003; Zhu Zhixin: 1983-2003; You Quan a partir da década de 1990 e Liu Tienan entre 1999 até sua reformatação (HEILLMAN e SHIH, 2013).

[399] É o caso de Liu He, Yang Weimin, You Quan e também de Ma Kai, que ainda não havia sido citado aqui (HEILLMAN e SHIH, 2013).

[400] Em 1985, Yang publicou sua maior obra, "*Introduction to Industrial Economics*", baseada primariamente em fontes japonesas e que, conforme Heilmann e Shih (2013: p.9), se tornou uma obra clássica do ensinamento acadêmico chinês sobre economia industrial ao longo da década de 1990.

Economicamente, é sob o governo Jiang que começa a se observar um câmbio no padrão de acumulação nacional, com o consumo arrefecendo parte de seu peso ao passo que os investimentos e as exportações se tornariam os novos *drivers* do crescimento; com uma estratégia cada vez mais centrada em indústrias intensivas em capitais (K) e onde as estatais dentro em breve (em seu segundo mandato) se tornariam mais proeminentes, com nova ênfase na parceria com transnacionais, principalmente em setores de maior densidade tecnológica (LO e WU, 2014; JABBOUR e DANTAS, 2017). Era também o momento em que a China adentrava na fase secundária de sua inserção exportadora ("*Export-Oriented Industrialization*" - EOI), buscando cada vez mais dotar sua pauta de maior valor agregado e maior proximidade da fronteira tecnológica, apostando em setores como maquinários, telecomunicações, eletrônicos, setor naval, etc.

Um dos primeiros passos dados pelo novo governo visando a reorganização da estratégia industrialista e a viabilização das novas ênfases aludidas no parágrafo anterior foi a reformulação da SEC ainda em 1993, renomeada como **Comissão Estatal de Economia e Comércio** ("***State Economic and Trade Commission***", ou **SETC**). Esta absorveria diversos ministérios como os do carvão, da metalurgia e da indústria de maquinários, convertendo-os em escritórios com jurisdição para formulação de políticas e arcabouços institucionais específicos para esses determinados segmentos (HEILMANN e SHIH, 2013; SAICH, 2015). **A recém criada SETC também era responsiva ao CE**. Em alguma medida, tal reorganização foi tanto movida por objetivos de integrar os setores incorporados à Comissão no bojo das prioridades de inserção comercial da estratégia industrial, quanto também prelúdio de uma onda centralizadora de ministérios e departamentos unificando e tornando mais eficiente e coeso o sistema administrativo governamental, através de iniciativas originadas no 9º (1998) e do 10º CNP em 2003 (SAICH, 2015: p.134).

Visto tal reorganização de atribuições, em 1994 seria enfim engendrada a ***primeira*** das reformas pivotais aqui aludidas: uma importante **recentralização fiscal** na esfera nacional de governo, via promulgação de um *novo sistema de compartilhamento de atribuições tributárias junto às esferas locais* (NAUGHTON, 2007; GABRIELE, 2010).[401]

[401] Formalmente, embora a reforma de recentralização fiscal tenha começado sua vigência em 1994, seu estabelecimento formal se deu em 25 de dezembro do ano anterior (1993) com a promulgação oficial pelo Conselho do Estado chinês da "***Decisão sobre a implementação do sistema de gestão financeira de compartilhamento de impostos***" ("***Decision on Implementing the Tax-Sharing Financial Management***

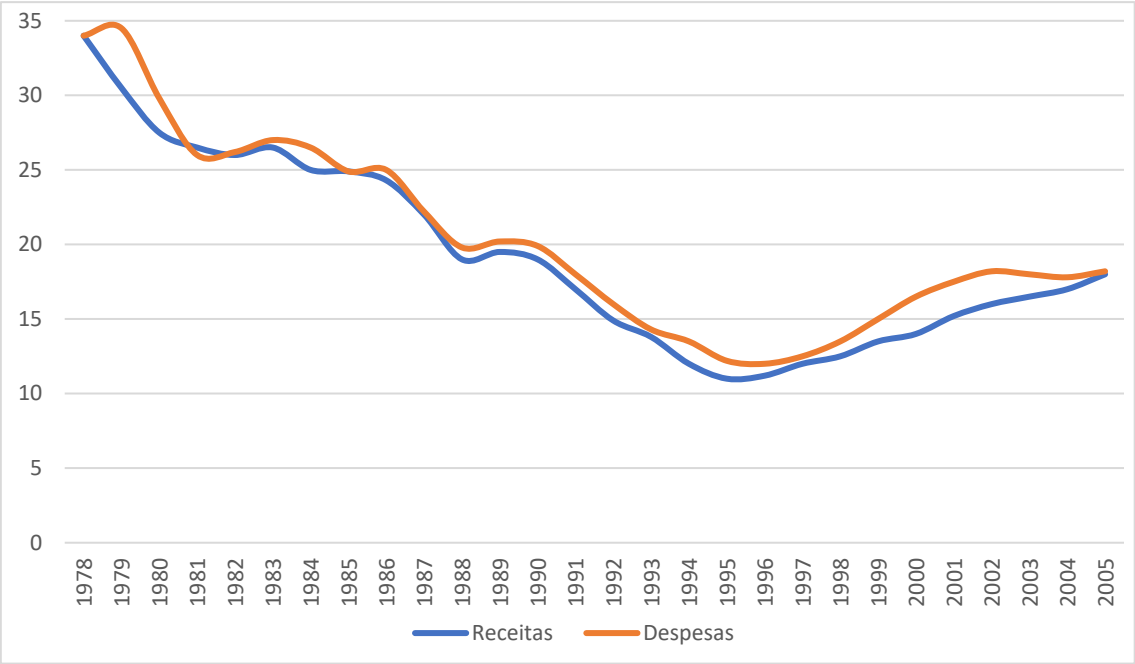
Como comentado brevemente na seção anterior, ao longo da década de 1980 foi promovida uma descentralização fiscal e de prerrogativas tributárias que empoderou, num primeiro momento, as províncias e demais entidades governamentais subnacionais com autonomia para obtenção e alocação de recursos bem como para seus projetos de investimentos e desenvolvimento.

Não obstante, tal desenho institucional, corporificado principalmente no sistema de contratação fiscal e cujas consequências sobre o desempenho econômico ainda são debatidas pela literatura, gerou um arcabouço *disfuncional* por engendrar uma tendência sistemática de declínio tanto das receitas quanto das despesas orçamentárias desde 1984, pelo menos (WANG, 1997; NAUGHTON, 2007; MOURA, 2016). **Somado a isto, duas questões delicadas também se viam imbricadas a tal tendência**. A *primeira* era *econômica*: conforme o governo central se via com crescentes dificuldades de arrecadar receitas suficientes via tal esquemática tributária, teria de recorrer ao sistema bancário para expandir a liquidez e financiar suas atividades com potenciais consequências inflacionárias. Já a *questão política* tangia ao embate implícito entre o governo central e demais entidades federativas: com o declínio do orçamento governamental como parcela do PIB e principalmente dos próprios gastos do governo central, as decisões dos governantes e líderes em tal esfera-mor poderiam se tornar menos "determinantes" aos rumos do percurso produtivo (NAUGHTON, 2007: p.430).[402] O gráfico abaixo elucida visualmente tal problemática defrontada pelos *policymakers* da RPC:

System" ou **Shíshī shuìshōu gòngxiǎng cáiwù guǎnlǐ xìtǒng de juédìng** – **实施税收共享财务管理系统的决定**).

[402] De fato, os gastos orçamentários do governo central vis-à-vis os locais caíram de 54,3% em 1980 para 28,3% em 1993, ano antecedente à reforma tributária/fiscal empreendida (NAUGHTON, 2007).

Gráfico 11 – Orçamento como parcela (%) do Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Elaboração própria com base em NAUGHTON, 2007: p.431 (Figura 18.2).

Foi diante de tal problemática dupla, uma pertinente à própria correlação de forças entre esferas central e subnacionais de governo, e outra relacionada à sangria de recursos e arrecadação por parte do Estado chinês, que é executada a reforma fiscal de 1994 visando à recentralização. Tal reforma erigiu um outro sistema, mais institucionalizado, que criou: novos tributos uniformes sobre as corporações (unificando o regime de coleta de impostos sobre todas as firmas, sejam SOEs, privadas ou coletivas); um sistema de compartilhamento tributário mais favorável ao governo nacional; e uma agência central de taxação gozando de suficiente autoridade para operacionalizar tais mudanças. A agência em questão, chamada "**State Administration of Taxation**" (**SAT** ou "***Guójiā shuìwù zǒngjú***" – 国家税务总局), fiscaliza diretamente os escritórios de taxação provinciais mediante uma estrutura administrativa verticalizada que tornou o governo central menos dependente das autoridades locais (YANG, 2004). *É interessante ainda assinalar que, segundo o próprio site oficial da agência com esclarecimento de suas prerrogativas, há o comprometimento expresso com as diretrizes não só do CE* (a quem presta contas do ponto de vista formal) como do próprio Comitê Central do PCCh; sendo mais um dos inúmeros

elementos *citados neste capítulo obstaculizando uma demarcação clara das fronteiras entre as esferas do Partido e do Estado*.[403]

Como resultado, a reforma foi relevante ao reverter a erosão fiscal e orçamentária acumulada desde a década anterior, permitindo também uma gradual expansão de gastos subsequentes na "economia civil", através de serviços públicos como administração, educação, aposentadorias e seguridade social (NAUGHTON, 2007; MOURA, 2016). Wang (1997) também confere destaque ao fato do novo arranjo ser mais transparente e não-ambíguo vis-à-vis o esquema anterior de compartilhamento de receitas. Em suma, foi um pilar institucional crucial ao capilarizar o Estado chinês e em particular o governo central com base sólida de recursos, dotando-o de maior *policy space*; para além de se concatenar diretamente com a próxima política institucional do governo Jiang, como pretendo demonstrar nos parágrafos seguintes.

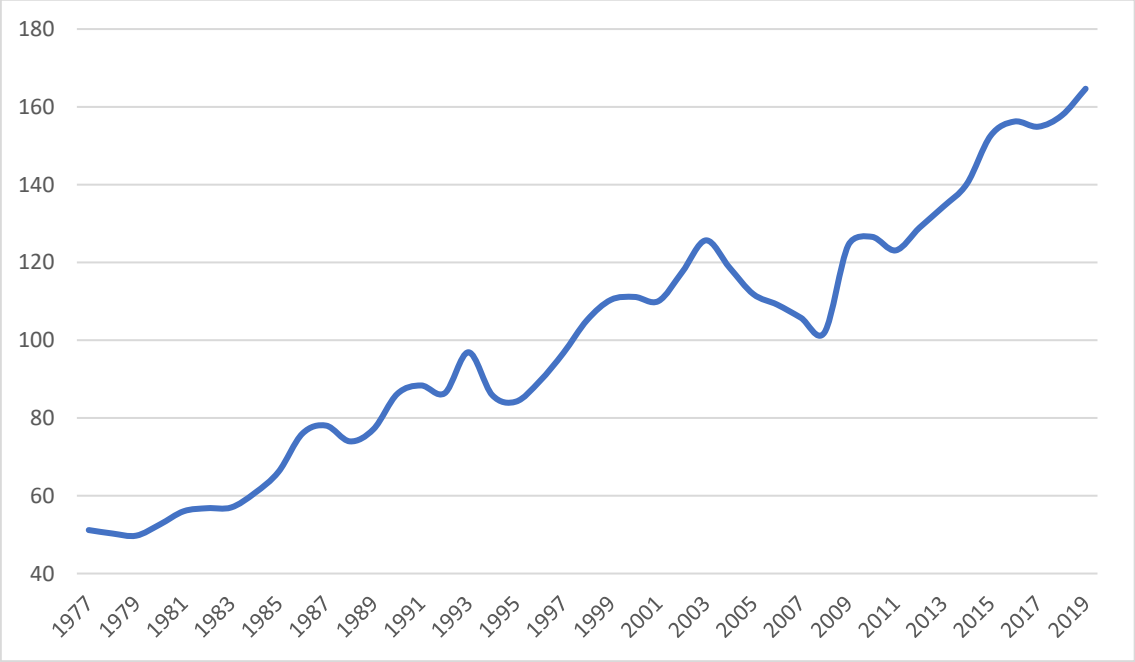
Essa recentralização fiscal, portanto, veio acompanhada da ***segunda*** importante reestruturação institucional aludida, agora pertinente ao sistema financeiro / bancário nacional. Ela começou ainda em 1994 com a criação de três colossais "*policy banks*": o **Agricultural Development Bank of China**, o **China Development Bank (**CDB**)** e o **Ex-Im Bank of China**. O *primeiro*, sob jurisdição do banco central do país (PBoC) e com capital de giro advindo de títulos da dívida intermediados junto a outras instituições financeiras, se dedicava à compra de insumos químicos e maquinários agrícolas por parte do Estado. **Não deixa de denotar, de certo modo, um elo sinérgico entre indústria e setor rural, bem como um *encadeamento hirschmaniano* pela complementaridade**. **Os *outros dois bancos*, por sua vez, respondem diretamente ao CE**. O CDB, voltado ao financiamento de massivos projetos infraestruturais e resolução de gargalos logísticos e produtivos do país, detém uma estrutura de capital dividida entre aportes do Ministério das Finanças, emissão de títulos próprios e depósitos do China Construction Bank. Já o Ex-Im Bank, que financia importações e exportações de longo prazo de bens de capital, tem recursos provenientes unicamente do Ministério das Finanças (JABBOUR, 2012).

Conforme Burlamaqui (2015), a criação dos *policy banks* completou um desenho institucional "perfeito" em termos de dotação do Estado nacional chinês de um caráter

[403] Tal indicativo da agência, cujo nome cambiou depois para "*State Taxation Administration*" (STA), se encontra presente em: http://www.chinatax.gov.cn/eng/c101265/c101266/c5094394/content.html

genuinamente empreendedor e capaz de socialização dos investimentos. Este caráter se consolidou com o papel estratégico de tais instituições recém criadas de fornecedoras do financiamento necessário somado à manutenção de relevantes restrições institucionais para evitar surgimento de "cassinos financeiros". Nesse sentido, lograva-se um sistema altamente blindado tendo o governo como condutor e as condições para o crédito assumir centralidade no processo de fomento ao desenvolvimento e inovação (BURLAMAQUI, 2015). Isto fica latente pelo fato de, desde a década de 1990, os bancos terem sido responsáveis por cifra superior a 80% do financiamento total às empresas no país (BRESLIN, 2014). Abaixo, é possível ter uma dimensão da crescente importância assumida pela oferta creditícia na economia política chinesa:

Gráfico 12 – Crédito Doméstico ao Setor Privado na China (% do PIB)



Fonte: WORLD BANK, 2020.

Estes *policy banks* seriam, de sua germinação até atualmente, os novos operadores estratégicos do planejamengo: braços financeiros do Estado no fomento ao investimento e canalização seletiva de recursos à atividade produtiva (MEDEIROS, 2010; CORRÊA, 2012; BURLAMAQUI, 2015). Também consolidariam, em "definitivo", o poderoso **sistema nacional de fomento** do país até os dias de hoje; com alta capacidade de equacionar pontos de estrangulamento e transferir recursos intersetorialmente para lidar com desequilíbrios

sociais e regionais (ex: baixa dispersão do crescimento), ao mesmo tempo preservando inúmeros controles regulatórios sobre o mercado de capitais para evitar turbulências e instabilidades (PAULA e JABBOUR, 2016).

Estes traços institucionais foram em grande parte responsáveis pelo baixo grau de contágio da crise financeira da Ásia (CRA), eclodida em 1997, sobre o tecido produtivo (SILVA e MOURA, 2020).[404] **Para além disto, tal sistema seria um instrumento a mais do governo na reafirmação de sua capacidade de planificação e suas variáveis, consolidando um verdadeiro *Estado-financiador gerschenkroniano* à altura dos desafios de uma economia continental** (JABBOUR e PAULA, 2020).

É válido frisar que o sistema financeiro chinês também conta, para além dos *policy banks* e dos 4 maiores bancos comerciais já citados aqui, com (CINTRA, 2009; CINTRA e SILVA FILHO, 2015):

- 12 ***bancos comerciais de capital misto*** ("***Joint-Stock Commercial Banks***") controlados por governos provinciais;
- Mais de 100 **bancos comerciais municipais** ("***City Commercial Banks***") com participação em alguns casos de capital estrangeiro, e que se proliferaram a partir de 1995 com o primeiro estabelecido em Shenzhen, enquanto outros sugiram da reorganização de extintas cooperativas de crédito urbanas;
- Inúmeras **cooperativas de crédito rural**, que desempenham papel relevante na provisão de crédito no interior do país e com algumas vinculadas inclusive ao Agricultural Bank of China;
- **Instituições financeiras não-bancárias**
- **Instituições financeiras estrangeiras**.

Mas, voltando à discussão sobre tais bancos de política, um último aspecto nada trivial que lhes é pertinente é que possibilitaram o estabelecimento de uma clivagem com relação aos chamados "*Big Four*", ficando eles (*policy banks*) dedicados eminentemente à provisão

[404] Isto não quer dizer, é claro, que a China tenha passado totalmente intacta pelo episódio. Algumas cooperativas de crédito rural, bem como as instituições financeiras não-bancárias Guangdong Enterprises e a Guangdong International Trust and Investment Corporation (GITIC), ambas de propriedade de governos locais, ficaram sem liquidez e foram levadas à total ou quase-total insolvência em função dos danos causados por suas ligações financeiras junto a Hong Kong (NOLAN, 2013; SILVA e MOURA, 2020).

de capital de giro para atividades de longo prazo de maturação e os segundos para desempenhar atividades únicas de instituições financeiras comerciais (CINTRA, 2009; JABBOUR, 2012). A passagem abaixo elucida tal redesenho de atribuições:

> "O controle pelo Estado do sistema financeiro já era garantia mais do que suficiente da capacidade de instauração de *novas e superiores formas de planejamento* capazes de administrar tanto a taxa de investimentos quanto outras questões, que vão desde a banda cambial até a obtenção de uma política de juros adequada a essa nova complexidade bancária. Isso quer dizer que, a partir da subordinação total dos *policy banks* à lógica dos objetivos dos planos quinquenais, o *Big Four*, atuando dentro do escopo das leis do mercado, deveria ser o norte a ser seguido no sentido de adequar o sistema financeiro chinês a padrões internacionais de excelência, num processo de médio e longo prazo, [...]" (JABBOUR, 2012: p.319; grifos do autor).

Uma última observação é que os *policy banks* e adequação dos bancos comerciais a padrões e normas internacionais não obstaculizou o atrelamento das preferências mandatórias de empréstimos destes últimos às prioridades da estratégia industrial. Isto graças à institucionalização, em 1995, do novo Artigo 34 da Lei dos Bancos Comerciais: "A commercial bank shall conduct its loan business in accordance with the need for the development of the national economy and social progress and under the guidance of the state industrial policy".[405] Tal controle governamental, novamente, se exercia por meio do apontamento direto das diretorias e posições proeminentes em tais instituições financeiras (BRESLIN, 2014).

Prosseguindo com tais reformas institucionais centralizadoras ou regulatórias e indo em linha conforme o aludido nos parágrafos anteriores desta seção, em fins de 1998 o governo rearranjou a estrutura organizacional do PBoC; abolindo 32 ramificações específicas das províncias e estabelecendo novas de caráter mais macro-regional. Visava-se, desta forma, mitigar influências centrípetas sobre a determinação da política monetária (YANG, 2004; NAUGHTON, 2007).[406] Para além disto, a liderança central passou a rotacionar e indicar

---

[405] A lei pode ser consultada no seguinte link: http://www.fdi.gov.cn/1800000121_39_3079_0_7.html.

[406] As novas ramificações macro-regionais criadas eram: Tianjin (cobrindo Tianjin, Hebei, Mongólia Interior e Shanxi), Shenyang (cobrindo Liaoning, Jilin e Heilongjiang), Shanghai (Shanghai, Zhejiang e Fujian), Nanjing (Jiangsu), Jinan (Shandong e Henan), Wuhan (Hubei, Hunan e Jiangxi), Guangzhou (Guangdong, Guangxi e Hainan), Chengdu (Sichuan, Guizhou, Tibet e Yunnan) e Xian (reperesentando Shaanxi, Gansu, Ningxia, Qinghai e Xinjiang). A designação de tais regiões se deu com base não em critérios de tamanho ou proximidade

executivos dos altos escalões do banco central para as principais instituições bancárias comerciais (públicas) bem como para a Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China, também com intuito de evitar ossificação de eventuais *lobbies* burocráticos e fortalecer a supervisão do sistema financeiro (YANG, 2004). **Evidentemente, a CRA forneceu um ímpeto adicional a tal reestruturação**.

Em 1998, a SPC, mais relevante órgão de planificação do governo e responsável por elaborar os PQs e seus eixos norteadores, também passaria por mudanças: seria renomeada como a **Comissão Estatal de Planejamento do Desenvolvimento** ("***State Development Planning Commission***" ou **SDPC** / "***Guójiā fāzhǎn jìhuà wěiyuánhuì***" – 国家发展计划委员会), embora sem nenhuma grande nova atribuição (SAICH, 2015). Concomitantemente, por iniciativa de Zhu Rongyi no mesmo ano, orientado pela nova coalizão industrialista da SPC/SDPC inspirada na experiência japonesa sobre a qual falei mais acima, o SETC também ganharia mais atribuições institucionais para se tornar uma quase-agência piloto em moldes muito parecidos ao MITI japonês; de modo a estar à altura de conduzir a reorganização industrial que em breve aconteceria (HEILMANN e SHIH, 2013).

Todas estas reformulações se deram no bojo de uma massiva recentralização e "revolução institucional" anunciada no 9º CNP realizado em março de 1998, fundindo ministérios, agências, departamentos (extinguindo alguns também) de modo a criar um sistema administrativo estatal verticalmente integrado e enxuto. Como resultado, 44 departamentos existente foram reduzidos e absorvidos numa estrutura de 29 ministérios, comissões e escritórios; com tal reforma se dando mais por fins de dinamização das funções administrativas do que para "enxugar" um caráter supostamente perdulário da máquina pública (SAICH, 2015). Estas reorganizações estatais, em linha com a trajetória iniciada ainda em 1994 com a reforma fiscal, seria prelúdio da última recentralização que o país assistiria na década, desta vez no seio da estrutura da indústria, vista abaixo.

A *terceira* grande reforma transformativa engendrada por Jiang Zemin / Zhu Rongyi, definitivamente, foi o redesenho industrial através do já mencionado programa "*Grasp the Large, Release the Small*" ("*Zhuādà fàngxiǎo*" – 抓大放小), compondo a verdadeira política dos campeões nacionais chinesa (NOLAN, 2013; LEE, 2014; HSIEH

---

geográficos, mas sim no montante de trabalho supervisionado ou intensidade das atividades financeiras nas localidades respectivas (YANG, 2004).

e SONG, 2015). Declarada oficialmente na 4ª Seção Plenária do 15º Comitê Central do PCCh em 1999, também de forma parcialmente responsiva aos efeitos da crise financeira regional asiática (CRA) de dois anos antes, visava uma grande reformulação corporativa onde as firmas estatais em setores considerados estratégicos seriam fundidas e as de menor porte vendidas ao setor privado ou fechadas (LO e WU, 2014; HSIEH e SONG, 2015; JABBOUR e PAULA, 2020). *Ademais, foi outro exemplo (dentre diversos citados nesta tese e outros que ainda destacarei) de uma grande transformação sendo decidida politicamente e anunciada pelo PCCh antes de passar às esferas de discussão formais do Estado.*

Através de tal política dos campeões nacionais, o governo reposicionou sua atuação consolidando mais de 120 grandes e modernos conglomerados público-estatais onde era acionista majoritário ou total, e que **dominam** seu regime produtivo até hoje, com destaque aos seguintes: *aço*/*siderurgia* (**BaoSteel**; **WuSteel**; **AnSteel**; **Hebei Steel Group**; **Shandong Steel Group**); *automobilístico* (**Great Wall Motors**; **Shanghai Automobile Industrial Group - SAIC**; **Yiqi**; **Dongfeng**); *construção civil e infraestrutura* (**China State Construction**; **China Rail Construction**); etc (NOLAN, 2013; LO e WU, 2014; HSIEH e SONG, 2015; JABBOUR e PAULA, 2020). É importante se delongar um pouco nesta reforma pois a mesma, assim como o próprio governo Jiang, se vê até hoje relativamente pouco compreendida. Acerca da mesma, portanto, destaco algumas observações.

Em primeiro lugar, todos os setores previamente elencados foram escolhidos por critérios de valor estratégico aos planos nacionais de desenvolvimento, com alguns tendo seus mercados (domésticos) reservados de forma discricionária e direta às firmas estatais enquanto, em outros, pesadas discriminações regulatórias impunham barreiras de entrada às empresas privadas e/ou transnacionais. O governo chinês também optou por *estruturas oligopolistas* onde geralmente duas ou três grandes empresas competiam umas com as outras (GABRIELE, 2010).[407]

Em segundo lugar, como dito, ao passo que o governo centralizou capacidades em alguns conglomerados com maior potencial estratégico para geração de investimentos, encadeamentos produtivos, tecnologias ou valor agregado, teve de se desfazer de inúmeras SOEs (muitas advindas da Era Mao) com expressivo endividamento através de privatizações; o que, evidentemente também gerou implicações econômicas e sociais adversas. A mais

[407] **Da mesma forma como o Japão ou a Coreia do Sul, conforme vimos no Capítulo 3 desta tese**.

latente foi o aumento momentâneo do desemprego e da informalidade laboral ao longo da segunda metade da década (MEDEIROS, 2010). Considerando os trabalhadores autodeclarados como desempregados e beneficiários do seguro-desemprego, estipula-se que a taxa de desocupação no bojo da força de trabalho urbana tenha girado entre aproximadamente 8% e 10% em tal recorte (NAUGHTON, 2007; NOGUEIRA, 2011).[408]

Em terceiro e último lugar, para além de gerir o compromisso de tais grupos empresariais públicos com as diretrizes dos PQs mediante o sistema financeiro estatal (significando linhas de crédito e recursos sob condições privilegiadas) e via controles institucionais diretos da SASAC, que em breve comento, as lideranças políticas chinesas também usaram o **Sistema de Nomenklatura** do PCCh para assegurar esse *enforcement* (BRØDSGAARD, 2012). *Dessa forma, o Partido Comunista adotou, mediante seu Departamento Organizacional Central, um esquema ativo e forçado de revezamento de executivos e CEOs de determinadas empresas estatais para: outras empresas em funções relativamente análogas; para postos políticos alheios às prioridades das firmas prévias; ou, por fim, para instituições regulatórias*.

Através de tal controle rígido e estrito de pessoal, gerando o que Brødsgaard alcunha como uma "situação híbrida de fragmentação integrada" no bojo das elites nacionais, o Partido manteve o equilíbrio de poder entre Estado e o grande empresariado a favor do primeiro (2012: p.645). [409] **Considero este elemento particularmente interessante por mostrar como um rasgo institucional marcante da estrutura leninista do PCCh *reforçou e ainda reforça*, ainda que exogenamente, o caráter e a coerência desenvolvimentista do Estado chinês**.

Prosseguindo, para além desse redesenho da estrutura industrial, o governo chinês também converteria as SOEs em **corporações de responsabilidade limitada** ("*Limited Liability Corporations*"). Com tal mudança, os executivos e os acionistas controladores do conglomerado, nomeados pelos governos locais ou pelo Departamento de Organização

---

[408] Dado o fato de que a estimativa citada desconsidera, por obstáculos empíricos de mensuração, os trabalhadores na condição de migrantes (que não constituem grupo trivial no mundo laboral chinês), tais números possivelmente eram superiores (NOGUEIRA, 2011). Segundo as estimativas oficiais do governo da China, *que não contabilizam os dependentes de seguro-desemprego*, a desocupação atingiu um patamar de 4,24% ao final do governo Jiang (WORLD BANK, 2020).

[409] Não somente as empresas, mas também as instituições financeiras (bancos comerciais, de fomento ou outros) também estão sujeitas ao Sistema Nomenklatura.

Central do PCCh antes de serem referendados pelo Conselho de Estado e CNP, tornaram-se formalmente responsáveis ("*accountable*") pela prestação de contas e desempenho de suas cias; e agora imbuídos com a missão de torná-las competitivas e "*profit-oriented*" (GABRIELE, 2010; NOLAN, 2013; LO e WU, 2014; HSIEH e SONG, 2015). Essas novas responsabilidades, contudo, não vieram acompanhadas de maior autonomia gerencial, visto que o documento do programa também previa a existência de núcleos e comitês políticos do PCCh dentro de tais empresas conduzindo-as (SAICH, 2015); para além do fato de terem de lidar dentro de alguns anos com a poderosa SASAC gerenciando essas empresas e seus executivos.

Desde a "inauguração" das reformas com Deng até a promulgação de tal nova diretriz da política industrial em 1999, o peso das SOEs sobre o PIB decresceu de 78% em 1978 para 32% em 1998. *Entretanto, após tal mudança institucional, essa participação se estabilizou em torno da cifra de aproximadamente 35% pelo restante dos anos 2000* (LO e WU, 2014). **A manutenção de tais níveis pós-1998 condiz justamente com a centralização e renovada ênfase sobre as firmas e conglomerados públicos, compreendendo indústrias de maior escala e mais intensivas em capitais; com esta última característica explicando parcialmente por que, mesmo mantendo seu peso com relação ao PIB, as SOE terem declinado de modo constante e ininterrupto na participação sobre o emprego nacional** (GABRIELE, 2010; LO e WU, 2014). De 1998 até 2018, a parcela de pessoas empregadas nas firmas eminentemente estatais (SOEs, desconsiderando empresas de propriedade coletiva, cooperativas, etc;) sobre o total declina de 12,82% para 7,12% (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2019).

A ***quarta*** grande medida tomada por Jiang Zemin e aqui tratada, embora não propriamente de forma delongada, foi o **Programa de Desenvolvimento para o Oeste** ou "***China Western Development***" (***Zhongguódexibù dà kaifa*** - **中国的西部大开发**) lançado em março de 1999 por Jiang em encontro do CNP.[410] De forma sintética e estilizada, o programa teve as seguintes razões: em primeiro lugar, compensar suas províncias ocidentais interioranas, historicamente atrasada em termos econômicos, diminuindo seu *gap* com

[410] O programa cobria as províncias de Gansu, Guizhou, Qinghai, Shaanxi, Sichuan e Yunnan, para além da municipalidade de Chongqing e das regiões autônomas de Guangxi, Mongólia Interior, Ningxia, Tibet e a maior de todas, Xingjiang (LAI, 2002).

relação à costa desenvolvida através de subsídios, provisão de empréstimos aos governos locais e investimentos em educação (NAUGHTON, 2007).[411] Em segundo lugar, desenvolver uma poderosa infraestrutura energética (centrada em petróleo e gás) e de transporte; integrando territorialmente o país e gerando poderosos encadeamentos junto à indústria pesada e muitos dos conglomerados estatais recém formados (JABBOUR e PAULA, 2018). E, em terceiro e último, estimular também o consumo e a demanda domésticos em vista dos impactos da CRA sobre as exportações e o comércio exterior (LAI, 2002; SILVA e MOURA, 2020).

Por fim, a ***quinta*** e ***última*** grande reforma institucional empreendida, também no bojo da reorganização da estratégia industrialista, foi a criação da mencionada **SASAC**.[412] Novamente trazendo à tona o ponto reiterado diversas vezes ao longo deste capítulo, a criação da SASAC ilustra de novo como os grandes marcos transformativos da economia política chinesa encontram sua definição antes no núcleo decisório do PCCh do que propriamente na estrutura formal do Estado. Isto se deve ao fato de que o relatório que afinal conduziu ao encaminhamento da comissão foi gestado diretamente no *16º Congresso Nacional do Partido*, realizado entre 8 e 14 de novembro de 2002. No evento, as autoridades comunistas atentaram à problemática de delimitação exata dos direitos proprietários das SOE pertencentes às autoridades centrais e locais; e indicaram o imperativo de criação de um sistema para gerir seus ativos, clarificando os interesses, direitos, obrigações e tarefas de cada esfera administrativa (LIN *et al*., 2019). Um ponto importante destacado por Jaguaribe é que a criação da comissão, bem após a reformas das estatais as quais deveria controlar, é ilustrativo de como a própria complexificação e evolução da economia política instiga, em si mesma, a mudança institucional (2016a: p.365).

A SASAC, de certo modo, viria para ocupar as funções antes realizadas pela SETC, comissão abolida em 2003 após brevíssimo interregno onde se viu integrada ao também recém criado Ministério do Comércio (MOFCOM). Ao passo que a SASAC gerenciava "apenas" os conglomerados públicos ou empresas que tinham o governo central como

---

[411] Segundo Lai (2002: p.435), a intencionalidade em arrefecer a discrepância regional entre a costa e o interior chinês já se via bastante enfatizada desde o **9º PQ** (1996-2000), e teria contado com forte influência do Primeiro Ministro Zhu Rongyi.

[412] Criada tanto a nível nacional (para gerir as empresas públicas da esfera central do Estado), quanto subnacional.

acionista majoritário, as demais atribuições da SETC relacionadas ao estabelecimento de marcos regulatórios e arcabouços institucionais para setores da indústria ou firmas privadas foram redistribuídas entre os ministérios (SAICH, 2015).

Para além disto, o órgão (SASAC) também ficaria responsável pelos interesses acionistas do governo central nas decisões de tais grupos empresariais, atuando como facilitador e promotor da implementação efetiva das reformas econômicas para lograr os objetivos dos PQs (GABRIELE, 2010; JABBOUR e PAULA, 2020). E, por vez, para garantir concretamente a "*profit-orientation*" dessas empresas, tal como destacado parágrafos acima, a partir de 2004 a SASAC também passaria a estipular contratos trianuais com metas estabelecidas de capitalização, receitas e lucros anuais que serviriam como critério-mor para avaliação por parte de seus administradores (GABRIELE, 2010).

É válido frisar que mesmo firmas nominalmente privadas também possuem inúmeras conexões com o Estado e com setor público via SASAC em função de elos proprietários ou financiamento, em extensão muito superior às contrapartes nos países capitalistas. Gabriele cita, por exemplo, os casos da Haier e Legend (grupo controlador da Lenovo), duas TVEs que inclusive viriam a adquirir bastante sucesso nos últimos anos. Embora ambas sejam administradas enquanto cias privadas, a primeira é controlada pelo escritório da SASAC da cidade de Qingdao e a segunda possui como acionista majoritário a Academia Chinesa de Ciências, atrelada diretamente ao CE (2010: p.330). **Evidências como essa e tantas outras compiladas ao longo desta seção mostram o grau hercúleo de dificuldade imposto aos pesquisadores e analistas dedicados à deflagração da fronteira entre público e privado na China**.

O governo Jiang, realizadas tais importantíssimas reformas de fortalecimento das capacidades estatais e criação de novas instituições de fomento, intensificou igualmente a política fiscal para ampliação dos investimentos, que adentraram numa rota ascendente a partir de seu segundo mandato, saltando de 32,53% em 1999 para 39,53% em 2004 (WORLD BANK, 2020). Tais inversões produtivas, centradas principalmente em infraestrutura e financiados com base na mobilização doméstica de capital e poupança das famílias e indivíduos, confluíram para maiores taxas de crescimento ainda em fins dos anos 1990 mesmo no contexto da CRA; tornando o país menos dependente de influxos estrangeiros (NAUGHTON, 2007; CINTRA e SILVA FILHO, 2015).

À guisa de encerrar esta **Seção 4.3** com um breve balanço geral, enquanto na primeira fase das reformas (década de 1980) a nova estrutura de incentivos econômicos ao trabalhador rural, o sistema de pista dupla e uma nova fronteira de acumulação com a admissão do mecanismo de mercado forneceram alavancas ao crescimento inicial pautado em setores leves intensivos em trabalho e no consumo interno, nesta segunda fase se fez mais nítido o protagonismo de políticas industriais seletivas e centralização burocrática. Isto não significa, é óbvio, que políticas voltadas à industrialização estivessem ausentes na primeira etapa da abertura chinesa, visto que, desde o **7º PQ** (1986-1990), a política industrial já era destacada junto com controles macroeconômicos enquanto instrumentos importantes na condução do curso do desenvolvimento. Mas é apenas em 1994 com a publicação, pelo CE, da "*Outline of National Industrial Policy in 1990s*", que começa a ser dado um destaque maior às "indústrias pilares" da economia (LO e WU, 2014).

Mas não "apenas" medidas econômicas importantes marcaram o governo de Jiang e de Zhu Rongyi. No âmbito da *política externa* e da *diplomacia*, por exemplo, a China também atravessou com notável destreza o cenário geopolítico delicado que vivenciava no início da década, quando os incidentes de Tiananmen foram mobilizados por diversos atores do campo Ocidental como pretexto para pressões sobre seu regime político, para um completamente diferente no início do Século XXI. Movidos pela confiança derivada da sobrevivência ao colapso do comunismo europeu e pela retomada do crescimento e estabilidade interna, os diplomatas chineses se engajaram numa postura construtiva e pragmática de inúmeros acordos comerciais e integração às instituições multilaterais. O país aproximou-se, dessa forma, de organismos como a ASEAN, a Organização para Cooperação de Shanghai, etc. ao longo dos anos 1990 (GOLDSTEIN, 2001; GLOSNY, 2007; LAI e KANG, 2012; ZHANG, 2012).[413]

Cabe frisar também que, graças à postura adotada frente à CRA, quando o país manteve sua taxa de câmbio fixa, evitando assim desvalorizações mais substantivas do RMB que poderiam ter sido ainda mais danosas à competitividade e exportações dos vizinhos, a China contribuiu para estabilização e recuperação da economia regional. Tal postura melhorou a imagem externa do Império do Meio enquanto potência ascendente responsável e auxiliou, inclusive, na mobilização de apoio político e votos para admissão na Organização

[413] ASEAN consiste na Associação das Nações do Sudeste Asiático ("*Association of Southeast Asian Nations*").

Mundial do Comércio (OMC) em breve (GLOSNY, 2007; LAI e KANG, 2012; ZHANG, 2012).

Este novo cenário externo favorável se expressou gradualmente, em termos concretos: nas simbólicas reconquistas de Hong Kong em 1997 e Macau em 1999; na escolha de Beijing em 13 de julho de 2001 como sede dos Jogos Olímpicos de verão de 2008; e, em 21 de dezembro daquele mesmo ano, a admissão na Organização Mundial do Comércio (OMC), que abriria uma janela colossal de oportunidades para a economia política chinesa no advento do Século XXI, como veremos na próxima seção.

O governo Jiang Zemin, portanto, como espero ter conseguido demonstrar, é imprescindível a qualquer análise dos marcos institucionais da economia política chinesa, lhe imprimindo reformas cujos contornos ainda se fazem presentes e que destoam, qualitativamente falando, das políticas e medidas promovidas na Era Deng ou por Zhao Ziyang. A tônica dos anos 1990, onde parte do mundo e particularmente as antigas repúblicas socialistas mergulhavam na catástrofe das terapias de choque e do Consenso de Washington, o Império do Meio adentrava num novo ciclo de crescimento robusto com centralização burocrática, institucional e fiscal das capacidades estatais. Estas permitiram ao governo promover uma estratégia industrial mais contundente e parecida, inclusive, em termos de instituições de fomento, com a de vizinhos asiáticos como o Japão ou a Coreia; embora as lideranças chinesas tenham optado em centrar os "*Commanding Heights*" em conglomerados públicos (assim como Taiwan) ao invés de privados, o que não é algo insignificante. Assim, feita essa consideração, passo à análise do governo de Hu Jintao e Wen Jiabao.

4.5.: O governo Hu Jintao/Wen Jiabao, 2003-2013: Começando a colher os frutos da inserção global e a consolidação enquanto potência

O novo governo do presidente Hu Jintao e do Primeiro-Ministro, Wen Jiabao, assumindo na esteira das importantes mudanças promovidas por Jiang de recentralização das capacidades estatais, para além de amplo redesenho da estrutura industrial nacional, foi responsável, por sua vez, por inserir e consolidar novas diretrizes na estratégia de desenvolvimento.

É possível ver tal esforço tanto através da retórica dos líderes políticos quanto através de um "*institutional-building*" conformando, ainda mais, a economia chinesa aos moldes

centralizados inaugurados pelas reestruturações da década anterior; que dotaram o governo com novas ferramentas para planificar e buscar metas industriais com maior influência sobre as variáveis econômicas, embora agora com um caráter mais inter-setorial vis-à-vis o governo Jiang (HEILMANN e SHIH, 2013).

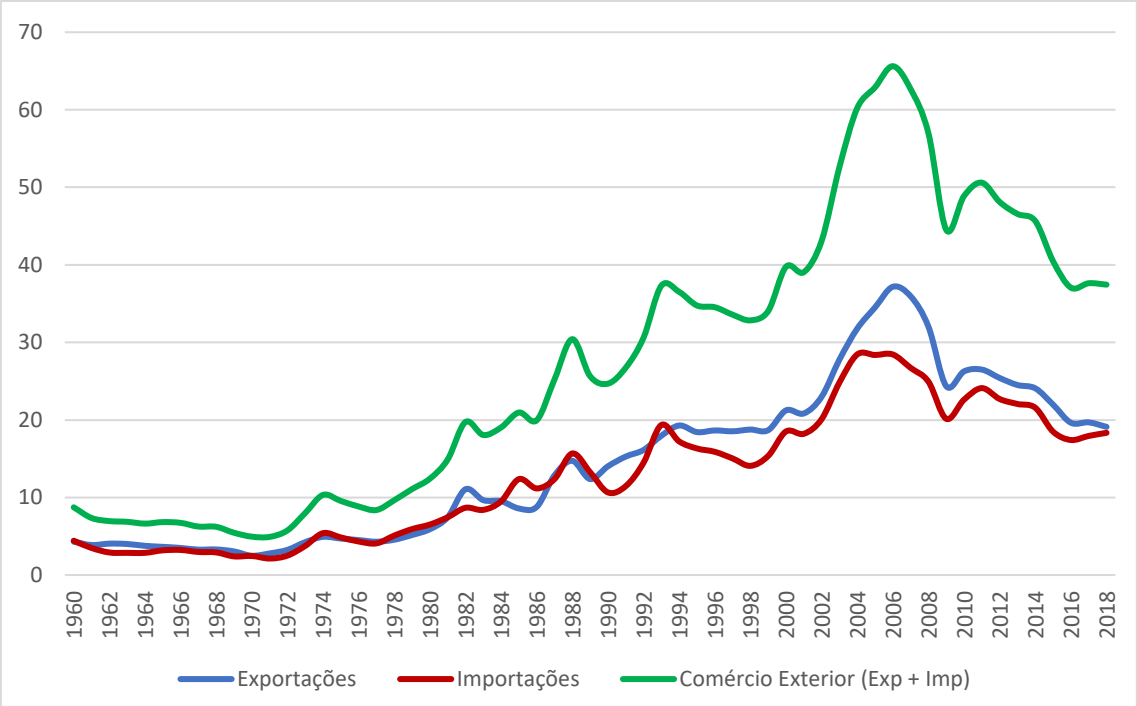
Antes de começar propriamente com a genealogia do "*institutional-building*" do governo Hu/Wen, destaco alguns breves pontos. Olhando para os resultados econômicos concretos, a primeira década do Século XXI foi uma das mais exitosas da história da China: desde 2002, primeiro ano após o ingresso na OMC e cuja negociação havia sido longa e árdua, demandando uma série de reformas e adequação aos padrões internacionais no que tange ao comércio, taxação e finanças, até 2007, ano que antecedeu a CFG, o PIB do país cresceu a taxas de 11,27% ao ano (NAUGHTON, 2007; SAICH, 2015; WORLD BANK, 2020).[414] A magnitude de tal crescimento, implicando numa maior integração nos mercados e nos circuitos industriais globais, implicou – como dito na Introdução da tese – numa transformação com conotação sistêmica:

> "O surgimento da economia chinesa como um elemento-chave na cadeia produtiva global fez com que muitos países e empresas reorganizassem suas próprias estratégias de produção para se ajustarem ao desenvolvimento da China." (SAICH, 2015: p.313; tradução própria).

Tal crescimento, ampliando a tendência vinda desde Jiang Zemin, teve um caráter concomitantemente "*investment-led*" e "*export-led*". Os investimentos (FBKF) subiram de 39,62% em 2003 para 46,66% em 2011, maior patamar já registrado na história do Império do Meio; muito embora, tendo em vista que os mesmos haviam caído entre 2004 e 2006, é possível atribuir tal intensificação à assertividade estatal em resposta à crise financeira, como comentei na Introdução. Já com relação às exportações, estas assinalam o gigantesco salto na inserção externa que a China daria na década, inteligível pelo gráfico abaixo:

[414] Com objetivo de assegurar o cumprimento dos padrões e condições exigidos para admissão na OMC, o Conselho de Estado, então sob Zhu Rongyi, teve de revisar aproximadamente 2300 regulações e políticas pertinentes ao comércio exterior, para além de abolir 830 (SAICH, 2015: p.137).

Gráfico 13 – Comércio exterior como parcela do PIB (%) da China, 1960-2018



Fonte: WORLD BANK, 2020.

Tal salto na inserção comercial foi um reflexo direto e inequívoco da entrada na OMC (NAUGHTON, 2007; BLECHER, 2010; MEDEIROS, 2010). O arcabouço legal da organização não foi impeditivo para que o país continuasse sua mescla de salários, preços e subsídios no incentivo à competitividade de sua indústria (JAGUARIBE, 2016a). E serviu, ainda, para mostrar ao mundo como a China, indubitavelmente, se afirmava como potência emergente; e teve, como outro de seus efeitos, a ampliação de enormes superávits na balança comercial, conduzindo a melhores resultados em conta corrente e ao arrefecimento da dívida externa (MEDEIROS, 2010).[415]

Tais resultados possibilitaram o acúmulo de robustas reservas internacionais em dólar, que cresceram de US$ 171 bilhões em 2000 para impressionantes US$ 3,9 trilhões em 2014; reservas estas que, além de gerarem um "colchão protetivo" contra a crise financeira recente, foram largamente empregadas na compra de títulos da dívida pública norte-americana, como uma salvaguarda ao país asiático (MEDEIROS, 2010; HUNG, 2011;

[415] O estoque da dívida externa chinesa, como % da renda nacional bruta, que era de 19,39% em 1993 e havia caído para 13,96% em 2001, acentua sua tendência de queda e atinge 8,35% em 2008 (WORLD BANK, 2020).

PINTO, 2011; JABBOUR, 2012; SAICH, 2015).[416] Esse acúmulo tornou a RPC, ao menos até junho de 2018, a maior detentora de títulos do Tesouro dos EUA com US$ 1,18 trilhão (5,6% do total), superando o Japão com US$ 1,03 tri ou 4,9% (MARKETWATCH, 2018); sendo a maior financiadora do déficit estadunidense e endossando, ainda que visando seus próprios interesses, o padrão de acumulação daquele país (MEDEIROS, 2010; HUNG, 2011; PINTO, 2011).

O último ponto que destaco aqui sobre os indicadores e o gráfico acima é que mostram como os anos 2000 refletiram, enfim, na "colheita dos frutos" das medidas tomadas com relação à economia política desde o início das reformas, com a integração da China no mercado global potencializando os ganhos de sua inserção exportadora neomercantilista, ainda amparada pelo câmbio desvalorizado e outras engenharias institucionais erguidas pelo PCCh e pelo Estado.

Embora não seja um elemento diretamente constitutivo da estratégia industrial, outra mudança importante feita quase que de imediato pelo governo Hu se deu no sistema financeiro. Foi a criação do Comitê Regulador Bancário da China (*China Banking Regulatory Committee* ou CBRC) que seria um novo órgão auxiliar do PBoC na supervisão das atividades bancárias, com este último passando a focar mais na condução da política monetária em si. **O objetivo, com tal comitê, seria fortalecer o aparato regulatório do Estado com relação às finanças nacionais** (BRESLIN, 2014).

É interessante destacar aqui em nenhum momento houve maior insulamento ou "autonomia" delegada a tais instituições com relação ao governo, vide que o CBRC também responderia unilateralmente às diretrizes do CE. Isto fez com que o setor financeiro permanecesse sob o controle direto das autoridades do PCCh; e o crédito, majoritariamente fornecido por instituições públicas domésticas com pouca participação estrangeira. Com relação aos "*Big Four*", Breslin diz que, em 2003, a CBRC estabeleceu aos mesmos um limite máximo de 25% de propriedade estrangeira e de 20% de ativos concentrados em mãos de um único investidor (BRESLIN, 2014: p.1000).

Visto estes pontos preliminares da presente seção, o governo Hu/Wen teve como um de seus marcos iniciais a criação, já em março de 2003, da **Comissão Nacional de**

[416] As reservas internacionais chinesas declinaram nos últimos anos, o que comentarei na próxima e última seção do capítulo.

Desenvolvimento e Reforma ("***National Development and Reform Commission***" ou **NDRC**) em substituição à SDPC. A NDRC, também insulada ao lado da SASAC sob controle direto do CE, única instância governamental à qual é responsiva, herdou todas as funções de planificação e elaboração de programas de desenvolvimento industrial antes detidos pela comissão prévia, só que agora também passava a acumular atribuições sobre outras esferas tais como: energia, produção de grãos, e até mesmo planejamento familiar (HEIMANN e SHIH, 2013; SAICH, 2015).[417]

Após sua criação, dentro em breve o novo governo também adotaria uma miríade de programas objetivando inserir a China no próximo estágio de seu *catching-up*, agora em um ritmo mais intenso de adensamento tecnológico. **Destarte, ao longo de tal novo governo seriam lançados dois grandes e interligados programas constitutivos dos pilares da estratégia industrial para a primeira década do Século XXI, seguidos por outros programas setoriais menores**.[418] O *primeiro* de tais grandes pilares, lançado quase de modo concomitante ao **11º PQ** (2006-2010), foi uma agenda transformativa corporificando treze (13) megaprojetos lançados oficialmente no biênio 2005-2006, com o título de "**Programa de Médio e Longo Prazo de Ciência & Tecnologia**" ("***Medium and Long-term Projects***"; ou, resumindo daqui em diante, **MLP**) e previsto para realização plena até 2020.[419] Já o *segundo*, se dando em 2010 como resposta aos efeitos adversos da crise financeira global (CFG), foi o "**Programa de fomento às Indústrias Estratégicas Emergentes**" ("***Strategic Emerging Industries***") ou **SEI** (CAO *et al*., 2006; CHEN e NAUGHTON, 2013; JAGUARIBE, 2016a).

Em tal novo ímpeto industrialista, Hu Jintao e Wen Jiabao contaram também com a coalizão de quadros e tecnocratas desenvolvimentistas que haviam chegado a posições

---

[417] As atribuições pertinentes à NDRC podem ser consultadas em: https://en.ndrc.gov.cn/mfndrc_8237/200812/t20081217_1193980.html.

[418] Entre 2004 e 2011, o governo Hu/Wen lançou um total de 15 programas de política industrial, dos quais 6 eram de caráter intersetorial e 9 eram setoriais (HEILMANN e SHIH, 2013: p.13).

[419] As ênfases desses treze (13) megaprogramas eram: 1) Criação de dispositivos eletrônicos, chips genéricos de última geração e softwares básicos; 2) Tecnologia de fabricação de circuitos integrados em escala supergrande; 3) Nova geração de banda larga sem fio e comunicação móvel; 4) Manufatura de equipamentos de última geração; 5) Desenvolvimento de grandes campos de petróleo, gás e gás metano no leito de carvão; 6) Construção de reatores avançados de água pressurizada; 7) Criação de reatores nucleares de alta temperatura refrigerada; 8) Desenvolvimento de sistema de controle e tratamento da contaminação da água; 9) Novas variedades geneticamente modificadas; 10) Novos fármacos; 11) Engenharia de grandes aeronaves; 12) Desenvolvimento de um sistema de observação da Terra em alta resolução (telescópio); e, por fim, 13) Vôos tripulados objetivando exploração lunar e espacial (MLP *apud* Jaguaribe, 2016a: p.381).

estratégicas nos órgãos de planejamento (SPC／SETC) ainda sob Jiang Zemin e Zhu Rongyi (HEILMANN e SHIH, 2013). Gozando de prestígio após a exitosa reformulação e corporatização das estatais nacionais, esses formuladores ganharam ainda mais poder decisório e foram alçados a posições-chave na NDRC (Liu He, Yang Weimin, Zhu Zhixin e Liu Tenan) e no Conselho de Estado (Ma Kai, You Quan e Jiang Xiaojuan). Liu He e Yang Weimin, principalmente, atuavam também como "lobistas" junto à classe política do PCCh.[420] **A maior coerência e coesão da elite decisória em torno da centralidade da estratégia industrial, inspirada na experiência retardatária japonesa de *catching-up*, permanecia incólume**.

Os megaprojetos do primeiro programa aludido se inserem, em parte, no contexto político mais amplo envolvendo a ascensão de Hu à liderança da China. O mesmo integrava um grupo interno do PCCh distinto dos predecessores; e, embora detivesse a posição mais alta na hierarquia do governo, não gozava de apoio majoritário e inconteste entre os militares tampouco no Comitê Permanente do Politburo, onde os aliados de Jiang Zemin perfaziam 6 dos 9 membros (FEWSMITH, 2003). Por conseguinte, buscou junto com Wen, nesse cenário, imprimir sua marca distintiva e novas ênfases sobre as políticas e medidas tomadas por Jiang e Zhu, é claro com bastante gradualismo e sem repudiá-las; incluindo novas orientações para a economia política da China sobre as quais já comento (CHEN e NAUGHTON, 2013). **A continuidade (e elevação) da equipe econômica, comentada no parágrafo pregresso, pode ser inserida também no bojo de tal linha cautelosa e de busca pela conciliação／concertação política**.

Esta marca, denotando em parte uma continuidade ou dependência de trajetória institucional, foi materializada com o documento intitulado "**Perspectiva Científica do Desenvolvimento**" (***Scientific Outlook on Development*** ou ***Kēxué Fāzhǎn Guān* – 科学发展观**), sumarizando o discurso e as ideias expressadas por Hu no 3ª Pleno do 16º Congresso do PCCh em outubro de 2003.[421] Este documento, focando isoladamente nas implicações sobre a estratégia industrialista, trouxe forte ênfase sobre o imperativo de criar um ambiente fértil à **inovação endógena nacional** com políticas de incentivo à transferência e

[420] Ma Jiantang, por sua vez, foi promovido a diretor do Escritório Nacional de Estatísticas (National Bureau of Statistics) em 2008 (HEILMANN e SHIH, 2013).
[421] O discurso de Hu Jintao pode ser conferido na íntegra em: http://en.people.cn/102774/8024779.html.

adensamento de tecnologias nas cadeias produtivas (CHEN e NAUGHTON, 2013; LO e WU, 2014).

Ao mesmo tempo, contudo, a "Perspectiva Científica do Desenvolvimento" de Hu guardou importância bem maior do que "apenas" orientar os esforços de líderes e *policymakers* na direção do upgrade tecnológico. Antes disto, o documento corporificou sua própria visão sobre os obstáculos e desafios enfrentados em sua respectiva quadra histórica, com base na observação empírica das atuais condições sociais e materiais do povo chinês. Nesse sentido, tal Perspectiva de fato rompe paradigmas ao abordar a questão do desenvolvimento por uma ótica mais *horizontal*, buscando uma melhoria socioeconômica mais abrangente, equilibrada e sustentável; considerando tanto as agudas discrepâncias regionais internas da China quanto a própria relação entre homem e natureza (FAN, 2006; ZHANG, 2012). Embora eu não deseje aqui estabelecer qualquer vínculo causal direto, não deixa de ser interessante que, enquanto Jiang, Zhu Rongyi ou Li Peng passaram boa parte de suas carreiras na megalópole de Shanghai ou na capital Beijing, tanto Hu Jintao como Wen Jiabao detinham uma carreira centrada em províncias pobres do interior, o primeiro em Guizhou e o segundo em Gansu.

Todas as novas agendas trazidas pela formulação da Perspectiva Científica do Desenvolvimento foram subsequentemente convertidas em prioridades de Estado no 11º PQ, ratificado pelo 4º Pleno do 10º CNP em 14 de março de 2006 (FAN, 2006).[422] Hu visava por meio dele, portanto, tal como assinalaria no 6º Pleno do 16º Comitê Central do Partido Comunista em 2006, a construção de uma "***Sociedade Socialista Harmoniosa***" ("***Shèhuì Zhuyì héxié shèhuì***" – 社会主义和谐社会).

É válido notar que tal noção, embora proferida e materializada como campanha de Estado a partir do momento assinalado, já vinha sendo costurada desde pouco antes pelas lideranças chinesas. Como Fan (2006: p.709) relata, quando a proposta inicial do plano foi levada para debate interno no PCCh em outubro de 2005, Wen Jiabao atentou aos formuladores sobre a importância de conferir destaque às pautas da educação, seguridade social, redução da pobreza, saúde e proteção ambiental de modo que a meta da "sociedade harmoniosa" fosse atingida.

---

[422] O **11º PQ (2006-2010)** pode ser consultado integralmente, na versão em inglês, por meio do link: https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/11th%20Five-Year%20Plan%20%282006-2010%29%20for%20National%20Economic%20and%20Social%20Development%20%28EN%29.pdf.

Outro elemento interessante é que, assim como Hu e Wen buscaram imprimir marcas mais socialmente inclusivas em suas perspectivas de desenvolvimento, sem é claro abdicar do fortalecimento regulatório e fomentador do aparato estatal, também adotaram uma abordagem mais *consultiva* – incorporando diferentes visões – e *aberta* com relação aos *policymakers* vis-à-vis os antecessores, buscando uma *governabilidade mais democrática* (JAGUARIBE, 2016a).[423] Isto é atestado pelo fato de, desde que o plano começou a ser rascunhado ainda em 2003, a NDRC e o próprio PCCh terem buscado opiniões tanto de membros da sociedade civil quanto de analistas internacionais, inclusive do próprio Banco Mundial, de orientação liberal; indo na direção, ao menos em tal momento, de um modelo ligeiramente mais flexível de governança (FAN, 2006). Na chave interpretativa de Jaguaribe (2016a: p.365): "Na busca de novas capacidades e modalidades de governança para uma sociedade cada vez mais complexa, Estado e partido se transformam". **Ou, olhando por outro ângulo, tanto Estado quanto o PCCh ressignificavam e aprofundavam sua autonomia inserida**.

Esta visão ecoa de certo modo a de Hu Angang (2013: p.7), importante ideólogo do PCCh; para quem tal esforço consultivo de Hu (Jintao) e Wen não deve ser visto numa chave centrada nas predileções pessoais desses líderes políticos ou como particularidade de seus mandatos, mas como característica imanente do Partido Comunista e do Estado chinês desde a introdução das reformas. Ao longo das últimas décadas, o sistema político nacional tem tido sempre as capacidades e destrezas transformativas necessárias para se adaptar às distintas situações materiais e fases do desenvolvimento, dando respostas aos desafios geracionais que se colocam.

No sistema político chinês, cujas instituições tiveram breve sinopse na **Seção 4.2**, a principal característica seria a "*presidência coletiva*"; onde o poder decisório deriva não das vontades pessoais do Presidente ou Primeiro-Ministro, mas sim do Comitê Central do PCCh em interlocução com as demandas do CNP. Assim, a abertura da formulação dos planos e políticas a novos atores nada mais seria que a ampliação de um dos mecanismos de tal

[423] Nesse sentido, cabe destacar que alguns esforços de ampliação de tal governabilidade e busca por consensos "mais amplos" também estiveram presentes no governo Jiang Zemin. Talvez a iniciativa mais paradigmática, por tal via, tenha sido a abertura do PCCh a outras representações políticas e particularmente à do empresariado em 1 de julho de 2001. Em tal ocasião, Jiang pessoalmente reconheceu o imperativo do partido abraçar outros estratos e elementos sociais que vinham contribuindo para "o desenvolvimento das forças produtivas...e na construção do socialismo com características chinesas (DICKSON, 2011: p.77: tradução própria).

presidência, o qual chama de "*aprendizado coletivo*" e que estaria ganhando corpo pelo menos desde os anos 1990 (HU, 2013: p.14). Seria praticamente um imperativo, em vista da complexa sociedade e da economia política que a RPC se tornou, para uma construção mais inclusiva, efetiva e duradoura de medidas públicas, além de uma abordagem inovadora à formulação de resoluções e obtenção de consensos mais legítimos (HU, 2013). Numa ótima síntese dessa lógica política narrada por Hu, a professora Ana Célia Castro diz que:

> "O que se quer enfatizar é a maior coordenação que resulta, em princípio, de um sistema no qual a governança do conhecimento e a coordenação estratégica são faces da mesma moeda, e por isso parecem mais efetivas. A construção dos consensos, ou dos consensos estruturados, depende desta interação entre os exercícios de prospectiva e as escolhas estratégicas." (2016: p.149).

O objetivo do 11º PQ, tendo, portanto, tal lógica política elucidada como pano de fundo, era corrigir as assimetrias e as contradições inexoráveis do processo de desenvolvimento que tinha curso na China havia décadas, com a busca por justiça social e por bem estar para além "puramente" de indicadores brutos de crescimento e eficiência (ZHANG, 2012; LEE, 2014; SAICH, 2015). Desta forma, ao pôr ênfase no combate às desigualdades e melhoria de grupos até então da robusta trajetória de desenvolvimento, tal plano quinquenal pode também ser considerado paradigmático ou divisor de águas; além de mostrar como tanto o princípio da "Perspectiva Científica do Desenvolvimento" quanto o da "sociedade harmoniosa" sendo dois lados da mesma moeda (FAN, 2006).

Na direção das intenções manifestadas pelas lideranças políticas nacionais e seus formuladores, o 11º PQ estabeleceu, para além dos alvos de praxe de crescimento econômico dos setores produtivos, metas para proteção social e educação (MEDEIROS, 2010). Dentre algumas delas, ampliar o seguro-aposentadoria de 30 para 35% da população urbana; e a proporção da população rural coberta por esquemas cooperativos de saúde de 23,5% para 80%; dentre outras (FAN, 2006; LEE, 2014; SAICH, 2015). Além disto, almejava promover um "*desenvolvimento coordenado entre as regiões*" ("***Quyu xietiao fazhan***" – 区域间协调发展), representando de certo modo uma continuidade, via políticas públicas e transferências

fiscais. com relação às diretrizes gerais do plano de desenvolvimento para o Oeste de Jiang Zemin (FAN, 2006).[424]

Geograficamente falando, a trajetória da economia política chinesa apresentou resultados complexos e "mistos" com relação a tais assimetrias. Por um lado, a média de crescimento das províncias a Oeste inegavelmente se elevou no interregno 1998-2008 vis-à-vis 1978-1998 (JABBOUR, 2012: p.355). Por outro, mesmo essa melhoria das condições socioeconômicas no interior foi incapaz de arrefecer essa assimetria interprovincial, em função dentre outras coisas do desnível de crescimento (ou *gap* de produtividade) entre tal parte do país e o "enclave" costeiro exportador, turbinado em tal década (NAUGHTON, 2007; NOGUEIRA, 2011).[425] Nesse sentido, ao longo dos anos 2000 a desigualdade de renda na China sobe ligeiramente, com o Índice de Gini passando de 0.42 para 0.437 entre 2000 e 2010.[426]

Contudo, a despeito da desigualdade crescente, diversos indicadores sociais mostraram melhora substantiva: enquanto, em 2002, 80,6% da população ganhava menos de US$ 5,50 ao dia (em PPC a preços de 2011), em 2013 quando Hu deixou o governo apenas 36,4% do povo chinês obtinha renda inferior a tal cifra (WORLD BANK, 2020). Outra tendência positiva a ser assinalada é o crescimento mais robusto dos salários em tal década, com particular intensidade a partir de 2005 (LEE, 2014). **Tal indicador, inclusive, somado à incidência de escassez de MDO em alguns segmentos da indústria** (principalmente alguns voltados às exportações)**, levou à especulação acerca do fim do "bônus demográfico" e vigência do ponto de viragem Lewisiano no Império do Meio; argumento reforçado, em anos recentes, pelo "outsourcing" de empresas da China para**

---

[424] **Atento ao importante ponto de que, em boa medida, as transferências de recursos inter-regionais da costa para o interior menos desenvolvido promovidas pelo Estado chinês foram facilitadas e possibilitadas pela recentralização fiscal promovida em 1994, voltando a concentrar recursos na esfera central de governo e dotando-o de maior margem de manobra em tal sentido**.

[425] Nogueira (2011: p.122), inclusive, faz a pertinente observação que tal padrão desigual de desenvolvimento engendrou um contraste de realidades gritante que se vê pela disparidade, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): com lugares como Shanghai tendo índices equivalentes ao de Portugal enquanto províncias do interior como Guizhou, Tibet e Yunnan) tendo correlatos equivalentes aos de nações da América Central ou África Norte-Saariana.

[426] Vale lembrar que tal indicador, para um país territorialmente continental e com complexidade colossal como a China, ainda assim é bem inferior ao registrado no Brasil, que era 0.584 em 2001 e 0.529 em 2011 (WORLD BANK, 2020).

nações vizinhas. O debate, contudo, ainda não é conclusivo (PAULA e JABBOUR, 2016).[427]

Mas, voltando enfim a debater o importante MLP, embora este tenha sido lançado oficialmente só em 2006, já era constitutivo da retórica governamental desde o 1º Pleno do novo CE de 22 de março de 2003, quando começou a ser rascunhado com frequentes consultas a diversos e múltiplos setores do governo, do setor privado e demais segmentos da sociedade. Ao menos três grandes grupos foram consultados pelo governo, e frequentemente inspecionados de forma direta pelo Primeiro Ministro Wen Jiabao. O primeiro compreendia os pioneiros na criação do primeiro sistema de pesquisa científica nacional ainda nos anos 1950, responsável por grandes sofisticações tecnológicas nas áreas de energia nuclear e mísseis balísticos. O segundo trazia mais de 1000 cientistas e engenheiros de todo o país que se envolveram diretamente na escrita e avaliação do primeiro rascunho do plano em Beijing. O terceiro, por fim, incluía desde sugestões coletadas de fóruns e conferências internos do partido até de analistas destacados no debate público, dentre eles Justin Yifu Lin e Hu Angang (CAO *et al*., 2006; CHEN e NAUGHTON, 2013).

Formalmente, as diretrizes gerais do plano ficaram a cargo principalmente dos quadros técnicos do **Ministério da Ciência e Tecnologia** (**MoST**), muito embora o curso culminando na sua versão final também tenha englobado outros atores institucionais relevantes: a NDRC e o Ministério das Finanças, a primeira envolvida com a adequação e complementaridade dos projetos com a estratégia industrial; e o segundo buscando adequá-los às condições fiscais e orçamentárias do país (CHEN e NAUGHTON, 2013). **Um elemento interessante do governo Hu Jintao é que, a partir dele, a estratégia industrial veria o MoST cada vez mais como um dos principais protagonistas, liderando uma série de iniciativas de políticas industriais para além da coordenação do sistema nacional de inovação**.

A discussão basilar subjacente ao MLP era de que a fração de valor agregado pela China na sua participação das CGV em eletroeletrônicos (principalmente, mas não apenas) era ainda baixa, sendo necessário mudar tal panorama de forma urgente por meio da ênfase

[427] Ainda conforme Paula e Jabbour, há algumas problemáticas específicas do caso chinês que dificultam a análise da aplicabilidade da tese de Lewis à RPC. São elas: as restrições sobre a migração rural-urbana (em função do sistema de registro Hukou); as mudanças frequentes na jurisdição de condados urbanos e rurais; o estabelecimento de empresas industriais modernas (TVEs) no interior (2016: p.12).

na inovação endógena ou "***Zizhu Chuangxin***" – **自主创新** (CAO *et al*., 2006; JAGUARIBE, 2016a). Outra problemática destacada foi a baixa transmutação do estado da arte vigente da inovação chinesa em tecnologias comercializáveis para a indústria, preocupação esta que deveria ser equacionada pela teia de atores e instituições envolvidos nos diferentes projetos (CAO *et al*., 2006).

Em linhas gerais, o plano previa um aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) de 1,34% em 2005 para 2,5% do PIB em 2020.[428] Objetivava também: reduzir a dependência tecnológica do país para não mais que 30%; intensificar a inserção chinesa em estágios de maior valor agregado das cadeias produtivas e em setores nevrálgicos à 3ª Revolução Industrial (componentes eletrônicos; chips genéricos de ponta; softwares básicos); e, por fim, salvaguardar indústrias pivotais pela capacidade de canalizar dos investimentos (como aeroespacial e construção civil) ou por estarem relacionadas à segurança energética, como a de petróleo e nuclear (CAO *et al*., 2006).

Exatamente por isto, o próprio Estado também foi um grande beneficiário de tal programa na forma de suas SOEs que executavam ou supervisionavam vários desses projetos. Isto não quer dizer, é claro, que a iniciativa privada não tenha sido favorecida: muito pelo contrário, aproveitou-se da comercialização de tecnologias recém descobertas enquanto *spin-offs*, equacionando em parte a problemática salientada ao final do parágrafo acima (CHEN e NAUGHTON, 2013: p.16). A parte final do arcabouço do MLP previa ainda taxação preferencial para empresas estrangeiras dotadas de tecnologias inéditas domesticamente e criação de novas zonas industriais (CAO *et al*., 2006).

Mas, em 2008, a China e o mundo seriam acometidos pela crise financeira global originada no mercado *subprime* estadunidense. E é de forma intimamente imbricada a tal episódio sistêmico que surge a segunda importante iniciativa da estratégia industrialista destacada previamente. Na Introdução desta tese, já tive oportunidade de discorrer sobre o robusto pacote fiscal lançado pelo governo chinês em resposta ao episódio; e, por isso (para além das restrições de tamanho desta seção), agora falarei apenas da iniciativa das SEI propriamente.

---

[428] Em 2018, último ano que se tem registro de tal indicador até o momento em que escrevo esta tese, o gasto chinês com P&D com relação ao PIB foi de 2,18% (WORLD BANK, 2020), mostrando tanto que o objetivo do plano tem prognósticos bastante favoráveis de ser atingido quanto a alta destreza do governo da China em cumprir aquilo que promete.

As **SEI** ("***Strategic Emerging Industries***"/**Indústrias Estratégias Emergentes**) ou, oficialmente, a "***Decisão do Conselho de Estado para a Aceleração do Cultivo e Desenvolvimento da Indústrias Estratégicas Emergentes***", foi lançada em 10 de outubro de 2010.[429] Partilhando das mesmas intenções que o MLP, via na conjuntura crítica da CFG de 2008 como oportunidade para acentuar os esforços por seus megaprojetos ampliando a soberania tecnocientífica nacional e particularmente aplicações comerciais derivadas da sofisticação da indústria (CHEN e NAUGHTON, 2013).

Para além disto, as SEI também tinham outra forte dimensão de continuidade conforme condensavam e institucionalizavam um conjunto de políticas industriais setoriais menores – chamadas "programas de revitalização" – já lançadas entre 14 de janeiro a 25 de fevereiro de 2009. E, por último, a ênfase que colocavam sobre os megaprojetos de ciência e tecnologia eram reflexo de uma prioridade já visível pelos próprios gastos governamentais, cuja alocação para projetos de grande envergadura no bojo do orçamento para ciência e tecnologia saltou de 4,7% em 2008 para 22,4% em 2011 (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS *apud* CHEN e NAUGHTON, 2013: p.17).

As SEI também são outro elemento corroborando como o governo chinês, em sua história recente, sempre aproveitou as crises exógenas (vide o caso da CRA de 1997/1998 o qual já assinalei rapidamente na seção anterior) **enquanto oportunidades aproveitáveis através da reiteração da assertividade estatal**.

Sua aceleração enquanto novo programa-guia da estratégia industrial no cenário pós-crise foi possível tanto pela sobreposição aludida às políticas setoriais menores que já eram rascunhadas, quanto pelo fato de o mesmo ser visto como material basilar à formulação do plano quinquenal (**12º**; 2011-2015) conseguinte. Isso posto, sua fase pós-divulgação, a de especificação de políticas, se deu logo em seguida com o detalhamento dos caminhos específicos e particulares do *catching-up* para os diferentes segmentos estratégicos elencados.[430] Esse detalhamento deteve a mesma abordagem de governança e coordenação

---

[429] O documento pode ser encontrado na íntegra, traduzido para inglês, no link: https://chinaenergyportal.org/wp-content/uploads/2017/01/Development-Strategic-Emerging-Industries.pdf

[430] Os setores manufatureiros focados pelo **12º PQ** foram: *a)* indústria de manufatura de equipamentos; *b)* setor naval; *c)* setor automobilístico; *d)* indústrias de fundição e material de construção; *e)* setor petroquímico; *f)* setor têxtil leve; *g)* setor de empacotamento; *h)* indústria de eletrônicos e tecnologia de informação; e, por fim, *i)* construção civil (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2011: Capítulo 9 – Seção 1). **Vê-se, novamente através de tal plano quinquenal, como a China combina o fomento a indústrias tanto leves quanto pesadas**

estratégica ampla e consultiva (ou consenso estruturado) do MLP e do PQ anterior, com interlocução entre: NDRC; MoST; ministérios; associações industriais setoriais; líderes políticos subnacionais; cientistas e empresários proeminentes; e ainda *think tanks* como (CHEN e NAUGHTON, 2013: p.22; HU, 2013).

Do ponto de vista particular do incremento tecnológico, a "jóia da coroa" do novo PQ – que também dava destaque à mudança no padrão de acumulação do país, algo sobre o qual irei discorrer na próxima seção – era o setor de eletrônicos (particularmente os nichos menores de componentes nucleares, CPUs, softwares básicos e circuitos integrados), o qual deveria:

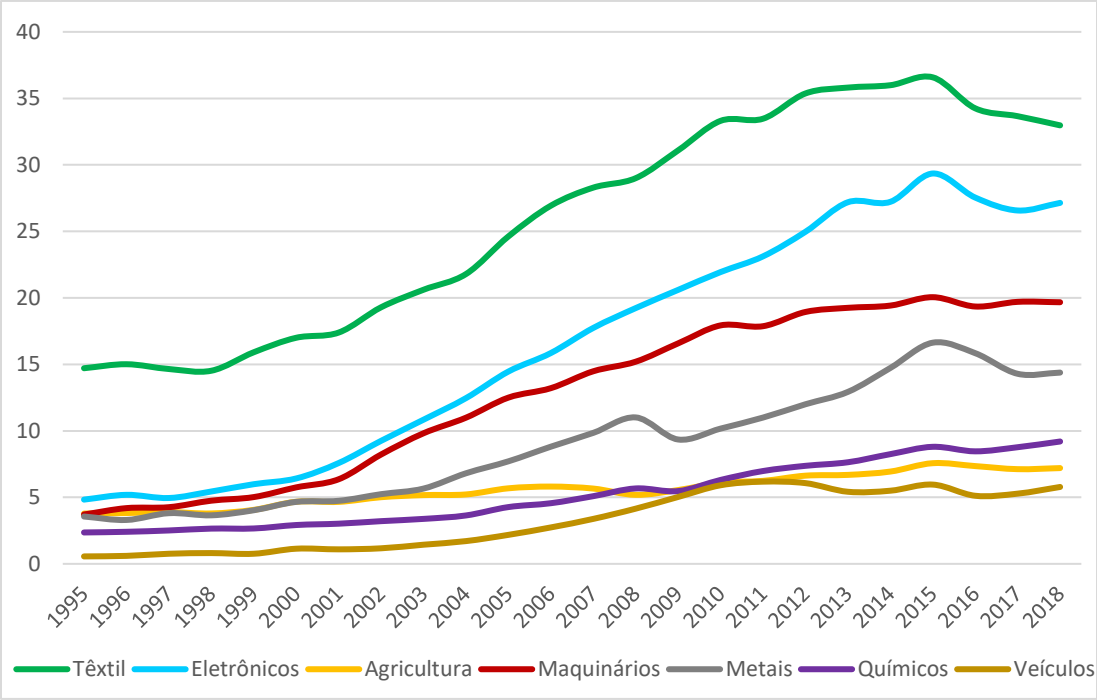
> "[...] melhorar o nível de P&D, aumentar a capacidade de desenvolvimento de produtos eletrônicos básicos de forma independente e ser orientado na direção do escalão superior da cadeia industrial." (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2011: p.6).

Dado todo o delineamento desta **Seção 4.3** realizada até aqui, agora enfim procedo com um balanço de indicadores que dialogam especificamente com a questão do *catching-up*. O gráfico abaixo mostra o inconteste sucesso que a RPC teve em se inserir nas mais diversas cadeias produtivas:

---

intensivas em K, mostrando a concomitância de sua inserção exportadora primária e secundária tal como já aludi algures nesta tese.

Gráfico 14 – Market Share (% do total) da China em diversos setores produtivos



Fonte: GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE, 2020.

O gráfico, retirado (mais uma vez) do Atlas da Complexidade Econômica, permite algumas conclusões, elencadas neste parágrafo e nos próximos antes de passar à última seção. Os anos 1980 foram de experimentalismo e embates políticos na busca pelo melhor desenho institucional possível que potencializasse os ganhos que a dialética mercado-planejamento poderia trazer o país. Os anos 1990, em turno, foram de centralização das capacidades estatais e fiscais, reestruturação industrial e criação de instituições voltadas à busca pelo *catching-up*, com inspiração parcial nas experiências históricas de vizinhos asiáticos. Já os anos 2000, por fim, na esteira da admissão na OMC, foram de colheita de frutos advindos das redefinições institucionais anteriores, políticas setoriais e intersetoriais mais agressivas de inserção nos mercados e aquisição de tecnologias.

Com relação a este último ponto, uma possível questão seria se, pelo fato de a China estar logrando *market share* nos setores aludidos, isto necessariamente significaria que suas empresas também estão se tornando *players* poderosos nos mesmos ou se apenas reprodutoras de um padrão exportador dependente assentado na terceirização para as corporações multinacionais. Com relação a esta pertinente pergunta, acho elucidativo

conferir a lista "*Global 500*" da Revista Fortune (2020), que mapeia as 500 maiores empresas do mundo, mensurando por volume das receitas em dólares estadunidenses. Em 2002, a RPC tinha apenas 10 empresas figurando em tal lista. Já em 2018, ao término do meu recorte temporal para o país, tal número havia se multiplicado para 111 empresas, mais de um quinto das maiores corporações do globo (FORTUNE, 2020).[431] Não só isto, dentre tais corporações na lista, a esmagadora maioria por parte da China é de seus grupos ou empresas estatais (todas as suas campeãs nacionais formadas em 1999 nela se fazem presentes), com altíssima densidade de capital (K⁄Y) e tecnologias (GABRIELE, 2020).

Outro elemento que destaco dos indicadores de *catching-up* presentes no último gráfico é que a China continua a lograr participação econômica não somente em nichos intensivos em capital, mas também em setores leves intensivos em trabalho (têxtil principalmente). **Dessa forma, combinou tanto uma inserção exportadora (**EOI**) primária quanto secundária, diferindo nesse sentido do etapismo observado em Taiwan e na Coreia, em função tanto do esgotamento das vantagens comparativas destes quanto pelo cambiante quadro geopolítico. Esta é uma particularidade chinesa que enriquece sua trajetória de industrialização**.

Até mesmo na agricultura, onde a entrada da OMC acarretou temores no meio rural obre a incapacidade de competir com a produtividade estadunidense ou da União Europeia, o país conseguiu ampliar seu mercado de 5% para 7,2% entre 2002 e 2018, galvanizado pelo trigo, milho e algodão. Outra amostra da imprudência, como diz Elias Jabbour em referência exatamente a tal indicador, de "subestimar o poder de reação de uma superestrutura segundo a qual o desenvolvimento e a estabilidade social são questões de primeira pauta" (2012: p.367).

Mas, finalizando a radiografia de tais dados, o que mais chama atenção é a ascensão da RPC no setor de eletrônicos, que cresceu a dois dígitos ao longo dos anos 2000 (MEDEIROS, 2010; GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE, 2020).[432] Em 2004 a China se tornaria a maior exportadora global de tais bens, tendo um

---

[431] Ao final do governo Hu⁄Wen, em 2013, o número exato era de 73 firmas na lista (FORTUNE, 2020). Em 2020, inclusive, pela primeira vez na história, a China passaria os EUA como detentora do maior número de grandes empresas na lista.

[432] Somente em 2002, o crescimento anual do setor de eletrônicos no *market share* global foi de impressionantes 22,03% (GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE, 2020).

mercado de 12,46% e ultrapassando tanto Japão (10,79%) quanto EUA (10,30%) nesse quesito, e seguida por Alemanha (8,48%), Coreia do Sul (6,24%) e Taiwan com 5,35%. Tal setor, inclusive, no exato de saída de Hu do governo (2013), tomou a dianteira na pauta comercial, gerando um saldo de US$ 572 bilhões contra US$ 513 bi do segundo setor mais proeminente, de maquinários (Ibid.). É óbvio que o país ainda não internalizou vários processos produtivos de tal cadeia e tem um caminho nada fácil a trilhar na contínua busca pela autonomia tecnológica; mas os passos estão sendo dados, com diversas empresas ganhando (como pontuarei de forma estilizada e rápida na próxima seção) terreno e inclusive reacendendo as rusgas geopolíticas com os EUA. Vista essa sinopse do governo Hu/Wen, me dirijo agora à parte final do presente capítulo.

4.5.: Breves Considerações sobre a China de Xi Jinping/Li Keqiang (2013-): Avaliando setenta anos de RPC, quatro décadas de reformas e os desafios pela frente

Esta última seção do **Capítulo 4**, a mais breve de todas, traz apontamentos finais acerca dos desafios futuros aguardando a nova liderança incumbente da China, o presidente Xi Jinping. Em função do próprio caráter bastante recente de seu governo, ainda vigente conforme escrevo esta tese, é complicado postular aportes demasiado deterministas acerca da trajetória futura de desenvolvimento da RPC. Contudo, é possível ao menos uma perspectiva conclusiva: Xi, possivelmente, é o líder do Império do Meio que se defronta com as maiores questões nacionais desde as turbulências políticas da Era Deng em 1992/1993. Dentre essas grandes problemáticas gerais, aponto uma *doméstica* e outras duas *exógenas*. Elas serão esmiuçadas, novamente de forma estilizada, ao longo da narrativa contida nos parágrafos abaixo.

Xi Jinping, filho do revolucionário Xi Zhongxun e, por isto, considerado um dos chamados "príncipes" ("*princelings*") da política nacional chinesa, assumiu oficialmente a presidência do país em 15 de março de 2013, após já ter logrado, em novembro do ano anterior, os importantes postos de Secretário Geral do PCCh e presidente da CMC, tanto do partido quanto do Estado logo depois. No bojo do novo governo, que também tem como Primeiro-Ministro o economista e ex-governador de Henan, Li Keqiang, o *primeiro grande desafio* enfrentado pela geração recente de líderes vem sendo a viabilização de reformas para lidar com as mudanças socioeconômicas estruturais pelas quais passa o regime produtivo, comentadas na seção anterior.

Essas mudanças estruturais confluem na conformação do que ficou conhecido como o "**Novo Normal**" chinês: por várias razões, políticas e econômicas, as engrenagens que permitiram o crescimento industrial acelerado de dois dígitos e seu padrão de acumulação ao longo das três décadas pregressas encontraram esgotamento. Dentre algumas dessas razões, destaco: uma força de trabalho crescentemente envelhecida[433]; a própria proximidade maior da fronteira tecnológica; o gradual fim das vantagens comparativas dos baixos custos, conforme os maiores salários dos trabalhadores chineses ampliam os custos laborais; a estagnação da demanda global na esteira do pós-Crise de 2008; etc (JAGUARIBE, 2015; PROENÇA, 2015a; SAICH, 2015; JABBOUR e PAULA, 2019; PARANÁ e RIBEIRO, 2019; SILVA e MOURA, 2020).[434]

Trata-se, portanto, de uma nova fase de seu desenvolvimento, qualitativamente distinta; e onde se torna, cada vez mais urgente: políticas objetivando reequilibrar e diversificar o tecido produtivo, distribuindo os ganhos econômicos de forma mais equânime, em linha com o apregoado pelo princípio da "Sociedade Harmoniosa" via uma miríade de políticas públicas (PROENÇA, 2015a; SAICH, 2015; PARANÁ e RIBEIRO, 2019). Esta transição, contudo, não é tarefa fácil, conforme a China, de acordo com o próprio reconhecimento de Xi Jinping e Li Keqiang, ainda tem muitas barreiras até transitar definitivamente do patamar de país de renda média para de renda alta.[435] Tal transição encontra lastro, nas palavras de Jaguaribe, num:

> "[...] amplo consenso de que a fase exponencial de crescimento da China acabou, deixou problemas e que não existe uma tentativa de recuperação desta dinâmica. O crescimento acelerado não é mais

[433] Segundo os dados do Banco Mundial, a China já possuía 11% de sua população acima dos 65 anos em 2018, num patamar não muito atrás da Coreia do Sul, com 14,41%. A problemática, contudo, reside no fato de a China ainda ter um PIB per capita equivalente a menos de um terço da sul-coreana (US$ 9.976 x US$ 33.422), gerando receios nas autoridades chinesas de o país ter uma estrutura demográfica demasiadamente envelhecida, implicando numa série de outros desafios e problemáticas, antes de atingir um nível de desenvolvimento e renda elevados (WORLD BANK, 2020).

[434] Segundo Moura (2015) e Silva e Moura (2020), embora a RPC não tenha sido atingida diretamente pela CFG de 2008 em função de seu mercado de capitais fechado e com baixo risco de espraiamento e contágio financeiro, ainda assim a China se viu prejudicada conforme a maioria dos países ricos / desenvolvidos, principais mercados consumidores de suas exportações, se viram desde então em recessões, estagnações e endividamentos agudos na esteira dos esforços fiscais para viabilizar seus respectivos pacotes de resgate. Assim, a queda da demanda global acabou prejudicando as exportações chinesas, que desde então vem caindo de forma acelerada, de quase 40 para 20% do PIB entre 2008 e 2018, conforme se vê no **Gráfico 13** desta mesma tese.

[435] Em 3 de setembro de 2016, por exemplo, Xi deu entrevista à mídia estatal China Daily reconhecendo todas essas dificuldades e problemáticas envolvidos em tal transição de modelo. A entrevista pode ser conferida na íntegra no link: https://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-10/05/content_32869258.htm.

> possível, não trará nenhum benefício e a preocupação de hoje é a qualidade do crescimento". (2015: p.2)

Em linha parecida, Proença também diz que o reequilíbrio da economia política implica em:

> "[...] distribuir melhor a renda; melhorar o bem estar da população, incluindo o fortalecimento de estruturas características de um welfare state; migrar para um padrão de consumo de afluência; equilibrar melhor o tecido urbano com o tecido rural; intensificar a qualificação (educação) da população; inserir-se em atividades de maior valor agregado e apropriado nas cadeias globais de produção e desenvolvimento; migrar para um padrão ecologicamente sustentável de crescimento; intensificar e difundir a prática da inovação no tecido produtivo do país; e participar da governança global promovendo jogos ganha-ganha e soluções pacíficas para tensões e disputas regionais." (2015a: p.3)

No bojo dos esforços de câmbio para tal paradigma, Hu Angang identificou dois vetores particularmente sensíveis e que ajudariam em tal "reequilíbrio" da economia política como um todo*: a)* a transmutação de um padrão de consumo de massas para outro mais customizado, diversificado e segmentado; e b) a mudança no perfil de investimentos, vide arrefecimento do boom da construção civil e advento de indústrias de alta tecnologia com dinâmicas de inovação mais incertas e também distintas qualitativamente (HU *apud* PROENÇA, 2015a: p.4).

Em suma, trata-se de mudar a dinâmica de crescimento para uma natureza mais centrada na demanda doméstica, na inovação e no setor de serviços (LEE, 2014; JAGUARIBE, 2015). O **13º PQ**, formulado em 2015 e ratificado em março do ano seguinte com as diretrizes a serem perseguidas pelas autoridades e líderes políticos no intervalo 2016-2020, parece mostrar que os *policymakers* nacionais estão cientes de todas essas questões. Afinal, dá destaque ainda mais explícito ao imperativo de inserção nos estágios de médio e valor agregado das CGV; além de preconizar contínuos esforços de integração, capitaneados pelo governo central, das instituições e agências voltadas à ciência e tecnologia, *com o MoST sendo alçado em definitivo ao posto de maior protagonista da luta política para viabilizar tais transformações via criação de centros de inovação* (JAGUARIBE, 2015; PROENÇA, 2015b: p.8).

Mostra, também, uma orientação mais complexa, difusa e menos pecuniária do desenvolvimentismo chinês, com novas interfaces entre instituições do Estado e do mercado na busca pelo *catching-up*. Isto fica claro com o novo programa industrialista sustentáculo do plano: o "**Made in China 2025**", orientado a esforços específicos de inovação nos setores de manufatura de alta precisão, robótica e economia digital, já com vistas também aos paradigmas tecnológicos vindouros da 4ª e 5ª Revoluções Industriais (JAGUARIBE, 2015). É um plano que, em linhas gerais, busca fomenta a inovação em indústrias e mercados globais de complexidade cada vez mais elevada; empregando, em tal esforço, não só velhos instrumentos como crédito público e subsídios, mas também novos desenhos organizacionais para ampliar os *spillovers*, articulação e encadeamentos setoriais, e governança do conhecimento em seu sistema nacional de inovação (Ibid.). **É a evolução da economia política instigando a mudança institucional e adaptação das capacidades estatais, uma constante na história da RPC**.

O *segundo* e último grande desafio aqui denotado, de ordem *exógena*, é a geopolítica mais hostil enfrentada pela China nos anos recentes; no caso, em função da nova linha de atuação econômica e diplomática dos EUA. Num qualificado artigo publicado uma década atrás, o professor Carlos Medeiros havia dito que: "Naturalmente, serão introduzidas novas tensões no comércio com os EUA à medida que o progresso técnico da China nos produtos de tecnologia da informação se acelerar" (2010: p.20). Dito e feito, tal hostilidade se deflagraria a partir do novo governo estadunidense de Donald Trump, eleito em 2016 assentado num discurso fortemente protecionista legitimado internamente pelos eleitores do chamado *Rust Belt* ou "*Cinturão da Ferrugem*", outrora pujante pólo manufatureiro do país e que amargou, ao longo das últimas décadas, desindustrialização e perda considerável de empregos na esteira da globalização e fragmentação produtiva (McQUARRIE, 2017; SCOTT, 2017).

Essa hostilidade geopolítica se manifesta tanto de forma direta quanto indireta. Diretamente, aponto o neoprotecionismo tarifário praticado pela gestão Trump, encarecendo as importações da China via tributos (de até 25%) e cotas de importação. Mais do que "apenas" prejudicar a RPC, mesmo porque muitos tributos são erigidos pelos EUA também contra a Coreia do Sul, Taiwan, Japão e União Europeia; o governo Trump almeja de forma geral reviver o dinamismo do parque manufatureiro estadunidense, setor este cuja

contribuição para o valor agregado do PIB norte-americano chegou na mínima histórica (11,19%) pré-fordismo em 2016, ano de sua eleição (BOWN e KOLB, 2020; WORLD BANK, 2020). Dentre os bens chineses atingidos, elencam-se: painéis solares (onde, através da empresa **Jinko**, a China vem se destacando nas exportações de módulos fotovoltaicos); máquinas de lavar; alumínio; aço; etc. O governo chinês, por sua vez, não deixou barato e tem também aumentado tarifas para as importações norte-americanas em segmentos análogos, embora sempre com maior cautela e em tom de barganha para arrefecer as animosidades comerciais (BOWN e KOLB, 2020).

Já de forma indireta, e ironicamente com maior impacto potencial sobre as pretensões hegemônicas chinesas, aponto as tentativas do governo estadunidense – via múltiplos mecanismos – de cercear ao máximo o acesso do país aos semicondutores. Estes, como dito diversas vezes nesta Tese, são estratégicos enquanto principais insumos *downstream* nos segmentos de eletrônicos e cadeias produtivas como de dispositivos móveis e transmissão de dados, sendo escassos e simbolizando uma curva longa de aprendizado tecnológico relacionada aos paradigmas da 3ª Revolução Industrial (JÜRGENSEN e MELLO, 2020). O exemplo mais icônico desse cerceamento é visto através das contínuas investidas dos norte-americanos contra a campeã nacional chinesa Huawei, elencada como estratégica após a política dos campeões nacionais de 1999 tratada na Seção 4.3.

No momento presente, a China assume cada vez mais protagonismo em setores de alta densidade tecnológica, dentre eles o de semicondutores, eletrônicos e telecomunicação 5G, principalmente através das firmas **Huawei** e **Zhong Xing Telecommunication** – **ZTE**, eficientes e com preços competitivos viabilizados pelas economias de escala chinesas (JÜRGENSEN e MELLO, 2020).[436] Em resposta a tal ascensão, os EUA mobilizaram para a disputa hegemônica sua Lei de Segurança Nacional de modo a refrearem uma série de acordos domésticos com a Huawei no que tange ao 5G; e, com base numa questionável acusação de espionagem tendo como pano de fundo tais tensões geopolíticas, o governo canadense prendeu em dezembro de 2018 Meng Wanzhou, filha do fundador da cia e ex-tecnólogo do ELP, Ren Zhengfei (INFOMONEY, 2019).

[436] Segundo Jürgensen e Mello, a Huawei sozinha já detém 38% do mercado de infraestrutura de tecnologia de dados (2020: p.430).

Retornando aos semicondutores, até mesmo a economia taiwanesa acabou se vendo imbricada no meio desta disputa geopolítica: isto em função do governo dos EUA – novamente sob a retórica de segurança nacional – empreender esforços e influência para inviabilizar os negócios vigentes entre Huawei e TSMC, que fornece para esta primeira os semicondutores necessários às suas atividades industriais (GALA e MOREIRA, 2020a; JÜRGENSEN e MELLO, 2020). Pelo fato da TSMC, detentora do maior *market share* de fundição de semicondutores com 54% (mais que o triplo da segunda colocada, a Samsung com 15,9%) ter nos EUA seu maior número de clientes (respondendo isoladamente por 61% de seu mercado), a multinacional taiwanesa se vê numa situação delicada e prejudicada pelos embates entre as duas superpotências do Século XXI (JÜRGENSEN e MELLO, 2020).

Ao mesmo tempo, a China não tem sido passiva diante de tal recrudescimento estadunidense perante sua ascensão. Muito antes da quadra geopoliticamente delicada que lhe acometeu, o governo da RPC, em seus esforços de *catching-up*, já havia estimulado a criação da **Semiconductor Manufacturing International Corporation** (**SMIC**). Trata-se de uma estatal fundidora de semicondutores, estabelecida ainda em 2000 para fabricação de circuitos integrados em joint venture com a própria Huawei, mas também com a Qualcomm e Texas Instruments, que são suas clientes concomitantemente. Fomentada também com robustos programas de compras públicas do próprio governo chinês, a trajetória futura da SMIC, que vem ascendendo rapidamente, pode ser decisiva para a definição dos rumos na disputa hegemônica entre o Império do Meio e os EUA no que tange à dianteira tecnológica (GALA, e MOREIRA, 2020b; JÜRGENSEN e MELLO, 2020).[437] Em suma:

> "O que irá se desenrolar sobre a atual situação geopolítica em se tratando do mercado de dados e telecomunicação e sua expressiva atuação mediante a segurança de estados nacionais, não podemos prever como também não é possível prever se a China irá suceder também no mercado de semicondutores. O que se pode constatar é o fato de hoje a China ter tido sucesso em desenvolver empresas campeãs nacionais em mercados altamente complexos e prosseguir arriscando e desenvolvendo tecnologias capazes de rivalizar com empresa ocidentais. Esses marcos só foram alcançados por conta da atuação ativa do Estado como financiador, mitigador de risco e empreendedor". (JÜRGENSEN e MELLO, 2020: p.446)

[437] Atualmente, denotando um emparelhamento tecnológico incrível, a SMIC já é a quinta maior empresa global de fundição de semicondutores, com 4,8% do mercado em 2018; atrás apenas da taiwanesa UMC (7,3%), da estadunidense Global Foundires (7,4%), da sul-coreana Samsung (18,8%) e por fim da própria TSMC com 51,5% (TECHBLOG, 2020).

Frente a tais colossais desafios, indubitavelmente alguns dos maiores defrontados pela RPC desde a deflagração da nacionalização das reformas institucionais em 1978, o governo chinês não tem sido um ator passivo. Como Jabbour e Paula (2019: p.134-5) discorrem, Xi Jinping tem procedido com uma recentralização ampla do poder estatal; com maiores dispositivos de controle sobre os fluxos de renda e inclusive, em algumas ocasiões, "enfrentamento" aberto a expoentes do empresariado pró-liberação financeira ou em choque de colisão com o PCCh, o que coincidentemente ou não vem sendo acompanhado pelo reforço da retórica marxista-leninista e protagonismo externo.[438] Em síntese, numa sumarização deste capítulo antes de passar as conclusões, é inconteste que formação econômico-social chinesa se vê numa quadra histórica mais incerta e estável; demandando, consequentemente, novos arranjos institucionais responsivos às problemáticas que se colocam (JABBOUR e PAULA, 2019).

Se o governo recém-incumbente será exitoso em promover tais arranjos, é ainda cedo para dizer.[439] **O que é possível afirmar, contudo, é que, nestes últimos 40 anos de catching-up, não houve desafio político, prático ou geopolítico que o PCCh e o Estado chinês fossem capazes de equacionar**.

---

[438] Embora seja bem recente e não se encontre circunscrito no recorte temporal aqui proposto para a RPC, que termina em 2018, um episódio ilustrativo disto é a recente rusga entre o governo chinês e o empresário Jack Ma, fundador e executivo-mor do **Grupo Alibaba**, grande multinacional varejista de *e-commerce* do país. Após já ter defendido uma ampliação da jornada de trabalho na China em 2019, pauta esta que foi veementemente refutada pelo jornal estatal People's Daily pouco tempo depois, em 24 de outubro de 2020 Ma fez pesadas críticas ao sistema regulatório nacional, que segundo ele sufocava a inovação. Duas semanas depois, em 3 de novembro, o governo chinês retaliava e ordenava o cancelamento da abertura de capital do grupo (Oferta Pública Inicial ou "*Initial Public Offering*" – IPO) na bolsa de valores de Hong Kong (INFOMONEY, 2020; VALOR ECONÔMICO, 2020).

[439] Em alguns sentidos, os indicadores parem mostrar que a China vem sendo, aos poucos, exitosa pelo menos em mudar as engrenagens do crescimento: novamente segundo os dados do Banco Mundial, desde 2010 a contribuição do consumo das famílias para o PIB subiu de 34,32% para 38,52% (WORLD BANK, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SIMILITUDES E PARTICULARIDADES DE TRÊS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE DESENVOLVIMENTO E OS LIMITES DA LITERATURA

Nesta parte final da tese, dirijo-me ao cumprimento dos **objetivos** estipulados para este estudo: em primeiro lugar, analisar o entrelaçamento entre as esferas da política (*politics*), das ***políticas*** (*policies*) voltadas à esfera produtiva, e por fim da geopolítica, mesclando os percursos de Taiwan, Coreia do Sul e China às próprias transformações exógenas e sistêmicas no capitalismo global ou elementos disruptivos alheios às vontades dos líderes e *policymakers*; e, em segundo, apontar semelhanças e diferenças entre as experiências, jogando luzes sobre suas eventuais particularidades políticas, econômicas e institucionais.

Também averiguo as **duas hipóteses** elucubradas ainda na Introdução: a de que a China teria replicado com sucesso, auxiliada por seu sistema político e pelos mecanismos de planificação regidos por um Estado hegemonizado pelo PCCh, os quatro predicados constituintes do tipo ideal johnsoniano do EDLA; e que pode ser estabelecida uma "*clusterização*" dos países aqui esmiuçados, com um primeiro subgrupo compreendendo Coreia do Sul e Japão enquanto portadores da mesma estratégia de desenvolvimento retardatária, centrada em grandes conglomerados privados enquanto atores vanguardistas na coalizão política junto ao governo; e outro englobando Taiwan e China, os quais, por distintas razões, promoveram um receituário institucional onde o Estado manteve as rédeas dos altos escalões da atividade produtiva. Ambas as hipóteses serão confirmadas ou refutadas ao final da segunda seção.

Tendo em vista a estruturação aqui realizada, na qual o **Capítulo 1** foi dedicado ao detalhamento das variantes arroladas da literatura desenvolvimentista e os **Capítulos 2, 3** e **4** trouxeram, na medida do facultado pelo escopo, as reconstituições das trajetórias de cada país isoladamente, explico a seguir o delineamento destas considerações finais. A *próxima* seção destaca, de forma sintética, as principais nuances dos países nas três esferas analíticas aludidas. Serão pontuadas e explicadas, de igual modo, as semelhanças e diferenças entre as realidades taiwanesa, sul-coreana e chinesa. Já na seção 5.2 desta Conclusão, assinalo êxitos e limitações dos corpos teóricos designados, mostrando até onde explicam e até onde não explicam tais economias políticas. Munido de tal conhecimento, fecho esta tese com a

terceira e *última* seção, 5.3, comentando meu aprendizado e encaminhamentos futuros pretendidos para a agenda de pesquisa aqui apresentada.

5.1. *Politics, Policies* e Geopolítica em Taiwan, Coreia do Sul e China: pontos comuns e pontos destoantes

Nos três capítulos anteriores, me arvorei em sumarizar mais de quatro décadas de *catching-up* e emparelhamento tecnológico nos casos selecionados. Para tal, reconstituí as trajetórias históricas desses países num recorte temporal capaz de captar, de forma mais ou menos fiel, suas transições de estruturas produtivas agrárias para nações industriais modernas já inseridas – ainda que via distintas formas e segmentos particulares – no paradigma da Terceira Revolução Industrial. A reconstituição centrou as coalizões e atores político-societais relevantes nas instituições relacionadas ao processo decisório; nas medidas implementadas impactando a configuração da economia política; e, por fim, o entrelaçamento entre as esferas exógena e endógena, mostrando sua confluência na produção de conjunturas críticas geradoras de janelas de oportunidades para determinadas trajetórias institucionais ("*path dependencies*") ou reformatando os caminhos vigentes.

Tendo em vista o fato de a Ásia ter sido o ponto mais nevrálgico de tensões geopolíticas durante a Guerra Fria, a inclusão da dimensão exógena não somente não é trivial como me pareceu, desde o princípio, imperativa. Isso se aplica tanto com relação a episódios e elementos maiores – como os Tratados de Ajuda Mútua; a Guerra do Vietnã e suas consequências econômicas para as empresas taiwanesas e sul-coreanas; ou o programa de ajuda financeira americana – quanto menores, porém igualmente significativos – como o atentado norte-coreano em Myanmar em 1983, que culminou na morte de parte da equipe econômica do presidente Chun Doo-hwan freando sua agenda ortodoxa em voga.

Politicamente, os percursos históricos dos três países assinalados foram permeados por episódios críticos e muitas instabilidades, determinantes na conformação de seus regimes. A seguir, destaco essas rotas de forma breve e estilizada. Começando com *Taiwan*, que era até antes de 1949 província da República da China recém-liberta das forças de ocupação japonesas, Chiang Kai-shek desembarcou na ilha acompanhado de um contingente populacional gigantesco que alterou completamente seu quadro demográfico, engendrando uma realidade social inédita. Replicou, logo em seguida, o mesmo sistema político e instituições governativas já presentes na China republicana fundadas por Sun Yat Sen e

hegemonizadas pelo Kuomintang, partido de estruturação leninista que soube conduzir um conjunto de políticas de desenvolvimento industrial sem organização de atores políticos e sociais opositores de grande significância por bastante tempo (CHENG, 1990; SPENCE, 1995; PERKINS, 2013).

Diversos fatores viabilizaram a longeva hegemonia. O *primeiro* e mais relevante correspondeu à Lei Marcial promulgada em 1950, proibitiva para qualquer contestação ou organização política formal opositora ao KMT enquanto a China não fosse reconquistada. Dava, assim, de forma legal e conveniente, um prazo indeterminado à governança de Chiang Kai-Shek, além de chancelar o aparato militar partidário-estatal (regido pelo filho do presidente) para reprimir quaisquer iniciativas em tal sentido. O *segundo* fator foi a ausência de elites políticas prévias, em vista do próprio histórico de ocupação japonesa, não alterando substantivamente um quadro que era em essência rural com poucas grandes propriedades. O *terceiro* fator foi a reforma agrária conduzida por Chiang entre 1949 e 1953, eliminando a pequena nobreza latifundiária existente; destruindo-a enquanto classe política e permitindo ao partido único locupletar o vácuo de poder. Em *quarto*, assinalo a cooptação de lideranças civis locais pelo KMT graças à própria dinâmica do sistema político, onde somente candidatos vinculados ao Partido Nacionalista detinham fundos, estrutura e capilaridade para serem eleitoralmente competitivos e assim ascenderem às instituições político-administrativas, em especial as subnacionais. O *quinto* e *último* fator foi a própria estratégia de desenvolvimento industrial, que enfatizou mais as SOEs (em termos de predileção no financiamento) e não permitiu, por muito tempo, a consolidação de um grande empresariado doméstico privado tal como se deu na Coreia do Sul.

Quanto a este elemento final destacado, correspondente à estratégia nacional de desenvolvimento, parte da literatura credita seu desenho mais "estatista" (vis-à-vis o sul-coreano) à forte influência dos Três Princípios do Povo de Sun como ideologia dominante mobilizando os quadros do KMT e servindo de principal pilar retórico aos líderes mais proeminentes como Chiang Kai-Shek, Chiang Ching-kuo e Chen Cheng (GOLD, 1986; WANG, 1993; MENGIN, 2015).

Não me arvorando a discordar de tal aporte, creio que a ideologia do Sunismo foi apenas um dos elementos explicativos do conjunto de políticas e prioridades adotadas. Isto se evidencia, por exemplo, pelo próprio não-enfrentamento da questão agrária na China

continental, o que custou o apoio ao regime republicano de Chiang e sua derrota subsequente para os comunistas. Por tal via, assinalo *três fatores* que penso também terem sido determinantes: *a)* o aprendizado com a derrota e a reforma agrária do PCCh como fonte de legitimidade e popularidade, sendo mais crível em Taiwan pela ausência de laços políticos com os grandes proprietários nativos (DICKSON, 1993; MYERS e LIN, 2007); *b)* a própria lógica de tensão externa e receio de invasão por parte dos chineses, levando o KMT a adotar uma "economia de guerra" (MENGIN, 2015) com forte controle dos monopólios públicos sobre as mais diversas atividades produtivas, assim como a RPC fazia (embora esta última estivesse vetada do comércio internacional graças ao embargo do eixo capitalista, ao contrário de Taiwan); e, por fim, *c)* garantida a segurança externa após 1952, a própria hegemonia doméstica inconteste aludida do Partido Nacionalista deu a este autonomia relativa e poder de barganha maior vis-à-vis o governo estadunidense (algo que não se deu na Coreia do Sul, como já veremos); o qual, via USAID, chegou a pressionar e também tentar induzir privatizações de suas firmas estatais (CHENG, 1990).

Em suma, **em Taiwan foi erigida a estrutura institucional de um Estado forte antes mesmo de substantivas classes empresariais ou uma força laboral organizada** (DEYO, 1987). Os atores societais de maior relevo na definição dos rumos do processo decisório, ao longo de boa parte de tal ciclo industrialista (décadas de 1950, 1960 e 1970), foram: a *burocracia partidária do KMT*; *militares*; e os *burocratas do Estado taiwanês*, frequentemente confundidos com os primeiros e que também constituíam parte da *classe empresarial*, em vista do privilégio concedido aos monopólios governamentais durante a estratégia de desenvolvimento de Chiang Kai-shek (GATES, 1979). Estes atores eram majoritariamente marcados pela posição étnica de nascimento na China continental, e tal condição lhes assegurou privilégio considerável na distribuição e ocupação de postos de poder ou como receptáculos dos benefícios das políticas estatais vis-à-vis os taiwaneses; em larga maioria *camponeses*, *pequenos burgueses*, *trabalhadores manufatureiros na fragmentada estrutura industrial do país*, ou ambos. A despeito de alguns burgueses nativos terem despontado ao longo da trajetória de *catching-up* (tal como Ting-sheng Lin da Tatung e Wang Yung-ching da Formosa Plastics), o empresariado nacional privado só adquiriu relevância política maior nos anos 1980 (GATES, 1979; RUBINSTEIN, 1999).

Mas, a partir de meados da década de 1970 e prosseguindo pela seguinte, a nova estrutura da sociedade industrial taiwanesa testemunhou transformações concomitantes na dinâmica política doméstica. Estas transformações se iniciaram nos centros urbanos com intelectuais, universitários e círculos de classe média formando o movimento dos Dangwai em antagonismo à clivagem étnica destacada; e encorajados pela exclusão de Taiwan das instituições multilaterais, enfraquecendo a retórica do KMT de representante de "toda a China" e força política incumbente enquanto tal imbróglio não fosse resolvido. Como já dito, em função da estrutura fragmentada, de menor escala e caráter familiar da indústria nacional privada, resultante da própria engenharia institucional montada pelo Estado taiwanês, não se conformou na ilha um operariado tão denso e robusto como no caso sul-coreano, por exemplo, fazendo com que tal classe social não detivesse tanto protagonismo na pressão pela flexibilização do regime político (MINNS, 2006). Ainda assim, o delicado isolamento, somado às crescentes mobilizações opositoras em meio ao arrefecimento das tensões da Guerra Fria e a menor leniência do governo estadunidense (em particular sob Carter) com a repressão de Estado, fez com que Chiang Ching-kuo adotasse concessões culminando na própria extinção da Lei Marcial em 1987 e abertura do sistema político à democracia multipartidária (MINNS, 2006; MENGIN, 2015).

Na *Coreia do Sul*, por vez, o interregno temporal correspondente à *1ª República* (1948-1960) começaria com grandes instabilidades na península. A Guerra da Coreia (1950-1953), se dando pouco tempo após a partilha ao longo das linhas do Paralelo 38, originou a configuração nacional e territorial existente até hoje. Neste período como um todo, englobando os tumultuados mandatos de Syngman Rhee, ocorrem dois marcos importantes: o primeiro foi – assim como ocorrido em Taiwan – a reforma na estrutura de propriedade rural com o Land Reform Act (No. 108⁄1950); e o segundo compreendeu o ensaio básico de industrialização substitutiva de importações (ISI). Ambos só foram possíveis graças ao apoio estadunidense: com relação à reforma agrária, por exemplo, esta foi em parte elaborada pelas próprias autoridades dos EUA em parceria com as sul-coreanas, visando diminuir as tensões no campo e em parte se espelhando no exemplo bem sucedido do lado norte-coreano. Teve como um dos efeitos, da mesma forma que no caso taiwanês, a eliminação dos latifundiários como classe política relevante (AMSDEN, 1989; CUMINGS, 2005; PERKINS, 2013; HOLCOMBE, 2017).

Essa alta ingerência inicial dos EUA teve relação tanto com a dependência do país dos recursos americanos para debelar suas instabilidades e ter acesso às divisas necessárias à importação de bens básicos, quanto pela posição de fragilidade geográfica em termos de defesa de seu território, cercado pela outra Coreia e pela URSS ao norte e pela China popular a oeste (CHO, 2003; GRAHAM, 2003; HOLCOMBE, 2017). Isto conferiu às autoridades diplomáticas americanas margem de influência maior (vis-à-vis Taiwan, relativamente privilegiada em vista de seu caráter insular) para pressionarem de forma impeditiva eventuais apropriações de unidades produtivas; mantendo uma iniciativa empresarial privada que viria a ser a icônica classe capitalista sul-coreana (CHENG, 1990; CUMINGS, 2005). **Este aspecto é relevante, pois influenciaria toda a trajetória futura da economia política do país, dando contornos à articulação entre governo e empresariado parecidos com os do caso japonês. É, ainda, amostra inconteste do vínculo entre as circunstâncias exógenas (discutidas em linhas gerais nos parágrafos mais abaixo sobre geopolítica) e os fatores endógenos**.

A década de 1950 compreendeu também múltiplas manifestações contra Rhee e a ordem política vigente, com atores sociais urbanos (estudantes e profissionais liberais) não encontrando nas instituições representativas um espaço para vocalização de suas demandas (CUMINGS, 2005). Com um sistema político de baixa institucionalização e a interrupção momentânea do exame de recrutamento burocrático civil, Rhee e seu Partido Liberal (PL) montaram uma rede de patronagem e cooptação clientelista distribuindo espólios governamentais para a polícia (seu braço repressor "oficial"), alguns setores do Exército, empresários locais e segmentos conservadores da sociedade sul-coreana. Esta rede, somada ao apoio que tinha do campesinato em função do êxito da reforma agrária, lhe permite erguer uma superestrutura perpetuando, através da capacidade organizacional e financiamento, seu grupo político no Estado e vencer – fazendo uso de subterfúgios discutíveis – os pleitos de 1952, 1956 e 1960 (MOON e RHYU, 1999; CUMINGS, 2005).

Contudo, o não arrefecimento das instabilidades e protestos de massa nos centros urbanos e particularmente em Seoul, com mobilizações populares ante adversidades econômicas como a inflação e também os casos de corrupção, levou a um contínuo recrudescimento autoritário que encontrou seu ápice no massacre aos estudantes durante a chamada Revolução de Abril de 1960. Foi um ponto irreversível na deterioração do apoio a

Rhee, culminando no descolamento definitivo do Exército de sua coalizão e sua subsequente renúncia deflagrando o fim da 1ª República e do governo do PL. Após o recém eleito Chang Myon, já sob a *2ª República*, tampouco conseguir debelar os protestos sociais e as problemáticas econômicas, tendo acenado ainda para uma democracia liberal parlamentarista, os militares aproveitam a contínua crise política para darem um golpe em maio de 1961; lançando o general Park ao poder, e buscando respaldo na mesma retórica de nacionalismo e segurança que Rhee mobilizara durante seu governo (CHENG, 1990; GRAHAM, 2003; CUMINGS, 2005).

Com o golpe e consolidação de Park Chung-Hee e dos militares no poder, por vez, foi viabilizada a coalizão política responsável pela construção do milagre econômico no país, com base numa aliança sinérgica no que tange às relações Estado-empresariado. As *chaebols* que mais intimamente cooperaram com Park foram agraciadas numa escala inimaginável com benesses do governo e protecionismo advindos da estratégia industrial; o que, de certa forma, ainda que sob bases sociais e correlação de forças políticas distinta, denota um elemento de continuidade com relação ao governo Rhee (CHO, 2003). Não obstante, é importante enfatizar essa distinta balança de forças, pois ela constitui uma *descontinuidade fulcral*: o elo político entre governo e *chaebols* não deve ser visto numa ótica estática e sim dinâmica, com estas últimas não sendo exatamente cativas do governo tampouco lhe capturando, como análises acerca do "capitalismo de compadrio" – cuja literatura não será aqui esmiuçada por restrições de escopo e por significar outra agenda de pesquisa – concebem. [440] Ao mesmo tempo em que Park alçou tais atores corporativos (os conglomerados e seus grupos familiares) ao pináculo da economia sul-coreana em termos de relevância política ao regime produtivo, não hesitou em direcioná-los conforme objetivos nacionais via instrumentos disponíveis no cabedal estatal ou coagi-los com retaliação em casos considerados de indisciplina. Isto se vê pelos incidentes destacados no **Capítulo 3** da prisão domiciliar imposta aos maiores líderes empresariais no imediato pós-golpe de 1961 (forçando-os a aderirem à sua coalizão vertical) e pela prisão do filho do presidente da

[440]Alguns autores que trabalham a perspectiva do "capitalismo de compadrio" (ou "*Crony Capitalism*") para o caso sul-coreano são: Krueger e Yoo (2002), Graham (2003), e Kang (2004). Em suma, essa ótica traria uma interpretação do governo (ou unidade estatal) como "vilão" provendo distribuição de ganhos para atores corporativos rentistas ("*rent-seeking*") insaciáveis sem uma racionalidade ou orientação desenvolvimentista e tecnocrata subjacente (KIM e IM, 2001).

Samsung em 1967, com expropriação de uma de suas subsidiárias como medida punitiva (KIM e PARK, 2011).

Portanto, em suma, tal relação envolvia negociações contínuas conforme pressões políticas, econômicas e geopolíticas de cada contexto. Embora tenha sido real a tutela do governo ao longo de tal ciclo (1963-1979), graças à lógica "*carrot-and-stick*" viabilizada pelo sistema financeiro público recém estatizado (ponta de lança do fomento às empresas de tais grupos) e pelo endosso a Park pelos militares, esses elos eram mais complexos do que simplesmente um fluxo unidirecional de poder partindo do presidente (KIM e PARK, 2011; HOLCOMBE, 2017). Outro ponto válido de denotar é que na Coreia do Sul, ao contrário do Japão em função do já citado Amakudari, não se observou um padrão de transferência recorrente de elites burocráticas para as *chaebols* nem o inverso, ao contrário das trocas de quadros entre as *Keiretsus* e o Estado japonês.[441] Isto se deu em função da ação governamental de *robustecer a burocracia* via maior institucionalização e fortalecimento do Sistema Haengsi de recrutamento nacional; para além do insulamento deliberado do recém criado EPB enquanto lócus primordial de poder econômico, sendo responsivo única e diretamente à figura de Park (ou à Casa Azul); que, por sua vez, lidava de forma pessoal com as *chaebols*. **Ou seja: na configuração da economia política da Coreia do Sul, os "riscos morais" e as contradições da sinergia público-privado não obstaculizaram o *catching-up* tampouco fizeram o Estado perder a coerência de sua orientação burocrática desenvolvimentista em detrimento de uma faceta mais "predatória"** (EVANS, 1995; CHANG, 2006; KIM e PARK, 2011).

Quanto à dinâmica política ao longo do governo Park, referendado oficialmente como presidente após sua eleição direta (e apertada) em 1963 contra Yun Posun, é cabível uma clivagem entre a 3ª e a 4ª Repúblicas. A *3ª República*, que durou até 1972, teve lastro na Constituição aprovada em dezembro de 1962, confeccionada pela junta militar golpista ocupando o Supremo Conselho para Reconstrução Nacional e aprovada em referendo. Sua carta promoveu o retorno a um sistema representativo e presidencialista formal, com eleições e multipartidarismo; muito embora, na prática, o regime político tenha sido o tempo todo tutelado pelos militares via KCIA (CUMINGS, 2005). Já a *4ª República*, correspondendo ao Regime Yushin num momento no qual Park era mais contestado domesticamente e lidava

[441] Johnson (1982).

com instabilidades externas, significou o fechamento definitivo do sistema. Iniciou-se com a promulgação momentânea da Lei Marcial em 1972, acompanhada da dissolução da Assembleia Nacional e suspensão dos direitos políticos até a aprovação da nova Constituição em novembro do ano seguinte. Esta dotou o presidente, que era agora apontado indiretamente pelo comitê eleitoral paralelo chamado Conferência Nacional para a Unificação, com poderes inéditos: podia agora governar por decreto; não mais tinha limites de mandato para reeleição; podia nomear diretamente 1⁄3 da Assembleia, entre outros (CROISSANT, 2001; CUMINGS, 2005; HOLCOMBE, 2017). Para além das atribuições extraordinárias "desamarrando" Park de pontos de veto significativos dos demais Poderes, o regime cerceou implacavelmente seus opositores, com o sequestro e prisão de Kim Dae-Jung além da suspensão de Kim Young-Sam do parlamento em outubro de 1979, no mesmo mês do assassinato do presidente.

O período compreendido entre o golpe militar que lançou Park e sua coalizão ao poder até o fim do governo de Roh Tae-woo, compreendo nesse bojo a *3ª* (1963-1972), a *4ª* (1973-1979), a *5ª* (1981-1987) e, por fim, a *6ª* e mais recente República constitucional da Coreia do Sul (1988-), trouxe imensas transformações acompanhando intimamente as instabilidades sociais e descontinuidades do regime representativo político-partidário. *Tais transformações socioeconômicas, donde a mais significativa foi a consolidação de uma sociedade urbana moderna fruto da industrialização exitosa, deu lugar a uma estrutura social com mobilidade unidirecional de agricultores para operários assalariados; diferindo um pouco nesse sentido do caso taiwanês onde, em decorrência das particularidades já destacadas da estratégia de industrialização, a mobilidade era multidirecional entre agricultores, trabalhadores e autônomos*. Essa distinta estrutura social sul-coreana, é claro, teve implicações políticas particulares, dentre elas o fato de a disparidade de riqueza ser mais facilmente incorporada ao debate público na Coreia do Sul vis-à-vis Taiwan, onde em seu turno os contornos étnicos foram mais salientados (CHENG, 1990).

A industrialização sob Park Chung-hee germinou novas forças sociais e pautas que viriam, principalmente após sua morte em 1979, testar crescentemente a capacidade política do regime autoritário sob o general Chun Doo-hwan (1980-1988). Uma densa e recém formada classe proletária industrial, novos ricos e segmentos médios logo emergiram enquanto novos atores no cenário sul-coreano; e questões como a disparidade de renda – discutível principalmente em torno dos privilégios concedidos às *chaebols* – e participação

foram acrescidas à agenda política, antes hegemonizadas pelos imperativos da modernização econômica e segurança nacional (HOLCOMBE, 2017).[442] Da mesma forma como a estrutura industrial densa e concentrada gerou um operariado robusto e rapidamente convertido em ator político de relevo na pressão por ganhos distributivos e redemocratização vis-à-vis Taiwan, o regime sul-coreano também respondeu a tais pressões de forma distinta. Enquanto Taiwan, a despeito da manutenção da Lei Marcial e dos governos de Chiang Kai-shek e Ching-kuo, "abriu" gradualmente a política nacional à competição limitada e via "taiwanização", os governos de Park (principalmente com o Regime Yushin) e Chun recrudesceram o autoritarismo e responderam à pressão societal tentando selar os espaços participativos remanescentes (CHENG, 1990: p.165).

Em suma, é possível argumentar que o próprio sucesso do caso sul-coreano, talvez o que mais tenha se aproximado do paradigma desenvolvimentista e em particular do tipo ideal do EDLA (além do japonês, é claro), de forma contraditória e irônica conduziu ao enfraquecimento do intervencionismo estatal sobre a economia. A incorporação de novos atores sociais, trazendo via pressões populares novas demandas até então reprimidas pelo regime político autoritário, conduziu à redemocratização e diversificação das pautas da agenda nacional na esteira da complexificação da própria sociedade. De modo conjunto, a própria consolidação do gigantismo dos oligopólios das *chaebols*, crescentemente integradas às CGV com o advento da globalização, fez com que invertessem o pêndulo de barganha com o Estado a seu favor, pressionando pelo desmonte dos mecanismos institucionais de coordenação prévios (YEUNG, 2016; SILVA e MOURA, 2010). O fizeram a despeito das descoordenadas tentativas contrárias por parte do governo Chun, e aproveitando a malfadada desregulamentação financeira para se desvencilharem da dependência que antes detinham dos bancos públicos e do financiamento governamental (GRAHAM, 2003). Em vista dessa síntese estilizada da trajetória política sul-coreana, passo agora à reconstituição das nuances

[442] Numa passagem altamente elucidativa dessas transformações, Holcombe diz: "Na década de 1980, a Coreia do Sul também não era mais um país em desenvolvimento empobrecido, devastado pela guerra, mas uma potência econômica industrializada de sucesso, e a expectativa era generalizada entre o povo coreano de que a democratização também deveria fazer parte desse processo de modernização. Os estudantes, em particular, clamavam por democracia. Os trabalhadores coreanos, cujos baixos salários ajudaram a tornar a indústria coreana globalmente competitiva, estavam cada vez mais organizados e ativos na exigência de aumentos salariais. No único ano de 1987, ocorreram 3749 disputas trabalhistas na Coréia do Sul – mais do que em toda a história anterior da república" (2017: p.344-5; tradução própria).

do caso chinês, antes de procedermos enfim às considerações sobre as *policies* e à *geopolítica* de tais países encerrando esta seção.

Na República Popular da China, por fim, a análise das particularidades políticas nuns poucos parágrafos impõe um desafio hercúleo a qualquer pesquisador ocidental, seja pela altíssima complexidade do país quanto pelas dificuldades logísticas envolvendo o acesso a mais fontes traduzidas ou à micropolítica interna do Partido Comunista, para além das próprias incompletudes, muitas vezes, dos arcabouços conceituais para captar as nuances de suas instituições e o entendimento do próprio povo chinês acerca das mesmas. Ainda assim, sem pretensões de esgotar explicativamente aqui a trajetória política do Império do Meio (até mesmo porque este não é objetivo desta Tese), me atrevo nas próximas linhas a descrever seus elementos constitutivos mais salientes, em meu juízo.

O período que vai do triunfo da revolução socialista em 1949 até o falecimento de Mao Zedong em 1976 foi, sem dúvidas, o mais turbulento da história da RPC; o que não implica, absolutamente, que após as reformas institucionais não tenham ocorrido tensionamentos consideráveis. Portanto, do ponto de vista político assim como econômico, é igualmente equivocado tratar tanto o período de planificação central quanto o pós-reformas como quadras históricas coesas. Afinal, a Era Mao, que teve um início promissor de reorganização com a resolução das dificuldades econômicas e instabilidades agudas (hiperinflação) pós-Guerra Civil, criando ainda instituições governativas e o sistema político que, não obstante suas mudanças ao longo do tempo, forneceriam ao país asiático os contornos de funcionamento do seu Estado até os dias de hoje, em breve adentraria episódios altamente disruptivos (NOGUEIRA, 2019).

Pouco após as primeiras eleições e promulgação da 1ª Constituição nacional em 1954, as instabilidades políticas tiveram início com episódios como o das “Cem flores” (1956), a Campanha Anti-Direitista de junho de 1957 e em seguida da grande catástrofe econômica do GSA, junto à ruptura sino-soviética e o isolacionismo chinês crescente. O ligeiro ensaio de recuperação econômica após tal período famélico, culminando numa perda relativa de prestígio político de Mao e protagonismo maior de líderes como Li Shaoqi ou o próprio Deng, em breve assistiria à tentativa do primeiro de imprimir, com a Revolução Cultural, durando de 1966 até seu ocaso, um esforço de retomar as rédeas do processo revolucionário o qual supostamente receava estar se “ossificando”. Destarte, engendrou ataque frontal – no

discurso e na mobilização popular – contra a burocracia e instituições, nas figuras de seus "antagonistas" referidos (WASSERSTROM, 2010: p.57-8). Foi um período de radicalização política, expurgos e contra-expurgos os quais, embora fossem atenuados na década seguinte, levaram a um "limbo" no poder decisório, com o CNP sequer tendo, como já dito, reuniões plenárias (DREYER, 1993).

A partir da segunda metade da década de 1970, contudo, houve certa flexibilização do clima político-ideológico. Isto se deu em parte pelas melhores perspectivas no cenário internacional com a retomada das relações com os EUA e fim gradual do isolamento externo, e em parte pela derrota da ala partidária mais radical em 1976, preparando o terreno para a nova Constituição de 1978 (a 3ª, substituindo a de 1975), com separação mais clara das atribuições do PCCh e do Estado – algo ausente na anterior – e facultando aos pragmáticos aliados de Deng o *policy space* requerido à experimentação institucional (BLECHER, 2010). O equacionamento dos imbróglios em torno da disputa pelo poder entre a Gangue dos Quatro e a ala "denguista" deu lugar a uma moderação considerável das "grandes" disputas políticas (ou seja, galvanizando os atores de maior relevo nas esferas de poder decisório) ao longo das décadas subsequentes. Contudo, estas estiveram longe de acabar pelo menos até 1992/1993.

Isto porque as reformas institucionais de compatibilização entre planejamento e economia de mercado produziram uma nova clivagem de disputa interna no bojo do PCCh e do Estado chinês, agora entre uma ala reformista tecnocrática e "liberalizante" – no sentido de ensejar a ampliação contínua do papel do mercado na alocação do produto social – e outra marxista "conservadora", cética quanto às consequências políticas, econômicas, societais e culturais potencialmente desestabilizadoras de tal empreitada. A luta política entre essas duas alas internas do Partido Comunista deu a tônica dos avanços e recuos nas reformas ao longo da década de 1980 e do próprio debate público nacional (BLECHER, 2010).

Mesmo o episódio de Tiananmen e a "saída de cena" de Zhao Ziyang, deflagrando a derrota do primeiro grupo, não foram suficientes para conferir à China estabilidade de imediato. Somente com o Grande Compromisso, articulado no XIV Congresso do partido por Deng junto aos militares, anciões partidários, delegados e lideranças regionais, que foi erigido o grande consenso político definitivo que colocaria a China na rota mais longeva de estabilidade a qual goza até hoje. Tal consenso abraçou definitivamente as reformas de abertura e integração à economia global; mas com reafirmação do governo e PCCh enquanto

supremas instâncias condutoras e galvanizadoras de tal processo, submetendo as forças de mercado às suas diretrizes em prol da subida na hierarquia do sistema internacional (MARTÍ, 2007; PINTO, 2011; JABBOUR, 2012).

Não é intenção minha afirmar aqui que, logrado o Grande Compromisso, as disputas políticas mais substantivas tenham se exaurido da sociedade chinesa ou da estrutura de seu Estado e do PCCh. O que friso é que, não obstante diferenças menores nas preferências quanto às medidas seguidas, desde então não se deram, ao longo dos governos subsequentes, grandes ou severas dissonâncias no debate nacional entre atores e forças políticas chinesas majoritárias acerca da prioridade conferida às reformas compatibilizando a planificação conduzida pelo Partido e com o progresso material: econômico, tecnológico e social. Soma-se a isto o fato de, a partir do governo Jiang em meados dos anos 1990, uma nova coalizão de quadros liderada por Zhu Rongji ter chegado aos altos órgãos decisórios do planejamento econômico comprometida com uma agenda onde a política industrial assumia prioridade, inspirada na experiência retardatária japonesa. Tal coalizão mais "estatista" seguiu com alta influência ao longo da década subsequente nas altas instâncias do poder econômico decisório, o que se refletiu em boa medida nos programas e políticas industriais e tecnológicas postas em prática pelo governo Hu Jintao/Wen Jiabao (HEILMANN e SHIH, 2013). Estes aspectos já se encontram explorados nas **Seções 4.3** e **4.4**.

Sob a luz desses elementos estilizados destacados, procedo com os últimos parágrafos considerando comparativamente semelhanças e distinções (caso existentes) com relação às trajetórias políticas e instituições de governança; e como ambas afetaram ou não o processo de desenvolvimento. Começo destacando o fato de que os três casos nacionais, antes mesmo de iniciarem as estratégias industrializantes, foram paradigmáticos ao engendrarem, seja pela via revolucionária (China) ou "tecnocrática" orientada pelos EUA e motivada pelos receios de instabilidades sociais (Taiwan e Coreia), reformas agrárias que, numa perspectiva política, quebrou a hegemonia da classe latifundiária e gerou um vácuo de poder ainda mais locupletado pelos seus respectivos Estados (KOO, 1987; KAY, 2002). Mais abaixo, nas considerações sobre as "*policies*", comentarei também a funcionalidade de tais reformas do ponto de vista de fomento à própria trajetória desenvolvimentista.

Passando agora à reflexão sobre suas estruturas organizacionais de governo, é nítido como todos os três países possuem sistemas políticos distintos, o que não é impeditivo ao

assinalamento de tendências, convergências e divergências. O *primeiro* ponto que atento é o fato de, na errática trajetória política sul-coreana, a que mais sofreu descontinuidades, golpes e testemunhou seis Repúblicas diferentes num intervalo de menos de meio século, o *catching-up* jamais ter sido obstaculizado; o que creio ser em parte explicado pelo alto insulamento de sua burocracia decisória (EPB) e escolhas de política econômica e inovação acertadas de Chun e Roh. Isto não torna, é claro, a façanha menos impressionante. O *segundo* ponto é que Taiwan e China (principalmente a partir de Jiang Zemin em diante), foram os países que mais gozaram de "estabilidade" social relativa, mesmo com episódios críticos. Isto guarda relação com inúmeros elementos, dos quais o mais saliente para mim é a própria estrutura de suas sociedades, com dois partidos colossais e capilarizados nas rédeas do Estado sem a presença de atores políticos opositores de peso (empresariado; classe operária organizada; miscelânea) a ponto de disputarem a hegemonia com eles (KOO, 1987).[443] Em Taiwan pelo menos isso não se deu até a segunda metade da década de 1970. É válido destacar também o *terceiro* ponto de que todos os três casos fizeram uso de **estruturas corporativistas** para tutelarem e/ou cooptarem, através do monopólio da representação de interesses ou mecanismos indiretos de coordenação, os diversos segmentos societais (DEYO, 1987; OI, 1999; KIM e PARK, 2011; MENGIN, 2015; SAICH, 2015).

Aproveito aqui também para antecipar um juízo talvez polêmico: considerando *unicamente* os recortes temporais adotados, me parece crível apontar a China pós-reformas como o país relativamente mais aberto e flexível dos três no que tange à ótica da participação política democrática. Na *Coreia*, os governos de Park (no Regime Yushin principalmente) e Chun foram marcados pela tutela militar permanente e contínuos atos de repressão e cerceamento aos opositores; com recorrentes dissoluções constitucionais do sistema partidário somados à evocação, por ambos, da Lei Marcial para suprimir dissidências e atribuindo a si próprios tremendas prerrogativas e poderes para governarem por decreto. Em *Taiwan* de 1949 até 1987, o KMT comandado pela família do "Generalíssimo" e seus quadros militares ou burocráticos mais próximos governaram a ilha sem oposição, seja esta organizacional (em agremiações partidário-ideológicas) ou de classes sociais fortes. Também chancelado pela Lei Marcial e a repressão do "Terror Branco", o governo taiwanês só foi

[443] Evidente que na Coreia do Sul isto também se deu (Estado forte antes mesmo de classes políticas ou sociais mais substantivas), mas as mudanças na estrutura da sociedade se deram de forma mais dinâmica de modo a empoderar tais atores, como as *Chaebols* e o operariado urbano, de modo bem mais precoce.

realizar eleições para a Assembleia Nacional na década de 1960 por inevitabilidade diante do falecimento dos antigos governantes migrantes da China continental, tornando imperativo o preenchimento de tais cargos da RdC. Não obstante, é imperativo denotar que, ainda que de forma tímida, foi abrindo espaços aos poucos aos taiwaneses nativos (excluídos em larga maioria do aparato estatal e partidário, bem como do financiamento governamental) e, nos anos 1980, flexibilizou o regime político; enquanto na Coreia do Sul as repostas repressivas governamentais deram a tônica até as crescentes pressões populares e erosão do apoio a Chun conduzirem à democratização.

Na China como em Taiwan (lembrando, nos recortes temporais respectivos), o PCCh e o KMT se mesclaram às próprias estruturas dos Estados, deslocando o lócus do debate político e antecipando decisões e concertações envolvendo grandes questões nacionais antes mesmo destas serem decididas pelas instâncias legislativas ou do Executivo; impondo por vezes um desafio difícil aos analistas e politólogos em demarcar exatamente as fronteiras entre tais esferas.[444]

Mas, se ambos os países contaram com a liderança de estruturas de "Partidos-Estados" de organização leninista, por mais que ideologicamente distintos, há uma diferença fulcral entre ambos, corroborando minha afirmação na primeira sentença do parágrafo anterior.

Em *Taiwan*, o KMT *excluiu* os "nativos" em larga maioria das instâncias políticas participativas; e, em termos relativos, dos dividendos do crescimento ao longo das décadas de 1950, 1960 e parte da de 1970. Assim, ao selarem espaços à fração majoritária da sociedade, geraram a clivagem étnica responsável por germinar as sementes de oposição que levariam à distensão do regime. *Na China popular, outra lógica se dá: apesar da hegemonização do governo pelo PCCh, os esforços feitos pelos comunistas após as reformas*, na busca por sua própria "autonomia inserida", *foram sempre de inclusão e não exclusão dos demais atores sociais ao sistema político e à estratégia de desenvolvimento do Estado*. O fizeram através de inúmeros dispositivos, como medidas favoráveis, cooptação via

[444] Alguns exemplos de grandes transformações incubadas nos partidos, antes mesmo de se transmutarem em políticas ou agendas nacionais, foram: no caso de Taiwan, com a CRC antecipando os passos seguintes da reforma agrária ou com a 4ª Sessão plenária do 10º Congresso do KMT anunciando os 10 Grandes Projetos de Desenvolvimento daquela década. Já na China, dois casos paradigmáticos foram: o do icônico 3º pleno do 10º Congresso do PCCh anunciando as reformas institucionais em 1978; ou o anúncio da política dos campeões nacionais de Jiang Zemin/Zhu Rongji no 15º Comitê Central do Partido Comunista em 1999.

corporativismo, relações interpessoais na lógica do *Guanxi*, ou mesmo via o próprio sistema político, com sufrágio direto nas instâncias locais e mais oito legendas partidárias (já citadas) com representação no CNP (JIANG, 2003; McNALLY e WRIGHT, 2010).

O ponto aqui enfatizado é que os demais atores políticos (empresariado privado, trabalhadores, minorias étnicas) não foram alijados do projeto chinês de modernização mas sim nele também inseridos via uma miríade de canais para vocalizarem suas demandas. Nesse sentido que denoto que, a despeito de suas inegáveis contradições e problemáticas, a ordenação política da potência asiática oferece mais canais de participação ao todo da sociedade para expressão e avanço de suas pautas do que suas contrapartes sul-coreana e taiwanesa nos interregnos aludidos.

Em termos de **políticas** ("***policies***") e capacidades estatais, falo agora dos pilares e instrumentos empregados na viabilização das estratégias nacionais de desenvolvimento desses países, bem como as prioridades elencadas e seus motivos. As reformas agrárias do Leste Asiático, já mencionadas nos capítulos anteriores e parágrafos acima sob a perspectiva das dinâmicas políticas, mesmo não constituindo medidas de fomento direto aos segmentos manufatureiros, tiveram consequências econômicas importantíssimas para os ciclos industrializantes em Taiwan, Coreia do Sul e China por três razões (PERKINS, 2013). A *primeira* foi pela própria estabilidade social gerada ao acomodarem gigantescos contingentes populacionais em propriedades de terras e garantir, assim, sua subsistência. A *segunda*, imbricada à anterior, foi que a estrutura fundiária equânime potencializou a produção e produtividade agrícolas, gerando acumulação o suficiente para extração do excedente pelo Estado com vistas a financiar a industrialização. E a *terceira* e *última*, também vinculada à primeira e possivelmente a mais importante, foi pela moderação do êxodo rural-urbano, algo nítido quando contrastamos, por exemplo, as experiências dos casos asiáticos vis-à-vis a realidade latino-americana (MAZUMDAR, 1987; KAY, 2002).

Como nesta última região, grosso modo, a questão da concentração agrária jamais foi enfrentada substantivamente, uma gigantesca população precarizada migrou ao longo de seu ciclo nacional-desenvolvimentista do campo às cidades em busca de melhores oportunidades e salários. Este êxodo massivo, ausente em mesma escala e grau na Ásia, fez com que, em 1980, a América Latina possuísse 65,3% de sua população vivendo no meio urbano (cifra bastante próxima à dos países ricos desenvolvidos), contra "apenas" 31,9% do Leste Asiático

(MAZUMDAR, 1987).[445] Além disso, gestou uma série de problemáticas, tais como a macrocefalia urbana pela incapacidade da cidade e da indústria absorverem tal contingente todo; levando à constituição de uma MDO "excedente" e informalizada que pressionou estruturalmente o poder de barganha laboral para baixo e impediu o transbordamento dos ganhos de produtividade manufatureira para os salários, o exato oposto do ocorrido nesses três casos nacionais selecionados para minha pesquisa (MAZUMDAR, 1987; KAY, 2002). Na China em particular, tal moderação (do êxodo rural-urbano) também se viu auxiliada, tanto na Era Mao de economia política planificada quanto na Era Deng pós-reformas, pelo Sistema de Registro *Hukou* enquanto instrumento de Estado (NOGUEIRA, 2011; CORRÊA, 2012; YOUNG, 2013).

Já em termos de recursos auxiliares às estratégias industriais propriamente ditas, nos três casos se observou uma gama amplíssima de instrumentos análogos empregados pelos governos no fomento ao desenvolvimento de caráter manufatureiro. Dentre os vários, cito: políticas de *joint ventures* orientadas à internalização de tecnologias advindas das corporações transnacionais; protecionismo tarifário ou não-tarifário; restrições quantitativas; engenharia reversa; manipulação cambial para conferir competitividade às exportações; políticas de compras públicas governamentais; etc. (CHANG, 2006; JABBOUR, 2012; NOLAN, 2013; COHEN e DELONG, 2016).

Sejam tais processos capitaneados por empresas privadas, como na Coreia do Sul com as chaebols, ou pelos conglomerados públicos, como no caso de Taiwan (em boa medida) *e da China particularmente a partir de meados da década de 1990, a ênfase na formatação dos segmentos econômicos mais estratégicos onde tais atores atuavam e atuam sempre esteve sobre estruturas oligopolizadas ou cartelizadas, como se vê pelas suas próprias políticas de campeões nacionais*. Tal ênfase tinha relação com o imperativo governamental almejado de empresas domésticas fortes e consolidadas o bastante para competirem nos mercados internacionais, traduzindo um entendimento acurado da real dinâmica concentrada e oligopolizada do capitalismo global (REINERT, 2016; COHEN e DELONG, 2016; GALA, 2017).

---

[445] Em 1980, por exemplo, a proporção das populações urbanas no Brasil, na Argentina e no México era, respectivamente, de 65,45%, 82,88% e 66,33%; contra 56,72% na Coreia do Sul, 48,2% em Taiwan e apenas 19,35% na China (WORLDOMETER, 2020; WORLD BANK, 2020).

Isto é, **a compreensão da competição e dos mercados não como fins em si próprios, mas sim como alavancas do enriquecimento e poderio do Estado nacional, replicando a visão hamiltoniana/listiana** (COHEN e DELONG, 2016). Em Taiwan e na Coreia do Sul (e no Japão), por exemplo, somente a partir da década de 1980 e principalmente na de 1990, quando tais economias políticas já se viam maduras – ou seja, em estágio avançado de *catching-up* – e quando a retórica globalizante e liberalizante se tornou hegemônica, que os governos redesenharam seus arcabouços institucionais fomentando a desconcentração produtiva e a maior competitividade. Já na China, a não-promulgação de marcos regulatórios rígidos contra monopólios/oligopólios, somada ao débil "*enforcement*" das autoridades subnacionais e às disfuncionalidades da lei respectiva existente, guardou nexo tanto com os próprios objetivos governamentais de desenvolvimento nacional quanto com o lobby das SOEs chinesas (PING, 2005).[446]

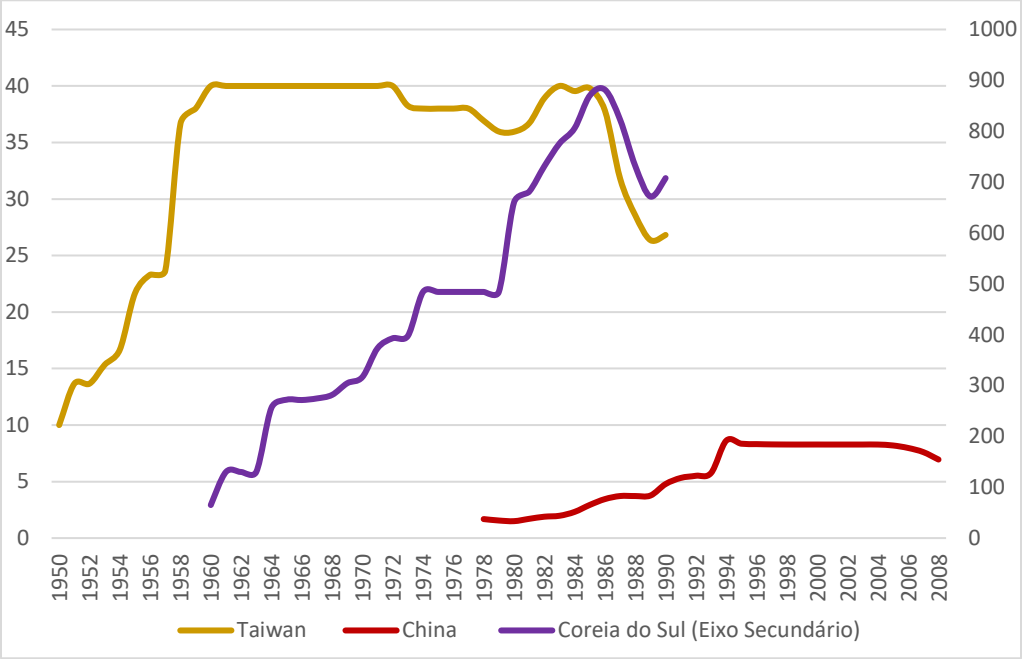
Um dos pilares da fortificação de tais oligopólios ou monopólios empresariais, públicos ou privados, foi o sistema financeiro estatal e altamente controlado, que os privilegiou fortemente em termos de recursos e crédito. *Para além de ajudar com os desenhos das estruturas produtivas nacionais, o sistema financeiro público de tais países, com altíssimos dispositivos institucionais regulatórios sobre entrada ou saída de divisas e recursos com controle quase pleno de capitais, facultou a adoção de uma política cambial desvalorizada*.

Tal política constituiu o "core" das estratégias de inserções exportadoras neomercantilistas que tais nações adotaram, buscando superávits primários contínuos não para acúmulo de metais preciosos (como no mercantilismo clássico) **mas sim de divisas para dar continuidade à aquisição e internalização de tecnologias, retroalimentando o *catching-up***. Foi assim que, em suas "eras de ouro" de emparelhamento e crescimento, Taiwan e Coreia do Sul mantiveram suas taxas de câmbio artificialmente desvalorizadas para conferir competitividade e dinamismo ao setor de bens comercializáveis /*tradeables* e acumulação de capital. A China não foi exceção; e, se inspirando em tais casos e também no japonês, manteve um câmbio permanentemente desvalorizado que ajudou a sustentar suas exportações, estoque de capital e, de modo subsequente, seus investimentos

[446] A lei aludida pelo autor é a *Law of the People's Republic of China for Countering Unfair Competition* ou *Unfair Competition Law* ("Lei da República Popular da China para combater a Concorrência Desleal" ou "Lei da Competição Desleal"), promulgada em 1993.

(DOOLEY *et al*., 2003; GALA, 2007; BRESSER-PEREIRA *et al*., 2020). As taxas de câmbio dos três casos seguem abaixo:

Gráfico 15 - Taxas de Câmbio Nominal (Média) em Taiwan, Coreia do Sul e China (NT$/₩/RMB = 1 US$)[447] durante seus Ciclos de Alto Crescimento



Fontes: Elaboração própria a partir de WU, 2016; FEDERAL RESERVE BANK OF SAINT LOUIS, 2020; WORLD BANK, 2020.

Mas o que chama mais atenção nesta dimensão cambial da estratégia industrialista é a **diferença entre os contextos históricos**. Como destacado antes na Introdução desta Tese, as estratégias de inserção exportadora de Taiwan e Coreia se deram sob a arquitetura de Bretton Woods onde se facultava, estrutural e institucionalmente, controles de capitais ajudando na direção de taxas de câmbio fixas e, subsequentemente, o desenvolvimento industrial da periferia (GALA, 2007). A viragem neoliberal a partir do final da década de 1970 e mudanças no sistema internacional pós-adoção do padrão dólar-flexível levaram a um novo paradigma que, eventualmente, se refletiu na Coreia e em menor grau em Taiwan, com desregulamentações mais ou menos intensas de seus sistemas financeiros.[448]

---

[447] Os dados entre 1949 e 1967 foram calculados com base nas médias entre as múltiplas taxas de câmbio de importações públicas, importações privadas e exportações públicas (de arroz e açúcar) do país no final dos respectivos anos (com todos os dados presentes em WU, 2016)

[448] Para uma análise das trajetórias de desregulamentações na Ásia e seus diferentes graus de intensidade, ver Silva e Moura (2020).

A China, no caminho oposto, manteve tal *modus operandi* sob plena hegemonia retórica e prática do Consenso de Washington, conduzindo à abertura das contas de capitais e integração financeira crescente em todo o globo. Desta forma, ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, em via inversa ao receituário institucional e de políticas implementado em boa parte do mundo desenvolvido, em desenvolvimento ou periférico no mesmo recorte, manteve seu sistema financeiro público, controlado e com política cambial também manipulada com intuito de competitividade, simulando os moldes de um "Bretton Woods revivido" (DOOLEY *et al*., 2003). **Tudo isto foi possível graças ao controle estatal sobre o sistema financeiro, possibilitando ao governo chinês (assim como o taiwanês e sul-coreano) submeter o capital financeiro ao capital industrial e não o oposto (como se dá sob a ordem neoliberal em voga), planificando o comércio exterior e fornecendo recurso imprescindível à subordinação do empresariado e das firmas de acordo com as prioridades dos planejamentos nacionais**.

Outra consequência relevante de tais inserções exportadoras, além da aquisição de tecnologias, foi o aperfeiçoamento e a consolidação paulatina de suas situações em conta corrente – graças principalmente às balanças comerciais – nos respectivos balanços de pagamentos, impedindo assim flutuações disruptivas de capitais, oscilações cambiais abruptas ou trajetórias de endividamento crescente como as ocorridas na realidade latino-americana, por exemplo (STALLINGS, 1990; GALA, 2007). **Ou seja, o Leste Asiático logrou "gerir" e mitigar sua dependência externa via tais inserções, permitindo o eventual *shift* de tais países da configuração de importadores para exportadores líquidos de capital ainda na década de 1980** (exceto para a China, onde isto se deu posteriormente como aponto abaixo)**, financiando aos poucos seus investimentos com os próprios recursos domésticos**. Evidentemente, no que tange a Taiwan e Coreia do Sul, a geopolítica também teve forte influência sobre tal dinâmica, com fontes robustas de recursos tais como a própria ajuda americana ou empréstimos bilaterais e multilaterais de origem pública trazendo condições mais favoráveis de pagamento e prazos de carência amplos (STALLINGS, 1990).

No que se refere à economia política chinesa em particular, conforme o comércio exterior aos poucos ampliou seu peso desde as reformas, a nação asiática também passou a registrar situação crescentemente favorável em sua balança comercial e no balanço de

pagamentos; tendo inclusive, ao longo das décadas de 1990 e 2000, registrado superávits "gêmeos" nas contas correntes e de capitais (KANG e KANG, 2017; GALA, 2019). Isto fez com que, no ano de 2015, pela primeira vez, o país também atingisse a condição de exportador líquido de capital; com os investimentos advindos da China superando as inversões em seu território (KPMG, 2016; GABRIELE, 2020).

É necessário discorrer aqui sobre um último aspecto pertinente a tais sistemas financeiros desses três países escrutinizados. Como mencionado, a Coreia do Sul, que já contava com uma burguesia nacional privada com expertise em diversas atividades produtivas graças aos acordos técnicos de cooperação com as autoridades estadunidenses e ao rudimentar ensaio industrializante substitutivo de Rhee, elencou tais atores como parceiros majoritários do governo na estratégia de desenvolvimento. Tal escolha, assim como se deu no Japão do Pós-Guerra com a reabilitação das desmontadas *Zaibatsus* sobre a nova configuração das *Keiretsus*, acabou constituindo a mais crível e imediata devido tanto às pressões estadunidenses quanto pelos próprios obstáculos políticos e dificuldades concretas envolvendo a criação de novas estatais (ou utilizar as existentes) para suprir tais atividades (KIM e PARK, 2011). Portanto, o Estado sul-coreano sob Park Chung Hee focou na formatação de conglomerados diversificados (ao invés de firmas altamente especializadas, como em Taiwan) desempenhando funções ao longo de todo o tecido produtivo nacional; embora fossem desprovidos, ao contrário das *Keirestus* japonesas, de bancos ou instituições financeiras – enquanto provedoras de capital – em suas estruturas corporativas (CHO, 2003; MURILLO e SUNG, 2013).[449]

Taiwan e China, por vez, apresentaram uma realidade bem distinta da sul-coreana e, de certo modo, com paralelos possíveis entre si. Em Taiwan, elementos já apontados mais acima como a ideologia de Sun Yat Sen e a montagem de uma economia de guerra ante as tensões com a China fizeram com que Chiang Kai-shek estatizasse os principais nichos e mantivesse, ainda que sem bancos de fomento, um sistema financeiro público privilegiando as SOEs – administrada pelos burocratas do KMT – vis-à-vis a o setor privado, no geral

[449] Outra funcionalidade de tal estratégia de expansão e diversificação das atividades das *chaebols* sul-coreanas foi o auxílio mútuo entre as subsidiárias pertencentes a um mesmo grupo. Exemplo disto pode ser visto quando a Hyundai Motors enfrentou uma crise de liquidez entre 1969 e 1972, tendo a falência evitada graças ao suporte material e humano dado pela Hyundai Construction. A sobrevivência valeu a pena: a empresa hoje é líder do setor automobilístico da Coreia e do próprio grupo Hyundai (CHO, 2003: p.121).

administrado por taiwaneses nativos (CALDWELL, 1976; MENGIN, 2015). Já a RPC, dotada de sistema bancário também majoritariamente público e com três colossais *policy banks* criados em meados dos anos 1990, seguiu orientação similar e privilegiou principalmente as firmas públicas (SOEs), canalizando recursos e poupança doméstica para manter sua capacidade de socialização dos investimentos para equacionar os gargalos logísticos do regime produtivo (CORRÊA, 2012; TURNER *et al*., 2012; VERMEIREN e DIERCKX, 2012; LUO, 2016; JABBOUR e DANTAS, 2017). Como já frisado neste estudo, isto não implica, absolutamente, que a iniciativa privada tenha sido negligenciada no bojo das estratégias de desenvolvimento. Esta foi auxiliada diretamente por toda a gama de políticas e pelo arcabouço institucional já pontuado nos Capítulos anteriores e parágrafos acima; ou indiretamente pelos vínculos *downstream* criados pelas firmas estatais.[450] **Não foram, contudo, atores prioritários na coalizão governamental desenvolvimentista, o que os diferencia da trajetória sul-coreana e da nipônica antes dela; fato este que vai no sentido de corroboração de minha segunda hipótese** (tratada em breve) **e que mostra o equívoco de Perkins** (2013: p.84)**, para quem o Japão havia servido de modelo estatal também para a Taiwan**.

Me encaminhando enfim ao fechamento das considerações sobre as prioridades e políticas colocadas em prática por tais países ao longo de suas trajetórias de *catching-up*, recorro brevemente à tipologia trazida por Gary Gereffi (1990) acerca das diferentes estratégias industrialistas, com suas lógicas explicativas para os países analisados neste estudo.[451] As mesmas se encontram explicadas na Tabela 10 abaixo, seguida de uma pequena linha temporal mostrando a evolução e o *timing* de adoção das respectivas:

[450] Na Coreia do Sul isso também ocorreu, como denotei no Capítulo 3 ao discorrer sobre a POSCO.

[451] Um dos mais importantes pontos a se atentar em tal tipologia diz respeito ao fato de a clivagem ISI x EOI, frequentemente empregada em termos dicotômicos e reducionistas em estudos comparativos entre Ásia e América Latina, ser vista pelo autor de forma complementar e interativa; com políticas substitutivas exitosas sendo incluso pré-requisito para as inserções exportadoras (GEREFFI, 1990: p.18).

Tabela 10 – Tipologia das Estratégias Industrializantes e suas Experiências no Leste Asiático

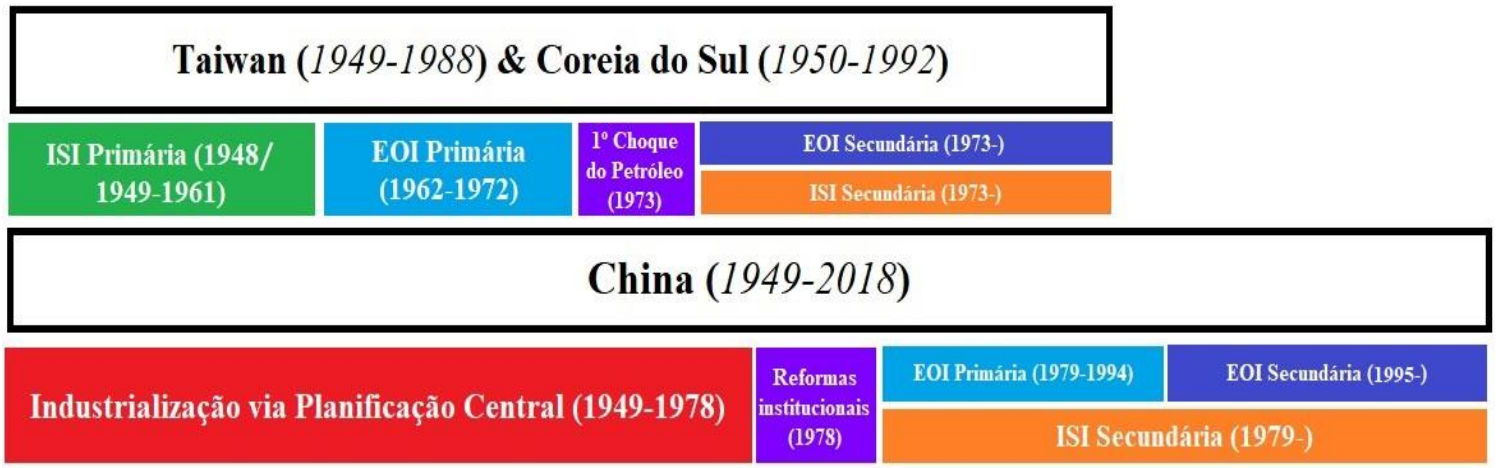
Estratégia Industrializante adotada	Descrição/lógica	Setores focados	País onde foi adotada e recorte temporal correspondente
Industrialização Substitutiva de Importações (**ISI**) **Primária**	Denota um *shift* de importações para manufatura local de bens de consumo básicos. Foi possível graças às políticas de valorização cambial para maximizar as divisas advindas da ajuda americana, permitindo financiar a importação de bens de consumo e de capital básicos.	• Têxteis; • Vestuário; • Calçados; • Alimentos; • Papel; • Cimento; • Bebidas; • Tabaco; • Manufaturas leves.	Coreia do Sul (1948-1961) Taiwan (1949-1961)
ISI Secundária	Compreende a produção doméstica de manufaturas mais intensivas em capitais e tecnologias. Nos casos de Coreia do Sul e Taiwan, tal câmbio foi mais ou menos concomitante à adoção da EOI secundária e também guardou relação com as instabilidades e choques de custos derivados do 1º Choque do Petróleo, para além do crescente protecionismo nas nações desenvolvidas e as inseguranças geopolíticas pós-	• Bens duráveis (automóveis); • Bens intermediários (aço, petroquímicos); • Bens de capital (maquinários pesados).	Coreia do Sul (1973-) Taiwan (1973-) China (1979-)

	Doutrina Nixon. No caso da China, se deu de modo concomitante à EOI primária.		
Industrialização orientada às Exportações (**EOI**) - **Primária**	Inserção exportadora voltada aos mercados internacionais e cadeias globais de valor. Essa fase primária compreendia a inserção de bens e nichos intensivos em trabalho (L), que nos momentos respectivos de integração desses países asiáticos correspondiam às suas vantagens comparativas e aos setores onde poderiam obter maiores economias de escala e ganhos neomercantilistas.	• Têxteis; • Calçados; • Vestuário; • Brinquedos; • Etc.	Coreia do Sul (1962-1972) Taiwan (1962-1972) China (1979-1994)
EOI Secundária	Pertinente à inserção exportadora pautada em bens de maior valor agregado e adensamento tecnológico, conforme tais nações foram avançando no processo de emparelhamento e se aproximando do estado da arte industrial. Também foi fruto do esgotamento das vantagens comparativas em	• Telecomunicações; • Computadores; • Maquinários avançados; • Eletrônicos; • Setor naval; • Semicondutores.	Coreia do Sul (1973-) Taiwan (1973-) China (1995-)

	bens leves intensivos em L causado pelo crescimento sustentado dos salários e pelos pontos de viragem lewisianos.		
Industrialização via **planificação central**	Em linhas gerais, consiste num sistema industrial inspirado no modelo soviético, focado em setores pesados detidos na produção de bens de K e alimentado pela extração de excedente da agricultura coletivizada sob TdT favoráveis às cidades vis-à-vis o campo.	• Siderurgia (aço); • Bens de capital (maquinários pesados); • Gêneros agrícolas (grãos).	China (1949-1978)

Fontes: Elaboração própria a partir de Bergère (1979), Riskin (1987), Gereffi (1990), Stallings (1990), Haltmaier (2013) e Nogueira (2019).

Figura 3 – Linha Temporal com as Estratégias Industrialistas de Taiwan, Coreia do Sul e China



Todas as estratégias desses três casos nacionais, não obstante suas diferenças, foram igualmente – com nuances, é claro – exitosas em termo de resultados econômicos e *catching-*

up tecnológico, como os dados encontrados ao longo desta Tese demonstram. Em vista disto, prossigo agora para as considerações, feitas em linhas gerais, sobre os contornos geopolíticos e suas influências particulares sobre tais países.

Geopoliticamente, é pouco crível pensar as trajetórias e êxitos dessas nações sem destacar sua imersão no contexto externo, fundamental para explicar muitas das principais guinadas políticas e programas adotados, principalmente a aceleração da industrialização química e pesada nos anos 1970 em Taiwan e na Coreia do Sul (PERKINS, 2013). Tal esfera (geopolítica) se manifestou fulcral tanto em termos de conjuntura sistêmica, tratando das nuances da Guerra Fria ou dos dois choques do petróleo (1973 e 1979) e seus efeitos, quanto com menores acontecimentos igualmente contribuintes à conformação de conjunturas críticas reordenando ou reformatando os percursos desses países.

A linha de política externa dos EUA, nesse sentido, se mostra altamente relevante à análise. De início, não tinham qualquer orientação de fomento à reconstrução da região, o que se evidencia pela intenção de desmonte do sistema industrial nipônico ou pela negligência inicial à proteção de Chiang Kai-shek em Taiwan até 1952, quando enviaram sua Sétima Frota ao estreito. Após a revolução popular na China e principalmente a eclosão da Guerra da Coreia, contudo, imediatamente reavaliaram sua política de segurança para o Leste Asiático; buscando tanto proteger sua esfera de influência via contenção do comunismo quanto chancelar um paradigma alternativo conducente ao desenvolvimento em meio à disputa hegemônica com a URSS nos anos 1950 (SIMONE, 2001). Neste sentido, passaram a privilegiar seus principais aliados em tal entorno regional através de diversos mecanismos e auxílios, diretos ou indiretos.

Diretamente, contribuíram com Taiwan e Coreia do Sul através de: ajuda material na forma de auxílio econômico (recursos financeiros) para suas respectivas estabilizações monetárias e reconstruções; investimentos produtivos, facultando aquisição inicial de tecnologias; e envio de engenheiros e quadros para consultoria e cooperação técnica, com muitos destes inclusive orientando os programas de reforma agrária sob bases capitalistas. Outra forma importantíssima de fomento ao desenvolvimento, conferindo atratividade às inserções externas dessas nações, foi a abertura do colossal mercado estadunidense às suas exportações. Isto foi viabilizado em grande medida pela concessão dos status de “Nações Mais Favorecidas” (MFN) às nações não governadas por forças políticas comunistas, com os

EUA abdicando de protecionismos tarifários discriminando contra os produtos taiwaneses e sul-coreanos, assim como com os japoneses antes destes (GABOR, 1977; MENGIN, 2015).

Indiretamente, por sua vez, os Estados Unidos ajudaram tais países: seja com seu próprio engajamento militar, diminuindo parte do fardo fiscal gasto com Defesa em tais nações (com mais recursos, portanto, para serem alocados na dimensão produtiva); seja pela própria garantia de segurança que fornecia com sua presença, sendo elemento garantidor da estabilidade política necessária ao planejamento econômico de longo prazo por parte de tais Estados; ou, por fim, pelas complementaridades e oportunidades criadas pela sua logística de guerra na Ásia, onde suas forças militares na península coreana e depois no Vietnã teceram inúmeros contratos com firmas manufatureiras desses países (Japão incluso) para fornecimento de bens e serviços indispensáveis. Como pontuado nessa Tese, foram os casos dos segmentos têxteis (roupas para o Exército), infraestrutura (instalações), sistemas de aviação, radares e transistores, precursores longínquos do setor de eletrônicos. Como destacado no **Capítulo 3**, *chaebols* como Hyundai e Hanjin se beneficiaram com tais acordos e as imensas compras governamentais estadunidenses de seus bens e serviços, principalmente de infraestrutura e provisão de veículos militares (KIM e PARK, 2011; PERKINS, 2013). Já com relação a Taiwan, por vez, como também citado no **Capítulo 2**, as pequenas firmas têxteis foram as principais favorecidas pelo conflito (GOLD, 1986; WADE, 1992; MENGIN, 2015).

Esta forte influência dos EUA nas dinâmicas políticas e econômicas da região, portanto, acabaria servindo de ingrediente para uma das interpretações acerca do sucesso do Leste Asiático (Japão, Coreia do Sul e Taiwan) que foi a *interpretação geopolítica do desenvolvimento a convite*, já pontuada brevemente no **Capítulo 1** (**Seção 1.3**) deste estudo.[452] Construindo sua narrativa com base na crítica – parcialmente justificada – ao nacionalismo metodológico excessivo da literatura do EDLA, tais autores, filiados principalmente (embora nem sempre) ao campo teórico do Sistema-Mundo, refinaram o argumento original de Wallerstein e puseram ênfase na lógica de disputa interestatal por riqueza e poder da Guerra Fria e do Padrão Ouro-Dólar sob o AIIBW para destacar o contexto

[452] Assim como com a literatura liberal debruçada sobre o *rent-seeking*, a literatura dos teóricos do sistema-mundo ou do "argumento geopolítico" acerca do desenvolvimento da Ásia não será aqui esmiuçada a fundo por restrições de tamanho da Tese e por estar diretamente imbricada às perguntas e hipóteses de pesquisa. Será vista, destarte, de forma estilizada somente para conferir substância ao argumento que aqui construo.

geopolítico internacional específico facultando tal desenvolvimento (ARRIGHI, 1996; MEDEIROS e SERRANO, 2012; CUNHA e APPEL, 2014; FIORI, 2014).[453]

O argumento geopoliticamente-orientado da literatura aludida sobre o sucesso dos países do Leste Asiático (falo aqui de Taiwan e Coreia, em um primeiro momento) é bem interessante e encontra bases argumentativas sólidas. *Apesar de seus méritos, contudo, é uma narrativa também imbuída de suas problemáticas e longe de ser explicativa ao êxito desenvolvimentista de tal quadra regional*. Isto por, pelo menos duas razões: *1ª)* a ajuda financeira americana, fundamental para a estabilização de seus regimes produtivos e financiando suas decoladas, foi declinando sistematicamente entre a virada dos anos 1960 p/1970, conforme os próprios câmbios na correlação de forças político-ideológicas domésticas dos EUA seguidos pela Doutrina Guam fizeram recuar o auxílio econômico e militar à região (HORIKANE, 2005; PERKINS, 2013; USAID, 2020). E *2ª)* a partir já dos anos 1970, a erosão do arcabouço internacional favorável do sistema de Bretton Woods, com a substituição do Padrão Dólar-Fixo pelo Dólar-Flexível e a crescente mobilidade de capitais aliada ao recrudescimento protecionista dos países ricos, antevia a globalização financeira e o fim, em muitos sentidos, da janela de oportunidades às nações periféricas (HELLEINER, 1994; BOYER, 1996; MEDEIROS e SERRANO, 2012). **Ou seja, já na década de 1970 é minimamente complicado falar em qualquer "convite" ao desenvolvimento para Taiwan ou Coreia do Sul**.

Isto não obstaculizou, absolutamente, a continuidade de seus percursos de *catching-up* e crescimento, evidenciando como as respostas políticas governamentais e particularidades institucionais das estratégias industrialistas domésticas merecem sim crédito analítico; ao lidarem de forma adaptativa e criativa com as novas hostilidades engendradas por um ambiente sistêmico mais hostil às capacidades estatais e com o capital financeiro sobrepujando paulatinamente o produtivo.

Já com relação à China e seu elo com o sistema internacional e a lógica da Guerra Fria, se faz imperativo uma perspectiva alternativa à mobilizada para compreender as nuances de Taiwan e Coreia; até porque as relações sino-estadunidenses, em boa parte do

[453] É válido destacar que essa literatura, ao mostrar como, no capitalismo, a concorrência mercantil entre Estados é de uma forma ou outra (direta ou indiretamente) subordinada às disputas de poder entre as grandes potências, também se inspira nos aportes de Charles Tilly, para quem o desenvolvimento dos Estados europeus teria sido resultante de uma "interação estratégica entre coerção e capital" (TILLY, 1990).

recorte temporal correspondente aos ciclos de alto crescimento dos outros dois países, teve natureza completamente distinta. Em lado oposto à esfera capitalista após a chegada do PCCh ao poder e fundação da RPC, em pouco tempo os chineses se viram diante de um embargo comercial e falta de reconhecimento diplomático pelo eixo ocidental galvanizado pelo imperialismo dos EUA, tendo pouca escolha exceto pela adoção da estratégia autárquica e socialista de desenvolvimento inspirada no modelo soviético, sua principal referência (ZHANG, 2012; NOGUEIRA, 2019). Se, na década seguinte (1950), a partilha de um projeto socialista comum conduziu a uma frutífera aliança, com o auxílio da URSS à modernização econômica e sofisticação industrial da China e os soviéticos provendo cooperação técnica, maquinários e *know-how* tecnológico e bélico, com a morte de Stalin o cenário mudaria radicalmente (NOZAKI *et al*., 2011; ZHANG, 2012). A chegada de Khruschev ao poder, com sua denúncia visceral ao legado estalinista em 1956 concomitante à intervenção da URSS sobre a Hungria no mesmo ano, somou-se às crescentes tensões e divergências entre Mao e ele; com a recusa dos líderes e dirigentes chineses em serem mero satélite da Rússia culminando, por fim, na ruptura sino-soviética (SPENCE, 1995; NOZAKI *et al*., 2011; LI e XIA, 2018).

Após a ruptura sino-soviética, a posição de isolamento relativo ante as duas principais superpotências globais impôs à China uma situação geopolítica delicada, conforme o país também se defrontava com suas próprias dificuldades econômicas (ex: GSA) e episódios de ebulição político-societal, como a Revolução Cultural iniciada em 1966. A partir dos anos 1970, contudo, uma janela de oportunidades se abriu no bojo da reorientação de política externa estadunidense de Nixon e o envio de Kissinger ao país asiático em 1971, seguido pela própria visita surpresa do presidente no ano seguinte (21 de fevereiro de 1972) e a assinatura do Comunicado Conjunto de Shanghai prevendo a normalização das relações.

Geopoliticamente falando, do lado dos EUA, trazer a RPC ao seu leque de alianças jogava a URSS – então em desaceleração – numa posição de isolamento. E, do lado chinês, a reaproximação com os estadunidenses significativa sua reintegração definitiva ao sistema internacional, o que de fato ocorreu ainda em outubro de 1971 com a readmissão da RPC nas instituições multilaterais, incluso obtendo o assento permanente no Conselho de Segurança

da ONU (PINTO, 2011; ZHANG, 2012).[454] Os laços diplomáticos com os EUA foram reatados em definitivo em 1979. *Reconstituir essas relações externas do Império do Meio é relevante pois reforça o ponto, destacado no último capítulo, de que a atribuição ao ano de 1978 como ruptura drástica com todos os paradigmas antes vigentes pode escamotear nuances e continuidades da trajetória chinesa, visto que o próprio Mao já antecipara a jogada de reaproximação com os Estados Unidos, nodal ao desenvolvimento nacional subsequente pelo acesso ao mercado americano* (JABBOUR, 2012: p.257).[455] No parágrafo abaixo, discorro de forma sintética sobre a funcionalidade econômica que tal nova relação (China-EUA) teve para ambas as partes.

Para a China, a "parceria estratégica" com os EUA representou a criação de uma condição importante, embora longe de ser a única, ao seu milagre econômico com a inclusão ao mercado de bens e capitais estadunidenses; abrindo via para nova rodada de aquisição de tecnologias e sua inserção exportadora, principalmente graças à concessão do status de MFN pelos estadunidenses aos chineses ainda em 1979, assim como antes ocorrera com Taiwan e Coreia do Sul (WANG, 1993; MEDEIROS, 1999; PINTO, 2011; JABBOUR, 2012). O país também se beneficiou, ainda que de forma não intencional, pelo Acordo de Plaza (ofensiva estadunidense ao sistema industrial e comercial japonês), que implicou num rearranjo econômico favorecendo o escoamento de capitais ao seu território e sua maior integração à expansiva cadeia produtiva regional asiática (PINTO, 2011; JABBOUR, 2012). Para os EUA, por vez, a China foi instrumental tanto à reafirmação de sua hegemonia isolando a URSS no cenário externo quanto por auxiliar, involuntariamente, no novo padrão de acumulação galvanizado pelo já aludido paradigma da globalização financeira mesclado ao Padrão Dólar-Flexível ao longo das décadas de 1990 e 2000. Isso graças às complementaridades comerciais, expressas na articulação entre cias americanas e chinesas nas CGV, e também financeiras, com a RPC construindo suas reservas internacionais com base nos títulos da dívida pública estadunidense, sendo de tal forma credora do crescimento americano em boa medida (PINTO, 2011).

---

[454] O reconhecimento chinês pelo eixo Ocidental capitalista, como já pontuado aqui, implicou a exclusão de Taiwan das instituições multilaterais, gerando toda a uma série de implicações à pequena ilha que já foram tratadas no **Capítulo 2**.

[455] Outro exemplo disto é que o comércio exterior do Império do Meio já estava se intensificando desde o início da década de 1970, ainda sob o governo de Zhou Enlai, antes mesmo das reformas institucionais (BERGÈRE, 1979).

Acerca do último parágrafo, duas observações importantíssimas se fazem necessárias: *1ª)* Se China e EUA de fato guardaram, nas décadas seguintes à de 1970 na esteira das reformas institucionais e de abertura da RPC, funcionalidade mútua nas estratégias respectivas de desenvolvimento e manutenção hegemônica, tal "simbiose relativa" não foi pacífica e sim recheada de tensões; principalmente após o fim definitivo da Guerra Fria (PINTO, 2011; JABBOUR, 2012). **Isto se vê no imediato Pós-Tiananmen, onde o status de MFN concedido à China foi contestado por forças políticas internas estadunidenses preocupadas com seus "direitos humanos"** (WANG, 1993).

Ao mesmo tempo, a destreza das lideranças chinesas lidando com o cenário externo, gerenciando o imperialismo e diluindo hostilidades diplomáticas, fez com que o país atravessasse tais turbulências com aptidão e não comprometesse sua estratégia nacional, com contornos mais definidos após o Grande Compromisso em 1992. **Por fim, *2ª)* Se é possível apontar que o milagre econômico chinês a princípio endossou, estruturalmente, tal padrão de acumulação dos EUA assentado na globalização financeira neoliberal, também é igualmente factível dizer que germinou as sementes de seu próprio declínio, fertilizando a China com o acesso às tecnologias e mercados para lograr o *catching-up*** (JABBOUR, 2012).

Chego, assim, ao final desta primeira seção das **Conclusões**, onde mostrei os elementos considerados mais paradigmáticos das dimensões políticas, práticas e geopolíticas dos países referidos; pontuando suas aproximações ou distanciamentos. Munido de tal saber, me dirijo à próxima e penúltima **Seção 5.2** para tecer a interlocução entre essas trajetórias de *catching-up* e as quatro distintas literaturas mobilizadas do pensamento desenvolvimentista, destrinchando até que grau se mostram acuradas para cada realidade nacional do Leste Asiático.

5.2. O que a literatura utilizada explica?

Destaquei na **Seção 5.1** acima, na medida do possível, os elementos principais permeando as trajetórias historicizadas de Taiwan, Coreia do Sul e China. Cabe agora a esta **Seção 5.2**, por vez, averiguar se tais percursos dialogam com as literaturas e seus respectivos aportes acerca dos obstáculos, contradições, tendências e idiossincrasias presentes no desenvolvimento retardatário. E, em caso afirmativo, em que grau dialogam ou não. Esta

análise será feita da seguinte forma: abaixo, teço brevíssimas recapitulações dos quatro corpos teóricos selecionados e dos motivos que me levaram a escolhê-los para esta Tese; bem como apontamentos de quais das economias políticas escrutinizadas se encaixam nos construtos vislumbrados pelos autores. Este enquadramento ou não-enquadramento ficará nítido também com a tabela final presente na seção, seguida de um último gráfico mostrando a proximidade de cada via histórica nacional com relação às literaturas, uma vez que nem todas elas são coesas e podem ser desagregadas. Isto, longe de obstaculizar o estudo, me permite mapear a gradação dessas proximidades.

O *primeiro* corpo teórico usado foi o dos chamados **mercantilistas dos sistemas nacionais de economia política**, no caso Alexander Hamilton e Friedrich List. A razão para tal escolha é mais do que justificada: tais autores foram os pioneiros em pensar o desenvolvimento econômico a partir da ótica periférica, cientes de obstáculos particulares defrontados pelos países atrasados no sistema internacional vis-à-vis o pujante sistema industrial britânico. Ao reunirem os eixos analíticos: do Estado-nação enquanto epicentro de suas compreensões; da manufatura como alavanca-mor da transformação social; e da incapacidade do *status quo* em suas quadras históricas mudar pelo espontaneísmo, podem receber sem qualquer problema o rótulo de **desenvolvimentistas pré-disciplina**, pensando aqui o desenvolvimentismo num ponto de visto amplo tal como sistematizado por Bielschowsky (2004) e Fonseca (2004).

Tanto Taiwan como Coreia do Sul e China, ainda que em menor ou maior intensidade, cumprem quase que plenamente o receituário destes dois autores. Todos usaram a intervenção discricionária governamental para promover o industrialismo, eliminando a condição de pauperismo e diminuindo de forma considerável a dependência das combinações geopolíticas externas; ainda que, no que tange a este último ponto, a China tenha sido mais exitosa do que os outros dois casos até mesmo por seu projeto não-subordinado aos EUA e sua escala adquirida. Fizeram uso também do protecionismo tarifário (com adoção de toda a gama de medidas do receituário hamiltoniano explicitado na *página 53* desta Tese), programas públicos de infraestrutura e de sistemas creditícios recém criados e fortalecidos para fomentar a atividade produtiva. *São cabíveis, contudo, dois poréns: enquanto Hamilton defendia bancos nacionais de crédito ou fomento privados e enfatizava os mercados internos pela segurança em termos de oscilações de preços* (o que não significa que desprezava o

comércio, vide as influências mercantilistas de Colbert e Postlethwayt)**,** *os três países asiáticos aludidos fizeram uso de sistemas financeiros públicos e tiveram no setor externo a via de crescimento e desenvolvimento. São distinções importantes que necessitam ser pontuadas. Com relação a List, por vez, o enquadramento é total*, visto que, como o prussiano pontuara, Taiwan, Coreia e China rechaçaram qualquer conjunto de políticas ou instituições ancoradas na "doutrina perigosa do escocês"; alavancando seus potenciais manufatureiros erigindo poderosos sistemas mercantis que rompessem com o caráter assimétrico da economia internacional e superassem as problemáticas constantes de déficits comerciais e fuga de divisas.

O *segundo* corpo teórico mobilizado foi o da **Economia do Desenvolvimento do Pós-Guerra**, acrescido do imprescindível Alexander Gerschenkron. Constituindo um conjunto diverso de expoentes, os economistas do desenvolvimento se debruçaram sobre as estruturas produtivas e os mecanismos particulares envolvendo a transição da condição agrária-exportadora de atraso a outra industrial, urbana e moderna. As preocupações por eles trazidas, ecoando nos debates que propuseram, guardavam relação com o contexto histórico de sua produção intelectual, onde movimentos de emancipação nacional na periferia geraram terreno fértil para projetos domésticos de industrialização e *catching-up*, auxiliados ainda pelo AIIBW no plano sistêmico, alçando o desenvolvimento e o planejamento à ordem do dia (MEIER, 1984). Assim, os autores e seus construtos adotados foram: Rosenstein-Rodan (1957) com a *visão do "Big Push"* e das *duas vias conjecturadas de industrialização* (modelo russo ou via DIT); Singer (1950) com sua *teoria dos ganhos assimétricos do comércio internacional*; Lewis (1969) e a *hipótese do crescimento com oferta ilimitada de MDO*; Hirschman (1958) com os *encadeamentos* e o *apontamento do desenvolvimento como fenômeno geograficamente concentrado*; e por fim Gerschenkron (1962) com a *teoria das vantagens do atraso*.

Por partes, iniciando com Rosenstein-Rodan e sua perspectiva do "*Big Push*", segundo a qual o desenvolvimento requer imperativamente a "distorção" dos preços de mercado com investimentos industriais horizontais e em bloco, complementados por determinamos mecanismos como subsídios, aquisição de tecnologias e aperfeiçoamento laboral, *o enquadramento é parcial. Isto porque, apesar dos três países terem empregado – via planejamento tendo o Estado como móbile – tais instrumentos para fomentar suas*

industrializações respectivas, seus "surtos" manufatureiros não contaram com investimentos abrangentes setorialmente, mas sim restritos àqueles segmentos onde gozavam de vantagens comparativas, linhas de produção prévias e potenciais economias de escala. Contudo, as vias de industrialização rosensteinianas são descritivamente acuradas: enquanto Taiwan e Coreia do Sul se desenvolveram com base na integração à DIT enfática (a princípio) nas indústrias leves intensivas em trabalho (L), a China testemunhou ambos os modelos. Enquanto, durante a Era Mao, o modelo russo vigorou com seu caráter autárquico, buscando autossuficiência largamente sem contar com capital de fora, mas sim com estatais verticalmente integradas; com as reformas institucionais a partir de Deng é pavimentada a transição da primeira à segunda via, permitindo a continuidade do progresso técnico sobre outros moldes e possibilidades.

Os dois economistas do desenvolvimento mobilizados em seguida, Hans Singer e Arthur Lewis, também trazem aportes corroborados pelas mudanças testemunhadas em Taiwan, Coreia e China. Via estratégias capitaneadas pelo planejamento estatal, superaram a configuração vigente, politicamente subordinada e despojada das tecnologias do centro industrial avançado; rompendo com os TdT declinantes e investimentos voltados à acentuação da condição periférica, ainda que com relação a estes últimos tenham sido auxiliados pelo contexto geopolítico (leia-se benevolência dos EUA, potência então hegemônica). No bojo de tal transição da condição agrária⁄atrasada à industrial⁄moderna, todos esses casos também contaram com o chamado excedente ou oferta ilimitada de MDO do dito segmento de subsistência, impedindo o crescimento exponencial dos salários até seus *pontos de viragem* e facultando assim a ampliação dos ganhos e acumulação de capital via maximização dos lucros sobre as rendas nacionais. Em Taiwan, pelas especificidades da industrialização fragmentada e de caráter familiar privado, tal migração adquiriu caráter mais difuso, embora também tenha encontrado seu "*turning point*" na virada da década de 1960 para a de 1970; ao passo que, na RPC, graças em parte ao já referido Sistema Hukou, somente nos anos recentes que tal inflexão estaria se dando, com o fim do bônus demográfico (PAULA e JABBOUR, 2016).

O próximo autor trazido é Albert Hirschman, para quem, em linha de certo modo distinta à de Rosenstein-Rodan, a decolada ao desenvolvimento não adviria de blocos horizontais e abrangentes de inversões; mas sim, até mesmo pela escassez de recursos, de

investimentos focalizados num número relativamente restrito de setores estratégicos com altos potenciais de encadeamento. Ou seja, segmentos manufatureiros capazes de gerar excesso de capacidade (maximizando assim economias de escala) e complementaridade com outras indústrias. *Nos três casos do Leste Asiático, tais encadeamentos – tanto os "para frente", quando uma indústria insere outros produtos ou segmentos em sua cadeia produtiva, quanto os "para trás", quando um setor alimenta outros que lhe fornecem insumos/inputs – são vistos com as transições da EOI primária à secundária; ou, em outras palavras, com a inflexão à industrialização químico-pesada centrada em bens de capital* (AMSDEN, 1989; CHENG, 1990; PERKINS, 2013; NAUGHTON, 2007).

Com relação ao último ponto hirschmaniano destacado, acerca do fenômeno industrializante trazendo a *clusterização* em pontos geográficos particulares, ampliando o gap urbano-rural e a desigualdade intra-regional (ao menos a princípio), tal apontamento também é observável nos três países estudados; seja em Taiwan nas municipalidades especiais de Taipei, Taoyuan, Hsinchu e Kaohsiung, na Coreia nas regiões metropolitanas de Seoul e Pusan, ou na região costeira (principalmente) da China. Não obstante, tais países gozam de especificidades imprimidas por cada trajetória histórica, aqui pontuadas rapidamente. Em Taiwan, a industrialização "fragmentada", já debatida inúmeras vezes, engendrou padrões de desigualdade intrarregionais e gerais baixíssimos relativamente à própria realidade asiática; com GINI declinante ao largo de boa parte do arco de *catching-up* (OSHIMA, 1992).[456] Já na Coreia do Sul, o padrão da estratégia de desenvolvimento sob Park, principalmente a partir da industrialização pesada na década de 1970, foi de acentuação das disparidades urbano-rurais a despeito de alguns tímidos esforços governamentais em sentido contrário (HO, 1979; AUTY, 1990; OSHIMA, 1992).[457]

Na China, por fim, a trajetória de desigualdade tanto geral quanto intrarregional não apresenta uma tendência homogênea no recorte temporal das reformas em 1978 até os anos mais recentes. Inicialmente, com o redesenho da estrutura de incentivos aos camponeses através da maior remuneração via valorização dos gêneros agrícolas, os níveis de renda do interior rural – auxiliados em seguida pela industrialização das TVEs – da RPC subiram dramaticamente e permitiram estrondosa redução da desigualdade geral e entre campo e

[456] O Gini taiwanês decresceu de 0.56 em 1953 para 0.30 em 1980 (OSHIMA, 1992).
[457] O índice do coeficiente de Gini na Coreia do Sul, por sua vez, subiria de 0.34 em 1966 para 0.47 em 1987 ao fim do governo Chun Doo-hwan (OSHIMA, 1992).

cidade até meados da década de 1980 pelo menos. Após tal período, em função tanto de novas prioridades da estratégia industrial – já abordadas no **Capítulo 4** – que voltaram a privilegiar as zonas costeiras e os enclaves exportadores, os patamares de desigualdades chineses passaram a se acentuar bastante ao longo das décadas de 1990 e 2000 (NOGUEIRA, 2011). Mas, a partir do pós-CFG de 2008, tal padrão volta a se reverter, seja por iniciativas políticas do PCCh de atenuar as disparidades regionais (também já destacadas), seja pelo próprio câmbio estrutural da economia política da China na direção de uma configuração pautada pelo setor de serviços e onde a demanda e consumo domésticos ganham mais destaque, conforme pontuado na **Seção 4.5** (JABBOUR, 2012; MOURA, 2015; WORLD BANK, 2020).[458] *Em suma, realizadas brevemente tais pontuações sobre os três casos nacionais, vê-se que apenas a Coreia do Sul se enquadra na tendência pontuada por Hirschman acerca da tendência distributiva trazida pela mudança geográfico-estrutural decorrida da industrialização; o que é enriquecedor por atestar múltiplas variáveis envolvidas no processo de catching-up e como o mesmo não é linear do ponto de vista dos seus "outcomes"*.

Alexander Gerschenkron não é em si expoente da Economia do Desenvolvimento, mas dialogou com tal literatura (assim como Prebisch e estruturalistas da CEPAL, dos quais já trato) e de certo é um autor canônico ao entendimento das particularidades do processo de modernização em países atrasados. Sua importância aqui, exatamente por isto, é incomensurável. Para o teórico, dada a magnitude da condição retardatária e de pauperismo de dada economia política em questão, com ausência de uma burguesia nacional consolidada com o capital necessário à promoção de grandes empreendimentos paradigmáticos, caberia ao governo locupletar tal lacuna para revolucionar o estado de coisas, ante a "inércia transformativa" do *laissez faire* e de agentes privados de mercado. A forma como o Estado desempenharia tal função seria via criação das *condições de financiamento à atividade produtiva*; mobilizando, via bancos públicos (em linha oposta a Hamilton, que advogava instituições bancárias privadas) sob rígido controle burocrático, os recursos e poupança necessários para investimentos numa industrialização centrada em bens de capital (K). Esta se daria com formatos empresariais cartelizados aproveitando o modelo de ação, as

[458] Pelo fato de o fenômeno da desigualdade em si mesmo não constituir a ênfase desta pesquisa, não me delongarei muito mais neste tópico.

tecnologias, as práticas produtivas e os capitais das nações já em patamares elevados de renda (GERSCHENKRON, 1962).

No que tange a Taiwan, Coreia do Sul e China, os apontamentos de Gerschenkron são extremamente válidos e encontram lastro principalmente ao olharmos as estruturas dos sistemas financeiros dessas nações. Através de sistemas públicos de crédito, com fortes bancos estatais rígida e politicamente controlados pelos governos, foram capazes de submeter os respectivos empresariados domésticos – organizados em cartéis ou oligopólios – de forma unilateral às diretrizes dos planos quadrienais ou quinquenais, representativos da linha de ação estratégica estipulada para lograr o emparelhamento. Ao guiarem os empresários para setores específicos, seja via subsídios e linhas creditícias em condições favoráveis (considerando os objetivos de longo prazo) ou pelo equacionamento de gargalos logístico-estruturais via socialização e canalização de investimentos, os Estados nacionais referidos – pelo menos durante boa parte das trajetórias de *catching-up* – moldaram intimamente os mercados atuando na qualidade de empreendedores e financiadores substitutos. Contudo, a industrialização centrada em bens de produção e de capital não foi a regra (ao menos não no início) em duas dessas nações. Taiwan e Coreia do Sul, auxiliados pelas vantagens comparativas e pelo cenário geopolítico benigno às inserções exportadoras, se industrializaram a princípio enfatizando bens de consumo ou bens leves intensivos em trabalho (GEREFFI, 1990).

Nesse sentido, a RPC socialista sob Mao foi a única a seguir o padrão esperado por Gerschenkron de início. É inclusive interessante que o próprio autor, ao analisar a industrialização soviética, abre perspectivas comparativas possíveis para a economia política da China. Afinal, a engenharia montada pela URSS facultou o crescimento estrondoso da produção embora descolado da renda real, com o processo de planificação deliberadamente privilegiando bens de produção e investimento vis-à-vis bens de consumo. Isso facultou ao país, segundo o autor, maximizar todas as "vantagens do atraso" num patamar sem precedentes em comparação aos antecessores, de modo que a alocação de todos os capitais e recursos humanos em bens de produção fez com que, conforme a produção crescesse, o mesmo ocorresse com a taxa de investimento (GERSCHENKRON, 1962: p.151-2). *Portanto, considerando todos os três países, apesar dos muitos paralelos, não parece haver um enquadramento total às perspectivas do referido autor*.

O *terceiro* corpo teórico aqui arrolado é o do **estruturalismo latinoamericano da CEPAL**, especificamente através do recorte do argentino Raul Prebisch; que fundou em Santiago do Chile a primeira escola de pensamento econômico genuinamente terceiro-mundista (KAY, 1989) e, por tal feito, impossível de ser negligenciada nesta Tese dado o desenho de pesquisa e minha preocupação com o entendimento mais acurado possível do desenvolvimento tardio. Como tal literatura já foi destrinchada na *Subseção 1.1.3* e um de seus argumentos já foi "antecipado" por Hans Singer, faço aqui somente uma breve condensação de tal pensamento seguida do comentário sobre Taiwan, Coreia do Sul e China. Em suma, a perspectiva cepalina inaugurada por Prebisch, com base na rejeição à aplicabilidade universal da teoria econômica ortodoxa, defendia um programa nacional e soberano de industrialização substitutiva de importações para equacionar as iniquidades da DIT e superar a condição do subdesenvolvimento, produto das próprias assimetrias do comércio internacional. As duas principais iniquidades seriam: a distribuição desigual dos frutos do progresso técnico graças à condição primário-exportadora; e a deterioração dos TdT. *Portanto, ao promoverem estratégias de desenvolvimento viabilizando o catching-up, ainda que por distintas vias, instituições e contornos, todos os países aqui estudados superaram tais obstáculos apontados pelos cepalinos, saindo da condição rural para a de nevrálgicos centros industriais modernos e urbanos; com pautas exportadoras traduzindo o "paradigma schumpeteriano" de bens e produtos do estado da arte tecnológico. É também curioso (e necessário) apontar que, ao realizarem reformas agrárias amplas, algo que era prezado pela comissão, as nações do Leste Asiático de certa forma seguiram o receituário cepalino mais do que a própria América Latina*.

A *quarta* e última literatura mobilizada para esta Tese é a pertinente ao construto do **Estado Desenvolvimentista do Leste Asiático** (**EDLA**), indubitavelmente a que mais merece foco por ser a única voltada em específico ao contexto da região. A mesma foi escolhida tanto por tal motivo quanto por ser, conjuntamente à literatura de variedades de capitalismo, marco referencial nos estudos institucionalistas comparativos de economia política (LONDON, 2017). Destarte, é um corpo teórico diretamente ligado aos meus propósitos e desígnios. Nos parágrafos que sucedem este, faço uma descrição caso a caso (de Taiwan, Coreia e China, nesta ordem) se – e como – as configurações dessas economias políticas dialogam com os preceitos institucionais para encaixe no tipo ideal, tal como

estipulados à risca em 1982 por Chalmers Johnson; aproveitando para antecipar que, como visto na parte de *policies* da seção anterior, *todos os casos corroboram o terceiro ponto da intervenção discricionária na esfera produtiva*.

Começando com Taiwan, *o primeiro predicado referente à burocracia de elite apontando as indústrias estratégicas a serem desenvolvidas não é locupletado por tal experiência nacional*. Para além de flagrante descontinuidade institucional dos órgãos encarregados de tal função, que foram diversos e com mudanças de atribuições tais como disse no **Capítulo 2** e já volto a falar, tais corpos estatais tinham seus quadros indicados diretamente pelo Yuan Executivo, nas figuras de Chiang Kai-shek e Chiang Ching-kuo depois dele. Isto num momento em que Taiwan não contava – ao contrário da Coreia do Sul, por exemplo – com um sistema de avaliação ou recrutamento público civil; e o Estado era aparelhado pelo KMT com exclusão dos nativos. *Já o segundo predicado, por vez, parece facilmente atendido*, em função: do congelamento dos mandatos dos nacionalistas leais a Chiang pai; da reforma intrapartidária extirpando potenciais rivais dentro do KMT; da configuração do sistema político praticamente inviabilizando ou dificultando a competitividade de candidaturas e forças alternativas; e, por fim e mais importante, pela própria Lei Marcial sufocando oposições e ampliando em muito os poderes presidenciais.

Por fim, a aplicação do quarto e último predicado johnsoniano é parcial. Ao longo de sua trajetória, Taiwan contou com inúmeras agências-piloto (ESB, 1951-1958; CUSA, 1958-1963; CIECD, 1963-1973; CEPD, 1977-2014), constantemente extintas, reformuladas ou com atribuições reconfiguradas. Embora tenham elaborado os primeiros planos plurianuais, as duas primeiras não gozavam de autonomia plena dada a alta ingerência estadunidense ante a dependência de divisas e recursos externos da ilha naquele momento (GOLD, 1986; HAGGARD e YU, 2013). Os EUA, inclusive, tinham vários membros trabalhando diretamente na CUSA gerenciando a formulação dos PPas. O CIECD, por vez, foi relevante por manifestar enfim o compromisso com a planificação econômica centralizada, num contexto de menor dependência externa relativa (GOLD, 1986).

Já na década de 1970, numa decisão política unilateral de Ching-kuo, o órgão foi desmontado e suas funções remanejadas entre vários ministérios; apenas para, em 1977, outra agência (CEPD) planificadora ser criada. Esta última, cuja institucionalização plena só ocorreu de fato em meados dos anos 1980, não cobria contudo muitos aspectos nem detinha

tanta capacidade de ingerência sobre indústrias nos setores de semicondutores ou eletrônicos, com estes tendo suas micro-políticas e medidas de fomento desenhadas, na verdade, pelo ITRI-ERSO e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. *Por todas as descontinuidades narradas, me parece indiscutível que o país tenha descumprido a condição de existência de um MITI ou EPB longevo e coerente*. **Em síntese, Taiwan não é um EDLA no sentido original do termo, com encaixe pleno em "apenas" duas das quatro condições apontadas por Johnson**.

Passando agora à Coreia do Sul, acredito ser este o caso que mais se aproxima da configuração do EDLA em todas as suas dimensões. Além de, como frisei no **Capítulo 3** e na seção prévia, ter feito (pelas próprias condições materiais objetivas após a Guerra da Coreia e pressões dos EUA) a mesma escolha estratégica do Japão ao enfatizar grandes grupos oligopolistas empresariais privados como parceiros do governo, *a economia política sul-coreana desde Park até o fim governo de Roh* (1992) *atendeu rigorosamente todas as condições johnsonianas*. Sua *burocracia decisória* – incrustrada principalmente no EPB, do qual já falo – era muito qualificada em níveis educacionais, pequena em termos relativos e recrutada de forma em tese "meritocrática" dentre os melhores talentos civis através do Sistema *Haengsi* (KIM, 1992).

Quanto ao *sistema político*, republicano-democrático na fachada formal, as constantes coações aos opositores somada ao aparato coercitivo montado por Park através da KCIA e militares, aprofundado no Regime Yushin e que teve continuidade (embora se enfraquecendo aos poucos) sob Chun Doo-hwan, não deixam dúvidas de que o mesmo serviu meramente de chancela à agenda governamental. Não encontrei na literatura, de qualquer viés ou inspiração, vetos ou reformulações amplas do sistema político-partidário à estratégia nacional traçada pela burocracia para o *catching-up* (GRAHAM, 2003; CUMINGS, 2005; MINNS, 2006).

Com relação ao *último* ponto, a intervenção na esfera produtiva foi desenhada sob medida via PQs pelo EPB, agência-piloto criada em 1962 e insulada por Park dos *lobbies* políticos e empresariais com amplas prerrogativas econômicas; controlando desde a alocação orçamentária e de divisas estrangeiras até formatação dos mercados, sendo o *hub* coordenador do sistema econômico nacional (KIM, 1992; JUNG, 2011). **Em suma, a Coreia do Sul foi um EDLA em todos os sentidos do tipo ideal formulado em 1982, e das três**

experiências aqui recortadas a mais próxima à pioneira japonesa que inspirou o conceito.

Trazendo a China a tal debate por fim, o enquadramento com relação ao primeiro predicado foi por mim definido como *parcial*. Na China desde Mao, como em Taiwan, não é uma burocracia "meritocrática" weberiana que desempenha as funções pertinentes ao planejamento. Começando com a SPC até 1998, passando pela SDPC entre 1998 e 2003, e finalmente chegando até a NDRC em vigor até hoje, *a planificação econômica sempre foi elaborada e executada por quadros políticos*. A imensa maioria dos oficiais destes órgãos era e é indicada pelo Conselho de Estado e referendada pelo CNP, sendo composta de quadros do PCCh com trajetórias político-administrativas prévias. **Não intendo, com isto, afirmar que os mesmos não possuem expertise ou capacidade para desempenhar tais funções, mas somente destacar que não são burocratas de carreira** (como no MITI ou no EPB). **Também não aponto caráter valorativo à formação política desses integrantes, uma vez que a dimensão política é inexoravelmente interligada ao mundo material como epifenômeno da produção e da distribuição econômicas**. Friso apenas, assim, que a *experiência chinesa não fornece um encaixe integralmente acurado ao primeiro item postulado por Johnson*.

Com relação ao *segundo* item, não achei, no bojo da literatura (infelizmente mais restrita do que gostaria pelo prazo para findar esta Tese) referências às esferas Legislativa ou do Judiciário interferindo direta ou indiretamente na agenda econômica estatal ou em sua estratégia nacional de desenvolvimento. *Contudo, é inegável que as diretrizes de ação seguidas pelos órgãos de planificação sob a tutela do Conselho de Estado refletem, em algum grau, as preferências das concertações de forças políticas do CNP, sendo este o principal lócus decisório se pensarmos somente a estrutura estatal chinesa; ou seja, excetuando o PCCh da análise*. Faço esta ressalva, é claro, ciente da complexidade do sistema político da China e da complicada separação entre poderes no país (JIANG, 2003). Portanto, *o enquadramento também é parcial*.

Acerca do quarto predicado, o enquadramento é total. Não obstante câmbios nas nomenclaturas entre as décadas de 1990 e 2000, tanto a SPC quanto a SPDC e a NDRC são análogas ao MITI e ao EPB no que tange à elaboração de diretrizes gerais da estratégia de desenvolvimento através dos PQs. Inclusive, o SPC antecedeu o EPB em 10 anos, mostrando

como o direcionamento do curso produtivo chinês futuro, via planificação econômica, há tempos é prioridade das lideranças políticas incumbentes no Estado socialista. O fato de contarem com ministérios ou outros órgãos e instituições tais como a SEC, a SETC e a SASAC enquanto "executores" do planejamento (via adaptação dos PQs a nível micro) em nada obstaculiza a aplicação.[459] **Por fim, a adequação do caso chinês ao tipo ideal rígido e seminal do EDLA é plena em apenas dois itens, sendo portanto *parcial* como um todo; o que não é desalentador mas sim atestado da complexidade analítica do Império do Meio, mostrando as variedades institucionais possíveis mesmo entro de trajetórias inequivocamente desenvolvimentistas em sentido mais amplo. *Ao mesmo tempo, é uma refutação da Hipótese #1 de minha pesquisa*.** Vistos os quatro corpos teóricos instrumentalizados, a Tabela 11 mostra os graus de proximidade dos casos nacionais a eles:

Tabela 11 – Enquadramento dos Casos Nacionais Asiáticos aos predicados das Literaturas Desenvolvimentistas

		Taiwan	**Coreia do Sul**	**China**
Mercantilistas dos Sistemas Nacionais de Economia Política (Hamilton, 2009; List, 2009)	Mescla de protecionismo tarifário, bancos nacionais de crédito *privados* e programas públicos de infraestrutura para promover industrialização doméstica (Hamilton)	Parcial	Parcial	Parcial
	Criação, através de políticas e instituições governamentais racionalizando processo industrializante, de um poderoso sistema mercantil superando assimetrias do sistema internacional e estrangulamentos de divisas via déficits comerciais (List)	**Total**	**Total**	**Total**
Economia do Desenvolvimento	Industrialização se dando por "surtos" via blocos massivos de investimentos abrangentes em termos			

[459] Afinal, mesmo nos casos japonês e sul-coreano, o MITI e o EPB também contaram com ajuda de ministérios e outras instituições (burocráticas, financeiras, etc) para formatarem seus planos a nível setorial ou para detalhamento institucional maior (JOHNSON, 1982; KIM, 2011).

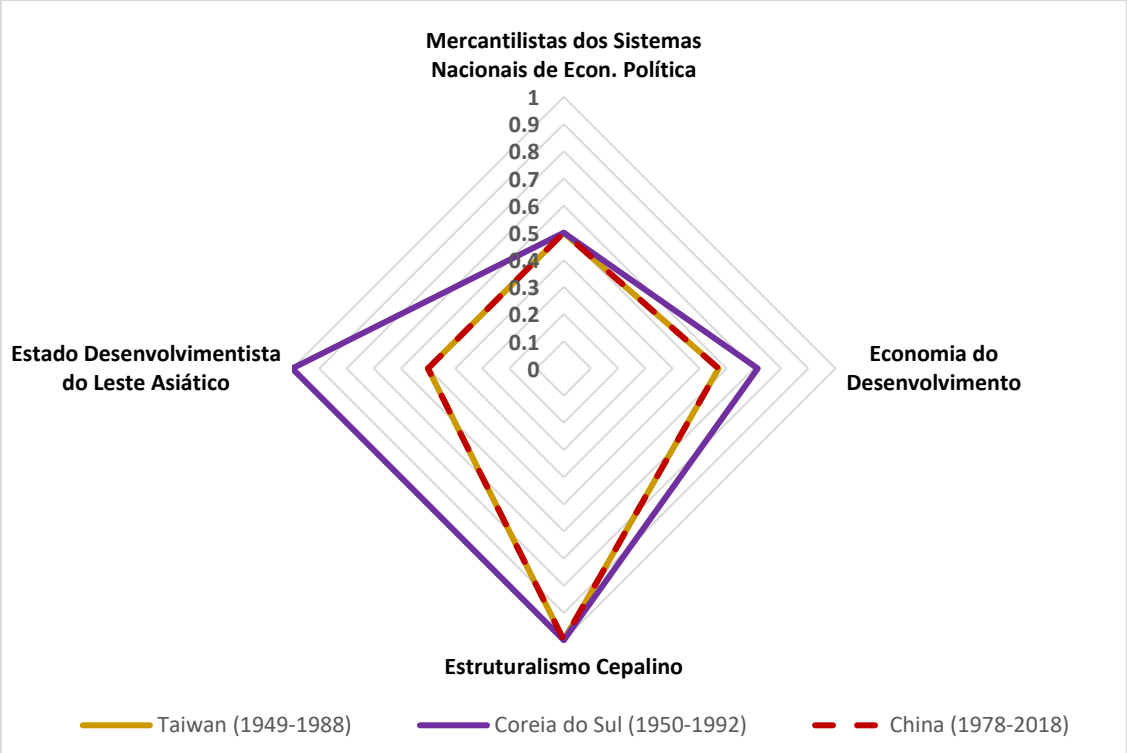
	setoriais complementados por políticas de indução do governo via subsídios e aperfeiçoamento técnico-laboral (Rosenstein-Rodan)	Parcial	Parcial	Parcial
	Vias de industrialização: "modelo russo"/autárquico ou via integração à DIT (Rosenstein-Rodan)	**Total** (*DIT*)	**Total** (*DIT*)	**Total** (*Modelo Russo; DIT*)
	Industrialização para superar dualismo e consequências deletérias do comércio assimétrico e dos investimentos externos induzindo atividades primárias (Hans Singer)	**Total**	**Total**	**Total**
	Existência de uma "oferta ilimitada de MDO" (Lewis)	**Total**	**Total**	**Total**
	Encadeamentos "para frente" e "para trás" (Hirschman)	**Total**	**Total**	**Total**
	Desenvolvimento com caráter geograficamente concentrado, ampliando desigualdade intrarregional dentro do território (Hirschman)	Parcial	**Total**	Parcial
	"Vantagens do atraso": países avançados como fontes de tecnologias; sendo aproveitadas via um Estado-empreendedor ou financiador, que financiará uma industrialização descontínua focada *necessariamente* em bens de produção/K (Gerschenkron)	Parcial	Parcial	Parcial
Estruturalismo Cepalino (Prebisch, 2011)	Industrialização como forma de superar deterioração dos TdT (Prebisch)	**Total**	**Total**	**Total**
Tipologia do Estado Desenvolvimentista	Existência de uma elite burocrática competente, não perdulária e relativamente			

do Leste Asiático – EDLA (Johnson, 1982)	pequena, responsável por apontar indústrias estratégicas a serem desenvolvidas, meios para fazê-lo e supervisão da execução do planejamento.	Parcial	**Total**	Parcial
	Sistema político que não imponha restrições ou vetos à agenda da burocracia decisória.	**Total**	**Total**	Parcial
	Intervenção estatal discricionária na esfera econômica.	**Total**	**Total**	**Total**
	Agência-piloto governamental concentrando poder e autonomia para a determinação dos planos de desenvolvimento, sua consecução e supervisão.	Parcial	**Total**	**Total**

Fonte: Elaboração própria.

Com base na tabela, fiz abaixo um esforço gráfico que se pretende representativo dos graus de enquadramento às literaturas. Procedi considerando o ponto 1 para o encaixe total em cada corpo teórico. Exemplo: se dado país atende a todos os 4 requisitos do tipo ideal do EDLA ou aos 7 aportes selecionados da Economia do Desenvolvimento, obterá grau máximo 1 (=100%). Caso falhe em atender algumas características institucionais ou elementos das trajetórias preconizados pelos autores, em via inversa, perderá pontuação conforme o grau de inadequação. Outro exemplo: um país que atenda apenas 2 dos 4 requisitos do EDLA, com dois enquadramentos totais e dois parciais, obterá o grau 0,5 (50% de fidedignidade). Se, por vez, atender 4 dos 7 da Economia do Desenvolvimento, obterá 0,57 (=57%). Não é um critério complexo ou muito elaborado, mas o considero ilustrativamente útil para mostrar, em linhas bem gerais, qual país apresenta a trajetória mais contemplativa a todas as variantes desenvolvimentistas desta tese.

Gráfico 16 – Matriz de Adequação às Literaturas Desenvolvimentistas



Fonte: Elaboração própria.

Fechando esta Seção 5.2, vê-se como a Coreia do Sul, no recorte temporal compreendendo seu *catching-up* mais intenso, **é o caso mais vinculado às tendências, fenômenos e aportes indicados pelas quatro literaturas como um todo, além de se encaixar integralmente na tipologia do EDLA**. **China e Taiwan, não obstante trajetórias igualmente matizáveis como desenvolvimentistas, possuem por várias razões** – as próprias ideologias de seus líderes, a conjuntura geopolítica, as condições materiais objetivas defrontadas e as linhas de ação tomadas ante as potências dominantes – **aspectos particulares e configurações institucionais que lhes distanciam um pouco** (em termos relativos) **dos corpos teóricos e as aproximam entre si**. **Dentre alguns, estratégias industrializantes tendo as SOEs na vanguarda da acumulação de capital, classes empresariais privadas débeis** (no que tange à constituição enquanto polo de poder no país) **e sistemas políticos hegemonizados por partidos de estruturação leninista, ainda que com ideologias e projetos nacionais distintos**. É claro, estou me referindo à RdC de Chiang Kai-shek e Ching-kuo (não da Taiwan contemporânea) e da RPC pós-reformas institucionais amalgamando mercado e planejamento.

***De qualquer forma, creio que tais proximidades levam à corroboração no mínimo parcial de minha Hipótese #2*, segundo a qual Taiwan e China podem ser classificadas num *subcluster* mais "estatista" de variante prática desenvolvimentista, enquanto Japão e Coreia ficariam noutro, conformado plenamente ao EDLA e tendo nos oligopólios empresariais privados os atores vanguardistas na coalizão política junto ao Estado**. Esta divisão analítica é enriquecedora tanto por reforçar a complexidade institucional que podemos encontrar na Ásia ao analisarmos suas economias políticas para além unicamente da dimensão polanyiana do Estado moldando os mercados, quanto por reiterar que o *catching-up* é factível sem um cardápio único; de modo que "muitos caminhos diferentes conduzem à Roma". Ou seja, o emparelhamento varia com as particularidades de cada caso nacional; justificando, portanto, a opção aqui feita de historicizar as trajetórias de desenvolvimento individualmente antes de me dirigir ao esforço comparativo.

Finalmente, passo agora à **Seção 5.3** encerrando esta Tese, recapitulando o que julgo ser a contribuição deste estudo e respondendo a importantíssima pergunta: **em vista dos aportes dessas literaturas as quais fiz uso, o que exatamente elas não explicam?** Após contemplar o leitor com tal resposta, procedo para as últimas considerações com apontamentos de meus próximos passos pretendidos na esteira da continuidade dessa agenda de pesquisa.

5.3. O que a literatura não explica e os encaminhamentos futuros para a agenda de pesquisa

Estes últimos parágrafos começam com uma justificativa. Estou ciente de que, ao comparar trajetórias de países diferentes num hiato de tempo nada trivial, compreendendo acontecimentos políticos fulcrais à afirmação de suas soberanias, à formação de suas classes político-societais e suas inserções econômicas no mundo, deixei de lado muitos elementos maiores e menores de suas histórias, cada uma representando um fascínio em si mesma. Nesse sentido, esta Tese se viu diante do *trade-off* entre inclusão e exclusão em estudos comparativos: quanto mais casos considerados, mais a reflexão analítica perde poder explicativo sobre as realidades nacionais isoladamente, embora continue válida em aportes sobre suas similitudes e diferenças, que afinal foi a minha intenção aqui.

A despeito de tais incompletudes, creio ter cumprido com os objetivos e respondido às hipóteses presentes na proposta de desenho metodológico dessa pesquisa. Mesmo tomando três países em recortes temporais distintos, um análogo para Taiwan e Coreia; e outro mais contemporâneo para a China, me arvorei sobre as três economias políticas de forma fiel ao critério considerado mais adequado para avaliar as transformações envolvendo o curso de *catching-up*. Ou seja, *a transição de paradigmas primários / agrários para industriais inseridos, ainda que com contornos próprios, no estado da arte da 3ª Revolução Industrial; corporificado no setor de eletrônicos e particularmente no nicho de semicondutores*.

O leitor pode argumentar que a China já gozava de base industrial não desprezível (o que é verdade, embora estivesse cheia de disfuncionalidades) quando anunciou suas reformas ao final da década de 1970. Não obstante, como o país ainda tinha a maioria da população vivendo no campo (sendo sua transformação estrutural, portanto, ainda incompleta) e não possuía uma economia de mercado, impossibilitando a interlocução com o corpo teórico do EDLA, privilegiei no recorte temporal a Era Deng como meu ponto de partida.

De todo modo, ao final dos recortes temporais mobilizados (1988, 1992 e 2018) o cenário era outro, denotando transformações de grande magnitude em intervalos curtos. Atualmente, inclusive, tomando 2018 como ano de referência, Taiwan (19,43%), Coreia (18,37%) e China (14,16%) são respectivamente os três maiores exportadores mundiais de microcircuitos; e, tomando os eletrônicos como um todo, a China lidera o mercado com 27,14%, seguida pela Coreia do Sul (7,60%) e pelos EUA praticamente empatados com os taiwaneses (6,88% x 6,86%).[460] Coreia e Taiwan, dando o "salto" pouco antes da China, foram auxiliados por dois fatores. O *primeiro* foi pela concentração industrial no segmento, no momento de seus *catching-ups*, ser menor vis-à-vis os tempos atuais, fornecendo janela mais ampla de possibilidades aos retardatários para se especializarem e acoplarem em tais cadeias; com valor agregado superior à maioria das demais indústrias de bens de capital.[461]

---

[460] Novamente, os dados foram extraídos do Atlas da Complexidade Econômica e constam no link: https://atlas.cid.harvard.edu/explore?country=undefined&product=8&year=2018&productClass=HS&target=Product&partner=undefined&startYear=1977.

[461] A indústria de semicondutores se originou ao final dos anos 1950 com as firmas Shockley e Fairchild no Vale do Silício dos EUA. Já entre 1967 e 1973, surgiriam as chamadas *manufaturadoras de dispositivos integrados* ("*Integrated Device Manufacturers*" - IDM) com a Intel (fabricando o primeiro circuito integrado 1K DRAM em 1971), a National Semiconductor, a Motorola e a AMD ("Advanced Micro Devices"); com os

O *segundo* fator foi por também contarem com imbricações junto ao Japão, que no final da década de 1980 havia sobrepujado o *market share* dos EUA em tal nicho (50% x 37%) e buscava vantagens competitivas com a fragmentação da produção, servindo como outra fonte – agora regionalmente próxima – de tecnologias e aprendizado (YEUNG, 2016).

Em suma, com a maior excelência tecnológica, capacidade organizacional e produtiva, empresas dos três países asiáticos emergiram e emergem (ainda nos anos 1990 para Coreia e Taiwan; e um pouco depois a China) como líderes globais na produção de semicondutores que, por vez, engendram imensa teia de bens eletrônicos. Mas, assim como suas trajetórias de desenvolvimento se diferenciaram pelas escolhas políticas no que tange às estratégias industrializantes, suas particularidades históricas e societais, o mesmo se deu em suas inserções em tais segmentos. *Taiwan*, ante a incapacidade de manufaturação em massa e alavancagem de ganhos de escala vis-à-vis os conglomerados sul-coreanos, optou pela especialização em *designs* originais e moderlos de "fornalha"; com empresas como UMC e TSMC despontando, sendo esta última, inclusive, a líder em serviços de fundição de semicondutores e adquirindo importância geopolítica estratégica exatamente por isto. Já na *Coreia do Sul*, firmas como Samsung e Hynix aproveitaram as sinergias intra-*chaebol* (particularidade do país) para acoplarem chips e circuitos integrados aos vários bens que suas subsidiárias produzem; para além das escalas potencializadoras oriundas de seu gigantismo (CHI, 1990). A *RPC*, por vez, adotou estratégia mista para o emparelhamento de suas firmas (Huawei, ZTE, Haier, Lenovo, SMIC, etc.), gozando de tremendo sucesso ao: lograr caminhos seguidos pelas empresas líderes porém com métodos produtivos mais criativos e dinâmicos; pular etapas do *catch-up*; e, por fim, criar rotas alternativas e próprias de sofisticação via inovação tecnológica graças às inversões em P&D (BREZNITZ e MURPHREE, 2011; JÜRGENSEN e MELLO, 2020).

Mesmo com estratégias destoantes, todas as firmas desses países tiveram de se articular em fragmentadas redes de produção globais, com inovações organizacionais e tecnológicas se mostrando recorrentemente necessárias para permanecerem na frente de seus competidores em busca do contínuo crescimento e lucratividade. Este elemento denotado me permite enfim retomar a questão colocada para esta **seção final** das minhas **Conclusões:**

EUA tendo amplo domínio, àquela altura, de quase toda a indústria. Nos anos 1980, contudo, o Japão em rápido curso de emparelhamento surgiu como principal desafiante a tal domínio estadunidense (YEUNG, 2016).

afinal, o que as quatro literaturas desenvolvimentistas não explicam nesses processos transformadores? Procederei com a resposta por meio da narrativa contida nos parágrafos abaixo.

Ao longo dos anos 1980, na Coreia do Sul e em Taiwan, parte da "autonomia inserida" de seus Estados foi se diluindo em meio às próprias transformações econômicas e sociais conforme tais países alcançavam configurações produtivas mais complexas. As empresas privadas dos dois países, cada vez mais ativas na crescente globalização, se desenraizaram aos poucos dos esquemas das estratégias de desenvolvimento domésticas para terem maior autonomia ante o governo; logrando acesso a novas fontes de recursos, conhecimentos, capacidades e acumulação para além só da fronteira nacional de origem. Mesmo não sendo vetores causais diretos dessa transformação, tal processo foi intensificado pelas crescentes pressões políticas e societais domésticas pela liberalização e democratização (YEUNG, 2016). De tal forma, a classe burguesa, agora numa rede mais complexa inter-firmas, dependia cada vez menos dos sistemas financeiros públicos, mobilizados pelos Estados como "*carrot-and-stick*" para exercerem sua influência sobre as decisões afetando as variáveis econômicas. *Este novo cenário fez autores como Cheng* (1990) *e Yeung* (2016) *apontarem os Estados Desenvolvimentistas dessas nações asiáticas como vítimas do próprio êxito, no sentido de sua industrialização rápida fazer emergirem novos e assertivos atores na política interna, por sua vez pressionando por significativa transformação no papel do Estado*.

Considero a visão exposta acima um pouco exagerada por apontar, de modo fatalista, que a difusão de poder pelo advento do sufrágio e pressão popular teria enfraquecido a orientação desenvolvimentista de tais países, assumindo – ainda que implicitamente – que a democracia (numa caricatura estilizada) seria eventual obstáculo à coerência das estratégias econômicas. **Esta é uma meia verdade**, até porque tais processos tiveram contornos e resultados diferentes em Taiwan e na Coreia do Sul. Como explorei junto a uma qualificada colega noutro trabalho, embora tenha de fato havido desmonte substantivo das capacidades estatais sul-coreanas, o mesmo não se deu em Taiwan pós-redemocratização; com a preservação, nesta última, de vários dispositivos regulatórios ajudando a ilha a atravessar a crise regional de 1997 quase incólume (SILVA e MOURA, 2020). E o próprio desmonte na Coreia do Sul guardou mais relação com escolhas de política econômica do próprio governo (tentativas de desregulamentação financeira de Chun; seguidas pelo desmantelamento

deliberado nos anos 1990) do que por demandas populares em particular. **Me parece, assim, que não existem elementos suficientes para corroborar qualquer elo determinista ou causal entre regimes políticos (autoritários ou democráticos) e desempenho econômico, até pelo fato de o nexo ditadura-democracia ser complexo demais para ser tratado em termos dicotômicos rasos.**

Mas, de fato, Yeung (2016: p.193) **está certo ao afimar que as transformações advindas da escalada no patamar tecnológico nesses países trouxeram contradições e desafios distintos aos das décadas de 1950 e 1960, onde o Estado era o único ator capaz de equacionar os dilemas coletivos "gerschenkronianos" pertinentes a investimentos massivos de larga escala para promover a manufatura infante**. Essas transformações, ao mesmo tempo, engendram e derivam de nova interface estrutural entre Estado e firmas em meio à globalização de capitais e fragmentação de cadeias produtivas. Yeung a sintetiza bem na seguinte passagem:

> "A transformação industrial agora se baseia na integração dinâmica de vantagens domésticas em evolução – um resultado contingente das intervenções do Estado – com novos aprendizados e oportunidades decorrentes de uma articulação mais profunda das empresas nacionais na economia global." (2016: p.189; tradução própria)

A transformação aludida pelo autor, é claro, se refere às indústrias de ponta englobadas no paradigma da 3ª Revolução Industrial em diante, onde à inovação tecnológica é imprimido um padrão bem maior de incerteza vis-à-vis os paradigmas anteriores, pertinentes muito mais à produção física e em larga escala de bens de consumo ou de capital. Tais indústrias de ponta foram tomadas nesta Tese como *ponto de chegada* nos recortes temporais, com os panos de fundo dos arcabouços institucionais, regulatórios e de políticas que fomentaram seus prelúdios em todos os três países sendo bem esmiuçados ao longo dos **Capítulos 2**, **3** e **4**.

Contudo, como o leitor pôde ver ao longo deste estudo, o salto à inserção em tais segmentos trouxe, aos poucos, uma gama bem mais ampla de instituições e variáveis envolvidas do que "meramente" a condução unilateral do setor privado pelo Estado via subsídios, financiamento, protecionismo ou políticas de *joint ventures*; sem contestar, é claro, a relevância de todos esses últimos elementos. Isto é nítido tanto em Taiwan e na

Coreia quanto na China. Nos dois primeiros, principalmente a partir dos anos 1980, novas inovações tecnológicas e aprendizados passaram a depender muito mais da articulação própria do ITRI-ERSO com seus *spin-offs* (hoje as cias privadas campeãs nacionais no setor) e do ERSO com as *chaebols* junto às empresas estrangeiras do que propriamente pelas diretrizes estatais do CEPD ou EPB; sem contar o crescente protagonismo do Ministério da Ciência e Tecnologia em ambos os casos (MATHEWS e CHO, 2000; GRAHAM, 2003; FULLER, 2002; MENGIN, 2015). Na China, de igual modo, a estratégia industrial também se vê totalmente imbricada às políticas de ciência, tecnologia e inovação definidas por um sistema nacional protagonizado pelo MoST e abrangendo gama amplíssima de atores (nacionais e locais), instituições governamentais, universidades, centros de pesquisa, *think tanks*, empresas, etc. (BREZNITZ e MURPHREE, 2011; CASTRO, 2016; JAGUARIBE, 2016a).

Ou seja, os determinantes da inovação e *catching-up* (ou mesmo a simples manutenção da posição de empresas líderes) **neste novo paradigma industrial são menos diretamente pecuniários e se mostram bem mais amplos, incertos, difusos e complexos**. **Justamente por isto, as literaturas desenvolvimentistas sobre as quais aqui me arvorei, até mesmo pelos seus próprios tempos históricos** (a mais recente, do EDLA, teve seu "ápice" entre a década de 1980 e início da de 1990), **me parecem crescentemente anacrônicas ou insuficientes em termos explicativos para dar conta da nova interface entre Estado e empresariado no mundo globalizado, fragmentado e financeirizado de hoje**. **Os corpos teóricos sob a égide do desenvolvimentismo são de fato pertinentes para entender o processo de inserção retardatária na DIT, elucidando muitos dos aspectos envolvendo o *catching-up* de economias políticas agrárias para industriais modernas exitosamente imersas nos padrões da 1ª e 2ª Revolução Industrial, mas perdem fôlego ante configurações produtivas recentes do capitalismo**. **Respondo, assim, à pergunta colocada para esta última Seção**.

Nesse sentido, me parece crucial, para continuar entendendo as transformações nesses países asiáticos (principalmente a China e suas singularidades, que constituem meu interesse-mor), a busca por novas literaturas ou blocos teóricos de economia política mais familiarizados com as dinâmicas de emparelhamento e *leap-frogging* nos contornos contemporâneos de um mundo em rápida transformação. Se, com relação ao Império do Meio

isoladamente, Jabbour *et al*. (2020) vêm trabalhando numa nova e promissora agenda centrada no conceito "neorangeliano" de ***Nova Economia de Projetamento***, a qual não me debruçei por razões de tempo e escopo; para dar prosseguimento aos meus estudos comparativos, por vez, seguirei os conselhos de Mariana Mazzucato (2013). Segunda a autora, o entendimento acurado das fases mais maduras das trajetórias de desenvolvimento e estratégias industriais voltadas ao estado da arte tecnológico de hoje passa, imperativamente, pelos "***ecossistemas de inovação***" e os atores políticos que os compõem. Destarte, a literatura dos ditos ***Sistemas Nacionais de Inovação***, inaugurada com os trabalhos seminais de Lundvall (1992) e Nelson (1993), me parece deter particular relevância; **sendo este o caminho que quero trilhar e o encaminhamento final para minha agenda de pesquisa futura**. Dito isto, agradeço a você, estimado leitor, pela atenção e paciência de ter me acompanhado até aqui neste estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVITZ, Moses. “Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind”. *The Journal of Economic History*, Vol. 46, No. 2, 1986. pp. 385-406.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as Nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da riqueza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ADELMAN, Irma. “State and Market in the Economic Development of Korea and Taiwan”. In.: THORBECKE, Eric; WAN, Henry (Eds.). *Taiwan’s Development Experience: Lessons on Roles of Government and Market*. New York: Springer Science+Business Media, 1999. pp.289-326.

AGARWALA, A.; SINGH, S. “Introdução”. In.: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. pp.9-14.

AKAMATSU, Kaname. “A Theory of Unbalanced Growth in the World Economy”. *Weltwirtschaftliches Archiv*, No.86, 1961. pp.196-217.

AMSDEN, Alice. “The State and Taiwan’s Economic Development”. In.: SKOCPOL, Theda *et al*. (Eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. pp.78-105.

_____. *Asia’s Next Giant: South Korea and Late Industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.

_____. *A Ascensão do “Resto”: Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

AMSDEN, Alice; CHU, Wan-wen. *Beyond Late Development: Taiwan’s Upgrading Policies*. Cambridge: The MIT Press, 2003.

ANDREONI, Antonio; CHANG, Ha-Joon. “Industrial policy and the future of manufacturing”. *Economia e Politica Industriale*, No. 43, 2016. pp.491-502.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____. *Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

AUTY, Richard. “The Impact of Heavy-industry Growth Poles on South Korea Spatial Structure”. *Geoforum*, Vol. 21, No. 1, 1990. pp.23-33.

BAGCHI, Amiya. "East Asian Capitalism: An Introduction". *Political Economy – Studies in the Surplus Approach*, Vol. 3, No. 2, 1987. pp.115-132.

BAIN, Joe. "Economies of Scale, Concentration, and the Condition of Entry in Twenty Manufacturing Industries". *The American Economic Review*, Vol. 44, No.1, 1954. pp.15-39.

BALASSA, Bela. *Development Strategies in Semi-industrial Economies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.

BANK OF KOREA. *Economic Statistics Yearbook - 1981*. 1981. Disponível em: < https://www.bok.or.kr/eng/bbs/B0000289/view.do?nttId=10046044&menuNo=400366&pageIndex=4 >. Acesso em 10 de julho de 2020.

BBC. *1979: South Korean President Killed*. 26 de Outubro de 1979. Disponível em: < http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/october/26/newsid_2478000/2478353.stm#startcontent >. Acesso em 26 de junho de 2020.

BECKLEY, Michael *et al*. "America's Role in the Making of Japan's Economic Miracle". *Journal of East Asian Studies*, Vol. 18, No. 1, 2018. pp.1-21.

BEESON, Mark. "What does China's Rise Mean for the Developmental State Paradigm?". In.: CARROLL, Toby; JARVIS, Darryl (Eds.). *Asia after the Developmental State: Disembedding Autonomy*. New York: Cambridge University Press, 2017. pp.174-197.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: UNESP, 2013.

BERGÈRE, Maria-Claire. *A Economia da China Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

BLECHER, Marc. *China against the Tides: Restructuring through Revolution, Radicalism and Reform*. 3. Ed. New York: Continuum, 2010.

BLYTH, Mark. *Austeridade: História de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BO, Zhiyue. "The Institutionalization of Elite Management in China". In.: NAUGHTON, Barry; YANG, Dali (Eds.). *Holding China Together: Diversity and National Integration in the Post-Deng Era*. New York: Cambridge University Press, 2004. pp.70-100.

BOBBIO, Norberto *et al*. *Dicionário de Política – Volume 2*. 11ª Ed. Brasília: Editora UnB, 1983.

BOLESTA, Andrzej. “China as a Post-Socialist Developmental State: Explaining Chinese Development Trajectory”. *Tese de Doutorado apresentada na London School of Economics and Political Science*, 2012. Disponível em: < http://etheses.lse.ac.uk/536/ >.

BOLTHO, Andrea; WEBER, Maria. “Did China follow the East Asian Development Model?”. In.: NAUGHTON, Barry; TSAI, Kellee (Eds.). *State Capitalism, Institutional Adaptation and the Chinese Miracle*. New York: Cambridge University Press, 2015. pp.240-264.

BOLTON, Derek. “North Korea’s Nuclear Program”. *American Security Project Report*, 2012. pp.1-6. Disponível em: < https://web.archive.org/web/20130425162315/http://americansecurityproject.org/ASP%20Reports/Ref%200072%20-%20North%20Korea%E2%80%99s%20Nuclear%20Program%20.pdf >. Acesso em 24 de junho de 2020.

BOSCHI, Renato Raul; GAITÁN, Flavio. “Politics and Development: Lessons from Latin America”. In.: BOSCHI, Renato Raul; SANTANA, Carlos Henrique (Eds.). *Development and Semi-Periphery: Post-neoliberal Trajectories in South America and Central Eastern Europe*. London: Anthem Press, 2012. pp.45-63.

BOWN, Chad; KOLB, Melina. “Trump’s Trade War Timeline: An Up-to-Date Guide”. *Peterson Institute for International Economics*, 18 de dezembro de 2020. Disponível em: < https://www.piie.com/blogs/trade-investment-policy-watch/trump-trade-war-china-date-guide >. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

BOYER, Robert. “State and Market: a new engagement for the twenty-first century?”. In.: BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (Eds). *States against Markets: the limits of globalization*. London: Routledge, 1996. pp.62-84.

BRESLIN, Shaun. “Financial transitions in the PRC: banking on the state?”. *Third World Quarterly*, Vol. 35, No. 6, 2014. pp.996-1013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Globalização e Competição: Por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. *A construção política do Brasil: Sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. “Estado, Estado-nação e formas de intermediação política”. *Lua Nova*, No.100, 2017. pp.155-185.

_____. “The Golden Age of Capitalism”. In.: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Rentier’s Capitalism*, 2020. *No prelo*.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. "South Korea and China's catching-up: a new-developmentalist analysis". *Brazilian Journal of Political Economy*, Vol. 40, No.2, 2020. pp.264-284.

BREZNITZ, Dan; MURPHREE, Michael. *Run of the Red Queen: Government, Innovation, Globalization and Economic Growth in China*. New Haven: Yale University Press, 2011.

BRØDSGAARD, Kjeld. "Politics and Business Group Formation in China: The Party in Control?". *The China Quarterly*, Vol. 211, 2012. pp.624-648.

BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la Independencia*. 2ª Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

BURLAMAQUI, Leonardo. "Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter-Keynes-Minsky approach". *Brazilian Journal of Political Economy*, Vol. 35, No. 4, 2015. pp.728-744.

BURNS, John. "China's Nomenklatura System". *Problems of Communism*, Vol. 36, 1987. pp.36-51.

BUSINESS SWEDEN. *Taiwan's Turning Tide: Exploring the Next Horizon for Asia's Hidden Manufacturing Powerhouse*, 2020. Disponível em: < https://www.business-sweden.com/globalassets/insights/reports/trade/taiwans-turning-tide.pdf >. Acesso em 10 de novembro de 2020.

CALDWELL, Alexander. "The Financial System in Taiwan: Structure, Functions and Issues for the Future". *Asian Survey*, Vol. 16, No.8, 1976. pp.729-751.

CANO, Wilson. "América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo". In.: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. pp.287-326.

CAO, Cong; SUTTMEIER, Richard; SIMON, Denis. "China's 15-year science and technology plan". *Physics Today*, dezembro de 2006. pp.37-43.

CARDOSO, Fernanda. *Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARR, Jennifer. *Major Companies of the Far East and Australasia 1991/1992 – Volume 2: East Asia*. London: Graham & Trotman, 1991.

CARRASCO, Lorenzo. “Apresentação do editor”. In.: CARRASCO, Lorenzo (Ed.). *Cartas da Economia Nacional contra o Livre Comércio*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009. pp.5-16.

CARROLL, Toby. “Late Capitalism and the Shift from the ‘Developmental State’ to the Variegated Market State”. In.: CARROLL, Toby; JARVIS, Darryl (Eds.). *Asia after the Developmental State: Disembedding Autonomy*. New York: Cambridge University Press, 2017. pp.93-123.

CARVALHO, Fernando Cardim de. “Bretton Woods aos 60 anos”. *Novos Estudos*, No. 70, 2004. pp.51-63.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto. *Economia Internacional*. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CASTRO, Antônio Barros de. “No Espelho da China”. *Seminários DIMAC*, No. 288. Brasília: IPEA, 2008. pp.1-13. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26244 >.

_____. “As novas tendências pesadas que estão moldando a economia mundial. In.: CASTRO, Ana Célia; CASTRO, Lavínia Barros de (Orgs.). *Antônio Barros de Castro: O Inconformista: Homenagem do Ipea ao Mestre*. Brasília: IPEA, 2011. pp.105-122.

CASTRO, Ana Célia. “Políticas de Inovação e Capacidades Estatais Comparadas: Brasil, China e Argentina”. *Texto para Discussão No. 2106*, Brasília: IPEA, 2015. pp.1-35.

_____. “Políticas de Inovação e Capacidades Estatais Comparadas: Brasil, China e Argentina”. In.: GOMIDE, Alexandre Ávila; BOSCHI, Renato Raul (Eds.). *Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada*. Brasília: IPEA, 2016. pp.137-163.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook – Field Listing: URBANIZATION*. Disponível em: < https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/349.html >. Acesso em 24 de julho de 2020.

CHANG, David. “U.S. Aid and Economic Progress in Taiwan”. Asian Survey, Vol. 5, No.3, 1965. pp.152-160.

CHANG, Ha-Joon. “The Economic Theory of the Developmental State”. In.: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999. pp.182-199.

_____. *Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. *The East Asian Development Experience: The Miracle, The Crisis and the Future*. London : TWN/Zed Books, 2006.

CHEN, Ling; NAUGHTON, Barry. *The Emergence of Chinese Techno-Industrial Policy: From Megaprojects to Strategic Emerging Industries, 2003-2011*. Janeiro de 2013. Disponível em: < http://inctpped.ie.ufrj.br/spiderweb/pdf/Chen_Ling_and_Barry_Naughton.pdf >. Acesso em 16 de agosto de 2020.

CHEN, Kang; SHIN, Jang-sup. "The Pattern of Financing Industrialization in China: Understanding Sources of Fixed Investment". *Global Economic Review: Perspectives on East Asian Economies and Industries*, Vol. 40, No. 2, 2013. pp.145-160.

CHENG, Li. "Political Localism Versus Institutional Restraints: Elite Recruitment in the Jiang Era". In.: NAUGHTON, Barry; YANG, Dali (Eds.). *Holding China Together: Diversity and National Integration in the Post-Deng Era*. New York: Cambridge University Press, 2004. pp.29-69.

CHENG, Tun-jen. "Political Regimes and Development Strategies: South Korea and Taiwan". In.: GEREFFI, Gary; WYMAN, Donald (Eds.). *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. pp.139-178.

CHI, Schive. "The Next Stage of Industrialization in Taiwan and South Korea". In.: GEREFFI, Gary; WYMAN, Donald (Eds.). *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. pp.267-291.

CHINA DAILY. *March 13, 1985: A 'decision on the reform of science and technology systems'*. 13 de março de 2011. Disponível em: < http://www.chinadaily.com.cn/china/cpc2011/2011-03/13/content_12474689.htm >. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

_____. *China unveils US$ 586b economic stimulus plan*. 10 de novembro de 2008. Disponível em: < https://www.chinadaily.com.cn/china/2008-11/10/content_7190332.htm >. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

CHINA SHIPBUILDING CORPORATION (CSBC). *About CSBC*. Disponível em: < https://www.csbcnet.com.tw/English/About/About/About.htm >. Acesso em 4 de agosto de 2020.

CHO, Kisuk. "Regionalism in Korean Elections and Democratization: An empirical analysis". *Asian Perspective*, Vol. 22, No.1, 1998. pp.135-156.

CHO, Young-chol. “The Chaebol Regime and the Developmental Coalition of Domination”. In.: LEE, Byeong-cheon (Ed.). *Developmental Dictatorship and the Park Chung-Hee Era: The Shaping of Modernity in the Republic of Korea*. New Jersey: Homa & Sekey Books, 2003. pp.108-133.

CINDY, Fan. “China’s Eleventh Five-Year Plan (2006-2010): From ‘Getting Rich First’ to ‘Common Prosperity’”. *Eurasian Geography and Economics*, Vol. 47, No. 6, 2006. pp.708-723.

CINTRA, Marcos. “As Instituições Financeiras de Fomento e o Desenvolvimento Econômico: As Experiências dos EUA e da China”. In.: FERREIRA, Francisco; MEIRELLES, Beatriz (Orgs.). *Ensaios sobre Economia Financeira*. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. pp.109-150.

CINTRA, Marcos; SILVA FILHO, Edison. “O Sistema Financeiro Chinês: A Grande Muralha”. In.: CINTRA, Marcos; SILVA FILHO, Edison; PINTO, Eduardo Costa (Orgs.). *China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2015. pp.425-490.

CLAY, Henry. “The American System”. In.: BYRD, Robert. *The Senate, 1789-1989: Classic Speeches, 1830-1993*. Vol. 3, Washington, D.C.: Government Printing Office, 1994. pp.83-116.

COHEN, Stephen; DELONG, Bradford. *Concrete Economics: The Hamilton Approach to Economic Growth and Policy*. Boston, Massachusetts: Harvard Business Review Press, 2016.

COLIGNON, Richard; USUI, Chikako. *Amakudari: The Hidden Fabric of Japan’s Economy*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, Daniel. *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

CORRÊA, Alexandre Palhano. *Segurança Energética da China: Um Estudo das Relações entre Estado e Mercado como Foco na Indústria do Petróleo e Gás Natural no Período de 1978 a 2010*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), 2012. Disponível em: < https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2012/Alexandre%20Palhano.pdf >.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

CROISSANT, Aurel. “Korea (Republic of Korea/South Korea”. In.: NOHLEN, Dieter *et al*. (Eds.). *Elections in Asia and the Pacific: A Data Handbook – Vol II: South East Asia, East Asia, and the South Pacific*. New York: Oxford University Press, 2001. pp.411-480.

CUMINGS, Bruce. *Korea’s Place in the Sun: A Modern History*. New York: W. W. Norton, 2005.

_____. *The Korean War: A History*. New York: The Modern Library Press, 2010.

CUNHA, Guilherme Lopes da; APPEL, Tiago Nasser. “Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia”. *Revista Científica General José Maria Córdova*, Vol. 12, No. 13, 2014. pp.89-105.

CYPHER, James; DIETZ, James. *The Process of Economic Development*. 4. Ed. London: Routledge, 2014.

DAVIES, Ian. “The Economic Significance of the Industrialisation Programme”. *The Australian Journal of Chinese Affairs*, No. 6, 1981. pp.1-20.

DELOITTE. *Semiconductors – The Next Wave: Opportunities and winning strategies for semiconductor companies*. Abril de 2019. Disponível em: < https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/technology-media-telecommunications/deloitte-cn-tmt-semiconductors-the-next-wave-en-190422.pdf >. Acesso em 2 de dezembro de 2019.

DEYO, Frederic. “State and labor: modes of political exclusion in East Asian development”. In.: DEYO, Frederic (Ed.). *The Political Economy of New Asian Industrialism*. Ithaca: Cornell University Press, 1987. pp.182-202.

DICKSON, Bruce. “The Lessons of Defeat: The Reorganization of the Kuomintang in Taiwan, 1950-1952”. *The China Quarterly*, Vol. 133, 1993. pp.56-84.

_____. *Wealth into Power: The Communist Party’s Embrace of China’s Private Sector*. New York: Cambridge University Press, 2008.

DONNITHORNE, Audrey. “China’s Economic Planning and Industry”. *The China Quarterly*, No. 17, 1964. pp.111-124.

DOOLEY, Michael; FOLKERTS-LANDAU, David; GARBER, Peter. “An Essay on the Revived Bretton Woods System”. *NBER Working Paper No. 9971*, 2003. pp.1-10.

DREYER, June. *China’s Political System: Modernization and Tradition*. London: The Macmillan Press, 1993.

DY, Manuel. "Social Justice in Sun Yat-Sen's The Three Principles of the People". Janeiro de 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/324948485_Social_Justice_in_Sun_Yat-Sen_%27s_The_Three_Principles_of_the_People >.

EASTMAN, Llyod. "Who Lost China? Chiang Kai-shek Testifies". *The China Quarterly*, Vol. 88, 1981. pp.658-668.

ECKERT, Carter. *Park Chung Hee and Modern Korea: The Roots of Militarism, 1866-1945*. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

EICHENGREEN, Barry. Globalizing Capital: A History of the International Monetary System. 2ª Ed. Princeton: *Princeton University Press*, 2008.

ETZKOWITZ, Henry. *The Triple Helix: University-Industry-Government Innovation in Action*. London: Routledge, 2008.

EVANS, Peter. *Dependent Development: The Alliance of Multinational, State, and Local Capital in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

_____. "O Estado como problema e solução". *Lua Nova*, Vol. 28, Abril de 1993. pp.107-156.

_____. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

_____. "The Eclipse of the State? Reflections on the Stateness in an Era of Globalization". *World Politics*, Vol. 50, No. 1, 1997. pp.62-87.

FALLOWS, James. *Looking at the Sun: The Rise of the New East Asian Economic and Political System*. New York: Vintage Books, 1995.

FEDERAL RESERVE BANK OF SAINT LOUIS. *Exchange Rate (market + estimated) for Province of China Taiwan*. Disponível em: < https://fred.stlouisfed.org/series/XRNCUSTWA618NRUG >. Acesso em 29 de junho de 2020.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de. "A Crise das Finanças Desregulamentadas: O que fazer". In.: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de (Orgs.). *A Crise Financeira Internacional: origens, desdobramentos e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2012. pp.103-113.

FEWSMITH, Joseph. *China Since Tiananmen: The Politics of Transition*. New York: Cambridge University Press, 2001.

_____. “Chinese Politics Under Hu Jintao: Riding the Tiger of Politics and Public Health”. *Problems of Post-Communism*, Vol. 50, No. 5, 2003.

FIORI, José Luís. *História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION (FAO). *Livestock commodities*. Disponível em: < http://www.fao.org/3/y4252e/y4252e05b.htm >. Acesso em 9 de maio de 2020.

FONSECA, Pedro Cézar Dutra. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”. In.: CALIXTRE, André Bojikian *et al*. (Orgs.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014. pp.29-78.

FORTUNE. *Fortune – Global 500*. Disponível em: < https://fortune.com/global500/2019/search/ >. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man on Earth*. London: Penguin Books, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lia Editor S. A., 1970.

GABOR, Francis. “The Trade Act of 1974 – Title IV: Considerations Involved in Granting Most-Favored-Nation-Status to the Nonmarket Economy Countries”. *International Lawyer*, Vol. 11, No. 3, 1977.

GABRIELE, Alberto. “The Role of the State in China’s Industrial Development: A Reassessment”. *Comparative Economic Studies*, Vol. 52, 2010. pp.324-350.

_____. *Enterprises, Industry and Innovation in the People’s Republic of China: Questioning Socialism from Deng to the Trade and Tech War*. Beach Road (Singapore): Springer, 2020.

GALA, Paulo. “Dois padrões de política cambial: América Latina e Leste Asiático”. *Economia e Sociedade*, Vol. 16, No. 1, 2007. pp.65-91.

_____. *Complexidade econômica: Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

_____. “O milagre chinês visto da ótica da complexidade econômica”. Disponível em: < https://www.paulogala.com.br/o-milagre-chines-visto-da-otica-da-complexidade/ >. Acesso em 30 de dezembro de 2020.

GALA, Paulo; MOREIRA, Uallace. *A guerra tecnológica entre China e EUA está acirrada: o caso dos semicondutores*. 22 de julho de 2020a. Disponível em: < https://www.paulogala.com.br/a-guerra-tecnologica-entre-china-e-eua-esta-acirrada-o-caso-dos-semicondutores/?fbclid=IwAR3EagPZWZfVQbgABSJO5LC9u7us-bZ1Re2zVHlANXAYtVtgHznbibACmdA >. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

GALA, Paulo; MOREIRA, Uallace. *SMIC: a China está creando seu campeão internacional de semicondutores e chips para lutar contra EUA e Taiwan*. 10 de agosto de 2020b. Disponível em: < https://www.paulogala.com.br/smic-a-china-esta-criando-seu-campeao-internacional-de-semicondutores-e-chips-para-lutar-contra-eua-e-taiwan/ >. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. 2 ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GATES, Hill. "Dependency and the Part-time Proletariat in Taiwan". *Modern China*, Vol. 5, No.3, 1979. pp.381-408.

GELBER, Harry. *O Dragão e os Demônios Estrangeiros: A China e o mundo, de 1100 A.C. aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GEREFFI, Gary. "Paths of Industrialization: An overview". IN.: GEREFFI, Gary; WYMAN, Donald (Eds.). *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. pp.3-31.

GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press, 1962.

GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global: A economia mundial no século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004.

GLOSNY, Michael. "Stabilizing the backyard: recent developments in China's policy toward Southeast Asia". In: EISENMAN, Joshua *et al* (Eds.) *China and the Developing World : Beijing's Strategy for the Twenty-First Century*. London: East Gate Books, 2007. p.150-186.

GLYN, Andrew *et al*. "The Rise and Fall of the Golden Age". In.: MARGLIN, Stephen; SCHOR, Juliet (Eds.). *The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Postwar Experience*. Oxford. Clarendon Press, 1990. pp.39-125.

GOHAR, Bushra. "South Korea: Road to Democracy". *Pakistan Horizon*, Vol. 41, No.2, 1988. pp.50-68.

GOLD, Thomas. *State and Society in the Taiwan Miracle*. New York: London: Routledge, 1986.

GOLDSTEIN, Avery. “The Diplomatic Face of China’s Grand Strategy: A Rising Power Emerging Choice”. *The China Quarterly*, No. 168, 2001. pp.835-864.

GOUREVITCH, Peter. *Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

GORE, Charles. “Methodological nationalism and the misunderstanding of the East Asian industrialisation”. *The European Journal of Development Research*, Vol. 8, No. 1, 1996. pp.77-122.

GOVERNMENT PORTAL OF THE REPUBLIC OF CHINA (TAIWAN). *History – Fact Focus*. Disponível em: < https://www.taiwan.gov.tw/content_3.php >. Acesso em 25 de julho de 2020.

GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE (U.S. GPO). *PUBLIC LAW 111–5—FEB. 17, 2009*. Disponível em: < https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-111publ5/pdf/PLAW-111publ5.pdf >. Acesso em 7 de maio de 2020.

GRAHAM, Edward M. *Reforming Korea’s Industrial Conglomerates*. Washington, DC: Institute for International Economics Press, 2003.

GREEN, Randall. “Human Rights and Most-Favored-Nation Tariff Rates for Products from the People’s Republic of China”. *Seattle University Law Review*, Vol. 17, No. 3, 1994. pp.611-636.

GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE. *Maddison Project Database 2018*. Disponível em: < https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2018 >. Acesso em 2 de dezembro de 2019.

GUTTMANN, Robert. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos*, No. 82, Novembro de 2008. pp.11-33.

HAGGARD, Stephan; YU, Zheng. “Institutional innovation and investment in Taiwan: the micro-foundations of the developmental state”. *Business and Politics*, Vol. 15, No. 4, 2013. pp.435-466.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. “As três versões do Neo-Institucionalismo”. *Lua Nova*, No. 58, 2003. pp.194-222.

HALTMAIER, Jane. “Challenges for the Future of Chinese Economic Growth”. *International Finance Discussion Papers*, No. 1072, 2013. pp.1-30.

HAMILTON, Alexander. *Relatório sobre as manufaturas*. Rio de Janeiro: Sociedade Ibero-americana, 1995.

_____. “Relatório sobre as manufaturas”. In.: CARRASCO, Lorenzo (Ed.). *Cartas da Economia Nacional contra o Livre Comércio*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009. pp.19-82.

_____. “Hamilton’s report on the public credit [January 9, 1790]”. In.: MORRIS, Richard (Ed.). *The Basic Ideas of Alexander Hamilton*. New York: Pocket Library, 1957a. pp.236-242.

_____. “Report on a National Bank [December 13, 1790]”. In.: MORRIS, Richard (Ed.). *The Basic Ideas of Alexander Hamilton*. New York: Pocket Library, 1957b. pp.268-272.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.

HASTINGS, Max. *The Korean War*. London: Guild Publishing, 1987.

HAYES, Adam. “Brownfield Investment”. *Investopedia*, 24 de maio de 2019. Disponível em: < https://www.investopedia.com/terms/b/brownfield.asp#:~:text=A%20brownfield%20(also%20known%20as,launch%20a%20new%20production%20activity.&text=The%20clear%20advantage%20of%20a,the%20buildings%20are%20already%20constructed. >. Acesso em 18 de agosto de 2020.

HEILMANN, Sebastian; SHIH, Lea. “The Rise of Industrial Policy in China, 1978-2012”. *Harvard-Yenching Institute Working Paper Series*, 2013. pp.1-24.

HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

HELLMANN, Olli. *Political Parties and Electoral Strategy: The development of party organization in East Asia*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

HIRSCHMAN, Albert. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

_____. “A Dissenter’s Confession: ‘The Strategy of Economic Development’ Revisited”. In.: MEIER, Gerald; SEERS, Dudley (Eds.). *Pioneers in Development*. New York: Oxford University Press, 1984. pp.85-118.

HO, Ming-sho. “Challenging State Corporatism: The Politics of Taiwan’s Labor Federation Movement”. *The China Journal*, No. 56, 2006. pp.107-127.

HO, Samuel. “Rural-Urban Imbalance in South Korea in the 1970s”. Asian Survey, Vol. 19, No. 7, 1979. pp.645-659.

_____. "Economics, Economic Bureaucracy, and Taiwan's Economic Development". *Pacific Affairs*, Vol. 60, No. 2, 1987. pp.226-247.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. *A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *A Era do Capital, 1848-1875*. 13ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. 11ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLCOMBE, Charles. *A History of East Asia: From the Origins of Civilization to the Twenty-First Century*. 2ª Ed. New York: Cambridge University Press, 2017.

HORIKANE, Yumi. "The Political Economy of Heavy Industrialisation: The Heavy and Chemical Industry (HCI) Push in South Korea in the 1970s". *Modern Asian Studies*, Vol. 39, No. 2, 2005. pp.369-397.

HSIEH, Chang-Tai; SONG, Zheng. "Grasp the large, let go of the small: The transformation of the State sector in China". *NBER Working Paper No. 21006*, 2015. pp.1-27.

HU, Angang. *Collective Presidency in China*. Beijing: Institute for Contemporary China Studies Press, 2013.

HUANG, Tai-lin. "White Terror exhibit unveils part of the truth". *Taipei Times*, 20 de maio de 2005. Disponível em: < http://www.taipeitimes.com/News/taiwan/archives/2005/05/20/2003255840 >. Acesso em 18 de agosto de 2020.

HUANG, Yasheng. *Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. New York: Cambridge University Press, 2008.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1952.

HUNG, Chia-Yu; TAO, Hung-Lin. "Revisiting the Lewisian turning point in Taiwan". *Journal of the Asia Pacific Economy*, Vol. 25, 2019. pp.472-500.

HUNG, Ho-Fung. "O Braço Direito dos Estados Unidos? O dilema da República Popular da China na crise global". *Novos Estudos*, No. 89, Março de 2011. pp.17-37.

HUNG-MAO, Tien; SHIAU, Chyuan-Jeng. "Taiwan's Democratization: A Summary". *World Affairs*, Vol. 155, No. 2, 1992. pp.58-61.

HUNTER, Janet; McNAUGHTAN, Helen. "Textile Workers in Japan, 1650-2000", 2010. (*mimeo*). Disponível em: https://www.academia.edu/5701219/A_History_of_Textile_Workers_in_Japan_1650-2000.

INFOMONEY. EUA atacam Huawei para que mundo não confie em 5G da China. 29 de janeiro de 2019. Disponível em: < https://www.infomoney.com.br/consumo/eua-atacam-huawei-para-que-mundo-nao-confie-em-5g-da-china/ >. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

_____. *Maior IPO do mundo é adiado indefinidamente após críticas a governo da China; entenda o imbróglio do Ant Group*. 19 de novembro de 2020. Disponível em: < https://www.infomoney.com.br/mercados/maior-ipo-do-mundo-e-adiado-indefinidamente-apos-criticas-a-governo-da-china-entenda-o-imbroglio-do-ant-group/ >. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. *Total primary energy supply (TPES) by source, Chinese Taipei 1990-2017*. Disponível em: < https://www.iea.org/data-and-statistics?country=TAIPEI&fuel=Energy%20supply&indicator=Total%20primary%20energy%20supply%20(TPES)%20by%20source >. Acesso em 4 de agosto de 2020.

JABBOUR, Elias. *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. "The political economy of reforms and the present Chinese transition". *Brazilian Journal of Political Economy*, Vol. 37, No. 4, 2017. pp.789-807.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. "Xi Jinping, a China recentralizada e a nova formação econômico-social". In.: JABBOUR, Elias. *China: Socialismo e Desenvolvimento Sete décadas depois*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2019. pp.133-136.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. "Socialization of Investment and Institutional Changes in China: A Heterodoxy Approach". *Forum for Social Economics*, Vol. 49, No. 3, 2020. pp.1-14.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. "A China e a 'Socialização do Investimento': Uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman". *Revista de Economia Contemporânea*, Vol. 22, No. 1, 2018. pp.1-23.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos; VELLOZO, Júlio. "A (Nova) Economia de Projetamento: O Conceito e suas Novas Determinações na China de Hoje". *Geosul*, Vol. 35, No. 77, 2020. pp.17-48.

JACOBY, Neil. “An Evaluation of U.S. Economic Aid to Free China, 1951-1965”. Washington, D.C.: *Agency for International Development Discussion Paper*, No. 11, 1966. pp.1-90.

JAGUARIBE, Anna. “China: estrategias de modernização alternativa”. *Desenvolvimento em Debate*, Vol. 2, No. 2, 2011. pp.39-49.

_____. “Capacidades Estatais Comparadas: A China e a Reforma do Sistema Nacional de Inovação”. In.: GOMIDE, Alexandre Ávila; BOSCHI, Renato Raul (Eds.). *Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada*. Brasília: IPEA, 2016a. pp.361-386.

_____. “Desafios da Economia Chinesa Hoje”. *IBRACH – Nota Técnica*, No. 3, 2016b.

_____. “Characteristics and Direction of China’s Global Investment Drive”. In.: JAGUARIBE, Anna (Ed.). *Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil*. Brasília: FUNAG, 2018. pp.17-50.

JIANG, Zemin. *Reforma e Construção da China*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

JOHNSON, Chalmers. *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. California: Stanford University Press, 1982.

_____. “The Developmental State: Odyssey of a Concept”. In.: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999. pp.32-60.

JUNG, Joo-Youn. “How a Powerful Bureaucracy Fell: The Abolition of the Economic Planning Board in South Korea”. Korea Observer, Vol. 42, No. 4, 2011. pp.551-581.

JÜRGENSEN, Felipe; MELLO, Leonardo. “Semicondutores, outro salto da China rumo à complexidade econômica?”. *Geosul*, Vol. 35, No. 77, 2020. pp.429-450.

KANG, David. *Crony Capitalism: Corruption and Development in South Korea and the Phillipines*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KANG, Joonkyu. *A Study of the DRAM industry*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gestão) – Massachusetts Institute of Technology (MIT), junho de 2010. Disponível em: < https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/59138 >. Acesso em 22 de junho de 2020.

KANG, Xuezhen; KANG, Chengwen. “Chinese Balance of Payment: Disequilibrium and the Influences”. *Advances in Social Science, Education and Humanities Research*, Vol. 121, 2017. pp.6-12.

KATZ, Richard. *Japan: The System that Soured – The Rise and Fall of the Japanese Economic Miracle*. London: East Gate Books, 1998.

KAY, Cristóbal. *Latin american theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.

_____. "Why East Asia overtook Latin America: agrarian reform, industrialisation and development". *Third World Quarterly*, Vol. 23, No.6, 2002. pp.1073-1102.

KEMP, Tom. *A Revolução Industrial na Europa do Século XIX*. Lisboa: Edições 70, 1985.

KIM, Byun-Kook. "Economic Policy and Economic Planning Board (EPB) in Korea". *Asian Affairs*, Vol. 18, No. 4, 1992. pp.197-213.

_____. "The Labyrinth of Solitude: Park and the Exercise of Presidential Power". In.: KIM, Byun-Kook; VOGEL, Ezra (Eds.). *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. London: Harvard University Press, 2011b. pp.140-167.

_____. "The Leviathan: Economic Bureaucracy under Park". In.: KIM, Byun-Kook; VOGEL, Ezra (Eds.). *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. London: Harvard University Press, 2011c. pp.200-232.

KIM, Byun-Kook; IM, Hyug-Baeg. "'Crony Capitalism' in South Korea, Thailand and Taiwan: Myth and Reality". *Journal of East Asian Studies*, Vol. 1, No. 1, 2001. pp.5-52.

KIM, Eun Mee; PARK, Gil-Sung. "The Chaebol". In.: KIM, Byun-Kook; VOGEL, Ezra (Eds.). *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. London: Harvard University Press, 2011. pp.265-294.

KIM, Kwan. "The Korean Miracle (1962-1980) Revisited: Myths and Realities in Strategy and Development". *Kellogg Institute Working Paper*, No. 166, 1991. pp.1-63.

KIM, Inhan. "Land Reform in South Korea under the U.S. Military Occupation, 1945-1948". *Journal of Cold War Studies*, Vol. 18, No. 2, 2016. pp.97-129.

KINDLEBERGER, Charles. *Economic Laws and Economic History*. New York: Cambridge University Press, 1997.

KINDLEBERGER, Charles; ALIBER, Robert. *Manias, Panics and Crashes: A History of Financial Crises*. 6ª Ed. London: Palgrave Macmillan, 2011.

KNIGHT, John. "China as a Developmental State". *The World Economy*, Vol. 37, No. 10, 2014. pp.1335-1347.

KOHLI, Atul. “Nationalist Versus Dependent Capitalist Development: Alternate Pathways of Asia and Latin America in a Globalized World”. *Studies in Comparative International Development*, Vol. 44, No. 4, 2009. pp.386-410.

KONG, Tat Yan. “Labour and Globalization: Locating the Northeast Asian newly industrializing countries”. *Review of International Political Economy*, Vol. 13, No.1, 2006. pp.103-128.

KOO, Hagen. “The interplay of state, social class, and world system in East Asian development: the cases of South Korea and Taiwan”. In.: DEYO, Frederic (Ed.). *The Political Economy of New Asian Industrialism*. Ithaca: Cornell University Press, 1987. 165-181.

KOREA FAIR TRADE COMMISSION (KFTC). *About KFTC – History*. Disponível em: < http://www.ftc.go.kr/eng/contents.do?key=497 >. Acesso em 7 de julho de 2020.

KPMG. “China ODI exceeded FDI in 2015 for the first time, led by the private sector”. *GCP News Alert*, 29 de setembro de 2016. Disponível em: < https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/cn/pdf/en/2016/09/china-odi-exceeded-fdi-2015-private-sector.pdf >. Acesso em 30 de dezembro de 2020.

KRAUSE, Lawrence; KIHWAN, Kim. *Liberalization in the Process of Economic Development*. Berkeley: University of California Press, 1991.

KRUEGER, Anne; YOO, Jungho. “Chaebol Captalism and the Currency-Financial Crisis in Korea”. In.: EDWARDS, Sebastian; FRANKEL, Jeffrey (Eds.). *Preventing Currency Crises in Emerging Markets*. Chicago: University of Chicago Press, 2002. pp.601-658.

LAI, Hongyi. “China’s Western Development Program: Its Rationale, Implementation, and Prospects”. *Modern China*, Vol. 28, No.4, 2002. pp.432-466.

LAI, Hongyi; KANG, Su-jeonh. “Economic Development and China’s Foreign Policy”. In.: KAVALSKY, Emilian (Ed.). *The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy*. Surrey: Ashgate, 2012. pp.113-121.

LARDY, Nicholas. *Markets over Mao: The Rise of Private Business in China*. Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2014.

LEÃO, Bruno. *Japão-China e a Integração Econômica no Leste Asiático: O Papel de Estados Nacionais e Redes Produtivas*. Brasília: FUNAG, 2010.

LEE, Dukhoon *et al*. “Recent Developments of Financial System in Korea”. *Economic Planning Agency Discussion Paper*, No. 30, 1984. pp.1-27. Disponível em: < http://www.esri.go.jp/jp/archive/dis/dis030/dis030a.pdf >.

LEE, Ching Kwan. “The Chinese Developmental State: Miracle or Mirage?”. In.: WILLIAMS, Michelle (Ed.). *The End of the Developmental State?*. London: Routledge, 2014. pp.103-125.

LEE, Sang-cheol. “Industrial Policy in the Park Chung-hee Era”. In.: LEE, Byeong-cheon (Ed.). *Developmental Dictatorship and the Park Chung-Hee Era: The Shaping of Modernity in the Republic of Korea*. New Jersey: Homa & Sekey Books, 2003. pp.80-107.

LEE, Young Jo. “The Countryside”. In.: KIM, Byun-Kook; VOGEL, Ezra (Eds.). *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. London: Harvard University Press, 2011b. pp.345-372.

LEE, Hwang. “Development of Competition Laws in Korea*”. ERIA Discussion Paper Series*, No.78, 2015. pp.1-26.

LENIN, Vladimir. *Collected Works – Volume 13: June 1907-April 1908*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1982.

_____. *Que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. 4ª Ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LEWIS, Arthur. “O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra”. In.: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. pp.406-456.

LI, Danhui; XIA, Yafeng. *Mao and the Sino-Soviet Split, 1959-1973: A New History*. Boulder: Lexington Books, 2018.

LI, Rebecca S. K. “Changing Developmental-ness of the State – The Case of China”. In.: CHU, Yin-Wah (Ed.). *The Asian Developmental State: Reexaminations and New Departures*. London: Palgrave Macmillan, 2017. pp.197-216.

LIEBERTHAL, Kenneth. *Governing China: From Revolution through Reform*. 2nd Ed. New York: W.W.Norton & Company, 2004.

LIN, Karen; LU, Xiaoyuan; ZHANG, Junsheng; ZHENG, Ying. “State-owned enterprises in China: A review of 40 years of research and practice”. *China Journal of Accounting Research*, Vol. 13, 2020. pp.31-55.

LIPSET, Seymour. “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”. *The American Political Science Review*, Vol. 53, No.1, 1959. pp.69-105.

LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. "Esboço de Economia Política Americana". In.: CARRASCO, Lorenzo (Ed.). *Cartas da Economia Nacional contra o Livre Comércio*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009. pp.87-172.

LO, Dic; WU, Mei. "The State and industrial policy in Chinese economic development". In.: KOZUL-WRIGHT, Richard *et al* (Eds.). *Transforming Economies: Making industrial policy work for growth, jobs and development*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2014. pp.307-326.

LONDON, Jonathan. "Varieties of States, Varieties of Political Economy: China, Vietnam and the Making of Market-Leninism". CARROLL, Toby; JARVIS, Darryl (Eds.). *Asia after the Developmental State: Disembedding Autonomy*. London: Cambridge University Press, 2017. pp.388-428.

LUNDVALL, Begnt-Ake (Ed.). *National Systems of Innovation: Toward a Theory of Innovation and Interactive Learning*. London: Pinter Publishers, 1992.

LUO, Dan. *The Development of the Chinese Financial System and Reform of Chinese Commercial Banks*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

MADDISON, Angus. *The World Economy: A Millenial Perspective*. Paris: OCDE, 2001.

MAH, Jai. "Industrial Policy and Economic Development: Korea's Experience". *Journal of Economic Issues*, Vol. 41, No. 1, 2007. pp.77-92.

MAH, Luis Paulo. *Strategic Actions and Public Policy Outcomes: Leadership and Institutional Change in South Korea, 1960s-1990s*. Tese de Doutorado. The London School of Economics and Political Science, 2004. Disponível em: < http://etheses.lse.ac.uk/2670/ >.

MANN, Michael. "The autonomous power of the State: its nature, mechanisms and results". *European Journal of Sociology*, Vol. 25, No. 2, 1984. pp.185-213.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

MARKETWATCH. *Here's who owns a record $21.21 trillion of U.S. debt*. 23 de agosto de 2018. Disponível em: < https://www.marketwatch.com/story/heres-who-owns-a-record-2121-trillion-of-us-debt-2018-08-21 >. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

MARTI, Michael. *A China de Deng Xiaoping: O homem que pôs a China na cena do Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2007.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política – Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital, Volume II*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MASIERO, Gilmar. "Origens e desenvolvimento das *Township and Village Enterprises* (TVEs) chinesas". *Revista de Economia Política*, Vol. 26, No. 3, 2006. pp.425-444.

MATHEWS, John; CHO, Dong-Sung. *Tiger Technology: The Creation of Semiconctor Industry in East Asia*. New York: Cambridge University Press, 2000.

MAZUMDAR, Dipak. "Rural-Urban Migration in Developing Countries". In.: MILLS, E.S. (Ed.). *Handbook of Regional and Urban Economics – Volume 11*. Elsevier Science Publishers, 1987. pp.1097-1128.

MAZZUCATO, Mariana. *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. London: Anthem Press, 2013.

McDONALD, Forrest. *Alexander Hamilton – A Biography*. New York: W. W. Norton, 1982.

McNALLY, Christopher. "The evolution and contemporary manifestations of Sino-capitalism". In.: BECKER, Uwe (Ed.). *The Brics and emerging economies in comparative perspective: political economy, liberalization and institutional change*. London: Routledge, 2014. pp.53-78.

McNALLY, Christopher; WRIGHT, Teresa. "Sources of social support for China's current political order: The 'thick embeddedness' of private capital holders". *Communist and Post-Communist Studies*, Vol. 43, 2010. pp.189-198.

McNAMARA, Dennis. "Reincorporation and the American State in South Korea: The Textile Industry in the 1950s". *Sociological Perspectives*, Vol. 35, No. 2, 1992. pp.329-342.

McQUARRIE, Michael. "The revolt of the Rust Belt: place and politics in the age of anger". *The British Journal of Sociology*, Vol. 68, 2017. pp.120-152.

MEDEIROS, Carlos. "Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China". *Revista de Economia Política*, Vol. 19, No. 3, 1999. pp.93-112.

_____. "O Ciclo Recente de Crescimento Chinês e seus Desafios". *Observatório de Economia Global*, No.3, 2010. pp.1-23.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. "Padrões monetários internacionais e crescimento". In.: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. pp.119-151.

MEIER, Gerald. "The Formative Period". In.: MEIER, Gerald; SEERS, Dudley (Eds.). *Pioneers in Development*. New York: Oxford University Press, 1984. pp.3-26.

MENGIN, Françoise. *Fragments of an Unfinished War: Taiwanese Entrepreneurs and the Partition of China*. New York: Oxford University Press, 2015.

MING, Xia. *The Dual Developmental State: Development Strategy and Institutional Arrangements for China's Transition*. London: Routledge, 2018.

MINNS, John. *The Politics of Developmentalism: The Midas States of Mexico, South Korea and Taiwan*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

MINNS, John; TIERNEY, Robert. "The Labour Movement in Taiwan". *Labour History*, No. 85, 2003. pp.103-128.

MISHRA, Vidya. "China' Four Modernizations: Historical Perspective". *Proceedings of the Indian History Congress*, Vol. 49, 1988. pp.575-578.

MIZOGUCHI, "Estimates of the Long-run Economic Growth of Taiwan based on Revised SNA (1901-2000) statistics", Trabalho apresentado na Universidade de Hitotsubashi, Tóquio, em 9 de setembro de 2005. Disponível em: http://hi-stat.ier.hit-u.ac.jp/information/schedule/schedulelog/S050/TM.pdf.

MOON, Chung-in; RHYU, Sang-young. "'Overdeveloped' State and the Political Economy of Development in the 1950s: A Reinterpretation". *Asia Perspective*, Vol. 23, No. 1, 1999. pp.179-203.

MOON, Chung-in; JUN, Byung-joon. "Modernization Strategy: Ideas and Influences". In.: KIM, Byun-Kook; VOGEL, Ezra (Eds.). *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. London: Harvard University Press, 2011. pp.115-139.

MOON, Chung-in; PRASAD, Rashemi. "Beyond the Developmental State: Networks, Politics and Institutions". *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, Vol. 7, No. 4, 1994. pp.360-386.

MOORE, Mick. "Economic Growth and the Rise of Civil Society: Agriculture in Taiwan and South Korean". In.: WHITE, Gordon (Ed.). *Developmental States in East Asia*. Basingstoke: The MacMillan Press, 1988. pp.113-152.

MORRIS, Richard. "Economic Program". In.: MORRIS, Richard (Ed.). *The Basic Ideas of Alexander Hamilton*. New York: Pocket Library, 1957. pp.231.

MOTOHASHI, Kazuyuji. "China's National Innovation System Reform and Growing Science Industry Linkage". *Asian Journal of Technology Innovation*, Vol. 14, No. 2, 2006. pp.49-61.

MOURA, Rafael. “A desaceleração chinesa e o ‘Novo Normal’: implicações estruturais para a economia e o setor financeiro doméstico”. *Desenvolvimento em Debate*, Vol. 3, No. 2, 2015. pp.79-109.

_____. “O arcabouço institucional das reformas econômicas da China – um olhar sobre o papel do Estado no desenvolvimento”. *Revista Estudos Políticos*, Vol. 7, No. 2, 2016. pp.202-229.

MURILLO, David; SUNG, Yun-Dal. “Understanding Korea Capitalism: Chaebols and their Corporate Governance”. *ESADEgeo Position Paper*, No. 33, 2013. pp.1-11.

MYERS, Ramon; LIN, Hsiao-ting. *Breaking with the Past: The Kuomintang Central Reform Committee on Taiwan, 1950-1952*. Stanford: Hoover Institution Press, 2007.

NAUGHTON, Barry. “Deng Xiaoping: The Economist”. *The China Quarterly*, No. 135, 1993. pp.491-514.

_____. *The Chinese Economy – Transitions and Growth*. Massachusetts: The MIT Press, 2007.

_____. “Is China Socialist?”. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 31, No. 1, 2017. pp.3-24.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. *China Statistical Yearbook, 2018*. Disponível em: < http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2018/indexeh.htm >. Acesso em 2 de dezembro de 2019.

_____. *China Statistical Yearbook, 2019*. Disponível em: < http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2019/indexeh.htm >. Acesso em 16 de janeiro de 2021.

NELSON, Richard (Ed.). *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

NERY, Tiago. *A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950-1990*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2011.

NOGUEIRA, Isabela. *Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), 2011. Disponível em: < https://www.academia.edu/21529776/Desenvolvimento_Econ%C3%B4mico_Distribui%C3%A7%C3%A3o_de_Renda_e_Pobreza_na_China_Contempor%C3%A2nea_Instituto_de_Economia_Universidade_Federal_do_Rio_de_Janeiro_2011_ >.

_____. "Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China". *Carta Internacional*, Vol. 14, No. 2, 2019. pp.27-51.

NOGUEIRA, Isabela; HAO, Qi. "State and Capitalist Class in China's Economic Transition: From Great Compromise to Strained Alliance". *Political Economy Research Institute Working Paper No. 467*, 2018. pp.1-29. Disponível em: < https://www.peri.umass.edu/publication/item/1103-state-and-capitalist-class-in-china-s-economic-transition-from-great-compromise-to-strained-alliance >.

NOLAN, Peter. *Re-balancing China: Essays on the Global Financial Crisis: Industrial Policy and International Relations*. London: Anthem Press, 2013.

NOLAN, Peter; ASH, Robert. "China's Economy on the Eve of Reform". *The China Quarterly*, No. 144, 1995. pp.980-998.

NORMAN, Herbert. *Japan's Emergence as a Modern State: Political and Economic Problems of the Meiji Period*. Toronto: UBC Press, 2000.

NOZAKI, William *et al*. "A Ascensão Chinesa e a Nova Geopolítica e Geoeconomia das Relações Sino-Russas". In.: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira *et al*. (Orgs.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011. pp.195-233.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). *What does South Korea export? (1979)*. Disponível em: < https://oec.world/en/visualize/tree_map/sitc/export/kor/all/show/1979/ >. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

OI, Jean. *Rural China Takes-Off: Institutional Foundations of Economic Reform*. Berkeley: University of California Press, 1999.

OKABE, Yasunobu. "Reacting to Financial Crises – Institutional Path Dependence in Korea and Thailand". In.: PEMPEL, T.J.; TSUNEKAWA, Keiichi (Eds.). *Two Crises, Different Outcomes*. Ithaca: Cornell University Press, 2015. pp.90-109.

OKSENBERG, Michel; TONG, James. "The Evolution of Central-Provincial Fiscal Relations in China, 1971-1984: The Formal System". *The China Quarterly*, No. 125, 1991. pp.1-32.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÎMICO (OCDE). "Shipbuilding industry in Chinese Taipei". *OECD Council Working Party on Shipbuilding Working Paper*, No. 6, 2009. pp.1-38. Disponível em: < https://www.oecd.org/sti/ind/47500389.pdf >. Acesso em 4 de agosto de 2020.

_____. *OECD Economic Surveys: Korea 1998*. Paris: OECD, 1998. Disponível em: < https://read.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-korea-1998_eco_surveys-kor-1998-en#page69 >. Acesso em 9 de julho de 2020.

_____. *OECD Economic Surveys: Korea 2000*. Paris: OECD, 1998. Disponível em: < https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-korea-2000_eco_surveys-kor-2000-en >. Acesso em 10 de julho de 2020.

ÖRVÉN, Johanna. *Are Innovative Chinese MNEs Becoming Successful Brands Because of Government Policies or Effective Strategies? A Case study of two of successful Chinese Brands, Haier and Lenovo*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Criação Estratégica de Mercado) - Escola de Negócios de Copenhagen, Copenhagen, p.77. 2014. Disponível em: < https://research.cbs.dk/da/studentProjects/78bfc881-7cdb-4563-a3c5-406e4a196a08 >.

OSHIMA, Harry. "Kuznet's Curve and Asian Income Distribution Trends". *Hitotsubashi Journal of Economics*, Vol. 33, 1992. pp.95-111.

PACK, Howard; SAGGI, Kamal. "The case for industrial policy: a critical survey". *World Bank's Development Research Group Working Paper*, 2016. pp.1-41.

PADULA, Raphael. "Friedrich List". *Oikos*, No. 8, ano VI, 2007. pp.161-180.

PADULA, Raphael; FIORI, José Luís. "Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List". *Revista de Economia Política*, Vol. 39, No. 2 (155), 2019. pp.236-252.

PALMA, José Gabriel. "Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos EUA no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina". In.: FIORI, José Luís (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp.393-451.

PARANÁ, Edemilson; RIBEIRO, Valéria. "Virtù e Fortuna: A trajetória da ação desenvolvimentista chinesa e seus desafios contemporâneos". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, No. 54, 2019. pp.35-73.

PAULA, Luiz Fernando de; JABBOUR, Elias. "China e seu Catching-Up: Uma abordagem desenvolvimentista clássica". In.: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO (Org.). *Prêmio ABDE-BID Edição 2016 – Coletânea de trabalhos*. Rio de Janeiro: ABDE-BID, 2016. pp.45-76.

PEMPEL, T. J. "Introduction". In.: PEMPEL, T. J. (Ed.). *The Politics of the Asian Economic Crisis*. Ithaca: Cornell University Press, 1999. pp.1-14.

_____. "The Developmental Regime in a Changing World Economy". In.: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999. pp.137-181.

_____. "Two Crises, Two Outcomes". In.: PEMPEL, T.J.; TSUNEKAWA, Keiichi (Eds.). *Two Crises, Different Outcomes: East Asia and Global Finance*. Ithaca: Cornell University Press, 2015. pp.17-38.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA). *12º Five Year Plan of the People's Republic of China*. 2011. Disponível em: < https://www.greengrowthknowledge.org/sites/default/files/downloads/policy-database/CHINA%29%20The%2012th%20Five-Year%20Plan%20%282011-2015%29.pdf >. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

PEPPER, Suzanne. "The KMT-CCP conflict, 1945-1949". In.: EASTMAN, Lloyd *et al*. *The Nationalist Era in China, 1927-1949*. New York: Cambridge University Press, 1991. pp.291-356.

PERKINS, Dwight. *East Asian Development: Foundations and Strategies*. London: Harvard University Press, 2013.

PIERCE, David. "The Legal and Administrative Framework for Foreign Investment in Taiwan". *Pacific Basin Law Journal*, Vol. 7, 1990. pp.1-34.

PIERSON, Paul. *Politics in time: history, institutions, and social analysis*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1994.

PING, Lin. "The evolution of competition law in East Asia". In.: MEDALLA, Erlinda (Ed.). *Competition Policy in East Asia*. London: Routledge, 2005. pp.15-40.

PINTO, Aníbal. "Heterogeneidad Estructural y Modelo de Desarrollo Reciente de la America Latina". *Lecturas del Fondo de Cultura Económica*, No. 3, 1973. pp.1-54. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35058/S7300508_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y >.

PINTO, Eduardo Costa. "O Eixo Sino-Americano e as Transformações do Sistema Mundial: Tensões e Complementaridades Comerciais, Produtivas e Financeiras". In.: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira *et al*. (Orgs.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011. pp.19-78.

POHANG IRON AND STEEL COMPANY LTD. (POSCO). *History of POSCO*. Disponível em: < http://www.posco.com/homepage/docs/eng6/jsp/company/posco/s91a1000012c.jsp >. Acesso em 26 de junho de 2020.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press, 2001.

PRATES, Daniela. “O Efeito-Contágio da Crise Global sobre os Países Emergentes”. In.: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de (Orgs.). *A Crise Financeira Internacional: origens, desdobramentos e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2012. pp.151-154.

PREBISCH, Raul. *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios* (Org. de Adolfo Gurrieri). Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

PROENÇA, Adriano. “Projeto para a década: o ‘Novo Normal’ Chinês”. *IBRACH – Nota Técnica*, No. 1, 2015. pp.1-11.

_____. “Inovação no ‘Novo Normal’: Desafios na nova fase do projeto chinês de desenvolvimento”. *IBRACH – Nota Técnica*, No. 2, 2015. pp.1-13.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. “Modernization: Theories and Facts”. *World Politics*, Vol. 49, No.2, 1997. pp.155-183.

QIAN, Yingyi. “How Reforms Worked in China”. *William Davidson Working Paper*, No. 473, 2002. pp.1-61.

QUAIN, Sampson. *The Definitions of “Upstream” and “Downstream” in the Production Process*. 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: < https://smallbusiness.chron.com/definitions-upstream-downstream-production-process-30971.html#:~:text=It's%20not%20unusual%20to%20hear,products%20get%20produced%20and%20distributed. >. Acesso em 22 de outubro de 2020.

REICH, Robert. *The Work of Nations: Preparing Ourselves for 21st Century Capitalism*. New York: Vintage Books, 1992.

REINERT, Erik. *Como os países ricos ficaram ricos…e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

REPUBLIC OF CHINA. *National Statistics – Table: Principal Figures -Annual*. Disponível em: http://statdb.dgbas.gov.tw/pxweb/Dialog/varval.asp?ma=NA8101A1A&ti=Principal%20Figures-Annual&path=../PXfileE/NationalIncome/&lang=1&strList=L. Acesso em 2 de Março de 2020.

_____. *Statistical Yearbook of the Republic of China*, Taipei: Directorate-General of Budget, Accounting and Statistics, 2007. Disponível em: https://www.stat.gov.tw/public/data/051416124271.pdf.

_____. *Taiwan Statistical Data Book*. Taipei: National Development Council, 2016.

RHYU, Sang-young; LEW, Seok-jin. "Pohang Iron & Steel Company". In.: KIM, Byun-Kook; VOGEL, Ezra (Eds.). *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. London: Harvard University Press, 2011. pp.322-344.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RICH, Frederic. "Joint Ventures in China: The Legal Challenge". *The International Lawyer*, Vol. 15, No. 2, 1981. pp.183-211.

RIGGER, Shelley. *Why Taiwan Matters: Small Island, Global Powerhouse*. Boulder: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2011.

RINZA, Marianne. "Taiwan (Republic of China". In.: NOHLEN, Dieter *et al*. (Eds.). *Elections in Asia and the Pacific: A Data Handbook – Vol II: South East Asia, East Asia, and the South Pacific*. New York: Oxford University Press, 2001. pp.525-567.

RISKIN, Carl. *China's Political Economy: The Quest for Development since 1949*. New York: Oxford University Press, 1987.

_____. "China and the (Human) Developmental State". *Working Paper*, 2007. pp.1-27. Disponível em: < http://www.qc-econ-bba.com/facultypages/riskin/Papers/China_and_the_Dev_State_WP.pdf >.

RITCHIE, Hannah; ROSER, Max. *Meat and Dairy Production*. Disponível em: < https://ourworldindata.org/meat-production >. Acesso em 8 de maio de 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; MOURA, Rafael. "De la Ilusión de las Commodities a la Especialización Regresiva: América del Sur, China y la nueva etapa de la dependencia en el Siglo XXI". *Revista Papel Político*, Vol. 24, No. 2, 2019. pp.1-27.

RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. Nova Iorque: W. W. Norton, 2012.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul. "Notes on the Theory of the 'Big Push'". Cambridge, Massachusetts: Center for International Studies, 1957. pp.1-17.

_____. "Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental". In.: AGARWALA, A.; SINGH, S. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. pp.251-262.

_____. “Natura Facit Saltum: Analysis of the Disequilibrium Growth Process”. In.: MEIER, Gerald; SEERS, Dudley (Eds.). *Pioneers in Development*. New York: Oxford University Press, 1984. pp.207-221.

RUBINSTEIN, Murray. “Taiwan’s Socioeconomic Modernization, 1971-1996”. In.: RUBINSTEIN, Murray (Ed.). *Taiwan – A New History*. New York: M. E. Sharpe, 1999. pp.366-402.

RUESCHEMEYER, Dietrich; EVANS, Peter. “The State and Economic Tranformation: Toward an Analysis of the Conditions Underlying Effective Intervention”. In.: SKOCPOL, Theda *et al*. (Eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. pp.44-77.

RUGGIE, John Gerard. “International Regimes, Transaction, and Change”. *International Organization*, Vol. 36, No. 2, 1982. pp.379-415.

RUSSU, Corneliu. “Industrial Policy: Concept Clarification. Convergent and Controversial Views”. *Economic Insights – Trends and Challenges*, Vol. 3 / LXVI, No. 2, 2014. pp.41-53.

SAICH, Tony. *Governance and Politics of China*. 4th Ed. London: Palgrave Macmillan, 2015.

SAMUELS, Richard. *“Rich Nation, Strong Army”: National Security and the Technological Transformation of Japan*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

SAMUELSON, Paul. “International Trade and Equalisation of Factor Prices”. *Economic Journal*, No. 58, junho de 1948.

SANTANA, Carlos Henrique. “Critical Junctures, Institutional Legacies and Epistemic Communities: A Development Agenda in Brazil”. In.: BOSCHI, Renato Raul; SANTANA, Carlos Henrique (Eds.). *Development and Semi-Periphery: Post-neoliberal Trajectories in South America and Central Eastern Europe*. London: Anthem Press, 2012. pp.201-235.

SANTOS, Fabiano; MOURA, Rafael. “¿Camino al fracaso? La economía política de la crisis brasileña”. *Desarrollo Económico*, Vol.58, No. 226, 2019. pp.314-372.

SAVADA, Andrea; SHAW, William. *South Korea: a country study*. 4ª Ed. Federal Research Division: Library of Congress, 1992.

SCHMIDT, Dirk. “The Financial Crisis and Its Impact on China”. *China Analysis*, No. 67, 2009. pp.1-4.

SCHMITTER, Philippe. “Still the Century of Corporatism?”. *The Review of Politics*, Vol. 36, No. 1, 1974. pp.85-131.

SCHWAB, Klaus. *The Fourth Industrial Revolution*. New York: Currency / Penguin Random House, 2016.

SCOTT, Robert. *Growth in U.S.-China trade deficit between 2001 and 2015 cost 3.4 million jobs*. Washington, D.C.: Economic Policy Institute Report, 2017. pp.1-93. Disponível em: < https://files.epi.org/pdf/114752.pdf >.

SEA EUROPE. *SEA Europe Shipbuilding Market Monitoring Report No. 46*, Março de 2019. Disponível em: < https://danskemaritime.dk/wp-content/uploads/2017/04/SEA-MM-REPORT-No-46-FY-2018.pdf >. Acesso em 26 de junho de 2020.

SEAGRAVE, Sterling. *Lords of the Rim: The Invisible Empire of Overseas Chinese*. London: Corgi Books, 1995.

SHAMBAUGH, David. "Deng Xiaoping: The Politician". *The China Quarterly*, No. 135, 1993. pp.457-490.

_____. *China Goes Global: The Partial Power*. New York: Oxford University Press, 2013.

SHAPIRO, Helen; TAYLOR, Lance. "The State and Industrial Strategy". *World Development*, Vol. 18, No. 6, 1990. pp.861-878.

SHIN, Yong-Ha. "Land Reform in Korea, 1950". *Bullettin of the Population and Development Studies Center*, Vol. 5, 1976. pp.14-31.

SHIRK, Susan. *The Political Logic of Economic Reform in China*. Berkeley: University of California Press, 1993.

SILVA, Roberta; MOURA, Rafael. "Redesign or Demise of Old Developmental States? East Asia in the 2008 Post-Financial Crisis". *Brazilian Journal of Political Economy*, Vol. 40, No. 4, 2020.

SIMONE, Vera. *The Asian Pacific: Political and Economic Development in a Global Context*. 2. Ed. San Francisco: Longman, 2001.

SINGER, Hans. "The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries". *The American Economic Review*, Vol. 40, No. 2, 1950. pp.473-485.

SO, Alvin. "Rethinking the Chinese Developmental Miracle". In.: HUNG, Ho-Fung (Ed.). *China and the Transformation of Global Capitalism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009. pp.50-64.

SOBREIRA, Rogério. “Os derivativos e a crise de crédito”. In.: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de (Orgs.). *A Crise Financeira Internacional: origens, desdobramentos e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2012. pp.69-73.

SOMBART, Werner. *Socialism and the Social Movement*. New York: E. P. Dutton & Co. McMix, 1909.

_____. *Il capitalismo moderno*. Milano: Ledizioni, 2014.

SPENCE, Jonathan. *Em Busca da China Moderna: Quatro séculos de história*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

STALLINGS, Barbara. “The Role of Foreign Capital in Economic Development”. In.: GEREFFI, Gary; WYMAN, Donald (Eds.). *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization and East Asia and Latin America*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. pp.55-89.

STATE-OWNED ASSET SUPERVISION AND ADMINISTRATION COMISSION (SASAC). *What we do*. 2018a. Disponível em: < http://en.sasac.gov.cn/aboutus.html >. Acesso em 2 de fevereiro de 2020.

_____. *Economic Performance of State-owned and State-holding enterprises from Jan to Apr in 2018*. 2018b. Disponível em: < http://en.sasac.gov.cn/2018/05/25/c_4.htm >. Acesso em 2 de fevereiro de 2020.

STATISTA. *Global automotive market share in 2019, by brand*. Disponível em: < https://www.statista.com/statistics/316786/global-market-share-of-the-leading-automakers/ >. Acesso em 26 de junho de 2020a.

_____. *DRAM chip market share by manufacturer worldwide from 2011 to 2020*. Disponível em: < https://www.statista.com/statistics/271726/global-market-share-held-by-dram-chip-vendors-since-2010/ >. Acesso em 26 de junho de 2020b.

_____. *Market share held by semiconductor vendors worldwide from 2008 to 2019*. Disponível em: < https://www.statista.com/statistics/266143/global-market-share-of-leading-semiconductor-vendors/ >. Acesso em 27 de junho de 2020c.

_____. *Haier Group – statistics and facts*. Disponível em: < https://www.statista.com/topics/4856/haier-group/#:~:text=Founded%20in%201984%20in%20Shandong,of%20the%20global%20sales%20volume. >. Acesso em 23 de novembro de 2020d.

_____. *Number of Chinese Communist Party (CCP) members in China from 2009 to 2019*. Disponível em: < https://www.statista.com/statistics/281378/number-of-chinese-communist-party-ccp-members-in-china/ >. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

STIGLITZ, Joseph. *Globalization and its Discontents*. London: Penguin Books, 2002.

_____. *O Mundo em Queda Livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

STOLTENBERG, Clyde; McCLURE, David. "The Joint Venture and Related Contract Laws of Mainland China and Taiwan: A Comparative Analysis". *Georgia Journal of International and Comparative Law*, Vol. 17, No. 1, 1987. pp.45-97.

SUH, Jae-Jung; KIM, Jinkyung. "Aid to Build Governance in a Fragile State: Foreign Assistance to a Post-Conflict South Korea". In.: HOWE, Brendan (Ed.). *Post-Conflict Development in East Asia*. Surrey: Ashgate, 2014. pp.53-70.

SUTTER, Robert. *Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War*. 3.ed. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2012

TAIWAN TODAY. *Thy Economic Stabilization Board After Its Reorganization*. 1 de outubro de 1953. Disponível em: < https://taiwantoday.tw/news.php?unit=8,8,29,32,32,45&post=13789 >. Acesso em 9 de outubro de 2020.

_____. *New Towns, Old Problems, Bigger Plans*. 1 de agosto de 1991. Disponível em: < https://taiwantoday.tw/news.php?unit=14,29,34,45&post=23882 >. Acesso em 5 de agosto de 2020.

_____. *Inside the Taiwan Miracle*. 1 de junho de 2011. Disponível em: < https://taiwantoday.tw/news.php?post=13965&unit=8,8,29,32,32,45 >. Acesso em 9 de outubro de 2020.

TAKAMINE, Tsukasa. *Japan's Development Aid to China: The long-running foreign policy of engagement*. London: Routledge, 2006.

TAMURA, Shin'ichi. "Gustav von Schmoller and Werner Sombart: a contrast in the histórico-ethical method and social policy". In.: SHIONOYA, Yuichi (Ed.). *The German Historical School: The historical and ethical approach to economics*. London: Routledge, 2001. pp.105-119.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAIWAN STATISTICAL BUREAU. *Statistical Tables*. Disponível em: < https://eng.stat.gov.tw/ct.asp?xItem=37408&CtNode=5347&mp=5 >. Acesso em 23 de novembro de 2020.

TAYLOR, Jay. *The Generalissimo: Chiang Kai-Shek and the Struggle for Modern China*. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

TECHBLOG. *SMIC ranks 5th in Q2 global foundry market share*. Disponível em: < https://cntechpost.com/2020/07/06/smic-ranks-5th-in-q2-global-foundry-market-share/ >. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY. *The Atlas of Economic Complexity*. Disponível em: < https://atlas.cid.harvard.edu/ >. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

THE KOREA HERALD. *History of probes involving Samsung chiefs*. 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: < http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20170217000679 >. Acesso em 6 de março de 2020.

THE KOREA TIMES. *Ex-presidential aide spearheaded shift to capital-intensive industry*. 16 de novembro de 2015. Disponível em: < http://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2019/06/113_191065.html >. Acesso em 25 de junho de 2020.

THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. "Historical institutionalism in comparative politics". In.: STEINMO, Sven *et al*. (Eds). *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. New York: Cambridge University Press, 1992. pp.1-32.

THOMPSON, Mark. "From Japan's 'Prussian Path' to China's 'Singapore Model': Learning Authoritarian Developmentalism". In.: CARROLL, Toby; JARVIS, Darryl (Eds.). *Asia after the Developmental State: Disembedding Autonomy*. New York: Cambridge University Press, 2017. pp.148-173.

TIEN, Hung-Mao; SHIAU, Chyuan-Jeng. "Taiwan's Democratization: A Summary". *World Affairs*, Vol. 155, No.2, 1992. pp.58-61.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1900*. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

TOPOROWSKI, Jan. "Fontes da Crise Financeira". In.: EPSTEIN, Gerald *et al*. *Financeirização da Economia: a última fase do neoliberalismo*. Lisboa: Editora Livre, 2010. pp.23-31.

TORRES FILHO, Ernani. "A crise do sistema financeiro globalizado contemporáneo". *Revista de Economia Política*, Vol. 34, No. 3, 2014. pp.433-450.

TSAI, Pan-Long. "Explaining Taiwan's Economic Miracle: Are the Revisionists right?". *Agenda*, Volume 6, No. 1, 1999. pp.69-82.

TURNER, Grant *et al*. "The Chinese Banking System". *Reserve Bank of Australia Bulletin*, Setembro de 2012. pp.53-64.

UNESCO. *Unesco Institute for Statistics – China: Education and Literacy*. 2020. Disponível em: < http://uis.unesco.org/en/country/cn >. Acesso em 2 de dezembro de 2019.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). *Foreign Aid Explorer – Trends*. Disponível em: < https://explorer.usaid.gov/aid-trends.html >. Acesso em 6 de maio de 2020.

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY. *Major Foreign Holders of Treasury Securities*. Disponível em: < https://ticdata.treasury.gov/Publish/mfhhis01.txt >. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

VALOR ECONÔMICO. *A mensagem de Xi Jinping para Jack Ma: "Você não é nada além de uma nuvem"*. 19 de novembro de 2020. Disponível em: < https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/11/19/a-mensagem-de-xi-para-jack-ma-voce-nao-e-nada-alem-de-uma-nuvem.ghtml >. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

VERMEIREN, Mattias; DIERCKX, Sacha. "Challenging Global Neoliberalism? The global political economy of Chinese capital controls". *Third World Quarterly*, Vol. 33, No. 9, 2012. pp.1647-1668.

WADE, Robert. *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WADE, Robert; WHITE, Gordon. "Developmental States and Markets in East Asia – an introduction". In.: WHITE Gordon (Ed.). *Developmental States in East Asia*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1988. pp.1-29.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1979.

WANG, James. "The Political Economy of Collective Labour Legislation in Taiwan". *Journal of Current Chinese Affairs*, Vol. 39, No. 3, 2010. pp.51-85.

WANG, Mei (Lisa) *et al*. "China becomes a Capital Exporter: Trends and Issues". In.: SONG, Ligang *et al*. (Eds.). *China's Domestic Transformation in a Global Context*. Camberra: Australian National University Press, 2015. pp.315-338.

WANG, Peter Chen-main. "A Bastion Created, A Regime Reformed, An Economy Reengineered, 1949-1970". In.: RUBINSTEIN, Murray (Ed.). *Taiwan – A New History*. New York: M. E. Sharpe, 1999. pp.320-338.

WANG, Shaoguang. “China’s 1994 Fiscal Reform: An Initial Assessment”. *Asian Survey*, Vol. 37, No. 9, 1997. pp.801-817.

WANG, Yangmin. “The Politics of U.S.-China Economic Relations: MFN, Constructive Engagement, and the Trade Issue Proper”. *Asian Survey*, Vol. 33, No. 5, 1993. pp.441-462.

WASSERSTROM, Jeffrey. *China in the 21st Century: What everyone needs to know*. New York: Oxford University Press, 2010.

WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert. “When and How Do Institutions Matter?”. In.: WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert (Eds.). *Do Institutions Matter? Government Capabilities in the United States and Abroad*. Washington, DC: Brookins Institutions Press, 1993. pp.1-111.

WEBER, Max. *The Methodology of Social Sciences*. Illinois: The Free Press, 1949. Disponível em: < http://gen.lib.rus.ec/book/index.php?md5=1A7961FF877FDD6416FC51067CC015A5 >.

WEEKS, John. “Latin American and the ‘High-Performing Asian Economies’: Growth and Debt”. *Journal of International Development*, No. 12, 2000. pp.625-654.

WILLIAMSON, John. “What Washington Means by Policy Reform”. In.: WILLIAMSON, John (Ed.). *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*. Washington, DC: Institute for International Economics, 1990.

WOLFE, Lisa. *Cold War Taiwan’s Electronics Industry*. 10 de junho de 2013. Disponível em: < https://coldwarstudies.com/2013/06/10/cold-war-taiwans-electronic-industry/ >. Acesso em 20 de outubro de 2020.

WOO-CUMINGS, Meredith. “The State, Democracy, and the Reform of the Corporate Sector in Korea”. In.: PEMPEL, T.J. (Ed.). *The Politics of the Asian Economic Crisis*. Ithaca: Cornell University Press, 1999. pp.1999.

WORLDOMETER. *Taiwan*. Disponível em: < https://www.worldometers.info/world-population/taiwan-population/#:~:text=Taiwan%202020%20population%20is%20estimated,(and%20dependencies)%20by%20population.>. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

WORLD BANK. *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. New York: Oxford University Press, 1993. Disponível em: < http://documents.worldbank.org/curated/pt/975081468244550798/pdf/multi-page.pdf >.

_____. *World Development Indicators*. Disponível em: < http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators >. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

WORLD INEQUALITY DATABASE (WID). *Taiwan*. Disponível em: < https://wid.world/country/taiwan/ >. Acesso em 2 de novembro de 2020.

WU, Tsong-min. "From Economic Controls to Export Expansion in Postwar Taiwan: 1946-1960". *RIETI Discussion Paper Series*, No. 16, 2016. Available at: https://www.rieti.go.jp/jp/publications/dp/16e028.pdf.

WU, Yongping. "Rethinking the Taiwanese Developmental State". *The China Quarterly*, Vol. 177, 2004. pp.91-114.

YANG, Dali. "Economic Transformation and State Rebuilding in China". In.: NAUGHTON, Barry; YANG, Dali (Eds.). *Holding China Together: Diversity and National Integration in the Post-Deng Era*. New York: Cambridge University Press, 2004. pp.120-145.

YANG, Laike; HUIZENGA, Cornelius. "China's Economy in the Global Economic Crisis: Impact and Policy Responses". In.: UNCTAD. *The Financial and Economic Crisis of 2008-2009 and Developing Countries*. New York: United Nations, 2010. pp.119-148.

YEUNG, Henry Wai-chung. *Strategic Coupling: East Asian Industrial Transformation in the New Global Economy*. Ithaca: Cornell University Press, 2016.

YOO, Chul-gyue. "Political and Institutional Conditions of Financial Repression". In.: LEE, Byeong-cheon (Ed.). *Developmental Dictatorship and the Park Chung-Hee Era: The Shaping of Modernity in the Republic of Korea*. New Jersey: Homa & Sekey Books, 2003. pp.134-152.

YOU, Jong-Sung. *Democracy, Inequality and Corruption: Korea, Taiwan and the Phillipines Compared*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

YOUNG, Jason. *China's Hukou System: Markets, Migrants and Institutional Change*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

YU, Fu-Lai Tony. "The Architect of Taiwan's Economic Miracle: Evolutionary Economics of Li Kuo-Ting". *Global Economic Review*, Vol. 36, No.1, 2007. pp.53-67.

YUEH, Jean. "Land-to-the-tiller program transformed Taiwan". *Taiwan Today*, August 28, 2009. Available at: https://taiwantoday.tw/news.php?unit=10&post=15716.

ZHANG, Baijia. *The Path of the CPC: Revolution, Construction and Reform*. Beijing: Foreign Languages Press, 2012.

ZHANG, Enyu. “China’s Relations with Northeast Asia”. In.: KAVALSKI, Emilian (Ed.). *The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy*. Surrey: Ashgate, 2012. pp.261-273.

ZHANG, Falin. “The Chinese developmental state: standard accounts and new characteristics”. *Journal of International Relations and Development*, No. 21, 2018. pp.739-768.